e-DJF2R
Diário Eletrônico
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

CADERNO JUDICIAL TRF - Data de Disponibilização: terça-feira, 21 de março de 2017
Data de Publicação: quarta-feira, 22 de março de 2017

Assessoria de Recursos

BOLETIM: 2017000123

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0009585-59.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.009585-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 16:17
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
AGRAVADO: ANTONIO CARLOS CASTRO CORREIA
AGRAVADO: ADEILANE MARQUES MEIRELES
AGRAVADO: DÉBORA TURIM CUNHA
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
PARTE RÉ: SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0000108-44.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000124

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002241-75.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.002241-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 26/12/2016 12:50
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: EXPEDITO DE BARROS
ADVOGADO: ROBERTO MACHADO DA COSTA
Originário: 0002241-75.2014.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0010947-56.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.010947-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 13/12/2016 13:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VILIAM ANIBAL DE SOUZA
ADVOGADO: NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
Originário: 0010947-56.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0106461-79.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.106461-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 13/12/2016 13:29
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANDREA SORRENTINO VIEIRA
APELANTE: ADRIANA APARECIDA ROSA
APELANTE: ANA CLARA XAVIER ROSA KITZINGER
APELANTE: FERNANDA CRUZ DE FIGUEIREDO
APELANTE: HELIA REGINA RODRIGUES DIAS
APELANTE: JANINE LITKE DUMER KNIKKINK
APELANTE: MARTHA AURELIA FERNANDES GONZALEZ
APELANTE: MAURO FERREIRA DA PENHA
APELANTE: FLÁVIA BONN NOGUEIRA BASTOS
ADVOGADO: ESDRAS ELIOENAI PEDRO PIRES
ADVOGADO: MARIA DA CONCEICAO CHAMUN
ADVOGADO: LUIS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0106461-79.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0170547-16.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.170547-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE GÊNISON RODRIGUES DA CUNHA
ADVOGADO: BRUNO GUIMARAES DOS SANTOS
ADVOGADO: JOELMA INÊS DO NASCIMENTO
Originário: 0170547-16.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0104991-76.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.104991-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 11/01/2017 12:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MIGUEL RAMOS RIBEIRO
ADVOGADO: BERNARDO RUCKER
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA - RJ
Originário: 0104991-76.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0143884-21.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.143884-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 11/01/2017 12:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: IZABEL LOYO DE AMORIM
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0143884-21.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos

Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0116448-33.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.116448-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 23/01/2017 15:11
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VICENTE DE PAULA MELO
ADVOGADO: RAFAEL MOTTA FURTADO
ADVOGADO: ALINE MONTEIRO DE CASTRO CAPOBIANGO
REMETENTE: JUÍZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0116448-33.2013.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0003225-11.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.003225-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 26/12/2016 12:46
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: COSTA RICA MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: JOSE NOVAIS TEIXEIRA - ESPOLIO
ADVOGADO: MARCO ANTONIO FERREIRA MOREIRA
ADVOGADO: ROSIANE FERREIRA MOREIRA
Originário: 0002265-08.2002.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000125

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0010024-73.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.010024-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 30/07/2015 18:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: VERA LÚCIA PENICHE DA SILVA
ADVOGADO: MARCELO CARVALHINHO VIEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0010024-73.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000126

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0007905-39.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.007905-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 10/10/2016 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: AUTOPISTA FLUMINENSE S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0021493-36.2015.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2017.
ANA FLÁVIA CARVALHO DOS SANTOS
TÉCNICO JUDICIÁRIO
Matr. nº 12112
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Divisão de Distribuição, Registro e Autuação

BOLETIM: 2017000054

EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO ARTIGO 285, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), FICAM AS PARTES E TODOS OS INTERESSADOS, INTIMADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0009787-34.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.009787-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:02
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: JURACY NUNES DA SILVA
ADVOGADO: LEANDRO FRETTA DA ROSA
ADVOGADO: RODRIGO DOMINGOS PAES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0009787-34.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0011822-89.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.011822-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 17:50
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: EDSON DE CASTRO PAES
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0011822-89.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0015154-39.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.015154-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:09
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: ZELIA BATISTA CONCEICAO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
ADVOGADO: JULIANA DE PAIVA ALMEIDA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0015154-39.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0017124-74.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.017124-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:25
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: GELIO ROBERTO SIMOR
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0017124-74.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0024370-24.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.024370-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:27
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: HERALDO ANTONIO CASER
ADVOGADO: MARCELO CARVALHINHO VIEIRA

ADVOGADO: INGRID SILVA DE MONTEIRO PASCOAL
Originário: 0024370-24.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0030671-80.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.030671-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIZE STAHL DE ANDRADE
ADVOGADO: RENATA DE XEREZ ROSA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030671-80.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0060748-04.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.060748-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: DAVID XAVIER DE AZAMBUJA JUNIOR
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060748-04.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0082393-85.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.082393-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:13
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: ALBERTO MAZZA CESAR
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
ADVOGADO: ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0082393-85.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0119403-32.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.119403-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:40
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MARCOS ALVES DE MEDEIROS
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0119403-32.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0132404-30.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.132404-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:46
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOÃO ROBERTO SUPRANI
ADVOGADO: INGRID SILVA DE MONTEIRO PASCOAL
Originário: 0132404-30.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0133829-83.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.133829-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 10:58
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: DANTE CRESPO DE ARAUJO
ADVOGADO: NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0133829-83.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0135206-83.2015.4.02.5103 Número antigo: 2015.51.03.135206-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:00
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: GELASIO MARIO CARLOS
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0135206-83.2015.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0012534-69.2007.4.02.5001 Número antigo: 2007.50.01.012534-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:04
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ARACAS INDUSTRIA E COMERCIO DE GESSO LTDA ME
APELADO: ILSON LAUREANO CESARIO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
Originário: 0012534-69.2007.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0012884-62.2004.4.02.5001 Número antigo: 2004.50.01.012884-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:07
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: AUTO SERVICO MARTINS LTDA ME
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
Originário: 0012884-62.2004.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0027260-29.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.027260-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 02/03/2017 18:46
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SAINT CLAIR MODAS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S.A.
ADVOGADO: LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA
Originário: 0027260-29.2013.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0054148-37.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.054148-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:42
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: MAURO GABRIEL MONTEIRO PINTO SIMÕES
ADVOGADO: FABIANO LYRA QUINTELA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0054148-37.2015.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0088440-75.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.088440-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: FABRICIO MOLINARI MELLO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0088440-75.2015.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0117124-78.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.117124-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 10:56
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: YARA LOPES VARGAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0117124-78.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0172024-74.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.172024-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:58
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ADONIS FERNANDES SANTANA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0172024-74.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0537835-88.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.537835-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:18
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ARPINT EQUIPAMENTOS PARA PINTURA E ASSIST TECNICA LTDA
ADVOGADO: MARTA VALERIA NOGUEIRA DE BRITO
Originário: 0537835-88.2003.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0000507-54.2008.4.02.5119 Número antigo: 2008.51.19.000507-2 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:55
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
ADVOGADO: SAMANTHA CONFORT AMORIM
ADVOGADO: HEITOR FAVIERI NETO
ADVOGADO: FERNANDA DE OLIVEIRA BALBI IUNES
Originário: 0000507-54.2008.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0000548-93.2013.4.02.5006 Número antigo: 2013.50.06.000548-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ORAZIO RICARDO GIACOMO PINOTTI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000548-93.2013.4.02.5006 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0000654-27.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.000654-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LAURENCIA FERREIRA XAVIER
ADVOGADO: LUCIANA MENDES ASSUMPCAO
APELADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
APELADO: COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0000654-27.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0000724-83.2008.4.02.5156 Número antigo: 2008.51.56.000724-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANAC - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: LUIS FELIPE INDIO DA COSTA
ADVOGADO: RENATO MORAES DE SOUZA
APELADO: SILVIA REGINA RAPOSO MACEDO
ADVOGADO: CARLOS FRANCISCO DE PAULA CHAVES
Originário: 0000724-83.2008.4.02.5156 - 02ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0000849-11.2014.4.02.5166 Número antigo: 2014.51.66.000849-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 02/03/2017 11:22
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: MUNICIPIO DE MACAE
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARIA DAS GRACAS DE SA NUNES
ADVOGADO: KARINE VOLPATO GALVANI
Originário: 0000849-11.2014.4.02.5166 - 01ª Vara Federal de Macaé

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0001023-41.2012.4.02.5117 Número antigo: 2012.51.17.001023-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LUIZA HELENA MACEDO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001023-41.2012.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0002091-15.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002091-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA
ADVOGADO: CHRISTIANE DE MATTOS WOODROW RODRIGUES
ADVOGADO: JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: NUBIA LEMOS GUASTI
ADVOGADO: MATHEUS GUERINE RIEGERT
APELADO: VITORIA HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO: ALAOR DE QUEIROZ ARAÚJO NETO
Originário: 0002091-15.2014.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0002271-27.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.002271-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HELIO KHRISTIAN CUNHA DE ALMEIDA
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
ADVOGADO: CINTIA LOPES BARCELLOS
ADVOGADO: NELSON MENDES DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002271-27.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0004665-70.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.004665-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EDSON NASCIMENTO VIEIRA
ADVOGADO: ANDRE MOREIRA RODRIGUES
ADVOGADO: RODOLFO DEROSSI CABREIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CBTU-CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE
Originário: 0004665-70.2012.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0004874-48.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.004874-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:00
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MIGUEL VIEIRA BORGES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0004874-48.2012.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

31 - 0005335-45.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.005335-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ADRIANA MARIA NOGUEIRA VIEIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
Originário: 0005335-45.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0007203-58.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.007203-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: L'ORÉAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA.
ADVOGADO: RAPHAEL AGUIAR MIHALIUC
ADVOGADO: VINICIUS GOMES PEREIRA DOS SANTOS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0007203-58.2011.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0008507-53.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008507-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS ROBERTO ARAÚJO COSTA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0008507-53.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0015466-15.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.015466-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:11
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 13 REGIAO - ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APELADO: ALEXANDRE AMARANTE CAMILLO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015466-15.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0015510-34.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.015510-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:14
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 13 REGIAO - ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APELADO: ALEXANDRE SILVERIO ANDREATA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015510-34.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0015513-86.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.015513-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:24
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 13 REGIAO - ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APELADO: ANTONIO ANGELO ZON
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015513-86.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0019116-13.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.019116-1 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:54
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MIRIAN RANGEL DE AZEVEDO
ADVOGADO: CLAUDIO JOSE DE CARVALHO LOPES PINHEIRO
Originário: 0019116-13.2006.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0042487-59.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.042487-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TITO DO AMARAL SANTOS
ADVOGADO: NUBIA MARINHO DE SOUZA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0042487-59.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0044706-89.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.044706-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARCOS AURELIO DE SOUZA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0044706-89.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0047244-33.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.047244-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 14:13
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SIBEL DUARTE SOARES
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
Originário: 0047244-33.2012.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0068525-46.2016.4.02.5120 Número antigo: 2016.51.20.068525-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:37
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA PENHA OLIVEIRA DE JESUS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0068525-46.2016.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0078268-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.078268-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 16:11
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: JEANNE FREDERICO DOS SANTOS
ADVOGADO: SANDRA SOARES CASTELLIANO DE LUCENA
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0078268-74.2015.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0104727-50.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.104727-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARCOS ANTONIO DE LIMA PERES
ADVOGADO: ADRIANO PINTO MACHADO
APELADO: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0104727-50.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0106287-96.2015.4.02.5002 Número antigo: 2015.50.02.106287-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 10:54
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIMED SUL CAPIXABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: JOAO APRIGIO MENEZES
Originário: 0106287-96.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0112710-55.2014.4.02.5116 Número antigo: 2014.51.16.112710-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:19
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CAMILA SOARES MOSCON
ADVOGADO: WALLACE ELLER MIRANDA
APELADO: MAXUEL DE SOUZA MORAES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0112710-55.2014.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0114194-89.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.114194-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: GISELLE TARDIT DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0114194-89.2015.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0131763-33.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.131763-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LUIZ OTAVIO DIAS DE CASTRO
ADVOGADO: FLAVIO FERNANDES TAVARES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0131763-33.2015.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0145207-36.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.145207-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: AMILTON ALFAZEMA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0145207-36.2015.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0150547-65.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.150547-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: VERA LUCIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0150547-65.2014.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0157486-94.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.157486-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 11:02
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARLOS HENRIQUE CANDIDO DE SOUZA
ADVOGADO: RENATO BRETAS RIBEIRO
Originário: 0157486-94.2015.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
51 - 0158515-08.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.158515-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 02/03/2017 11:05
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: STEMAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ADVOGADO: FERNANDO JOSE GARCIA
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0158515-08.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0164479-28.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.164479-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:39
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: GLORIA MARIA DAMASCENO DE OLIVEIRA
APELANTE: IRINEIA ALVES DAMASCENO DE ALMEIDA
APELANTE: IVANOIR ALVES DAMASCENO
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0164479-28.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0500029-05.2016.4.02.5120 Número antigo: 2016.51.20.500029-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:07
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JOSE LUIZ DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO: SASHA CRISTINA SOUSA MELO
APELADO: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0500029-05.2016.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0500244-63.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.500244-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: DALMA APARECIDA PIRES MACHADO
ADVOGADO: EDUARDO KUMMEL
Originário: 0500244-63.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
55 - 0502263-27.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.502263-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:53
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
APELADO: SALVALAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0502263-27.2010.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0503289-50.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.503289-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:09
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CLEBER SANTOS FERREIRA
ADVOGADO: Pablo Borges Nun'Alvares Pereira
APELADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
Originário: 0503289-50.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

57 - 0503332-84.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.503332-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 11:11
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA
APELANTE: SONAR SERVIÇOS E FRANQUIAS LTDA
ADVOGADO: LEANDRO JOSE TEIXEIRA SIMAO
ADVOGADO: VINICIUS CAMARGO SILVA
APELADO: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0503332-84.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0041604-44.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.041604-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: FERNANDO JOSE DE MACEDO
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
Originário: 0041604-44.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
59 - 0056747-73.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.056747-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0056747-73.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
60 - 0076915-53.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.076915-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:12
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: URBANO TENORIO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
Originário: 0076915-53.2016.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0100207-27.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.100207-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LACI MININI
ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ ES
Originário: 0100207-27.2012.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
62 - 0112410-41.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.112410-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ABRIL MARCAS LTDA
ADVOGADO: ALEXANDRE FIDALGO
ADVOGADO: DAMARIS RIGUES FURTADO
APELADO: CONFECÇÕES CAPRICHO LTDA.
ADVOGADO: MARIA LUIZA GRUBER RIBEIRO
ADVOGADO: ALCIDES RIBEIRO NETO
PARTE RÉ: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0112410-41.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
63 - 0114187-95.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.114187-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JAIME MARTINS TEIXEIRA
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DEJANEIRO/RJ
Originário: 0114187-95.2013.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0139573-30.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.139573-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:50
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SERGIO LOUREIRO BARBOSA
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS/RJ
Originário: 0139573-30.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
65 - 0002079-98.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002079-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ISRAEL WERNER SANGLARD ROCHA
ADVOGADO: IGOR PINHEIRO DE SANT'ANNA
REMETENTE: JUÍZO DA 02° VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0002079-98.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0003443-43.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.003443-6 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:15
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ANGELICA CARDOSO DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE CARLOS OLIVEIRA XAVIER
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ
Originário: 0003443-43.2007.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0004192-86.2009.4.02.5102 Número antigo: 2009.51.02.004192-6 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:55
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: LYSANDRO DE MELLO FILHO
ADVOGADO: FRANCISCO ALVES DOS SANTOS
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE NITEROI-RJ
Originário: 0004192-86.2009.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
68 - 0010955-42.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.010955-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 13 REGIAO - ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APELADO: ANTONIO CLAVER MOREIRA
ADVOGADO: BRUNO CLAVER DE ABREU MOREIRA
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ
Originário: 0010955-42.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

69 - 0024646-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.024646-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: HELEN DA COSTA PIMENTA GUIMARAES
ADVOGADO: ALEXANDRO DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0024646-80.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0163712-12.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.163712-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: FABRICIO FERNANDES DE CASTRO
ADVOGADO: BRUNO COSTA DE ALMEIDA
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0163712-12.2014.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0071367-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.071367-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:38
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
PARTE AUTORA: ALFREDO GERALDO DE SOUZA
ADVOGADO: GIOVANA MARTINEZ BARROS
ADVOGADO: ADALBERTO LIBORIO BARROS FILHO
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS / RJ
Originário: 0071367-90.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0097716-93.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.097716-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:55
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
PARTE AUTORA: SEBASTIÃO ANTUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LEILA MARA DA CUNHA NEVES
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0097716-93.2016.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0104056-70.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.104056-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
PARTE AUTORA: SERGIO MATIAS DA SILVA
ADVOGADO: CHRISTOVAM RAMOS PINTO NETO
ADVOGADO: RONI FURTADO BORGO
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REPRESENTANTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0104056-70.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0061200-71.2016.4.02.5103 Número antigo: 2016.51.03.061200-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:08
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: LEANDRO SOPELETTO CARREIRO
ADVOGADO: IVERSON LOPES SOARES
PARTE RÉ: IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: SCHIRLANE DOS SANTOS AGUIAR RODRIGUES
ADVOGADO: GILDO RODRIGUES DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA PRIMEIRA VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Originário: 0061200-71.2016.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0001440-43.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001440-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 17:48
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
AGRAVANTE: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS VIDA EIRELI - EPP
ADVOGADO: MARCELO HENRIQUE ZANONI
AGRAVADO: LABORATÓRIO VIDAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0002638-41.2017.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0001564-26.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001564-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:07
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: MARIA MARCONDES TAVES
ADVOGADO: EISENHOWER DIAS MARIANO
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0001588-54.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001588-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:37
Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: SONIA MARIA DE PAULA SABINO
ADVOGADO: ARMANDO VEIGA

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0001593-76.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001593-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:31
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: JORDELINA ALVES DA SILVA CRAVO
ADVOGADO: JORGE RICARDO MOREIRA
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: PEDRO DA SILVEIRA CRAVO
ADVOGADO: JORGE RICARDO MOREIRA
Originário: 0000814-51.2014.4.02.5166 - 01ª Vara Federal de Macaé

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0001637-95.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001637-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:43
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
AGRAVANTE: VANIA CANDIDA CORREA
ADVOGADO: FELIPE EPAMINONDAS DE CARVALHO
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007633-97.2017.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
80 - 0001639-65.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001639-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:45
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ANA PAULA ROSARIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: BRUNO QUEIROZ OLIVEIRA

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0000047-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000047-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 02/03/2017 12:42
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
ADVOGADO: JULIANA MAESTRI SEPULCRE
AGRAVADO: FERNANDO ANTONIO MACEDO
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0126197-15.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0001309-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001309-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 02/03/2017 14:18
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE AUTORA: MARIA MADALENA SAITER ZORZAL
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
Originário: 0129043-05.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0001565-11.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001565-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 11:03
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SPARLACOM – REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
ADVOGADO: ROMULO BOTTECCHIA DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001204-21.2011.4.02.5006 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0001567-78.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001567-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 10:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SPARLACOM – REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
ADVOGADO: ROMULO BOTTECCHIA DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001204-21.2011.4.02.5006 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0001571-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001571-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 12:52
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: OCTÁVIO DE CAMPOS BASTOS
AGRAVANTE: ENRIQUE CORUJO
ADVOGADO: EMANUEL ROBERTO DE NORA SERRA
ADVOGADO: ROMILDO FLORINDO DE LIMA
ADVOGADO: BRUNO PATRICK BATISTA CARVALHAES
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

PARTE RÉ: PBK COMERCIO DE PNEUS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0037539-40.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0001572-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001572-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 13:14
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: RENATO TRISTAO MACHADO
ADVOGADO: RENATO TRISTAO MACHADO JUNIOR
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0182337-94.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
87 - 0001573-85.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001573-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 13:19
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: A ! BODYTECH PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO: BRUNO DE ABREU FARIA
ADVOGADO: RAFAEL CAPAZ GOULART
ADVOGADO: RAFAEL ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: LIVIO AUGUSTO HOFFMANN PINTO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0104293-27.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
88 - 0001575-55.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001575-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 14:06
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: OCTÁVIO DE CAMPOS BASTOS
AGRAVANTE: ENRIQUE CORUJO
ADVOGADO: EMANUEL ROBERTO DE NORA SERRA
ADVOGADO: ROMILDO FLORINDO DE LIMA
ADVOGADO: BRUNO PATRICK BATISTA CARVALHAES
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0037539-40.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
89 - 0001578-10.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001578-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:55
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: INQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA SANTO ANTÔNIO S/A
ADVOGADO: EDUARDO JOSE DE ARRUDA BUREGIO
Originário: 0000731-76.2014.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0001584-17.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001584-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 15:06
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: BELINE JOSE SALLES RAMOS
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE AUTORA: SUPERMERCADOS DOIS IRMAOS LTDA
PARTE AUTORA: DISTRIMAR COMERCIAL LTDA
PARTE AUTORA: SUPERMERCADO PREÇO CERTO LTDA
ADVOGADO: BELINE JOSE SALLES RAMOS
Originário: 0007293-37.1995.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
91 - 0001590-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001590-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 16:51
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SIDNEI DE BRITO
ADVOGADO: NATHAN MARCIO PACHECO DE SOUZA
Originário: 0000270-22.2014.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
92 - 0001592-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001592-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 12:45
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: ERNESTO AUGUSTO MARTINS
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
Originário: 0000428-66.2003.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
93 - 0001595-46.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001595-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:36
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: GEARBULK MARITIMA LTDA.
ADVOGADO: ENOS DA SILVA ALVES
ADVOGADO: RENATO SODERO UNGARETTI

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0182660-31.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
94 - 0001596-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001596-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:41
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: VULCAN MATERIAL PLASTICO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO: IVAN TAUIL RODRIGUES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: METALURGICA DE TUBOS DE PRECISAO LTDA
PARTE RÉ: MTP FABRIL - TUBOS DE ACO E SERVICOS LTDA
PARTE RÉ: METALURGICA DE TUBOS DE PRECISÃO DA AMAZONIA LTDA (MTP AMAZONIA)
PARTE RÉ: METALURGICA QUASAR LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0103215-32.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0001599-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001599-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:10
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: COOPERMAGEENSE-COOPERATIVA MAGEENSE DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0026604-16.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
96 - 0001601-53.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001601-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:24
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: CONSTRUSAN SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS
ADVOGADO: FLAVIO QUITETE DE CAMPOS VIANNA
ADVOGADO: THIAGO JOSE SA FREITAS
ADVOGADO: THIAGO FONTOURA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0183505-57.2016.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
97 - 0001602-38.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001602-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 15:27
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM

AGRAVANTE: CONSTRUSAN SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO: FLAVIO QUITETE DE CAMPOS VIANNA
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS
ADVOGADO: THIAGO JOSE SA FREITAS
ADVOGADO: THIAGO FONTOURA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0183505-57.2016.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
98 - 0001604-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001604-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:47
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: NILZA MARIA AGUIAR DA SILVA PINTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000751-87.2011.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
99 - 0001605-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001605-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 15:32
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: OSMAR JOSÉ VIEIRA
ADVOGADO: ALEXANDRE ROBERTO DA SILVEIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: REAL BRASIL MARMORES E GRANITOS LTDA
PARTE RÉ: CELSO HENRIQUE MIGUEZ MARQUES
PARTE RÉ: CESAR MIGUEZ MARQUES
PARTE RÉ: MARCELO BOBBA MUCCIOLO
ADVOGADO: LUCIO CLAUDIO GRAZIADIO FERNANDES
Originário: 0001798-92.2003.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
100 - 0001606-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001606-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:37
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: EDLENE SODRE LIMA OKUMURA
AGRAVANTE: EDLENE SODRE LIMA OKUMURA ME
ADVOGADO: MARCIA APARECIDA BARBOSA MEIRA
AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001043-55.2009.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
101 - 0001618-89.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001618-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:23

Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: L C FERREIRA GALISA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0089982-04.2015.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0001626-66.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001626-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 17:07
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: YARA ALIMENTOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO: LUIZ JOSE FINAMORE SIMONI
ADVOGADO: BRUNO REIS FINAMORE SIMONI
ADVOGADO: LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI
ADVOGADO: RODRIGO DA ROCHA SCARDUA
Originário: 0011620-97.2010.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
103 - 0001636-13.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001636-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:36
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: RIO BRANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO DALLA VALLE BAPTISTA DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0029636-89.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
104 - 0001638-80.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001638-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 19:01
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SMARTNIT ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA
ADVOGADO: DANIEL BORGES COSTA
Originário: 0003117-31.2017.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
105 - 0001643-05.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001643-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:00
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: MECTUBO ESTRUTURAS TUBULARES LTDA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO BOTELHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0143981-59.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
106 - 0001659-56.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001659-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 16:28
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SOCIEDADE UNIAO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS
ADVOGADO: RONALDO REDENSCHI
ADVOGADO: MARCOS ANDRE VINHAS CATAO
ADVOGADO: JULIO SALLES COSTA JANOLIO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0012164-71.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0006191-10.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006191-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 18:37
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: WAGNER GIL JANSEN PEREIRA
ADVOGADO: WAGNER GIL JANSEN PEREIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0180631-76.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
108 - 0009285-63.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009285-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: POSTO DE SERVIÇOS BIG AÇO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0070199-44.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
109 - 0000737-49.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000737-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
ADVOGADO: JOSE PAULO RIBEIRO BARRETO
ADVOGADO: HUGO CORTINES LAXE
AGRAVADO: JOÃO DA CRUZ MACIEL FOURO
ADVOGADO: ANA CRISTINA PEREIRA LIMA
Originário: 0000565-79.2011.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
110 - 0001503-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001503-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 18:08
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DULCÍNIO ANHOLETTI
AGRAVADO: MÔNICA RABELO ANHOLETI
ADVOGADO: FRANCISCO A CARDOSO FERREIRA
Originário: 0024173-66.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
111 - 0001545-20.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001545-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 15/03/2017 16:57
Gabinete 22
Magistrado(a) ABEL GOMES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: IDEY SANTOS DA CONCEIÇAO
AGRAVADO: CARLOS MOREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO: ADÉLIA SANTOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: ADELIO DOS SANTOS
ADVOGADO: ROSANA ALVES RAMOS
Originário: 0140453-51.2015.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
112 - 0001555-64.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001555-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 11:19
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: CORAIS SURF BOARD COMERCIO DE VESTUARIO E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME
AGRAVANTE: ALEXANDRA DE OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADO: MARCELLO SUPERCHI
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
PARTE AUTORA: REGINALDA PEREIRA PAIVA
ADVOGADO: MARCELLO SUPERCHI
Originário: 0006275-68.2015.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
113 - 0001556-49.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001556-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 11:13
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: NEUSA CARVALHO RESPEITA

ADVOGADO: ANGELO BELLO BUTRUS
Originário: 0006881-14.2006.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
114 - 0001557-34.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001557-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:11
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: JAYME RETAMEIRO GONCALVES
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
Originário: 0052815-40.2016.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
115 - 0001558-19.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001558-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:17
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: MAURICIO DE OLIVEIRA CHALFUN
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
AGRAVADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0038839-75.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
116 - 0001562-56.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001562-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:48
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: JOSE FERNANDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
AGRAVADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0038821-54.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
117 - 0001563-41.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001563-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:22
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: PENSYL-TEX PETROLEO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0067322-16.2015.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
118 - 0001566-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001566-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 11:01
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: BRITAMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
ADVOGADO: FELIPE MARTINS SILVARES COSTA
ADVOGADO: EZUS RENATO SILVA CARDOSO
AGRAVADO: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007331-82.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
119 - 0001568-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001568-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 12:44
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: JOZIANE ARCHANJI DOS SANTOS
ADVOGADO: FERNANDO MENDONCA PEIXOTO
AGRAVADO: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA (ASSOEC)
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0003920-60.2016.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
120 - 0001569-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001569-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 12:45
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: CELIA REGINA ZANOTTI
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
AGRAVADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0039693-69.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
121 - 0001570-33.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001570-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 12:46
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: VITORIAFARMA LTDA - ME
ADVOGADO: EDUARDO SANTOS SARLO
ADVOGADO: KAMYLO COSTA LOUREIRO
ADVOGADO: ANDRÉ MACHADO GRILO
ADVOGADO: ANA PAULA CARVALHO PIRES
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
Originário: 0001513-47.2017.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
122 - 0001574-70.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001574-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 13:25
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: SERTENGE S/A
ADVOGADO: RENATA DE FREITAS CARVALHO
ADVOGADO: DIOGO JOSE NOLASCO DOMINGUEZ
ADVOGADO: RODRIGO JACOBINA BOTELHO
AGRAVADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE MARICÁ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0164203-45.2016.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
123 - 0001576-40.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001576-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 13:47
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0126714-79.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
124 - 0001577-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001577-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 02/03/2017 13:57
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: PATRIMAR ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: LEONARDO FIALHO PINTO
AGRAVADO: DOUGLAS DE ARAÚJO FONTOURA
ADVOGADO: ROSANGELA DAMIAO DE BARROS
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
Originário: 0018655-02.2010.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
125 - 0001579-92.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001579-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:49
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: RADU INDUSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: ANA CLAUDIA FERREIRA FRANCA CORREA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0014666-41.2017.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
126 - 0001581-62.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001581-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: JOSÉ PAULO SOARES DA FRANÇA
ADVOGADO: REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA
Originário: 0067865-12.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
127 - 0001582-47.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001582-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 15:01
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: SEBASTIAO ZIMERMAN
ADVOGADO: JULIO ZIMERMAN
AGRAVADO: ROBERTO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: PAULA REIS MACIEL CARRILHO
Originário: 0000826-68.2011.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
128 - 0001583-32.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001583-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: UNIMED RIBEIRAO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: PATRICIA DOTTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE LUIZ MATTHES
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0005811-73.2017.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
129 - 0001587-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001587-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:08
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
AGRAVADO: ANDERSON PATRICIO DE FREITAS
AGRAVADO: SALADA MIXTA COMERCIO DE ROUPAS LTDA-ME
ADVOGADO: CATIELE SANTOS DE OLIVEIRA AQUINO
AGRAVADO: DANIELE DE SÁ FREITAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: D DE S FREITAS COMÉRCIO DE ROUPAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001059-83.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
130 - 0001589-39.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001589-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 16:43
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0037937-13.2016.4.02.5005 - 1ª VF Colatina

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
131 - 0001591-09.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001591-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:25
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: VICENTE FELIPE GIORDANO VINCIGUERRA
ADVOGADO: MARCO ANTONIO FIGUEIRA
AGRAVADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ
ADVOGADO: REGINA CELIA FONSECA DO NASCIMENTO
Originário: 0013149-98.2017.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
132 - 0001594-61.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001594-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 14:32
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
ADVOGADO: EDUARDO AUGUSTO GERALDES NOBREGA DE ALMEIDA FLORENCIO
AGRAVADO: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO/RJ
ADVOGADO: MANOEL MESSIAS PEIXINHO
Originário: 0048612-72.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
133 - 0001598-98.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001598-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:23
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: NANCI MARTINS DA CRUZ
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MARIA DE JESUS SILVA
ADVOGADO: ALDENIR DOS SANTOS COSTA
AGRAVADO: DEBORA BARBOSA DE MELO
ADVOGADO: ROSANA DA SILVA MOFATI
ADVOGADO: ROSANE FLEGER DE OLIVEIRA
Originário: 0063880-69.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
134 - 0001600-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001600-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/03/2017 12:53
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: GERALDO SIMOES SOUTO
AGRAVANTE: HIRALICE HIPOLITO MARINHO
AGRAVANTE: JOSE APARECIDO MENDES DE SOUZA
AGRAVANTE: NADJA EHRICH FRAZETO
AGRAVANTE: JOAQUIM DA SILVA PINHEIRO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0031654-74.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
135 - 0001603-23.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001603-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:43
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: AMAVER COMÉRCIO E CONFECÇÃO DE ROUPAS LTDA
AGRAVANTE: JORGE MAURILIO GAMA FERNANDES
AGRAVANTE: MARIANNE GABRIELLA FERNANDES ZACCHÊS VAZQUEZ
ADVOGADO: LIDIANE CARVALHO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS
Originário: 0500145-47.2016.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
136 - 0001607-60.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001607-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:38
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: ANAC - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DOUGLAS FERREIRA MACHADO
ADVOGADO: MARCELO FARIA DE MATTOS
PARTE RÉ: WHITEJETS TRANSPORTES AEREOS LTDA
PARTE RÉ: RUI FARIA PAULO DE ALMEIDA
ADVOGADO: MARCELO FARIA DE MATTOS
Originário: 0109707-06.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
137 - 0001608-45.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001608-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:41
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
AGRAVADO: DROGARIA PIRACICABA LTDA ME

AGRAVADO: MAYCON GUIMARÃES GAZZOLI
AGRAVADO: ITAMAR JOSE DA ROCHA
AGRAVADO: JACKSON JOSE DA ROCHA
ADVOGADO: NIELSON GERALDO ROCHA
AGRAVADO: DAVI RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO: deivid pires novais
ADVOGADO: ALEXSANDRO CAMARGO SILVARES
Originário: 0106939-87.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
138 - 0001610-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001610-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:27
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0051948-50.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
139 - 0001613-67.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001613-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:37
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0014221-57.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
140 - 0001614-52.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001614-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:39
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0033243-04.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
141 - 0001615-37.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001615-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:22
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: DANIEL AYRES KALUME REIS
AGRAVADO: CRISTIANO DE ANDRADE LOPES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0001021-74.2007.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
142 - 0001619-74.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001619-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:25
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: WILLIAN ROCHA RAPOZO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0116985-64.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
143 - 0001620-59.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001620-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:28
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: BIANCA SOUZA BENTO
ADVOGADO: BIANCA BONADIMAN ABRÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0007649-51.2017.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
144 - 0001621-44.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001621-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:29
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: P. I. R. DOS S
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0009067-24.2017.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
145 - 0001622-29.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001622-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:18
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: APARECIDA ARLETE PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0078815-80.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
146 - 0001623-14.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001623-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:02
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
AGRAVADO: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 1A REGIAO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0170269-44.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
147 - 0001625-81.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001625-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:03
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: VINICIUS LOBO DA MOTTA
ADVOGADO: THIAGO MORAES FEREZIN
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO
ADVOGADO: GILBERTO DA GRACA COUTO FILHO
ADVOGADO: MARCOS VINICIUS MONTEIRO CALDAS
Originário: 0177160-30.2016.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
148 - 0001627-51.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001627-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:28
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: OGX PETRÓLEO E GÁS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO: SERGIO BERMUDES
Originário: 0100780-17.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
149 - 0001628-36.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001628-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DUNORTE BORDADOS LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0008413-51.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
150 - 0001629-21.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001629-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:31
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: STONEGRAN MINERAÇÃO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005769-14.2009.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
151 - 0001631-88.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001631-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:37
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: NEPENTHES FOGLES TESCH OLIVER
ADVOGADO: VALERIA CRISTINA BARCELLOS FARIA
Originário: 0180184-20.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
152 - 0001632-73.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001632-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:42
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0045235-59.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
153 - 0001633-58.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001633-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:45
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: CAROLINE TINOCO BOECHAT
ADVOGADO: BRUNO GOMES DE MELO
Originário: 0013863-13.2017.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
154 - 0001634-43.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001634-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 17:46
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: SPIDER CONTROL TRANSPORTES LTDA-EPP
ADVOGADO: ERICA BARBOZA VENTURINO
ADVOGADO: HENRIQUE PEREIRA BAPTISTA
Originário: 0134287-03.2015.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
155 - 0001635-28.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001635-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 18:42
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LUIZ TORRES COSTA FILHO
AGRAVADO: DELSO JOSE CARIDE FILHO
AGRAVADO: RENATO BATISTA DE SOUSA
AGRAVADO: MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DUTRA
AGRAVADO: TEREZINHA CASEMIRO ALBUQUERQUE
ADVOGADO: LEONARDO CAMANHO CAMARGO
ADVOGADO: PAULO GUSTAVO LOUREIRO OURICURI
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
Originário: 0050248-39.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
156 - 0001641-35.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001641-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:58
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ADEMIR ANTÔNIO DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000231-60.2011.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
157 - 0001644-87.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001644-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 19:00
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: CASAS BAHIA COML/LTDA
ADVOGADO: JOÃO ROGÉRIO ROMALDINI DE FARIA
AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000273-91.2011.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
158 - 0001646-57.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001646-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 19:01
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: IRACEMA BREVES DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0031896-38.2013.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
159 - 0001647-42.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001647-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:59
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: SEBASTIAO FERNANDO WERMELINGER LOMBA
ADVOGADO: ADALTO WERMELINGER LOMBA
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001763-45.2006.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
160 - 0001648-27.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001648-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 19:00
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
AGRAVADO: DROGARIA J P DE AUSTIN LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0112387-04.2015.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
161 - 0006763-63.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006763-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: JOSE CARLOS FERREIRA BARROZO
AGRAVANTE: TEREZA FLOR DE LIMA
ADVOGADO: ANNA CAROLINA GIANNINI CRUZ
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
Originário: 0002926-77.2003.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
162 - 0007803-80.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007803-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ZEIDE MARGARIDA DEL PIERO E SILVA
ADVOGADO: WANDERLEA ALMENARA MERLO EMMERICK OLIVEIRA
Originário: 0011655-86.2012.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
163 - 0012356-10.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012356-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS - RJ
PARTE RÉ: IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0114486-71.2015.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
164 - 0012680-97.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012680-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0182772-68.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
165 - 0013944-52.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013944-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA
ADVOGADO: BRUNO COSTA DE ALMEIDA
Originário: 0104900-40.2015.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
166 - 0100064-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100064-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:50
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
ADVOGADO: LILIANE NETO BARROSO
ADVOGADO: PAULA REGINA GUERRA DE RESENDE COURI
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0182609-20.2016.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
167 - 0001554-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001554-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 10:57
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AUTOR: EUNICE MARIA LARANJEIRA LUNA
ADVOGADO: LIVIA PINTO TEIXEIRA
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
RÉU: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A
ADVOGADO: DIEGO MONTEIRO BAPTISTA
RÉU: BANCO VOTORANTIM S/A
ADVOGADO: JOSE ANTONIO MARTINS
RÉU: BANCO BANRISUL S/A
ADVOGADO: CAROLINA RIBEIRO LOPES KUCERA
SUSCITANTE: JUÍZO DA 13º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPO GRANDE/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0087933-61.2015.4.02.5151 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Embargos Infringentes (AC) - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Embargos Infringentes - Embargos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
168 - 0037089-68.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.037089-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 18:35
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
EMBARGANTE: ASSOCIACAO CIRCO VOADOR - ATIVIDADES CULTURAIS, ARTISTICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS
ADVOGADO: PEDRO AFONSO VIEIRA BHERING
ADVOGADO: EDUARDO GOMES MENDES
APELANTE: NUMA - NÚCLEO DE CULTURA E MEIO AMBIENTE
ADVOGADO: FELIPE CORREA ROCHA
APELADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0037089-68.2012.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Petição - Vice-Presidência

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
169 - 0001561-71.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001561-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 12:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
REQUERENTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
REQUERIDO: ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA DA GLORIA - AAFFG
ADVOGADO: JUARES ALVES
Originário: 0000278-34.2011.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

Mandado de Segurança Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Mandado de Segurança - Processo Especial de Leis Esparsas - Processo Especial - Processo Criminal
170 - 0013234-95.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013234-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
IMPETRANTE: FABIO DE OLIVEIRA FERREIRA
IMPETRANTE: ERICSON LEÃO BEZERRA
ADVOGADO: BRUNO SILVA RODRIGUES

ADVOGADO: BERNARDO REZENDE NUNES
ADVOGADO: RAFAEL SERRA DE CARVALHO
IMPETRADO: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0506572-81.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
171 - 0000245-23.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000245-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
IMPETRANTE: NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA
IMPETRANTE: LAURA DA FONSECA AMADO
IMPETRANTE: VANDERLEIA DA FONSECA AMADO MONTEIRO
PACIENTE: MESSIAS DA SILVA MARTINS
ADVOGADO: NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA
ADVOGADO: LAURA DA FONSECA AMADO
ADVOGADO: VANDERLEIA DA FONSECA AMADO MONTEIRO
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0009224-79.2012.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
172 - 0001585-02.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001585-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 12:26
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
IMPETRANTE: ROBSON DA SILVA RIBEIRO JUNIOR
ADVOGADO: ROBSON DA SILVA RIBEIRO JUNIOR
IMPETRADO: JUIZO DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
PACIENTE: MARCIO VERÍSSIMO CERZEDELLO
Originário: 0500289-42.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
173 - 0001597-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001597-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 13:11
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO: JUIZO DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
PACIENTE: ANA MARIA SILVA DAS NEVES
Originário: 0811106-73.2008.4.02.5101 - 02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
174 - 0001651-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001651-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/03/2017 15:12
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE: CLOVIS MURILLO SAHIONE DE ARAUJO
IMPETRANTE: DANIELL HAGGE RORIZ DA COSTA
IMPETRANTE: KARINNA DE FREITAS BORGES
PACIENTE: ANDREA BRAGA DE CASTRO

ADVOGADO: CLOVIS MURILLO SAHIONE DE ARAUJO
ADVOGADO: DANIELL HAGGE RORIZ DA COSTA
ADVOGADO: KARINNA DE FREITAS BORGES
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0809967-23.2007.4.02.5101 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
175 - 0008987-08.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008987-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
IMPETRANTE: MARIA ANGELICA NOBRE CHAVES
PACIENTE: RENATO REGLY FERREIRA
ADVOGADO: MARIA ANGELICA NOBRE CHAVES
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS/RJ
Originário: 0000158-70.2011.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
176 - 0100063-45.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100063-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:30
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
IMPETRANTE: SIDNEY ROCHA DE SOUSA
PACIENTE: LUIS CARLOS BEZERRA DA SILVA
ADVOGADO: SIDNEY ROCHA DE SOUSA
IMPETRADO: JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0017122-61.2017.4.02.5101 - 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

BOLETIM: 2017000055

EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO ARTIGO 285, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), FICAM AS PARTES E TODOS OS INTERESSADOS, INTIMADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000150-12.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000150-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSE MARIA DA ROCHA
ADVOGADO: MARCO TULIO RODRIGUES DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000150-12.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000750-72.2010.4.02.5104 Número antigo: 2010.51.04.000750-1 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:44

Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: MARIA CAROLINA CARDOSO
ADVOGADO: TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000750-72.2010.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001502-39.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.001502-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA OLIVEIRA DA CRUZ
APELANTE: TERESA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
APELANTE: CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
ADVOGADO: TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
ADVOGADO: CAROLINA C DA SILVA G DOS SANTOS H DE MENEZES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001502-39.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0006684-87.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.006684-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CLAUDECIR ANTONIO PALAURO
ADVOGADO: VANESSA SOARES JABUR
ADVOGADO: JOYCE DA SILVA PASSOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0006684-87.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0007868-35.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.007868-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CELIO CARLOS FURTADO TEIXEIRA
ADVOGADO: LEONARDO ZICCARELLI RODRIGUES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007868-35.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0013546-65.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013546-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: DANIEL JORGE LISBOA SOARES

ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0013546-65.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0019814-72.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.019814-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SERGIO MATTOSO
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: ALEX SANDRO DA SILVEIRA GONCALVES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0019814-72.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0024465-31.2015.4.02.5117 Número antigo: 2015.51.17.024465-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOÃO RAMOS DA SILVA
ADVOGADO: SANDRA REGINA DA COSTA
ADVOGADO: UTHANT PIMENTEL
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0024465-31.2015.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0027624-30.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.027624-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ISOLINA LUIZA MELLO BITTENCOURT
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0027624-30.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0031819-79.1997.4.02.5104 Número antigo: 1997.51.04.031819-6 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 18:14
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NILTON SANTOS EDUARDO
APELANTE: MARIA DAS GRAÇAS MOREIRA
APELANTE: SAULO JOSE EDUARDO
APELANTE: MARIA DE LOURDES VIEIRA
APELANTE: GERALDO MAGELA EDUARDO

ADVOGADO: TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0031819-79.1997.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0038904-47.2015.4.02.5117 Número antigo: 2015.51.17.038904-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MILTON SOARES PINTO
ADVOGADO: EVERALDO ALMEIDA DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0038904-47.2015.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0050776-10.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.050776-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SULAMITA CRISTINA DOS SANTOS
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0050776-10.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0052840-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.052840-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOAO ROBERTO CRUZ PEREIRA
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
Originário: 0052840-90.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0053708-68.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.053708-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JEANETE DE OLIVEIRA ALCANTARA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0053708-68.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0071523-78.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.071523-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CLARINDO VELASQUE GAMA
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0071523-78.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0085492-63.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.085492-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: GABRIELA GONÇALVES MARQUES
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0085492-63.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0100284-87.2013.4.02.5005 Número antigo: 2013.50.05.100284-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EDISON FRANCISCO BADA
ADVOGADO: WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0100284-87.2013.4.02.5005 - 1ª VF Colatina

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0102546-51.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.102546-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:58
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PAULO CESAR DE SOUZA
ADVOGADO: VINICIUS LUDGERO FERREIRA
Originário: 0102546-51.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0103264-44.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.103264-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO EDUARDO FLOR
ADVOGADO: PÉRISSON LOPES DE ANDRADE
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0103264-44.2012.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0103790-06.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.103790-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ARLY COUTINHO SOARES
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0103790-06.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0106157-12.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.106157-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 15:00
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ANTONIO PIMENTEL
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0106157-12.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0107758-53.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.107758-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:57
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: JOAQUIM ALMEIDA JÚNIOR
ADVOGADO: WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0107758-53.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0109362-37.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.109362-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JORGE ANTONIO DA MOTTA
ADVOGADO: UIRA DE SOUZA MARTINS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0109362-37.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0112682-98.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.112682-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:31
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ORLANDO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0112682-98.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0114137-95.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.114137-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALMIR CHAVES
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0114137-95.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0114201-11.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.114201-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS ALBERTO REBELLO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0114201-11.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0119324-70.2014.4.02.5118 Número antigo: 2014.51.18.119324-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS HENRIQUE DANTAS
APELANTE: JOCELINO BATISTA DE CARVALHO
APELANTE: OSVALDINA DA SILVA PEREIRA
APELANTE: PAULO ROBERTO DA SILVA
ADVOGADO: MARCELO TORRES MOTTA
ADVOGADO: FELIPE AIRES E SOUZA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0119324-70.2014.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0119944-36.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.119944-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA DE LOURDES PATRICIO CHAGAS
ADVOGADO: MARCELO TORRES MOTTA
ADVOGADO: FELIPE AIRES E SOUZA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0119944-36.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0120847-37.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.120847-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:32
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: JOSÉ HOLIEN BLANK NASCIMENTO
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0120847-37.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0121401-69.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.121401-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:38
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: GERALDO ANGELO ROSALEM
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0121401-69.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0121530-83.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.121530-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:30
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SONIA MARIA GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: PHILIPI CARLOS TESCH BUZAN
ADVOGADO: RENATO JUNQUEIRA CARVALHO
Originário: 0121530-83.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0121849-42.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.121849-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:45
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: DELIO EDUVIRGES DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0121849-42.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0126104-43.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.126104-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EDSON MUNIZ GARCIA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0126104-43.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0126562-69.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.126562-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:07
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLAUDIONOR DERVANI FABRI
ADVOGADO: VANESSA DE FREITAS LOPES
ADVOGADO: JOSE ALCIDES BORGES DA SILVA
Originário: 0126562-69.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0127426-35.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.127426-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS ALBERTO SARDINHA
ADVOGADO: JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0127426-35.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0128192-54.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.128192-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: PANTHIO PEIXOTO VICENTE

ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: IGOR CORTES DE MEDEIROS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0128192-54.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0142550-24.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.142550-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HAMILTON GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE EDUARDO DO CARMO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0142550-24.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0143095-94.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.143095-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:59
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: MARIA DAS GRACAS BALDUCI
ADVOGADO: MARIA MARLINDA LIMA DE SOUZA TEJO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0143095-94.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0154616-36.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.154616-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: RINALDO DORNELLAS CAMARA
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
Originário: 0154616-36.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0157075-45.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.157075-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EDMIR MONTEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: FABÍOLA DA ROCHA LEAL DE LIMA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0157075-45.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0169266-25.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169266-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: RAIMUNDO SANTOS DE CARVALHO
ADVOGADO: Fabíola da Rocha Leal de Lima
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0169266-25.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0182068-55.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.182068-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FERNANDO CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA CLARO
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0182068-55.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0000869-05.2011.4.02.5102 Número antigo: 2011.51.02.000869-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 15:31
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO: BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000869-05.2011.4.02.5102 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0006426-68.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.006426-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ETT FIRST RH ASSESSORIA EMPRESARIAL
ADVOGADO: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0006426-68.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0104468-84.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.104468-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:59

Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SCC CARDIOERGO LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0104468-84.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0512968-36.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.512968-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DISPAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0512968-36.2000.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0008931-03.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.008931-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: AMIL PLANOS POR ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO: CAROLINA PURRI ARRAES LACERDA
ADVOGADO: DANIELA INGLEZ DE SOUSA BORGES
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0008931-03.2012.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0029399-95.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.029399-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:34
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: JOSÉ CARLOS PINHEIRO JUNIOR
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
APELADO: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0029399-95.2016.4.02.5117 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0043990-52.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.043990-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 03/03/2017 12:49
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: FERNANDO LUIZ BORNEO RIBEIRO
ADVOGADO: FERNANDO LUIZ BORNEO RIBEIRO

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0043990-52.2012.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0048251-52.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.048251-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: sindicato dos trabalhadores nas indústria de alimentação e afins de niterói
ADVOGADO: MARIA AUXILIADORA GONCALVES DE SOUZA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL VERSIANI CHIEZA
Originário: 0048251-52.2015.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
51 - 0083157-37.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.083157-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:25
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: WINESBURG GONÇALVES DE FARIA
ADVOGADO: LIVINGTON GONCALVES DE FARIA
ADVOGADO: RODRIGO LUSTOSA DE OLIVEIRA
APELADO: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0083157-37.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0101687-60.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.101687-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 18:15
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ADRIANO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
Originário: 0101687-60.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0102078-44.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.102078-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:58
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CVF SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP
ADVOGADO: JOSE EDUARDO COELHO BRANCO JUNQUEIRA FERRAZ
ADVOGADO: RODRIGO MENEZES PEREIRA DA ROCHA
APELADO: MACRO ENERGIA LTDA - ME
ADVOGADO: NILDOMAR CASSIO PEREIRA TEIXEIRA
APELADO: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0102078-44.2016.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0107783-57.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.107783-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 17:05
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: RENATA SAUWEN DO AMARANTE DE Y. SPINOLA
ADVOGADO: GABRIEL SANT'ANNA QUINTANILHA
ADVOGADO: FILIPE MOUTINHO LOPES
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0107783-57.2015.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
55 - 0116099-93.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.116099-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: APAS-ASSOCIACAO POLICIAL DE ASSISTENCIA A SAUDE DE RIBEIRAO PRETO
ADVOGADO: PATRICIA DOTTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE LUIZ MATTHES
ADVOGADO: HENRIQUE FURQUIM PAIVA
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0116099-93.2014.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0118393-93.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.118393-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: VAGNER TONINI CORREA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0118393-93.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
57 - 0118399-03.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.118399-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: ADAUTO FERREIRA LEMOS FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0118399-03.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0000544-39.2012.4.02.5120 Número antigo: 2012.51.20.000544-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: DOMINGOS CARLOS ALVINO
ADVOGADO: JUREMA ALVES DO NASCIMENTO ALMAWI
ADVOGADO: VINICIUS BENAK DE ABREU GISEE
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/RJ
Originário: 0000544-39.2012.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
59 - 0001760-23.2011.4.02.5006 Número antigo: 2011.50.06.001760-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GELSON NASCIMENTO
ADVOGADO: CHRISTOVAM RAMOS PINTO NETO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ªVARA FEDERALDE SERRA / ES
Originário: 0001760-23.2011.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
60 - 0006904-42.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.006904-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NILO CHRIST
ADVOGADO: FABIOLA DA ROCHA LEAL DE LIMA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0006904-42.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0021825-56.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021825-5 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 14:31
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VILMA DE FÁTIMA DE ARAÚJO SATYRO
APELADO: WILSON DE ARAÚJO SATYRO
ADVOGADO: HUGO LEONARDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RENATO FABIANO MARQUES OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO / RJ

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
62 - 0051187-53.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.051187-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARCO ANTONIO DELPHINO COELHO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0051187-53.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
63 - 0078687-94.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.078687-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA THEREZA DIAS PRADO
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: Juízo da 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 09VF/RJ
Originário: 0078687-94.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0102167-13.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.102167-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NELSON NUNES VIEIRA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0102167-13.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
65 - 0105422-76.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.105422-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NATHALIO DE QUEIROZ FILHO
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0105422-76.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0108535-38.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.108535-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSE DO CARMO DE CASTRO SAMPAIO
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0108535-38.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0109604-08.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.109604-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: THELEMACO HELMER DA LUZ
ADVOGADO: MURILO JOSÉ BORGONOVO
ADVOGADO: MARCELO ZAN NASCIMENTO
ADVOGADO: LÍGIA REGINA FERNANDES ZAN
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
ADVOGADO: IVAN CARLOS ROBERTO REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0109604-08.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
68 - 0115271-54.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.115271-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA APARECIDA DE ALMEIDA PEREIRA
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0115271-54.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0135394-89.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.135394-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: EURIDES COSTA
ADVOGADO: LUCIANA FERREIRA DA SILVA

REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
Originário: 0135394-89.2014.4.02.5110 - 04ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0150291-52.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.150291-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EDGARD SARDINHA DA CUNHA
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0150291-52.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0164946-29.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.164946-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSE MARIO DE MEDEIROS
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0164946-29.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0182567-39.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.182567-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: JOUBERT PINTO DA SILVA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
ADVOGADO: ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
Originário: 0182567-39.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0020655-38.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.020655-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: DROGARIA LIDER DA ZONA SUL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0020655-38.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0001932-61.2010.4.02.5050 Número antigo: 2010.50.50.001932-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARIA CELESTE VALENTE CARAO
ADVOGADO: LEONARDO PIZZOL VINHA
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Originário: 0001932-61.2010.4.02.5050 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0013536-26.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.013536-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Dirigida - 03/03/2017 17:29
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SARA AMARADEUS ESTEVES
ADVOGADO: NUBIA MARINHO DE SOUZA
ADVOGADO: FABIANA COSTA DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0013536-26.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0018764-11.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.018764-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 03/03/2017 18:04
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: GP COMERCIO VAREJISTA DE IMOVEIS LTDA - EPP
ADVOGADO: DANIEL BETTAMIO TESSER
ADVOGADO: THAÍS CRISTINA DE VASCONCELOS GUIMARÃES
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0018764-11.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0049048-31.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.049048-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: LUCIENE LYRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0049048-31.2015.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0107872-48.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.107872-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 13:59
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
PARTE AUTORA: NEIDE LACERDA EDUARDO
ADVOGADO: DIOGO DE MEDEIROS BARBOSA
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0107872-48.2013.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0114925-75.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.114925-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:40
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
PARTE AUTORA: MOISES PEDROSA MATOS
ADVOGADO: ELVIRA MARIA DE SOUZA PEREIRA GUERRA WERNECK
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0114925-75.2016.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
80 - 0101894-88.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.101894-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:57
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
PARTE AUTORA: GIULIA CHRISTIE DE SOUZA MARTINS
REPRESENTANTE: TALITA CRISTINA DE SOUZA
ADVOGADO: GENALVO HERBERT CAVALCANTE BARBOSA
PARTE RÉ: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0101894-88.2016.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0001650-94.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001650-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:59
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: CAPA ENGENHARIA S.A.
ADVOGADO: CHRISTIAN STROEHER
ADVOGADO: RICARDO PREIS DE FREITAS VALLE CORREA
AGRAVADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0170155-08.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0001703-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001703-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:42
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ELCIO EMANOEL LEMES SANDES
ADVOGADO: ANDRE FREIRE DE OLIVEIRA
Originário: 0022233-65.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0001717-59.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001717-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 19:08
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: BENTO NUNES MONTEIRO DE SOUZA
ADVOGADO: GLEISSON GIL DOS SANTOS SILVA
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0001612-82.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001612-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 13:50
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: NILZA MARIA AGUIAR DA SILVA PINTO
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA M. F. DE ARAUJO
Originário: 0000087-85.2013.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0001649-12.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001649-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:20
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SINGLE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
AGRAVADO: SINGULAR PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME
ADVOGADO: RODOLPHO DA CUNHA ROMEIRO DE ARAUJO
Originário: 0116732-33.2016.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0001652-64.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001652-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 03/03/2017 11:21
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: BELINE JOSE SALLES RAMOS
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE AUTORA: IPESSA INDUSTRIA DE PAPEL DO ESPIRITO SANTO S/A
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
Originário: 0001855-98.1993.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
87 - 0001655-19.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001655-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:34
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: PIO JOSÉ FANTI NASSAR
ADVOGADO: FELIPE PEREIRA DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0073116-93.2016.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
88 - 0001661-26.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001661-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 11:38
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: ROSANA MARIA ALVES SOUZA
ADVOGADO: MAÍRA DANCOS BARBOSA RIBEIRO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0121592-26.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
89 - 0001663-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001663-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:41
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: MARIA LUCIA DUARTE DOS SANTOS
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0016538-37.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0001665-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001665-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:03

Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: MARIA LUCINEA GOLTARA
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0021617-94.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
91 - 0001666-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001666-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:01
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: JOSE FERNANDO SERVINO
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0021644-77.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
92 - 0001668-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001668-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:14
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: VANDA CAETANO DA SILVA
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0021803-20.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
93 - 0001669-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001669-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:45
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: LUCIA HELENA VARGAS FORTES
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0025693-64.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
94 - 0001670-85.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001670-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:39
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: JORGE FERREIRA LOPES
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0030494-23.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0001671-70.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001671-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 13:27
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: SIMONE GUERRA MAZIERO
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0031319-64.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
96 - 0001672-55.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001672-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 13:28
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: MIRANI LUZ PORTO
ADVOGADO: LUISA DALVI ALVARENGA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0033158-27.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
97 - 0001674-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001674-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:16
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: DALTON DE LIMA CALDAS
AGRAVADO: GINA HADDAD TÁPIAS CALDAS
AGRAVADO: DALTON HADDAD TÁPIAS CALDAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0033619-96.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
98 - 0001675-10.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001675-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:20
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: ELIANE SOARES RASSELI
AGRAVADO: GABRIEL SOARES RASSELI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0034055-55.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
99 - 0001676-92.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001676-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:21
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: SONIA COELHO LAUVERS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0034879-14.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
100 - 0001677-77.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001677-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:23
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
AGRAVADO: NANCI DOTTI DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0038588-57.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
101 - 0001678-62.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001678-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:25
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: LAYNE DO BRASIL SONDAGENS LTDA
ADVOGADO: RENATA MARIA P. NOVOTNY
Originário: 0005109-30.2017.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0001684-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001684-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:08
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: REPROGRÁFICA BARRENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI EPP
ADVOGADO: ROBERTO DE ABREU E SILVA JUNIOR
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0042647-79.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
103 - 0001685-54.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001685-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:59
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: ALEXANDRE ANDRADE DA SILVA
ADVOGADO: LEANDRO DAUMAS PASSOS
ADVOGADO: YAN DUTRA MOLINA
Originário: 0132687-10.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
104 - 0001696-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001696-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:13
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: P. I. A. N. A. C. LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0182583-22.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
105 - 0001698-53.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001698-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:17
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: AMBEV S.A
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO A.S.BICHARA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0608588-80.1900.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
106 - 0001699-38.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001699-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 15:40
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO

AGRAVANTE: CARLOS TITO FULGENCIO MOSCHEN
ADVOGADO: EDNEY ALVES DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0150151-78.2015.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0001630-06.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001630-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 13:56
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MAURO LUCÉLIO PEIXOTO ACIOLY
AGRAVADO: LUCI DA SILVA LIMA SOUSA
AGRAVADO: JONATAS MARQUES DA COSTA
AGRAVADO: IRACI MACIEL PACHECO
AGRAVADO: CIREIDE TOSCANO PINHEIRO DE ALENCAR
ADVOGADO: ARAO DA PROVIDENCIA ARAUJO FILHO
Originário: 0007347-90.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
108 - 0001653-49.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001653-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:25
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: JOÃO BORGES NETTO
ADVOGADO: LUIZ FELIPE SEPULVEDA GOMIDE
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001530-74.2017.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
109 - 0001654-34.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001654-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 11:32
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: NELSON PASSAMANI BARBOSA
ADVOGADO: IVANOVICK RIBEIRO DE SOUZA
Originário: 0002775-72.1993.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
110 - 0001656-04.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001656-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:35
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: ALDO FIRMINO DOS SANTOS

ADVOGADO: MARCIA APARECIDA BARBOSA MEIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0107399-64.2015.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
111 - 0001657-86.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001657-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:37
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO - RJ
Originário: 0500446-15.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
112 - 0001658-71.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001658-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 12:00
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: PAES E DELÍCIAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AGRAVADO: FRANCISCO DE PAULA FREITAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000078-29.2003.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
113 - 0001660-41.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001660-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:47
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: OI S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0132247-48.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
114 - 0001662-11.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001662-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 11:40
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0133065-68.2013.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
115 - 0001664-78.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001664-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:05
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: CLAUDIO MOREIRA VICENTE
AGRAVADO: ZILMA VARANDA MOREIRA VICENTE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0011911-34.2009.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
116 - 0001667-33.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001667-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 12:19
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: JEAN GAUTHIER PINHEIRO DA FONSECA
ADVOGADO: MURILO DA COSTA LEITE
ADVOGADO: ANDREA SILVA DA COSTA LEITE
ADVOGADO: JOSE ALBERTO CYPRIANO MONTALVAO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: FRANKLIN PADRÃO JUNIOR
ADVOGADO: MARCELO MARTINS FADEL
PARTE RÉ: UBIRATAN DE SOUZA RIOS
ADVOGADO: ONIR DE CARVALHO PERES
ADVOGADO: MARCUS ANDRE DE O. PERES
Originário: 0011669-27.2013.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
117 - 0001673-40.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001673-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:38
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060084-36.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
118 - 0001679-47.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001679-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:30
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0135093-38.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
119 - 0001681-17.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001681-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 14:37
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: JACYDALVA DE ASSIS
ADVOGADO: REGINA ELIZABETH LIMA DA SILVA
Originário: 0530747-52.2010.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
120 - 0001682-02.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001682-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:07
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CARLOS ALBERTO DE AZEVEDO FERREIRA
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005117-07.2017.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
121 - 0001683-84.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001683-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:03
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: RICARDO DE OLIVEIRA VIDAL
AGRAVADO: SÉRGIO PALHARES
AGRAVADO: VILMA DE OLIVEIRA CAMPOS PEIXOTO
AGRAVADO: ANTONIO CARLOS RAMOS MAGNO
AGRAVADO: SHEILA MARIA CRUZ
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
Originário: 0123346-91.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
122 - 0001686-39.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001686-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:06
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: POSIDONIA SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
ADVOGADO: JOSE ESTEVAM MACEDO LIMA
ADVOGADO: DANIELA FEITOSA DA MOTA
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0500412-40.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
123 - 0001687-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001687-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:12
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0135093-38.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
124 - 0001688-09.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001688-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:29
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: ZENAIDE LEONEL DOS SANTOS
AGRAVANTE: MARIA HELENA LEONEL
AGRAVANTE: RAIMUNDA MARIA LEONEL
AGRAVANTE: IVONETE SOUSA SOARES
AGRAVANTE: LUANA OLIVEIRA DE MESQUITA
AGRAVANTE: ERICA SOUZA BATISTA SOARES
AGRAVANTE: ELIZABETH SOUZA BATISTA SOARES
AGRAVANTE: NIVEA DIAS DA SILVA
AGRAVANTE: MIRNA MARINHO
AGRAVANTE: MAURICEIA MARINHO
AGRAVANTE: MARCONDES MARINHO
AGRAVANTE: MARIA APARECIDA LEONEL PIRES
AGRAVANTE: VANDA DOMINGOS DA SILVA
AGRAVANTE: ODETE ARAUJO DA SILVA
AGRAVANTE: DANIELE DAIANA ARAUJO DA SILVA
AGRAVANTE: DANIEL CARLOS ARAUJO DA SILVA
AGRAVANTE: JOSÉ CAMILOLEONAEL
AGRAVANTE: JOÃO LEONEL SOBRINHO
ADVOGADO: LEONARDO ORSINI DE CASTRO AMARANTE
ADVOGADO: RENATA LIZE FERNANDES DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: BATEAU MOUCHE RIO TURISMO LTDA
ADVOGADO: PAULO MAGALHAES
ADVOGADO: ADRIANA BRASIL GUIMARAES
AGRAVADO: ITATIAIA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JOEL ALVES ANDRADE
ADVOGADO: ONURB COUTO BRUNO
AGRAVADO: PEDRO GONZALES MENDEZ
AGRAVADO: AVELINO FERNANDES RIVERA
AGRAVADO: ALVARO PEREIRA DA COSTA
AGRAVADO: FAUSTINO PUERTAS VIDAL
AGRAVADO: JOSE RAMIRO GANDARA FERNANDEZ
AGRAVADO: JUAN CARLOS RODRIGUEZ RODRIGUEZ
AGRAVADO: CARLOS GAMBINO MORGADE
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO MARINHO DE BRITO CHAVES
ADVOGADO: MARCELA MAFFEI QUADRA TRAVASSOS
Originário: 0042841-12.1998.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

125 - 0001689-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001689-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:17
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MIX RIO COMÉRCIO DE CONCRETOS E ARTEFATOS - EIRELI
AGRAVANTE: RICARDO SALES BARBOSA LEITE
ADVOGADO: GLADSTONE MIRANDA JUNIOR
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
Originário: 0184583-92.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
126 - 0001690-76.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001690-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:24
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ETELVINO JOSÉ NASCIMENTO
ADVOGADO: LEONARDO BARBIERI
Originário: 0126358-25.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
127 - 0001691-61.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001691-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 15:49
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: PAULO VICTOR DA COSTA AGUIAR
ADVOGADO: ELISANGELA NASCIMENTO CAMPOS DIAS
Originário: 0161375-79.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
128 - 0001692-46.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001692-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 15:53
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0047114-04.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
129 - 0001693-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001693-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: CHRISTIANE XAVIER PIM
AGRAVADO: FABIO CORREA DUTRA
AGRAVADO: MARA SALETE PIM FONSECA
AGRAVADO: IVAN CARLOS MOREIRA FONSECA
AGRAVADO: LUCIANO XAVIER PIM
AGRAVADO: REGINA NUNES PIM
ADVOGADO: CÉSAR DE AZEVEDO LOPES
PARTE RÉ: DELZA XAVIER PIM
PARTE RÉ: MÁRIO PIM
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0003353-26.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
130 - 0001694-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001694-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:05
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: OSLY DA SILVA FERREIRA NETO
AGRAVADO: GILSON MOURA
AGRAVADO: SANDRA MARIA COELHO MOURA
ADVOGADO: FRANCISCO A CARDOSO FERREIRA
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003395-75.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
131 - 0001695-98.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001695-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:09
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: IRACEMA PIRES DE MIRANDA
ADVOGADO: GUILHERME COELHO MACHADO
Originário: 0003364-55.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
132 - 0001697-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001697-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:14
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: AMANDA DAS GRAÇAS OLIVEIRA PESSANHA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0008807-44.2017.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
133 - 0001700-23.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001700-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:46
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: VIVACQUA IRMÃOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO: OMAR KOURY JUNIOR
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: IMOBILIARIA CAMBURI LTDA
ADVOGADO: FELIPE ITALA RIZK
Originário: 0000884-21.1990.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
134 - 0001701-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001701-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:27
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0055821-58.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
135 - 0001702-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001702-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 18:53
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
AGRAVADO: ALFREDO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
AGRAVADO: KÁTIA GUIMARÃES FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DE PAIVA VAZ
Originário: 0005117-90.2006.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
136 - 0001704-60.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001704-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 20:02
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
ADVOGADO: YASMIN ARBEX RIBEIRO

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ARLEUSE SALOTTO ALVES
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0175904-94.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
137 - 0001705-45.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001705-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:42
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0055692-53.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
138 - 0001706-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001706-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:57
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: OI S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0044912-54.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
139 - 0001707-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001707-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:44
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0049930-56.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
140 - 0001708-97.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001708-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:47
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0050532-47.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
141 - 0001709-82.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001709-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: OI S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0052053-27.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
142 - 0001710-67.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001710-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:52
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0052742-71.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
143 - 0001712-37.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001712-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 17:49
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ
Originário: 0002634-44.2017.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
144 - 0001713-22.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001713-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:51
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: CELESTE DA COSTA DEZORZI
AGRAVADO: DALILA DA SILVA CARVALHO - ESPÓLIO
AGRAVADO: LETICE ROQUE DA SILVA
AGRAVADO: MARIA FILOMENA MENDES PINHEIRO DE FREITAS
AGRAVADO: MARIA JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO
AGRAVADO: NEUSA NUNES DE FIGUEIREDO
AGRAVADO: MARIA NUNES DE OLIVEIRA
AGRAVADO: MARIA DE LOURDES BASTOS DA SILVA
AGRAVADO: TEREZINHA DE JESUS DAVICO
AGRAVADO: MARIA LYDIA GOES DA SILVA
ADVOGADO: ADRIANA NASCIMENTO GARCEZ
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0004516-02.1997.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
145 - 0001714-07.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001714-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 17:55
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0052752-18.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
146 - 0001715-89.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001715-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:59
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: OI S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0064625-15.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
147 - 0001716-74.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001716-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 19:06
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0054330-16.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
148 - 0001718-44.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001718-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:58
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0064706-61.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

149 - 0001719-29.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001719-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:02
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0014565-38.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
150 - 0001720-14.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001720-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 19:11
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0052781-68.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
151 - 0001721-96.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001721-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 19:08
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0054713-91.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
152 - 0001722-81.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001722-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 19:11
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0037434-92.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
153 - 0009798-31.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009798-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 16:49
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: RINALDO TOSCANO DE SOUZA
AGRAVANTE: JOÃO RANULFO DO NASCIMENTO
AGRAVANTE: NORMA NEVES ESTEVES

AGRAVANTE: ACELINO ORTIZ DOS SANTOS
AGRAVANTE: CYNTHIA DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
ADVOGADO: ARAO DA PROVIDENCIA ARAUJO FILHO
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0123184-96.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
154 - 0010951-02.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010951-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Dirigida - 03/03/2017 19:09
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ALES - APOIO LOGISTICO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO: JULIA DE MIRANDA DIAS
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0038966-43.2012.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
155 - 0012936-06.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012936-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 03/03/2017 17:59
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: GRANITOS REIS LTDA. ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015268-22.2009.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
156 - 0100051-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100051-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 16:44
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL BURKLE WARD
AGRAVADO: JACI DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: PATRICE FABINO CABRAL SENA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0022757-38.2008.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Ação Rescisória - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
157 - 0000810-84.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000810-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:32
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AUTOR: JUREMA DOS SANTOS MOREIRA

ADVOGADO: AGOSTINHO CAMPOS
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: ELZA SOUZA DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0010825-82.2010.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Ação Rescisória - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
158 - 0001616-22.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001616-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:00
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR: HERMANN RUDOLF KNOBLAUCH
ADVOGADO: VINICIUS BRAGA HAMACEK
ADVOGADO: GLEUBERT AUGUSTO CARVALHO COELHO
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000310-60.2011.4.02.5001 - 1ª VF Serra

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
159 - 0001422-22.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001422-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 03/03/2017 18:58
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE: PAULO HEBER GOMES DOS SANTOS
IMPETRANTE: LUCAS ALCANTARA DE BRAGANÇA
PACIENTE: RAFAEL DE OLIVEIRA VIEIRA
ADVOGADO: PAULO HEBER GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: LUCAS ALCANTARA DE BRAGANCA
IMPETRADO: EXMO. SR. MINISTRO DA JUSTIÇA

Conflito de jurisdição - Turma Espec. I -Penal, Prev. e Prop. Ind.
Conflito de Jurisdição - Incidentes - Questões e Processos Incidentes - Processo Criminal
160 - 0100739-27.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100739-6 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição por Prevenção - 03/03/2017 14:34
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AUTOR: BANCO CITIBANK S/A
ADVOGADO: ANA PAULA DE ALMEIDA ROSSI
RÉU: SEVERO TEIXEIRA TAVARES
RÉU: JOSÉ DE MOURA FILHO
RÉU: ANDREA BORGES DE MOURA
ADVOGADO: CARLO HUBERTH CASTRO CUEVA E LUCHIONE
SUSCITANTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0529467-85.2006.4.02.5101 - 02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
161 - 0001524-50.2011.4.02.5110 Número antigo: 2011.51.10.001524-0 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/03/2017 19:12
Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NEUZA MARIA DE SOUZA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0001524-50.2011.4.02.5110 - 06ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

BOLETIM: 2017000056

EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO ARTIGO 285, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), FICAM AS PARTES E TODOS OS INTERESSADOS, INTIMADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000311-33.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.000311-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:35
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: DYRK COSTA DUARTE DA SILVA
ADVOGADO: JORGE LUIZ MILLELI FERNANDES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000311-33.2016.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000431-22.2010.4.02.5002 Número antigo: 2010.50.02.000431-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SEBASTIANA SCHWAN STANZANI
ADVOGADO: CASSIA BERTASSONE DA SILVA
ADVOGADO: HIGNER MANSUR
Originário: 0000431-22.2010.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0004908-57.2016.4.02.5106 Número antigo: 2016.51.06.004908-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:38
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: PHILIPPE GUEDON
ADVOGADO: VALERIA TELLES DA CUNHA
ADVOGADO: THAINAN DE FREITAS BECKER
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0004908-57.2016.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0008648-38.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.008648-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:34
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: FRANQUILINA MARIA BERNARDES DE FREITAS
ADVOGADO: APARECIDA PEREIRA DE SOUZA PAES
ADVOGADO: RAUL PAES JUNIOR
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0008648-38.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0012149-09.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.012149-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:36
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS FUGULIM
ADVOGADO: PHILIPI CARLOS TESCH BUZAN
Originário: 0012149-09.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0014576-72.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.014576-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0014576-72.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0015786-65.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.015786-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: NORBERTO PAULO SIMON
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
ADVOGADO: JULIANA DE PAIVA ALMEIDA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0015786-65.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0024166-02.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.024166-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ARLINDO MARTINS DE ALMEIDA
ADVOGADO: SANDRA REGINA DA COSTA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0024166-02.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0027349-81.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.027349-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: RENATO MARTINS CONDE
ADVOGADO: ALBIANA DE SOUZA CARLOTA LOPES GUERREIRO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0027349-81.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0027569-45.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.027569-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:06
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MAURO VIEIRA GONÇALVES
ADVOGADO: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
Originário: 0027569-45.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0045299-69.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.045299-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:44
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS ROBERTO DE MACEDO DA SILVA
ADVOGADO: PAULA STELET ROCHA
Originário: 0045299-69.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0047925-95.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.047925-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: WALDIR DUARTE
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0047925-95.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0048200-35.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.048200-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:43
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: FLAVIO SANTOS COELHO
ADVOGADO: FABIANO DE CARVALHO QUEIROZ
ADVOGADO: SIDNEI DE ALMEIDA SANTOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0048200-35.2015.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0050162-39.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.050162-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: NANCY CHUAIRI
ADVOGADO: NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
Originário: 0050162-39.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0050892-49.2016.4.02.5111 Número antigo: 2016.51.11.050892-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:28
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE DE ALMEIDA
ADVOGADO: JULIANA DE PAIVA ALMEIDA
Originário: 0050892-49.2016.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0057250-94.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.057250-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: PAULO CUSTODIO DE SOUZA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0057250-94.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0060234-51.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.060234-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:40
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: ANA LUCIA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS GARCIA GREGORES
ADVOGADO: FABIO PICANCO DE SEIXAS LOUREIRO
ADVOGADO: THIAGO GUIMARAES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: EDMILSON FERREIRA DO NASCIMENTO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060234-51.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0067753-20.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.067753-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ARLINDO JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0067753-20.2015.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0068027-07.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.068027-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:30
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: LUIZ MARIANO DE ALMEIDA
ADVOGADO: CLAUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
ADVOGADO: LOURDES MARIA DE SOUZA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0068027-07.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0070601-31.2015.4.02.5103 Número antigo: 2015.51.03.070601-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 06/03/2017 12:02
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: AMILTON FRANCISCO CALDEIRA
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0070601-31.2015.4.02.5103 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0075039-79.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.075039-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JORGE ROSA
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
ADVOGADO: ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0075039-79.2015.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0075590-86.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.075590-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TARCISIO RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
ADVOGADO: ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0075590-86.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0076183-33.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.076183-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:46
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JORGE DINIZ
ADVOGADO: CLAUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
Originário: 0076183-33.2016.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0077942-17.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.077942-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:21
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ROSA FERNANDES COELHO
ADVOGADO: ARIDES BRAGA NETO
ADVOGADO: HORACIO DE SOUZA FERREIRA JUNIOR
Originário: 0077942-17.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0080763-57.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.080763-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:54
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: NELLY PINTO DA SILVA

ADVOGADO: CLAUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
ADVOGADO: LOURDES MARIA DE SOUZA
Originário: 0080763-57.2016.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0094184-17.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.094184-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:29
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OLGA TAVARES CORREA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
Originário: 0094184-17.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0103888-93.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.103888-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PEDRO AUGUSTO DE MACEDO E SILVA DE MORAND BENTES
ADVOGADO: MARCO AURELIO M.DE VASCONCELLOS
Originário: 0103888-93.2012.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0108469-92.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.108469-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSÉ ARILDO FERREIRA
ADVOGADO: ANDRE ARAUJO ALVES DA SILVA
ADVOGADO: JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS
ADVOGADO: CASSIA BERTASSONE DA SILVA
ADVOGADO: David Ramos Vieira
ADVOGADO: Carla Vicente Pereira
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0108469-92.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0119123-04.2015.4.02.5002 Número antigo: 2015.50.02.119123-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ARNOLDO BATISTA DE FRANÇA
ADVOGADO: JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0119123-04.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0119380-11.2015.4.02.5105 Número antigo: 2015.51.05.119380-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:41
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SYLVIO BRANDAO LEITE
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
Originário: 0119380-11.2015.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0122198-16.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.122198-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSE ROBERTO DOS SANTOS
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0122198-16.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0124243-22.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.124243-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS ALBERTO BENEVENTE DA SILVA
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: ALEX SANDRO DA SILVEIRA GONCALVES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0124243-22.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0124245-98.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.124245-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS ALFREDO VASQUES MACHADO GUIMARAES
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0124245-98.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0127489-35.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.127489-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HENRIQUE DE NARDI
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO ELIAS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0127489-35.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0128071-35.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.128071-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:35
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JOEL VIEIRA MOREIRA
ADVOGADO: MURILO JOSÉ BORGONOVO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0128071-35.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0128514-74.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.128514-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:36
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JOSE MILTON FERREIRA PEREIRA
ADVOGADO: CLAUSNER SILVA DOS SANTOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0128514-74.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0131384-58.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.131384-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:35
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: SALVADOR VELTRI
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0131384-58.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0131726-15.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.131726-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:46
Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: ORANY MARTINS CORREA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0131726-15.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0131972-05.2015.4.02.5003 Número antigo: 2015.50.03.131972-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:53
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARIA ROSA BARBOSA VINTURINI
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0131972-05.2015.4.02.5003 - 1ª VF Sao Mateus

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0133582-39.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.133582-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:54
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: LOURDES ISHIBARRO
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0133582-39.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0137245-68.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137245-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:45
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE HONORIVAL ALVES RODRIGUES
ADVOGADO: NELIETE GOMES PEREIRA ARAUJO
Originário: 0137245-68.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0137256-54.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.137256-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:50
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: FRANCISCO CARLO MARAVALHO
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: IGOR CORTES DE MEDEIROS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0137256-54.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0142356-87.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.142356-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:37
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: PAULO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOAO GILBERTO ARAUJO PONTES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0142356-87.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0151720-54.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.151720-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NILZA GOES DE ASSIS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0151720-54.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0152323-93.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.152323-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:25
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: FERNANDO APARECIDO FERREIRA SOBRINHO - EPP
ADVOGADO: THIAGO CRUZ CAVALCANTI
APELADO: FAFS LTDA - ME
ADVOGADO: FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE
Originário: 0152323-93.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0155662-26.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.155662-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:07
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARIA TERESINHA CAMPOS DA PAZ
ADVOGADO: WANDERLEY RIBEIRO NUNES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0155662-26.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0156974-37.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.156974-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:11
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: YEDDA DAS DORES GASPAR
ADVOGADO: WANDERLEY RIBEIRO NUNES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0156974-37.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0163512-05.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.163512-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: PAULO LIMA BARBOSA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0163512-05.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0001370-54.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.001370-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: LOREAL BRASIL COML/ DE COSMETICOS LTDA
APELANTE: PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA
ADVOGADO: MARCELO MARQUES RONCAGLIA
ADVOGADO: ALAN ADUALDO PERETTI DE ARAUJO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001370-54.2014.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0003311-21.2010.4.02.5120 Número antigo: 2010.51.20.003311-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:34
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FATH LTDA
APELADO: ROSEMIR DE SOUZA
ADVOGADO: ANDERSON LUIZ GROTZ MARQUES
Originário: 0003311-21.2010.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

51 - 0004063-93.2009.4.02.5001 Número antigo: 2009.50.01.004063-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 15:13
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: INDUSTRIA DE BEBIDAS MESTRE ALVARO LTDA
APELANTE: JOAO GILBERTI SARTORIO
APELANTE: JACARAÍPE COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA
APELANTE: TRADE CITY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE RIBEIRO
ADVOGADO: CATIA SOUZA MACHADO
ADVOGADO: BRUNO RAPHAEL DUQUE MOTA
ADVOGADO: CLAUDIA BARBOSA DE OLIVEIRA MELLO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MAR ABERTO GESTÃO DE ATIVOS LTDA
ADVOGADO: FÁBIO NEFFA ALCURE
ADVOGADO: ALEXANDRE PUPPIM
ADVOGADO: MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA
Originário: 0004063-93.2009.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0005769-24.2003.4.02.5001 Número antigo: 2003.50.01.005769-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:35
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JOAO BATISTA POZZATO RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005769-24.2003.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0009087-15.2003.4.02.5001 Número antigo: 2003.50.01.009087-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:35
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LUIZ CARLOS BINAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0009087-15.2003.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0009667-88.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.009667-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 16:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: CLAUDIA LARICA PITANGA
ADVOGADO: EMÍLIO AUGUSTO TRINXET BRANDÃO JÚNIOR
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0009667-88.2016.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
55 - 0012840-19.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.012840-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 16:58
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CELISTICS OPERADORES LOGISTICOS E ARMAZENS GERAIS LTDA
ADVOGADO: ALFREDO MARTINS PATRAO LUIS
Originário: 0012840-19.2013.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0020704-06.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.020704-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:35
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: LENI MARTINS DE OLIVEIRA CASTRO MEIRELLES
ADVOGADO: GUSTAVO DO AMARAL MARTINS
ADVOGADO: LYVIA DE MOURA AMARAL SERPA
ADVOGADO: FLAVIO SOARES ARAUJO DOS SANTOS
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0020704-06.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
57 - 0052073-18.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.052073-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:47
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: ANTONIO PIRES ALVES
ADVOGADO: BENHUR DOS SANTOS CAVALCANTI
ADVOGADO: AIDE CABRAL PIEDADE
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0052073-18.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0071905-37.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.071905-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:34
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: C.K.R PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0071905-37.2016.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

59 - 0101192-25.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.101192-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:23
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ARGALIT INDUSTRIA DE REVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADO: HAROLDO ALMEIDA SOLDATELI
ADVOGADO: JANINE XAVIER MARUM
ADVOGADO: EDUARDO KNIJNIK
ADVOGADO: EVANDRO SANT'ANNA SONCIM
Originário: 0101192-25.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
60 - 0103034-94.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.103034-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 18:14
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: BROOKFIELD BRASIL SHOPPING CENTERS LTDA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS GARCIA DE SOUZA
ADVOGADO: EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET
ADVOGADO: TATIANA SUMAR SURERUS DE CARVALHO
ADVOGADO: LUCAS GASPARETE DOS REIS CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0103034-94.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0121600-62.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.121600-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:25
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ESTACIO INOCENCIO BORGES
ADVOGADO: BENEDITA VIEIRA AZEVEDO
ADVOGADO: DILZA HIGINO COSTA
Originário: 0121600-62.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
62 - 0127301-42.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.127301-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:32
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ERNANI CESAR DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARIA HELENA XIBLE SALLES RAMOS
ADVOGADO: RAPHAEL BARROSO DE AVELOIS
ADVOGADO: NATHALIA XIBLE SALLES RAMOS
Originário: 0127301-42.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
63 - 0174446-22.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.174446-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CITERA INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO REBELLO HORTA
ADVOGADO: MARIANA FERREIRA FINEBERG DE ANGELIS
ADVOGADO: CAROLINA MARTINS MOREIRA ROCHA
Originário: 0174446-22.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0530466-04.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.530466-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:26
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LATICINIOS RENATA LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0530466-04.2007.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
65 - 0534566-70.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.534566-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:16
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LABORATORIO BRAQUIFAR LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0534566-70.2005.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0000154-67.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.000154-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 17:35
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APELADO: CARLOS RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000154-67.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0000269-77.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000269-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:29
Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JAL TRANSPORTADORA LTDA
APELADO: ADRIANO AUGUSTO DE SOUZA MIRANDA
ADVOGADO: SEBASTIAO ANTONIO MORAIS LEMOS
Originário: 0000269-77.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
68 - 0000412-66.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000412-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:41
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: CARLOS ROBERTO DE RESENDE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000412-66.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0000630-52.2012.4.02.5106 Número antigo: 2012.51.06.000630-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARA LUCIA GUERGHE THIMOTEO
APELANTE: MARIA CELIA GUERGHE DE CARVALHO
APELANTE: MARISE GUERGHE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARMEN GUERGHE THIMOTEO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000630-52.2012.4.02.5106 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0000867-30.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.000867-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:22
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELANTE: MUNICIPIO DE NITEROI
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ
APELADO: ELSON LOPES BRAGA
REPRESENTANTE: BIANCA DOS SANTOS BRAGA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0000867-30.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0000872-53.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000872-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 16:57
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LOTERIA DE PROGNOSTICOS DE PARAIBA DO SUL LTDA
ADVOGADO: ROBERTO CARLOS BARBOSA DE CARVALHO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
Originário: 0000872-53.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0000902-18.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.000902-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:38
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: MAYARA CRISTINE RODRIGUES NOE
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
Originário: 0000902-18.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0001084-75.2011.4.02.5006 Número antigo: 2011.50.06.001084-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:37
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 13 REGIAO - ES
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL
APELADO: DANIELLE DA SILVA GARCIA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001084-75.2011.4.02.5006 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0001644-20.2011.4.02.5102 Número antigo: 2011.51.02.001644-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 12:48
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: MILTON DA SILVA SANTOS JUNIOR
ADVOGADO: ANDREA PERAZOLI
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
PARTE AUTORA: JACQUELINE LIMA DA COSTA SANTOS
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO BATISTA DA SILVA
Originário: 0001644-20.2011.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0003587-79.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.003587-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LARISSA AVANCE PAVESI
APELADO: THIAGO SOUZA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: RENATO MACIEL KOCK
Originário: 0003587-79.2014.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0004547-60.1999.4.02.5001 Número antigo: 1999.50.01.004547-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:47
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: MAGDA MARIA BARRETO
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: TECSERVICE LOCACOES SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0004547-60.1999.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0004573-53.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.004573-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 15:32
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LUIZA RODRIGUES FURTADO
ADVOGADO: RENATA CONCEICAO MILITAO BETELLA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
Originário: 0004573-53.2016.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0004706-34.2012.4.02.5102 Número antigo: 2012.51.02.004706-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:46
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: ROSILENE MARINHO DE CASTRO
ADVOGADO: JOUCIMAR MARINHO DE CASTRO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ADRIANA MAZZIOLI DA SILVA
ADVOGADO: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEDRAZZI
Originário: 0004706-34.2012.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0005030-75.2008.4.02.5001 Número antigo: 2008.50.01.005030-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:50

Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: MAGDA HELENA MALACARNE
APELADO: DESIGN METALLIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: GUILHERME LARANJA DA CONCEICAO
Originário: 0005030-75.2008.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
80 - 0005419-55.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.005419-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 06/03/2017 13:40
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JOAO ALVES DA CRUZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005419-55.2011.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0010281-57.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.010281-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:57
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
APELADO: CASA DA DINDA RACOES LTDA
ADVOGADO: DJENANI CRISTINA DOS SANTOS FREITAS
Originário: 0010281-57.2016.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0010972-06.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.010972-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:15
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: MAYARA COM/ DE ROUPAS LTDA ME
APELADO: FREDERICO GUILHERME KUMLIN D OREY
ADVOGADO: LUCIANA FERREIRA CUQUEJO
ADVOGADO: NATALIA WAKED FURTADO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: EDUARDO ARAUJO BRUZZI VIANNA
ADVOGADO: KARINE VOLPATO GALVANI
Originário: 0010972-06.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0012595-27.2007.4.02.5001 Número antigo: 2007.50.01.012595-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:14
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: NILSO SOELLA
APELADO: SODAM INVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADO: AUGUSTO SILVEIRA LUPPI GOLDNER
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS SILVA
ADVOGADO: ALCEU BERNARDO MARTINELLI
ADVOGADO: JACYMAR DELFINNO DALCAMINI
Originário: 0012595-27.2007.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0012680-86.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.012680-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 12:52
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARLOS PINTO PORTELA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
Originário: 0012680-86.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0014117-90.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.014117-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:40
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JOÃO DIAS DA COSTA
APELANTE: CELESTE MARLY DORNELAS DA COSTA
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA LEAL
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
Originário: 0014117-90.2015.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0014561-69.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014561-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:41
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: VERA LUCIA DE JESUS REIS
ADVOGADO: JOAO BATISTA CUNHA ALVES DE SOUZA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
Originário: 0014561-69.2014.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
87 - 0015978-95.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.015978-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:04
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS

APELADO: SIMONE APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015978-95.2016.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
88 - 0017455-13.2003.4.02.5001 Número antigo: 2003.50.01.017455-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - CRA/RS
ADVOGADO: HERMETO ROCHA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: LUCIANE ARAUJO DO NASCIMENTO
APELADO: CLEOMAR ALBERTO CEREZER
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0017455-13.2003.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
89 - 0042301-36.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.042301-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:25
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZACAO PROFISSIONAL NO EST. DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 1a REGIAO
ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO IELPO JANNUZZI JUNIOR
Originário: 0042301-36.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0042390-59.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.042390-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:42
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: CLAUDIA VALERIA DOS SANTOS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
PARTE RÉ: FREDERICA TROUPE DE SANEAMENTO LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0042390-59.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
91 - 0046373-03.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.046373-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:28
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APELANTE: MARIA CELIA RIBEIRO DE ARAUJO BRUCE
APELANTE: MARIA LUIZA NAVAES CALDAS
APELANTE: VANESSA MARIA DE SOUZA E SILVA

APELANTE: WALTENIR DE ARAUJO
APELANTE: SELMA DA SILVA PINTO
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0046373-03.2012.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
92 - 0046480-47.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.046480-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA CONCEICAO DE FATIMA CHARCHAR FROES
APELADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
Originário: 0046480-47.2012.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
93 - 0054662-51.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.054662-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:42
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: TERESA DE CASTRO
ADVOGADO: TERESA DE CASTRO
Originário: 0054662-51.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
94 - 0056550-18.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.056550-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: DAYANA SAMPAIO RAMOS MEIRELES
ADVOGADO: NATAL DO CARMO AZEVEDO CHAVES
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
APELADO: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
ADVOGADO: RODRIGO MAGALHÃES DE OLIVEIRA
Originário: 0056550-18.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0085139-83.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.085139-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: MARCO ANTONIO DOS SANTOS SOUZA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0085139-83.2016.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
96 - 0103437-63.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.103437-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SANDRA MARCIA SIMOES DOS SANTOS
APELADO: RUI CAMARA BARBOSA
APELADO: RUBENS TADEU DE CARVALHO
APELADO: RUBENS NARDO
APELADO: ROSEMAR FERNANDES SALA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
ADVOGADO: ARAO DA PROVIDENCIA ARAUJO FILHO
Originário: 0103437-63.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
97 - 0116740-47.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.116740-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LEIA CARVALHO DE SOUSA
REPRESENTANTE: FERNANDO CESAR CARVALHO DE SOUSA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0116740-47.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
98 - 0120186-25.2015.4.02.5112 Número antigo: 2015.51.12.120186-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:19
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: MUNICIPIO DE NATIVIDADE
APELANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE - NATPREVI
ADVOGADO: PEDRO MORUCCI MACHADO DE ALMEIDA
ADVOGADO: ALEXSANDRO GLORIA DE SOUZA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0120186-25.2015.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
99 - 0121274-97.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.121274-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: ALEXANDRE BRETAS SIMÕES
ADVOGADO: ANTONIO SALVADOR BORGES DOS REIS MONIZ DE ARAGAO
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0121274-97.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
100 - 0129467-38.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.129467-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:55
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: JORGE TEIXEIRA RIBAS
APELANTE: ELIANE PEREIRA AMARAL
ADVOGADO: ANDRE SIMOES SOARES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY
Originário: 0129467-38.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
101 - 0132217-13.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.132217-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:32
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APELADO: MARCO AMERICO LUCCHESI
APELADO: LAURA SALIGNAC DE SOUZA GUIMARAES PRI
APELADO: CARLOS FREDERICO BERNARDO LOUREIRO
APELADO: WILTON ZUMPICHIATTI ARRUDA
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
Originário: 0132217-13.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0141805-44.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.141805-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 12:27
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO – CDURP
ADVOGADO: GABRIELA BELLUOMINI ALVES CRUZEIRO
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE ALVES PEREIRA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELADO: FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0141805-44.2015.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

103 - 0153262-10.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.153262-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 18:39
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: FRANCISCO ANTONIO DA CUNHA AZEVEDO
ADVOGADO: MARCIO MARQUES PASSOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO: JACKSON UCHOA VIANNA
Originário: 0153262-10.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
104 - 0500116-09.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.500116-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:23
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: TROLENGENHARIA, CONSTRUÇÕES, CONCESSIONÁRIA EM INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES LTDA EPP
ADVOGADO: REINALDO KLASS
APELADO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: HUGO RIBEIRO FERREIRA
ADVOGADO: MARA ROCHA AGUILAR
ADVOGADO: MAURICIO VASCONCELOS GALVAO FILHO
PARTE RÉ: BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI
Originário: 0500116-09.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
105 - 0500471-14.2015.4.02.5117 Número antigo: 2015.51.17.500471-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 16:40
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: JOSE LUIZ DA SILVA PAUZEIRO
APELANTE: JULIO CEZAR DA SILVA PAUZEIRO
ADVOGADO: AUGUSTO CESAR FERNANDES GOMES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0500471-14.2015.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
106 - 0504965-19.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.504965-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 15:23
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: MARCIO BRAZIL LENZ CESAR
ADVOGADO: JOSÉ NICODEMOS CAVALCANTI DE OLIVEIRA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0504965-19.2005.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0000195-18.2011.4.02.5105 Número antigo: 2011.51.05.000195-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUIZ ALBERTO PAPINI SCHIMIDT
ADVOGADO: LUIZ ALBERTO PAPINI SCHIMIDT
APELADO: ANTONIO CARLOS PAPINI SCHIMIDT
APELADO: VERA LUCIA DA SILVA SCHIMIDT
ADVOGADO: ALESSANDRA COSTANZA DA SILVA SCHIMIDT
ADVOGADO: VIVIANE DOS SANTOS MACHADO
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE PETROPOLIS-RJ
Originário: 0000195-18.2011.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
108 - 0000329-43.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000329-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GRAZIELE VANDERLI VIANA BARBOSA
ADVOGADO: ANDRE LUIS PICLUM DAER
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0000329-43.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
109 - 0000494-90.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000494-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:21
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: SALOMAO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
ADVOGADO: JOAO BOSCO DE AGUIAR
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0000494-90.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
110 - 0001649-71.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.001649-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 12:49
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: FRANCISCO CARLOS COSTA DO CARMO
ADVOGADO: JOSELENE BARRETO DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0001649-71.2013.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
111 - 0002258-19.2011.4.02.5104 Número antigo: 2011.51.04.002258-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: AFFONSO VICTOR RAMOS
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0002258-19.2011.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
112 - 0002899-52.2012.4.02.5110 Número antigo: 2012.51.10.002899-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JORGE RICARDO ANTÔNIO PEREIRA
ADVOGADO: CLILIRI ROSA E SILVA SILVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
Originário: 0002899-52.2012.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
113 - 0003620-94.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.003620-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ITALO DE JESUS RODRIGUES
REPRESENTANTE: ELIANE DE JESUS
ADVOGADO: DANIELA MOREIRA DE LIMA NEVES
REMETENTE: JUÍZO DA 13º VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0003620-94.2013.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
114 - 0008133-37.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008133-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MOACYR SILVA NOGUEIRA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0008133-37.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
115 - 0012733-74.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.012733-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:32
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSINEUDO ALBUQUERQUE LIMA
ADVOGADO: MARCOS NOBREGA DE ANDRADE
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ
Originário: 0012733-74.2015.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
116 - 0015194-46.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.015194-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA PERPETUA DE OLIVEIRA CARVALHO
ADVOGADO: LEONARDO ZICCARELLI RODRIGUES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0015194-46.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
117 - 0015955-53.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.015955-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELADO: JORGE MARLON MOREIRA TROVOADA
REPRESENTANTE: MÁRCIA DE FÁTIMA MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: ROSIMERI AMORIM ALVARENGA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 9° VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0015955-53.2010.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
118 - 0022609-51.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022609-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUDIMILA RUIS DE FREITAS DA SILVA
TERCEIRO INTERESSADO: PRISCILA RUIS DE FREITAS
ADVOGADO: AUCILENE RODRIGUES LIMA GOMES
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 31º VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0022609-51.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
119 - 0031714-86.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.031714-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ELISIO EMILIANO DOS SANTOS NETO
ADVOGADO: CLAUDIA CRISTINA DO ROSARIO CONDE
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0031714-86.2012.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
120 - 0078176-96.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.078176-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALTAMIRO DA SILVA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0078176-96.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
121 - 0105816-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.105816-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ALDINEI ALMEIDA DA SILVA
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA
ADVOGADO: ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0105816-74.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
122 - 0121300-03.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.121300-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CLENIO GONTIJO GONCALVES LISBOA
ADVOGADO: WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0121300-03.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
123 - 0123617-91.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.123617-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:40
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: WAMILDO REZENDE NUNES
ADVOGADO: CLAUDIA LUZIA GONZAGA MACHADO PORTUGAL
ADVOGADO: SILVANA NOVAES DE PAIVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ
Originário: 0123617-91.2015.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
124 - 0143741-75.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.143741-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 16:47
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OSWALDO VIEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO: DIEGO FRANCO GONCALVES
ADVOGADO: MARCOS ANDRE DE ALMEIDA
REMETENTE: JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0143741-75.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
125 - 0156321-06.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.156321-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA ONORINA DOS SANTOS
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0156321-06.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
126 - 0051299-16.2015.4.02.5103 Número antigo: 2015.51.03.051299-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 15:33
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUIZ REID - FAFIMA
ADVOGADO: WASHINGTON RAMOS MARTINS BROCHADO
ADVOGADO: WASHINGTON MARINHO BROCHADO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE MACAÉ / RJ
Originário: 0051299-16.2015.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Macaé

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
127 - 0077250-15.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.077250-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:30
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JUSCELINO CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO MARTINS DE CARVALHO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0077250-15.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
128 - 0006995-69.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.006995-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:38
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIGRAFICA 28 EXPRESS LTDA ME
ADVOGADO: MAXWELL MAGALHAES PAIXAO DA CONCEICAO
ADVOGADO: ALESSANDRA LIMA DE SOUZA ALVES
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: ERNESTO ATALIBA MARQUESAN DA SILVA
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0006995-69.2014.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
129 - 0007331-73.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.007331-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANNIBAL PARRACHO SANT'ANNA
ADVOGADO: ELIANE SEIGNEUR LEZAN
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0007331-73.2014.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
130 - 0021094-73.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.021094-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:45
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: RENATO DA SILVA GONCALVES
ADVOGADO: CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0021094-73.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
131 - 0074448-87.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.074448-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 12:20
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: RENAN SALLES DOS SANTOS
ADVOGADO: FRANCINNY DELFINO DE MENDONCA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/RJ
Originário: 0074448-87.2015.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
132 - 0079816-37.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.079816-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 13:23
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: JOSÉ MIRANDA RIBEIRO
ADVOGADO: JOSE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0079816-37.2015.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
133 - 0097889-23.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.097889-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:06
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARIA MARTA GUIMARAES
APELADO: CAROLINA ISABEL M DE M E NOVAES JORNALISMO E MARKETING
ADVOGADO: CECILIA MENDES DE MAGALHAES E NOVAES
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0097889-23.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
134 - 0131671-21.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.131671-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:27
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE CAMPO GRANDE
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARNAVAL
APELADO: PABLO HENRIQUE DE ASSUMPÇÃO LIMA
ADVOGADO: ANDRE GUSTAVO SIQUEIRA MENDES
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0131671-21.2016.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
135 - 0056800-11.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.056800-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:31
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
PARTE AUTORA: JORGE LUIZ DA SILVA
ADVOGADO: TATIANE LEAL ROCHA
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ
Originário: 0056800-11.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Remessa Ex Offício - Turma Espec. II - Tributário
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
136 - 0150941-02.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.150941-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 12:36
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
PARTE AUTORA: REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
ADVOGADO: RICARDO FERNANDES MAGALHAES DA SILVEIRA
ADVOGADO: RAPHAEL SILVA BARBOSA
ADVOGADO: SONILTON FERNANDES CAMPOS FILHO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0150941-02.2014.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Remessa Ex Offício - Turma Espec. II - Tributário
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
137 - 0500289-76.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.500289-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:32
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
PARTE AUTORA: VIGA 233 INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO: ROMULO PINTO MARTINS
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE MACAÉ / RJ
Originário: 0500289-76.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Macaé

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
138 - 0026004-19.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.026004-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:04
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
PARTE AUTORA: LUIZ FERNANDO SILVA DE LIMA
ADVOGADO: EMILENA RODRIGUES SILVA
PARTE RÉ: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA
ADVOGADO: RAFAEL DE ABREU BODAS
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/ RJ
Originário: 0026004-19.2016.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
139 - 0001728-88.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001728-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 11:49
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
AGRAVANTE: RIFFEL MOTO PEÇAS LTDA
ADVOGADO: LEILA KRAUSE SIGNORELLI
AGRAVADO: RIFFEL INDUSTRIA DE CALCADOS EIRELI EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
TERCEIRO INTERESSADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003786-87.2017.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
140 - 0001735-80.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001735-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 14:09
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ROSALBA REZENDE BUSICH
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
Originário: 0087789-34.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
141 - 0001742-72.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001742-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 09/03/2017 13:21
Gabinete 06
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS
ADVOGADO: DIOGO DOS SANTOS TEIXEIRA
Originário: 0178132-51.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
142 - 0001758-26.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001758-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:03
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: NOE LOPES DA SILVA
ADVOGADO: VICTOR SANTOS CARNEIRO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
143 - 0001759-11.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001759-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:06
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MARCOS VINICIUS GOMES
ADVOGADO: VANESSA REIS SANTOS
Originário: 0000365-25.2013.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
144 - 0001762-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001762-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:10
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: FLASH COVER CAPOTAS MARÍTIMAS LTDA
ADVOGADO: ANTONIO BENTO DE SOUZA
AGRAVADO: KEKO ACESSÓRIOS S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0014998-08.2017.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
145 - 0001725-36.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001725-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 11:45
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: RESTAURANTE E BAR MELFER LTDA
ADVOGADO: ROBERTO RACHED JORGE
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0042465-93.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
146 - 0001737-50.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001737-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 14:13
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: ADAIR LANCONI
ADVOGADO: RAFAEL MIRANDA GABARRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: BARRA COR CONSTRUTORA LTDA
PARTE RÉ: ROBERTO CHARBEL CORREA CATALAO
PARTE RÉ: FERNANDO ROLAO CHAVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0039649-37.1999.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
147 - 0001738-35.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001738-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:06
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: DULCINEI BERNARDO DE ANDRADE PEREIRA
ADVOGADO: JOSÉ HENRIQUE NETO JÚNIOR

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0002488-69.2017.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
148 - 0001746-12.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001746-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:03
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: HARSCO DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS SIDERURGICOS LTDA
AGRAVANTE: HARSCO METALS LTDA
AGRAVANTE: HARSCO RAIL LTDA
ADVOGADO: ALESSANDRA BITTENCOURT DE GOMENSORO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0006588-58.2017.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
149 - 0001757-41.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001757-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:01
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SUPERMERCADOS ALTO DA POSSE LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
Originário: 0000610-77.2016.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
150 - 0001761-78.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001761-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:08
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: CAMPOS TERRA COMERCIO DE PEDRAS LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0082101-62.1999.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
151 - 0001764-33.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001764-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:20
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: TRANS BIER TRANSPORTES LTDA
AGRAVANTE: RENEW PLAST - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE POLIMEROS LTDA
AGRAVANTE: FLÁVIA DE ALCANTARA ALMEIDA FAVALLI
AGRAVANTE: MARCELA DE ALCANTARA ALMEIDA FAVALLI
ADVOGADO: Camila de Alcantara Almeida Favalli

ADVOGADO: Thiago de Paula Moreira Fracaro
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BEIRA MAR LTDA
PARTE RÉ: FLÁVIO FAVALLI
PARTE RÉ: JOÃO DE CASTRO MOREIRA
PARTE RÉ: JF DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
PARTE RÉ: BAR E MERCEARIA BELINASSI LTDA ME
PARTE RÉ: LEONARDO ALVES DE CASTRO MOREIRA
PARTE RÉ: LEANDRO DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0011980-71.2006.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
152 - 0001766-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001766-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:23
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: MARCOS ANTONIO DA SILVA RAMOS
AGRAVANTE: WM RAMOS MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. ME.
ADVOGADO: CARLOS ADOLFO TEIXEIRA DUARTE
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0179783-89.2014.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
153 - 0001768-70.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001768-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:11
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: DISTRIBUIDORA NAVA RIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADO: ROBERTO GENTIL NOGUEIRA LEITE JUNIOR
Originário: 0161819-06.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
154 - 0001770-40.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001770-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:13
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: RIOCORE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
AGRAVADO: DIEGO DE OLIVEIRA BRIZOLA DA ROSA
AGRAVADO: KEYLA CRISTIANE ROSA
ADVOGADO: ROGERIO DAVID CARNEIRO
Originário: 0150492-89.2015.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
155 - 0001772-10.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001772-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:20
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: JOSÉ GERALDO LEMOS
AGRAVADO: VERA LUCIA PENSABEM LEMOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE AUTORA: FARMACIA SANTO ANTONIO DE LUCAS LTDA
ADVOGADO: JOSE PAULO DOS SANTOS
PARTE RÉ: ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0023220-19.2004.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
156 - 0001774-77.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001774-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: REFINARA DE PETROLEO DE MANGUINHOS S/A
ADVOGADO: FERNANDA GRASSELLI DE CARVALHO
Originário: 0103853-65.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
157 - 0001775-62.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001775-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 19:04
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: ADELMAR FRANCISCO ERMIDA NETO
ADVOGADO: ANTONIO MARCUS ERMIDA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
ASSISTENTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0028442-02.2003.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
158 - 0001778-17.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001778-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:18
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DA GUANABARA LTDA
ADVOGADO: RENATO CORTES NETO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0181928-50.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
159 - 0001782-54.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001782-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:23
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: WAGNER MARTINS FURTADO
ADVOGADO: ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000806-36.2014.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
160 - 0001790-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001790-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:38
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: JSP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
AGRAVANTE: SHIRLEI DA SILVA PESSOA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0003589-70.2006.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de São Gonçalo

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
161 - 0001792-98.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001792-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:41
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: MIGUEL ANGELO SANTOS
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0137516-65.2015.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
162 - 0001794-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001794-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:47
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: RONALDO BEZERRA DE OLIVEIRA E SOUZA
ADVOGADO: GABRIEL PORCARO BRASIL
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: EBENEZER NEGOCIOS E SERVICOS LTDA
PARTE RÉ: NILCELIO BERTOLINO
ADVOGADO: GABRIEL PORCARO BRASIL
Originário: 0007778-12.2010.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
163 - 0012113-32.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012113-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 06/03/2017 18:32
Gabinete 08

Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: MARCUS VINICIUS DOMINGUES CANALI ME - HERO STONE DO BRASIL ME
ADVOGADO: BERNARD MIRANDA LYRA
ADVOGADO: SAMIRA MIRANDA LYRA SCHWARTZ
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0033898-82.2016.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
164 - 0001724-51.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001724-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 11:44
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: OI S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0058588-69.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
165 - 0001726-21.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001726-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 11:46
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JOSEVANDRO DA CRUZ
AGRAVADO: JOSE CARLOS DE SOUZA SANTOS
AGRAVADO: MARIA IZABEL WERNERSBACH MOREIRA
AGRAVADO: EDUARDO DE FREITAS CAMACHO
AGRAVADO: ALBERTO MIYASHIRO
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
Originário: 0017489-56.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
166 - 0001729-73.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001729-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:49
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: NOSSA SERVIÇO TEMPORÁRIO E GESTÃO DE PESSOAS LTDA
ADVOGADO: FELIPE CORDELLA RIBEIRO
ADVOGADO: LUCYANNA JOPPERT L LOPES
AGRAVADO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0167359-44.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
167 - 0001730-58.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001730-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:58
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: OI MÓVEL S.A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0085492-29.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
168 - 0001731-43.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001731-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 13:54
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RJ
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
ADVOGADO: ANDRE PEREIRA DE ASSIS
AGRAVADO: ADEMIR ALVES SOARES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0145731-33.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
169 - 0001732-28.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001732-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 13:48
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0101920-57.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
170 - 0001734-95.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001734-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:01
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0145685-15.2013.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
171 - 0001736-65.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001736-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:08
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CTIS TECNOLOGIA S/A
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA
AGRAVADO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0019316-34.2017.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
172 - 0001739-20.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001739-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:12
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0050478-81.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
173 - 0001741-87.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001741-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 14:17
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0005169-42.2013.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
174 - 0001743-57.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001743-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 15:10
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: MERCADO MODELO DE COMENDADOR SOARES LTDA
AGRAVANTE: REGINA CÉLIA DA CONCEIÇÃO ALVES
AGRAVANTE: DELMA PEREIRA LAGE MONTEIRO
AGRAVANTE: JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA BARBOSA
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
Originário: 0011939-86.2016.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
175 - 0001744-42.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001744-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:51
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0053311-72.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

176 - 0001745-27.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001745-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 15:19
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: MERCADO MODELO DE COMENDADOR SOARES LTDA
AGRAVANTE: REGINA CÉLIA DA CONCEIÇÃO ALVES
AGRAVANTE: DELMA PEREIRA LAGE MONTEIRO
AGRAVANTE: JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA BARBOSA
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
Originário: 0011939-86.2016.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
177 - 0001747-94.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001747-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:02
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0057897-55.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
178 - 0001748-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001748-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:53
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0057407-33.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
179 - 0001749-64.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001749-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:57
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0036636-34.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
180 - 0001750-49.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001750-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:45
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060475-88.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
181 - 0001751-34.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001751-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:47
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060244-61.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
182 - 0001752-19.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001752-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 15/03/2017 13:24
Gabinete 20
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: MASSY DO BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA
ADVOGADO: LEONARDO PIETRO ANTONELLI
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0163935-91.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
183 - 0001753-04.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001753-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:49
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0061625-07.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
184 - 0001754-86.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001754-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 16:05
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0152916-59.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
185 - 0001755-71.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001755-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 16:14
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0152916-59.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
186 - 0001756-56.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001756-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:00
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: KATIA REGINA AURICH
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ADVOGADO: OSLY DA SILVA FERREIRA NETO
ADVOGADO: CLARA SIMAS VANZAN
ADVOGADO: IGOR SAÚDE IZOTON
Originário: 0036702-23.2016.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
187 - 0001763-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001763-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:15
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
AGRAVADO: CINTILOG DIAGNÓSTICOS LTDA ME
ADVOGADO: ALESSIO REZENDE BOLELLI
Originário: 0011153-65.2017.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
188 - 0001765-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001765-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:24
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH
ADVOGADO: LEONARDO LAGE DA SILVA
AGRAVADO: VITALINO LIMA SANTANA
ADVOGADO: RENATO DEL SILVA AUGUSTO
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0034188-97.2016.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
189 - 0001767-85.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001767-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:10
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: NOVA LOTE XV GNV INSTALADORA DE GAS NATURAL VEICULAR LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: CREA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
ADVOGADO: ALMIR FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO: ISIS MARINHO ROSSI OFFREDI BRAGA
Originário: 0054859-08.2016.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
190 - 0001769-55.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001769-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:12
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: ANGELA MARIA BASTOS WANDERLEY
ADVOGADO: MARCELO MACIEL AVILA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0019955-52.2017.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
191 - 0001771-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001771-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:14
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
ADVOGADO: RICARDO AMITAY KUTWAK
AGRAVADO: K. F. A. - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
ADVOGADO: CÉSAR ANTÔNIO TUOTO SILVEIRA MELLO
Originário: 0006381-59.2017.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
192 - 0001773-92.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001773-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 17:52
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MATTA DOS SANTOS
ADVOGADO: GARY DE OLIVEIRA BON ALI
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEILA MATHEUS REGA
Originário: 0011253-98.2009.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
193 - 0001776-47.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001776-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 18:27
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0061982-84.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
194 - 0001777-32.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001777-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:11
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: PRISCILA DIÓGENES DA GRAÇA BEZERRA
ADVOGADO: FLAVIO ZVEITER
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0173868-85.2016.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
195 - 0001779-02.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001779-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:19
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JORGE VIEIRA LIMA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
Originário: 0166165-09.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
196 - 0001780-84.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001780-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:21
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0085332-04.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
197 - 0001783-39.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001783-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:37
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: SOCIEDADE SÃO PAULO DE INVESTIMENTO,DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO LTDA.
ADVOGADO: PEDRO PAULO CORINO DA FONSECA
ADVOGADO: OLGA FAGUNDES ALVES:31074465806
AGRAVADO: VERA MARIA MONTEIRO BITENCOURT
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0041878-13.2012.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
198 - 0001785-09.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001785-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:01
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: NORTEOLEUM EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.
ADVOGADO: JOAO ALBERTO DE SA BARBOSA
ADVOGADO: GUILHERME GUERRA D ARRIAGA SCHMIDT
Originário: 0175056-19.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
199 - 0001786-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001786-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/03/2017 13:14
Gabinete 15
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: BRARON TRADING IMPORTAÇÃO DE VEICULOS E MERCADORIAS EM GERAL LTDA.
ADVOGADO: EVALDO ROBERTO CARDOSO DE AZEVEDO
Originário: 0058468-26.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
200 - 0001787-76.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001787-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:33
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO: EUGENIO ARRUDA LEAL FERREIRA
AGRAVADO: CONSTRULAR CONSTRUCOES LTDA
AGRAVADO: WANDERLEI DE SOUZA RAMOS
AGRAVADO: ELIAS MIRANDA CORREA
AGRAVADO: OTAVIO SARMENTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0500234-88.2016.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
201 - 0001788-61.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001788-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:35
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: REBECA LINHARES DE SOUZA
REPRESENTANTE: TELMA LINHARES DE SOUZA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0012622-98.2017.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
202 - 0001791-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001791-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 19:40
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LUZAIR MARTINS DA SILVA
ADVOGADO: MILENE ASSIA RODRIGUEZ BEDRAN
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0102492-76.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
203 - 0001793-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001793-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 19:45
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
AGRAVADO: STILO LIVRE TECIDOS LTDA - EPP
AGRAVADO: MARCELO RENATO REALI
AGRAVADO: TERESINHA MARIA BRAVO REALI
ADVOGADO: JABES DE ALMEIDA ALVES
Originário: 0015937-19.2016.4.02.5005 - 1ª VF Colatina

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
204 - 0009303-84.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009303-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: CARRETERA AUTO POSTO LTDA
AGRAVADO: FERNANDO DE MACEDO MARQUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0132838-44.2014.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
205 - 0010865-31.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010865-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:45
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
Originário: 0025104-72.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
206 - 0011958-29.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011958-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 17:31
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0053009-43.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
207 - 0012736-96.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012736-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 06/03/2017 15:53
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MARIA GUIERME SILVA
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
Originário: 0105847-06.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
208 - 0101680-45.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101680-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: MAURICIO MEIRELES ROCHA
ADVOGADO: EDISON VIANA DOS SANTOS
ADVOGADO: LUCIANO OLIMPIO RHEM DA SILVA
ADVOGADO: CRISTINA DAHER FERREIRA
ADVOGADO: ANA MARIA BERNARDES ROCHA DE MENDONÇA
Originário: 0011884-51.2009.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
209 - 0108611-64.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108611-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: Espólio de Mário Whittlesey Tebyriçá
ADVOGADO: WALTER WIGDEROWITZ NETO
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE GUIMARAES PESSOA
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
ADVOGADO: GILBERTO DE POVINA CAVALCANTI
ADVOGADO: PAULO ROGERIO DE ARAUJO BRANDAO COUTO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0079540-12.1992.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
210 - 0001711-52.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001711-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:02
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AUTOR: A. CUPELLO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: ALEXANDRE DE CARVALHO AYRES
ADVOGADO: CAROLINA VALENTE FERNANDES
RÉU: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
SUSCITANTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/RJ
Originário: 0178352-89.2016.4.02.5120 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
211 - 0001609-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001609-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:22
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AUTOR: ATLANTICA PRODUTOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO: PAULO ROBERTO SCALZER
RÉU: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA SERRA/ES
SUSCITADO: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0029017-62.2016.4.02.5001 - 1ª VF Serra

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
212 - 0001611-97.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001611-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:58
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AUTOR: A. MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: ARTENIO MENÇON
ADVOGADO: DAIANE TAMBERLINE
RÉU: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA SERRA/ES
SUSCITADO: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0003427-49.2017.4.02.5001 - 1ª VF Serra

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
213 - 0001733-13.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001733-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 15:54
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AUTOR: CLAUDIO DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCIA FERREIRA BERNARDINO
RÉU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0131698-98.2016.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
214 - 0001781-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001781-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 18:48
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AUTOR: CLODOMIRA FERNANDES DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
SUSCITANTE: JUÍZO DO 2º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE NITEROI - RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0127503-70.2016.4.02.5102 - 02º Juizado Especial Federal de Niterói

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
215 - 0002274-80.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002274-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 06/03/2017 14:43
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AUTOR: MYRTES DE LIRA MORAES MOREIRA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FREIRE LOMBARDI
RÉU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 1ª VARAFEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0141122-07.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Execução Penal
Agravo de Execução Penal - Recursos - Processo Criminal
216 - 0500086-43.2017.4.02.5102 Número antigo: 2017.51.02.500086-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 18:37
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
AGRAVANTE: MICHEL SOARES BIO
ADVOGADO: JAIR JOSE PILONETTO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500086-43.2017.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Execução Penal
Agravo de Execução Penal - Recursos - Processo Criminal
217 - 0500087-28.2017.4.02.5102 Número antigo: 2017.51.02.500087-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 18:53
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
AGRAVANTE: FRANCISCO ESLEY SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JAIR JOSE PILONETTO
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500087-28.2017.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Execução Penal
Agravo de Execução Penal - Recursos - Processo Criminal
218 - 0502537-78.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.502537-2 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 18:39
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: JOSE PAULO DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO: SERGIO RICARDO MAZZALA MELLO
Originário: 0502537-78.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Mandado de Segurança - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Mandado de Segurança - Proc. Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
219 - 0100066-97.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100066-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 13:49
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
IMPETRANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 1A REGIAO
ADVOGADO: ELAINE BARBOSA CAMARGO
IMPETRADO: ILMO. SR. CARLOS EDUARDO ZUCOLATO XAVIER - SECRETARIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Petição - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
220 - 0001784-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001784-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 19:11
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REQUERIDO: QUATTROR TRADING COMPANY LTDA
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA DE ASSIS
Originário: 0037986-66.2016.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

Recurso em Sentido Estrito
Recurso em Sentido Estrito - Recursos - Processo Criminal
221 - 0013857-07.2010.4.02.5001 Número antigo: 2010.50.01.013857-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 14:01
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
RECORRIDO: LACI VICENTE RIBEIRO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0013857-07.2010.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
222 - 0001485-81.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.001485-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 06/03/2017 17:32
Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
IMPETRANTE: MARCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA
PACIENTE: JOSÉ MARIA GONÇALVES DE CASTRO
PACIENTE: JOSÉ APARECIDO DA SILVA
ADVOGADO: MARCIO DELAMBERT MIRANDA FERREIRA
IMPETRADO: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO
Originário: 0001847-97.2012.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
223 - 0001760-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001760-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 11:39
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: JEAN PIERRE LACERDA SILVA
ADVOGADO: LUZIA DE ALMEIDA MOREIRA
IMPETRADO: JUIZO DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
PACIENTE: JEAN PIERRE LACERDA SILVA
Originário: 0507031-20.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
224 - 0000036-62.2008.4.02.5111 Número antigo: 2008.51.11.000036-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:03
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: DIDÁCIO JOSÉ DE MORAES PENNA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS CORDEIRO MEIRA
ADVOGADO: GUSTAVO LUIZ CORREA
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO BOZZEDA MEIRA
APELADO: JOSE OSMAR DE ALMEIDA
ADVOGADO: MARCELLO SUPERCHI
ADVOGADO: GILBERTO ALVES SAMPAIO
Originário: 0000036-62.2008.4.02.5111 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
225 - 0000078-75.2007.4.02.5102 Número antigo: 2007.51.02.000078-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:27
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: MARIO NABUCO DE MIRANDA JUNIOR
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000078-75.2007.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
226 - 0000231-39.2015.4.02.5002 Número antigo: 2015.50.02.000231-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:17
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELANTE: VALMIR VIANA
ADVOGADO DATIVO: FLÁVIO DE FIGUEIREDO GUIMARÃES
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0000231-39.2015.4.02.5002 - 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
227 - 0000264-48.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000264-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:41
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: THALLES DA SILVA ANDRADE
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000264-48.2014.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
228 - 0000968-16.2009.4.02.5111 Número antigo: 2009.51.11.000968-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:08
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: ALCEDIR GERONIMO
ADVOGADO: NEMESIO BARBOSA DE SOUZA
Originário: 0000968-16.2009.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
229 - 0001355-60.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.001355-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:48
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: WILVANRRIER LOUREIRO DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0001355-60.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
230 - 0001586-19.2013.4.02.5111 Número antigo: 2013.51.11.001586-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:19
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: MARIA DE JESUS PEREIRA
ADVOGADO DATIVO: SARA CRISTIANE DE SOUZA COSTA
Originário: 0001586-19.2013.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
231 - 0001823-40.2010.4.02.5117 Número antigo: 2010.51.17.001823-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:45
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: SERGIO PEREIRA
ADVOGADO: FLAVIO JORGE DA GRACA MARTINS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0001823-40.2010.4.02.5117 - 03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
232 - 0002618-83.2013.4.02.5103 Número antigo: 2013.51.03.002618-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:52
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARCO ANTONIO MILAO DE OLIVEIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: JOÃO SALVADOR PESSANHA GOMES
PARTE RÉ: MARCOS JESUS SOUZA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: HENDERSON LIMA DIAS
Originário: 0002618-83.2013.4.02.5103 - 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
233 - 0005339-50.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.005339-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:11
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: GILBERTO FEITOZA DE PAULO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0005339-50.2014.4.02.5110 - 04ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
234 - 0008062-03.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.008062-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:25
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: KELLY REGINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0008062-03.2013.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal

235 - 0015181-52.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.015181-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:31
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: EUGENIO MARCILIO DE SOUZA JUNIOR
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0015181-52.2012.4.02.5101 - 06ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
236 - 0025548-04.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.025548-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 06/03/2017 13:59
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: VICTOR OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: MARIA ANALIA DOS SANTOS SOUZA
APELANTE: DIOGO BONFIM DOS SANTOS
APELANTE: IALDE HELIAS FIGUEIREDO DA SILVA
ADVOGADO: FLAVIO DE CASTRO SOARES
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0025548-04.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
237 - 0029544-73.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.029544-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:30
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: ALEX MONTEIRO COSTA
APELANTE: MAICON DA SILVA CARVALHO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0029544-73.2014.4.02.5101 - 04ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
238 - 0500759-46.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.500759-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:35
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: LUCIANO CABRAL DOS SANTOS DANTAS
APELANTE: JEAN MONTEIRO DOS SANTOS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500759-46.2016.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
239 - 0505318-10.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.505318-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:38

Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MOACIR DE QUEIROZ REIS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0505318-10.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
240 - 0804724-30.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.804724-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:13
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELANTE: JEFFERSON LOPETEGUI DE ALENCAR OSÓRIO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0804724-30.2009.4.02.5101 - 04ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
241 - 0809762-52.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.809762-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 14:13
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: CLARA JAGUARIBE GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANA ELEONORA FREITAS JAGUARIBE
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0809762-52.2011.4.02.5101 - 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

BOLETIM: 2017000057

EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO ARTIGO 285, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), FICAM AS PARTES E TODOS OS INTERESSADOS, INTIMADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000565-23.2013.4.02.5106 Número antigo: 2013.51.06.000565-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MALVINA MARIA GOMES RAMOS
ADVOGADO: FILIPE MIGUEL LOPES PIMPAREL
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000565-23.2013.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001230-02.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001230-0 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 07/03/2017 18:05
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: IZONILTON FERRARI DOS SANTOS
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0002223-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.002223-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:42
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: LIVIA MARIA MENEZES BITTENCOURT
ADVOGADO: NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: FUNCEF-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARAES DE CARVALHO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0002223-63.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0011406-58.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.011406-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MARIA ALICE MEDEIROS DA SILVA
ADVOGADO: EROTILDES DE ARAUJO MACHADO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0011406-58.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0021022-86.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.021022-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:50
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: DOMENICO CRAPIS
ADVOGADO: DOUGLAS SEBASTIAO ESPINDOLA MATTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0021022-86.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0045623-11.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.045623-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56

Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: WALDIR PENHA DOS SANTOS
ADVOGADO: SANDRA REGINA DA COSTA
ADVOGADO: UTHANT PIMENTEL
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0045623-11.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0049900-60.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.049900-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE TUPINAMBÁ GONÇALVES
ADVOGADO: MONICA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE WESTON DE MEIRELES
Originário: 0049900-60.2012.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0055177-52.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.055177-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:27
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SONIA ROSA ALVES SALGUEIRO
ADVOGADO: ROSANE MARIANO DE ABREU
Originário: 0055177-52.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0077230-60.2016.4.02.5111 Número antigo: 2016.51.11.077230-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:16
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ADILSON MAGALHAES NASCIMENTO
ADVOGADO: JULIANA DE PAIVA ALMEIDA
Originário: 0077230-60.2016.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0091292-38.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.091292-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:29
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ALFREDO TEIXEIRA BASTOS

ADVOGADO: LUCINETE DE SOUZA AUGUSTO GONCALVES
Originário: 0091292-38.2016.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0125425-77.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.125425-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:00
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE BARRETO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS AMERICO DOS REIS NETO
Originário: 0125425-77.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0137422-32.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137422-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:43
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LAURA SOUZA LOPES
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
Originário: 0137422-32.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0137712-47.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137712-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:44
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA ALICE MEYRELLES OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
Originário: 0137712-47.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0141042-43.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.141042-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:38
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: HILDEBRANDO DE OLIVEIRA ATANASIO
ADVOGADO: REGINA CELES DE ALMEIDA COIMBRA
Originário: 0141042-43.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0153654-13.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.153654-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: JANE DE AZEVEDO MOREIRA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
ADVOGADO: LEONARDO ZICCARELLI RODRIGUES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0153654-13.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0169583-20.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.169583-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: DILENE MATTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SUEINE GOULART PIMENTEL
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0169583-20.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0802447-70.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.802447-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 14:33
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AYLTON GONÇALVES BOUSQUAT
APELADO: MARIA DE JESUS CARLOS DE VENTURA
APELADO: MARIA BAMBINA SIMPLÍCIO FIGUEIREDO
APELADO: SEBASTIÃO SCOFANO
APELADO: ALEY NAZARETH DE BRITO
APELADO: BELMIRO LOUREIRO JUNIOR
APELADO: MAGNO LEITE BRANDÃO
APELADO: RIZOLETA PEREIRA QUEIROZ
APELADO: NILTON FERREIRA DE SÁ - ESPÓLIO
APELADO: CARMEN SYLVIA LUZ DE SEQUEIRA
APELADO: ULDA DA ROCHA GUIMARÃES
APELADO: JOÃO ROSA DE VASCONCELOS
APELADO: PAULO FERNANDES
APELADO: RUBEM FIGUEIREDO
APELADO: WILSON FERREIRA LEAL
APELADO: JOSÉ MATTOSO DA COSTA
APELADO: WILMA FERREIRA LEAL
APELADO: WILLIAM FERREIRA LEAL
APELADO: DOMINGOS FERREIRA DE ANDRADE
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
Originário: 0802447-70.2011.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0014128-43.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.014128-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TRANSPORTES BEIJA FLOR LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014128-43.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0027881-22.1996.4.02.5101 Número antigo: 1996.51.01.027881-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 11:10
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MADEIRAS COMPENSADAS SCHENBERG LTDA
APELADO: GIOMAR MADEIRA ANTUNES
APELADO: SONIA MARIA CARRASCOSA ANTUNES
ADVOGADO: HELOISA MASCARENHAS GALAXE RODRIGUES
Originário: 0027881-22.1996.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0039317-07.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.039317-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 14:44
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SHELTER CONFECÇÕES LTDA
APELADO: ALCINDO PEREIRA DA SILVA FILHO
APELADO: ROSELE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0039317-07.1998.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0047289-37.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.047289-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:33
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CAIO CESAR DE PAOLI
ADVOGADO: LUIS PAULO FERREIRA DOS SANTOS
Originário: 0047289-37.2012.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0073164-04.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.073164-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0073164-04.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0106832-75.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.106832-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:26
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ASFALTOS BAIXADA COMERCIO PAVIMENTACAO E TRANSPORTES LT
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0106832-75.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0106852-66.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.106852-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:35
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ORGANIZACAO WELC DE ENSINO LTDA - EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0106852-66.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0112516-63.2015.4.02.5005 Número antigo: 2015.50.05.112516-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:19
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: GUILHERME FERREIRA BERNARDINA SILVA
APELANTE: HENRIQUE FERREIRA BERNARDINA SILVA
ADVOGADO: GILMAR DE SOUZA BORGES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0112516-63.2015.4.02.5005 - 1ª VF Colatina

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0501894-23.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.501894-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 17:39
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: MR BRINK COMÉRCIO DE BRINQUEDOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME
ADVOGADO: DANIEL BETTAMIO TESSER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0501894-23.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0730901-43.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.730901-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 20:01
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: PAULO ROBERTO ROCHA DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0730901-43.1900.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0000250-71.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000250-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 14:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DURVAL FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADO: ARTHUR LEMGRUBER MIRANDA DE SOUZA
ADVOGADO: THANUS FREITAS SOFFE
APELADO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
ASSISTENTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000250-71.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0000448-34.2010.4.02.5107 Número antigo: 2010.51.07.000448-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 14:25
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: HAMILTON FRANCISCO SOARES FILHO
ADVOGADO: FERNANDO MARQUES DE CAMPOS CABRAL FILHO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: CARMEM SALLES DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO: JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA
PARTE AUTORA: MARY DOS SANTOS OLIVEIRA DE CARVALHO
ADVOGADO: LUIS THOMAZ TOLISANO
PARTE AUTORA: WANDA MARIA DA MOTTA - ESPÓLIO
ADVOGADO: FLAVIA LIMA D' ANDREA DA SILVA
Originário: 0000448-34.2010.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0000759-59.2009.4.02.5107 Número antigo: 2009.51.07.000759-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: WALDECY FRAGA MACHADO

ADVOGADO: FATIMA CRISTINA GOMES MENEZES
APELANTE: ALEXANDRE DE AZEVEDO PINHEIRO
ADVOGADO: PABLO CESAR COSTA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: RAFAELA CRUZ LOMONACO
PARTE RÉ: MARIA JOSE DE SOUZA CARVALHO
PARTE RÉ: NELY DE AGUIAR COELHO
PARTE RÉ: MARIA ALICE CORREA DA ROCHA
ADVOGADO: CEZAR DE ALMEIDA
Originário: 0000759-59.2009.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0004141-10.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.004141-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 14:30
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CAPCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO: MANOEL FERNANDO THOMPSON MOTTA FILHO
Originário: 0004141-10.2011.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0006103-68.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.006103-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: M. R.
ADVOGADO: MARCOS SILVA CASTELLO BRANCO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0006103-68.2011.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0008884-24.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008884-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 07/03/2017 13:24
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: JUREMA LURDES GIOVANELLA VICENZI
APELANTE: JOSE MODESTO NETO
APELANTE: JOSE MARIA VASCONCELOS DA SILVA
APELANTE: JOSE AUGUSTO DENIZ
APELANTE: JOSE ADAIR MENDES POIER
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0008884-24.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0027260-24.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.027260-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:51
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: VANUSA COSTA FORTUNATO
ADVOGADO: JOAO LUIZ DE SOUZA VIEIRA
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0027260-24.2016.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0028510-98.2016.4.02.5002 Número antigo: 2016.50.02.028510-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: MARCIO ABREU
ADVOGADO: JOSE AUGUSTO GUILHERME DE BARROS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0028510-98.2016.4.02.5002 - 5ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0030975-70.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.030975-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:12
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE FIAUX RAMOS
APELADO: VERA LUCIA GUIMARÃES LOPES SOBRINHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030975-70.1999.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0053383-30.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.053383-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GUILHERME COSTA MARQUES
APELADO: JULIA MARINHO DE SOUZA
ADVOGADO: GILSON ALVES DA CRUZ
Originário: 0053383-30.2014.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0061608-73.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.061608-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 07/03/2017 14:21

Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES VELLOSO
APELADO: MARCELO LOBATO LECHTMAN
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0061608-73.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0062041-09.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.062041-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 14:35
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARIA LUCIA DA SILVA
ADVOGADO: AMARO GERSON MIGUEL VIEIRA
Originário: 0062041-09.2015.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0084499-71.2016.4.02.5105 Número antigo: 2016.51.05.084499-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 17:17
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: DE MEL FRIBURGO LINGERIE LTDA - EPP
APELANTE: ADRIANA ALVES DA SILVA SALARINI
APELANTE: BENJAMIM ALVES DA SILVA
ADVOGADO: ANDRE LUCENA DE ARAUJO
ADVOGADO: WANDERLEY DA SILVA COSTA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0084499-71.2016.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0090730-68.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.090730-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:15
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ALEXANDRE DE SOUZA COUTINHO
APELADO: PRISCILA CAMARGO PEREIRA DA CUNHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0090730-68.2012.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0107625-45.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.107625-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 11:38
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: JACINTHO LORIATO
ADVOGADO: RENATA BUFFA SOUZA PINTO MARCONDES
ADVOGADO: LUIS CARLOS BORGES
Originário: 0107625-45.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0130660-74.2014.4.02.5117 Número antigo: 2014.51.17.130660-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:20
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: AUTOPISTA FLUMINENSE S/A
ADVOGADO: LUIZ CARLOS BARTHOLOMEU
ASSISTENTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLEUSA GRATIVOL DAS NEVES
APELADO: LUIZ CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0130660-74.2014.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0131100-93.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.131100-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:45
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
Originário: 0131100-93.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0133561-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.133561-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:22
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELADO: ADILSON FERREIRA
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0133561-63.2014.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0137705-55.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137705-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:35
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: ANDREA SOUZA GUIGNONI

ADVOGADO: WELINGTON AMBROZIA BARCELLOS
APELADO: TERESA DE LISIEUX FERES GOUVEA DE SOUZA
APELADO: MÁRCIO GOUVÊA DE SOUZA
ADVOGADO: THIAGO DE SOUZA BRASIL
ADVOGADO: VALDENIR RODRIGUES ALVES JUNIOR
Originário: 0137705-55.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0138876-04.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.138876-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:42
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: BENEDITO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: KATIA REGINA DE OLIVEIRA SIMAO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0138876-04.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0145335-56.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.145335-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: ISAIAS DA SILVA FERNANDES
ADVOGADO: SERGIO RODRIGUES LIMA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0145335-56.2015.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0147788-24.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.147788-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:39
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
APELANTE: MARIA DA LUZ MOURA RIBEIRO
ADVOGADO: MARIA CHRISTINA MARQUES BERBAT CURIO
ADVOGADO: RAFAEL MELLO DE OLIVEIRA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0147788-24.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0151683-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.151683-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 13:43
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: MARCELI LUCAS SARDENBERG DE SOUZA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0151683-90.2015.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
51 - 0152081-37.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.152081-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
APELADO: MIGUEL EDNEY OLIVEIRA DE MELO
ADVOGADO: HENI RODRIGUES BEZERRA
Originário: 0152081-37.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0154529-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.154529-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: MARIO LOPES BARREIRA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0154529-80.2015.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0158960-60.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.158960-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: SEBASTIAO DA MOTTA GONCALVES VIANNA NETO
ADVOGADO: ANA RACHEL MUELLER MOREIRA DIAS
Originário: 0158960-60.2015.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0160812-85.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.160812-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: GUILHERME EVARISTO CORDEIRO
ADVOGADO: GUILHERME EVARISTO CORDEIRO
APELADO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO: SERGIO MURILO SANTOS CAMPINHO
ADVOGADO: CLAUDIO COSTA E CASTRO
ADVOGADO: SIMONE VIEIRA DE MELLO MARQUES
Originário: 0160812-85.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
55 - 0500030-45.2015.4.02.5113 Número antigo: 2015.51.13.500030-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 12:43
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: KLEBER BERTAZZO MACHADO DE SOUZA
ASSISTENTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: HOTEL B. A. LTDA-ME
APELADO: 3 D ADMINISTRADORA LTDA
ADVOGADO: WILSON TAVARES DE CARVALHO
Originário: 0500030-45.2015.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0500148-14.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.500148-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:27
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: VERONICA DA CUNHA MACHADO DE ALMEIDA MENDONÇA
APELANTE: ABIRON DE ALMEIDA MENDONÇA
ADVOGADO: ROBERTA BARBOSA RAPOSO
ADVOGADO: ALFREDO FRANCISCO DOS SANTOS
APELADO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - RJ
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ
APELADO: TOMÉ ENGENHARIA S.A.
ADVOGADO: MARCELO DE ALMEIDA TEIXEIRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VERONICA TORRI
Originário: 0500148-14.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
57 - 0506706-45.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.506706-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: ELENITA MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: CESAR ROMERO VIANNA JUNIOR
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VICTOR NEVES E FIGUEIREDO
Originário: 0506706-45.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0532638-26.2001.4.02.5101 Número antigo: 2001.51.01.532638-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:15
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EMPÓRIO DE BATERIAS PNEUS LTDA
APELADO: SÉRGIO FIGUEIREDO DUARTE
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: NILTON DE OLIVEIRA DUARTE

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0532638-26.2001.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
59 - 0546174-31.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.546174-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:55
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE FIAUX RAMOS
APELADO: JOSÉ CONSTANTINO GARCIA BERTOLOTTI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0546174-31.2006.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
60 - 0773117-19.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.773117-4 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 13:07
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLAUDIA S/A INDL/ AGRICOLA E PECUARIA
ADVOGADO: SERGIO BERMUDES
Originário: 0773117-19.1900.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0046213-33.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.046213-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: NAZARIO MATTOS CAPATAO
ADVOGADO: CLAUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0046213-33.2016.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
62 - 0138378-36.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.138378-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:47
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: REVANIL GONCALVES DE CARVALHO
ADVOGADO: SANDRA REGINA DA COSTA
ADVOGADO: UTHANT PIMENTEL
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0138378-36.2015.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
63 - 0090647-13.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.090647-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: LAER ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: DANIEL ROCHA MAIA RODRIGUES SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0090647-13.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0106462-96.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.106462-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:24
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: BRIOSOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS / RJ
Originário: 0106462-96.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
65 - 0106878-64.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.106878-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:36
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SERVICOS DE HEMOTERAPIA DA GAVEA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS / RJ
Originário: 0106878-64.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0131441-76.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.131441-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:56
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MASTER ALIMENTOS LTDA.
ADVOGADO: PAUL DE CASTRO PASSOS
REMETENTE: JUIZ DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0131441-76.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0014726-53.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.014726-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/03/2017 18:33
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: EDUARDO CORREA BARGIONA
ADVOGADO: FABIO LUCIANO DE ALMEIDA E SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0014726-53.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
68 - 0041715-33.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.041715-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/03/2017 17:40
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: DAYVISON VIANA SILVA
ADVOGADO: ALEXANDRE MENEZES MELLO
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0041715-33.2012.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0084074-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.084074-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:29
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARIA THEREZA NANNI POYARES
ADVOGADO: LUCIA MARIA CESAR MATOS
ADVOGADO: RODOLFO DA SILVA RODRIGUES
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0084074-90.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0101715-62.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.101715-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/03/2017 18:58
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MATHEUS REMIGIO CARDOSO
ADVOGADO: VALTER EDUARDO BONANNI NUNES
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0101715-62.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0126213-23.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.126213-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:46
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ANDRESSA FERNANDES BEZERRA
ADVOGADO: ELEN LUCY COIMBRA GOMES
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0126213-23.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0126884-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.126884-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:23
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: JAQUELINE ROBERTA ANDRADE DURAO
ADVOGADO: OZIRIS ALMEIDA QUADROS DURAO
ADVOGADO: JAQUELINE ROBERTA ANDRADE DURAO
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0126884-80.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0140292-41.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.140292-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:32
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: SINDICATO DOS MUSICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EDSON FARIAS DA SILVA JUNIOR
APELADO: T4F ENTRETENIMENTO S.A.
ADVOGADO: ANNA FLÁVIA DE AZEVEDO IZELLI GRECO
PARTE RÉ: ORDEM DOS MUSICOS DO BRASIL - CONSELHO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0140292-41.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0164685-64.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.164685-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:50
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: GLORIA SANCHES DA COSTA COUTO
ADVOGADO: RODRIGO DA COSTA GOMES
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0164685-64.2014.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0023547-41.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.023547-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:52
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: DIEGO CORREIA PAULO
ADVOGADO: DEREK ANDREY DE FRANCA NASCIMENTO
PARTE RÉ: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0023547-41.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0001645-72.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001645-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 13:18
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: EDIVANALDO COSTA
ADVOGADO: EISENHOWER DIAS MARIANO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0001727-06.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001727-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 19:55
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: JOSÉ SOARES DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0001815-44.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001815-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/03/2017 13:31
Gabinete 02
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ABBVIE BIOTECHNOLOGY LTD.
ADVOGADO: CAIO RICHA DE RIBEIRO
ADVOGADO: ROBERTA DE MAGALHAES FONTELES CABRAL
TERCEIRO INTERESSADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0180435-38.2016.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0001823-21.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001823-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:25
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

AGRAVANTE: DOMINGOS VIVIANI FILHO
ADVOGADO: PALOMA DA SILVA BARRETO VIVIANI
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0011419-25.2017.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
80 - 0001841-42.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001841-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:09
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: TALITA LIMA BARBOSA CARDOSO
ADVOGADO: MAURO LOPES BARTOLOMEU DE CARVALHO
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0115425-96.2016.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0001797-23.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001797-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 10:56
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: ELSIO NOREDIM ANDRADE BRAGA
ADVOGADO: LEONARDO DO EGITO COELHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000116-41.2013.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0001806-82.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001806-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:33
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: ALDEIR BORIO GONCALVES
ADVOGADO: RONALDO NORO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: DARQ CONSTRUCAO LTDA
PARTE RÉ: CARLOS AUGUSTO LITO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0757204-96.1999.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0001809-37.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001809-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:34
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: MARICELI SEMENSATO SANTOS
ADVOGADO: LUCAS DE CARVALHO FERREIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0001470-73.2009.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0001813-74.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001813-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 16:02
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: CHARLES MURAD
ADVOGADO: FLÁVIA SANTOS MURAD
ADVOGADO: LEONARDO ARAUJO NEGRELLY
Originário: 0015159-76.2007.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0001826-73.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001826-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:35
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: MMX MINERACAO E METALICOS S/A
ADVOGADO: MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0014556-42.2017.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0001827-58.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001827-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:39
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: SOC/ BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA
ADVOGADO: BRENO GARCIA DE OLIVEIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0016921-69.2017.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
87 - 0001837-05.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001837-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:31
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: MAURILIO GIOVANNI MENDES ALEVATO
ADVOGADO: ELENICY MENDES ALEVATO
ADVOGADO: GIOVANNA FERNANDES ALEVATO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: CLASSIC SAÚDE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0530064-15.2010.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
88 - 0001839-72.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001839-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:26
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: INDUSTRIAL AGRÍCOLA FAZENDAS BARRA GRANDE S/A
ADVOGADO: FELIPPE ZERAIK
ADVOGADO: CECILIA DA SILVA ZORAIK
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0070679-94.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
89 - 0001844-94.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001844-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:50
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: ULTRAMAR COM/ E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000284-94.2014.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0001845-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001845-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 19:16
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SOPAU COMERCIO DE MADEIRAS LTDA
AGRAVADO: PINUS CAXIAS MADEIRAS LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002262-24.2012.4.02.5168 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
91 - 0001847-49.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001847-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 19:19
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: IMEC - INDUSTRIA MECANICA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RODRIGO PANETO
Originário: 0003251-22.2007.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
92 - 0001849-19.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001849-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 19:24

Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: IMEC - INDUSTRIA MECANICA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RODRIGO PANETO
Originário: 0000476-93.2005.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
93 - 0001853-56.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001853-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 19:12
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: SERVOMATIC EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: FRANCISCO DE ASSIS REIS FREITAS
PARTE RÉ: LEANDRO DE OLIVEIRA FIESCHI LAVAGNINO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0018366-98.2012.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
94 - 0003378-10.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003378-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 07/03/2017 16:36
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
AGRAVANTE: CIMEIRA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
AGRAVANTE: JOSIANE DE OLIVEIRA BARRETO
AGRAVANTE: THAYZA DE OLIVEIRA BARRETO
AGRAVANTE: THALITA DE OLIVEIRA BARRETO
ADVOGADO: BRUNO CALFAT
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000121-85.2012.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0001789-46.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001789-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 12:06
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: NOVA LOTE XV GNV INSTALADORA DE GAS NATURAL VEICULAR LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: CREA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
ADVOGADO: ISIS MARINHO ROSSI OFFREDI BRAGA
Originário: 0054859-08.2016.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
96 - 0001795-53.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001795-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 10:55

Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: LUIZ CARLOS DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE SOUZA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0019376-07.2017.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
97 - 0001798-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001798-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 10:57
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: MARIA DA PENHA ATAÍDE SERAFIM
ADVOGADO: Thainara José de Lima Moraes
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0003189-30.2017.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
98 - 0001799-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001799-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 10:58
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: LUIZ ANTONIO ALVES MACIEL
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0014709-75.2017.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
99 - 0001800-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001800-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 11:02
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LORRAYNE KAROLINE MATTOS CORRÊA
ADVOGADO: ELIANE PEREIRA TOMAZ CRAVO
Originário: 0002174-26.2017.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
100 - 0001801-60.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001801-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 11:05
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: LPS RIO DE JANEIRO - CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA.
ADVOGADO: FLAVIO LUIZ YARSHELL
AGRAVADO: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - CRECI/RJ - 1ª REGIÃO
ADVOGADO: MAGNA KARINE DE SA OLIVEIRA E OLIVEIRA
Originário: 0131498-02.2013.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
101 - 0001802-45.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001802-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:05
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO
ADVOGADO: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO
AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0010480-26.2009.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0001803-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001803-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 13:20
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0060407-41.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
103 - 0001804-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001804-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 15:40
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CARLOS ADALBERTO DE ARAUJO PINHEIRO
AGRAVANTE: HELVECIO LADEIRA PESSOA
ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA
PARTE AUTORA: ALMIR RUDIGERI PESSANHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015961-36.2005.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
104 - 0001805-97.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001805-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:50
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CARLOS ADALBERTO DE ARAUJO PINHEIRO
AGRAVANTE: HELVECIO LADEIRA PESSOA
ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA
PARTE AUTORA: ALMIR RUDIGERI PESSANHA
ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA
Originário: 0015961-36.2005.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
105 - 0001807-67.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001807-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:11
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: AMADO TEODORO DE JESUS
ADVOGADO: JOSE RODRIGUES AUGUSTO GOMES
ADVOGADO: EDILCEMA PEREIRA DE ALMEIDA
Originário: 0046112-66.2016.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
106 - 0001810-22.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001810-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:54
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
PARTE RÉ: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PARTE RÉ: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESPÍRITO SANTO - DER/ES
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Originário: 0000125-83.2006.4.02.5005 - 1ª VF Colatina

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0001811-07.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001811-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:32
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: L. H. L.
AGRAVADO: A. M. S. S.
AGRAVADO: Z. R. S. S.
AGRAVADO: S. L. S. S. T.
AGRAVADO: N. M. P. S.
ADVOGADO: RUI BERFORD DIAS
ADVOGADO: JOSE DE AGUIAR DIAS
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0004578-57.1988.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
108 - 0001812-89.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001812-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:24
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: RHANIERY RODRIGUES NUNES

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: CONSULPLAN - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ADMINISTRAÇAO PUBLICA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0004227-77.2017.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
109 - 0001814-59.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001814-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 14:39
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA.
AGRAVANTE: ANDRÉ MARIANO CORDEIRO DE FREITAS
AGRAVANTE: CARLOS ALBERTO AGUIAR GOMES DE MENDONÇA MOTA
AGRAVANTE: KLEBER MARRUAZ DA SILVA
ADVOGADO: LUIS FELIPE BAPTISTA LUZ
ADVOGADO: RAFAEL DOS SANTOS GALERA SCHLICKMANN
AGRAVADO: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0011573-70.2017.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
110 - 0001816-29.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001816-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:37
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0020209-59.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
111 - 0001817-14.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001817-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:35
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: ANDREA MENDES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0178011-20.2016.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
112 - 0001818-96.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001818-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:51
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0036699-59.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
113 - 0001819-81.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001819-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:04
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: LUCIANE CALIXTO
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0014585-92.2017.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
114 - 0001820-66.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001820-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 13:31
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MARIA CAROLINA ALEXANDRINO CIDRÃO FROTA DE MATTOS
ADVOGADO: FERNANDA SCHUHLI BOURGES
ADVOGADO: FERNANDA ALVES ANDRADE GUARIDO
ADVOGADO: LUIZ BOMFIM PEREIRA DA CUNHA, FILHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: MUNICIPIO DE NITEROI
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ
Originário: 0172848-59.2016.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
115 - 0001822-36.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001822-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:07
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELA SALGADO JUNQUEIRA
AGRAVADO: JOCKEY CLUB BRASILEIRO
ADVOGADO: PRICILA ROBERTO MARTINS
Originário: 0000517-21.2009.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
116 - 0001824-06.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001824-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 16:34
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO
AGRAVADO: MANOEL VIANA FONSECA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000481-91.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
117 - 0001828-43.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001828-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 16:43
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
ADVOGADO: SEBASTIAO ZIMERMAN
ADVOGADO: JULIO ZIMERMAN
AGRAVADO: ADRIANO FERNANDES DE OLIVEIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0003442-19.2011.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
118 - 0001829-28.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001829-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 16:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: SEBASTIAO ZIMERMAN
ADVOGADO: JULIO ZIMERMAN
AGRAVADO: ELISMÁRIO PESSOA DE GOES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0003217-74.2008.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
119 - 0001830-13.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001830-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 16:46
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0054259-14.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
120 - 0001831-95.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001831-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 17:01
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: SEBASTIAO ZIMERMAN
ADVOGADO: JULIO ZIMERMAN
AGRAVADO: ELISMÁRIO PESSOA DE GOES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0003217-74.2008.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
121 - 0001832-80.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001832-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 16:50
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ISABELA DE SOUZA DORO
REPRESENTANTE: SUELY MARIA VEIGA DE SOUZA
ADVOGADO: CELIO PEREIRA RIBEIRO
ADVOGADO: ALEXANDRE MARTINS DE ABREU
Originário: 0030105-44.2007.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
122 - 0001834-50.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001834-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:05
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LUIS ANTÔNIO DE SOUZA RAMOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0011677-52.2009.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
123 - 0001835-35.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001835-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:06
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: MAURILIO GIOVANNI MENDES ALEVATO
ADVOGADO: ELENICY MENDES ALEVATO
ADVOGADO: GIOVANNA FERNANDES ALEVATO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0505185-07.2011.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
124 - 0001836-20.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001836-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 17:08
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0062199-30.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
125 - 0001838-87.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001838-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 17:32
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: ALICIA MARTA BERCOVICH DE GRUNMANN
AGRAVANTE: AMENY TIMOTEO NERY
AGRAVANTE: AVELINA DE SOUZA AZEVEDO
AGRAVANTE: MARIA JOSÉ ALVES MARTINS
AGRAVANTE: SANDRA PORTO MARTINS
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
ADVOGADO: LEONARDO CAMANHO CAMARGO
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0049522-65.2016.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
126 - 0001840-57.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001840-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 18:08
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: OI S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0062980-52.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
127 - 0001842-27.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001842-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:11
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MARCEA VASCONCELLOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE CARLOS NUNES DOS SANTOS
ADVOGADO: MAURO ABDON GABRIEL
Originário: 0185688-07.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
128 - 0001843-12.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001843-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:58
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO
AGRAVADO: WANIA LUCIA VIGGIANO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ
Originário: 0137328-90.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
129 - 0001846-64.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001846-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 19:18
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: MADAME K COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA
ADVOGADO: CAROLINA DONAY SCHERER
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0124977-36.2016.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
130 - 0001848-34.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001848-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 19:22
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY
AGRAVADO: JORGE ANTONIO DA SILVA
ADVOGADO: JOSIENI DE ALMEIDA LIMA
Originário: 0010054-51.2017.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
131 - 0001850-04.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001850-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 19:29
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GUILHERME CASTRO DE AMORIM
AGRAVADO: LUIZ CARLOS DE FREITAS TEIXEIRA DA SILVA
AGRAVADO: VIVIANE DE FREITAS TEIXEIRA DA SILVA SIQUEIRA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE FREITAS TEIXEIRA DA SILVA
PARTE RÉ: DILCE ROSA DA SILVA
PARTE RÉ: STEMIL SOCIEDADE TECNICA DE MONTAGENS INDL/ LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0012821-62.2017.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
132 - 0001851-86.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001851-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 19:06
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: HÉLIO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
ADVOGADO: KEILA CORRÊA NUNES JANUÁRIO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0008096-39.2017.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
133 - 0001539-13.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001539-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 07/03/2017 16:15
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AUTOR: MARIA EUNICE ROXO VASCONCELOS
AUTOR: MARIA ISABEL ROXO FERREIRA
AUTOR: CARLOS ALBERTO ROXO NETO
ADVOGADO: WALDYR FERREIRA
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
SUSCITANTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0031431-24.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Ação Rescisória - Seção Espec. III - Administrativo e Cível
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
134 - 0016788-48.2010.4.02.0000 Número antigo: 2010.00.00.016788-2 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição por Prevenção - 07/03/2017 17:06
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AUTOR: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: PEDRO PAULO ROCHA
ADVOGADO: CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO
Originário: 0040325-68.1988.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Medida Cautelar Inominada - Seção Espec. III - Administrativo e Cível
Cautelar Inominada - Processo Cautelar - Processo Cível e do Trabalho
135 - 0108811-71.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108811-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 07/03/2017 18:06
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
REQUERENTE: CALZIRA BELMONT
ADVOGADO: MARCIA DA CONCEICAO JARDIM
REQUERIDO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0011339-69.2009.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Petição - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
136 - 0100026-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100026-6 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 07/03/2017 12:16
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
REQUERENTE: OZIAS NUNES PEREIRA
ADVOGADO: ALTAMIRO THADEU FRONTINO SOBREIRO
ADVOGADO: GREGÓRIO RIBEIRO DA SILVA
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA

REQUERIDO: JOSÉ LUIZ PIMENTEL BALESTRERO
ADVOGADO: PAULO CESAR CUNHALIMA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: RAÏF OCTÁVIO ROLIM DO NASCIMENTO
Originário: 0002258-03.2012.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Criminal

Petição - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
137 - 0100038-32.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100038-2 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 07/03/2017 12:18
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
REQUERIDO: JOSÉ LUIZ PIMENTEL BALESTRERO
ADVOGADO: PAULO CESAR CUNHALIMA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: RAÏF OCTÁVIO ROLIM DO NASCIMENTO
REQUERENTE: LUZIA EKER
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
Originário: 0015049-43.2008.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Criminal

Petição - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
138 - 0500928-57.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.500928-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 19:06
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AUTOR: D. P. F.
RÉU: APURAR RESPONSABILIDADE
Originário: 0500928-57.2016.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Petição - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
139 - 0500929-42.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.500929-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 19:11
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AUTOR: D. P. F.
RÉU: APURAR RESPONSABILIDADE
Originário: 0500929-42.2016.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói

Recurso em Sentido Estrito
Recurso em Sentido Estrito - Recursos - Processo Criminal
140 - 0500408-52.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.500408-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:11
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
RECORRIDO: ALEXANDRE LOBACK GEMINIANI
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Originário: 0500408-52.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
141 - 0001796-38.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001796-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 14:16
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
IMPETRANTE: RODRIGO BRITTO DE OLIVEIRA RIBEIRO
IMPETRANTE: PEDRO CIRNE DE OLIVEIRA
PACIENTE: PEDRO RAMOS DE MIRANDA
ADVOGADO: RODRIGO BRITTO DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO: PEDRO CIRNE DE OLIVEIRA
IMPETRADO: JUIZO DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL - RJ
Originário: 0509503-57.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
142 - 0001808-52.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001808-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 11:34
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
IMPETRANTE: LUIS GUILHERME MARTINS VIEIRA
IMPETRANTE: ANTONIO EDUARDO DE MORAES
IMPETRANTE: RENATO RIBEIRO DE MORAES
IMPETRANTE: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
IMPETRANTE: ALINE DO AMARAL DE OLIVEIRA
IMPETRANTE: LUCAS GUIMARAES ROCHA
ADVOGADO: LUIZ GUILHERME VIEIRA
ADVOGADO: EDUARDO DE MORAES
ADVOGADO: RENATO DE MORAES
ADVOGADO: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ALINE DO AMARAL DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUCAS GUIMARAES ROCHA
IMPETRADO: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
PACIENTE: ADRIANA DE LOURDES ANCELMO
Originário: 0501470-44.2017.4.02.5101 - 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
143 - 0001821-51.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001821-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:40
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE: LUCILIA BARROS RODRIGUES
IMPETRANTE: SIDNEY NUNES MOREIRA
PACIENTE: JOAO PAULO SUETH MARQUES
ADVOGADO: LUCILIA BARROS RODRIGUES
ADVOGADO: SIDNEY NUNES MOREIRA
IMPETRADO: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0502502-84.2017.4.02.5101 - 04ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
144 - 0001825-88.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001825-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 14:06
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE: NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA
PACIENTE: MARCELO OLIVEIRA DE AQUINO
ADVOGADO: NILO CESAR MARTINS POMPILIO DA HORA
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0014869-76.2012.4.02.5101 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
145 - 0000201-75.2009.4.02.5111 Número antigo: 2009.51.11.000201-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 14:37
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: ELSABETE GOMES CORREA
ADVOGADO: ELSABETE GOMES CORREA
Originário: 0000201-75.2009.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
146 - 0001509-10.2013.4.02.5111 Número antigo: 2013.51.11.001509-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 14:41
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: ARISTIDES MOREIRA JUNIOR
ADVOGADO: Elsabete Gomes Corrêa
Originário: 0001509-10.2013.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
147 - 0001998-34.2010.4.02.5117 Número antigo: 2010.51.17.001998-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:00
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ROSILENE PEREZ DA SILVA SOUZA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0001998-34.2010.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
148 - 0002082-60.2013.4.02.5107 Número antigo: 2013.51.07.002082-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 12:56
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: NEIDE CURADO QUINTANILHA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República

Originário: 0002082-60.2013.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
149 - 0003631-75.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.003631-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:39
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JOSÉ QUINTANIA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0003631-75.2013.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
150 - 0004807-49.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.004807-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:53
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: SANDRO AURELIANO GONÇALVES
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE DA ROCHA JÚNIOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0004807-49.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
151 - 0020308-34.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.020308-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:36
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: ADEMAR CLEMENTE DE ARAUJO
ADVOGADO: KATIA REJANE QUEIROZ
Originário: 0020308-34.2013.4.02.5101 - 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
152 - 0500005-95.2016.4.02.5113 Número antigo: 2016.51.13.500005-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:47
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: RENATO MARTINS COSTA
ADVOGADO: SANDRA HELENA SILVERIO DE MEDEIROS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500005-95.2016.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
153 - 0500105-23.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.500105-3 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 13:04
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ALEXANDRE REIS GOMES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500105-23.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Itaboraí

BOLETIM: 2017000058

EM OBSERVÂNCIA À NORMA DO ARTIGO 285, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), FICAM AS PARTES E TODOS OS INTERESSADOS, INTIMADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000082-72.2013.4.02.5112 Número antigo: 2013.51.12.000082-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: RUTILEIA FRANCO FERRAZ
ADVOGADO: ROSALI STEPHEN MARREIROS CARECHO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000082-72.2013.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000230-30.2017.4.02.9999 Número antigo: 2017.99.99.000230-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 09:42
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: IZABEL DANELON ARAÚJO OLIVEIRA
ADVOGADO: PRISCILA APARECIDA VENTURA PULLIG

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001953-24.2014.4.02.5106 Número antigo: 2014.51.06.001953-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 18:05
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA LUCIA SOUTO FARME D AMOEDO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO LORANG DE AMORIM
Originário: 0001953-24.2014.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0003444-92.1988.4.02.5101 Número antigo: 1988.51.01.003444-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 10:12
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: TÂNIA ROHR FERNANDES
APELANTE: SOLANGE FERNANDES DO AMOR DIVINO
APELANTE: SÉRGIO FERNANDES
ADVOGADO: JORGE CESAR FERREIRA BARBOZA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003444-92.1988.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0004251-98.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.004251-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA DA CONCEIÇÃO MORAIS CORREA
ADVOGADO: ROSANE SIQUEIRA CHANTRE BATISTA
Originário: 0004251-98.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0008633-74.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.008633-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:40
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: HERNANI MANOEL ROSA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0008633-74.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0009777-83.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.009777-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:40
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: GILSON DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO: FERNANDO PETERSON MAGNAGO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0009777-83.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0011812-75.1997.4.02.5101 Número antigo: 1997.51.01.011812-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 10:00
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER

APELANTE: JURACY FERREIRA CARNEIRO
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
ADVOGADO: EURIVALDO NEVES BEZERRA
ADVOGADO: LUCIA HELENA DE AZEVEDO XAVIER
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0011812-75.1997.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0017942-51.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.017942-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JANIO CESAR SOUZA GUSMÃO
ADVOGADO: EURIVALDO NEVES BEZERRA
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0017942-51.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0022682-23.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022682-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:19
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: SERGIO HENRIQUE DA COSTA PAIVA
ADVOGADO: ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ
ADVOGADO: LEANDRO LIMA DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0022682-23.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0023147-32.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023147-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ADEMIR MOREIRA
ADVOGADO: REGINALDO MATHIAS DOS SANTOS
ADVOGADO: ROSANGELA SOARES DA SILVA GONCALVES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0023147-32.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0029578-77.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.029578-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: SERGIO DOS SANTOS FERNANDES

ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: IGOR CORTES DE MEDEIROS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0029578-77.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0032914-26.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.032914-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA
ADVOGADO: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0032914-26.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0041615-73.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.041615-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO ERALDO
ADVOGADO: LEO ROBERT PADILHA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0041615-73.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0049369-32.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.049369-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:46
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JORGE CARDOSO DE PAIVA
ADVOGADO: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
Originário: 0049369-32.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0050671-96.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.050671-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLAUDIO HENRIQUES DA PAULA
ADVOGADO: CARLOS JOSE VICTOR DEL GUERCIO
ADVOGADO: IZOLDA CABRAL DO COUTO
Originário: 0050671-96.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0057780-64.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.057780-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: RENATA DE OLIVEIRA DUARTE
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: ALEX SANDRO DA SILVEIRA GONCALVES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0057780-64.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0062800-03.2016.4.02.5112 Número antigo: 2016.51.12.062800-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:02
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: NIVALDO NORONHA PEREIRA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0062800-03.2016.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0064631-56.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.064631-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:49
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA APARECIDA FORTUNATO DA SILVA
ADVOGADO: ZELIA MARIA FERNANDES DE LUNA DINIZ
Originário: 0064631-56.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0065209-82.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.065209-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:51
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: MARIA GLAUCIA MANGUEIRA ESTE
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: IGOR CORTES DE MEDEIROS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0065209-82.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0083160-41.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.083160-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ANIBAL DE MATTOS COUTO
ADVOGADO: GABRIEL DINIZ DA COSTA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0083160-41.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0088744-65.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.088744-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA DAS GRAÇAS PAIVA FERREIRA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0088744-65.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0091624-54.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.091624-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSÉ VARGAS DA SILVA
ADVOGADO: MARCOS DA PAZ PERDIGAO
Originário: 0091624-54.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0101038-32.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.101038-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: DAVID JOSÉ DE LANES
ADVOGADO: FERNANDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR
Originário: 0101038-32.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0108903-04.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.108903-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:04
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARILIA DUARTE MARTINS DOS SANTOS

ADVOGADO: RODRIGO REBOUCAS MARCONDES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0108903-04.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0109402-31.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.109402-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ILKA ARAUJO GUIMARAES SOELA
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO ELIAS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0109402-31.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0125287-96.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.125287-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: RAIMUNDO COSTA PINHEIRO
ADVOGADO: UTHANT PIMENTEL
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0125287-96.2013.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0126862-31.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.126862-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LUZIMAR CORREA
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0126862-31.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0130362-62.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.130362-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: HELSON NEVES
ADVOGADO: JOAO GILBERTO ARAUJO PONTES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0130362-62.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0130797-79.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.130797-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALDICEU FERREIRA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0130797-79.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0132987-69.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.132987-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:01
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ODIR DE OLIVEIRA
ADVOGADO: CLAUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
Originário: 0132987-69.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0139732-02.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.139732-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:32
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VANILDA ROQUE RODRIGUES
ADVOGADO: FREDERICO LOPES CAVALCANTE
Originário: 0139732-02.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0141693-75.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.141693-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: ELAINE MACEDO DE FREITAS
ADVOGADO: SUEINE GOULART PIMENTEL
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0141693-75.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

34 - 0150119-21.2016.4.02.5108 Número antigo: 2016.51.08.150119-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:31
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: ANTONIO EDUARDO DE OLIVEIRA PEIXOTO
ADVOGADO: NADIA LUCIA DOS SANTOS ROQUE
ADVOGADO: IVAM SERRA DOMINICE
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0150119-21.2016.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0000071-94.2014.4.02.5116 Número antigo: 2014.51.16.000071-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS LEVANTAMENTOS LTDA
ADVOGADO: ERNESTO JOHANNES TROUW
ADVOGADO: FABIO FRAGA GONCALVES
ADVOGADO: ANDREWS GRACIANO DE SOUSA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0000071-94.2014.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0001989-69.2005.4.02.5110 Número antigo: 2005.51.10.001989-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:18
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ORGANIZAÇÃO EXCELSIOR LTDA
APELADO: LUIZ FELIPE DA CONCEIÇÃO RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001989-69.2005.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0004471-92.2002.4.02.5110 Número antigo: 2002.51.10.004471-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:16
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: WAGNER NEIVA REIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0004471-92.2002.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0006500-40.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.006500-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 11:47

Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TRANSPORTES SÃO SILVESTRE S/A
ADVOGADO: JOSE CARLOS DE ABREU
ADVOGADO: NELMA MONTEIRO DE ABREU
ADVOGADO: ANTONIO DE MATTOS
Originário: 0006500-40.2005.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0006564-55.2002.4.02.5101 Número antigo: 2002.51.01.006564-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 11:53
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: KONGA MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO SAMARY DA SILVA
ADVOGADO: DELIA MARA HERMOGENES DA SILVA
ADVOGADO: ALESSANDRO ZECCHINELLI RODRIGUES DOS SANTOS
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0006564-55.2002.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0011167-13.2003.4.02.5110 Número antigo: 2003.51.10.011167-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:11
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DILSON ANTÔNIO RIVETTI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0011167-13.2003.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0011509-80.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.011509-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 12:01
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: UM INVESTIMENTOS S/A CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS GARCIA DE SOUZA
ADVOGADO: TATIANA SUMAR SURERUS DE CARVALHO
ADVOGADO: CONDORCET PEREIRA DE REZENDE
Originário: 0011509-80.2005.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0049426-51.1996.4.02.5101 Número antigo: 1996.51.01.049426-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:05

Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EQUIPE CONSTRUCAO CIVIL E MONTAGEM INDL/ LTDA - MASA FALIDA
APELADO: TAKASHI KOMATSUBARA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0049426-51.1996.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0053846-90.1996.4.02.5104 Número antigo: 1996.51.04.053846-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:18
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: COM/ IND/ MODULAR LTDA
APELADO: ELAINE MARCHTEIN CASTILHO
APELADO: JOSE HENRIQUE CASTILHO
ADVOGADO: JOILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: ORMILIO TEIXEIRA DOS SANTOS FILHO
Originário: 0053846-90.1996.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0069989-02.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.069989-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:50
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: STADA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO FREITAS CARDOSO
ADVOGADO: MICHELLE FERREIRA DE OLIVEIRA IMENES
Originário: 0069989-02.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0072062-06.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.072062-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:33
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: NASCON ENGENHARIA E COM/ LTDA MASSA FALIDA
ADVOGADO: JOSE MAURO COUTO DE ASSIS FILHO
ADVOGADO: LUIS ALEXANDRE CIVITARESE COUTO DE ASSIS
ADVOGADO: RAONI CRUZ CHAVES
Originário: 0072062-06.1999.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0084387-17.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.084387-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56

Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: CLINICA BAMBINA LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES
ADVOGADO: CAROLINE ROCHA ATAIDE
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0084387-17.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0113260-70.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.113260-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CONSTRUTORA LAJE DE PEDRA LTDA
ADVOGADO: GUTTIERES MEDEIROS REGO
Originário: 0113260-70.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0121012-50.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.121012-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: FLAVIO EL AMME PARANHOS
ADVOGADO: LUIZA TOSTES MASCARENHAS BRAGA
ADVOGADO: CAMILA FELIX BRUM
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0121012-50.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0136660-16.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.136660-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:24
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: BIMBO DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: LUIZ ROGERIO SAWAYA BATISTA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0136660-16.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0137239-61.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137239-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:54
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SOFTWARE E INTERNET - REGIONAL DE ESPIRITO SANTO (ASSESPRO-ES)

ADVOGADO: LUIZ RICARDO CASTRO GUERRA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0137239-61.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
51 - 0500130-12.2015.4.02.5109 Número antigo: 2015.51.09.500130-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:10
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: TRANSPORTES E LOGÍSTICAS TRANSGIL LTDA
ADVOGADO: Fernando Rezende Triboni
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0500130-12.2015.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0500594-17.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.500594-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:11
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: BRUAL MAGAZINE LTDA - ME
APELANTE: ANA GAMA DA SILVA
ADVOGADO: ANDRE LUIS GAMA GAVIAO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0500594-17.2016.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0500683-80.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.500683-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FLASH AUTO SERVICO LTDA
ADVOGADO: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0500683-80.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0500918-47.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.500918-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 13:13
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: DECIO DE MELO REYNIER
ADVOGADO: CESAR JOSE MOTTA CASTELLA JUNIOR
ADVOGADO: EDUARDO FERREIRA MACHADO MASSA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0500918-47.2015.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
55 - 0501365-04.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.501365-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: PEDRO MIRANDA
ADVOGADO: PEDRO MIRANDA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0501365-04.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0509461-52.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.509461-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: NEXMED SISTEMAS MEDICOS LTDA
APELADO: MARIA INAH ALVES DE MIRANDA
APELADO: JORGE AFONSO MIRANDA MARQUES
ADVOGADO: ANA BEATRIZ HACK TEIXEIRA CAMPOS PEREIRA
Originário: 0509461-52.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
57 - 0515444-03.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.515444-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:20
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JORGE DA COSTA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0515444-03.2007.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0519715-84.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.519715-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 17/03/2017 16:38
Gabinete 11
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
ADVOGADO: RODRIGO LUIZ PESSOA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUCIANA PEREIRA DIOGO
ADVOGADO: ROMULO HENRIQUES LESSA
ADVOGADO: RICARDO ZACHARSKI JUNIOR
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0519715-84.2009.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
59 - 0523131-89.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.523131-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:40
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: AMARO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: HELIO DOS SANTOS ZAGAGLIA
Originário: 0523131-89.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
60 - 0525124-70.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.525124-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:40
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JOSE ALBERTO PINEDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0525124-70.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0530814-22.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.530814-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:21
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FLAVIO ROBERTO DA COSTA VIEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0530814-22.2007.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
62 - 0542978-58.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.542978-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: RONSER ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0542978-58.2003.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
63 - 0752129-76.1999.4.02.5110 Número antigo: 1999.51.10.752129-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 18:01
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FARMACIA SANTA ROSA LTDA
APELADO: DROGARIA DESCONTAO DE CAXIAS
APELADO: ELOY ALMEIDA DE SIQUEIRA
ADVOGADO: JOSE PAULO DOS SANTOS
ADVOGADO: DECIO MEIRELLES GOES
ADVOGADO: JOSE CARLOS DE ARAUJO ALMEIDA FILHO
APELADO: JASSON GONCALVES DE MIRANDA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO FERNANDES LEMOS
Originário: 0752129-76.1999.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0000033-35.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.000033-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 15:52
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: INTERJEANS COMERCIO DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO: LUCIANA FERREIRA CUQUEJO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
PARTE RÉ: AMARILDO DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO: WALDEMAR FISZMAN
Originário: 0000033-35.2011.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
65 - 0000039-31.2014.4.02.5006 Número antigo: 2014.50.06.000039-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:00
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: MARIA HILDA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: MARCIO GARCIA DOS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000039-31.2014.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0000587-13.2011.4.02.5119 Número antigo: 2011.51.19.000587-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: WALDIR PRATES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: ETTORE DALBONI DA CUNHA
ADVOGADO: LINCOLN FERREIRA DALBONI
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000587-13.2011.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0001569-69.2013.4.02.5050 Número antigo: 2013.50.50.001569-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:55
Gabinete 17

Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: ANDRE LUIZ PEREIRA
APELADO: SOEMY FERREIRA
ADVOGADO: JOSE DIRLENILDO DE SOUZA
ADVOGADO: RONALDO ASSIS PACHECO
Originário: 0001569-69.2013.4.02.5050 - 1ª VF Serra

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
68 - 0001569-81.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.001569-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRAS/ DE CORREIOS E TELEGRAFOS E SIMILARES DO EST/ DO RJ
APELANTE: ADAO CLAUDINO
APELANTE: ANTONIO LAZARO ALMADA
APELANTE: DAMIANA MARIA NUNES
APELANTE: GILBERTO ANTONIO CIPRIANO DE OLIVEIRA
APELANTE: JAQUELINE SALGADO XAVIER
APELANTE: JOSE CAVALCANTI DA SILVA
APELANTE: MARIA DALVA MEDEIROS
ADVOGADO: ALEXSSANDER TAVARES DE MATTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001569-81.2011.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0002688-04.2014.4.02.5156 Número antigo: 2014.51.56.002688-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:44
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ
ADVOGADO: LEONARDO MONT ALVAO TEIXEIRA
APELADO: HERCILIO JOSÉ CANDIDO DA SILVA
ADVOGADO DATIVO: ANDREA REZENDE
Originário: 0002688-04.2014.4.02.5156 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0002688-69.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.002688-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 15:14
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APELADO: LOUZADA MARIA FRANCISCO SALLES
APELADO: ALINE FRANCISCO DOS SANTOS
ADVOGADO: SANDRO EGIDIO MACIEL DE ANDRADE
PARTE RÉ: EDISON ORLANDO DA ROCHA MACEDO
ADVOGADO: ADELSON SARAIVA FRAZAO
Originário: 0002688-69.2014.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0003163-71.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.003163-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:37
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: ROBERTA FERNANDES SANTANA
ADVOGADO: DULCINÉIA ZUMACH LEMOS PEREIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: EMI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: TUV RHEINLAND DO BRASIL
ADVOGADO: SÉRGIO PINHEIRO MARÇAL
Originário: 0003163-71.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0004461-84.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.004461-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ELOIR MACHADO GRIPP
ADVOGADO: ANTONIO FERREIRA COUTO FILHO
ADVOGADO: ALEX PEREIRA SOUZA
ADVOGADO: JANAINA PEREIRA DOS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0004461-84.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0004462-40.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.004462-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GILSON PETRA DE ALMEIDA JUNIOR
ADVOGADO: MARCIA FARIA DE SOUZA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
Originário: 0004462-40.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0005635-53.2006.4.02.5110 Número antigo: 2006.51.10.005635-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:02
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: WAGNER LUIS TOLEDO DA ROCHA
ADVOGADO: RENATA BARROS ANDRADE DA COSTA
APELADO: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0005635-53.2006.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0007020-19.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.007020-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:05
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: REAL GRANDEZA FUNDACAO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL-FRG
ADVOGADO: SERGIO COELHO E SILVA PEREIRA
ADVOGADO: ADRIANA DE LOURDES ANCELMO
ADVOGADO: MARCELO CURY ATHERINO
ADVOGADO: PAULA MENNA BARRETO MARQUES
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0007020-19.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0007473-77.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.007473-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO ALBERTO MENEZES DE ARAUJO
APELANTE: VANIA MARIA CARDOSO DE ARAUJO
ADVOGADO: SERGIO SOLLE DE FIGUEIREDO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
Originário: 0007473-77.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0007669-56.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.007669-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: YON RODRIGUES RAPOSO
ADVOGADO: RALPH RIBEIRO RAPOSO
Originário: 0007669-56.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0007958-14.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.007958-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF
APELANTE: MARIA VITORIA ALVES DE SANTANA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ

ADVOGADO: ROBSON DE SOUZA BARROS
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0007958-14.2013.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0009064-74.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.009064-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 08/03/2017 17:57
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: FABRICIO DA SILVA DIAS
ADVOGADO: LUIS CESARIO DE MIRANDA MARQUES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELA SALGADO JUNQUEIRA
APELADO: FUNDAÇÃO CESGRANRIO
ADVOGADO: BEATRIZ CAMARA RAPOSO LOPES
ADVOGADO: ANDERSON FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO: ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO
Originário: 0009064-74.2014.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
80 - 0009190-95.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.009190-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APELADO: PAULO ROBERTO DUARTE DE ALMEIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0009190-95.2012.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0009716-33.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009716-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ERICA CRISTINA LAGE FABRES
ADVOGADO: VANESSA MACHADO ESPINDULA
APELADO: PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
ADVOGADO: RICARDO LIMA CARDOSO
Originário: 0009716-33.2010.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0009874-88.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009874-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 14:37
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MILOS
ADVOGADO: ADALBERTO ROCHA MACHADO
ADVOGADO: JULIO CORDEIRO DA CUNHA
ADVOGADO: MONIQUE CORDEIRO DA CUNHA CAVALCANTE
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: MARCIO DE MATTOS GONCALVES
Originário: 0009874-88.2010.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0009919-97.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.009919-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 11:44
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ROOSEVELT BAHURY MESQUITA
ADVOGADO: ALVARO RANGEL DE CARVALHO
ADVOGADO: ALEXANDRE SOUTO CARVALHO
ADVOGADO: FABIO FURTADO DE MENDONCA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: MARILDA AMORIM VIANNA
ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
Originário: 0009919-97.2007.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0010912-76.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.010912-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:05
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: CINTHIA CIPRESTE SANSON WASCONCELLOS
APELADO: LIDIANE BEZERRA QUEIROZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0010912-76.2012.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0011893-67.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.011893-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:35
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: RICARDO ZALUAR PASSOS GUIMARAES
ADVOGADO: FABIANO TREVELIN TANNUS BICHARA
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0011893-67.2010.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0014386-07.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.014386-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:07
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: MARIO LOPES BARREIRA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0014386-07.2016.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
87 - 0014924-22.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.014924-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:06
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: SOLANGE SILVA DE BRITO
APELANTE: JUCÉLIO DA SILVA AMARAL
APELANTE: CANOA DE PÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA ME
ADVOGADO: ALEXANDRE RAVACHE
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
Originário: 0014924-22.2015.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
88 - 0018477-53.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.018477-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 14:35
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: ESMERALDA COSTA SCHIAVINATO
APELANTE: AURÉLIO COSTA SCHIAVINATO
APELANTE: DANTE JOÃO SCHIAVINATO
ADVOGADO: IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0018477-53.2010.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
89 - 0019195-84.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.019195-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 09:40
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: GERSON BEZERRA DA SILVA FILHO
REPRESENTANTE: MARGARETE LOURENÇO DA SILVA
ADVOGADO: DARCY REIS MARTINS
ADVOGADO: JOSE GREGORIO MARQUES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0019195-84.2009.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0021910-46.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.021910-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:16
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APELADO: CENTRO MEDICO NUCLEAR DE VOLTA REDONDA LIMITADA EPP
ADVOGADO: CAIO OLIVEIRA CHICARINO DE CARVALHO
ADVOGADO: GUSTAVO LUIZ CORREA

ADVOGADO: MARCUS VINICIUS KEENAN SALGADO
Originário: 0021910-46.2016.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
91 - 0022141-87.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022141-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICIPIO DE GOIANINHA
ADVOGADO: MARCELLA CEREJA LEAL
ADVOGADO: VICTOR JOSE MACEDO DANTAS
Originário: 0022141-87.2013.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
92 - 0023307-62.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.023307-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: LUIZ CARLOS CARDOSO
ADVOGADO: MARCELO DA SILVA TROVAO
Originário: 0023307-62.2010.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
93 - 0023440-02.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023440-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ASSIBGE - SINDICATO NACIONAL
APELADO: PETER MADSEN CHMATALIK
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
Originário: 0023440-02.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
94 - 0023455-68.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023455-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APELANTE: OTHON DE CASTRO CARVALHO
APELANTE: OSVALDO DE OLIVEIRA QUITES
APELANTE: SIBELI BORGES DE CASTRO
APELANTE: VALTER DE MATOS
APELANTE: ROSALIA FRANCISCA DA COSTA
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ

APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0023455-68.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0024535-73.1990.4.02.5101 Número antigo: 1990.51.01.024535-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 14:33
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: RITA DE CÁSSIA BRUM JARDIM
APELANTE: WILSON DOS SANTOS JARDIM
ADVOGADO: MICHELY DOS SANTOS JARDIM
PARTE AUTORA: OBDULIO VARELA PESSOA
PARTE AUTORA: ADOLFO DA SILVA BARROS
PARTE AUTORA: EUSEBIO TEJERA PESSOA
PARTE AUTORA: MARIA APARECIDA SANTOS PESSOA
PARTE AUTORA: LUIZ CARLOS DO CARMO MOTTA
PARTE AUTORA: JORGE LUIZ OLIVEIRA RAMOS
PARTE AUTORA: GEIZA MATURO DIAS RAMOS
PARTE AUTORA: PEDRO AFFONSO DE CARVALHO
ADVOGADO: FRIZIA STELLA NUNES DA SILVA
ADVOGADO: RICARDO MOREIRA MORAGAS
ADVOGADO: ISABELLE MONTEIRO ARRUDA
APELADO: BERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA ROCHA
ADVOGADO: NEI CALDERON
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PARTE RÉ: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA
ADVOGADO: DANIEL VERSIANI CHIEZA
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
PARTE RÉ: ITAÚ RIO S/A - CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADO: CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA
PARTE RÉ: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: ENEAS CORDEIRO DE SOUZA
Originário: 0024535-73.1990.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
96 - 0031206-63.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.031206-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 13:00
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: BANCO BOZANO, SIMONSEN DE INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO: CLAUDIO RAMOS
APELANTE: AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
ADVOGADO: RENATO GOLDSTEIN
APELADO: OS MESMOS
APELADO: GRANCARGA TRANSPORTE INTERMODAL LTDA
ADVOGADO: ARMANDO VERRI JUNIOR
Originário: 0031206-63.2000.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
97 - 0031207-48.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.031207-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:39

Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
ADVOGADO: RENATO GOLDSTEIN
APELADO: GRANCARGA TRANSPORTE INTERMODAL LTDA
ADVOGADO: ARMANDO VERRI JUNIOR
APELADO: BANCO BOZANO, SIMONSEN DE INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO: CLAUDIO RAMOS
Originário: 0031207-48.2000.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
98 - 0032191-34.2016.4.02.5113 Número antigo: 2016.51.13.032191-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:55
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
ADVOGADO: MARIANA RAMOS SENA DOS SANTOS
APELADO: PAULO NORBERTO DUTRA DIAS
ADVOGADO: JORGE EDSON AMARAL JORGE
ADVOGADO: CRISTIANE ARAUJO DA COSTA
Originário: 0032191-34.2016.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
99 - 0036369-42.2015.4.02.5119 Número antigo: 2015.51.19.036369-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: OLAVO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CBTU-CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
Originário: 0036369-42.2015.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
100 - 0042577-04.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.042577-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: THIAGO BRUNO ALVES PACHECO
ADVOGADO: RAFAEL BALTAR ABRAHAO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ELOADIR PEREIRA DA ROCHA FILHO
APELADO: CETRO CONCURSOS PUBLICOS CONSULTORIA E ADMINISTRACAO S/S LTDA
ADVOGADO: MARIA DE LOURDES FREGONI DEMONACO
Originário: 0042577-04.2012.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
101 - 0044579-10.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.044579-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE
ADVOGADO: WALTER DEMIAN ROITMAN
ADVOGADO: RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS
ADVOGADO: ANA BRIGIDA FAJARDO VILLELA DE ANDRADE
APELADO: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0044579-10.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0057566-46.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.057566-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APELADO: JBS CONSTRUÇÕES REFORMAS E CONSERVAÇÕES EIRELI
APELADO: JOSUE BRAGA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0057566-46.2016.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
103 - 0069042-90.2016.4.02.5107 Número antigo: 2016.51.07.069042-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EDELSON FERNANDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LORESTIM PEREIRA CARDOSO BISNETO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0069042-90.2016.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
104 - 0071058-69.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.071058-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:42
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: HELENA LYGIA COUTINHO SOARES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0071058-69.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

105 - 0074818-65.2016.4.02.5109 Número antigo: 2016.51.09.074818-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO RIO DE JANEIRO -CRA/RJ
ADVOGADO: ADRIANA GOMES SOBRAL
APELADO: SERVATIS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO: JOSIANE ALVES BARBOSA
Originário: 0074818-65.2016.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
106 - 0079622-73.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.079622-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
APELADO: R. DE MOURA SANTOS MERCEARIA LTDA
ADVOGADO: JORGE MARCONDES DA ROCHA PASSOS
ADVOGADO: FATIMA CRISTINA SILVA LOPES
APELADO: ROSEVAN DE MOURA SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: PAULO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0079622-73.2016.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0090633-29.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.090633-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 12:59
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: MAIZA DOS SANTOS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0090633-29.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
108 - 0092285-81.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.092285-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: MAXWELL MARTINS DA COSTA E SILVA
ADVOGADO: EDINALDO DOURADO MONTEIRO
ADVOGADO: RENATA MATTOS FIDALGO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0092285-81.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
109 - 0110295-56.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.110295-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:58
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: DANIELA DE LOURDES MONTEIRO
ADVOGADO: NEI LEAL DE OLIVEIRA
APELADO: DROGARIA MAR AZUL LTDA-ME
APELADO: OLIVIA SONIA DIAS SILVA
APELADO: ALEX DIAS SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
Originário: 0110295-56.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
110 - 0115317-05.2013.4.02.5107 Número antigo: 2013.51.07.115317-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MANOEL JOSE PEREIRA DE LIMA
ADVOGADO: ROMEU FERNANDO CARVALHO DE SOUZA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LIGIA BONILHA
Originário: 0115317-05.2013.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
111 - 0118986-50.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.118986-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 15:41
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: DORALICE CARDOSO DE MENDONÇA
ADVOGADO: CLEITON LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0118986-50.2014.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
112 - 0122143-09.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.122143-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CARLOS ROBERTO DE LIMA DUTRA
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0122143-09.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
113 - 0123017-88.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.123017-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 12:53
Gabinete 16

Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINPEF/ES
ADVOGADO: GUSTAVO CARDOSO DOYLE MAIA
ADVOGADO: GABRIEL FERREIRA SARTÓRIO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0123017-88.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
114 - 0124844-40.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.124844-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: ARACELY BERRIEL DE CARVALHO JOAQUIM
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0124844-40.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
115 - 0128436-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.128436-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:36
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: JOAO CARLOS DA SILVA FEITAL
ADVOGADO: ADRIANNA NOLASCO SOUZA PEREIRA
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0128436-80.2015.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
116 - 0129346-19.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.129346-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: VITORIAGATTI SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - ME
ADVOGADO: ROVENA ROBERTA DA SILVA LOCATELLI
ADVOGADO: MARCUS FILIPE ARMOND DA COSTA NUNES
ADVOGADO: JÚLIA MAGALHÃES BRUM
ADVOGADO: JOÃO COSTA NETO
ADVOGADO: FELIPPE PROBA SOARES
ADVOGADO: ROBERTA CONTI RAMOS CALIMAN
ADVOGADO: RODRIGO SILVA MELO
ADVOGADO: MARCELLO GONCALVES FREIRE
ADVOGADO: CHRISCIANA OLIVEIRA MELLO
ADVOGADO: FABRICIANO LEITE DE ALMEIDA
ADVOGADO: RODRIGO CARLOS DE SOUZA
ADVOGADO: SERGIO CARLOS DE SOUZA
ADVOGADO: MARIANA MARTINS BARROS
Originário: 0129346-19.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
117 - 0133444-47.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.133444-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 17:53
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARIA ELOIZA DOS SANTOS DIAS
ADVOGADO: DANIELLA GONÇALVES DANIEL
Originário: 0133444-47.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
118 - 0133793-57.2014.4.02.5107 Número antigo: 2014.51.07.133793-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 08/03/2017 17:55
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: AUTOPISTA FLUMINENSE S/A
ADVOGADO: LUIZ CARLOS BARTHOLOMEU
ADVOGADO: GUSTAVO GARCIA PINHEIRO
APELADO: JOSE ALVES RODRIGUES - ESPÓLIO
ADVOGADO: RICARDO ABREU DE OLIVEIRA
PARTE AUTORA: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0133793-57.2014.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
119 - 0138861-35.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.138861-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:55
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: ANTONIO TADEU MARCHETTI
ADVOGADO: KATIA REGINA DE OLIVEIRA SIMAO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0138861-35.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
120 - 0138942-18.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.138942-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: MARIA FATIMA DE LIMA
ADVOGADO: COSMINA DE ALMEIDA GIL
ADVOGADO: FRANCISCO VALDEIR DE ALMEIDA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0138942-18.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
121 - 0139899-87.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.139899-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIMED AMPARO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: JOSE LUIZ MATTHES
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0139899-87.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
122 - 0146935-15.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.146935-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: DANIEL LINS TRAVASSOS
ADVOGADO: GABRIELA GUARILHA PIMENTEL DE FREITAS
ADVOGADO: LUIZ ALBERTO PINHEIRO DE CASTRO NEVES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0146935-15.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
123 - 0149634-76.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.149634-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:34
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: OBDULIO VARELA PESSOA
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0149634-76.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
124 - 0152231-18.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.152231-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:11
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: ADELIA BEZERRA NOVAES
ADVOGADO: MARCELO FERREIRA DA FONSECA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0152231-18.2015.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
125 - 0161068-04.2016.4.02.5109 Número antigo: 2016.51.09.161068-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:40
Gabinete 16

Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ATTICO EYNG
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0161068-04.2016.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
126 - 0164178-35.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.164178-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:57
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA
ADVOGADO: PETERSON MELO DA CRUZ
APELADO: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0164178-35.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
127 - 0181648-79.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.181648-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:07
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: THEODORA MENDES DE MELLO
ADVOGADO: MARCOS JOSE DA COSTA MESQUITA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0181648-79.2016.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
128 - 0503232-32.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.503232-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: PAULO CESAR CHAGAS LESSA
ADVOGADO: FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHAES
Originário: 0503232-32.2016.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
129 - 0503553-14.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.503553-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:06
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
APELADO: FARMACIA SEMPRE VIVA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0503553-14.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
130 - 0509765-85.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.509765-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 11:49
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
ADVOGADO: IARA COSTA ANIBOLETE
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
APELADO: RECUPERADORA NOGUCHI DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA
APELADO: LUIZ CARLOS QUEIROZ
APELADO: MARCOS ANTÔNIO GONDIM PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0509765-85.2008.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
131 - 0522163-30.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.522163-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APELADO: FARMACIA RADIAL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0522163-30.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
132 - 0543560-87.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.543560-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 11:57
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE FIAUX RAMOS
APELADO: SILVIA KNOPLOCH
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0543560-87.2005.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
133 - 0801352-39.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.801352-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 11:05
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELADO: MÁRCIA MARIA FELIPPE
ADVOGADO: JUCILENE MEDEIROS DA SILVA
Originário: 0801352-39.2010.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
134 - 0000419-42.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000419-3 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 18:29
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOCÉLIO ANTÔNIO GRATIERI
ADVOGADO: Tiago Aparecido Marcon Dalboni de Araújo
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE / ES

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
135 - 0001979-71.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.001979-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GLORIA MARIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: AIDA DA SILVA ALVES
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0001979-71.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
136 - 0004863-39.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.004863-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 14:18
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JUÇARA LOPES MUNIZ BARRETO
ADVOGADO: FIDELIS FONTENELLA
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0004863-39.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
137 - 0019975-14.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.019975-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: AURA MARIA RIBEIRO ALVES
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0019975-14.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
138 - 0029038-68.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.029038-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NORMA DUARTE OLIVEIRA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 25A VARA-RJ
Originário: 0029038-68.2012.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
139 - 0087767-73.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.087767-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SERGIO DANILO DE SOUZA MACEDO
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 01ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0087767-73.2015.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
140 - 0087931-38.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.087931-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA TEREZA BOTELHO DE LIMA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ
Originário: 0087931-38.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
141 - 0105416-69.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.105416-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JUAREZ TAVORA DE MATTOS
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0105416-69.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
142 - 0114240-51.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.114240-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ALDO VICENTE DA SILVA
ADVOGADO: CHRISTOVAM RAMOS PINTO NETO
ADVOGADO: RONI FURTADO BORGO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0114240-51.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
143 - 0119392-28.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.119392-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA APARECIDA MENDES SILVA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO DURANTE BUSSOLO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0119392-28.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
144 - 0127110-85.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.127110-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HAMILTON JORGE PERDIGAO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0127110-85.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
145 - 0146279-41.2014.4.02.5118 Número antigo: 2014.51.18.146279-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GERALDO BENTO DA SILVA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO LOPES DE SOUZA

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS/ RJ
Originário: 0146279-41.2014.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
146 - 0150817-73.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.150817-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA PAULINA DE JESUS AUGUSTO
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0150817-73.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
147 - 0164089-80.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.164089-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SYLVIO LOUREIRO COSTA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0164089-80.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
148 - 0803048-13.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.803048-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AMAURI RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO: JUCIMAR ALVES DA SILVA BARROS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
Originário: 0803048-13.2010.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
149 - 0007465-41.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.007465-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: N UTRITION IMPORT COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPLEMENTOS LTDA
ADVOGADO: AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR
ADVOGADO: JOSE ANTONIO NEFFA JUNIOR
ADVOGADO: VICTOR HADDAD NADER FAFÁ

REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0007465-41.2016.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
150 - 0139326-15.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.139326-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:56
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ANA PAULA GALVAO DE AQUINO
ADVOGADO: ANA PAULA GALVAO DE AQUINO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0139326-15.2014.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
151 - 0000975-90.2013.4.02.5103 Número antigo: 2013.51.03.000975-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 16:15
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CIA. USINA CAMBAHYBA
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CAMPOS/RJ
Originário: 0000975-90.2013.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
152 - 0001547-18.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.001547-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FERNANDO JOSE PEREIRA GOMES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0001547-18.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
153 - 0002892-87.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.002892-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: LINCOLN GESTEIRA DA SILVA
ADVOGADO: CHRISTIANE DIAS MARTINS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0002892-87.2012.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
154 - 0005911-04.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.005911-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:10
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: WALTER HUMBERTO MONTE - ESPOLIO
APELADO: RAIMUNDO IATAGAN BARRETO FALCAO
APELADO: MARCIO DE LIMA ARAUJO
APELADO: PAULO DE SOUZA LEAL
ADVOGADO: NEY HAMILTON CAMPOS DE ASSIS
REMETENTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0005911-04.2012.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
155 - 0018095-12.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.018095-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:59
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA OESTE S/A
ADVOGADO: PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
ADVOGADO: MIRIAM KRONGOLD SCHMIDT
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0018095-12.2000.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
156 - 0024448-14.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.024448-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: REGINA LIDIA GIORDANO SIMOES
APELADO: ROSSANO ORSINI JUNIOR
APELADO: CLAUDIA SILBERMAN DE MELLO
APELADO: PAULO RENATO MERENCIANO GOUVEA
APELADO: SONIA REGINA DE PAULA SANTOS CABRAL
ADVOGADO: SALVADOR TEIXEIRA BITTENCOURT
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0024448-14.2013.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
157 - 0041720-70.2010.4.02.5151 Número antigo: 2010.51.51.041720-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOAO PEDRO MARQUES LAGAME
REPRESENTANTE: MARGARIDA MARIA DAS GRACAS MARQUES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0041720-70.2010.4.02.5151 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
158 - 0110961-23.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.110961-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL IFES
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0110961-23.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
159 - 0130991-36.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.130991-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 19:05
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ELIZABETH DE CASTRO FERREIRA
ADVOGADO: MARCELO ROQUE ANDERSON MACIEL AVILA
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0130991-36.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
160 - 0502629-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.502629-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: Glaziane Soares de Carvalho
ADVOGADO: PEDRO DE LIMA BANDEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0502629-90.2015.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
161 - 0006622-76.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.006622-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:01
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: MARCEL TIBURTINO MOREIRA
ADVOGADO: MÔNICA PERIN ROCHA E MOURA
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: FACULDADES INTEGRADAS NACIONAL LTDA - FINAC
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/ES
Originário: 0006622-76.2016.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
162 - 0500206-26.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.500206-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:39
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
PARTE AUTORA: LUCAS PASTOR DE ARAÚJO
ADVOGADO: CREUZA DE ABREU VIEIRA COELHO
ADVOGADO: RAFAEL FIUZA CASSES
ADVOGADO: ALEXANDRA BRUNATO KWIATKOWSKI
ADVOGADO: RAMIRO CID MATSUDA
PARTE RÉ: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0500206-26.2016.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
163 - 0001883-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001883-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 18:23
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: RENILTON RIGNES DE MELO
ADVOGADO: MARCELO CARVALHINHO VIEIRA
Originário: 0000155-57.2011.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
164 - 0001889-98.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001889-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:02
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: WAGNER NATALINO VIRGÍLIO
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
165 - 0001864-85.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001864-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 13:56

Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: PAULO RENATO DIAS DE ABREU E SOUZA
ADVOGADO: NELSON HALIM KAMEL
ADVOGADO: NELSON PEREIRA KAMEL
Originário: 0019108-07.2004.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
166 - 0001886-46.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001886-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 18:32
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
AGRAVANTE: LEONARDO ALVES DE CASTRO MOREIRA
ADVOGADO: Camila de Alcantara Almeida Favalli
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: FLÁVIO FAVALLI
PARTE RÉ: JOÃO DE CASTRO MOREIRA
ADVOGADO: KATIA LEAO BORGES DE ALMEIDA
PARTE RÉ: JF DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
PARTE RÉ: TRANS BIER TRANSPORTES LTDA
PARTE RÉ: RENEW PLAST - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE POLIMEROS LTDA
PARTE RÉ: BAR E MERCEARIA BELINASSI LTDA ME
PARTE RÉ: MARCELA DE ALCANTARA ALMEIDA FAVALLI
PARTE RÉ: FLÁVIA DE ALCANTARA ALMEIDA FAVALLI
PARTE RÉ: LEANDRO DA SILVA MOREIRA
ADVOGADO: Camila de Alcantara Almeida Favalli
Originário: 0011980-71.2006.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
167 - 0000228-21.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000228-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: JAQUELINE SIQUEIRA ROSEIRA
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CAMILA SOARES MOSCON
Originário: 0002013-74.2012.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
168 - 0001586-84.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001586-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 15:27
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: BANCO SANTANDER DO BRASIL S/A
ADVOGADO: GUSTAVO DAL BOSCO
ADVOGADO: PATRICIA FREYER
AGRAVADO: NELMA XAVIER GOMES
ADVOGADO: JOSE ANTONIO GUIMARAES SENG DAS NEVES
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL BURKLE WARD

Originário: 0003463-36.2004.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
169 - 0001854-41.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001854-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:05
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
AGRAVADO: ACILDO JOSÉ ANTÔNIO MARCHEZI
AGRAVADO: MARIA APARECIDA CORADELLO MARCHEZI
ADVOGADO: Cezario Marchezi Neto
ASSISTENTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0137651-89.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
170 - 0001855-26.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001855-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: ALEUDA MOREIRA CALIXTO
AGRAVANTE: ANA MARIA COSTA REIS
AGRAVANTE: AZIBINETE DOS SANTOS VEIGA FIGUEIREDO
AGRAVANTE: CLAUDINA FRANCISCA ROSA
AGRAVANTE: WANDA MENEZES FURTADO DA SILVA
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0075181-76.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
171 - 0001856-11.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001856-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:06
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ROSILEIDE RODRIGUES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
Originário: 0052078-40.2016.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
172 - 0001857-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001857-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:08
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: RICARDO JUSTINO DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0002937-93.2014.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
173 - 0001858-78.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001858-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:56
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
AGRAVADO: COVEMAT MATERIAS DE CONSTRUCOES LTDA ME
AGRAVADO: ALVARO LOPES FILHO
AGRAVADO: ELIANE LOPES DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0031446-95.2013.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
174 - 0001859-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001859-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
AGRAVADO: LUIZ OTAVIO DE BRITO VARGAS
AGRAVADO: AGE TRANSPORTE E CONSTRUTORA LTDA
AGRAVADO: ITAMAR CONCEIÇÃO DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014558-17.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
175 - 0001860-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001860-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
AGRAVADO: J J SUB EMPREITEIRA DE SANTA CRUZ E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA
AGRAVADO: LUIZ FERNANDO REIDY VINHAIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001049-19.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
176 - 0001862-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001862-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:26
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ERIS GUEDES DE MELO LOPES
ADVOGADO: BITENCOURT JACINTO DE CARVALHO
PARTE RÉ: EDIMARA LOPES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0130942-65.2016.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
177 - 0001863-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001863-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:49
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ROSANI MARQUES PORTELA DELFINO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0130839-28.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
178 - 0001865-70.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001865-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 16:50
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: IVONE CORREA DE CARVALHO
ADVOGADO: JULIO VERISSIMO BENVINDO DO NASCIMENTO
Originário: 0002208-65.2012.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
179 - 0001866-55.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001866-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 16:59
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: ABNER KAFLER
AGRAVADO: ADENIRA CARLOS NOBRE
AGRAVADO: ANDRESSA FRAGA CASTELLO DO NASCIMENTO
AGRAVADO: ANTONIO ALONSO DA SILVA
AGRAVADO: DIRCE APARECIDA RODRIGUES PINTO PIMENTA
AGRAVADO: ELAINE SANTOS VIEIRA
AGRAVADO: ELIZATE DANTAS NASCIMENTO
AGRAVADO: EURIDEIA CAVALVANTE RANGEL
AGRAVADO: GISELLE MILARD DANTAS KAFLER
AGRAVADO: IRACI DE ANDRADE SANTOS
AGRAVADO: JAILSON MENEZES DE ALENCAR
AGRAVADO: JAIME SOUZA ALVES
AGRAVADO: JOAO DE PAULA LIMA
AGRAVADO: LAURA SCHAFFER DOS SANTOS
AGRAVADO: LAUDICEA DOS SANTOS FERREIRA
AGRAVADO: LUDIMILA ALVES FERNANDES
AGRAVADO: MARCIA VALERIA RESENDE SOARES
AGRAVADO: VERA LUCIA MACIEL ROMANHA
AGRAVADO: WANDERLEIA DE ASSIS LEITE AZEVEDO
AGRAVADO: MARIA LOUZIMAR SILVA
ADVOGADO: YARA CAMPOS CHAMBELA
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A

ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500156-91.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
180 - 0001867-40.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001867-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:23
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: BAZAR NEOLANDIA LTDA
AGRAVADO: ARMARINHO E BAZAR NOVO MILENIO DE CAXIAS LTDA
AGRAVADO: JANIO LEITE DA ROCHA
AGRAVADO: GLAUDIA LEITE DA ROCHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0008112-44.2009.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
181 - 0001868-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001868-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 16:24
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: ADOLFO ALVES BARREIROS
AGRAVADO: AILSON PINTO
AGRAVADO: CORA SANT'ANNA FALCÃO
AGRAVADO: DENISE CRUZ SONCIM
AGRAVADO: EDMILSON DOS SANTOS
AGRAVADO: ESTELA LIRA RIBEIRO
AGRAVADO: ILDA BARBOSA PEREIRA
AGRAVADO: IVANETE BARROZO DOMINICINI
AGRAVADO: JOAQUIM ESMAR ANTÔNIO GOULART
AGRAVADO: JOSÉ VALDIR PALAVRO
AGRAVADO: LUIZ CARLOS PANISSET
AGRAVADO: MANOEL JOSÉ PORTUGAL
AGRAVADO: MARIA DE FÁTIMA CHAVES SILVA
AGRAVADO: MARIA JOSÉ MENDONÇA MESSNER
AGRAVADO: MIGUEL PEREIRA
AGRAVADO: WILLIAM NEVES VICENTE
ADVOGADO: YARA CAMPOS CHAMBELA
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES
Originário: 0500159-46.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
182 - 0001869-10.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001869-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 16:20
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: FERNANDO CANDAI RAPOSO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0117088-71.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
183 - 0001870-92.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001870-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 16:25
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: CLEIBE LUIZ DE MOURA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0081467-70.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
184 - 0001871-77.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001871-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 17:37
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: ANIBAL JUNIOR VIEIRA VEIGA
AGRAVADO: ELZA DUARTE
AGRAVADO: LEOMAR EDILIO KLIPPEL
AGRAVADO: MARIA MADALENA FERREIRA RODRIGUES AMARAL
AGRAVADO: MARIZELMA DA PENHA FABRES
AGRAVADO: NOELSON CARLOS DA SILVA
AGRAVADO: SONIA TARASIUK DE BEIRAS
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500165-53.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
185 - 0001872-62.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001872-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:38
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LITORÂNEA PAINÉIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0110708-32.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
186 - 0001873-47.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001873-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 17:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: ARILDO DUARTE ALMEIDA
AGRAVADO: SEBASTIAO PEDROSA DE FRANCA
AGRAVADO: FILOMENA CORDEIRO SOARES
AGRAVADO: SUFIA ROSA VIEIRA
ADVOGADO: PHILIPI CARLOS TESCH BUZAN
ADVOGADO: RENATO JUNQUEIRA CARVALHO
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES
Originário: 0050055-18.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
187 - 0001875-17.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001875-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 17:43
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: GIOVANE MARIA NUNES GOMES
AGRAVADO: JOEL ABDIAS DE ARAUJO COSTA
AGRAVADO: LUZIA LUIZ DOS SANTOS
AGRAVADO: NEUZA MARIA MONTEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500036-48.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
188 - 0001876-02.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001876-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 17:48
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: THIAGO LOUZADA VICENTE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000747-93.2014.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
189 - 0001878-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001878-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:19
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JOSE EDIS MOREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0128370-09.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

190 - 0001879-54.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001879-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 18:21
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: WILSON JOSÉ RIBEIRO
AGRAVADO: MARIA JOSÉ SOARES
AGRAVADO: MARIA TEIXEIRA GOMES
AGRAVADO: MARISA MARLENE ALVES
AGRAVADO: NILDA DO NASCIMENTO CAUDEAS
AGRAVADO: ROSIMAR SANTIAGO DA SILVA
AGRAVADO: RUTE BRITO DE JESUS
AGRAVADO: SARA DE ALMEIDA FERREIRA
AGRAVADO: VALDEMIR ANTUNES DA LUZ
AGRAVADO: VANILDA DAS GRAÇAS DE SOUZA
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: André Silva Araújo
Originário: 0500163-83.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
191 - 0001881-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001881-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:17
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MM2 MARMORES E GRANITOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0124592-31.2015.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
192 - 0001887-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001887-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:25
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: W. C. S.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0007635-67.2017.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
193 - 0001888-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001888-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:27
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
AGRAVADO: INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0012817-34.2017.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
194 - 0001890-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001890-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 18:04
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: M M MERCANTIL LTDA ME
AGRAVADO: WALMIR FERREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0010454-69.2006.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
195 - 0001891-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001891-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 18:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGRAVADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
Originário: 0005859-76.2010.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
196 - 0001892-53.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001892-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:16
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: VICENZA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
AGRAVADO: CLAIR ELIAS DA SILVA BIZZO
AGRAVADO: JOSE LUIZ BHERING VAZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0153595-25.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
197 - 0001893-38.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001893-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:10
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ÍTACA LABORATÓRIOS LTDA
AGRAVADO: ALTAIR MIRANDA DA ROSA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0508561-35.2010.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
198 - 0001894-23.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001894-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:12
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ADALUCIA GOMES DE MELO
AGRAVANTE: MIRIAM MESQUITA TEODORO CALHEIROS
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: EDNEA MACHADO ANDRADE
PARTE AUTORA: MARIA DA GLORIA DE BRITO CALHEIROS
PARTE AUTORA: REINA MARTA HANONO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
Originário: 0016439-58.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
199 - 0001895-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001895-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:15
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: ANTONIO SERGIO OLIVEIRA SANTANA
ADVOGADO: JOSE ESTEVAM MACEDO LIMA
AGRAVADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
Originário: 0157002-05.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
200 - 0001896-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001896-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 19:20
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0049346-86.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
201 - 0001897-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001897-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:18
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: IRMÃOS ANDRADE COMERCIO LTDA - EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0096005-56.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
202 - 0001898-60.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001898-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 19:26
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: POSTO DE COMBUSTÍVEIS CIDADE DE DEUS LTDA-ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0140056-26.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
203 - 0003895-15.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003895-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: ALAN EMANUEL DUAILIBI RIBEIRO
AGRAVANTE: NATHASHE LOYOLA RIBEIRO
AGRAVANTE: LAURA NADYR VELASCO
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGRAVADO: BANCO BRADESCO BERJ S.A
ADVOGADO: MANON WEBER RODRIGUES
Originário: 0148724-49.2015.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
204 - 0005361-44.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005361-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: POSTO DE GASOLINA NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA
ADVOGADO: RENATO ALVES SILVA
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0146828-68.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
205 - 0009817-71.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.009817-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ROSANE ALVES DA SILVA BERGAMASCHI
ADVOGADO: RAPHAEL VARGAS CALMON SOEIRO
Originário: 0012721-67.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
206 - 0009828-03.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.009828-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: COLÉGIO BANDEIRANTES LTDA
ADVOGADO: RAPHAEL CARNEIRO DA ROCHA FILHO
AGRAVADO: EMBRATUR-EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: NB COMPUTADORES
ADVOGADO: EDMUNDO DE CARVALHO ALMEIDA
PARTE RÉ: NORSK DATA A/S
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: MUCIO ALVARO DORIA
PARTE RÉ: RUY JACKSON PINTO JUNIOR
ADVOGADO: MARCOS FERRAZ DE PAIVA
PARTE RÉ: EDUCARE INFORMATICA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014022-46.1990.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
207 - 0010592-52.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010592-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 08/03/2017 19:46
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
Originário: 0025146-24.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
208 - 0011115-98.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.011115-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
PARTE AUTORA: MARIA DA CONCEICAO DE MORAES COUTINHO BELTRAO
ADVOGADO: IVAN LUIS NUNES FERREIRA
AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001099-07.1998.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
209 - 0011121-71.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011121-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: SONIA DE FATIMA SAGAZ LIVRAMENTO
AGRAVANTE: AUGUSTO BARBOSA COURA NETO
AGRAVANTE: JOSE CARDOSO DA SILVA FILHO
AGRAVANTE: ANTONIO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: MARTHA TOLEDO SPOLAOR
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO

Originário: 0121357-50.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
210 - 0013771-28.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013771-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: HUGHES COELHO DA SILVA
AGRAVADO: ANA LUCIA MOURA DA SILVA
AGRAVADO: ANSELMO ROSA NOGUEIRA FILHO
AGRAVADO: CLAUDICEA BORGES DOS SANTOS
AGRAVADO: CREUZA MARIA MARTINS DOS SANTOS
AGRAVADO: DEDAMIRA NUNES XAVIER
AGRAVADO: EMILIA PAIM BATISTA
AGRAVADO: GILBERTO PEREIRA PORTO
AGRAVADO: JERMINDO TOLEDO DE SOUZA
AGRAVADO: JOÃO DE DEUS FILADELFO DA SILVA
AGRAVADO: JOÃO MARIA DE PAULA
ADVOGADO: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
ADVOGADO: HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES
Originário: 0000127-35.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
211 - 0001852-71.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001852-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:33
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AUTOR: A NOSSA DROGARIA DE CAXIAS LTDA
ADVOGADO: JOSE LUIZ DE OLIVEIRA SILVA
RÉU: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DO 5º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0174094-93.2016.4.02.5101 - 05º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Petição - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
212 - 0100065-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.100065-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 18:52
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
REQUERIDO: MARIA LUIZA ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
ADVOGADO: ÁLVARO AUGUSTO LAUFF MACHADO
ADVOGADO: CLAUDIO CORTES DE CASTRO
Originário: 0002437-21.2009.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
213 - 0001874-32.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001874-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 15:17
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: CEZAR ROBERTO BITENCOURT
IMPETRANTE: VANIA BARBOSA ADORNO BITENCOURT
IMPETRANTE: MICHELANGELO CORSETTI
IMPETRANTE: SAMUEL AUDAY BUZAGLO
IMPETRANTE: ALEXANDRA OLIVEIRA MACHADO
IMPETRANTE: MAIRA FRANCO SANTANA
PACIENTE: RONALD GUIMARAES LEVINSOHN
ADVOGADO: CEZAR ROBERTO BITENCOURT
ADVOGADO: VANIA BARBOSA ADORNO BITENCOURT
ADVOGADO: MICHELANGELO CERVI CORSETTI
ADVOGADO: SAMUEL AUDAY BUZAGLO
ADVOGADO: ALEXANDRA OLIVEIRA MACHADO
ADVOGADO: MAIRA FRANCO SANTANA
IMPETRADO: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0017642-26.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
214 - 0001908-07.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001908-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 19:04
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE: RICARDO PIERI NUNES
PACIENTE: MARCELO CLEMENTE SILVA RODRIGUES VIEIRA
ADVOGADO: RICARDO PIERI NUNES
IMPETRADO: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL - RJ
Originário: 0041258-30.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
215 - 0011415-26.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011415-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
IMPETRANTE: BRUNO PINHEIRO FERREIRA
IMPETRANTE: ROBERTO BARROS FERREIRA
IMPETRANTE: FABIO DA SILVA MANOEL
PACIENTE: JAIME SILVESTRE DA SILVA
ADVOGADO: BRUNO PINHEIRO FERREIRA
ADVOGADO: ROBERTO BARROS FERREIRA
ADVOGADO: FABIO DA SILVA MANOEL
IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0500617-94.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
216 - 0012404-32.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012404-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 17:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
IMPETRANTE: JOSE CAUBI DINIZ JUNIOR

PACIENTE: MONICA CHRISTINA CALDEIRA NUNES
ADVOGADO: JOSÉ CAUBI DINIZ JÚNIOR
IMPETRADO: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0017642-26.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
217 - 0100878-76.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100878-9 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 18:40
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
IMPETRANTE: PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PACIENTE: OSCAR HALLAC
IMPETRADO: JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0129052-55.2015.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
218 - 0000180-03.2012.4.02.5109 Número antigo: 2012.51.09.000180-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:22
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: TIAGO SOARES FONSECA
APELADO: ANDRÉ LUIS DA GAMA
ADVOGADO: BRUNO GUIMARAES DOS SANTOS
Originário: 0000180-03.2012.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
219 - 0000364-49.2013.4.02.5003 Número antigo: 2013.50.03.000364-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:23
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: DENES RICARDO ZON FILHO
APELANTE: EUDIMAR PASTI
APELANTE: DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO: JOSÉ VICENTE SALLES BARBOSA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000364-49.2013.4.02.5003 - 1ª VF Sao Mateus

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
220 - 0000594-88.2013.4.02.5004 Número antigo: 2013.50.04.000594-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:36
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ADILEIA GARCIA COUTINHO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000594-88.2013.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
221 - 0002135-05.2013.4.02.5119 Número antigo: 2013.51.19.002135-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 13:43
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: WILSON CAETANO MIRANDA
ADVOGADO: JOSE CARLOS SARKIS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0002135-05.2013.4.02.5119 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
222 - 0017429-20.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.017429-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 14:44
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: EDSON LUIZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO DE SOUZA CORSO
APELADO: LUIZ OTÁVIO COUTO ANTUNES
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DA SILVA
APELADO: GLAUCO ANTONIO DE FREITAS
ADVOGADO: ANDRE LUIZ ANET
APELADO: NARCISO STEFANO
ADVOGADO: REINALDO PEREIRA DOS SANTOS
APELANTE: EDSON LUIZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO DE SOUZA CORSO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0017429-20.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
223 - 0500020-04.2015.4.02.5112 Número antigo: 2015.51.12.500020-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:42
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JARINES ALVES DA SILVA
ADVOGADO: JOSE CARLOS VIDIPO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500020-04.2015.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
224 - 0500042-61.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.500042-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 14:40
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: LEANDRO ALVES DA SILVA
ADVOGADO: ARNALDO CORREA MILESI

APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500042-61.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Magé

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
225 - 0500298-38.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.500298-7 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: WILSON BELTRAN ZURITA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0500298-38.2015.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
226 - 0501956-72.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.501956-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 14:48
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: IRN PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
APELANTE: INOCÊNCIO PEREIRA REIS NETO
APELANTE: THIESSA SANTOS REIS
ADVOGADO: RAFAEL FREITAS DE LIMA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0501956-72.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
227 - 0525318-46.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.525318-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:04
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: MARCELO ANDRE NASCIMENTO DO AMARAL
ADVOGADO: LEONARDO MONTEIRO VILLARINHO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0525318-46.2006.4.02.5101 - 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
228 - 0809158-28.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.809158-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 12:57
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: JOSE LUIZ DIAS LEBORATO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0809158-28.2010.4.02.5101 - 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
229 - 0811010-87.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.811010-4 (PROCESSO FÍSICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/03/2017 13:55
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SERGIO FELIPE FERREIRA PORTELA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0811010-87.2010.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Gabinete de Conciliação

BOLETIM: 2017000002

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000662-95.2005.4.02.5108 Número antigo: 2005.51.08.000662-7 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição Dirigida - 09/03/2017 16:48
Gabinete de Conciliação
Magistrado(a) PAULO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO
APELANTE: BUZIOSTUR BÚZIOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA
APELANTE: OMAR JOAQUIM FERREIRA FILHO
ADVOGADO: WANDERLEY REBELLO DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO: CESAR AUGUSTO SPEZIN KUHNER DE OLIVEIRA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
ASSISTENTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA / RJ
Originário: 0000662-95.2005.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
DESPACHO
Fls. 732/736 – Intimem-se as partes para audiência de conciliação a realizar-se nas dependências deste Núcleo, situado na Rua Acre, nº 80, 22º Andar, Sala 2204-B, Centro, aos 18/05/2017 às 13:30 hs.
(Assinado eletronicamente – Lei nº 11.419/2016)
ALINE ALVES DE MELO MIRANDA ARAÚJO
Juíza Federal Convocada em Auxílio
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000665-50.2005.4.02.5108 Número antigo: 2005.51.08.000665-2 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição Dirigida - 08/03/2017 17:25
Gabinete de Conciliação
Magistrado(a) PAULO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO
APELANTE: FRANCISCO JÚLIO LINHARES DA FONSECA E CAMPOS
ADVOGADO: NELSON SIMIS SCHVER
ADVOGADO: MARIA JOSE SILVEIRA GONCALVES
ADVOGADO: MORENCY DO COUTO E SILVA NETO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA / RJ
Originário: 0000665-50.2005.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
DESPACHO
Fls. 1370/1374 – Intimem-se as partes para audiência de conciliação a realizar-se nas dependências deste Núcleo, situado na Rua Acre, nº 80, 22º Andar, Sala 2204-B, Centro, aos 18/05/2017 às 14:30 hs.
(Assinado eletronicamente – Lei nº 11.419/2016)
ALINE ALVES DE MELO MIRANDA ARAÚJO
Juíza Federal Convocada em Auxílio
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000669-87.2005.4.02.5108 Número antigo: 2005.51.08.000669-0 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição Dirigida - 10/03/2017 17:08
Gabinete de Conciliação
Magistrado(a) PAULO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO
APELANTE: RUTH ZAMBRANO GUIMARAES
APELANTE: BRUNO ZAMBRANO GUIMARAES
APELANTE: VICTOR ZAMBRANO GUIMARAES
ADVOGADO: NELSON SIMIS SCHVER
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ
Originário: 0000669-87.2005.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
DESPACHO
Fls. 1171/1175 – Intimem-se as partes para audiência de conciliação a realizar-se nas dependências deste Núcleo, situado na Rua Acre, nº 80, 22º Andar, Sala 2204-B, Centro, aos 18/05/2017 às 15:30 hs.
(Assinado eletronicamente – Lei nº 11.419/2016)
ALINE ALVES DE MELO MIRANDA ARAÚJO
Juíza Federal Convocada em Auxílio
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

SUBSECRETARIA DA 1a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175955

XIII - PETIÇÃO 2027 2013.02.01.010271-3

Nº CNJ	:	0010271-22.2013.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES
REQUERENTE	:	JOSE RENATO GRANADO FERREIRA
ADVOGADO	:	ALEXIS LEMOS COSTA (DF022986) E OUTRO
REQUERENTE	:	LICINIO SOARES BASTOS
ADVOGADO	:	MARCO MOURA (RJ090303) E OUTRO
REQUERENTE	:	ANIZ ABRAHÃO DAVID
ADVOGADO	:	UBIRATAN T GUEDES (RJ023674)
REQUERENTE	:	AILTON GUIMARAES JORGE
ADVOGADO	:	FERNANDO DA VEIGA GUIMARAES (RJ085277) E OUTRO
REQUERENTE	:	JAIME GARCIA DIAS
ADVOGADO	:	JOSE JAYME DE SOUZA SANTORO (RJ090005)
REQUERENTE	:	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS BRETAS
ADVOGADO	:	JORGE AUGUSTO ESPOSITO DE MIRANDA (RJ047010)
REQUERENTE	:	PAULO ROBERTO FERREIRA LINO
ADVOGADO	:	JOSE JAYME DE SOUZA SANTORO (RJ090005)
REQUERENTE	:	NAGIB TEIXEIRA SUAID
ADVOGADO	:	MANUEL DE JESUS SOARES
REQUERENTE	:	JOAO OLIVEIRA DE FARIAS

ADVOGADO : MANUEL DE JESUS SOARES (RJ019552)
REQUERIDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM : SEXTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200751018029855)

DECISÃO
Trata-se de dois pedidos. O primeiro feito por AÍLTON GUIMARÃES JORGE às fls. 2523 pretendendo autorização para viajar com destino a Montevidéu/Uruguai no período de 12 a 19/04/2017, e o segundo feito por JAIME GARCIA DIAS, através da petição n.º 2017002835, requerendo prorrogação do prazo de permanência no exterior até 31/05/2017, com a possibilidade de viagens para as cidades do Porto/Portugal e Nova York/EUA, ambos sem declinar motivação.
Diante do que já decidiu o Eg. STF para réus em situação congênere e considerando o quanto já deliberado mais recentemente tanto para AÍLTON GUIMARÃES quanto para JAIME GARCIA nas últimas decisões relacionadas a seus pedidos de viagem, dispensa-se manifestação ministerial.
É o breve relato. Decido.
Inicialmente cabe reafirmar meu entendimento no sentido de que, neste momento processual, apenas situações excepcionais de saúde permitiriam o deferimento de viagem aos réus na ação penal n.º 2007.51.01.802985-5, contando todos com expressivas condenações sob recursos já relatados e com data de julgamento outrora já aprazada.
Todavia, o Ministro MARCO AURÉLIO, Relator do *habeas corpus* n.º 134.141/DF, sob o fundamento de não estar ainda selada a culpa dos réus, concedeu liminar e a estendeu a corréu em situação jurídica similar para autorizar a saída do país "*a lazer ou em atendimento a compromisso profissional*", inclusive abarcando período de tempo que ultrapassava a data antes designada para o julgamento das apelações.
Ademais, o referido julgamento encontra-se atualmente suspenso por determinação também do Ministro MARCO AURÉLIO, conforme decisão liminar proferida no Habeas Corpus n.º 137.820/RJ.
Nesse contexto, e considerando que o Ministro MARCO AURÉLIO não só já estendeu essa autorização a outros requerentes como também a aplicou com identidade de fundamentos em outro *writ* (HC n.º 130.200), não há o que autorizar ou negar, devendo ser aplicada aos apelantes AILTON GUIMARÃES e JAIME GARCIA DIAS, a decisão do Ministro MARCO AURÉLIO nos autos do HC n.º 134.141 e n.º 130.200.
Oficie-se à DELEMIG, com cópia desta decisão informando que AÍLTON GUIMARÃES JORGE está autorizado a sair do país, com destino a Montevidéu/Uruguai entre 12 e 19/04/2017 e que JAIME GARCIA DIAS está autorizado a permanecer no exterior até 31/05/2017, podendo, este último, deslocar-se às cidades do Porto/Portugal e/ou Nova York/EUA. Tudo isso se reconhece para ambos por força do que decidiu o Ministro MARCO AURÉLIO nos autos do HC n.º 134.141/DF. Encaminhe-se também cópia da decisão proferida pelo Eg. STF nos autos do HC referido.
Deverão os requerentes, em até 5 (cinco) dias após o retorno se apresentarem à Subsecretaria da Primeira Turma Especializada, mediante termo nestes autos, bem como devolver seus passaportes para novo acautelamento junto ao MM. Juízo de origem.

Intimem-se.

Comunique-se ao MM. Juízo da 6ª Vara Federal Criminal, onde acautelados os passaportes, para ciência, ressalvando que JAIME GARCIA ainda está na posse de seus passaportes.
Ao MPF para ciência.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000275

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000464-63.2011.4.02.5006 Número antigo: 2011.50.06.000464-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/06/2016 16:11
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ARIELLA DUTRA LIMA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0000464-63.2011.4.02.5006 - 1ª VF Serra
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0000464-63.2011.4.02.5006 (2011.50.06.000464-7)
JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001377-36.2011.4.02.5106 Número antigo: 2011.51.06.001377-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/04/2015 17:15
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ZULMIRA STUPEN LEPSCH
APELADO: VALCIR CARVALHO DA FONSECA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS GOMES FERREIRA
ADVOGADO: MARCOS POLO BRASIL DOS SANTOS
ADVOGADO: MILTON SERGIO SIMOES LOPES
APELADO: NILZA TEIXEIRA MACHADO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001377-36.2011.4.02.5106 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0001377-36.2011.4.02.5106 (2011.51.06.001377-8)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x ZULMIRA STUPEN LEPSCH E OUTROS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0004384-43.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.004384-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/01/2016 20:01
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GERSON GOMES
ADVOGADO: RUY MOREIRA DA FONSECA
Originário: 0004384-43.2014.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0004384-43.2014.4.02.5102 (2014.51.02.004384-0)

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x GERSON GOMES
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0109104-64.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.109104-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/02/2015 14:41
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: EUCLIDES GOMES DA SILVA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0109104-64.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0109104-64.2014.4.02.5101 (2014.51.01.109104-3)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0129945-80.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.129945-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/01/2015 13:33
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: CARLOS GENUINO DA SILVA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0129945-80.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0129945-80.2014.4.02.5101 (2014.51.01.129945-6)
CARLOS GENUINO DA SILVA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO

NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

SANDRO VIEGAS DA SILVA

Diretor da Subsecretaria

da 1ª Turma Especializada

Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0135434-98.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.135434-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 29/09/2015 18:56

Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: JOÃO LUIZ PAIVA CABRAL

ADVOGADO: MARIA LUCIA GOMES MOREIRA

Originário: 0135434-98.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0135434-98.2014.4.02.5101 (2014.51.01.135434-0)

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x JOÃO LUIZ PAIVA CABRAL

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 152, VI, CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

SANDRO VIEGAS DA SILVA

Diretor de Subsecretaria

1ª Turma Especializada

Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

18 - 0166445-48.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.166445-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 29/08/2016 13:27

Gabinete 02

Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO

APELANTE: SONIA MARIA BRAGA MELLO

ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0166445-48.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0166445-48.2014.4.02.5101 (2014.51.01.166445-6)

SONIA MARIA BRAGA MELLO E OUTRO x OS MESMOS

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 152, VI, CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)

SANDRO VIEGAS DA SILVA

Diretor de Subsecretaria

1ª Turma Especializada

Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0169857-84.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169857-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/03/2015 15:40
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: ANTONIO GONCALVES PIRES
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
ADVOGADO: ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0169857-84.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0169857-84.2014.4.02.5101 (2014.51.01.169857-0)
ANTONIO GONCALVES PIRES x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0169944-40.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169944-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/05/2015 17:19
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: MARLY NASCIMENTO BITTENCOURT
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0169944-40.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0169944-40.2014.4.02.5101 (2014.51.01.169944-6)
MARLY NASCIMENTO BITTENCOURT E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0012324-28.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.012324-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/07/2015 14:10

Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: DELAIR TAVARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0012324-28.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0012324-28.2015.4.02.5101 (2015.51.01.012324-7)
DELAIR TAVARES DE OLIVEIRA x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0032979-21.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.032979-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2016 16:19
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ELSON LOUZADA
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0032979-21.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0032979-21.2015.4.02.5101 (2015.51.01.032979-2)
ELSON LOUZADA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0041495-30.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.041495-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/10/2016 13:55
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS -iNSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUIZ MARQUES DA SILVA
ADVOGADO: MARIA ONEIDE FERNANDES
Originário: 0041495-30.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0041495-30.2015.4.02.5101 (2015.51.01.041495-3)
INSS -iNSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL x LUIZ MARQUES DA SILVA
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0075914-76.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.075914-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/11/2015 17:36
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS LEONCIO FREIRE MOTTA
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
Originário: 0075914-76.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0075914-76.2015.4.02.5101 (2015.51.01.075914-2)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x CARLOS LEONCIO FREIRE MOTTA
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0078214-11.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.078214-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 28/08/2015 14:11
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: NILDA DE SOUZA DO NASCIMENTO
ADVOGADO: JUCIMAR ALVES DA SILVA BARROS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0078214-11.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0078214-11.2015.4.02.5101 (2015.51.01.078214-0)
NILDA DE SOUZA DO NASCIMENTO x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0105345-58.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.105345-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/01/2016 11:59
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JONAS COLARES JUNIOR
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0105345-58.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0105345-58.2015.4.02.5101 (2015.51.01.105345-9)
JONAS COLARES JUNIOR x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0132214-67.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.132214-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 15:20
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: JOSE BRANDAO KALIL SILI
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0132214-67.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0132214-67.2015.4.02.5001 (2015.50.01.132214-6)
JOSE BRANDAO KALIL SILI E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0008814-70.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.008814-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/03/2016 13:26
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: JORGE PEDRO
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0008814-70.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0008814-70.2016.4.02.5101 (2016.51.01.008814-8)
JORGE PEDRO x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0039557-63.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.039557-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/09/2016 15:57
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AUREA SOARES
ADVOGADO: TERESA RAQUEL NORONHA BEZERRA MOREIRA
Originário: 0039557-63.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0039557-63.2016.4.02.5101 (2016.51.01.039557-4)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x AUREA SOARES
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0045671-18.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.045671-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/10/2016 18:24
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PAULO DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO: CLAUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
Originário: 0045671-18.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0045671-18.2016.4.02.5101 (2016.51.01.045671-0)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x PAULO DOS SANTOS FERREIRA
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0119217-09.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.119217-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/10/2016 16:42
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: ESMERALDA DA SILVA MONTEIRO DE LIMA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0119217-09.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0119217-09.2016.4.02.5101 (2016.51.01.119217-8)
ESMERALDA DA SILVA MONTEIRO DE LIMA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0001407-32.2011.4.02.5119 Número antigo: 2011.51.19.001407-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2015 12:58
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: MARIO GALHANO FILHO
ADVOGADO: RONATO IGNACIO DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
Originário: 0001407-32.2011.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0001407-32.2011.4.02.5119 (2011.51.19.001407-2)

MARIO GALHANO FILHO x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E OUTRO
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0000544-72.2012.4.02.5109 Número antigo: 2012.51.09.000544-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/01/2016 14:53
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: LUIS CLAUDIO DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA FERREIRA DE VASCONCELLOS DE PAULA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE RESENDE/RJ
Originário: 0000544-72.2012.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0000544-72.2012.4.02.5109 (2012.51.09.000544-2)
LUIS CLAUDIO DOS SANTOS x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0003344-20.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.003344-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/11/2015 18:36
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GETULIO SILVA
ADVOGADO: LUIZ FLAVIO RODRIGUES DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 01ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0003344-20.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0003344-20.2014.4.02.5104 (2014.51.04.003344-0)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x GETULIO SILVA
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0107144-16.2014.4.02.5120 Número antigo: 2014.51.20.107144-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/08/2016 13:27
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: TANIA SUELI VELOSO DE LAVIGNE
ADVOGADO: RAPHAEL LAVIGNE SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/ RJ
Originário: 0107144-16.2014.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0107144-16.2014.4.02.5120 (2014.51.20.107144-4)
TANIA SUELI VELOSO DE LAVIGNE E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0115079-76.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.115079-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/06/2015 12:27
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: OLIMPIO DA SILVA
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
ADVOGADO: PABLO COSTA FERREIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA - ES
Originário: 0115079-76.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0115079-76.2014.4.02.5001 (2014.50.01.115079-3)
OLIMPIO DA SILVA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria

1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0017127-51.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.017127-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/03/2016 14:36
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ROBERTO HLEBETZ
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0017127-51.2015.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0017127-51.2015.4.02.5102 (2015.51.02.017127-5)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x ROBERTO HLEBETZ
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0078734-59.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.078734-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/01/2016 19:48
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELADO: JUAREZ GONÇALVES
ADVOGADO: SIRLEIDE MARIA MENEGATI ALVES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0078734-59.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0078734-59.2015.4.02.5104 (2015.51.04.078734-6)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x JUAREZ GONÇALVES
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0083449-47.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.083449-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/01/2016 11:05
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELADO: VICENTE FONSECA
ADVOGADO: DANIELLE DELGADO CIANNI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0083449-47.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0083449-47.2015.4.02.5104 (2015.51.04.083449-0)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x VICENTE FONSECA
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0083624-23.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.083624-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2016 16:57
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GRINOVALDES ALVES CALIXTO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
REMETENTE: JUÍZO DA 06ª VARA
FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
Originário: 0083624-23.2015.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0083624-23.2015.4.02.5110 (2015.51.10.083624-1)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x GRINOVALDES ALVES CALIXTO
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0083644-41.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.083644-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/02/2016 07:30
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

APELANTE: ZIRLEI ALVES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0083644-41.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0083644-41.2015.4.02.5101 (2015.51.01.083644-6)
ZIRLEI ALVES DO NASCIMENTO E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0141791-51.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.141791-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/04/2016 14:12
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: WANDERLEY GOMES DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0141791-51.2015.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0141791-51.2015.4.02.5104 (2015.51.04.141791-5)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x WANDERLEY GOMES DE SOUZA
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Ficam os presentes disponibilizados ao/a(s) Recorrido/a(s), para, querendo, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Especial e/ou ao Recurso Extraordinário interposto(s) pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS nos presentes autos, pelo prazo de 15 dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria
da 1ª Turma Especializada
Matricula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0036557-46.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.036557-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/10/2016 14:43
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: JOAO CIPRIANO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0036557-46.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0036557-46.2016.4.02.5104 (2016.51.04.036557-2)
JOAO CIPRIANO E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

BOLETIM: 2017000276

Ação Rescisória - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0011975-65.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011975-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2016 12:04
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR: JACILDA IZABEL VIDAL
ADVOGADO: GERUSA BAPTISTA DELESPOSTE ZANETTI
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0117480-61.2015.4.02.5050 - 1º Juizado Especial - ES
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR : JACILDA IZABEL VIDAL
ADVOGADO : GERUSA BAPTISTA DELESPOSTE ZANETTI
RÉU : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
D E S P A C H O
Verificando-se, neste momento processual, que se trata de recurso de decisão proferida no âmbito do Juizado Especial Federal de Vitória, determino o encaminhamento dos autos à Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo para as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000277

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001994-85.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001994-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 06:29
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: ADEILSON LOPES TEIXEIRA
REPRESENTANTE: AYLTON LOPES TEIXEIRA
ADVOGADO: ELIAS MARTINI GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0001994-85.2016.4.02.9999 (2016.99.99.001994-9)
ADEILSON LOPES TEIXEIRA E OUTRO x OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
P/ SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria da
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0002254-65.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002254-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/10/2016 07:04
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: TELZA DA SILVA XAVIER
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Espírito Santo
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0002254-65.2016.4.02.9999 (2016.99.99.002254-7)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x TELZA DA SILVA XAVIER
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
P/ SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor da Subsecretaria da
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

BOLETIM: 2017000278

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0021095-45.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021095-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/08/2015 06:27
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: SALIM GOMES FABIANO
ADVOGADO: VANDA B. PINHEIRO BUENO
ADVOGADO: Grazielly Santos
ADVOGADO: André Luiz da Rocha
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0021095-45.2015.4.02.9999 (2015.99.99.021095-5)
SALIM GOMES FABIANO x INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
P/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0021675-75.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021675-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/11/2015 06:54
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ERINELSON ARIEIRA
ADVOGADO: FERNANDA CHRISTIANO GARCIA
ADVOGADO: JEAN CARLOS CARDOSO PIERRI
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VALENÇA / RJ
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial – nº 0021675-75.2015.4.02.9999 (2015.99.99.021675-1)
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL x ERINELSON ARIEIRA
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 152, VI, CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados ao/à(s) Recorrente(s) / Recorrido (a/os/as) para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, §2º, art. 1º da lei 11.419/2006)
P/SANDRO VIEGAS DA SILVA
Diretor de Subsecretaria
1ª Turma Especializada
Matrícula nº 11.324

BOLETIM: 2017000279

Ação Rescisória - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001083-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001083-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/02/2017 13:44
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR: AMARILDO DA SILVA
ADVOGADO: JOAO BOSCO DE AGUIAR
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000065-70.2014.4.02.5154 - 01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR : AMARILDO DA SILVA
ADVOGADO : JOAO BOSCO DE AGUIAR
RÉU : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O
Trata-se de ação rescisória proposta por AMARILDO DA SILVA, visando rescindir decisão proferida pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro (fls. 77/79) que negou provimento ao recurso interposto pelo autor, para manter a sentença de primeiro grau que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria especial formulado em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
É o breve relatório. Decido.

Com efeito, verifica-se, de plano, que não há como se analisar a presente rescisória, em face da impossibilidade jurídica do pedido, pois não cabe ação rescisória em face de decisão proferida pelos Juizados Especiais.

Confira-se o artigo 1º da Lei nº 10.259/2001, que instituiu o Juizado Especial Federal:

"Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995."

Por seu turno, o artigo 59 da Lei 9099/95, sistema procedimental aludido pelo dispositivo legal antes transcrito, assim assevera:

" Art. 59. Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei."

Conclui-se, portanto, conjugando-se os dois diplomas legais, no sentido de ser inviável o manejo de ação rescisória dos julgados proferidos no âmbito dos Juizados Especiais Federais, tratando-se de impossibilidade absoluta de desconstituição de suas decisões, sendo certo que o não cabimento da ação rescisória no juizado de pequenas causas decorre da vontade do legislador de buscar uma rápida solução destas causas, prestigiando assim os princípios da celeridade e da economia processual.

Firmando entendimento sobre o assunto, o Fórum Nacional dos Juizados Federais-FONAJEF, no verbete do enunciado nº 44, assim posicionou-se:

"Não cabe ação rescisória no Juizado Especial Federal. O art. 59 da Lei n. 9.099/1995 está em consonância com os princípios do sistema processual dos Juizados Especiais, aplicando-se também aos Juizados Especiais Federais."

Da mesma forma já se posicionou este Tribunal:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO PROFERIDO POR TURMA RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1. Trata-se de Ação Rescisória proposta com fulcro no art. 485, VII, do CPC, objetivando desconstituir o acórdão de fl. 45, proferido pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

2. Cumpre reconhecer, de pronto, a impossibilidade jurídica do pedido formulado na presente ação rescisória, haja vista que o art. 59 da Lei nº 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais por força do disposto no art. 1º da Lei nº 10.259/2001, veda expressamente o manejo de ação rescisória no rito processual dos Juizados Especiais.

3. De tal sorte, ante a proibição legal de ação rescisória contra sentença proferida por Juiz Federal investido de jurisdição nos Juizados Especiais Federais ou contra acórdão proferido por Turma Recusal, deve o próprio Tribunal Regional Federal reconhecer a impossibilidade jurídica do pedido rescisório.

4. Assim, no caso vertente, tendo em vista tratar-se de ação rescisória contra acórdão proferido por Turma Recursal, é patente a carência de ação, em razão da impossibilidade jurídica do pedido.

5. Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC." (AR nº 2006.02.01.006243-7, 3ª Seção Especializada/TRF-2, Relator Desembargador Federal Guilherme Calmon, in DJU de 03.04.2009)

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO da presente demanda rescisória, nos termos do artigo 932, III, do novo CPC (Lei 13.015/15).

Decorrido, in albis, o prazo recursal, arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000280

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0018688-84.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.018688-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.099079-0
Distribuição-Sorteio Automático - 09/06/2016 15:17
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MANUEL SALVADOR CARNEIRO LIMA
ADVOGADO: ERICA REGINA BORGES MORAIS
Originário: 0018688-84.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

- Embargos de Declaração opostos pelo Autor, em favor do v. acórdão que deu provimento parcial à Apelação no INSS, em ação objetivando o restabelecimento do benefício previdenciário de auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez.

- Analisando os autos, constata-se que o voto foi proferido com base nos fundamentos da sentença, a qual examinou detalhadamente toda a matéria fática e de direito, tendo examinado as questões propostas em juízo pelas partes, de forma fundamentada, detalhada, clara e explícita por esta Colenda Turma, não havendo qualquer vício a ser sanado.

- O juízo a quo condenou o INSS ao pagamento da aposentadoria por invalidez a partir da data de 06/05/2011, não tendo o Autor interposto Apelação, não havendo, portanto, como se reformar a matéria, eis que não impugnada no momento próprio. Não é cabível, em sede de embargos, debater matéria não abordada anteriormente.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, negar provimento aos embargos de declaração.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Conflito de Competência - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0100258-64.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100258-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.061803-4
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2016 14:50
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR: CARLOS ROBERTO DA SILVA
ADVOGADO: ABDON DA SILVA CHAVES
RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
SUSCITANTE: 1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE NITERÓI - RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI - RJ
Originário: 0063022-35.2015.4.02.5102 - 01º Juizado Especial Federal de Niterói
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E JUÍZO FEDERAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA..

- Embargos de declaração opostos pelo INSS, em face de acórdão proferido em conflito negativo de competência suscitado pelo 1º Juizado Especial Federal de Niterói em face do Juízo Federal da 4ª Vara de Niterói, que declarou competente o Juízo Suscitado, em ação objetivando o recálculo da RMI da aposentadoria especial, concedida por acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro, que determinou a obrigação do INSS na conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial.

- Confirmado o vício, impõe-se saná-lo, esclarecendo que o fato de o INSS , ao converter a aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial, em cumprimento do julgado da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro, ter observado que ocorreria a redução do valor do benefício é um incidente de execução da sentença proferida nos autos, cabendo, portanto, ao Juízo do JEF a sua análise, já que, nos termos do artigo 3º, da Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível a execução de suas sentenças.

- Provimento aos embargos do INSS para, conferindo-lhe efeitos infringentes, julgar improcedente o conflito, declarando o 1º Juizado Especial Federal de Niterói como competente para a execução.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, dar provimento aos embargos de declaração.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000281

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0021355-25.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021355-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/10/2015 06:55
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: GENILDA DE SOUZA FANTI
ADVOGADO: WALAS FERNANDES VITAL
ADVOGADO: ELYANDERSON AUGUSTO F. DE SOUZA
ADVOGADO: EDIVAN FOSSE DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - PEDIDO DE APOSENTADORIA RURAL POR IDADE - EXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL - QUALIDADE DE SEGURADA ESPECIAL - SENTENÇA REFORMADA.

I - A autora comprovou com documentos, seguidos por prova testemunhal, ter todos os requisitos da Lei nº 8.213/91 para auferir benefício previdenciário aposentadoria rural por idade;

II - Apelação provida, para conceder o benefício a partir do requerimento administrativo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 / 02 / 2017 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

zra/mdm

BOLETIM: 2017000282

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002121-13.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002121-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 13:17
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: SILIMED INDUSTRIA DE IMPLANTES LTDA
ADVOGADO: LUIZ EDGARD MONTAURY PIMENTA
ADVOGADO: BRUNA REGO LINS
AGRAVADO: NELSON NOEL CORDEIRO LIMA
ADVOGADO: JOAQUIM EUGENIO GOMES DA SILVA GOULART PEREIRA
ADVOGADO: NATALIA BARZILAI
AGRAVADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0012272-61.2017.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

AGRAVANTE : SILIMED INDUSTRIA DE IMPLANTES LTDA
ADVOGADO : LUIZ EDGARD MONTAURY PIMENTA
ADVOGADO : BRUNA REGO LINS
AGRAVADO : NELSON NOEL CORDEIRO LIMA
ADVOGADO : JOAQUIM EUGENIO GOMES DA SILVA GOULART PEREIRA
ADVOGADO : NATALIA BARZILAI
AGRAVADO : INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por SILIMED - INDÚSTRIA DE IMPLANTES LTDA em face de NELSON NOEL CORDEIRO LIMA e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, visando impugnar a decisão interlocutória de primeiro grau que, nos autos da ação ajuizada em face dos Agravados, objetivando a imediata suspensão inter partes dos efeitos do ato administrativo que concedeu a patente do Modelo de Utilidade MU 8600958-3, disposição introduzida em Prótese Mamária Sintética Corporal, houve por bem indeferir o pedido de antecipação de tutela requerido, ao reconhecer que não estaria caracterizada a existência da probabilidade do direito, já que as alegações da Agravante apresentam evidente conteúdo técnico que se revela de dificil verificação sem antes haver a produção de parecer de técnico da confiança do Juízo, além de ressaltar que, embora tenha comprovado que foi notificada extrajudicialmente pelo primeiro Agravado, em memorial apresentado ao Juízo, a Agravante não teria demonstrado o risco de suspensão da produção da prótese, muito ao contrário teria sido esta notificada para depositar em Juízo parcela do valor da renda de cada prótese, mas não a suspensão de sua produção, razão pela qual restou demonstrada a ausência dos requisitos legais previstos no artigo 300 do novo CPC (Lei 13.015/15), a justificar a concessão da antecipação de tutela pretendida pela ora Agravante.

Alega, em síntese, a Agravante que o 1º Agravado afirma que ele próprio, Sr. Nelson Noel, desenvolveu a prótese, objeto da patente anulanda, segundo as necessidades e demandas apresentadas pelo mercado, e entrou em contato com a Autora em 2002, ou seja, 4 anos antes do depósito da referida patente, que só ocorreu em 2006, para que esta produzisse o protótipo.

Aduz, ainda, que o próprio 1º. Agravado abriu mão da confidencialidade da sua invenção 4 anos antes do depósito da patente anulanda, salientando que os documentos que comprovam tal fato teriam sido juntados pelo próprio 1º Agravado aos autos da ação de infração de patente em trâmite perante a 5ª Vara Empresarial do TJRJ.

Assevera, igualmente que o MU 8600958-3 não estaria coberto pelo manto do período de graça de 12 meses previsto no art. 12 da Lei de Propriedade Industrial, e que a sua divulgação fez com que o requisito da novidade, necessário para que a patente fosse concedida, não fosse preenchido, além de acrescentar que a divulgação do modelo de utilidade pelo próprio inventor se deu com antecedência muito maior do que os 12 (doze) meses previstos em lei, já que ocorrida 4 anos antes do depósito do MU em questão.

Às fls. 15/20 a Agravante junta petição com pedido de tutela antecipada recursal, no sentido de serem imediatamente suspensos os efeitos da patente MU 8600958-3 de titularidade do primeiro Agravado, pelo menos em relação à mesma, sob o argumento de que teria sido surpreendida com a publicação de decisão nos autos do processo que tramita na Justiça Estadual, restabelecendo a decisão que determinara o depósito em Juizo de um percentual elevadíssimo do valor de venda das próteses, realçando que tal decisão tornaria economicamente inviável a produção das próteses, o que levará a Agravante a encerrar de imediato a produção e/ou comercialização de tal prótese.

É o breve relatório. Decido.

Com efeito, cabe salientar que o Juiz de primeiro grau, no processo de cognição, poderá antecipar a tutela jurisdicional esperada liminar e provisoriamente, desde que, analisando a petição inicial, verifique a presença dos fatos que tipifiquem os seus pressupostos autorizadores previstos no art. 300 do novo CPC (Lei 13.015/15) .

O Legislador processual pátrio condiciona o seu deferimento à existência de prova inequívoca dos fatos narrados na inicial, visando formar o livre convencimento do Juiz, quanto à verossimilhança das alegações, além da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do Réu.

Assim, se o MM. Juízo a quo, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento da tutela jurisdicional antecipada, não vejo porque deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo Magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da decisão do Juiz no primeiro grau, com cunho cautelar, por outra deste Relator, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão do Juiz de primeiro grau, pois, além de proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões trazidas, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e provas existentes nos autos .

Cabe registrar, ainda, que o douto Magistrado de primeiro grau houve por bem determinar a instrução da demanda, com a citação dos réus, ressalvando, porém, a possibilidade de, se for o caso, reapreciar a tutela de urgência por ocasião da prolação da sentença, quando já firmado o seu convencimento.

Cabe asseverar, outrossim, que a douta decisão agravada, na verdade, reconheceu ser mais conveniente que as razões da Autarquia sejam lidas, instalando-se, assim, o contraditório, para que o Juizo possa sopesar as razões e decidir a respeito.

Ademais, vale ressaltar que as razões invocadas pela Agravante no sentido de que o cumprimento da decisão proferida na Justiça Estadual acarretará um dano grave e de dificil reparação, não tem o condão, por si só, de justificar que, nesta sede recursal, sejam aferidos os efeitos eventualmente gravosos que a decisão judicial proferida nos autos da demanda que tramita na Justiça Estadual acarretará à Agravante, por se tratar de matéria alheia àquela objeto de apreciação de competência da Justiça Federal.

Deve ser registrado, neste passo, que a questão que deve ser apreciada no âmbito de competência da Justiça Federal cinge-se à concessão de patente pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial ao primeiro Agravado e não à reparação de danos decorrente da comercialização das próteses que seriam de propriedade do primeiro Agravado, autor da demanda ajuizada perante a Justiça Estadual.

Finalmente, torna-se forçoso reconhecer a ausência, in casu, dos requisitos legais previstos no artigo 300 do novo CPC (Lei 13.105/15), a justificar o indeferimento do pleito de urgência pretendido pela Agravante, já que a matéria referente à concessão da patente evidencia questão de conteúdo técnico que torna imprescindível uma perícia a ser designada pelo Juízo de primeiro grau, a fim de possibilitar o seu convencimento e a conseqüente entrega da prestação jurisdicional pretendida pelas partes.

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intimem-se os Agravados, nos termos do disposto no artigo 1019, II, do novo CPC

Após, encaminhem-se os autos ao douto Procurador Regional da República para o colhimento de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

PAULO ESPIRITO SANTO

Desembargador Federal

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000283

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Criminal

1 - 0000762-30.2012.4.02.5003 Número antigo: 2012.50.03.000762-6 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 15:28

Gabinete 02

Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

APELANTE: WGT - WORLD GRANITE TRADE LTDA

APELANTE: FERNANDO MOREDO

ADVOGADO: RAFAEL MERLO MARCONI DE MACEDO

APELANTE: A.G.E. MINERACAO LTDA. - ME

APELANTE: OTAVIO GUIDE

ADVOGADO: ELIZEU ALVES LIMA

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0000762-30.2012.4.02.5003 - 1ª VF Sao Mateus

RELATOR

:

PAULO ESPIRITO SANTO

APELANTE

:

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL E OUTROS

ADVOGADO

:

Procurador Regional da República, RAFAEL MERLO MARCONI DE MACEDO, ELIZEU ALVES LIMA

APELADO

:

OS MESMOS
ORIGEM
:
1ª VF Sao Mateus (00007623020124025003)
Despacho

Intimem-se as defesas dos apelantes FERNANDO MOREDO e W.G.T. WORL GRANITE TRADE LTDA, nos termos do art. 600, §4º do CPP, para apresentação de suas razões no prazo legal.

Após, ao Ministério Público Federal para oferecimento de contrarrazões aos recursos dos apelantes e de seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(T210452)

BOLETIM: 2017000284

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0000185-50.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000185-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/01/2017 12:55
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
IMPETRANTE: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
PACIENTE: CARLOS EDUARDO DE SOUZA JUNIOR
ADVOGADO: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
IMPETRADO: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
QUESTÃO DE ORDEM

Proponho esta Questão de Ordem visando proceder à retificação da parte dispositiva do voto de folhas 130/132, e da ementa lançada à folha 133, referente ao habeas corpus nº 0000185-50.2017.4.02.0000.

Ao apresentar meu voto, na Sessão de Julgamentos do dia 08/03/2017, acrescentei uma medida cautelar de comparecimento mensal do paciente ao juízo, para justificar suas atividades.

Contudo, a redação do voto e da ementa que foram publicados, não constou tal condição.

Suscito, assim, a presente Questão de Ordem para que seja retificada a parte dispositiva do voto, bem como da ementa, ante o evidente erro material.

Deve constar da parte dispositiva do voto:

"Isto posto, e por não encontrar fundamento legal para a decisão objurgada neste habeas corpus, concedo a ordem, para assegurar liberdade a Carlos Eduardo de Souza Júnior defender-se solto na ação penal nº 0509077-79.2015.4.02.5101, confirmando a liminar deferida, com a obrigação de comparecer mensalmente ao juízo e justificar suas atividades."

Quanto a ementa, deve ter a seguinte redação:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO PENAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INOCORRÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. DELITO COMETIDO SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA. AUSÊNCIA DE NOTÍCIA SOBRE REITERAÇÃO CRIMINOSA DURANTE O PERÍODO DE LIBERDADE. ORDEM CONCEDIDA.

Não há informação de prática de atos violentos e que poderiam causar perigo e dano a alguém, não ocorrendo assim risco de violação à ordem pública, inexistindo, outrossim, evidências de que o paciente procurará se safar do cumprimento de decisão legítima que em tese poderá lhe arrebatar a liberdade.

Não é lícito nem conveniente mandá-lo ao cárcere enquanto aguarda a instrução do processo, tendo em vista que o delito imputado não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, e não há risco de prejudicar o andamento processual.

Ordem concedida, confirmando a liminar deferida, com a obrigação de comparecer mensalmente ao juízo e justificar suas atividades."

É esta a questão de ordem.

Rio de Janeiro, 15 / 03 / 2017.

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

BOLETIM: 2017000285

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0002146-26.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002146-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 17:29
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
IMPETRANTE: LEONARDO DOS SANTOS RIVERA
IMPETRANTE: ANTONIO PEDRO MELCHIOR
PACIENTE: FRANCISCO LUIZ CAVALCANTI DA CUNHA HORTA
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS RIVERA
ADVOGADO: ANTONIO PEDRO MELCHIOR MARQUES PINTO
IMPETRADO: JUIZO DA 8ª VARA FEDERAL CRIMINAL - RJ
Originário: 0501218-75.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Decisão
Em inicial análise, não vislumbro o requisito do periculum in mora, necessário para a concessão da liminar, eis que, conforme petição de fls. 448, o Juízo impetrado reconsiderou a decisão em que determinou a realização da audiência admonitória, antes da apresentação de resposta à acusação pelo paciente.
Assim, indefiro a liminar.
Solicitem-se as informações, que deverão ser prestadas no prazo legal.
Com estas nos autos, à Procuradoria Regional da República.
P.I.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215735)

BOLETIM: 2017000286

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001815-44.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001815-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/03/2017 13:31
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ABBVIE BIOTECHNOLOGY LTD.
ADVOGADO: CAIO RICHA DE RIBEIRO
ADVOGADO: ROBERTA DE MAGALHAES FONTELES CABRAL
TERCEIRO INTERESSADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0180435-38.2016.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO : ABBVIE BIOTECHNOLOGY LTD.
ADVOGADO : CAIO RICHA DE RIBEIRO
ADVOGADO : ROBERTA DE MAGALHAES FONTELES CABRAL

TERCEIRO INTERESSADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, visando impugnar a decisão proferida pelo MM. Juízo da 31ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, nos autos da ação ajuizada por ABBVIE BIOTECHNOLOGY LTD em face da ANVISA e do INPI, requerendo que a ANVISA seja obrigada a remeter os autos do processo administrativo do pedido de patente BR 11 2013 011699 4 ao INPI, para que este inicie os exames técnicos dos requisitos de patenteabilidade, bem como que o INPI divulgue, na Revista da Propriedade Industrial - RPI, a informação de que o sobredito pedido de patente é objeto de ação judicial e dê início ao exame do referido pedido de patente, houve por bem deferir o pedido de tutela antecipada requerido no sentido de determinar que a ANVISA remeta ao INPI, no prazo de quinze dias, os autos dos procedimentos administrativos referentes aos pedidos BR 11 2013 011699-4, PI 0920027-4 e PI 0716762-8, a fim de que o Instituto aprecie os pedidos de concessão de patente, ao reconhecer restar configurada a probabilidade do direito autoral, acrescentando, ainda, que o perigo na demora restaria evidenciado pelo prazo a que os procedimentos se submeteram, desde o depósito, sem apreciação conclusiva do pedido até o momento.

Alega, em síntese, que, ainda que no plano formal haja a controvérsia sobre a sua atribuição quanto ao exame de patenteabilidade, é inegável que a expertise da Agravante em questões de saúde pública e assuntos relacionados ao desenvolvimento de produtos e processos químico-farmacêuticos, bem como sua experiência de mais de dez anos de análise de patente no cumprimento do exame de anuência prévia, além da presunção de legalidade e veracidade dos atos administrativos, conferidos aos pareceres emitidos pela Agência, os quais teriam, ao menos, o efeito de impingir forte dúvida sobre o preenchimento dos requisitos de patenteabilidade do PI 04103882-1, razão pela qual deve ser afastada a plausibilidade do direito requerido pela Autora, ora Agravada.

Com efeito, o Juiz de primeiro grau, no exame das questões que lhe são trazidas preliminarmente, quando externa seu juízo cautelar, é porque entendeu presentes ou ausentes os pressupostos jurídicos necessários, sejam eles: a plausibilidade jurídica do pedido, o receio de dano ou perigo na demora da intervenção judicial ou a ilegalidade ou abuso de poder dos atos de autoridades públicas.

Assim, se o MM. Juízo a quo, analisando o pedido nos termos da lei, externa o seu livre convencimento e conclui pelo deferimento ou indeferimento de liminar, não vejo por que deva o Tribunal "de Apelação" rever sua decisão, impondo-lhe outro entendimento, a menos que se trate de questão, cujo posicionamento esteja pacificado pelos Membros desta C. Corte ou Tribunais Superiores, não observada pelo magistrado.

Nesta linha de raciocínio, só excepcionalmente admitir-se-ia a substituição da sua decisão, com cunho cautelar, por outra desta Eg. Turma, uma vez que o seu juízo repercute no mérito da causa e traduz sua posição preliminar, enquanto não proferida a sentença de mérito, de modo que não se justifica modificá-la, a menos que fundamentada para corrigir manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Deve, assim, prevalecer a decisão liminar do primeiro grau, pois, além de ser o seu prolator quem irá proferir a sentença de mérito, está ele no contato direto com o jurisdicionado, tendo, portanto, maior afinidade com as questões, constituindo um melhor referencial para a apreciação e a avaliação dos fatos e das provas existentes nos autos .

Cabe, ainda, salientar os termos da R. decisão ora agravada, ao asseverar que: " O que se evidencia, no caso, em análise perfunctória, é que a ANVISA passou a dar interpretação ao termo contrário à saúde pública que ela não tem, agregando-lhe o conteúdo de vedar o que seria inconveniente ao interesse de política pública de saúde no SUS, e passando a exercer atribuição prevista em lei para o INPI na apreciação dos pressupostos de patenteabilidade."

Finalmente, cabe registrar que o douto Magistrado de primeiro grau reconheceu, in casu, a presença dos requisitos legais necessários à concessão da medida liminar postulada pela Autora, ora Agravada, diante da competência outorgada ao INPI por lei, no sentido de exercer a atribuição quanto à apreciação dos pressupostos de patenteabilidade.

Diante do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Intimem-se os Agravados, nos termos do disposto no artigo 1019, II, do novo CPC (Lei 13.105/15).

Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Regional da República para o colhimento do seu necessário e sempre valioso parecer.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000287

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
2 - 0525318-46.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.525318-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/03/2017 13:04
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: MARCELO ANDRE NASCIMENTO DO AMARAL
ADVOGADO: LEONARDO MONTEIRO VILLARINHO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0525318-46.2006.4.02.5101 - 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Despacho
Ante o requerido às fls. 382, abra-se vista dos autos à defesa de Marcelo André Nascimento do Amaral, para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.
Com estas nos autos, ao M.P.F., para contrarrazões e parecer.
P.I.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215735)

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0001823-40.2010.4.02.5117 Número antigo: 2010.51.17.001823-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:45
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: SERGIO PEREIRA
ADVOGADO: FLAVIO JORGE DA GRACA MARTINS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0001823-40.2010.4.02.5117 - 03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Despacho
Ante o requerido às fls. 763, abra-se vista dos autos à defesa de Sérgio Pereira, para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.
Com estas nos autos, ao M.P.F., para contrarrazões e parecer.
P.I.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215735)

SUBSECRETARIA DA 2a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA do dia 4 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas. **Os pedidos de preferência dos processos incluídos em pauta poderão ser feitos, a partir da disponibilização no DJ-E, através do telefone (até às 12 horas do dia da sessão) ou no balcão da Subsecretaria desta 2a. Turma Especializada.**

00001 2012.51.01.020151-8 ACR RJ 11104
CNJ : 0020151-95.2012.4.02.5101 05.10.03 - ROUBO (ART. 157) - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - PENAL
RELATORA : DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : NELBER FERNANDES ESTEVES
APTE : EVERADO FERNANDES DOS ANJOS
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00002 2013.51.01.800777-0 ACR RJ 12717
CNJ : 0800777-26.2013.4.02.5101 05.19.01 - PECULATO (ART. 312, CAPUT E §1º) - CRIMES PRATICADOS POR
RELATORA : DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : WALTER DE OLIVEIRA PORTELA
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00003 2010.51.01.490200-2 ACR RJ 13219
CNJ : 0490200-67.2010.4.02.5101 05.22.10 - CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 334) - CRIMES PRATICADOS
RELATORA : DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : PAULO HENRIQUE FONTES DE SOUZA
ADV : SERGIO RICARDO MAZZALA MELLO
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00004 2002.50.02.000196-8 ACR ES 7838
CNJ : 0000196-36.2002.4.02.5002 05.19.10 - PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A) - CRIMES PRATICADOS POR
RELATORA : DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MANUEL SEABRA SUAREZ E OUTROS
ADV : SEBÁSTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO E OUTROS
APTE : MARCELO DE MELLO PORTINHO
ADV : LEONARDO PICOLI GAGNO E OUTROS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00005 2012.51.13.000339-6 ACR RJ 13081
CNJ : 0000339-31.2012.4.02.5113 05.20.15 - CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E O PATRIMÔNIO GENÉTICO - C
RELATORA : DES.FED. SIMONE SCHREIBER

REVISOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL ADV :
APTE : JOSE CARLOS COSTA
ADV : BRUNO SILVA RODRIGUES
APDO : OS MESMOS

00006 2012.51.01.027447-9 ACR RJ 10783
CNJ : 0027447-71.2012.4.02.5101 05.10.03 - ROUBO (ART. 157) - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - PENAL
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : NELBER FERNANDES ESTEVES
APDO : EVERADO FERNANDES DOS ANJOS
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.
IMPEDIMENTO : DES.FED. SIMONE SCHREIBER

00007 2012.50.02.001382-4 ACR ES 12803
CNJ : 0001382-45.2012.4.02.5002 05.22.10 - CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 334) - CRIMES PRATICADOS
RELATOR : DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISORA : DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE : MARCIO JOSE QUADRAS SOARES
ADV : LUCIANO SOUZA CORTEZ E OUTROS
APDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

00008 2005.51.01.517599-2 ACR RJ 10853
CNJ : 0517599-47.2005.4.02.5101 05.19.08 - CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317) - CRIMES PRATICADOS POR FUNC
RELATOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APTE : WANDER DA COSTA GUIMARAES
APTE : EDUARDO DA SILVA MONTEIRO
ADV : WILSON SILVEIRA DOS SANTOS
APDO : OS MESMOS
INCID. : 2016023988 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : WANDER DA COSTA GUIMARAES
EMBTE : EDUARDO DA SILVA MONTEIRO
ADV : WILSON SILVEIRA DOS SANTOS
EMBDO : O V. ACÓRDÃO DE FLS. 579/580

00009 2007.51.01.814012-2 ACR RJ 11053
CNJ : 0814012-70.2007.4.02.5101 05.20.15 - CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E O PATRIMÔNIO GENÉTICO - C
RELATOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APTE : JOSE CARLOS COSTA
ADV : MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA E OUTROS
APDO : OS MESMOS
INCID. : 2016025823 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : JOSE CARLOS COSTA

ADV : MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA E OUTROS
EMBDO : ACÓRDÃO DE FLS. 511/512

00010 2012.51.03.000554-1 ACR RJ 12978
CNJ : 0000554-37.2012.4.02.5103 05.06.04 - REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149) - CRIM
RELATOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : WALTER LYSANDRO GODOY
ADV : MICHEL ASSEF FILHO E OUTROS
APDO : PAULO SERGIO PASSOS QUEIROZ
ADV : MARCELO DA SILVA FREIRE
APDO : JAIR RODRIGUES DOS SANTOS
ADV : MARCELLE BARRETO CRUZ CARDINOT MEIRA E OUTROS
INCID. : 2016021342 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : WALTER LYSANDRO GODOY
ADV : MICHEL ASSEF FILHO E OUTROS
EMBDO : ACÓRDÃO DE FLS. 796/797

00011 2012.51.03.000554-1 ACR RJ 12978
CNJ : 0000554-37.2012.4.02.5103 05.06.04 - REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149) - CRIM
RELATOR : DES.FED. MARCELLO GRANADO
APTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APDO : WALTER LYSANDRO GODOY
ADV : MICHEL ASSEF FILHO E OUTROS
APDO : PAULO SERGIO PASSOS QUEIROZ
ADV : MARCELO DA SILVA FREIRE
APDO : JAIR RODRIGUES DOS SANTOS
ADV : MARCELLE BARRETO CRUZ CARDINOT MEIRA E OUTROS
INCID. : 2016000068 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : PAULO SERGIO PASSOS QUEIROZ
ADV : ALAN MONTEIRO ESPINOSA E OUTROS
EMBDO : V. ACÓRDÃO DE FLS. 796-797

RIO DE JANEIRO, 17 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000295

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

2a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 04 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 04 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.. Os pedidos de preferência dos processos incluídos em pauta poderão ser feitos, a partir da disponibilização no DJ-E, através do telefone (até às 12 horas do dia da sessão) ou no balcão da Subsecretaria desta 2a. Turma Especializada.

001 - Processo: 0801502-54.2009.4.02.5101 Ap
05.19.01 - Peculato (art. 312, caput e § 1º) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
05.10.15 - Estelionato (art. 171) - Crimes contra o Patrimônio - Penal
RELATOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APTE: LUCIA DA SILVA LEAL MACEDO DA COSTA
ADVOGADO: JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: JORGE LUIZ ALVES DE CASTRO
ADVOGADO: SUZANE EMANUELE PIO DE MELO SILVA
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: OS MESMOS
Observação da DIDRA:

002 - Processo: 0005063-26.2012.4.02.5001 Ap
05.10.15.01 - Estelionato Qualificado (art. 171, § 3º) - Estelionato (art. 171) - Crimes contra o Patrimônio - Penal
05.18.15 - Uso de documento falso (art. 304) - Crimes contra a Fé Pública - Penal
05.18.07 - Falsificação de documento público (art. 297 e Lei 8.212/91) - Crimes contra a Fé Pública - Penal
RELATOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APTE: EDSON SOUZA COSTA
ADVOGADO: MARCIO BORGES CHAGAS
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

003 - Processo: 0013454-24.2013.4.02.5101 Ap
05.15.03.02 - Parto suposto (art. 242) - Crimes contra o estado de filiação - Crimes contra a Família - Penal
05.18.09 - Falsidade ideológica (art. 299) - Crimes contra a Fé Pública - Penal
05.18.15 - Uso de documento falso (art. 304) - Crimes contra a Fé Pública - Penal

RELATOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: AUGUSTINE JAMES OGBU
ADVOGADO: VALTECIO DUARTE DO NASCIMENTO
APDO: DEBORA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JAICON JORGE LEANDRO DE MENEZES PEREIRA

004 - Processo: 0000234-93.2012.4.02.5003 Ap
05.20.17 - Crimes contra as telecomunicações(Lei 9.472/97-art. 183 e Lei 4.117/62) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APTE: OZIAS DE OLIVEIRA PIRES
ADVOGADO: Alexandre Augusto Kohls
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

005 - Processo: 0001589-29.2012.4.02.5104 Ap
05.20.15 - Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
05.18.06 - Falsificação do selo ou sinal público (art. 296) - Crimes contra a Fé Pública - Penal
RELATOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
REVISOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: SERGIO AUGUSTO SANTOS DE MORAES
ADVOGADO: SANDRO SUEIRA CELANO
APDO: LUIZ ROBERTO CAMPOS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

006 - Processo: 0000015-17.2011.4.02.5003 Ap
05.20.17 - Crimes contra as telecomunicações(Lei 9.472/97-art. 183 e Lei 4.117/62) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: ANTONIO CAVALINI CALVI
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

007 - Processo: 0003384-88.2012.4.02.5001 Ap
05.22.06 - Inutilização de edital ou de sinal (art. 336) - Crimes praticados por particular contra a Administração em geral - Penal
05.20.11 - Crimes contra a Ordem Econômica (art. 4º ao 6º da Lei 8.137/90 e Lei 8.176/91) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

APDO: CARLOS ALBERTO BARBOZA DE SOUZA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

008 - Processo: 0000702-50.2014.4.02.5112 Ap
05.20.15 - Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: ADILTON GONÇALVES PESSANHA
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA BASTOS
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

009 - Processo: 0000978-09.2013.4.02.5115 Ap
05.19.27 - Contrabando ou descaminho (art. 334) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: MARIA MADALENA PEREIRA DE ARAUJO
ADV.DAT.: MARIA DE NAZARE GUAPINDAIA CAMPOS
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

010 - Processo: 0000681-83.2014.4.02.5109 Ap
05.19.27 - Contrabando ou descaminho (art. 334) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
05.20.02 - Crimes contra a Economia Popular (Lei 1.521/51) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
05.16.22 - Fabrico/fornecimento/aquisição/posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante (art. 253) - Crimes contra a Incolumidade Pública - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: JUAREZ CARREIRA BRAGA
ADVOGADO: EDSON BRASIL DE MATOS NUNES
ADVOGADO: ALINE CARDOSO DE ALBUQUERQUE

011 - Processo: 0013824-17.2010.4.02.5001 Ap
05.20.08 - Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. SIMONE SCHREIBER
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APTE: JOSÉ CARLOS RIBEIRO
ADVOGADO: MAGNO PAGUNG ALVES
APDO: OS MESMOS

012 - Processo: 0031779-81.2012.4.02.5101 Ap
05.18.01.01 - Circulação de Moeda Falsa (art. 289, § 1º) - Moeda Falsa (art. 289) - Crimes contra a Fé Pública - Penal

RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
REVISOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APTE: LEANDRO LUIS SILVA CHAVES
APTE: PATRICIA DE ALMEIDA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
Magistrados Impedidos
DES.FED. SIMONE SCHREIBER

013 - Processo: 0000648-89.2017.4.02.0000 HC (Processo Eletrônico)
05.20.10 - Crimes contra a Ordem Tributária (art. 1º ao 3º da Lei 8.137/90 e art. 1º da Lei 4.729/65) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE: CIBELE GOMES GIACOIA
PACIENTE: CIBELE GOMES GIACOIA
ADVOGADO: CIBELE GOMES GIACOIA
IMPETRADO: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/03/2017 13:00 Adiado

014 - Processo: 0000055-60.2015.4.02.5002 RSE
05.20.15.03 - Da Poluição - Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
05.20.15 - Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
RECORRIDO: ADNEY ESPOSTI
ADVOGADO: RODRIGO MOULIN MAGALHÃES

015 - Processo: 0012577-56.2016.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
05.10.15.01 - Estelionato Qualificado (art. 171, § 3º) - Estelionato (art. 171) - Crimes contra o Patrimônio - Penal
05.19.01 - Peculato (art. 312, caput e § 1º) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE: AGOSTINHO SERÓDIO BOECHAT
ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES
ADVOGADO: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
ADVOGADO: ANDERSON BEZERRA LOPES
IMPETRADO: JUIZO DA 8ª VARA FEDERAL CRIMINAL - RJ
T.INTER.: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA:

016 - Processo: 0012580-11.2016.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
05.10.22 - Estelionato majorado (art. 171, § 3º) - Crimes contra o Patrimônio - Penal
05.19.01 - Peculato (art. 312, caput e § 1º) - Crimes contra a Administração Pública - Penal

05.20.46 - Crime praticado por organizações criminosas - Dec. 5.015/04 - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE: DIACRE SACRE GONÇALVES
ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES
ADVOGADO: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
ADVOGADO: ANDERSON BEZERRA LOPES
ADVOGADO: ROBERTA CELLI MOREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: NILSON PIRES VIDAL DE PAIVA
ADVOGADO: FELIPE CONSONNI FRAGA
ADVOGADO: LETICIA DE MELLO SAMPAIO
IMPETRADO: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INTERESSADO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

017 - Processo: 0501435-30.2016.4.02.5001 AgExPe (Processo Eletrônico)
05.20.17 - Crimes contra as telecomunicações(Lei 9.472/97-art. 183 e Lei 4.117/62) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
AGVTE: ROBERTO HENRIQUE FRANZOTTI DA SILVA
ADVOGADO: MAURICIO LUIS PEREIRA PINTO
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

018 - Processo: 0000414-45.2008.4.02.5005 Ap
05.20.15 - Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
APTE: FLARIS OLIMPIO DA ROCHA
ADVOGADO: JOAO BATISTA NUNES
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
P.RÉ: F. GRAN GRANITOS LTDA
ADVOGADO: JOAO BATISTA NUNES
INCID: 2016.8200.000463-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: FLARIS OLIMPIO DA ROCHA

019 - Processo: 0500576-12.2015.4.02.5110 Ap
05.10.15 - Estelionato (art. 171) - Crimes contra o Patrimônio - Penal
RELATOR: DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
REVISOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
APTE: EDSON QUIRINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ISMAEL ABRAHAM ABUAWAD
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

RIO DE JANEIRO, 17 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL SIMONE SCHREIBER

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000327

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0000830-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000830-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/02/2017 19:44
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: ANDRE EDUARDO HEINIG
PACIENTE: WAGNER DIAS DA SILVA LINS
ADVOGADO: ANDRE EDUARDO HEINIG
IMPETRADO: JUIZO DA 8ª VARA FEDERAL CRIMINAL - RJ
Originário: 0508126-51.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
E M E N T A
HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESPECIALIZADA EM ARROMBAMENTO DE CAIXAS ELETRÔNICOS. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. RISCO À ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. INVIABILIDADE DE EXTENSÃO DE ORDEM CONCEDIDA COM BASE EM CARATERÍSTICAS PESSOAIS. ORDEM DENEGADA.
I ¿ A ação penal originária apura a suposta existência de uma organização criminosa voltada para a prática de furtos a instituições bancárias mediante o arrombamento de seus caixas eletrônicos. Também compreende tentativa de furto ocorrida em 16.04.2016.
II ¿ Excesso de prazo não configurado. A marcha processual é compatível com complexidade da ação penal originária, que conta com sete réus e grande quantidade de material probatório, sendo certo, de outro lado, que, descontado o recesso forense, o paciente se encontra preso há pouco mais de dois meses, eis que sua prisão foi decretada em 09.12.2016. Além disso, a própria defesa contribuiu para a duração da prisão do paciente, quando deixou de oferecer resposta à acusação no prazo legal.
III ¿ Risco à ordem pública, consistente na possibilidade de reiteração delitiva, na medida em que o próprio paciente admitiu ter praticado crimes semelhantes.
IV - Inviável a extensão do decidido no habeas corpus 0000111-93.2017.4.02.0000, na medida em que a ordem foi concedida com base em características pessoais do corréu, notadamente o fato de ter colaborado com a Justiça, o que não ocorreu com o paciente.
V ¿ Ordem de habeas corpus denegada.
A C O R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DENEGAR a ordem de habeas corpus, nos termos do relatório e voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

SIMONE SCHREIBER

DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
2 - 0001238-66.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001238-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 16/02/2017 13:46
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA
PACIENTE: JEAN DE MELO
ADVOGADO: GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA
IMPETRADO: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0508126-51.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
E M E N T A

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESPECIALIZADA EM ARROMBAMENTO DE CAIXAS ELETRÔNICOS. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DE ESPECIALISTA EM TÉCNICAS DE CORTE DE CAIXAS ELETRÔNICOS. RISCO À ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. INVIABILIDADE DE EXTENSÃO DE ORDEM CONCEDIDA COM BASE EM CARATERÍSTICAS PESSOAIS. ORDEM DENEGADA.

I ¿ A ação penal originária apura a suposta existência de uma organização criminosa voltada para a prática de furtos a instituições bancárias mediante o arrombamento de seus caixas eletrônicos. Também compreende tentativa de furto ocorrida em 16.04.2016.

II ¿ Risco à ordem pública, consistente na possibilidade de reiteração delitiva. Segundo se depreende dos autos, o paciente seria especialista em técnicas de corte de caixas eletrônicos, sendo justamente esse o motivo que teria justificado o seu ingresso na suposta organização criminosa, no âmbito da qual teria praticado duas tentativas de furto. Anteriormente, em conjunto com outro corréu, também teria participado de outros furtos realizados em agências da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul, nos anos de 2015 e 2016.

III - Inviável a extensão do decidido no habeas corpus 0000111-93.2017.4.02.0000, na medida em que a ordem foi concedida com base em características pessoais do corréu, notadamente o fato de ter colaborado com a Justiça, o que não ocorreu com o paciente.

IV ¿ Ordem de habeas corpus denegada.

A C O R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DENEGAR a ordem de habeas corpus, nos termos do relatório e voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal

3 - 0001318-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001318-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 17/02/2017 17:53
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: VITOR DA SILVA REIS
PACIENTE: ADIMILSON LADEIRA SERAFIM
ADVOGADO: VITOR DA SILVA REIS
IMPETRADO: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0508126-51.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
E M E N T A

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESPECIALIZADA EM ARROMBAMENTO DE CAIXAS ELETRÔNICOS. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DE LÍDER DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RISCO À ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. INVIABILIDADE DE EXTENSÃO DE ORDEM CONCEDIDA COM BASE EM CARATERÍSTICAS PESSOAIS. ORDEM DENEGADA.

I ¿ A ação penal originária apura a suposta existência de uma organização criminosa voltada para a prática de furtos a instituições bancárias mediante o arrombamento de seus caixas eletrônicos. Também compreende tentativa de furto ocorrida em 16.04.2016.

II ¿ Risco à ordem pública, consistente na possibilidade de reiteração delitiva. Segundo se depreende dos autos, o paciente seria o líder da organização criminosa, tendo participado de no mínimo duas tentativas de furto a caixas eletrônicos, havendo informação ainda de prisão por roubo com emprego de arma de fogo.

III - Inviável a extensão do decidido no habeas corpus 0000111-93.2017.4.02.0000, na medida em que a ordem foi concedida com base em características pessoais do corréu, notadamente o fato de ter colaborado com a Justiça, o que não ocorreu com o paciente.

IV ¿ Ordem de habeas corpus denegada.

A C O R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DENEGAR a ordem de habeas corpus, nos termos do relatório e voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
4 - 0001500-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001500-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 22/02/2017 19:41
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: RENATO DE MORAES
IMPETRANTE: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
IMPETRANTE: EDUARDO DE MORAES
IMPETRANTE: RENATO SIMOES HALLAK

IMPETRANTE: PEDRO MAURITY SANTOS
IMPETRANTE: JOAO BALTHAZAR DE MATOS
IMPETRANTE: EDUARDO FINAMORE
PACIENTE: PIERRE PAUL VANDENBROUCK
ADVOGADO: RENATO DE MORAES
ADVOGADO: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: EDUARDO DE MORAES
ADVOGADO: RENATO SIMOES HALLAK
ADVOGADO: PEDRO MAURITY SANTOS
ADVOGADO: JOAO BALTHAZAR DE MATOS
ADVOGADO: EDUARDO CORTE REAL FINAMORE
IMPETRADO: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0532301-61.2006.4.02.5101 - 03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

E M E N T A

HABEAS CORPUS. PENAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ORDEM DENEGADA.

I ¿ O impetrante se insurge contra a execução provisória da pena restritiva de direitos do paciente. Sustenta violação da coisa julgada, já que a sentença condenatória teria determinado a expedição da carta de execução de sentença apenas após o trânsito em julgado, e que os precedentes do STF não teria examinado a possibilidade de execução provisória da pena restritiva de direitos.

II ¿ Possibilidade de execução provisória da pena restritiva de direitos e a alteração jurisprudencial do STF. Ainda que se discorde da alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal no HC 126.292/SP e nas ADCs 43 e 44, afigura-se claro que a efetividade da lei penal, fundamento principal adotado para justificar a execução provisória da pena, é plenamente aplicável às penas restritivas de direito, ainda mais se considerado que estas apenas substituem as reprimendas prisionais.

III ¿ Inexistência de violação à coisa julgada. Longe de uma decisão judicial propriamente dita, o trecho da sentença condenatória que determina que, após o trânsito em julgado, ¿deve a Secretaria providenciar o cumprimento de todas as diligências pertinentes à execução penal¿ constitui mera determinação administrativa, não fazendo coisa julgada.

IV ¿ Ordem de habeas corpus denegada.

A C O R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DENEGAR a ordem de habeas corpus, nos termos do relatório e voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

BOLETIM: 2017000328

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0006467-41.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006467-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 21/06/2016 15:36
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE: ESMERALDO MATIAS DA SILVA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE SOUZA
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0050759-37.2016.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE
:
ESMERALDO MATIAS DA SILVA
ADVOGADO
:
LUIZ CARLOS DE SOUZA
AGRAVADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR
:
PROCURADOR FEDERAL
DESPACHO

Tendo em vista a informação prestada à e-fl. 94, DETERMINO a intimação do Gerente Executivo da Agência da Previdência Social de Atendimento a Demandas Judiciais (APSDJ), nesta cidade, para dar cumprimento, no prazo máximo de 10 dias, à decisão judicial nos autos do presente agravo de instrumento, incluindo o nome e CPF do Agravante na Folha de Pagamento do mês de janeiro/2017, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais).

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
/hea

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001008-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001008-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 15:14
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE: MARIA HILSA DA SIILVA DE CARVALHO
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR
:
MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE
:
MARIA HILSA DA SIILVA DE CARVALHO
ADVOGADO
:
Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
DESPACHO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação de tutela, objetivando a reforma da decisão recorrida e, consequentemente, a concessão da antecipação de tutela pleiteada, deferindo o estabelecimento do benefício de aposentadoria rural por idade à agravante.

Como o processo originário é eletrônico, na forma do art. 1017, §5º, do novo Código de Processo Civil, estaria a agravante dispensada de apresentar as cópias dos documentos referidos nos incisos I e II do mesmo artigo.

No entanto, apesar de eletrônico (Processo nº 0001734-03.2016.8.19.0072), não foi possível carregar suas peças, eis que é processo que tramita na Justiça Estadual (jurisdição delegada), não sendo livre a consulta do mesmo por este Tribunal.

Assim, determino a intimação da agravante para, no prazo legal, apresentar todos os documentos necessários ao julgamento deste agravo de instrumento, inclusive os denominados obrigatórios, sob pena de o mesmo ser considerado inadmissível (art. 932, parágrafo único, do NCPC).

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
/hea

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001588-54.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001588-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 16:37
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: SONIA MARIA DE PAULA SABINO
ADVOGADO: ARMANDO VEIGA
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
SONIA MARIA DE PAULA SABINO
ADVOGADO
:
ARMANDO VEIGA
ORIGEM
:
()
Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto pelo INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, objetivando reformar decisão que deixou de receber apelação por ter reconhecido a intempestividade do recurso.

Às fls. 1/5, o agravante sustenta que a apelação foi interposta no prazo e que de acordo com o CPC/2015 (art. 1.010, §3º) não cabe ao juízo a quo realizar a admissibilidade do recurso.

É o relato do necessário. Decido.

Em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de atribuição de efeito suspensivo, é possível inferir dos documentos que instruem a inicial a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do NCPC).

Isso porque à luz do disposto no art. 1.010, §3º, do NCPC, o juízo recorrido deverá remeter os autos ao tribunal, independente de juízo de admissibilidade, ainda que a apelação seja manifestamente inadmissível, confira (grifos apostos):

Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá:
I - os nomes e a qualificação das partes;
II - a exposição do fato e do direito;
III - as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade;
IV - o pedido de nova decisão.
§ 1o O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2o Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões.

§ 3o Após as formalidades previstas nos §§ 1o e 2o, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.

Portanto, nesse contexto, ainda que a apelação seja manifestamente inadmissível, como no caso de intempestividade do recurso de apelação, deve o juiz remeter os autos ao tribunal.

Além disso, acaso não seja deferido o efeito suspensivo ao agravo de instrumento, o processo terá prosseguimento com o cumprimento de sentença ou remetido a este tribunal para fins de reexame necessário, causando-lhe um dano grave ao direito de defesa da autarquia.

Ante o exposto, estando presentes todos os requisitos processuais para sobrestar a eficácia da decisão agravada, DEFIRO o pedido, com fulcro nos arts. 932, II, 995, parágrafo único, e 1.019, I, todos do NCPC.

Comunique-se, com urgência, o teor desta decisão ao Juízo a quo.

Intime-se a Agravada, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(sap)

Conflito de Competência - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0000304-11.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000304-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 24/01/2017 14:23

Gabinete 04

Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO

AUTOR: VANDA DE FÁTIMA FREITAS

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

RÉU: INSS-Instituto Nacional do Seguro Social

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

SUSCITANTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DE GOYTACAZES/RJ

SUSCITADO: JUÍZO DO 1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPOS DE GOYTACAZES/RJ

Originário: 0500300-46.2015.4.02.5153 - 02ª Vara Federal de Campos

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO

AUTOR

:

VANDA DE FÁTIMA FREITAS

ADVOGADO

:

SEM ADVOGADO

RÉU

:

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR

:

PROCURADOR FEDERAL

SUSCITANTE

:

JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DE GOYTACAZES /RJ

SUSCITADO

:

JUÍZO DO 1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPOS DE GOYTACAZES/RJ

DESPACHO

Oficie-se ao Juízo suscitado, para prestar informações.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal, para emitir parecer.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO

Relator

/hea

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
6 - 0001874-32.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001874-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 15:17
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE: CEZAR ROBERTO BITENCOURT
IMPETRANTE: VANIA BARBOSA ADORNO BITENCOURT
IMPETRANTE: MICHELANGELO CORSETTI
IMPETRANTE: SAMUEL AUDAY BUZAGLO
IMPETRANTE: ALEXANDRA OLIVEIRA MACHADO
IMPETRANTE: MAIRA FRANCO SANTANA
PACIENTE: RONALD GUIMARAES LEVINSOHN
ADVOGADO: CEZAR ROBERTO BITENCOURT
ADVOGADO: VANIA BARBOSA ADORNO BITENCOURT
ADVOGADO: MICHELANGELO CERVI CORSETTI
ADVOGADO: SAMUEL AUDAY BUZAGLO
ADVOGADO: ALEXANDRA OLIVEIRA MACHADO
ADVOGADO: MAIRA FRANCO SANTANA
IMPETRADO: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0017642-26.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Habeas Corpus Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Nº CNJ
:
0001874-32.2017.4.02.0000 (2017.00.00.001874-3)
RELATORA
:
Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER
IMPETRANTE
:
CEZAR ROBERTO BITENCOURT E OUTROS
PACIENTE
:
RONALD GUIMARÃES LEVINSOHN
IMPETRADO
:
JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ORIGEM
:
05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (00176422620144025101)
DECISÃO

Trata-se de habeas corpus (fls. 1/65) impetrado por Cezar Roberto Bitencourt em favor de RONALD GUIMARÃES LEVINSOHN, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro que, em 01.07.2016, recebeu denúncia oferecida em desfavor do paciente, e, em 27.01.2017, rejeitou as teses defensivas e ratificou o recebimento da denúncia.

Objetiva a impetração, liminarmente, a suspensão da instrução processual, com o cancelamento das audiências já designadas, até o julgamento do mérito do presente writ. No mérito, pleiteia o trancamento da ação penal originária.

Da leitura dos autos originários, depreende-se que a denúncia descreve suposta associação criminosa que, a pretexto de salvar a Universidade Gama Filho (UGF), teria por verdadeiro objetivo captar e depois desviar recursos financeiros dos fundos de pensão POSTALIS (Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos) e PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social).

A operacionalização do alegado desvio envolveu a emissão de debêntures que, segundo o Parquet, não teriam garantia, adquiridas pelos referidos fundos de pensão pelo montante total de aproximadamente 104 milhões de reais. Os valores captados foram utilizados para a aquisição da "mantença" da UGF e UNIVERCIDADE (Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro), esta última titularizada pela ASSEPA – Associação Educacional São Paulo Apóstolo.

Formalmente, as debêntures eram garantidas pelos recebíveis oriundos do curso de medicina da UGF que na época possuía 400 alunos. Contudo, o MEC veio a reduzir o quantitativo de alunos do curso de medicina para 170, posteriormente descredenciando a UGF, o que efetivamente esvaziou a garantia oferecida e levou ao vencimento antecipado das debêntures. A sociedade GALILEO ADMINISTRAÇÃO,

responsável e beneficiária pela emissão das debêntures, foi incapaz de adimplir as obrigações decorrentes do vencimento antecipado, de modo que a POSTALIS suportou prejuízo nominal de aproximadamente 65 milhões de reais, ao passo em a PETROS sofreu prejuízo de aproximadamente 14 milhões de reais.

O paciente RONALD GUIMARÃES LEVINSOHN seria o responsável pela prática de atos jurídicos que permitiram a transferência da "mantença" da UNIVERCIDADE. A denúncia imputou ao mesmo a suposta prática dos crimes de (i) associação criminosa (art. 288 do CP), (ii) emissão de debêntures sem garantia (art. 7°, III, da Lei 7.492/86) e (iii) apropriação indébita financeira (art. 5° da Lei 7.492/86).

Segundo o impetrante, contudo, a ação penal deve ser trancada em razão da (i) atipicidade das condutas imputadas; (ii) inépcia da denúncia, (iii) ausência de justa causa; e (iv) negativa de autoria.

Em relação à imputação de associação criminosa, sustenta (i) a negativa de autoria, alegando que "o paciente não participou das condutas que configurariam a associação criminosa, tanto que a denúncia não lhe imputou, em momento algum, a prática de nenhuma conduta, nenhuma atividade ou circunstância que pudesse – por sua natureza, meio ou modo integrar, caracterizar ou constituir, objetiva e subjetivamente, sua participação em uma associação criminosa, de forma a se poder reconhecê-lo como integrante de tal grupo" (fl. 60); (ii) a atipicidade da conduta, sustentando que "a própria denúncia em seu tópico n° 3 em que narra a suposta prática do crime de associação criminosa, destaca que a ação imputada a Márcio André e seus sócios começou "com objetivo declarado de 'salvar' a SUGF/UGF, mas que se revelou, na realidade, como uma estrutura voltada para captar recursos financeiros no mercado e desviá-los...", logo, a finalidade de dita associação era licita, e não há prática indeterminada de crimes diversos, segundo a própria narrativa da denúncia, como exigiria a tipificação desse crime"; (iii) a ausência das elementares constitutivas, aduzindo que "pretendendo imputar o crime de associação criminosa, a denúncia acaba descrevendo a existência de um concurso eventual de pessoas (coautoria) para a prática de crime(s) determinado(s); na realidade, pretendendo imputar a prática do crime de associação criminosa, acaba narrando, basicamente, um crime determinado, qual seja, a emissão irregular de debêntures (art. 7, III), e o seu exaurimento (a utilização do resultado dessa emissão), em concurso com outras pessoas (coautoria), que o capitula, inadequadamente, como outro crime, no caso, apropriação indébita financeira"; e (iv) a inépcia da denúncia e a falta de justa causa, "ante a falta de descrição das elementares objetivas e subjetivas do crime associativo relativamente ao paciente e da ausência de narração de sua efetiva participação, trata-se de conduta , além de absolutamente atípica, inepta e sem justa causa para a instauração de ação penal contra o paciente por esse crime" (fl. 61).

Já no tocante ao crime de emissão fraudulenta de debêntures sem garantia (art. 7°, III, da Lei 7.492/86), sustenta (i) a negativa de autoria, aduzindo que "além de o paciente não ter concorrido, de qualquer forma, para a emissão irregular de debêntures, tampouco a denúncia imputou-lhe qualquer participação nessa infração penal"; (ii) a inépcia da denúncia por ausência de imputação, ponderando que "como não há imputação da participação do paciente Ronald nesse crime, não há como e nem do que se defender quando a denúncia nada lhe imputa aliás, nesta hipótese, a denúncia devia ter sido rejeitada liminarmente, quer por sua inépcia, quer por sua inadequação típica (ausência de descrição de conduta), tornando impossível a instauração de ação penal contra o paciente pela ausência de narrativa de algum fato atribuível ao paciente"; e (iii) a falta de justa causa para a ação penal, explicando que "a justa causa pressupõe a imputação de uma conduta típica, ilícita e culpável. A denúncia deve conter a imputação de uma conduta criminosa, e não apenas a narração de referida conduta sem atribuir ao paciente alguma participação. Em outros termos, não basta apenas narrar o fato, mas deve imputar, expressamente, a sua prática ao denunciado, ao contrário do que ocorreu, no caso do tópico n° 4, no qual não há qualquer referência ao seu nome".

Sobre a apropriação indébita financeira (art. 5° da Lei 7.492/86), alega a (i) negativa de autoria, observando que "o paciente não praticou nenhuma conduta de apropriar-se ou desviar qualquer valor decorrente da suposta emissão irregular de debêntures, a qual teria sido praticada por alguns denunciados, especialmente pelos administradores da Galileo Administração. Quanto aos valores mutuados em nome da ASSESPA, decorreu de um contrato de mútuo, legal, especifico e celebrado com a Galileo Administração, o qual foi pago e contabilizado no mesmo ano, com a respectiva atualização monetária, conforme comprovação nos autos"; (ii) atipicidade da apropriação indébita, alegando que "consta na própria denúncia, em seu tópico n° 5, que os valores "desviados" por aqueles denunciados decorreu dos "recursos obtidos com a emissão das debêntures pela GALILEO SPE", ou seja, trata-se, segundo a própria acusação, de posse obtida ilicitamente. Logo, não apresenta o pressuposto típico da anterior posse licita, em nome de terceiro, do objeto material "apropriado". Resulta, por óbvio, em absoluta inadequação típica"; (iii) inépcia da denúncia por ausência de descrição das elementares, aduzindo que "a denúncia não descreve, nem de longe, as elementares constitutivas do crime de apropriação indébita, na verdade, limita-se a narrar o suposto desvio do produto da emissão de debêntures que, segundo a acusação, foi emitida ilegalmente; logo teria ocorrido a utilização do produto do crime, uma espécie de seu exaurimento. Inegavelmente, não há nenhuma referência ao pressuposto da apropriação indébita, qual seja, a anterior posse lícita do objeto apropriado, em nome de terceiro. Jamais se poderá falar em apropriação indébita do resultado de crime, ao contrário do que pretende a denúncia"; e (iv) falta de justa causa para a ação penal, explicando que "a ausência da devida descrição das elementares constitutivas do crime não apenas tornam atípica e inepta a

denúncia, como também, e principalmente, configura a falta de justa causa para a instauração da ação penal. E, segundo a atual redação do art. 395, III do CPP, a denúncia e a queixa devem ser rejeitadas por falta de justa causa, quando esta se configurar, como ocorre no presente caso".

Sustenta também a prescrição do crime de associação criminosa, já que o paciente teriam 70 anos na data dos supostos fatos, a denúncia teria sido recebida em 01.06.2016 e, diversamente do que afirma a denúncia, mas com base nos documentos que acompanham a exordial acusatória, a suposta associação teria ocorrido apenas até o início do mês de junho de 2012.

Em sede de liminar, requer a suspensão da instrução processual, com o cancelamento das audiências já designadas, com o propósito de evitar a realização de atos processuais desnecessários.

A peça inicial foi acompanhada com os documentos acostados às fls. 65/328.

É o relatório do necessário. Decido.

Inicialmente, reconheço a prevenção, tendo em vista que é de minha relatoria o habeas corpus 0007361-17.2016.4.02.0000, impetrado em razão de fiança imposta pela autoridade coatora nos autos originários (0017642-26.2014.4.02.5101).

A concessão de liminar em habeas corpus constitui medida excepcional, cabível apenas em situação emergencial, quando comprovada, de plano, flagrante ilegalidade. (cf. STJ. Decisão monocrática no habeas corpus 380.776/MS. Relator Ministro Sebastião Reis Júnior. Data da publicação: 01.12.2016).

Em consulta aos autos da ação penal originária pelo sistema Apolo, verifico que, em decisão de 30 laudas, a MM. Juíza de Primeiro Grau apreciou as respostas à acusação oferecidas pelos diversos réus e ratificou o recebimento da denúncia. Na oportunidade, também fixou calendário processual para a realização dos atos instrutórios, designando o dia 24.04.2017 para a realização da primeira audiência para a oitiva das testemunhas de acusação.

Em razão disso, entendo que não há prejuízo ao acusado, caso seja mantido, até o julgamento definitivo deste writ, o normal andamento do feito originário, eis que a ação de habeas corpus possui tramitação prioritária por força do art. 20 da Lei 12.016/2009, sendo célere seu julgamento nesta Egrégia Corte.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido liminarmente formulado, nos termos da fundamentação supra.

Oficie-se ao Juízo impetrado para ciência da presente decisão, solicitando-lhe informações, a serem prestadas no prazo de 3 dias.

Vindas as informações, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA
(T211968)

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
5 - 0002017-21.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002017-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 13:51
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE: OLION ALVES FILHO
PACIENTE: A. S. N.
PACIENTE: H. I. V. M. V.
ADVOGADO: OLION ALVES FILHO
IMPETRADO: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0500028-37.2017.4.02.5103 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
IMPETRANTE
:
OLION ALVES FILHO
ADVOGADO
:
OLION ALVES FILHO
IMPETRADO
:

JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
PACIENTE
:
ANGÉLICA SOUZA NUNES e HECTOR IVAN MORA VARGAS
ORIGEM
:
05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (05000283720174025103)
DECISÃO

Trata-se de Habeas Corpus impetrado por OLION ALVES FILHO contra decisão proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que indeferiu pedido de liberdade provisória nos autos do processo nº 0500028-37.2017.4.02.5103, mantendo a prisão preventiva de ANGÉLICA SOUSA NUNES e HECTOR IVAN MORA VARGAS pela suposta prática dos delitos descritos no art. 155, §4º, II e IV, na forma do art. 14, II, ambos do CP; art. 2º da Lei nº 12.850/2013; art. 1º da Lei nº 9613/1998 e art. 297 do CP.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, asseverando que a decisão atacada não foi devidamente fundamentada e que os pacientes estão presos há cerca de 2 meses e 15 dias sem que tenha sido encerrada a instrução criminal.

Acrescenta, ainda, que os pacientes são primários, possuem residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente, a concessão da liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares menos onerosas do que o cárcere; e, no mérito, a confirmação da liminar pleiteada.

Acompanham a inicial os documentos de e-fls. 24/92.

É o breve relatório. Decido:

Inicialmente, cumpre registrar que despacho nos presentes autos em razão de ausência eventual do Relator, Desembargador Federal Marcello Ferreira de Souza Granado.

O deferimento de liminar em Habeas Corpus é medida excepcional, não prevista em lei, reservada para os casos em que se esteja diante de teratologia da decisão atacada ou que se evidencie, de modo flagrante, coação ilegal ou abuso de poder, devendo garantir a eficácia da decisão de mérito, com a qual não se confunde.

Em um exame não exauriente do feito, verifico que os indícios veementes de autoria e materialidade, aliados ao caráter satisfativo do pleito liminar, desautorizam a concessão da liminar requerida, mormente considerando a celeridade do rito atribuído ao Habeas Corpus.

Pelo exposto, INDEFIRO A LIMINAR.

Oficie-se ao Juízo impetrado solicitando as informações, pertinentes.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2016.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO
(em substituição eventual ao Relator)
2ª Turma Especializada
(fev)

BOLETIM: 2017000329

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

2a.TURMA ESPECIALIZADA

ADITAMENTO DE PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 30 de MARÇO de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados no Aditamento a Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 30 de MARÇO de 2017, QUINTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os

processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas. Os pedidos de preferência dos processos incluídos em pauta poderão ser feitos, a partir da disponibilização no DJ-E, através do telefone (até às 12 horas do dia da sessão) ou no balcão da Subsecretaria desta 2a. Turma Especializada.

497 - Processo: 0002556-94.2016.4.02.9999 APELREEX
04.01.05 - Auxílio-Doença (Art. 59/64) - Benefícios em Espécie/Concessão/Conversão/Restabelecimento - Previdenciário
RELATOR: DES.FED. MESSOD AZULAY NETO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: TEREZA ANTONIA DE FREITAS DIAS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
REMETENTE: JUIZO DA 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE VALENÇA/RJ

RIO DE JANEIRO, 17 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL SIMONE SCHREIBER

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000330

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0142774-39.2014.4.02.5119 Número antigo: 2014.51.19.142774-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/10/2016 14:20
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MARIA MAGDALENA BARRETO BERTOLOTO
ADVOGADO: JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0142774-39.2014.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
RELATOR
:
MESSOD AZULAY NETO
APELANTE
:
MARIA MAGDALENA BARRETO BERTOLOTO
ADVOGADO
:
JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APELADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:

PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Barra do Piraí (01427743920144025119)
DESPACHO
Abra-se vista à parte embargada, para apresentação de contrarrazões.
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
/hea

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0116675-52.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.116675-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/11/2016 17:41
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: OSWALDO DA SILVA SEABRA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO DURANTE BUSSOLO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0116675-52.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Nº : 0116675-52.2015.4.02.5101 (2015.51.01.116675-8)
APELANTE: OSWALDO DA SILVA SEABRA
MARCOS ANTONIO DURANTE BUSSOLO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM : 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01166755220154025101)
DESPACHO

Remetam-se os autos à SECAJU para que sejam efetuados os cálculos no que tange à adequação do benefício previdenciário autoral, mediante a aplicação dos novos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003.

Para apurar eventuais diferenças da adequação em tela, o salário-de-benefício deve ser calculado sem a incidência do teto limitador, evoluído mediante a aplicação dos índices legais, ajustando-se, ainda, a renda mensal ao limite do teto em cada mês, a fim que se possa aferir a existência de diferenças entre o valor pago pelo INSS e o valor devido, considerando-se os novos tetos estabelecidos pelas referidas Emendas, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 564.354/SE, considerando a prescrição das parcelas anteriores ao quinqûenio que antecedeu o ajuizamento da presente ação.

No tocante à aplicação de juros e correção monetária acrescidos sobre eventuais valores em atraso, até a data da entrada em vigor da Lei 11.960/2009, os juros moratórios, contados a partir da citação, devem ser fixados em 1% ao mês, ao passo que a correção monetária deve ser calculada de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Após a entrada em vigor da Lei 11.960/2009, passam a incidir o índice oficial de remuneração básica e os juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o seu art. 5º.

Após, dê-se vista às partes pelo prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, que começará a contar a partir da publicação deste despacho.

Transcorridos os prazos acima, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017
SIMONE SCHREIBER,
Desembargadora Federal.
T256379

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0034266-82.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.034266-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/09/2016 18:05
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: VALQUIRIO SANTOS BOMFIM
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0034266-82.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0034266-82.2016.4.02.5101 (2016.51.01.034266-1)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0147335-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.147335-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/03/2015 14:41
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: LILIA NUNES FEITOSA CARVALHO
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: OSNI JOSE ALVES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31° VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0147335-63.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0147335-63.2014.4.02.5101 (2014.51.01.147335-3)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0169936-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169936-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/06/2015 11:53
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: LUIS TOLEDO DE SA
ADVOGADO: FABIOLA DA ROCHA LEAL DE LIMA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0169936-63.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0169936-63.2014.4.02.5101 (2014.51.01.169936-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

SUBSECRETARIA DA 3a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175938

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.510792-5
Nº CNJ : 0510792-11.2005.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : ADVANCED INT`L CARGO LTDA
ADVOGADO : MARCO AURELIO ALVES MEDEIROS E OUTROS
ORIGEM : SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200551015107925)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DA CDA. EXCLUSÃO PARCIAL DO DÉBITO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO PELO VALOR REMANESCENTE.
1. O art. 2º, § 8º, da LEF e o art. 203 do CTN permitem a emenda ou a substituição da Certidão de Dívida Ativa até a prolação de sentença.
2. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que as alterações que possam ocorrer na CDA por simples cálculo aritmético não ensejam a sua nulidade *(STJ, Primeira Turma, AGRESP 1190997, rel. Ministro Benedito Gonçalves, j. 01/03/2011; STJ, Segunda Turma, AGRESP 963611, rel. Ministro Herman Benjamin, j. 28/04/2009).*
3. A nova CDA apresentada apenas reduziu parte do débito, não afetando a liquidez e certeza do título, devendo a execução prosseguir pelo valor remanescente.
4. Apelação conhecida e provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO à apelação, na forma do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).
CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

BOLETIM: 175944

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.01.003192-4
Nº CNJ : 0003192-54.2009.4.02.5101
RELATOR : JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : MARIA HELENA ALVAREZ CALDAS
ADVOGADO : ANTONIO ADOLAR WOLFF E OUTROS
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-RJ
ORIGEM : QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010031924)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e apelação em face da sentença por intermédio da qual se julgou procedente em parte o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a parte autora ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95, condenando a ré a restituir os valores pagos a este título.
Sustenta a União que deve ser aplicada a prescrição quinquenal e ainda requer que se reconheça que a liquidação deve ser feita por cálculos aritméticos, não por arbitramento.
Contrarrazões às fls. 97/101.
Manifestou-se o Ministério Público Federal pela desnecessidade de sua intervenção.
É o relatório.
DECIDO
Conheço da recurso, eis que presentes os pressupostos legais.
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"
Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a

partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
No que diz respeito ao mérito principal, o caso discutido nesta demanda, em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, não envolve hipótese de isenção tributária; a resolução do problema requer a análise da ocorrência, ou não, de *bis in idem* ou de *dupla incidência* do imposto de renda.
O Superior Tribunal de Justiça encara o problema jurídico em foco com o entendimento segundo o qual o fundamento para a *não-incidência* do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria reside no postulado da vedação à dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o princípio do *non bis in idem*. Por esse ponto de vista, a Corte Superior entendeu que não deve haver tributação do imposto de renda em relação aos proventos de aposentadoria complementar decorrentes daqueles valores vertidos ao fundo de previdência no período em que vigorava o regime jurídico da Lei nº 7.713/1988; ou seja, entre 01/1989 a 12/1995 (data em que publicada a Lei nº 9.250/1995, que modificou a sistemática de recolhimento do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria).
Destarte, o instituto a ser aplicado ao presente caso não é o da isenção (espécie de exclusão do crédito tributário), mas, sim, o da vedação à dupla incidência tributária, o princípio do *non bis in idem*.
Assim, merece acolhida o pedido autoral no tocante à exoneração da demandante (sujeito passivo) do dever de recolhimento do imposto de renda, exigido pela UNIÃO FEDERAL, incidente sobre os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem, exclusivamente, nas contribuições pagas por aquela ao fundo de previdência privada, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original), em razão do entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em regime de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), do REsp nº 1.012.903/RJ, no sentido de que *a não incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento do benefício (complementação de aposentadoria) se restringe ao que, efetivamente, fora recolhido pelo beneficiário, sob a égide da Lei nº 7.713/88, quando do pagamento das contribuições vertidas para fundo de previdência complementar,* em destaque:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.
(REsp 1012903/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 13/10/2008)
A tese jurídica acima mencionada foi sintetizada no verbete nº 556 da Súmula do STJ, *verbis:*
É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.
(Súmula 556, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)
Por via de consequência, a União deverá restituir, *in casu,* o imposto de renda recolhido a maior pela autora - a ser atualizado pela Taxa SELIC (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995)-, desde que os correspondentes descontos tenham incidido sobre o resgate ou os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem nas contribuições pagas ao fundo de previdência privada pelo beneficiário, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original).
Destaque-se que a pretensão de repetição do imposto de renda deverá observar, como limite, não os valores depositados pela autora na consecução do Fundo de Previdência, que foram as contribuições vertidas para o plano, mas sim os valores de imposto de renda incidente sobre suas contribuições, sob pena de se caracterizar enriquecimento indevido do contribuinte, caso se considere devida a restituição de imposto de renda limitado ao total de suas contribuições – e não do imposto incidente sobre elas – no período entre janeiro 1989 e dezembro 1995 ou a data da aposentadoria, o que ocorrer primeiro. Ademais, é de ver-se que o Fundo de Previdência privada é formado também por contribuições do empregador (estas corretamente tributadas pelo IR).
Apenas uma parte do resgate destas complementações percebidas é que não deve sofrer a tributação pelo imposto de renda, correspondente ao valor que foi recolhido pelos beneficiários a título de imposto de renda sob a égide do art. 6º, VII, "b", da Lei nº 7.713/88, posteriormente revogado. Caso contrário, sem este parâmetro, seria assegurado aos contribuintes que nada paguem a título de imposto de renda sobre a "reserva de poupança" indefinidamente e *contra legem,* após a edição da Lei nº 9.250/95.
Consigne-se que, relativamente à incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria após o advento da Lei nº 9.250/95, a jurisprudência do STJ considera legítima a sua incidência, tendo em vista que não mais havia o recolhimento do imposto sobre as parcelas de contribuição aos fundos privados de complementação de aposentadoria, sendo também legítima.
Quanto aos critérios para execução do presente julgado, o egrégio Tribunal da Cidadania firmou orientação no sentido de que *"o valor correspondente às contribuições vertidas pela parte autora, no período entre 1989 e 1995 (ou até a data da sua aposentadoria se ocorrida em momento anterior), devidamente atualizado, constitui-se no crédito a ser deduzido exclusivamente do montante correspondente às parcelas de benefício de aposentadoria complementar, apurando-se a base de cálculo do imposto de renda"* e *"o limite a ser respeitado na utilização dos créditos para a dedução deve ser o do valor do benefício recebido da entidade de previdência e não o da faixa de isenção"* (REsp 1221055/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012).
Por fim, quando do *recálculo* do imposto de renda devido pela autora, neste caso, impõe-se abater do montante a ser restituído *in casu* aquele já recebido por esta a título de restituição de IRPF, por ocasião do processamento das correspondentes *declarações anuais de ajuste*.
Outrossim, esclareça-se que, consoante orientação do e. STJ, os juros de mora de 1% ao mês apenas incidem sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior 01/01/1996, o que não é a hipótese dos autos, porque, a partir desta data, tem-se, por força da Lei nº 9.250/95, a aplicação tão-somente da taxa SELIC, que já engloba juros e correção monetária (REsp 808.488/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/04/2008, EREsp nº 463.167/SP, REl. Min. Teori Zavascki, DJU de 02/02/2005 e REsp nº 902.492/RJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ de 13/03/2007).
Sendo a referida sistemática de apuração possível via cálculos aritméticos, com razão a União quando pugna pela utilização desse modo de liquidação.
Posto isso, nos termos do art. 932, V, *a*, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa necessária e ao recurso tão-somente para reconhecer a prescrição quinquenal e determinar a liquidação via cálculos aritméticos, observada a sistemática consignada nesta decisão. Mantida, no mais, a sentença.
Publique-se. Intime-se.

Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2012.51.01.006232-4

Nº CNJ	:	0006232-39.2012.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:	IRACEMA FURTADO FONSECA
ADVOGADO	:	MAURICIO JOSE MOREIRA ALVES
APELADO	:	OS MESMOS
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201251010062324)

DECISÃO
Trata-se de apelações da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL e de IRACEMA FURTADO FONSECA em face de sentença por meio da qual julgou-se improcedente o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária em relação à obrigação de pagar IRPF sobre o benefício decorrente das contribuições feitas pela parte autora entre 1° de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1995, mais precisamente, sobre a antecipação da reserva matemática decorrente da migração para novo plano de benefícios (Benefício Único Antecipado).
A UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL em sua apelação requer a majoração dos honorários, fixados na sentença em R$500,00.
A autora/apelante sustenta que o valor que pretende repetir (R$3.368,62 - valor histórico), equivale ao imposto de renda que incidiu sobre o resgate antecipado do saldo do fundo de complementação de aposentaria que ocorreu no momento da migração para o novo plano de benefícios da FUNCEF. Sustenta que a operação deve receber o mesmo tratamento tributário estampado RESP 1012903, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos.
Manifestou-se o MPF pela desnecessidade de sua intervenção.
É o relatório.
DECIDO
Pretende o autor ver assegurado o direito a não incidência de IRPF sobre a quantia oriunda da opção pelo Benefício Único Antecipado – incentivo para migração para novo plano de benefícios.
Percebe-se que trata-se de mera antecipação do benefício, devendo gozar do mesmo tratamento tributário devido à complementação de aposentadoria para o fim de se assegurar a isenção na correspondência das contribuições vertidas pelo contribuinte no período de vigência da Lei 7713/88.
A questão específica dos autos já foi decidida em sede de recursos repetitivos pelo STJ, confira-se*:*
"DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO EVIDENCIADAS. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. ADIANTAMENTO PARCIAL. RESERVA MATEMÁTICA. SUPORTE FÁTICO DIVERSO DO TRATADO NO RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA DE N. 1.012.903-RJ. MESMO ENTENDIMENTO.
1. Hipótese em que se discute a possibilidade de cobrança de imposto de renda sobre o montante obtido pelos beneficiários de planos de previdência privada, a título de adiantamento parcial da "reserva matemática", por ocasião da migração de um tipo de plano de benefícios para outro.
2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp n. 1.012.903-RJ, consolidou entendimento no sentido de que "por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, com redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995".
3. Em face da especificidade da situação ora tratada, em que é conferida ao beneficiário a antecipação de parte da reserva matemática (saldo destinado ao pagamento dos benefícios de aposentadoria), como incentivo à migração de um plano de previdência complementar para outro, diferenciando-se (ainda que minimamente) do suporte fático em que se fundou o recurso repetitivo acima mencionado (recebimento direto da complementação de aposentadoria), e ainda considerando que demandas com tal objeto são recorrentes nos Tribunais Regionais Federais e nesta Corte, verifica-se ser necessária a apreciação do presente recurso especial pelo regimento do artigo 543-C do CPC, a fim de se estender o entendimento já fixado por esta Seção à situação específica ora tratada.
4. Também com relação ao recebimento antecipado de 10% (dez por cento) da reserva matemática do Fundo de Previdência Privada como incentivo para a migração para novo plano de benefícios, deve-se afastar a incidência do imposto de renda sobre a parcela recebida a partir de janeiro de 1996, na proporção

do que já foi anteriormente recolhido pelo contribuinte, a título de imposto de renda, sobre as contribuições vertidas ao fundo durante o período de vigência da Lei 7.713/88. Precedentes (REsp 835.550/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 28/8/2007, DJe 12/3/2008; REsp 960.029/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/11/2007, DJ 19/11/2007 p. 224; AgRg no REsp 901.904/GO, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 6/11/2008, DJe 4/12/2008).
5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.
6. Recurso especial provido."
(REsp 1111177/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009)
Embora o Juízo *a quo* tenha entendido que inexiste comprovação de contribuição da autora para o FUNCEF no período de 01/89 a 12/95, os documentos às fls. 39/66 comprovam que houve o recolhimento para a entidade no período, sob a rubrica "CONTRIB. AUX. PECÚLIO FUNCEF", afastando-se a premissa que conduziu à improcedência do pedido.
Frise-se que a isenção não equivale ao valor total do imposto pago, devendo-se respeitar a proporção do que já foi anteriormente recolhido pelo contribuinte, a título de imposto de renda, sobre as contribuições vertidas ao fundo durante o período de vigência da Lei 7.713/88, conforme o julgado paradigma acima transcrito, eis porque o provimento deve ser parcial.
Assim, há que se reformar a sentença, vez que divorciada do entendimento do STJ. Com efeito, decidir-se diversamente disso atentaria contra art. 927, III do CPC[1].
Quanto ao objeto do recurso da União (majoração dos honorários), resta comprometido em razão do provimento do apelo autoral.
Posto isso, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de IRACEMA FURTADO FONSECA, nos termos do art. 932, V, *b*, do Código de Processo Civil, para reconhecer que com relação ao recebimento antecipado de 10% (dez por cento) da reserva matemática do Fundo de Previdência Privada como incentivo para a migração para novo plano de benefícios, deve-se afastar a incidência do imposto de renda sobre a parcela recebida a partir de janeiro de 1996, na proporção do que já foi anteriormente recolhido pelo contribuinte, a título de imposto de renda, sobre as contribuições vertidas ao fundo durante o período de vigência da Lei 7.713/88
Nos termos do art. 932, IV, *b*, do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO ao recurso da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL e condeno-a a devolver as custas à autora, devidamente atualizadas, e a pagar R$500,00 a título de honorários advocatícios, que considero razoável diante da baixa complexidade da causa e do trabalho desenvolvido nos autos pelo causídico.
Publique-se. Intime-se. Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.50.01.011023-0

Nº CNJ	:	0011023-31.2010.4.02.5001
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADA	:	NUTRIVALE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS	:	DANIEL LOUREIRO LIMA E OUTROS
REMETENTE	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201050010110230)

D E C I S Ã O
O Eg. Superior Tribunal Federal, ao reconhecer Repercussão Geral nos autos do RE 718.874/RS, determinou a suspensão dos feitos pendentes que versem sobre a presente questão e tramitem no território nacional, por força do que dispõe o § 5º do artigo 1035 do Código de Processo Civil de 2015.
Desta forma, determino a suspensão do processamento deste feito até ulterior posicionamento do STF sobre a matéria.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
THEOPHILO MIGUEL

[1] Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:
(...)
III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

Juiz Federal Convocado

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2013.02.01.010942-2

Nº CNJ	:	0010942-45.2013.4.02.0000
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
AGRAVANTE	:	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITACAO - IBMR
ADVOGADO	:	EDGARD GASTON JACOBS FLORES FILHO E OUTROS
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201351010017190)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO - IBMR contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 30ª Vara do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que indeferiu a antecipação do efeitos da tutela requerida, a suspensão de sua desvinculação do PROUNI, mesmo depois da apresentação do documento faltante, a certidão negativa de débito (fls. 2/13). A inicial veio instruída pelos documentos de fls. 14/233.

Em decisão às fls. 239/242, foi negado seguimento ao agravo de instrumento, nos termos do artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil de 1973, a ensejar a oposição de embargos de declaração (fls. 246/267), com contrarrazões da UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) à fl. 268-verso.

É o relatório. Decido.

Ao compulsar a movimentação processual da ação originária no portal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, autos nº 2013.51.01.001719-0, verifica-se a prolação de sentença, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, quando julgou-se improcedentes os pedidos aviados pelo ora agravante.

Dentro dessa perspectiva, não tem a agravante interesse em assegurar provimento de natureza provisória, tal como perseguido em sede de agravo de instrumento, diante da cognição definitiva, quando resolvido o mérito.

Nestes termos, não conheço dos embargos de declaração, e julgo prejudicado o agravo de instrumento, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

Decorrido o prazo para eventual recurso, dê-se baixa e remetam-se os autos à vara de origem.

Publique-se.

Intime-se.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.51.04.001893-6

Nº CNJ	:	0001893-96.2010.4.02.5104
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
APELANTE	:	ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGROPASTORIL E PRESTADORA DE SERVICOS DE BARRA MANSA
ADVOGADO	:	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA-RJ
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (201051040018936)

D E C I S Ã O

Trata-se de agravo regimental interposto por Associação Comercial, Industrial, Agropastoril e Prestadora de Serviços de Barra Mansa (fls.474/492) pleiteando a reconsideração "*da Decisão proferida pelo MM. Relator*" ou a apresentação do agravo em mesa para apreciação dos demais membros da Terceira Turma Especializada.

É o sucinto relatório.

Neste Tribunal o pleito foi inicialmente apreciado monocraticamente. Desta decisão foram opostos embargos de declaração (fls. 366/373) e agravo interno (fls.375/379), ambos os recursos já julgados pela Terceira Turma Especializada (fls.382/394). O ora Agravante opôs novos embargos de declaração (fls.397/402), também já julgados como se vê às fls.466/471.

A veiculação do recurso em tela é manifestamente incabível nesta fase processual. Trata-se de erro grosseiro sendo inaplicável, na hipótese, o princípio da fungibilidade recursal, motivo pelo qual NÃO CONHEÇO do agravo interposto às fls.474/492.
Tendo em vista a interposição dos Recursos Especial (fls. 405/408) e Extraordinário (fls.409/424), com as respectivas contrarrazões (fls.431/445 e 446/461), encaminhem-se os autos à Eg. Vice-Presidência.
Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - REMESSA EX OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2012.51.01.041665-1

Nº CNJ	:	0041665-07.2012.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
PARTE AUTORA	:	HELIA LUCIA PATRICIA DE AZEVEDO
ADVOGADO	:	ANA CAROLINA FELIPE RODRIGUES E OUTRO
PARTE RÉ	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201251010416651)

R E L A T Ó R I O

Trata-se de remessa necessária em face de sentença por meio da qual julgou-se procedente em parte o pedido para declarar o direito de a autora não sofrer desconto de IRPF sobre o benefício decorrente das contribuições feitas pela parte autora entre 1° de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1995, bem como sobre a antecipação da reserva matemática decorrente da migração para novo plano de benefícios.
Manifestou-se o MPF pela desnecessidade de sua intervenção.
É como voto.
DECIDO
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"

Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
No que diz respeito ao mérito principal, o caso discutido nesta demanda, em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, não envolve hipótese de isenção tributária; a resolução do problema requer a análise da ocorrência, ou não, de *bis in idem* ou de *dupla incidência* do imposto de renda.
O Superior Tribunal de Justiça encara o problema jurídico em foco com o entendimento segundo o qual o fundamento para a *não-incidência* do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria reside no postulado da vedação à dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o princípio do *non bis in idem*. Por esse ponto de vista, a Corte Superior entendeu que não deve haver tributação do imposto de renda em relação aos proventos de aposentadoria complementar decorrentes daqueles valores vertidos ao fundo de previdência no período em que vigorava o regime jurídico da Lei nº 7.713/1988; ou seja, entre 01/1989 a 12/1995 (data em que publicada a Lei nº 9.250/1995, que modificou a sistemática de recolhimento do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria).
Destarte, o instituto a ser aplicado ao presente caso não é o da isenção (espécie de exclusão do crédito tributário), mas, sim, o da vedação à dupla incidência tributária, o princípio do *non bis in idem*.
Assim, merece acolhida o pedido autoral no tocante à exoneração da demandante (sujeito passivo) do dever de recolhimento do imposto de renda, exigido pela UNIÃO FEDERAL, incidente sobre os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem, exclusivamente, nas contribuições pagas

por aquela ao fundo de previdência privada, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original), em razão do entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em regime de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), do REsp nº 1.012.903/RJ, no sentido de que *a não incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento do benefício (complementação de aposentadoria) se restringe ao que, efetivamente, fora recolhido pelo beneficiário, sob a égide da Lei nº 7.713/88, quando do pagamento das contribuições vertidas para fundo de previdência complementar,* em destaque:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).
2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.
(REsp 1012903/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 13/10/2008)
A tese jurídica acima mencionada foi sintetizada no verbete nº 556 da Súmula do STJ, *verbis:*
É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.
(Súmula 556, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)
Pretende o autor ver assegurado o direito a não incidência de IRPF sobre a quantia oriunda da opção pelo Benefício Único Antecipado – incentivo para migração para novo plano de benefícios.
Percebe-se que trata-se de mera antecipação do benefício, devendo gozar do mesmo tratamento tributário devido à complementação de aposentadoria para o fim de se assegurar a isenção na correspondência das contribuições vertidas pelo contribuinte no período de vigência da Lei 7713/88.
A questão específica dos autos já foi decidida em sede de recursos repetitivos pelo STJ, confira-se*:*
"DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO EVIDENCIADAS. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. ADIANTAMENTO PARCIAL. RESERVA MATEMÁTICA. SUPORTE FÁTICO DIVERSO DO TRATADO NO RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA DE N. 1.012.903-RJ. MESMO ENTENDIMENTO.
1. Hipótese em que se discute a possibilidade de cobrança de imposto de renda sobre o montante obtido pelos beneficiários de planos de previdência privada, a título de adiantamento parcial da "reserva matemática", por ocasião da migração de um tipo de plano de benefícios para outro.
2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp n. 1.012.903-RJ, consolidou entendimento no sentido de que "por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, com redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995".
3. Em face da especificidade da situação ora tratada, em que é conferida ao beneficiário a antecipação de parte da reserva matemática (saldo destinado ao pagamento dos benefícios de aposentadoria), como incentivo à migração de um plano de previdência complementar para outro, diferenciando-se (ainda que minimamente) do suporte fático em que se fundou o recurso repetitivo acima mencionado (recebimento direto da complementação de aposentadoria), e ainda considerando que demandas com tal objeto são recorrentes nos Tribunais Regionais Federais e nesta Corte, verifica-se ser necessária a apreciação do presente recurso especial pelo regimento do artigo 543-C do CPC, a fim de se estender o entendimento já fixado por esta Seção à situação específica ora tratada.
4. Também com relação ao recebimento antecipado de 10% (dez por cento) da reserva matemática do Fundo de Previdência Privada como incentivo para a migração para novo plano de benefícios, deve-se afastar a incidência do imposto de renda sobre a parcela recebida a partir de janeiro de 1996, na proporção

do que já foi anteriormente recolhido pelo contribuinte, a título de imposto de renda, sobre as contribuições vertidas ao fundo durante o período de vigência da Lei 7.713/88. Precedentes (REsp 835.550/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 28/8/2007, DJe 12/3/2008; REsp 960.029/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/11/2007, DJ 19/11/2007 p. 224; AgRg no REsp 901.904/GO, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 6/11/2008, DJe 4/12/2008).
5. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.
6. Recurso especial provido."
(REsp 1111177/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009)
Assim, há que se confirmar a sentença, *in totum*, vez que inteiramente conforme ao entendimento do STJ. Com efeito, decidir-se diversamente atentaria contra art. 927, III do CPC[2].
Posto isso, NEGO PROVIMENTO à remessa necessária, nos termos do art. 932, IV, *a*, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se. Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2008.50.01.014361-6

Nº CNJ	:	0014361-81.2008.4.02.5001
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	ISMAIL LOUREIRO
ADVOGADO	:	INGRID SILVA DE MONTEIRO PASCOAL E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200850010143616)

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta pela parte autora em face da sentença por intermédio da qual se julgou improcedente o pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95.
O Juízo *a quo* acolheu a prescrição total do direito.
A parte apelante sustenta, em resumo, que a incidência do tributo sobre a integralidade sua complementação de aposentadoria representa *bis in idem* e deve ser afastada, como já decidiu o STJ.
Contrarrazões às fls. 211/220.
Manifestou-se o Ministério Público Federal pela desnecessidade de sua intervenção.
É o relatório.
DECIDO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos legais.
Inicialmente, cumpre dizer que não se evidencia ausência de pressuposto de validade da relação processual, ante à falta de comprovação pela autora, nesta fase contenciosa, dos recolhimentos de imposto de renda incidente sobre verbas por aquela recebida a título de complementação de aposentadoria, para fins de repetição de indébito, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do agravo de instrumento nº 1.375.831/RJ, entendeu que esta prova se afigura como dispensável, posto que, "*para o reconhecimento do direito de restituição de imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria, basta a demonstração de que o particular efetivamente contribuiu para a entidade de previdência complementar no regime da Lei 7.713/88, não lhe sendo exigível a prova da tributação sobre tais valores, pois esse fato impeditivo cabe à Fazenda Nacional demonstrar.*"(AGA 1.375.831, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJ de 09/06/2011).
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:

[2] Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:
(...)
III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"

Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.

1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.

2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.

3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.

4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.

5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.

6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).

7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.

9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
Por esse motivo, afasta-se a prescrição total do direito.
No que diz respeito ao mérito principal, o caso discutido nesta demanda, em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, não envolve hipótese de isenção tributária; a resolução do problema requer a análise da ocorrência, ou não, de *bis in idem* ou de *dupla incidência* do imposto de renda.
O Superior Tribunal de Justiça encara o problema jurídico em foco com o entendimento segundo o qual o fundamento para a *não-incidência* do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria reside no postulado da vedação à dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o princípio do *non bis in idem*. Por esse ponto de vista, a Corte Superior entendeu que não deve haver tributação do imposto de renda em relação aos proventos de aposentadoria complementar decorrentes daqueles valores vertidos ao fundo de previdência no período em que vigorava o regime jurídico da Lei nº 7.713/1988; ou seja, entre 01/1989 a 12/1995 (data em que publicada a Lei nº 9.250/1995, que modificou a sistemática de recolhimento do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria).
Destarte, o instituto a ser aplicado ao presente caso não é o da isenção (espécie de exclusão do crédito tributário), mas, sim, o da vedação à dupla incidência tributária, o princípio do *non bis in idem*.
Assim, merece acolhida o pedido autoral no tocante à exoneração da demandante (sujeito passivo) do dever de recolhimento do imposto de renda, exigido pela UNIÃO FEDERAL, incidente sobre os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem, exclusivamente, nas contribuições pagas por aquela ao fundo de previdência privada, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original), em razão do entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em regime de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), do REsp nº 1.012.903/RJ, no sentido de que *a não incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento do benefício (complementação de aposentadoria) se restringe ao que, efetivamente, fora recolhido pelo beneficiário, sob a égide da Lei nº 7.713/88, quando do pagamento das contribuições vertidas para fundo de previdência complementar,* em destaque:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).
2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.
(REsp 1012903/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 13/10/2008)
A tese jurídica acima mencionada foi sintetizada no verbete nº 556 da Súmula do STJ, *verbis:*
É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas

entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.
(Súmula 556, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)
Por via de consequência, a União deverá restituir, *in casu,* o imposto de renda recolhido a maior pela autora - a ser atualizado pela Taxa SELIC (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995)-, desde que os correspondentes descontos tenham incidido sobre o resgate ou os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem nas contribuições pagas ao fundo de previdência privada pelo beneficiário, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original).
Destaque-se que a pretensão de repetição do imposto de renda deverá observar, como limite, não os valores depositados pela autora na consecução do Fundo de Previdência, que foram as contribuições vertidas para o plano, mas sim os valores de imposto de renda incidente sobre suas contribuições, sob pena de se caracterizar enriquecimento indevido do contribuinte, caso se considere devida a restituição de imposto de renda limitado ao total de suas contribuições – e não do imposto incidente sobre elas – no período entre janeiro 1989 e dezembro 1995 ou a data da aposentadoria, o que ocorrer primeiro. Ademais, é de ver-se que o Fundo de Previdência privada é formado também por contribuições do empregador (estas corretamente tributadas pelo IR).
Apenas uma parte do resgate destas complementações percebidas é que não deve sofrer a tributação pelo imposto de renda, correspondente ao valor que foi recolhido pelos beneficiários a título de imposto de renda sob a égide do art. 6º, VII, "b", da Lei nº 7.713/88, posteriormente revogado. Caso contrário, sem este parâmetro, seria assegurado aos contribuintes que nada paguem a título de imposto de renda sobre a "reserva de poupança" indefinidamente e *contra legem,* após a edição da Lei nº 9.250/95.
Consigne-se que, relativamente à incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria após o advento da Lei nº 9.250/95, a jurisprudência do STJ considera legítima a sua incidência, tendo em vista que não mais havia o recolhimento do imposto sobre as parcelas de contribuição aos fundos privados de complementação de aposentadoria, sendo também legítima.
Quanto aos critérios para execução do presente julgado, o egrégio Tribunal da Cidadania firmou orientação no sentido de que *"o valor correspondente às contribuições vertidas pela parte autora, no período entre 1989 e 1995 (ou até a data da sua aposentadoria se ocorrida em momento anterior), devidamente atualizado, constitui-se no crédito a ser deduzido exclusivamente do montante correspondente às parcelas de benefício de aposentadoria complementar, apurando-se a base de cálculo do imposto de renda"* e *"o limite a ser respeitado na utilização dos créditos para a dedução deve ser o do valor do benefício recebido da entidade de previdência e não o da faixa de isenção"* (REsp 1221055/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012).
Por fim, quando do *recálculo* do imposto de renda devido pela autora, neste caso, impõe-se abater do montante a ser restituído *in casu* aquele já recebido por esta a título de restituição de IRPF, por ocasião do processamento das correspondentes *declarações anuais de ajuste*.
Outrossim, esclareça-se que, consoante orientação do e. STJ, os juros de mora de 1% ao mês apenas incidem sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior 01/01/1996, o que não é a hipótese dos autos, porque, a partir desta data, tem-se, por força da Lei nº 9.250/95, a aplicação tão-somente da taxa SELIC, que já engloba juros e correção monetária (REsp 808.488/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/04/2008, EREsp nº 463.167/SP, REl. Min. Teori Zavascki, DJU de 02/02/2005 e REsp nº 902.492/RJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ de 13/03/2007).
Posto isso, DOU PROVIMENTO ao recurso para declarar que é indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada relativo às contribuições recolhidas para referida entidade patrocinadora no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995. Condeno a UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL a restituir os valores ao autor, nos termos em que explicitado na fundamentação do voto.
Condeno a Ré a pagar R$1000,00 a título de honorários advocatícios, que considero razoável diante do trabalho desenvolvido nos autos pelo causídico.
Publique-se. Intime-se. Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 175945

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.16.000746-9
Nº CNJ : 0000746-43.2003.4.02.5116

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS E OUTROS
APELADO : C.H.R. MOREIRA VEICULOS
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : 1A. VARA FEDERAL DE MACAE (200351160007469)

DECISÃO
Trata-se de apelação interposta pela FAZENDA NACIONAL-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em face de sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Macaé/RJ, que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973.
Entendeu o magistrado *a quo*, que, não obstante o prazo prescricional trintenário para a cobrança do crédito fundiário, não há, no caso, interesse-utilidade no provimento jurisdicional, sendo descabida a espera de vinte e cinco anos para o reconhecimento da prescrição intercorrente, ante a inexistência de uma das condições da ação.
Em suas razões, alega a Apelante, em síntese, que persiste o interesse na causa, uma vez verificada a utilidade e necessidade do provimento, ressaltando que o princípio da razoável duração do processo deve ser ponderado com o princípio do acesso à justiça e da tutela jurisdicional efetiva. Ressalta que o prazo prescricional para a ação de cobrança das contribuições para o FGTS é de trinta anos, a teor da Súmula 210 do STJ. Requer o provimento do recurso para prosseguimento da execução fiscal.
Sem contrarrazões, porque não aperfeiçoada a relação jurídica processual.

O Ministério Público Federal entendeu ser desnecessária sua intervenção no feito (fl. 49).
É o relatório. Decido.
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
Assiste razão à Apelante.

Cuida-se de execução fiscal para cobrança de contribuição ao FGTS, cuja natureza não tributária faz incidir, para fins de contagem do prazo prescricional, a Lei 6.830/80 e não o CTN.
Tendo, pois, a contribuição ao FGTS natureza não tributária, desnecessária é a efetiva citação do devedor para fins de interrupção da prescrição. O despacho de citação é apto a interromper a prescrição, na forma do art. 8º, § 2º, da LEF, plenamente aplicável ao caso.
A jurisprudência havia fixado o entendimento de que o prazo para cobrança das contribuições ao FGTS era trintenário. Inclusive, foi editada pelo STJ a Súmula 210: *"A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta anos".*
A propósito do tema, prevaleceu a inteligência do acórdão proferido pelo Plenário do STF no julgamento do RE 100249, cuja ementa a seguir transcrevo:
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. SUA NATUREZA JURÍDICA. CONSTITUIÇÃO, ART. 165, XIII. LEI N. 5.107, DE 13.9.1966. AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS NÃO SE CARACTERIZAM COMO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU CONTRIBUIÇÕES A TRIBUTO EQUIPARAVEIS. SUA SEDE ESTA NO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO. ASSEGURA-SE AO TRABALHADOR ESTABILIDADE, OU FUNDO DE GARANTIA EQUIVALENTE. DESSA GARANTIA, DE INDOLE SOCIAL, PROMANA, ASSIM, A EXIGIBILIDADE PELO TRABALHADOR DO PAGAMENTO DO FGTS, QUANDO DESPEDIDO, NA FORMA PREVISTA EM LEI. CUIDA-SE DE UM DIREITO DO TRABALHADOR. DA-LHE O ESTADO GARANTIA DESSE PAGAMENTO. A CONTRIBUIÇÃO PELO EMPREGADOR, NO CASO, DEFLUI DO FATO DE SER ELE O SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO, DE NATUREZA TRABALHISTA E SOCIAL, QUE ENCONTRA, NA REGRA CONSTITUCIONAL ALUDIDA, SUA FONTE. A ATUAÇÃO DO ESTADO, OU DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PROL DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO FGTS, NÃO IMPLICA TORNA-LO TITULAR DO DIREITO A CONTRIBUIÇÃO, MAS, APENAS, DECORRE DO CUMPRIMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE OBRIGAÇÃO DE FISCALIZAR E TUTELAR A GARANTIA ASSEGURADA AO EMPREGADO OPTANTE PELO FGTS. NÃO EXIGE O ESTADO, QUANDO ACIONA O EMPREGADOR, VALORES A SEREM RECOLHIDOS AO ERARIO, COMO RECEITA PÚBLICA. NÃO HÁ, DAI, CONTRIBUIÇÃO DE NATUREZA FISCAL OU PARAFISCAL. OS DEPOSITOS DO FGTS PRESSUPOEM VINCULO JURÍDICO, COM DISCIPLINA NO DIREITO DO TRABALHO. NÃO SE APLICA AS CONTRIBUIÇÕES DO FGTS O DISPOSTO NOS ARTS. 173 E 174, DO CTN. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO, POR OFENSA AO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO, E PROVIDO, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA AÇÃO. (RE 100249, Relator Min. OSCAR CORREA, Relator p/ Acórdão: Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/1987, DJ 01-07-1988 PP-16903 EMENT VOL-01508-09 PP-01903)

Seguindo a linha de entendimento consolidada no STF, nos termos do julgado acima exposto, o STJ também se pronunciou no sentido de que as ações para cobrança de créditos referentes à contribuição ao FGTS, em virtude da sua natureza de contribuição social, sujeitam-se ao prazo prescricional trintenário, ainda que os débitos sejam anteriores à EC 8/77.
Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FGTS. NATUREZA JURÍDICA NÃO-TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PRAZO TRINTENÁRIO. PERÍODO ANTERIOR À EC 8/77.
1. A jurisprudência do STJ, considerando a posição firmada pelo STF, por ocasião do julgamento do RE 100.249/SP, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ de 01/07/1988, entende que a contribuição para o FGTS, mesmo em período anterior à EC 8/77, deve sujeitar-se, quanto à decadência e prescrição, ao prazo trintenário.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 178.398/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 24/09/2012)
No entanto, o STF, por ocasião do julgamento do ARE 709212, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, proferido em 13/11/2014, modificou o referido entendimento, adotando o prazo quinquenal para cobrança das contribuições ao FGTS. Outrossim, declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos legais que fixavam o prazo prescricional em trinta anos (art. 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990), atribuindo efeitos *ex nunc* (prospectivos) à decisão, nos moldes da ementa a seguir transcrita:
Recurso extraordinário. Direito do Trabalho. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da Constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade de modulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento.
(ARE 709212, Relator: Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 13/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-032 DIVULG 18-02-2015 PUBLIC 19-02-2015)
A modulação temporal atribuída à referida decisão foi no sentido de que deve ser aplicado, desde logo, o prazo de cinco anos aos casos cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do aludido julgamento.
Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, como na hipótese dos autos, aplica-se o que ocorrer primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da decisão em comento.
Assim, a data da decisão que determina o arquivamento dos autos, na forma do art. 40, § 4º, da Lei 6.830/80, é o termo inicial da contagem do prazo prescricional de trinta anos.
No presente caso, a ação foi proposta em 24/04/2003 para cobrança de créditos de 1994/1997; o despacho que determinou a citação e interrompeu o prazo prescricional ocorreu em 30/04/2003; a suspensão do processo na forma do art. 40 da LEF ocorreu em 09/06/2003 (fl. 19); o arquivamento do feito teve início um ano após a suspensão do processo; a sentença foi proferida em 18/06/2013, anteriormente ao ARE 709212.
Desse modo, na presente demanda, entre o arquivamento do feito e a prolação da sentença, não houve o transcurso do prazo prescricional trintenário.
Ressalte-se que não é possível pressupor a ausência de interesse processual da Exequente na hipótese dos autos. Com efeito, diante da inocorrência do prazo prescricional, não se pode afirmar que a Exequente não mais dará prosseguimento ao feito, diligenciando no sentido de localizar o devedor e bens penhoráveis. A extinção prematura do feito implica ofensa ao direito de ação.

Em face do exposto, com fulcro no art. 932, V, "b", do atual Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para afastar a prescrição reconhecida na sentença.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e restituam-se os autos à Vara de origem com as devidas cautelas.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.516759-3

Nº CNJ	:	0516759-42.2002.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	TRANSPORTADORA PEROLA LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	DECIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200251015167593)

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pela UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL em face de sentença proferida pelo Juízo da 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, que julgou extinta a execução fiscal, nos termos do art. 794, I, do CPC/1973, reconhecendo o pagamento do débito pela Executada.
Em suas razões, alega a Apelante, em síntese, que não ocorreu o efetivo pagamento, tendo a Exequente apenas informado a opção do devedor pelo pagamento à vista previsto na Lei 11.941/2009. Ressalta que houve erro material na sentença, uma vez que não houve a confirmação do pagamento, encontrando-se ativo o crédito em cobrança, conforme comprova o demonstrativo anexado ao recurso. Requer o prosseguimento da execução.
Sem contrarrazões.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela inexistência de interesse público no feito.

É o relatório. Decido.
Da análise dos autos, verifica-se que a presente execução fiscal foi ajuizada em 03/04/2002 para cobrança de crédito tributário inscrito em dívida ativa em 06/08/1999 no valor de R$ 3.547,30 (três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).
A empresa executada foi citada em 12/11/2002 (fl. 07-v.), porém não foram localizados bens penhoráveis (fl. 40-v.), tendo o Oficial de Justiça informado o parcelamento do débito (fl. 41).
A Fazenda, em 02/12/2003, confirmou a adesão da Executada ao Parcelamento Especial - PAES (fls. 52) e requereu a suspensão do feito pelo prazo de 120 dias.
Em 26/10/2004, a Exequente informou que a devedora estava sendo excluída do PAES, requerendo a suspensão do processo por mais 120 dias, o que foi deferido pelo Juízo *a quo*, a fim de que, findo o prazo, a Exequente esclarecesse sobre o cumprimento do acordo (fl. 69).
Em 07/04/2005, a União requereu o arquivamento do feito, nos moldes do art. 20 da Lei 10.522/2002 (fl. 70).
O Juízo *a quo* suspendeu a execução em razão do parcelamento até manifestação da Exequente para eventual prosseguimento do feito (fl. 71).
Em 13/12/2013, a Fazenda foi instada a se manifestar acerca da situação do parcelamento, a qual informou que houve opção pelo pagamento a vista (fls. 72/74).
Na sequência, foi proferida sentença reconhecendo o pagamento (fl. 77).
Com efeito, a adesão a programas de parcelamento constitui reconhecimento inequívoco da dívida fiscal e causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, estabelecendo novo marco de interrupção da prescrição, consoante o disposto no art. 174, parágrafo único, IV, do CTN.
Ressalte-se que o prazo prescricional recomeça a fluir integralmente a partir da data do descumprimento do acordo de parcelamento pelo devedor.

Nessa linha de raciocínio, a jurisprudência do E. STJ:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. PEDIDO DE PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DO CTN. RECOMEÇO DA CONTAGEM. DATA DO INADIMPLEMENTO DO PARCELAMENTO. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. CRÉDITO PRESCRITO. PARCELAMENTO. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO IMPLICA RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL.
1. É entendimento desta Corte que a confissão espontânea de dívida seguida do pedido de parcelamento representa ato inequívoco de reconhecimento do débito, interrompendo, assim, o curso da prescrição tributária, nos termos do art. 174, parágrafo único, inciso IV, do CTN.
2. A verificação da data exata da exclusão do contribuinte do programa de parcelamento é importante, porque demarca o termo inicial de contagem do prazo prescricional da cobrança judicial do débito pelo fisco.
3. A exclusão do parcelamento dá-se com o simples inadimplemento, não dependendo, para tanto, da prática de qualquer ato administrativo. Logo, uma vez interrompido o prazo prescricional em decorrência da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o termo a quo do recomeço da contagem do prazo se dá a partir da data do inadimplemento do parcelamento.
4. Esta Corte entende que "o parcelamento de crédito tributário após o transcurso do prazo prescricional não implica restabelecimento da exigibilidade. Precedentes" (AgRg no REsp 1.336.187/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2013, DJe 1º/07/2013.).
5. A concessão de liminar em mandado de segurança é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário (art. 151, IV, do CTN) e não de interrupção; assim, revogada a liminar pela Corte de apelação recomeça a contagem do prazo prescricional de onde havia parado, contabilizando-se, portanto, o prazo já decorrido antes do deferimento da liminar.
6. Irrepreensível o entendimento fixado na origem que fixou, "neste contexto, considerando que o prazo prescricional voltou a fluir a partir de 09/2001 ate 04/2004 [2 anos e 7 meses], e que retomou sua

exigibilidade desde 10/2005, data da cassação da liminar, sendo que o ajuizamento da execução ocorreu em 17/04/2009 [3 anos e 5 meses] verifica-se, na soma dos períodos, o transcurso de mais do que os cinco anos necessários à configuração da prescrição" (fl. 480, e-STJ). Inafastável a prescrição.
Agravo regimental improvido."
(AgRg no REsp nº 1.548.096/RS – Segunda Turma - Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS - DJe 26-10-2015) grifou-se

"TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APRECIAÇÃO. SÚMULA 211/STJ. INEXISTÊNCIA.
1. O STJ possui entendimento de que súmula não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza sua discussão na via excepcional.
2. É inviável o conhecimento do Recurso Especial quando artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.
3. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.
4. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do STJ no sentido de que o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário e interrompe o prazo prescricional, que volta a correr no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo.
5. Agravo Regimental não provido."
(AgRg no REsp nº 1.470.204/RS – Segunda Turma - Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN - DJe 28-11-2014) grifou-se

Do exame da planilha de consulta eletrônica de débitos em inscrição, anexada pela Exequente às fls. 75/76, observa-se que o parcelamento foi rescindido em 30/01/2010 e que, de fato, o devedor, fez a opção pelo pagamento a vista em 22/10/2013.

Verifica-se, portanto, que, após a rescisão do parcelamento, a Exequente não permaneceu inerte nos autos, tendo informado a opção do pagamento requerida pelo Executado.
No entanto, a sentença foi prematuramente proferida, uma vez que não restou comprovado o efetivo pagamento.
A Apelante, à fl. 82, comprova que ocorreu o cancelamento do pagamento a vista em 14/01/2014, pouco antes de proferida a sentença, em 06/02/2014.
Desse modo, diante da inocorrência do pagamento, a sentença merece reforma.
Outrossim, considerando a ausência de inércia por parte da União, durante mais de cinco anos após a rescisão do programa de parcelamento, a execução fiscal deve prosseguir para cobrança do crédito remanescente.
Em face do exposto, com fulcro no art. 932, V, "b", do atual Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para determinar o retorno dos autos à Vara de origem para prosseguimento do feito.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e restituam-se os autos à Vara de origem com as devidas cautelas.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1900.51.01.534584-2

Nº CNJ	:	0534584-72.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	EKASA ESCRITORIOS KRUTMAN ADMINIST ASSESSORIAS S/A
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	DECIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL-RJ (0005345847)

DECISÃO
Trata-se de apelação interposta pela FAZENDA NACIONAL-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em face de sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, IV, c/c art. 618, I, do CPC/1973.

Entendeu o magistrado *a quo*, que, não localizado o processo administrativo, conforme informado pela Exequente, não é possível verificar se, ao longo da Execução Fiscal, o Executado parcelou ou pagou o débito, devendo ser anulada a CDA que apurou o débito.
Em suas razões, alega a Apelante, em síntese, que, a despeito do pedido de extinção sem resolução do mérito em razão da não localização do processo administrativo, persiste o interesse na causa, ante o duplo grau de jurisdição obrigatório, nos termos do art. 475 do CPC/1973, por meio do qual deve ser reconhecida a inocorrência da prescrição intercorrente, nos termos da Súmula 210 do STJ, com o necessário prosseguimento do feito.
Sem contrarrazões, porque não aperfeiçoada a relação jurídica processual.

O Ministério Público Federal entendeu ser desnecessária sua intervenção no feito (fls. 65/70).
É o relatório. Decido.
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.
A sentença merece reforma.
Inicialmente, verifica-se que, nos termos do art. 475, § 2º, do CPC/1973, inexiste remessa necessária, tendo em vista que o valor do crédito é inferior a 60 salários-mínimos (R$ 3.505,00 -fl. 29).
Quanto à exigência do processo administrativo nos autos, conforme consignado na sentença, constata-se que em nenhum momento foi requerida a sua juntada aos autos pelo Juízo da Execução. Ademais, a apresentação do processo administrativo não é requisito para a propositura da execução fiscal, nos termos do art. 6º da Lei 6.830/80. Outrossim, a dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez e certeza, somente ilidida por prova em contrário, a cargo do Executado (art. 3º da LEF), de modo que a CDA, na hipótese dos autos, é hígida à cobrança do crédito fundiário.

No tocante ao mérito, cuida-se de execução fiscal para cobrança de contribuição ao FGTS, cuja natureza não tributária faz incidir, para fins de contagem do prazo prescricional, a Lei 6.830/80 e não o CTN.
Tendo, pois, a contribuição ao FGTS natureza não tributária, desnecessária é a efetiva citação do devedor para fins de interrupção da prescrição. O despacho de citação é apto a interromper a prescrição, na forma do art. 8º, § 2º, da LEF, plenamente aplicável ao caso.
A jurisprudência havia fixado o entendimento de que o prazo para cobrança das contribuições ao FGTS era trintenário. Inclusive, foi editada pelo STJ a Súmula 210: *"A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta anos".*
A propósito do tema, prevaleceu a inteligência do acórdão proferido pelo Plenário do STF no julgamento do RE 100249, cuja ementa a seguir transcrevo:
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. SUA NATUREZA JURÍDICA. CONSTITUIÇÃO, ART. 165, XIII. LEI N. 5.107, DE 13.9.1966. AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS NÃO SE CARACTERIZAM COMO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU CONTRIBUIÇÕES A TRIBUTO EQUIPARAVEIS. SUA SEDE ESTA NO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO. ASSEGURA-SE AO TRABALHADOR ESTABILIDADE, OU FUNDO DE GARANTIA EQUIVALENTE. DESSA GARANTIA, DE INDOLE SOCIAL, PROMANA, ASSIM, A EXIGIBILIDADE PELO TRABALHADOR DO PAGAMENTO DO FGTS, QUANDO DESPEDIDO, NA FORMA PREVISTA EM LEI. CUIDA-SE DE UM DIREITO DO TRABALHADOR. DA-LHE O ESTADO GARANTIA DESSE PAGAMENTO. A CONTRIBUIÇÃO PELO EMPREGADOR, NO CASO, DEFLUI DO FATO DE SER ELE O SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO, DE NATUREZA TRABALHISTA E SOCIAL, QUE ENCONTRA, NA REGRA CONSTITUCIONAL ALUDIDA, SUA FONTE. A ATUAÇÃO DO ESTADO, OU DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PROL DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO FGTS, NÃO IMPLICA TORNA-LO TITULAR DO DIREITO A CONTRIBUIÇÃO, MAS, APENAS, DECORRE DO CUMPRIMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE OBRIGAÇÃO DE FISCALIZAR E TUTELAR A GARANTIA ASSEGURADA AO EMPREGADO OPTANTE PELO FGTS. NÃO EXIGE O ESTADO, QUANDO ACIONA O EMPREGADOR, VALORES A SEREM RECOLHIDOS AO ERARIO, COMO RECEITA PÚBLICA. NÃO HÁ, DAI, CONTRIBUIÇÃO DE NATUREZA FISCAL OU PARAFISCAL. OS DEPOSITOS DO FGTS PRESSUPOEM VINCULO JURÍDICO, COM DISCIPLINA NO DIREITO DO TRABALHO. NÃO SE APLICA AS CONTRIBUIÇÕES DO FGTS O DISPOSTO NOS ARTS. 173 E 174, DO CTN. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO, POR OFENSA AO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO, E PROVIDO, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA AÇÃO. (RE 100249, Relator Min. OSCAR CORREA, Relator p/ Acórdão: Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/1987, DJ 01-07-1988 PP-16903 EMENT VOL-01508-09 PP-01903)

Seguindo a linha de entendimento consolidada no STF, nos termos do julgado acima exposto, o STJ também se pronunciou no sentido de que as ações para cobrança de créditos referentes à contribuição ao FGTS, em virtude da sua natureza de contribuição social, sujeitam-se ao prazo prescricional trintenário, ainda que os débitos sejam anteriores à EC 8/77.
Confira-se:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FGTS. NATUREZA JURÍDICA NÃO-TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PRAZO TRINTENÁRIO. PERÍODO ANTERIOR À EC 8/77.

1. A jurisprudência do STJ, considerando a posição firmada pelo STF, por ocasião do julgamento do RE 100.249/SP, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ de 01/07/1988, entende que a contribuição para o FGTS, mesmo em período anterior à EC 8/77, deve sujeitar-se, quanto à decadência e prescrição, ao prazo trintenário.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 178.398/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 24/09/2012)
No entanto, o STF, por ocasião do julgamento do ARE 709212, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, proferido em 13/11/2014, modificou o referido entendimento, adotando o prazo quinquenal para cobrança das contribuições ao FGTS. Outrossim, declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos legais que fixavam o prazo prescricional em trinta anos (art. 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990), atribuindo efeitos *ex nunc* (prospectivos) à decisão, nos moldes da ementa a seguir transcrita:
Recurso extraordinário. Direito do Trabalho. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da Constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade de modulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento.
(ARE 709212, Relator: Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 13/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-032 DIVULG 18-02-2015 PUBLIC 19-02-2015)
A modulação temporal atribuída à referida decisão foi no sentido de que deve ser aplicado, desde logo, o prazo de cinco anos aos casos cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do aludido julgamento.
Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, como na hipótese dos autos, aplica-se o que ocorrer primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir da decisão em comento.
Assim, a data da decisão que determina o arquivamento dos autos, na forma do art. 40, § 4º, da Lei 6.830/80, é o termo inicial da contagem do prazo prescricional de trinta anos.
No presente caso, a ação foi proposta em 18/05/1983 para cobrança de créditos de 1980/1981; o despacho que determinou a citação e interrompeu o prazo prescricional ocorreu em 19/05/1983; a suspensão do processo na forma do art. 40 da LEF ocorreu em 11/07/2005 (fl. 46); o arquivamento do feito teve início um ano após a suspensão do processo; a sentença foi proferida em 18/11/2013, anteriormente ao ARE 709212.
Desse modo, na presente demanda, entre o arquivamento do feito e a prolação da sentença, não houve o transcurso do prazo prescricional trintenário.
Com efeito, diante da inocorrência do prazo prescricional, a extinção do processo sem resolução do mérito, por ausência do processo administrativo nos autos, revela-se equivocada. Frise-se que houve pedido de reserva de crédito junto ao Juízo falimentar, inclusive com intimação do Síndico da Massa falida (fls. 32 e 43/44).

Em face do exposto, com fulcro no art. 932, V, "b", do atual Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso para determinar o prosseguimento do feito.
Decorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e restituam-se os autos à Vara de origem com as devidas cautelas.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2011.51.01.014305-8

Nº CNJ	:	0014305-34.2011.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	NALY DUARTE DILLON
ADVOGADO	:	MICHELE MONDAINI DA COSTA MAIA E OUTRO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 6A VARA-RJ
ORIGEM	:	SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201151010143058)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e apelação em face da sentença por intermédio da qual se julgou procedente em parte o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a parte

autora ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95, condenando a ré a restituir os valores pagos a este título.
Requer a União que se reconheça que a liquidação deve ser feita por cálculos aritméticos, não por arbitramento.
Insurge-se, ainda, contra a sua condenação a pagar honorários, requerendo a aplicação do art. 21 do CPC/73.
Contrarrazões às fls. 211/221.
Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso.
É o relatório.
DECIDO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos legais.
Inicialmente, cumpre asseverar que a pretensão de exclusão da condenação de honorários sucumbenciais é descabida.
É patente a acolhimento de parte substancial do pedido autoral, o que por si só já demonstra que houve necessidade do manejo da ação por parte do contribuinte para o reconhecimento de seu direito, não sendo a mera alegação de resistência por parte da União quanto ao pedido principal, fato suficiente a infirmar o fundamento elementar da obrigação de arcar com as verbas de sucumbência, qual seja, o princípio da causalidade.

A tese autoral acolhida pelo Juízo *a quo,* é matéria já sedimentada na jurisprudência, e o ajuste no dispositivo da sentença obtido pela União quanto à limitação da isenção, é dado que representa decaimento mínimo do pedido, que não justifica, à luz do art. 21, parágrafo único do CPC/73, a compensação dos honorários.
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"
Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE

PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
No que diz respeito ao mérito principal, o caso discutido nesta demanda, em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, não envolve hipótese de isenção tributária; a resolução do problema requer a análise da ocorrência, ou não, de *bis in idem* ou de *dupla incidência* do imposto de renda.
O Superior Tribunal de Justiça encara o problema jurídico em foco com o entendimento segundo o qual o fundamento para a *não-incidência* do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria reside no postulado da vedação à dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o princípio do *non bis in idem*. Por esse ponto de vista, a Corte Superior entendeu que não deve haver tributação do imposto de renda em relação aos proventos de aposentadoria complementar decorrentes daqueles valores vertidos ao fundo de previdência no período em que vigorava o regime jurídico da Lei nº 7.713/1988; ou seja, entre 01/1989 a 12/1995 (data em que publicada a Lei nº 9.250/1995, que modificou a sistemática de recolhimento do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria).
Destarte, o instituto a ser aplicado ao presente caso não é o da isenção (espécie de exclusão do crédito tributário), mas, sim, o da vedação à dupla incidência tributária, o princípio do *non bis in idem*.
Assim, merece acolhida o pedido autoral no tocante à exoneração da demandante (sujeito passivo) do dever de recolhimento do imposto de renda, exigido pela UNIÃO FEDERAL, incidente sobre os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem, exclusivamente, nas contribuições pagas por aquela ao fundo de previdência privada, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original), em razão do entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em regime de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), do REsp nº 1.012.903/RJ, no sentido de que *a não incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento do benefício (complementação de aposentadoria) se restringe ao que, efetivamente, fora*

recolhido pelo beneficiário, sob a égide da Lei nº 7.713/88, quando do pagamento das contribuições vertidas para fundo de previdência complementar, em destaque:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).
2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.
(REsp 1012903/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 13/10/2008)
A tese jurídica acima mencionada foi sintetizada no verbete nº 556 da Súmula do STJ, *verbis:*
É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.
(Súmula 556, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)
Por via de consequência, a União deverá restituir, *in casu,* o imposto de renda recolhido a maior pela autora - a ser atualizado pela Taxa SELIC (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995)-, desde que os correspondentes descontos tenham incidido sobre o resgate ou os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem nas contribuições pagas ao fundo de previdência privada pelo beneficiário, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original).
Destaque-se que a pretensão de repetição do imposto de renda deverá observar, como limite, não os valores depositados pela autora na consecução do Fundo de Previdência, que foram as contribuições vertidas para o plano, mas sim os valores de imposto de renda incidente sobre suas contribuições, sob pena de se caracterizar enriquecimento indevido do contribuinte, caso se considere devida a restituição de imposto de renda limitado ao total de suas contribuições – e não do imposto incidente sobre elas – no período entre janeiro 1989 e dezembro 1995 ou a data da aposentadoria, o que ocorrer primeiro. Ademais, é de ver-se que o Fundo de Previdência privada é formado também por contribuições do empregador (estas corretamente tributadas pelo IR).
Apenas uma parte do resgate destas complementações percebidas é que não deve sofrer a tributação pelo imposto de renda, correspondente ao valor que foi recolhido pelos beneficiários a título de imposto de renda sob a égide do art. 6º, VII, "b", da Lei nº 7.713/88, posteriormente revogado. Caso contrário, sem este parâmetro, seria assegurado aos contribuintes que nada paguem a título de imposto de renda sobre a "reserva de poupança" indefinidamente e *contra legem,* após a edição da Lei nº 9.250/95.
Consigne-se que, relativamente à incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria após o advento da Lei nº 9.250/95, a jurisprudência do STJ considera legítima a sua incidência, tendo em vista que não mais havia o recolhimento do imposto sobre as parcelas de contribuição aos fundos privados de complementação de aposentadoria, sendo também legítima.
Quanto aos critérios para execução do presente julgado, o egrégio Tribunal da Cidadania firmou orientação no sentido de que *"o valor correspondente às contribuições vertidas pela parte autora, no período entre 1989 e 1995 (ou até a data da sua aposentadoria se ocorrida em momento anterior), devidamente atualizado, constitui-se no crédito a ser deduzido exclusivamente do montante correspondente às parcelas de benefício de aposentadoria complementar, apurando-se a base de cálculo do imposto de renda"* e *"o limite a ser respeitado na utilização dos créditos para a dedução deve ser o do valor do benefício recebido da entidade de previdência e não o da faixa de isenção"* (REsp 1221055/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012).
Por fim, quando do *recálculo* do imposto de renda devido pela autora, neste caso, impõe-se abater do montante a ser restituído *in casu* aquele já recebido por esta a título de restituição de IRPF, por ocasião do processamento das correspondentes *declarações anuais de ajuste*.

Outrossim, esclareça-se que, consoante orientação do e. STJ, os juros de mora de 1% ao mês apenas incidem sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior 01/01/1996, o que não é a hipótese dos autos, porque, a partir desta data, tem-se, por força da Lei nº 9.250/95, a aplicação tão-somente da taxa SELIC, que já engloba juros e correção monetária (REsp 808.488/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/04/2008, EREsp nº 463.167/SP, REl. Min. Teori Zavascki, DJU de 02/02/2005 e REsp nº 902.492/RJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ de 13/03/2007).
Sendo a referida sistemática de apuração possível via cálculos aritméticos, com razão a União quando pugna pela utilização desse modo de liquidação.
Posto isso, nos termos do art. 932, V, *b*, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa necessária e ao recurso tão-somente para reconhecer a prescrição quinquenal e determinar a liquidação via cálculos aritméticos, observada a sistemática consignada nesta decisão. Mantida, no mais, a sentença.
Publique-se. Intime-se.
Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2009.51.51.012442-3

Nº CNJ	:	0012442-58.2009.4.02.5151
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	IVES DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO	:	GARY DE OLIVEIRA BON ALI E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951510124423)

DECISÃO
Trata-se de apelação interposta por IVES DOS SANTOS SILVA contra sentença que declarou a incompetência absoluta da Justiça Federal e remeteu os autos à Justiça Estadual, em ação em que se pugna por repetição de indébito tributário relativo a complementação de aposentadoria pela RIOPREVIDÊNCIA.
Sustenta a parte apelante a competência e a capacidade tributária exclusiva da União no que se refere ao imposto de renda, pugnando pela manutenção da ação na Justiça Federal.
Contrarrazões às fls. 193/198.
O Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento do recurso.
É o relatório.
DECIDO
A questão da ilegitimidade passiva da União Federal na hipótese como a dos presentes autos, é matéria que não carece de maiores digressões já que a jurisprudência do STJ encontra-se pacificada em reconhecer a ilegitimidade passiva da União e, consequentemente, a legitimidade do Ente Federativo em ação proposta por servidor público estadual, visando à restituição de Imposto de Renda retido na fonte, bem como à competência da Justiça Estadual para o julgamento do feito.
Frise-se que a questão já foi objeto de decisão sob a sistemática dos recursos repetitivos e originou a edição do verbete nº 447 da Súmula do STJ, como abaixo se verifica*:*
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. RESTITUIÇÃO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DA FEDERAÇÃO.REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA.
1. Os Estados da Federação são partes legítimas para figurar no pólo passivo das ações propostas por servidores públicos estaduais, que visam o reconhecimento do direito à isenção ou à repetição do indébito relativo ao imposto de renda retido na fonte. Precedentes: AgRg no REsp 1045709/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009; REsp 818709/RO, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 11/03/2009; AgRg no Ag 430959/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 15/05/2008; REsp 694087/RJ, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, DJ 21/08/2007; REsp 874759/SE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/11/2006, DJ 23/11/2006; REsp n. 477.520/MG, rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 21.03.2005; REsp n. 594.689/MG, rel. Min. Castro Meira, DJ de 5.9.2005.
2. "O imposto de renda devido pelos servidores públicos da Administração direta e indireta, bem como de todos os pagamentos feitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, retidos na fonte, irão para os cofres da unidade arrecadadora, e não para os cofres da União, já que, por determinação constitucional "pertencem aos Estados e ao Distrito Federal." (José Cretella Júnior, in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Forense Universitária, 2a edição, vol. VII, arts. 145 a 169, p. 3714).

3. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.
(REsp 989419/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009)
Verbete nº 447 da Súmula do STJ
"Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores."
Com essas considerações, forçoso é reconhecer a ilegitimidade passiva da União Federal, com a consequente incompetência da Justiça Federal para apreciar o feito.
Posto isso, NEGO PROVIMENTO ao recurso, nos termos do art. 932, IV, b, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se. Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.01.015666-6

Nº CNJ	:	0015666-57.2009.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	LUIZ ANTONIO DA COSTA RODRIGUES
ADVOGADO	:	ANDREA DA SILVA MACHADO GAMA E OUTRO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010156666)

D E C I S Ã O
Trata-se de agravo interno da União Federal / Fazenda Nacional, com pedido reconsideração, formulado nos termos do artigo 557, §1º, do Código de Processo Civil/73, em face de decisão monocrática proferida em ação em que se pleiteia o reconhecimento da isenção do IR sobre as complementações pagas para o fundo de previdência privada, sob a égide da Lei nº 7.713/88.
A União sustenta, em resumo, que deve ser reconhecida a prescrição quinquenal, uma vez que o art. 3º da LC 118/05 aplica-se às ações ajuizadas a partir de 09/06/2005, não importando que os fatos geradores tenham ocorrido anteriormente a essa data, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, proferido em sede de repercussão geral.
É o relatório.
DECIDO
Prosperam as razões da agravante, na medida em que a decisão monocrática recorrida, no que tange à questão da prescrição, não observou o fato de que a demanda foi ajuizada já durante a vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, consignando entendimento contrário à orientação do STF sobre a questão.
Nesse contexto, cumpre expor que a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento

consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"

Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição quinquenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal, de que trata a referida Lei Complementar n.º 118/2005, deve ser aplicado ao caso concreto.
Posto isso, nos termos do art. 1021, §2º, do CPC, em juízo de retratação, DOU PROVIMENTO ao recurso para adequar a decisão recorrida ao entendimento sufragado em sede de Repercussão Geral e Recurso Repetitivo, reconhecendo a prescrição quinquenal nos termos do voto acima, mantendo, no mais, a decisão hígida por seus próprios fundamentos.
Publique-se. Intime-se
Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.01.018280-0
Nº CNJ : 0018280-35.2009.4.02.5101

RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
APELADO	:	VICENTE DA SILVA GRAZEFI
ADVOGADO	:	VANIA DE ALENCAR BARRETO E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ
ORIGEM	:	VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010182800)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e apelação da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL em face da sentença por intermédio da qual se julgou procedente em parte o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a parte autora ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95.
A União sustenta que deve ser reconhecida a prescrição quinquenal, uma vez que o art. 3º da LC 118/05 aplica-se às ações ajuizadas a partir de 09/06/2005, não importando que os fatos geradores tenham ocorrido anteriormente a essa data, à luz do entendimento do STF.
Insurge-se, ainda, contra a sua condenação a pagar honorários, invocando o art. 21 do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 123/132.
Manifestou-se o MPF, às fls. 136/137 pela desnecessidade de sua intervenção.
É o relatório.
DECIDO
A pretensão de exclusão da condenação de honorários sucumbenciais é descabida.

É patente a acolhimento de parte substancial do pedido autoral, o que por si só já demonstra que houve necessidade do manejo da ação por parte do contribuinte para o reconhecimento de seu direito, não sendo a mera alegação de resistência por parte da União quanto ao pedido principal, fato suficiente a infirmar o fundamento elementar da obrigação de arcar com as verbas de sucumbência, qual seja, o princípio da causalidade.

A tese autoral acolhida pelo Juízo *a quo,* é matéria já sedimentada na jurisprudência, e o ajuste no dispositivo da sentença obtido pela União quanto à limitação da isenção, é dado que representa decaimento mínimo do pedido, que não justifica, à luz do art. 21, parágrafo único do CPC/73, a compensação dos honorários.
Quanto à prescrição, a sentença recorrida não observou o fato de que a demanda foi ajuizada já durante a vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, consignando entendimento contrário à orientação do STF sobre a questão.
Nesse contexto, cumpre expor que a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem

as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"

Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição quinquenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal, de que trata a referida Lei Complementar n.º 118/2005, deve ser aplicado ao caso concreto.
Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
Posto isso, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa necessária e ao recurso tão-somente para adequar a decisão recorrida ao entendimento sufragado em sede de Repercussão Geral e Recurso Repetitivo, reconhecendo a prescrição quinquenal nos termos do voto acima, mantendo, no mais, a decisão hígida por seus próprios fundamentos.
Publique-se. Intime-se
Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELACAO CIVEL 2010.51.01.010654-9

Nº CNJ	:	0010654-28.2010.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	WALDEMIR DONATO DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO	:	LUIZ FERNANDO RODRIGUES CORDEIRO E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051010106549)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e apelação da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL em face da sentença por intermédio da qual se julgou procedente em parte o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a parte autora ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95.
A União sustenta, em resumo, que deve ser reconhecida a prescrição total do direito autoral; que resta ausente a prova de recolhimento dos valores aos cofres públicos e que a alegada isenção nunca existiu em nosso ordenamento jurídico.
Insurge-se, ainda, contra a sua condenação a pagar honorários, invocando o art. 21 do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 190/204.
Manifestou-se o MPF, às fls. 06/07, pelo provimento do recurso
É o relatório.
DECIDO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos legais.
Inicialmente, cumpre asseverar que a pretensão de exclusão da condenação de honorários sucumbenciais é descabida.
É patente a acolhimento de parte substancial do pedido autoral, o que por si só já demonstra que houve necessidade do manejo da ação por parte do contribuinte para o reconhecimento de seu direito, não sendo a mera alegação de resistência por parte da União quanto ao pedido principal, fato suficiente a infirmar o fundamento elementar da obrigação de arcar com as verbas de sucumbência, qual seja, o princípio da causalidade.

A tese autoral acolhida pelo Juízo *a quo,* é matéria já sedimentada na jurisprudência, e o ajuste no dispositivo da sentença obtido pela União quanto à limitação da isenção, é dado que representa decaimento mínimo do pedido, que não justifica, à luz do art. 21, parágrafo único do CPC/73, a compensação dos honorários.
Em relação à deficiência probatória, cumpre dizer que não se evidencia ausência de pressuposto de validade da relação processual, ante à falta de comprovação pela autora, nesta fase contenciosa, dos recolhimentos de imposto de renda incidente sobre verbas por aquela recebida a título de complementação de aposentadoria, para fins de repetição de indébito, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do agravo de instrumento nº 1.375.831/RJ, entendeu que esta prova se afigura como dispensável, posto que, *"para o reconhecimento do direito de restituição de imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria, basta a demonstração de que o particular efetivamente contribuiu para a entidade de previdência complementar no regime da Lei 7.713/88, não lhe sendo exigível a prova da tributação sobre tais valores, pois esse fato impeditivo cabe à Fazenda Nacional demonstrar."*(AGA 1.375.831, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJ de 09/06/2011).
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido

o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"

Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.

Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
Por esse motivo, afasta-se a alegação de prescrição total do direito.
No que diz respeito ao mérito principal, o caso discutido nesta demanda, em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, não envolve hipótese de isenção tributária; a resolução do problema requer a análise da ocorrência, ou não, de *bis in idem* ou de *dupla incidência* do imposto de renda.
O Superior Tribunal de Justiça encara o problema jurídico em foco com o entendimento segundo o qual o fundamento para a *não-incidência* do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria reside no postulado da vedação à dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o princípio do *non bis in idem*. Por esse ponto de vista, a Corte Superior entendeu que não deve haver tributação do imposto de renda em relação aos proventos de aposentadoria complementar decorrentes daqueles valores vertidos ao fundo de previdência no período em que vigorava o regime jurídico da Lei nº 7.713/1988; ou seja, entre 01/1989 a 12/1995 (data em que publicada a Lei nº 9.250/1995, que modificou a sistemática de recolhimento do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria).
Destarte, o instituto a ser aplicado ao presente caso não é o da isenção (espécie de exclusão do crédito tributário), mas, sim, o da vedação à dupla incidência tributária, o princípio do *non bis in idem*.
Assim, merece acolhida o pedido autoral no tocante à exoneração da demandante (sujeito passivo) do dever de recolhimento do imposto de renda, exigido pela UNIÃO FEDERAL, incidente sobre os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem, exclusivamente, nas contribuições pagas por aquela ao fundo de previdência privada, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original), em razão do entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em regime de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), do REsp nº 1.012.903/RJ, no sentido de que *a não incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento do benefício (complementação de aposentadoria) se restringe ao que, efetivamente, fora recolhido pelo beneficiário, sob a égide da Lei nº 7.713/88, quando do pagamento das contribuições vertidas para fundo de previdência complementar,* em destaque:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).
2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.
(REsp 1012903/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 13/10/2008)
A tese jurídica acima mencionada foi sintetizada no verbete nº 556 da Súmula do STJ, *verbis:*
É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.
(Súmula 556, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)
Por via de consequência, a União deverá restituir, *in casu,* o imposto de renda recolhido a maior pela autora - a ser atualizado pela Taxa SELIC (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995)-, desde que os correspondentes descontos tenham incidido sobre o resgate ou os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem nas contribuições pagas ao fundo de previdência privada pelo beneficiário, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original).

Destaque-se que a pretensão de repetição do imposto de renda deverá observar, como limite, não os valores depositados pela autora na consecução do Fundo de Previdência, que foram as contribuições vertidas para o plano, mas sim os valores de imposto de renda incidente sobre suas contribuições, sob pena de se caracterizar enriquecimento indevido do contribuinte, caso se considere devida a restituição de imposto de renda limitado ao total de suas contribuições – e não do imposto incidente sobre elas – no período entre janeiro 1989 e dezembro 1995 ou a data da aposentadoria, o que ocorrer primeiro. Ademais, é de ver-se que o Fundo de Previdência privada é formado também por contribuições do empregador (estas corretamente tributadas pelo IR).
Apenas uma parte do resgate destas complementações percebidas é que não deve sofrer a tributação pelo imposto de renda, correspondente ao valor que foi recolhido pelos beneficiários a título de imposto de renda sob a égide do art. 6º, VII, "b", da Lei nº 7.713/88, posteriormente revogado. Caso contrário, sem este parâmetro, seria assegurado aos contribuintes que nada paguem a título de imposto de renda sobre a "reserva de poupança" indefinidamente e *contra legem,* após a edição da Lei nº 9.250/95.
Consigne-se que, relativamente à incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria após o advento da Lei nº 9.250/95, a jurisprudência do STJ considera legítima a sua incidência, tendo em vista que não mais havia o recolhimento do imposto sobre as parcelas de contribuição aos fundos privados de complementação de aposentadoria, sendo também legítima.
Quanto aos critérios para execução do presente julgado, o egrégio Tribunal da Cidadania firmou orientação no sentido de que *"o valor correspondente às contribuições vertidas pela parte autora, no período entre 1989 e 1995 (ou até a data da sua aposentadoria se ocorrida em momento anterior), devidamente atualizado, constitui-se no crédito a ser deduzido exclusivamente do montante correspondente às parcelas de benefício de aposentadoria complementar, apurando-se a base de cálculo do imposto de renda"* e *"o limite a ser respeitado na utilização dos créditos para a dedução deve ser o do valor do benefício recebido da entidade de previdência e não o da faixa de isenção"* (REsp 1221055/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012).
Por fim, quando do *recálculo* do imposto de renda devido pela autora, neste caso, impõe-se abater do montante a ser restituído *in casu* aquele já recebido por esta a título de restituição de IRPF, por ocasião do processamento das correspondentes *declarações anuais de ajuste*.
Outrossim, esclareça-se que, consoante orientação do e. STJ, os juros de mora de 1% ao mês apenas incidem sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior 01/01/1996, o que não é a hipótese dos autos, porque, a partir desta data, tem-se, por força da Lei nº 9.250/95, a aplicação tão-somente da taxa SELIC, que já engloba juros e correção monetária (REsp 808.488/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/04/2008, EREsp nº 463.167/SP, REl. Min. Teori Zavascki, DJU de 02/02/2005 e REsp nº 902.492/RJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ de 13/03/2007).
Posto isso, NEGO PROVIMENTO à remessa necessária e ao recurso, nos termos do art. 932, IV, *a*, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Intime-se. Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.51.01.011768-7

Nº CNJ	:	0011768-02.2010.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	ITALO FRANCISCO DE ARRUDA PIMENTEL
ADVOGADO	:	LEANDRO BASTOS PIMENTEL
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
ORIGEM	:	VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051010117687)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária e apelação da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL em face da sentença por intermédio da qual se julgou procedente em parte o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a parte autora ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95.
A União insurge-se contra a sua condenação a pagar honorários pugnando pelo reconhecimento da sucumbência recíproca, invocando o art. 21 do CPC/73.

Sem contrarrazões.
Manifestou-se o Ministério Público Federal pela desnecessidade de sua intervenção.
É o relatório.
DECIDO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos legais.
Inicialmente, cumpre asseverar que a pretensão de exclusão da condenação de honorários sucumbenciais é descabida.
É patente a acolhimento de parte substancial do pedido autoral, o que por si só já demonstra que houve necessidade do manejo da ação por parte do contribuinte para o reconhecimento de seu direito, não sendo a mera alegação de resistência por parte da União quanto ao pedido principal, fato suficiente a infirmar o fundamento elementar da obrigação de arcar com as verbas de sucumbência, qual seja, o princípio da causalidade.

A tese autoral acolhida pelo Juízo *a quo,* é matéria já sedimentada na jurisprudência, e o ajuste no dispositivo da sentença obtido pela União quanto à limitação da isenção, é dado que representa decaimento mínimo do pedido, que não justifica, à luz do art. 21, parágrafo único do CPC/73, a compensação dos honorários.
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"
Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo

585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
Posto isso, nos termos do art. 932, V, b, do Código de Processo Civil, DOU PARCIAL PROVIMENTO à remessa e ao recurso tão-somente para adequar a decisão recorrida ao entendimento sufragado em sede de Repercussão Geral e Recurso Repetitivo, reconhecendo a prescrição quinquenal nos termos do voto acima, mantendo, no mais, a decisão hígida por seus próprios fundamentos.

Publique-se. Intime-se
Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2011.51.01.009227-0

Nº CNJ	:	0009227-59.2011.4.02.5101
RELATOR	:	JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	WOLNIR LUIZ CASTRO E OUTRO
ADVOGADO	:	VANIA DE ALENCAR BARRETO E OUTRO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201151010092270)

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária em face da sentença por intermédio da qual se julgou procedente em parte o pedido para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a parte autora ao pagamento de imposto sobre a renda incidente sobre a parcela de seu benefício de previdência complementar, formada pelas contribuições anteriores à Lei 9250/95, condenando a ré a restituir os valores pagos a este título.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento parcial da remessa.
É o relatório.
DECIDO
Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos legais.
Inicialmente, cumpre dizer que não se evidencia ausência de pressuposto de validade da relação processual, ante à falta de comprovação pela autora, nesta fase contenciosa, dos recolhimentos de imposto de renda incidente sobre verbas por aquela recebida a título de complementação de aposentadoria, para fins de repetição de indébito, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do agravo de instrumento nº 1.375.831/RJ, entendeu que esta prova se afigura como dispensável, posto que, "*para o reconhecimento do direito de restituição de imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria, basta a demonstração de que o particular efetivamente contribuiu para a entidade de previdência complementar no regime da Lei 7.713/88, não lhe sendo exigível a prova da tributação sobre tais valores, pois esse fato impeditivo cabe à Fazenda Nacional demonstrar.*"(AGA 1.375.831, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJ de 09/06/2011).
Quanto à prescrição, a matéria já restou pacificada e superada em razão do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 566.621, cujo aresto colaciona-se abaixo, pelo que o tema não mais comporta maiores controvérsias. Veja-se:
"DIREITO TRIBUTÁRIO – LEI INTERPRETATIVA – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – DESCABIMENTO – VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS – APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)"
Por sua feita, o Superior Tribunal de Justiça reviu, em sede de Recurso Repetitivo, o seu entendimento acerca da matéria de modo a harmonizar-se com a orientação do Pretório Excelso. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PIS E COFINS. INCLUSÃO DO ICMS. SÚMULAS 68 E 94/STJ. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO RETROATIVA INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICAÇÃO DO NOVO PRAZO ÀS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 9.6.2005.
1. O STJ admite Embargos de Declaração opostos com a finalidade de adaptar o julgamento à orientação adotada em recurso processado na forma dos arts. 543-B e 543-C do CPC.
2. O egrégio STF concluiu o julgamento de mérito do RE 566.621/RS em repercussão geral, em 4.8.2011, afastando parcialmente a jurisprudência do STJ fixada no REsp 1.002.932/SP (repetitivo). O Informativo 585/STF, de 3 a 7 de maio de 2010, noticiou o voto proferido pela relatora, eminente Ministra Ellen Gracie, que orientou o acórdão.
3. O STF ratificou o entendimento do STJ, no sentido de ser indevida a retroatividade do prazo de prescrição qüinqüenal para o pedido de repetição do indébito relativo a tributo lançado por homologação. Entretanto, em relação ao termo e ao critério para incidência da novel legislação, julgou "válida a aplicação do novo

prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9.6.2005", e não aos pagamentos realizados antes do início de vigência da LC 118/2005, como o STJ vinha decidindo.
4. A Primeira Seção deliberou, no dia 24.8.2011, pela imediata adoção da jurisprudência do STF.
5. No presente caso, é incontroverso que a demanda foi ajuizada em outubro de 2009, devendo, portanto, ser contado o prazo prescricional de cinco anos, a partir do pagamento indevido, na forma do art. 3º da LC 118/2005.
6. Os embargos da empresa não merecem acolhimento, porquanto o STJ tem julgado a demanda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins -, sob a ótica infraconstitucional, aplicando a jurisprudência sumulada do STJ (Súmulas 68 e 94/STJ).
7. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
8. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional em Recurso Especial, ainda que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário.
9. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional acolhidos com efeito modificativo para dar provimento ao Recurso Especial. Embargos de Declaração da empresa rejeitados.
(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1402871/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 24/10/2011)

No que tange ao recurso em tela, observo que a demanda originária foi ajuizada após 9 de junho de 2005, razão pela qual o prazo quinquenal deve ser aplicado ao caso concreto, conforme decisões acima transcritas. Vale ressaltar que, versando a discussão sobre obrigação de trato sucessivo, representada pelo pagamento de suplementação de aposentadoria, a prescrição alcança tão-somente as parcelas vencidas anteriormente aos cinco anos que precedem o ajuizamento da ação, e não o próprio fundo de direito, repita-se, por ser renovada a violação todo mês com a incidência do tributo.
Assim, indevida é a nova incidência do tributo, no momento em que essas contribuições retornam ao contribuinte em forma de complementação de aposentadoria. Isso significa que a parte autora faz jus à restituição do imposto de renda pago em duplicidade sobre o valor efetivamente recolhido ao fisco a partir de sua aposentadoria, e assim, sucessivamente, nos exercícios subsequentes, até zerar o montante relativo ao *bis in idem* tributário.
No que diz respeito ao mérito principal, o caso discutido nesta demanda, em que se questiona a incidência do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, não envolve hipótese de isenção tributária; a resolução do problema requer a análise da ocorrência, ou não, de *bis in idem* ou de *dupla incidência* do imposto de renda.
O Superior Tribunal de Justiça encara o problema jurídico em foco com o entendimento segundo o qual o fundamento para a *não-incidência* do imposto de renda sobre complementação de aposentadoria reside no postulado da vedação à dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o princípio do *non bis in idem*. Por esse ponto de vista, a Corte Superior entendeu que não deve haver tributação do imposto de renda em relação aos proventos de aposentadoria complementar decorrentes daqueles valores vertidos ao fundo de previdência no período em que vigorava o regime jurídico da Lei nº 7.713/1988; ou seja, entre 01/1989 a 12/1995 (data em que publicada a Lei nº 9.250/1995, que modificou a sistemática de recolhimento do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria).
Destarte, o instituto a ser aplicado ao presente caso não é o da isenção (espécie de exclusão do crédito tributário), mas, sim, o da vedação à dupla incidência tributária, o princípio do *non bis in idem*.
Assim, merece acolhida o pedido autoral no tocante à exoneração da demandante (sujeito passivo) do dever de recolhimento do imposto de renda, exigido pela UNIÃO FEDERAL, incidente sobre os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem, exclusivamente, nas contribuições pagas por aquela ao fundo de previdência privada, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original), em razão do entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, em regime de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), do REsp nº 1.012.903/RJ, no sentido de que *a não incidência do imposto de renda sobre ulterior resgate ou recebimento do benefício (complementação de aposentadoria) se restringe ao que, efetivamente, fora recolhido pelo beneficiário, sob a égide da Lei nº 7.713/88, quando do pagamento das contribuições vertidas para fundo de previdência complementar,* em destaque:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).
1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.
(REsp 1012903/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 13/10/2008)
A tese jurídica acima mencionada foi sintetizada no verbete nº 556 da Súmula do STJ, *verbis:*
É indevida a incidência de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria pago por entidade de previdência privada e em relação ao resgate de contribuições recolhidas para referidas entidades patrocinadoras no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei n. 7.713/1988, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei n. 9.250/1995.
(Súmula 556, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)
Por via de consequência, a União deverá restituir, *in casu,* o imposto de renda recolhido a maior pela autora - a ser atualizado pela Taxa SELIC (art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250/1995)-, desde que os correspondentes descontos tenham incidido sobre o resgate ou os benefícios recebidos, a título de complementação de aposentadoria, que tenham origem nas contribuições pagas ao fundo de previdência privada pelo beneficiário, no período entre 01/01/1989 e 31/12/1995 (art. 6º, VII, "b", Lei nº 7.713/1988, em sua redação original).
Destaque-se que a pretensão de repetição do imposto de renda deverá observar, como limite, não os valores depositados pela autora na consecução do Fundo de Previdência, que foram as contribuições vertidas para o plano, mas sim os valores de imposto de renda incidente sobre suas contribuições, sob pena de se caracterizar enriquecimento indevido do contribuinte, caso se considere devida a restituição de imposto de renda limitado ao total de suas contribuições – e não do imposto incidente sobre elas – no período entre janeiro 1989 e dezembro 1995 ou a data da aposentadoria, o que ocorrer primeiro. Ademais, é de ver-se que o Fundo de Previdência privada é formado também por contribuições do empregador (estas corretamente tributadas pelo IR).
Apenas uma parte do resgate destas complementações percebidas é que não deve sofrer a tributação pelo imposto de renda, correspondente ao valor que foi recolhido pelos beneficiários a título de imposto de renda sob a égide do art. 6º, VII, "b", da Lei nº 7.713/88, posteriormente revogado. Caso contrário, sem este parâmetro, seria assegurado aos contribuintes que nada paguem a título de imposto de renda sobre a "reserva de poupança" indefinidamente e *contra legem,* após a edição da Lei nº 9.250/95.
Consigne-se que, relativamente à incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria após o advento da Lei nº 9.250/95, a jurisprudência do STJ considera legítima a sua incidência, tendo em vista que não mais havia o recolhimento do imposto sobre as parcelas de contribuição aos fundos privados de complementação de aposentadoria, sendo também legítima.
Quanto aos critérios para execução do presente julgado, o egrégio Tribunal da Cidadania firmou orientação no sentido de que *"o valor correspondente às contribuições vertidas pela parte autora, no período entre 1989 e 1995 (ou até a data da sua aposentadoria se ocorrida em momento anterior), devidamente atualizado, constitui-se no crédito a ser deduzido exclusivamente do montante correspondente às parcelas de benefício de aposentadoria complementar, apurando-se a base de cálculo do imposto de renda"* e *"o limite a ser respeitado na utilização dos créditos para a dedução deve ser o do valor do benefício recebido da entidade de previdência e não o da faixa de isenção"* (REsp 1221055/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012).
Por fim, quando do *recálculo* do imposto de renda devido pela autora, neste caso, impõe-se abater do montante a ser restituído *in casu* aquele já recebido por esta a título de restituição de IRPF, por ocasião do processamento das correspondentes *declarações anuais de ajuste*.
Outrossim, esclareça-se que, consoante orientação do e. STJ, os juros de mora de 1% ao mês apenas incidem sobre os valores reconhecidos em sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior 01/01/1996, o que não é a hipótese dos autos, porque, a partir desta data, tem-se, por força da Lei nº 9.250/95, a aplicação tão-somente da taxa SELIC, que já engloba juros e correção monetária (REsp 808.488/AL, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 24/04/2008, EREsp nº 463.167/SP, REl. Min. Teori Zavascki, DJU de 02/02/2005 e REsp nº 902.492/RJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJ de 13/03/2007).
Posto isso, nos termos do art. 932, V, *b*, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO PARCIAL à remessa necessária e ao recurso, tão-somente para declarar a prescrição quinquenal, consoante fundamentação acima.
Publique-se. Intime-se.
Transcorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 175952

IV - APELACAO CIVEL 433219 2007.51.01.004693-1

Nº CNJ	:	0004693-14.2007.4.02.5101
RELATOR	:	JUÍZ FEDERAL CONVOCADO LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS
APELANTE	:	ENINCO ENGENHARIA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA (RJ112.310) E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	VIGÉSIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010046931)
ÓRGÃO ATUAL	:	GABINETE DA DRA. LANA MARIA FONTES REGUEIRA

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO – CRÉDITO PRÊMIO DE IPI - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO – FALTA DE COMPROVAÇÃO DAS ALEGADADS VENDAS DE PRODUTOS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS E DO PAGAMENTO DO TRIBUTO QUESTIONADO – SENTENÇA EXTINTIVA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – PRECEDENTES DO STJ
1. Para o ajuizamento da ação de repetição de indébito, como é o caso em exame, o Superior Tribunal de Justiça e a jurisprudência dos Tribunais têm considerado como documentos indispensáveis os comprovantes de recolhimento da exação.

2. A indispensabilidade dos documentos é manifesta para a averiguação do pagamento do tributo indevido e do *quantum* efetivamente pago.
3. O autor limitou-se a juntar procuração, o seu ato constitutivo e uma planilha. Não apresentou qualquer documento que demonstre a ocorrência das alegadas vendas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus, que é a causa de pedir remota de seu pedido. Outrossim, não há qualquer documento a demonstrar o recolhimento do tributo cuja repetição é postulada.
4. A inexistência da referida prova documental constitui óbice à apreciação do mérito, e é incabível a eventual juntada dos comprovantes do recolhimento do tributo na fase de liquidação.
5. Antes da extinção do processo sem julgamento do mérito, o juízo monocrático possibilitou à autora a juntada dos documentos comprobatórios do fato constitutivo do direito alegado, sem que houvesse satisfação da determinação.
6. Apelação desprovida.
A C O R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 24 de março 2015(data do julgamento).
LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 2017000128

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0101968-90.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101968-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 24/06/2014 12:52
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: NAVEPORT INTERNATIONAL LTDA - ME
ADVOGADO: MAURICIO TERCIOTTI
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0006621-53.2014.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
CLASSE : Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
PROCESSO : 0101968-90.2014.4.02.0000 (2014.00.00.101968-7)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
ÓRGÃO : 3a.TURMA ESPECIALIZADA
AGRAVANTE : NAVEPORT INTERNATIONAL LTDA - ME
ADVOGADO : MAURICIO TERCIOTTI
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00066215320144025101)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Naveport Internacional Ltda. ME em face de decisão proferida pelo Juízo da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro (fls. 271/274), que indeferiu o pedido de tutela antecipada, mediante o qual a parte pretendia obter a suspensão da exigibilidade do créditos tributários relacionados aos autos de infração dos processos administrativos n° 10711.728741/2013-19, 10715.729279/2013-37, 10711.731266/2013-68 e 10711.725498/2013-87.

Ocorre que, em consulta ao sistema processual da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, verifica-se que, em 17/02/2017, foi proferida sentença nos autos principais, nos seguintes termos:

"(...)Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos para reconhecer a nulidade dos autos de infração de n. 10711.728741/2013-19, 10711.731266/2013-68, 10711.725498/2013-87 e 10715.729279/2013-37.

Condeno a União ao ressarcimento das custas e ao pagamento de honorários de sucumbência, ora estabelecidos em R$ 6000,00 (seis mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do antigo CPC."

Assim, a sentença proferida em sede de cognição exauriente substitui e torna sem efeito a decisão ora impugnada, esvaziando o objeto do presente recurso.

Em face do exposto, julgo prejudicado o presente agravo de instrumento.

Decorrido o prazo recursal sem manifestação, dê-se baixa na distribuição e arquive-se, na forma do Art. 6º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00006.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002012-33.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002012-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 01/03/2016 18:11
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO: GERSON STOCCO DE SIQUEIRA
Originário: 0005079-29.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
LANA REGUEIRA
AGRAVANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO
:
SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO
:
GERSON STOCCO DE SIQUEIRA
ORIGEM
:
19ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00050792920164025101)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que se encontra superado, tendo em vista ter sido prolatada sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 0005079-29.2016.4.02.5101 (2016.51.01.005079-0), conforme informação constante do sítio da Justiça Federal/RJ, em relação à ação originária.

Posto isso, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, pela perda de objeto.

Publique-se, intime-se.

Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa remetendo-se os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

Theophilo Miguel

Juiz Federal Convocado

(T215604)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0003744-49.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003744-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 11/04/2016 11:51

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA

ADVOGADO: GERSON STOCCO DE SIQUEIRA

ADVOGADO: RUY CARDOSO VASQUES

ADVOGADO: LEANDRO DAUMAS PASSOS

ADVOGADO: RODRIGO BEVILAQUA DE MIRANDA VALVERDE

ADVOGADO: GUILHERME GERLACH LIMA

Originário: 0005079-29.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

LANA REGUEIRA

AGRAVANTE

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO

:

AGRAVADO

:

SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA

ADVOGADO

:

GERSON STOCCO DE SIQUEIRA, RUY CARDOSO VASQUES, LEANDRO DAUMAS PASSOS, RODRIGO BEVILAQUA DE MIRANDA VALVERDE, GUILHERME GERLACH LIMA

ORIGEM

:

19ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00050792920164025101)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento que se encontra superado, tendo em vista ter sido prolatada sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 0005079-29.2016.4.02.5101 (2016.51.01.005079-0), conforme informação constante do Sítio da Justiça Federal/RJ, em relação à ação originária.

Posto isso, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, pela perda de objeto.

Publique-se, intime-se.

Decorrido o prazo recursal, dê-se baixa remetendo-se os autos à Vara de origem.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

Theophilo Miguel

Juiz Federal Convocado

(T215604)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0006935-05.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006935-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 04/07/2016 13:24
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO: GERSON STOCCO DE SIQUEIRA
Originário: 0005079-29.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO(S)
:
GERSON STOCCO DE SIQUEIRA
ORIGEM
:
19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (00050792920164025101)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL contra decisão interlocutória que deferiu parcialmente a liminar, em sede de Mandado de Segurança, para determinar à impetrada que conclua o processamento e decida acerca dos pleitos da impetrante, ora agravada, no prazo de 30 dias, sem prejuízo da imediata expedição da certidão positiva de débitos, com efeitos de negativa (CP-EM), com validade de 30 (trinta) dias, a fim de que o impetrante possa dar seguimento à sua atividade social/estatutária.

A agravada, em petição de fls. 382, comunica que nos autos principais do Mandado de Segurança nº 0005079-29.2016.4.02.5101 foi prolatada sentença, concedendo a segurança pleiteada.

Como o cerne deste recurso gira em torno da concessão da certidão e no dispositivo da sentença o juiz sentenciante se manifesta com relação a este pedido, há que se reconhecer a prejudicialidade deste agravo, mesmo porque, a matéria ventilada nestes autos poderá ser apreciada em grau recursal, agora nos autos principais.

Por tais razões, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento pela perda de objeto.

P.I. Decorrido o prazo recursal baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0012074-35.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012074-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/11/2016 15:25
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: ANDREAS LANGEN
ADVOGADO: FERNANDO CÉSAR LOPES GONÇALES
ADVOGADO: MATHEUS CAMARGO LORENA DE MELLO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: ARENS LANGEN AGENCIA MARITIMA LTDA

ADVOGADO: JAIME HORACIO R. BARBOSA
PARTE RÉ: ARENS LANGEN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
PARTE RÉ: AQUASHIPPING MARITIMA LTDA
PARTE RÉ: INTERCREDIT ASSESSORIA E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0517261-68.2008.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
CLASSE : Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
PROCESSO : 0012074-35.2016.4.02.0000 (2016.00.00.012074-0)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
ÓRGÃO : 3a.TURMA ESPECIALIZADA
AGRAVANTE : ANDREAS LANGEN
ADVOGADO : FERNANDO CÉSAR LOPES GONÇALES
ADVOGADO : MATHEUS CAMARGO LORENA DE MELLO
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ : ARENS LANGEN AGENCIA MARITIMA LTDA
ADVOGADO : JAIME HORACIO R. BARBOSA
PARTE RÉ : ARENS LANGEN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
PARTE RÉ : AQUASHIPPING MARITIMA LTDA
PARTE RÉ : INTERCREDIT ASSESSORIA E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05172616820084025101)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Andreas Langen em face de decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, que indeferiu a exceção de pré-executividade por ele oposta.

Entendeu o ilustre magistrado inexistir decadência dos créditos alegados, já que o prazo decadencial teve início em 01/01/1999, sendo que os créditos foram constituídos em 29/08/2003. Também afastou a alegação de prescrição do redirecionamento eis que a citação da executada principal se deu em 2009 e já em 2011 foi requerido o redirecionamento, tendo a citação do executada se dado apenas em 2015 em razão da morosidade do Judiciário, aplicando-se ao caso a Súmula n° 106 do STJ. No mais, ratificou a legitimidade do ora Agravante, afastou a alegação de nulidade da CDA n° 70 6 08 003918-20 e rejeitou a pretensão de reduzir a multa de mora.

Em razões recursais, o Agravante reitera os argumentos da exceção de pré-executividade, sustentando (i) a decadência da CDA n° 70 6 06 055445-67 e n° 70 2 06 022102-00, esta somente em relação à competência 04/98; (ii) a prescrição do redirecionamento, uma vez que sua citação ocorreu mais de cinco anos após a citação da executada principal; (iii) a ilegitimidade passiva, diante da ausência dos requisitos do art. 135, II e III, do CTN; (iv) a nulidade da CDA n° 70 6 08 003918-80, eis que não há discriminação da origem do crédito; e (v) redução da multa de mora de 30% para 20%, em razão do advento da Lei n° 9430/96, mais benéfica.

Às fls. 23/24, foi proferido despacho postergando o exame do efeito suspensivo.

Contrarrazões às fls. 27/30.

Dispensada a intervenção do Ministério Público Federal, nos termos da Súmula n° 189 do STJ.

É o relatório. Decido.

Conforme relatado, o presente agravo de instrumento foi interposto em face de decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade, na qual a parte executada alegava (i) decadência; (ii) prescrição do redirecionamento; (iii) ausência dos requisitos do art. 135, II e III do CTN; (iv) nulidade do título executivo; (iv) redução da multa de mora, por aplicação da lei mais benéfica.

Ocorre, todavia, que em consulta ao andamento da execução fiscal originária, verifica-se que o ora Agravante opôs Embargos à Execução n° 0118365-82.2016.4.02.5101, deduzindo as mesmas matérias alegadas na exceção de pré-executividade.

Não obstante sejam ambos meios de defesa, não se admite a utilização simultânea da exceção de pré-executividade e dos embargos à execução para discutir uma mesma matéria.

Assim, opostos embargos à execução veiculando a mesma matéria discutida em exceção de pré-executividade, o prosseguimento desta restará obstado, tendo em vista que não haverá mais qualquer interesse no seu julgamento, principalmente tendo em vista que os embargos à execução constituem uma via mais ampla de defesa, admitindo dilação probatória.

Nesse sentido tem se consolidado a jurisprudência, conforme se infere dos julgados abaixo colacionados:

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 535 DO CPC. N EGADO PROVIMENTO. 1. O magistrado não é obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos, teses e teorias defendidas pelas partes, nem mencionar cada um dos dispositivos legais invocados, caso não sejam capazes de infirmar

a conclusão por ele adotada. Por todos: AI-AgR-ED 841968, ROSA WEBER, STF; EDcl no AgRg no AREsp 249.767/RN, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 0 3/04/2014, DJe 22/04/2014. 2. As alegações da Embargante sobre a possibilidade de discussão de matérias de ordem pública em exceção de pré-executividade não infirmam as razões de decidir invocadas no acórdão embargado que assentou a impossibilidade de coexistência entre a exceção de pré-executividade ainda não definitivamente julgada e os embargos à execução em relação às mesmas matérias, concluindo que estes devem remanescer por serem via mais ampla para a defesa do executado. 3. Ademais, resta pacífico em nossa jurisprudência que, ainda quando opostos para fins de prequestionamento, os embargos de declaração devem demonstrar a existência de um dos vícios elencados n o art. 535 do CPC. 4 . Embargos de declaração a que se nega provimento.

(TRF2, AG 201400001013491, Quarta Turma Especializada, Rel. Juíza Fed. Conv. MARIA ALICE PAIM LYARD, E-DJF2R 17/02/2016)

PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE REJEITA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE EXECUÇÃO SOBRE O MESMO FUNDAMENTO - RECURSO PREJUDICADO MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE - PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO PRÊMIO DE IPI - NÃO CABIMENTO 1 - Embora muitas das matérias de defesa possam ser alegadas tanto em sede de embargos à execução e quanto em exceção de pré-executividade, não se admite a utilização simultânea de ambos os meios. 2 - Caso haja oposição de embargos com a reiteração de uma mesma questão suscitada em sede de exceção de pré-executividade, antes que esta tenha sido definitivamente julgada, haverá perda de objeto da exceção nesse particular. 3 - De acordo com o art. 74, §§ 12 e 13, da Lei nº 9.430/96, a manifestação de inconformidade não é cabível no caso de pedidos de compensação ou ressarcimento decorrentes de "crédito-prêmio" de IPI. 4 - Conforme assentado pelo Superior Tribunal de Justiça, o bloqueio de ativos financeiros por meio de penhora online, mediante Bacen Jud, tornou-se medida prioritária com a Lei nº 11.382/2006, não havendo necessidade do esgotamento de diligências para localização de outros bens do devedor passíveis de penhora. 5 - Agravo de Instrumento conhecido em parte e desprovido.

(TRF2, AG 201302010063914, Quarta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. LETICIA MELLO, E-DJF2R 23/10/2014)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E EMBARGOS DO DEVEDOR: SIMULTANEIDADE - MESMAS ALEGAÇÕES: IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. 1.A oposição de embargos à EF - em que permitido contraditório e larga dilação probatória - subtrai a razão da apresentação da exceção de pré-executividade, tanto mais na hipótese em que a questão discutida não é cognoscível de plano (Súmula 393/STJ: A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória). 2."(...) EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E EMBARGOS DO DEVEDOR: SIMULTANEIDADE - MESMAS ALEGAÇÕES: IMPOSSIBILIDADE (...) 2. A posterior oposição de embargos à EF com as mesmas alegações veiculadas na exceção de pré-executividade, por permitir contraditório e ampla dilação probatória, esvazia o objeto da exceção. Ademais, a interposição simultânea de exceção de pré-executividade e de embargos à EF com idênticas alegações não pode ser admitida, para que afastada a hipótese de impugnação de um mesmo crédito por duas vias distintas. (TRF1, AGTAG 0017228-42.2008.4.01.0000/MG, Rel. Des. Fed. LUCIANO TOLENTINO AMARAL, T7, e-DJF1 p.368 de 10/10/2008). 3.Agravo de instrumento não provido. 4.Peças liberadas pelo Relator, em Brasília, 30 de julho de 2013., para publicação do acórdão.

(TRF1, AG 00309498520134010000, Sétima Turma, Rel. Juiz Fed. Conv. RAFAEL PAULO SOARES PINTO, e-DJF1 09/08/2013)

Ante o exposto julgo prejudicado o presente agravo de instrumento, por perda superveniente de objeto, tendo em vista a oposição de embargos à execução veiculando a mesma matéria discutida na exceção de pré-executividade, objeto deste recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Decorrido o prazo recursal sem manifestação, dê-se baixa na distribuição e arquive-se, na forma do Art. 6º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00006.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0001208-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001208-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 15/02/2017 18:52

Gabinete 08

Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM

AGRAVANTE: TARCISIO R DA C PEREIRA
AGRAVANTE: SEBASTIAO NOGUEIRA NETTO
AGRAVANTE: ANIZIO RIBEIRO FILHO
AGRAVANTE: AMERICO VELLOSO
AGRAVANTE: AMERICO MARTINS DA SILVA
AGRAVANTE: GETULIO GILBERTO MENDES DA SILVA
AGRAVANTE: ANALFIM SIMOES DA SILVA
ADVOGADO: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0024216-51.2003.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
CLASSE : Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
PROCESSO : 0001208-31.2017.4.02.0000 (2017.00.00.001208-0)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
ÓRGÃO : 3a.TURMA ESPECIALIZADA
AGRAVANTE : TARCISIO R DA C PEREIRA
AGRAVANTE : SEBASTIAO NOGUEIRA NETTO
AGRAVANTE : ANIZIO RIBEIRO FILHO
AGRAVANTE : AMERICO VELLOSO
AGRAVANTE : AMERICO MARTINS DA SILVA
AGRAVANTE : GETULIO GILBERTO MENDES DA SILVA
AGRAVANTE : ANALFIM SIMOES DA SILVA
ADVOGADO : JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00242165120034025101)
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por TARCISIO ROSÁRIO DA COSTA PEREIRA E OUTROS em face de decisão proferida pelo Juízo da 27ª Vara Federal /RJ (fls. 22) na parte que indeferiu o pedido de que fosse iniciada a fase de cumprimento de sentença.

Relatam os Agravantes que foi ajuizado mandado de segurança visando afastar a incidência do Imposto de Renda Pessoa Física sobre a mesma base de cálculo que já fora tributada sob a égide da Lei nº 7.713/88. Com o trânsito em julgado, os Impetrantes requereram as providências necessárias à liquidação do efeito pecuniário, qual seja, a devolução do montante excedente não mais controvertido que havia sido depositado mês a mês na conta judicial nos termos do artigo 151, II do CTN. Posteriormente, a UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL alegou que havia uma dissociação entre a verba depositada mês a mês e o mérito da causa.

Alegam que se faz necessária a concessão de alvará para que saquem das contas judiciais os valores a maior que seriam tributados, de forma que se devolva aos Impetrantes aquele montante que seria pago em bis in idem. Entendem não haver no caso uma execução e, sim, um mero cumprimento de sentença, onde se liquida um cálculo aritmético e se devolve o dinheiro não mais controvertido.

Pleiteia a concessão do efeito suspensivo de forma a se suspender os efeitos da decisão proferida pelo Juízo a quo, determinando-se o prosseguimento do feito por simples cálculos aritméticos na forma do art. 509 do CPC/2015.

É o breve relatório. Decido.

Para atribuir efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento ou deferir, em antecipação de tutela provisória de urgência a pretensão recursal - art. 1.019, I c/c art. 300, caput, ambos do CPC/2015 - é imperioso que haja o preenchimento dos pressupostos relacionados à probabilidade do direito, bem como perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Nada obstante a contundência das razões recursais, fato objetivo é que no presente momento não há elementos suficientes hábeis e precisos a provar o dano irreparável aos Agravantes que possam levar, de plano, ao prosseguimento do feito por simples cálculos aritméticos, na forma do art. 509 do CPC/2015, conforme pleiteiam os Agravantes.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo requerido.

Intime-se a agravada (art. 1.019, inc. II do CPC/2015).

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Por fim, conclusos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0010680-27.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010680-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/10/2015 12:31
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: GEYVES MAIA VIEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1° VARA FEDERAL DE CAMPO DOS GOYTACAZES/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAOCARA/RJ
Originário: 0500197-92.2015.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
DECISÃO

O Órgão Especial desta Corte Regional Federal, em sessão realizada em 06.10.2016, entendeu por admitir Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, cuja instauração foi requerida pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de uniformizar o entendimento quanto ao Juízo competente para apreciar as execuções fiscais ajuizadas pela União, suas Autarquias e Fundações Públicas em Municípios que não sejam sede de Juízo Federal, diante da Revogação do inciso I do artigo 15 da Lei n° 5.010/1966 pela Lei n° 13.043/2014. O Relator do aludido incidente, em seu voto, determinou a suspensão de todos os feitos da espécie em tramitação nesta Corte.

O caso presente envolve exatamente o tema objeto do incidente processual uniformizador aludido. Em consequência, em atendimento à determinação do Relator do incidente, na forma do art. 982, I do CPC, o julgamento do presente conflito de competência deve ser suspenso.

Comunique-se aos juízos Suscitante e Suscitado.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 2017000129

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0151325-58.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.151325-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/02/2017 13:33
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EYDER PIWTO MARSICO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0151325-58.1900.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTRAVIO DOS AUTOS. RESTAURAÇÃO DOS AUTOS NÃO PROVIDENCIADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1. Trata-se de execução fiscal que foi eletronicamente redistribuída para a 4ª Vara Federal de Execução Fiscal, em 15/05/2012, e, posteriormente, para a 9ª Vara Federal de Execução Fiscal, cujos autos físicos não foram localizados desde 1997.

2. Tendo em vista que a exequente, embora intimada, não promoveu a restauração dos autos, deve ser mantida a sentença que extinguiu o processo.

3. Apelação conhecida e desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0213341-48.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.213341-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/02/2017 15:05
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EDITORA EMENTARIO FORENSE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0213341-48.1900.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTRAVIO DOS AUTOS. RESTAURAÇÃO DOS AUTOS NÃO PROVIDENCIADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1. Trata-se de execução fiscal que foi eletronicamente redistribuída para a 4ª Vara Federal de Execução Fiscal, em 07.04.1999, e em dezembro de 2012 para a 9ª Vara Federal de Execução Fiscal, cujos autos físicos não foram localizados.

2. Tendo em vista que a exequente, embora intimada, não promoveu a restauração dos autos, deve ser mantida a sentença que extinguiu o processo.

3. Apelação conhecida e desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001759-98.2008.4.02.5117 Número antigo: 2008.51.17.001759-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 15:33
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CONFIANÇA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001759-98.2008.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. INFORMAÇÃO EQUIVOCADA DE CANCELAMENTO. INSCRIÇÃO ATIVA.

1. Houve equívoco da exequente ao requerer a extinção do processo, encontrando-se uma das inscrições na situação de ativa, razão pela qual deve prosseguir a execução fiscal em relação à mesma.

2. Apelação conhecida e provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0514533-20.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.514533-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/02/2017 16:44
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: RONALDO GOMES MOREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0514533-20.2009.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. DESPACHO DE CITAÇÃO PROFERIDO NA VIGÊNCIA DA LC Nº 118/2005. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO. ART. 40 DA LEF. REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS. RESULTADOS POSITIVOS. DESNECESSIDADE. INÉRCIA NÃO CARACTERIZADA. PRESCRIÇÃO AFASTADA.

1. Como é cediço, para a caracterização da prescrição é necessária a conjugação de dois fatores: o decurso do tempo e a desídia do titular do direito.
2. Assim, em execução fiscal, não basta o transcurso do prazo legal, devendo ficar comprovada, também, a inércia da Fazenda Nacional.
3. O despacho que ordenou a citação foi proferido na vigência da LC nº 118/2005, ocasião em que restou interrompido o prazo prescricional.
4. Apesar de ter sido determinada a suspensão do processo, com fulcro no art. 40 da LEF, a exequente, tão logo teve ciência da certidão negativa, requereu medidas aptas à satisfação de seu crédito.
5. Para afastar o início da contagem do prazo prescricional, por inércia da exequente, basta que a Fazenda mantenha-se diligente na busca pela satisfação de seu crédito, não havendo a necessidade de que as diligências requeridas tenham resultado positivo. Precedente do STJ.
6. Eventual inércia da exequente, no caso em tela, somente poderá ser averiguada a partir do deferimento do pedido de arquivamento, em razão do valor da execução.
7. Portanto, tendo em vista que na data da prolação da sentença não havia transcorrido o prazo prescricional, a reforma do decisum é medida que se impõe.
8. Apelação conhecida e provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0002194-96.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.002194-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 12/07/2016 14:52
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MACASA EMPREENDIMENTOS F PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO: PEDRO D'ALCANTARA MIRANDA FILHO
Originário: 0002194-96.2013.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.111.002, submetido ao regime do art. 543-C do CPC/73, firmou orientação no sentido de que, extinta a execução, em virtude de cancelamento do débito pela exequente, o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios deve recair sobre quem deu causa ao ajuizamento da ação.

2. No caso em tela, apesar de o débito ter se originado de GFIP´s fraudulentas transmitidas à Receita Federal por terceiro de má-fé, a União deu causa ao ajuizamento da execução fiscal, na medida em que o requerimento de revisão do Débito Confessado em GFIP junto à Receita Federal foi protocolizado antes do envio do crédito à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da inscrição em Dívida Ativa, devendo ser mantida a sua condenação em honorários advocatícios.

3. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017. (data do julgamento)

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0103424-98.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.103424-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/07/2016 16:30
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: VIGBAN - EMPRESA DE VIGILANCIA BANCARIA COM E INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO: FREDERICO PRICE GRECHI
ADVOGADO: EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0103424-98.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. EXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXECUÇÃO. SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE FAZER. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DO QUANTUM APRESENTADO PELA AUTORIDADE IMPETRADA EM SEDE DE EXECUÇÃO DO MANDAMUS. SÚMULA VINCULANTE Nº 8 DO STF. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. IMPUGNAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. SENTIDO. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DO RE 560.626 PELO STF. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA.

1. O magistrado a quo reconheceu a carência de ação, por falta de interesse processual, sob o argumento de que a pretensão apresentada no presente processo deveria ser veiculada nos autos do mandado de segurança, por meio de execução da sentença, a qual determinou que a autoridade impetrada fornecesse o valor devido pela impetrante, com a exclusão dos valores alcançados pelo prazo da Súmula Vinculante 8 do STF.

2. No entanto, a autora pretende, nos presentes autos, seja declarado o real saldo devedor previdenciário, com os expurgos decorrentes da incidência da Súmula Vinculante nº 8 do STF, bem como a retificação do montante incluído no parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

3. Consoante consignado na própria sentença proferida no mandado de segurança, a qual se limitou a determinar à autoridade impetrada o cumprimento da obrigação de fazer consubstanciada na apresentação do saldo devedor correto, não era possível discutir, naqueles autos, a correção da quantia informada, razão pela qual a autora não carece de interesse de agir.

4. Embora superado o óbice processual verificado na sentença, não há como proceder ao exame do mérito, nos termos do art. 1.013, § 3º, do CPC/2015 (art. 515, § 3º, do CPC/73), devendo haver o retorno dos autos ao primeiro grau, a fim de que seja realizada nova perícia, uma vez que o expert não levou em consideração a modulação dos efeitos da Súmula Vinculante nº 8 do STF, determinada no Recurso Extraordinário nº 560.626/RS, segundo o qual ¿são legítimos os recolhimentos efetuados nos prazos previstos nos arts. 45 e 46 da Lei 8.212/91 e não impugnados antes da data de conclusão deste julgamento.¿

5. No caso vertente, as impugnações administrativas apresentadas pela autora, em 27/12/1996, não satisfazem o requisito para o afastamento da modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade, fixado pelo Supremo Tribunal Federal, qual seja, a apresentação de pedido administrativo ou judicial de restituição dos recolhimentos efetuados.

6. Assim, os efeitos da Súmula Vinculante nº 8 do STF são prospectivos (ex nunc) e são legítimas as parcelas recolhidas anteriormente a 12/06/2008 (data da conclusão do julgamento do RE nº 560.626/RS), considerando-se o prazo decenal previsto nos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91.

7. Ademais, as decisões administrativas que rejeitaram as impugnações, mantendo os respectivos lançamentos, restaram preclusas na esfera administrativa, e a autora deixou de questionar judicialmente o decurso do quinquênio até 11/06/2008 e aderiu a programa de parcelamento, confessando a dívida, o que demonstra a sua conformidade com o pagamento das exações referentes a período que supera o prazo de cinco anos.

8. Diante disso, deve a sentença ser anulada, com o retorno dos autos à 1ª instância, a fim de que seja elaborada nova perícia, considerando a modulação dos efeitos relativamente à Súmula Vinculante nº 8 do STF, conforme decidido no RE nº 560.626/RS.

9. Apelação conhecida e parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0141637-28.2014.4.02.5117 Número antigo: 2014.51.17.141637-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/05/2016 15:32
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: ALOES IND/ COM/ LTDA
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0141637-28.2014.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA. NULIDADE AFASTADA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE.

1. Há discriminação na CDA do valor originário da dívida, com a indicação de sua origem, natureza, fundamento legal, data de vencimento, termo inicial de atualização monetária, juros de mora e forma de cálculo dos juros, da correção monetária, além do número e data da inscrição no registro de Dívida Ativa e do número da DCGB ¿ LDCG/DCG BATCH de onde se originou o débito, a teor do disposto no art. 2 º, § 5º, da LEF, motivo pelo qual não há que se falar em nulidade da mesma.

2. O Superior Tribunal de Justiça, no Resp 1.073.846, submetido ao regime do recurso repetitivo, e o Supremo Tribunal Federal, no RE 582.461, em repercussão geral, firmaram entendimento no sentido de ser legítima a taxa SELIC como índice de correção e juros, na atualização dos débitos tributários.

3. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0014709-91.2016.4.02.5107 Número antigo: 2016.51.07.014709-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/01/2017 14:59
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: FERWAL IND/ COM/ DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0014709-91.2016.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA. NULIDADE AFASTADA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE.

1. Há discriminação na CDA do valor originário da dívida, com a indicação de sua origem, natureza, fundamento legal, data de vencimento, termo inicial de atualização monetária, juros de mora e forma de cálculo dos juros, da correção monetária, além do número e data da inscrição no registro de Dívida Ativa e do número da DCGB¿DCG BATCHde onde se originou o débito, a teor do disposto no art. 2º, § 5º, da LEF, motivo pelo qual não há que se falar em nulidade da mesma.

2. O Superior Tribunal de Justiça, no Resp 1.073.846, submetido ao regime do recurso repetitivo, e o Supremo Tribunal Federal, no RE 582.461, em repercussão geral, firmaram entendimento no sentido de ser legítima a taxa SELIC como índice de correção e juros, na atualização dos débitos tributários.

3. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0015141-31.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.015141-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/01/2017 16:32
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO: BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0015141-31.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. IPI. REGIME ADUANEIRO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA. AERONAVE IMPORTADA. INCIDÊNCIA DE IPI PROPORCIONAL AO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO BEM EM TERRITÓRIO NACIONAL. PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. OFENSA. AFASTADA. GATT.

1 - O imposto sobre produtos industrializados, previsto no art. 153, § 3º, I, da Constituição Federal, disciplinado nos artigos 46 a 51 do CTN, tem como um dos seus fatos geradores o desembaraço aduaneiro de bens de procedência estrangeira (art. 46, I), sendo irrelevante o tipo de contrato formalizado entre as partes para a entrada do bem no País, se a título de compra e venda ou arrendamento, e o contribuinte do imposto é o importador ou quem a lei equiparar (art. 51, I, do CTN).

2 - O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido que "o fato gerador do IPI incidente sobre mercadoria importada é o desembaraço aduaneiro, consoante a dicção do art. 46, I, do CTN, sendo irrelevante se adquirida a título de compra e venda ou arrendamento, ainda que ocorra apenas a utilização temporária do bem." (STJ, AGARESP 201102929268, rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJE DATA:23/04/2012), e que a "qualidade de contribuinte é atribuída à figura do importador não industrial, por equiparação, nos moldes do art. 51, inciso I, também do Codex Tributário" (STJ, AGRESP 201100415431, rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/10/2011).

3 - No que se refere ao regime aduaneiro especial de admissão temporária, em que se permite a importação de bens que devam permanecer no País durante determinado prazo, a Lei nº 9.430/96, em seu art. 79, prevê que "os bens admitidos temporariamente no País, para utilização econômica, ficam sujeitos ao pagamento dos impostos incidentes na importação proporcionalmente ao tempo de sua permanência em território nacional, nos termos e condições estabelecidos em regulamento".

4 - O artigo 79 da Lei nº 9.430/96 não criou novo tributo, visto que se refere especificamente aos "impostos incidentes na importação", apenas veiculou um benefício fiscal para o contribuinte, com redução na base de cálculo do IPI, estabelecendo uma proporcionalidade do valor devido em função do tempo de permanência no País, ao invés de realizar a cobrança integral do imposto.

5 - Não há ofensa ao princípio da não cumulatividade, pois o fato de inexistir uma operação sucessiva que permita o abatimento do valor pago na importação não acarreta a não incidência tributária.

6 - A exigência do IPI não viola o art. 98 do CTN e o Acordo GATT, na medida em que as aeronaves fabricadas no Brasil não são isentas do IPI, apenas as aeronaves militares e suas partes e peças, vendidas à União (art. 54, VI, do Decreto nº 7.212/10).

7 - Precedentes dos Tribunais Regionais Federais.

8 - Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0004433-30.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.004433-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/05/2015 17:16
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MAGNO ALEXANDRE FERES BARBOSA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002094-43.2009.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RENAJUD. CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - CNIB. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. A decisão recorrida indeferiu o pedido de nova consulta através do convênio RENAJUD, sob o fundamento de que a primeira tentativa se mostrou ineficaz, bem como indeferiu o pedido de registro de indisponibilidade de imóveis na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, visto que a medida requerida ainda não restou regularmente implementada.

2. O agravante, em suas razões, requer a reforma da decisão, para que seja decretada a indisponibilidade de bens da executada, com fundamento no artigo 185-A do CTN, sem atacar, portanto, quais seriam os motivos que possibilitariam uma nova consulta ao RENAJUD, ou a eventual mudança fática em relação à instalação da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, tendo sido explicitado genericamente os requisitos do mencionado dispositivo legal, que, como visto, não foi objeto da decisão recorrida.

3. Trata-se de irregularidade formal, que compromete requisito extrínseco de admissibilidade do recurso.

4. Agravo de instrumento não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0003542-72.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003542-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/04/2016 14:41
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: SULFATO DE ALUMINIO RESENDE LTDA

ADVOGADO: ANTONIO JOSE WAQUIM SALOMAO
AGRAVADO: JOSE MARIA FIGUEIRA DE CASTRO
AGRAVADO: RENATO FIGUEIRA DE CASTRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030876-03.1999.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO. INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. AUSÊNCIA DE EFEITO PRÁTICO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido a penhora sobre o faturamento, de forma excepcional, desde que preenchidos os seguintes requisitos: ¿i) o devedor não possua bens ou, se os tiver, sejam esses de difícil execução ou insuficientes a saldar o crédito demandado; ii) haja indicação de administrador e esquema de pagamento; iii) que o percentual fixado sobre o faturamento não torne inviável o exercício da atividade empresarial¿ (STJ, 3ª Turma, AgRg no AgRg no Ag 1421489/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 24/05/2012).

2. No caso em tela, verifica-se que a parte executada foi devidamente citada, lhe sendo dada a oportunidade de pagar ou indicar bens passíveis de penhora para a garantia da execução no prazo legal. Contudo, a diligência de penhora e avaliação de bens da executada restou frustrada, tendo o oficial de justiça certificado que a sociedade executada não foi encontrada no endereço diligenciado. Portanto, há indícios de dissolução irregular da sociedade executada.

3. Não havendo demonstração de que a agravada está em atividade, descabe a penhora do faturamento postulada, por não se vislumbrar efeito prático na medida.

4. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0007527-49.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007527-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/07/2016 12:32
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: MARILDA ASSAD ESTEVES
ADVOGADO: JOSE AUGUSTO SCALI WEBER
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: NM INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA
PARTE RÉ: NICOLAU IBRAHIM ELMOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000662-41.2009.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 185-A DO CTN. SÚMULA 560 DO STJ. DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. REQUISITOS. NÃO PREENCHIDOS.

1. "A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran." (Súmula 560, Primeira Seção, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015).

2. Os requisitos exigidos para a decretação da indisponibilidade de bens e direitos prevista pelo art. 185-A do CTN são: 1) a citação do devedor tributário; 2) a inexistência de pagamento ou apresentação de

bens à penhora no prazo legal; e 3) a não localização de bens penhoráveis após esgotamento das diligências realizadas pela Fazenda, sendo que tal esgotamento consiste no pedido de acionamento do BACENJUD e consequente determinação de bloqueio pelo magistrado e na expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado e ao Departamento Nacional ou Estadual de Trânsito - DENATRAN ou DETRAN.

3. Na hipótese, os dois primeiros requisitos foram atendidos, na medida em que, compulsando os autos do processo executivo, verifica-se que os executados foram citados, tendo deixado transcorrer o prazo legal para pagamento ou indicação de bens à penhora.

4. Todavia, o terceiro requisito supracitado, qual seja, o esgotamento das diligências pela exequente em busca de bens dos devedores, não foi preenchido, eis que a Fazenda não consultou os registros públicos do domicílio dos devedores nem formulou pedido de consulta ao banco de dados do DENATRAN ou DETRAN, em relação a veículos de propriedade de todos os executados. Assim sendo, é de se afastar a aplicação, no atual momento, do artigo 185-A do CTN ao presente caso.

5. Neste ponto, conforme o mencionado entendimento da 1ª Seção do STJ, a juntada de pesquisa ao DOI (Declaração de Operações Imobiliárias) não é suficiente para autorizar a indisponibilidade de bens, sendo necessária efetiva consulta aos cartórios de registro de imóveis do domicílio do executado.

6. Agravo de instrumento conhecido e provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0009367-94.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009367-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/09/2016 16:04
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: VIAÇÃO LÍDER LTDA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIZ PAES TERRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000248-73.2005.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. AVALIAÇÃO EFETUADA POR OFICIAL DE JUSTIÇA. IMPUGNAÇÃO. NOVA AVALIAÇÃO POR PERITO. POSSIBILIDADE.

1. O art. 13, §1º, da LEF determina que havendo impugnação, pelo executado ou pela Fazenda Pública, da avaliação do bem penhorado feita por oficial de justiça e antes de publicado o edital do leilão, caberá ao juiz nomear avaliador oficial, com habilitação específica, para proceder à nova avaliação do bem penhorado.

2. No caso em tela, a impugnação foi apresentada antes da publicação do edital de leilão e há indicação nos autos de que o imóvel foi subavaliado pelo oficial de justiça, justificando que se proceda à nova avaliação do bem, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei nº 6.830/80, por profissional especializado, com a suspensão do leilão.

3. Agravo de instrumento conhecido e provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0011621-40.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011621-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/11/2016 16:14
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: PINHEIRO PAES TRANSPORTADOR REVENDEDOR E RETALHISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA
AGRAVADO: GERALDO BASTOS PAES
AGRAVADO: HAMILTON BASTOS PAES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001013-10.2010.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. ÓBITO DO EXECUTADO. DESCABIMENTO.

1. O art. 8º da Lei nº 6.830/80 prevê a possibilidade da citação do executado por edital em sede de execução fiscal, quando não se lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça.

2. A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, após a tentativa de citação por oficial de justiça, é cabível a citação editalícia (STJ, 2ª Turma, RESP 201202129652, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/11/2012), tendo sido editada sobre o tema a Súmula nº 414 do STJ.

3. No caso em tela, contudo, a medida postulada é inócua, uma vez que o sócio faleceu, como se verifica na consulta por CPF realizada junto à Receita Federal do Brasil, anexada pela agravante, devendo ser mantida a decisão que indeferiu a citação por edital, ainda que por fundamento diverso.

4. Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0012116-84.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012116-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/11/2016 13:02
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: IMM VIAGENS E TURISMO LTDA.
AGRAVADO: CARLOS ALBERTO SANTOS JUNIOR

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0529203-34.2007.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. CABIMENTO.

1. O art. 8º da Lei nº 6.830/80 prevê a possibilidade da citação do executado por edital em sede de execução fiscal, quando não se lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça.

2. A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, após a tentativa de citação por oficial de justiça, é cabível a citação editalícia (STJ, 2ª Turma, RESP 201202129652, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/11/2012), tendo sido editada sobre o tema a Súmula nº 414 do STJ.

3. O interesse na citação por edital decorre do fato de que, antes das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 118/05, a citação era causa de interrupção da prescrição (art. 174, parágrafo único, do CTN) e, após a edição desse ato normativo, passou a ser requisito para o requerimento de indisponibilidade de bens do executado (art. 185-A do CTN).

4. No caso em tela, houve tentativa frustrada de citação da parte executada em seu domicílio fiscal constante do cadastro da Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual é cabível a citação por edital.

5. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0012256-21.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012256-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/11/2016 14:45
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: JESUS CARLOS GARCIA SANCHES
ADVOGADO: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
ADVOGADO: ABNER BARROCO VELLASCO AUSTIN
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: DATALARM SEGURANCA ELETRONICA LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0512403-86.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PROGRAMA DE PARCELAMENTO. INCLUSÃO/CONSOLIDAÇÃO. COMPETÊNCIA DAS VARAS ESPECIALIZADAS DE EXECUÇÃO FISCAL. LIMITADA ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E AÇÕES CAUTELARES E DE IMPUGNAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE VIA JUDICIAL PRÓPRIA.

1. Na hipótese, o magistrado de 1º grau entendeu que cabia ao sócio ao qual foi redirecionada a execução fiscal requerer o parcelamento dos débitos na qualidade de administrador da pessoa jurídica, e não na qualidade de pessoa física, como foi feito, razão pela qual apenas determinou, para o caso de o devedor não possuir, de fato, outra dívida com o Fisco, a intimação da exequente para deduzir, do débito executado, o valor pago pelo DARF acostado aos autos originários, e concedeu prazo para o coexecutado proceder ao pedido de parcelamento de forma correta, ou seja, através da pessoa jurídica originalmente executada, o que, entretanto, conforme consulta ao site da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, não foi observado até o momento.

2. Nos termos do art. 23 da Resolução nº 24, de 11/10/10, do Desembargador Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ¿as Varas de Execução Fiscal da sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (1ª a 12ª) detêm competência para processar e julgar a execução fiscal, bem como as ações de impugnação dela decorrentes (art. 38 da Lei 6830/80)¿.

3. Vale dizer, a competência das Varas Especializadas em Execução Fiscal se limita às execuções fiscais e ações de impugnação, tais como embargos à execução, embargos de terceiro e ação anulatória, bem como à ação cautelar que visa antecipar os efeitos que seriam obtidos com a penhora no executivo fiscal, que é acessória da futura execução fiscal.

4. Não cabe, assim, a análise, no curso do processo executivo em epígrafe, da pretensão do coexecutado de inclusão dos débitos exequendos no parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014. Todavia, poderá o recorrente, entendendo possuir direito à consolidação do parcelamento solicitado, se utilizar de via judicial própria.

5. Precedentes jurisprudenciais.

6. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0012678-93.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012678-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/12/2016 17:22
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: FERNANDO ABREU DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0101989-49.2015.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. CABIMENTO.

1. O art. 8º da Lei nº 6.830/80 prevê a possibilidade da citação do executado por edital em sede de execução fiscal, quando não se lograr êxito na via postal e for frustrada a localização do executado por oficial de justiça.

2. A jurisprudência dominante do STJ é no sentido de que, após a tentativa de citação por oficial de justiça, é cabível a citação editalícia (STJ, 2ª Turma, RESP 201202129652, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/11/2012), tendo sido editada sobre o tema a Súmula nº 414 do STJ.

3. O interesse na citação por edital decorre do fato de que, antes das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 118/05, a citação era causa de interrupção da prescrição (art. 174, parágrafo único, do CTN) e, após a edição desse ato normativo, passou a ser requisito para o requerimento de indisponibilidade de bens do executado (art. 185-A do CTN).

4. No caso em tela, houve tentativa frustrada de citação da parte executada em seu domicílio fiscal constante do cadastro da Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual é cabível a citação por edital.

5. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decidem os Membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal
Relatora

BOLETIM: 2017000130

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0500386-57.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.500386-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 17/03/2015 18:37
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: SHELL BRASIL LTDA
ADVOGADO: EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET
ADVOGADO: LETICIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
ADVOGADO: LUCAS GASPARETE DOS REIS CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0500386-57.2007.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
CLASSE : Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
PROCESSO : 0500386-57.2007.4.02.5101 (2007.51.01.500386-7)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
ÓRGÃO : 3a.TURMA ESPECIALIZADA
APELANTE : SHELL BRASIL LTDA
ADVOGADO : EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET
ADVOGADO : LETICIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
ADVOGADO : LUCAS GASPARETE DOS REIS CARVALHO
APELADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05003865720074025101)
Despacho
Intime-se a Apelante para que informe se já houve decisão colegiada da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais nos processos administrativos mencionados, juntando aos autos cópias de tais decisões, a fim de que se possa melhor examinar a repercussão de tais julgamentos no pedido de suspensão da execução, bem como no julgamento do recurso de apelação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000131

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0101332-27.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101332-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/05/2014 12:32
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0060177-38.2012.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
OFICINA DAS TINTAS COMERCIO LTDA
ADVOGADO(S)
:
RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
04¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00601773820124025101)
DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por OFICINA DAS TINTAS COM¿RCIO LTDA contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade, por entender o ju¿zo a quo que mat¿ria necessita de dila¿¿o probat¿ria.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a exce¿¿o foi proposta visando ao reconhecimento da nulidade da CDA, em virtude de v¿cios na constitui¿¿o do t¿tulo executivo, a inexigibilidade do d¿bito em raz¿o do seu parcelamento, al¿m de outros pontos, qual seja, a utiliza¿¿o da taxa SELIC para apura¿¿o dos juros, viola¿¿o ao princ¿pio da legalidade, da desproporcionalidade e irrazoabilidade da multa aplicada.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que a mesma se encontra inserta dentro do ju¿zo de convencimento do juiz de 1¿ grau e o simples fato da referida decis¿o n¿o atender aos interesses da parte n¿o significa que mere¿a reparo.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que os argumentos propostos pelo recorrente melhor se prestam ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

A decis¿o agravada explicitou que ¿a mera alega¿¿o, despida de provas robustas e ponder¿veis sobre o fato extintivo ou modificativo do direito de cr¿dito que se consubstancia na CDA, n¿o se presta a ser examinada na via estreita da Exce¿¿o de Pr¿-Executividade¿ (fls. 64).

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de

04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0102040-77.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.102040-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/06/2014 14:00
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: META - NUCLEO DE PROJETOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: ANDRE MAGRINI BASSO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0024181-76.2012.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
META - NUCLEO DE PROJETOS E SERVI¿OS LTDA
ADVOGADO(S)
:
ANDRE MAGRINI BASSO
RECORRIDO(S)

:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
07¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00241817620124025101)
DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por META ¿ N¿CLEO DE PROJETOS E SERVI¿OS LTDA contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade.

Nas raz¿es recursais a agravante sustenta que a exce¿¿o foi proposta objetivando a extin¿¿o do cr¿dito tribut¿rio ante a ocorr¿ncia da decad¿ncia, sendo que nos autos principais h¿ comprova¿¿o documental do alegado, pois os d¿bitos foram constitu¿dos ap¿s cinco anos.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que para an¿lise do acerto ou n¿o da decis¿o agravada e para reconhecer ou n¿o a decad¿ncia, ¿ imprescind¿vel que sejam acostados aos autos fotoc¿pias das CDA¿s, documentos h¿beis sem os quais n¿o ¿ poss¿vel conferir ao julgador o exato conhecimento dos cr¿ditos tribut¿rios exigidos. Acrescenta que a pretens¿o deduzida demanda dila¿¿o probat¿ria. Ademais, a recorrida sustenta que o executado aderiu ao parcelamento ¿ PAES, tendo aderido ao mesmo em 31/07/2003 com encerramento em 06/06/2005, como tamb¿m aderiu a diversos parcelamentos, como o PAEX e o parcelamento da Lei n¿ 11.941/2009.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

Conforme consignado na decis¿o que se agrava ¿a an¿lise da decad¿ncia alegada requer dila¿¿o probat¿ria, somente cognosc¿vel em sede de embargos ¿ execu¿¿o, ap¿s garantido o d¿bito¿ (fls 19).

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de

05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0102213-04.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.102213-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/07/2014 18:57
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: BHERING ADVOGADOS
ADVOGADO: RICARDO MICHELONI DA SILVA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0012298-98.2013.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
BHERING ADVOGADOS
ADVOGADO(S)
:
RICARDO MICHELONI DA SILVA
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
11¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00122989820134025101)
DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por BHERING ADVOGADOS contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a exce¿¿o foi proposta objetivando o reconhecimento da nulidade do processo administrativo que fundamenta o t¿tulo exequendo, insurgindo-se quanto ¿ exist¿ncia ou n¿o de processo administrativo para o lan¿amento do cr¿dito tribut¿rio, por ser este sujeito a lan¿amento por homologa¿¿o (ou autolan¿amento). A recorrente entende ser necess¿ria a exist¿ncia de processo administrativo para inscri¿¿o em d¿vida ativa, o que acarreta em nulidade, caso n¿o se observe a formalidade. Salienta que a autoridade administrativa n¿o possibilitou a qualquer manifesta¿¿o do contribuinte, pelo simples fato de n¿o ter instaurado processo administrativo.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que a possibilidade de apresenta¿¿o de exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ excepcional¿ssima, continuando a valer a regra de que o meio de que disp¿e o executado para se defender no processo s¿o os embargos do devedor, com necess¿ria garantia do ju¿zo, de tal forma que a utiliza¿¿o do instituto em quest¿o deve somente ser usado para discutir quest¿es que podem ser conhecidas de of¿cio pelo juiz, o que definitivamente n¿o ocorre na hip¿tese em exame.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a

ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido.
(AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0102437-39.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.102437-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 11/07/2014 12:18

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL NICIA MACIEIRA LTDA

ADVOGADO: EDISON FREITAS DE SIQUEIRA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0018865-82.2012.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

SOCIEDADE EDUCACIONAL NICIA MACIEIRA LTDA

ADVOGADO(S)

:

EDISON FREITAS DE SIQUEIRA

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

12¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00188658220124025101)

DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por SOCIEDADE EDUCACIONAL NICIA MACIEIRA LTDA contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade, por entender o ju¿zo a quo que mat¿ria referente ¿ prescri¿¿o necessita de dila¿¿o probat¿ria.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a prescri¿¿o ¿ mat¿ria de ordem p¿blica e deve ser decretada de of¿cio pelo magistrado, nos termos do artigo 219, ¿ 5 do CPC/15, e no caso em tela tal ocorreu, o que torna nulas as CDAs, pois a Fazenda Nacional demorou mais de cinco anos para realizar a cobran¿a do cr¿dito tribut¿rio, conforme disp¿e o artigo 173 do CTN.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que a mesma se encontra inserta dentro do ju¿zo de convencimento do juiz de 1¿ grau e o simples fato da

referida decis¿o n¿o atender aos interesses da parte n¿o significa que mere¿a reparo. Ademais, o STJ, em recurso submetido ¿ sistem¿tica do artigo 543-C do CPC/15, firmou entendimento no sentido de admitir Exce¿¿o de Pr¿-Executividade nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria ou em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as condi¿¿es da a¿¿o, os pressupostos processuais, a decad¿ncia e a prescri¿¿o.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram consistentes, pois n¿o ¿ pelo fato do juiz conhecer de of¿cio a prescri¿¿o que ir¿ faz¿-lo em qualquer situa¿¿o, sem que haja prova cabal da sua ocorr¿ncia.

A decis¿o agravada explicitou que se faz necess¿ria a juntada do processo administrativo que originou o cr¿dito cobrado, j¿ que sem esta prova n¿o h¿ como enfrentar a quest¿o em sede de Exce¿¿o de Pr¿-Executividade, e, nestas condi¿¿es, deve o recorrente se valer dos Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual, provando atrav¿s de documenta¿¿o a prescri¿¿o e a consequente extin¿¿o do cr¿dito tribut¿rio.

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e

em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido.
(AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0102844-45.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.102844-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 23/07/2014 13:04

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: TANGE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA

ADVOGADO: MARIA ANGELA MOURA ITUASSU

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0104554-26.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

TANGE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA

ADVOGADO(S)

:

MARIA ANGELA MOURA ITUASSU

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

09¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (01045542620144025101)

DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por TANGE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade, por entender o ju¿zo a quo que mat¿ria referente ¿ prescri¿¿o necessita de dila¿¿o probat¿ria.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que pretendeu demonstrar a quita¿¿o dos valores que foram computados de forma irregular pelo ex-contador da empresa, ora executada, junto ¿ Secretaria da Receita Federal, valores esses integralmente pagos pela recorrente e que j¿ se encontram nos cofres da Receita Federal, sendo certo que n¿o se justifica sofrer penhora ou dep¿sito, em vias de se efetivar, para comprovar a nulidade do t¿tulo que embasa a execu¿¿o, tendo em vista a inexist¿ncia do d¿bito ¿ objeto de processo administrativo protocolado em 2008.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que a mesma se encontra inserta dentro do ju¿zo de convencimento do juiz de 1¿ grau e o simples fato da referida decis¿o n¿o atender aos interesses da parte n¿o significa que mere¿a reparo, mesmo porque a agravante n¿o trouxe aos autos elementos suficientes a demonstrar qualquer incorre¿¿o.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram consistentes, j¿ que o faz de forma gen¿rica.

Ademais, o ju¿zo de piso pontuou de forma clara a impossibilidade de apreciar as quest¿es aduzidas pelo recorrente em sede de exce¿¿o, haja vista que para o reconhecimento da prescri¿¿o se faz necess¿ria a an¿lise de v¿rios documentos e os fatos mencionados pelo agravante n¿o est¿o comprovados, o que remete o mesmo para as vias dos Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual.

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo

de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0103209-02.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103209-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 01/08/2014 14:25

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: PINHAME INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME

ADVOGADO: GLEIDSON DA SILVA GONCALVES

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0036507-68.2012.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

PINHAME IND¿STRIA E COM¿RCIO LTDA ¿ ME

ADVOGADO(S)

:

GLEIDSON DA SILVA GONCALVES

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

08¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00365076820124025101)

DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por PINHAME IND¿STRIA E COM¿RCIO LTDA - ME contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade, por entender o ju¿zo a quo que a mat¿ria necessita de dila¿¿o probat¿ria.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a exce¿¿o merece prosperar com a consequente extin¿¿o da execu¿¿o fiscal, pois os cr¿ditos tribut¿rios n¿o foram formados de forma adequada, j¿ que sequer restou notificada a executada, com viola¿¿o ao contradit¿rio e a ampla defesa. Acrescenta que as CDAs foram apuradas de forma autom¿tica, n¿o informando o tributo a que se refere, bem como devia a agravante ser citada para contestar os lan¿amentos. No entender da recorrente, se mostra plaus¿vel a utiliza¿¿o da exce¿¿o, j¿ que a mat¿ria deve ser conhecida de of¿cio e sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que a c¿rtula que constitui o t¿tulo executivo extrajudicial est¿ em conformidade com os termos do artigo 202 do CTN, com demonstra¿¿o de liquidez e certeza do t¿tulo. Destaca que a CDA atende a todos os imperativos normativos, e ainda, vai al¿m, acrescentando outras informa¿¿es importantes para a regular forma¿¿o e andamento do processo de execu¿¿o. Tamb¿m n¿o h¿ que se falar em qualquer tipo de irregularidade quanto ¿ notifica¿¿o do devedor no ¿mbito administrativo, pois os cr¿ditos s¿o constitu¿dos mediante os termos da declara¿¿o de rendimentos e recolhimentos ao Fisco efetuada pelo pr¿prio devedor principal.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

A decis¿o agravada explicitou que ¿em que pese o argumento trazido ¿ baila pela excipiente, de que n¿o foi notificada acerca da exist¿ncia do procedimento administrativo concernente a d¿vida em execu¿¿o, a mat¿ria torna-se insuscet¿vel de apreciaÿ¿o nos autos da execu¿¿o fiscal, tendo em vista tratar-se de quest¿es que exigem, para sua cogni¿¿o, dila¿¿o probat¿ria¿ (fls. 50).

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.
P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0103648-13.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103648-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/08/2014 18:04
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: POSTO MURY LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000173-52.2014.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
POSTO MURY LTDA
ADVOGADO(S)
:
RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
01¿ VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (00001735220144025105)
DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por POSTO MURY LTDA contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a exce¿¿o foi proposta objetivando o reconhecimento da nulidade das certid¿es de d¿vida ativa que aparelham a a¿¿o executiva, em virtude de v¿cios na sua constitui¿¿o, como tamb¿m a ocorr¿ncia de decad¿ncia das CDAs. Insurge-se tamb¿m com rela¿¿o ¿ utiliza¿¿o da taxa SELIC, da necessidade de juntada do processo administrativo, bem como da ilegalidade, desproporcionalidade e irrazoabilidade da multa aplicada.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que a mat¿ria em quest¿o carece de dila¿¿o probat¿ria, colacionando o verbete n¿ 393 do enunciado da s¿mula do STJ, sendo certo que todas as quest¿es levantadas dizem respeito a mat¿ria de prova. Ressalta que para utilizar-se da exce¿¿o, se faz necess¿ria a demonstra¿¿o cabal da falta de liquidez e certeza do t¿tulo, o que n¿o foi feito pela agravante.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

A decis¿o agravada explicitou que os argumentos da excipiente, ora agravante, se mostram de forma gen¿rica, n¿o tendo o executado pontuado especificamente em que pautava a m¿cula, sendo certo que a CDA ¿ elaborada por um sistema eletr¿nico, o qual mant¿m um padr¿o, de forma que todas as CDAs emitidas cont¿m os elementos e informa¿¿es necess¿rios ¿ propositura de uma Execu¿¿o Fiscal.

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO

PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0103873-33.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103873-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/08/2014 19:25
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: ANTONIO CÂNDIDO SEVERO DE REZENDE
ADVOGADO: SERGIO AUGUSTO DE ALMEIDA CORREA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0071321-97.1998.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
ANTONIO C¿NDIDO SEVERO DE REZENDE
ADVOGADO(S)
:
SERGIO AUGUSTO DE ALMEIDA CORREA
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
10¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00713219719984025101)
DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por ANTONIO C¿NDIDO SEVERO DE REZENDE contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a exce¿¿o foi proposta objetivando afast¿-lo do polo passivo da execu¿¿o fiscal, pois o feito foi redirecionado para quem n¿o figura na CDA como sujeito passivo da obriga¿¿o, j¿ que cabe ao Fisco nessa hip¿tese, o ¿nus de comprovar que o mesmo praticou os atos previstos no artigo 135, III, do CTN, sem o que estar¿ configurada a sua irresponsabilidade, de tal forma que se mostra perfeitamente poss¿vel o exame da ilegitimidade passiva do recorrente. Destaca que o reconhecimento da dissolu¿¿o irregular se deu em 30/03/1999 e naquela ocasi¿o j¿ se estava afastado e n¿o detinham mais poderes de gest¿o, sendo que tal fato ¿ comprovado por ata com registro na JUCERJA, datado de 04/09/1995.

A agravada em contrarraz¿es requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que o simples fato de tal decis¿o n¿o atender aos interesses da parte n¿o significa que mere¿a reparo, sendo certo, ainda, que a agravante n¿o trouxe aos autos elementos suficientes a demonstrar qualquer incorre¿¿o na mesma. A configura¿¿o do Poder Judici¿rio consagrada na Constitui¿¿o de 1988 privilegia o juiz natural, aquele que possui identidade f¿sica com o processo, sendo ele o mais apto a conhecer e julgar das quest¿es e dos incidentes suscitados pelas partes, devendo a inst¿ncia de revis¿o prestigiar as decis¿es dele emanadas, salvo se manifestamente ilegais, abusivas, irrazo¿veis ou teratol¿gicas.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

As quest¿es alegadas no recurso foram enfrentadas na decis¿o agravada de forma detalhada, com v¿rias nuances e posicionando-se no sentido de que a mat¿ria defesa, deve ser examinada sob o crivo do contradit¿rio, em sede dos embargos ¿ execu¿¿o.

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O

DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0106107-85.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.106107-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/10/2014 12:28

Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: BDJ DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
AGRAVANTE: CARLOS CONDE CID
ADVOGADO: OSWALDO MONTEIRO RAMOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0532774-23.2001.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
BDJ DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA,CARLOS CONDE CID
ADVOGADO(S)
:
OSWALDO MONTEIRO RAMOS
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
05¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (05327742320014025101)
DECIS¿O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por BDJ DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA contra decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a Exce¿¿o de Pr¿-Executividade.

Nas raz¿es recursais, a agravante sustenta que a exce¿¿o foi proposta objetivando o reconhecimento da prescri¿¿o do d¿bito tribut¿rio, sendo que at¿ hoje n¿o ocorreu a cita¿¿o v¿lida e, portanto, n¿o se deu a interrup¿¿o do lapso prescricional, e mesmo que se considere o despacho que determinou a cita¿¿o, a prescri¿¿o j¿ transcorreu, pois a mesma se verificou em 24/09/2001, mesmo porque, a execu¿¿o fiscal foi proposta em data anterior ¿ edi¿¿o da LC n¿ 118/2005, e nestas condi¿¿es a prescri¿¿o somente se interrompe ap¿s a cita¿¿o v¿lida. A exce¿¿o de pr¿-executividade se mostra razo¿vel, pois os argumentos s¿o afer¿veis de plano.

A agravada, em contrarraz¿es, requer a manuten¿¿o da decis¿o agravada ao fundamento de que h¿ nos autos principais informa¿¿o de ades¿o do executado ao parcelamento simplificado da d¿vida tribut¿ria, com data de abril de 2002, e nestas condi¿¿es houve o comparecimento espont¿neo da empresa devedora, n¿o havendo que se falar em aus¿ncia de cita¿¿o ou in¿rcia da Fazenda Nacional na busca de satisfazer seu cr¿dito, o que recha¿a a pretens¿o do recorrente, mantendo a decis¿o agravada por seus pr¿prios fundamentos.

¿ o relat¿rio.

DECIDO.

A decis¿o agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante n¿o se mostram suficientes para macular o t¿tulo executivo que lastreia a execu¿¿o fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta ¿ an¿lise em sede de Embargos ¿ Execu¿¿o, com observ¿ncia da dial¿tica processual que a mat¿ria requer.

Ademais, conforme consignado na decis¿o agravada ¿o exame da quest¿o prescricional n¿o se restringe a uma quest¿o de datas, posto que h¿ de se considerar eventuais interrup¿¿es e suspens¿es¿ (fls. 269), o que, por si s¿, mostra a incompatibilidade do instituto invocado.

Nesse sentido:

¿TRIBUT¿RIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPET¿NCIA ATRIBU¿DA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1¿ DA RESOLU¿¿O 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINC¿PIO DO JUIZ NATURAL N¿O CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTA¿¿O JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLA¿¿O AO ART. 535 DO CPC/73 N¿O CONFIGURADA. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. AC¿RD¿O DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBAT¿RIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA PARA A COMPROVA¿¿O DA PRESCRI¿¿O INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. S¿MULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decis¿o publicada em 11/11/2014. II. A decis¿o proferida pelo Presidente

do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1¿ da Resolu¿¿o STJ 17/2013, n¿o viola o princ¿pio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito ser¿ distribu¿do, nos termos da referida Resolu¿¿o. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. N¿o h¿ falar, na hip¿tese, em viola¿¿o ao art. 535 do CPC, porquanto a presta¿¿o jurisdicional foi dada na medida da pretens¿o deduzida, de vez que os votos condutores do ac¿rd¿o recorrido e do ac¿rd¿o proferido em sede de Embargos de Declara¿¿o apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as quest¿es necess¿rias ¿ solu¿¿o da controv¿rsia, dando-lhes, contudo, solu¿¿o jur¿dica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprud¿ncia do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ cab¿vel quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) ¿ indispens¿vel que a mat¿ria invocada seja suscet¿vel de conhecimento de of¿cio pelo juiz; e (b) ¿ indispens¿vel que a decis¿o possa ser tomada sem necessidade de dila¿¿o probat¿ria" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SE¿¿O, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamenta¿¿o do ac¿rd¿o objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, n¿o havia elementos probat¿rios suficientes para demonstrar, em Exce¿¿o de Pr¿-executividade, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos ¿ efetiva comprova¿¿o da prescri¿¿o intercorrente, pelo fato de a cita¿¿o edital¿cia ter ocorrido 17 anos ap¿s o ajuizamento da Execu¿¿o Fiscal, somente poderiam ter sua proced¿ncia verificada mediante o necess¿rio reexame de mat¿ria f¿tica, n¿o cabendo a esta Corte, a fim de alcan¿ar conclus¿o diversa, reavaliar o conjunto probat¿rio dos autos, em conformidade com a S¿mula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GON¿ALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALH¿ES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)¿

¿PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECU¿¿O FISCAL. EXCE¿¿O DE PR¿-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILA¿¿O PROBAT¿RIA. DESCABIMENTO. S¿MULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decis¿o por meio da qual o douto Ju¿zo a quo rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dila¿¿o probat¿ria. 2. O agravante alega, em s¿ntese, a ocorr¿ncia da prescri¿¿o, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constitui¿¿o dos cr¿ditos, em 2002, e a data do ajuizamento da a¿¿o, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorr¿ncia da prescri¿¿o em sede de exce¿¿o de pr¿- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a mat¿ria demanda dila¿¿o probat¿ria, uma vez que a exequente alega ocorr¿ncia de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos ¿ Execu¿¿o. 4. Com rela¿¿o ao cabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade, a jurisprud¿ncia do egr¿gio Superior Tribunal de Justi¿a, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exce¿¿o de pr¿-executividade em sede de execu¿¿o fiscal nas situa¿¿es em que n¿o se faz necess¿ria dila¿¿o probat¿ria e em que as quest¿es possam ser conhecidas de of¿cio pelo magistrado, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da S¿mula n. 393 do STJ, cujo enunciado disp¿e, verbis: "a exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ admiss¿vel na execu¿¿o fiscal relativamente ¿s mat¿rias conhec¿veis de of¿cio que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declara¿¿o de D¿bitos e Cr¿ditos Tribut¿rios Federais - DCTF, que seus d¿bitos estavam com a exigibilidade suspensa por decis¿o judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso est¿ a demandar dila¿¿o probat¿ria, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes ¿ verifica¿¿o do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4¿ TURMA ESPECIALIZADA.)¿

Por tais raz¿es, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos ¿ Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de mar¿o de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0101782-33.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.101782-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 12/01/2016 12:54

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: APICE - CONSULTORIA DE VENDAS DE PLANO DE SAÚDE E ODON
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1° VARA DA CENTRAL DE DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 1° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
D E C I S Ã O
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101837.81.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.
Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101837.81.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0101782-33.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0101957-27.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.101957-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 12/01/2016 11:34
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: MHB SISTEMAS LTDA - EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2° VARA DA CENTRAL DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA - SJ/RJ
D E C I S Ã O
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101914.90.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.
Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101914.90.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0101957-27.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0101990-17.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.101990-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 12/01/2016 13:09
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: DIGIGLOBE INFORMÁTICA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1° VARA DA CENTRAL DE DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
D E C I S Ã O
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101669.79.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.

Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101669.79.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0101990-17.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.

THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0101993-69.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.101993-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 12/01/2016 13:22

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

RÉU: TARGET CONSULTORIA DE VENDAS E MARKETING LTDA.

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2° VARA DA CENTRAL DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ

SUSCITADO: JUÍZO DA 1° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ

D E C I S Ã O

O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101936.51.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.

Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101936.51.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0101993-69.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017

THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0102080-25.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.102080-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 12/01/2016 16:01

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

RÉU: NOVA ICAB ADMINISTRACAO, CONSULTORIA E CORRETAGEM DE SE

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2° VARA DA CENTRAL DE DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUARE,A/RJ

SUSCITADO: JUÍZO DA 2° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ

D E C I S Ã O

O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101711.31.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.

Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101711.31.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0102080-25.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.

THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0102127-96.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.102127-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/01/2016 19:24
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: SALVADOR MARQUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA CENTRAL DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
D E C I S Ã O
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101944-28.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.
Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101944-28.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0102127-96.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0102187-69.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.102187-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 11/01/2016 15:09
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: ELIZABETH GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2° VARA DA CENTRAL DA DÍVIDA ATIVA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
D E C I S Ã O
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101942.58.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.
Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101942.58.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº 0102187-69.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0102212-82.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.102212-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 12/01/2016 10:31
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: OXIGENIO INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2° VARA DA CENTRAL DA DÍVIDA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ

SUSCITADO: JUÍZO DA 2° VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
D E C I S Ã O
O presente Conflito de Competência foi distribuído por prevenção ao Conflito de Competência nº 0101945.13.2015.4.02.0000, que tramita sob esta Relatoria e, de acordo com a informação prestada pela DIDRA, ao se analisar o teor de ambos, verifica-se que se trata de incidentes idênticos.
Face ao exposto, uma vez que o presente incidente representa processo em duplicidade em relação ao de nº 0101945.13.2015.4.02.0000, determino o cancelamento da distribuição deste Conflito de Competência (nº0102212-82.2015.4.02.0000), com a consequente baixa e arquivamento dos autos.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

SUBSECRETARIA DA 5a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000215

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000182-36.2004.4.02.5114 Número antigo: 2004.51.14.000182-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 29/05/2015 12:49
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ADVOGADO: RENATA LORENA MARTINS DE OLIVEIRA
APELADO: CLARO S/A
ADVOGADO: CARLA CARVALHO FERREIRA
APELADO: OI MÓVEL S.A
ADVOGADO: ANDERSON ELISIO CHALITA DE SOUZA
ADVOGADO: ALEXANDRE RUCKERT BRAGA MARQUES
APELADO: TELEFONICA BRASIL S.A.
ADVOGADO: PABLO ANDREZ PINHEIRO GUBERT
APELADO: TIM CELULAR S/A
ADVOGADO: PAULO SERGIO BARBOZA TRIGO
ADVOGADO: RICARDO HENRIQUE KURTZ DE FREITAS
Originário: 0000182-36.2004.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
APELANTE(S)
:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
APELADO(S)
:
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL,NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA,CLARO S/A,OI MÓVEL S.A,TELEFONICA BRASIL S.A.,TIM CELULAR S/A
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR FEDERAL, RENATA LORENA MARTINS DE OLIVEIRA, CARLA CARVALHO FERREIRA, ANDERSON ELISIO CHALITA DE SOUZA, ALEXANDRE RUCKERT BRAGA MARQUES, PABLO ANDREZ PINHEIRO GUBERT, PAULO SERGIO BARBOZA TRIGO, RICARDO HENRIQUE KURTZ DE FREITAS
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE MAGÉ (00001823620044025114)

Despacho

Considerando a pretensão deduzida pelo MPF na petição inicial - reiterada na apelação de fls. 1998/2008 - e a recente edição da Lei nº 13.116/15, e tendo em mente a disposição contida no art. 933 do CPC/2015_, abra-se vista às partes apelante e apeladas, sucessivamente, para que se manifestem, no prazo legal.

Após, voltem conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

Relator

BOLETIM: 2017000216

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001463-17.2000.4.02.5001 Número antigo: 2000.50.01.001463-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2016 13:47

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRMV/ES

ADVOGADO: TATIANE ESPINOSA OLIVEIRA LEÃO

APELADO: WILLIANS RODRIGUES DE SOUZA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0001463-17.2000.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ABANDONO DE CAUSA CONFIGURADO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, III, §1º, DO CPC/73. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL ATENDIDA. INTIMAÇÃO POR PORTAL PRÓPRIO ELETRÔNICO. LEI Nº 11.419/2006. NÃO PROVIMENTO.

1. A sentença está amparada no silêncio da parte em dar prosseguimento à demanda, o que configura o abandono de causa, previsto no inciso III do art. 267, do CPC/73.

2. A prévia intimação pessoal da demandante é imprescindível para a extinção do processo em razão do abandono de causa, conforme preceitua o art. 267, III, § 1º, do CPC/73. Nesse sentido: STJ, 3ª Turma, REsp 1137125, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 27.10.2011.

3. O cumprimento do disposto no art. 267, § 1º, do CPC/73 é matéria de ordem pública, porquanto se trata de regra processual, devendo, dessa forma, ser apreciada de ofício. Precedente: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 200951100060482, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA, E-DJF2R 18.11.2014.

4. A Lei n. 11.419/2006 prevê a comunicação dos atos judiciais através de publicação no diário eletrônico de justiça (art. 4º), ou por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma da lei (art. 5º). O § 6º do art. 5º prevê que as intimações feitas na forma desse artigo são tidas como pessoais para todos os efeitos. Precedentes: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 2010.51.07.000599-3, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, e-DJF2R 15.12.2016; TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 2014.51.01.015704-6, Rel. Des. Fed. GUILHERME DIEFENTHAELER, e-DJF2R 29.9.2016.

5. Comprovada nos autos a intimação pessoal da parte pelo portal próprio, sem posterior manifestação no prazo assinalado, resta configurado o abandono da causa, sendo cabível a extinção do feito sem julgamento de mérito.

6. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0527796-90.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.527796-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/04/2016 15:11
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: NILMA SOARES JORGE
ADVOGADO: SUELY APARECIDA ARRUDA DA SILVA
Originário: 0527796-90.2007.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA DEVEDOR QUE FALECE APÓS A CITAÇÃO. SUSPENSÃO DO PROCESSO POR 60 DIAS. AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DO POLO PASSIVO. INEXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. EXTIÇÃO DO PROCESSO.

1. Trata-se de apelação interposta pelo IBGE contra a sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, a execução fiscal proposta, tendo em vista o falecimento da executada após o ajuizamento da demanda.

2. Irresignado, o apelante postula a reforma da sentença para garantir a suspensão da execução fiscal, com fulcro no art. 265, inc. I, do CPC, e no art.40, caput, da Lei nº 6.830/80, enquanto são feitas diligências para localização do inventariante ou do administrador provisório.

3. Na hipótese dos autos, verifica-se que a devedora foi citada em 15.5.2008 e consta informação de que o óbito ocorreu em 11.11.2010. Com isso, em 29.5.2015, o Juízo a quo suspendeu o processo por 60 dias, nos termos do art. 265, I, do CPC, a fim de que o exequente diligenciasse acerca da existência de processo de inventário ou solicitasse redirecionamento da execução para os sucessores da parte executada. O exequente atendeu à decisão e confirmou a inexistência de inventário aberto em nome da devedora no TJRJ, requerendo a intimação da patrona da devedora para informar sobre abertura de inventário. O que restou indeferido. Posteriormente, requereu o prosseguimento da execução em face do administrador provisório residente no local da citação. O que também fora indeferido.

4. Considerando que não ocorrera a regularização do polo passivo da demanda ou o redirecionamento da execução, nos termos do art. 131, II, do CTN, no prazo deferido, o Juízo a quo extinguiu o processo sem resolução do mérito, ante a ausência de parte legítima no polo passivo da demanda.

5. Não prospera a irresignação do recorrente para suspender a execução fiscal para a aferição de situação que já se conhecia previamente, eis que embora se admita o redirecionamento da execução contra seu espólio ou herdeiros quando o executado falecer após a citação, o que ocorreu no caso dos autos, não havendo co-devedores desaparece a justa causa para o redirecionamento. TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 0519423-12.2003.4.02.5101, Des. Rel. Fed. MARCUS ABRAHAM, DJE 3.10.2016; TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 0008888-90.2003.4.02.5001, Des. Rel. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DJE 6.10.2016.

6. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0015002-55.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.015002-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 26/02/2014 15:54

Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SUELI GRAFFINO DE MEDEIROS
APELADO: JORGE SOARES GRAFFINO
APELADO: WILSON SOARES GRAFFINO
ADVOGADO: ANTONIO MANOEL DE BARROS
Originário: 0015002-55.2011.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CABIMENTO DA EXCLUSÃO DA MULTA APLICADA À EMBARGANTE COM FUNDAMENTO NO ART. 600, III, DO CPC/73. NÃO COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DE ATO DOLOSO, CONSUBSTANCIADO NA VONTADE DO AGENTE EM NÃO CUMPRIR A OBRIGAÇÃO OU A ORDEM JUDICIAL. NÃO APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO COM A INICIAL DOS EMBARGOS. ÔNUS DO EMBARGANTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ¿ NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de apelação interposta em face de sentença que julgou extinto o processo, com julgamento do mérito, na forma art. 269, II, do CPC, declarando ser devido aos embargados o montante de R$ 642.205,40 (seiscentos e quarenta e dois mil duzentos e cinco reais e quarenta centavos), atualizado até julho de 2006, sem prejuízo do valor fixado a título de multa aplicada à UNIÃO. Verifica-se que o título judicial que se pretende executar, originário da ação ordinária nº 2000.51.01.016507-0, julgou procedente o pedido formulado pela demandante para condenar a União Federal ¿a proceder ao pagamento da pensão de acordo com o preceituado no artigo 40, parágrafos 4º e 6º, da Carta Magna, computando o valor da diária de asilado que o militar percebia, além das diferenças verificadas até o quinquênio anterior ao aforamento da presente, devidamente atualizadas e acrescidas de juros de mora de meio por cento ao mês, a partir da citação, somando-se ao montante dez por cento, a título de verba honorária advocatícia¿.

2. Exclusão de multa aplicada à embargante. Não há que se falar em ato atentatório à dignidade da Justiça, previsto no art. 600 do CPC/73, quando não se evidencia nos autos uma conduta maliciosa, artificiosa e furtiva da parte, que, claramente, pretende dificultar e impedir que o processo atue como instrumento que restringe, materializa, garante e operacionaliza a jurisdição. Para a imputação da multa deve estar evidente a prática de ato doloso, consubstanciado na vontade do agente em não cumprir a obrigação ou a ordem judicial, aproveitando-se de artifícios jurídicos para postergar a efetiva prestação jurisdicional, o que não restou configurado no caso vertente. Não há má-fé da União Federal, nem resistência às ordens judiciais, já que foi regularmente citada para os fins do art. 730 do CPC, e o modo de defesa que possui são os embargos à execução. Além disso, a aplicação de multa ao executado pela prática de ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 600 do CPC) pressupõe prévia advertência ao devedor de que seu ato é reprovável (art. 599, II, do CPC). Se assim não fosse, não teria sentido a previsão do disposto no art. 599, II, do CPC/73, que estabelece o poder do magistrado de ¿advertir ao devedor que o seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça¿, o que também não ocorreu no presente caso, afigurando-se incabível a penalidade imposta.

3. Não cabimento do arbitramento de verba honorária em favor da embargante, tendo em vista que, conforme salientado às fls. 43/44, não foi apresentada planilha de cálculo com a inicial dos embargos à execução nem foi apontando o valor entendido como devido, conforme determina o art. 739-A do CPC/73, não se desincumbindo a embargante de demonstrar, initio litis, os equívocos do cálculo embargado, a justificar a propositura dos embargos. Além disso, verifica-se a sucumbência mínima dos embargados, uma vez que o excesso de execução de R$ 10.143,11 (dez mil cento e quarenta e três reais e onze centavos) apontado, posteriormente, pela União à fl. 60, corresponde a apenas cerca de 1,5% do valor de R$ 652.348,51 (objeto da execução).

4. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0000818-60.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.000818-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/11/2015 10:16
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
APELADO: SILVANA FERREIRA DE LEMOS MARQUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000818-60.2012.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. ABANDONO DE CAUSA. OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO, ART. 267, III e §1º, DO CPC/73. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL.

1. Cuida-se de recurso de apelação contra sentença que extinguiu o feito, sem solução do mérito, nos termos do art. 267, III, do CPC/73, ante a inércia da parte.

2. A prévia intimação pessoal da demandante é imprescindível para a extinção do processo em razão do abandono de causa, conforme preceitua o art. 267, III, § 1º, do CPC/73. Precedentes: STJ, 3ª Turma, REsp 1137125, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 27.10.2011; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 2013.51.01.031839-6, E-DJF2R 12.1.2017.

3. O cumprimento do disposto no art. 267, § 1º, do CPC/73 é matéria de ordem pública, porquanto se trata de regra processual, devendo, dessa forma, ser apreciada de ofício. Precedente: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 200951100060482, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA, E-DJF2R 18.11.2014.

4. No caso, houve a intimação pessoal da parte para suprir a falta em 48 horas.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0000827-82.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.000827-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/12/2016 11:32
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARCUS NEY PINHEIRO
ADVOGADO: EDUARDO REIS DE MENEZES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
Originário: 0000827-82.2013.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

ADMINISTRATIVO E CÍVEL. CONTRATO DE MÚTUO. INADIMPLEMENTO. INSCRIÇÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação interposta em face de sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face da CEF, que visava à exclusão do nome do demandante dos cadastros restritivos de créditos e indenização por danos morais.

2. Alegou o demandante, em síntese, que, em 26.4.2012, firmou com a CEF um contrato de financiamento habitacional no valor de R$ 270.000,00, em 360 parcelas mensais. Afirmou que ficou em mora com seis prestações e, desde maio de 2013, vem tentando um acordo com o credor para renegociar a dívida.

3. Da análise dos autos, verifica-se que não prospera a irresignação do apelante, eis que inexiste qualquer vício na conduta da CEF.

4. O apelante celebrou com a CEF contrato por instrumento particular de compra e venda de imóvel residencial quitado, mutuo e alienação fiduciária em garantia e, em razão do inadimplemento, seu nome foi negativado nos órgãos de proteção ao crédito.

5. O princípio da autonomia da vontade consiste, basicamente, na liberdade conferida às partes contratantes, de criarem relações jurídicas, de acordo com suas intenções e necessidades, desde que obedeçam às regras impostas pela lei. Assim, uma vez externada as manifestações de vontades, o contrato se concretiza, estabelecendo um vínculo obrigacional entre as partes.

6. Presume-se a vontade e a boa-fé dos contratantes, sendo que a inversão do ônus da prova não permite à parte se desincumbir do seu ônus probatório com alegações genéricas aos princípios e normas que regem as relações de consumo. Não é outro o entendimento deste TRF2: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201050040005526, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 11.2.2014; TRF2, 6ª Turma Especializada, AC201451010015951, Rel Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 19.10.2016.

7. No caso dos autos, não se verifica qualquer falha no serviço da CEF a ensejar pagamento de indenização por danos morais, eis que, diante da inadimplência do devedor, a inscrição do seu nome em cadastros restritivos de crédito configura-se exercício regular do direito do credor, não havendo que se falar em indenização por danos morais.

8. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0018837-80.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.018837-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/08/2014 18:17
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CIM SANEAMENTO INSTRUMENTAL LTDA
ADVOGADO: ALEXANDRE SERVINO ASSED
ADVOGADO: HELIO LYRA DE AQUINO JUNIOR
APELADO: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0018837-80.2013.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. DANOS MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. EFEITOS DO CONTRATO QUE NÃO AFETAM TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Apelação cível interposta contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido de condenação do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES ¿ DNIT ao pagamento de indenização por danos materiais sofridos em virtude da emissão de falso atestado por sua servidora.

2. Alegou a demandante, em síntese, que integra polo passivo de ação distribuída na Justiça Estadual, exclusivamente por culpa de servidora federal da apelada. E, ainda, que o principal dano até agora advindo da conduta da servidora do DNIT foi a necessária contratação de advogados para se defender naquela demanda.

3. A dinâmica dos fatos narrados revela que a sentença não merece reforma.
4. Os honorários advocatícios contratuais não podem ser opostos a quem com ele não anuiu. Trata-se de obrigação contratual acertada entre a parte e o seu causídico, cujos efeitos só se produzem em relação aos contratantes que manifestaram sua vontade, não afetando terceiros. Nesse mesmo sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200050010037210, Rel. Des.Fed. LUIZ PAULOS. ARAUJO FILHO, DJE 15.7.2009.
5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0134430-60.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.134430-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/02/2016 15:27
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: DANIELLE RIBEIRO UCHOA
APELADO: E TAMUSSINO E CIA LTDA
ADVOGADO: MAURO CARDOSO DA COSTA FARIA
Originário: 0134430-60.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO, ART. 267, III. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. ART. 267, IV. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR FUNDAMENTO DIVERSO.
1. Cuida-se de recurso de apelação contra sentença que extinguiu o feito, sem solução do mérito, nos termos do art. 267, III, do Código de Processo Civil de 1.973 (CPC/73), considerando o abandono de causa devido ao não atendimento da determinação de indicar as páginas em que está ¿o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas¿.
2. Não se trata de abandono de causa, haja vista que houve manifestação da parte interessada, ainda que não se tenha atendido integralmente à determinação, tratando-se, dessa forma, de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, previsto no art. 267, IV, CPC/73.
3. A exigência da prévia intimação pessoal prevista no § 1º, do art. 267, CPC/73 se faz necessária somente nas hipóteses dos incisos II e III do dispositivo em epígrafe. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 2008.51.10.001995-7, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 5.12.2016; TRF2, 6ª Turma Especializada, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, AC 2012.50.06.001363-0, E-DJF2R 6.12.2016.
4. Sentença mantida por fundamento diverso.
5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001641-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.001641-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.094128-5
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2016 17:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: THAÍS BERAHA PARAHYBA
APELADO: VER & OUVIR (ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO-OSCIP)
ADVOGADO: ALEXANDRE AROEIRA SALLES
ADVOGADO: FRANCISCO FREITAS DE MELO FRANCO FERREIRA.
ADVOGADO: MARINA HERMETO CORRÊA
ADVOGADO: MARIANA BARBOSA MIRAGLIA
ADVOGADO: TATHIANE VIEIRA VIGGIANO FERNANDES
Originário: 0001641-63.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES.
1. Embargos de Declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.
2. Vícios alegados pelo recorrente não subsistem, razão pela qual não há que se cogitar da reforma do acórdão embargado
3. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0028018-37.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.028018-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.112913-4
Distribuição para Órgão Julgador - 05/09/2016 12:38
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS RASCAO DE VASCONCELLOS
APELADO: EDGARD DE ARAUJO LEITE TAVARES
APELADO: EDGARD CASTILHO PEIXOTO
APELADO: DENISE LUORENCO CAPUTO
APELADO: CLARA LUIZA LISBOA ANACHE
APELADO: CARLOS ALBERTO FLORENTINO DOS SANTOS
APELADO: ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO NETO
APELADO: ANNITA GRINER

APELADO: ALCIMIRA DA ROCHA ALVES
APELADO: AILTON HIPPERT VERDINI
ADVOGADO: MARCELO FEIJO CHALREO
Originário: 0028018-37.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.

3. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios de AILTON HIPPERT VERDINI e do COLÉGIO PEDRO II, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0028018-37.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.028018-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.111954-6
Distribuição para Órgão Julgador - 05/09/2016 12:38
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS RASCAO DE VASCONCELLOS
APELADO: EDGARD DE ARAUJO LEITE TAVARES
APELADO: EDGARD CASTILHO PEIXOTO
APELADO: DENISE LUORENCO CAPUTO
APELADO: CLARA LUIZA LISBOA ANACHE
APELADO: CARLOS ALBERTO FLORENTINO DOS SANTOS
APELADO: ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO NETO
APELADO: ANNITA GRINER
APELADO: ALCIMIRA DA ROCHA ALVES
APELADO: AILTON HIPPERT VERDINI
ADVOGADO: MARCELO FEIJO CHALREO
Originário: 0028018-37.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.

3. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios de AILTON HIPPERT VERDINI e do COLÉGIO PEDRO II, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0077151-48.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.077151-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/12/2016 13:50
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SOLANGE NUNES DE CASTRO PUJOL
APELADO: GUSTAVO AUGUSTO DE CASTRO PUJOL
APELADO: ANA CRISTINA DE CASTRO PUJOL
APELADO: ANA BEATRIZ DE CASTRO PUJOL
ADVOGADO: TANIA PACHECO FERNANDEZ
ADVOGADO: CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ
Originário: 0077151-48.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA ¿ NÃO OCORRÊNCIA. FALECIMENTO DO DEMANDANTE APÓS O AJUIZAMENTO. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL. APLICAÇÃO DO ART. 265 CPC/73. CRITÉRIO DE CÁLCULO FIXADO NO TÍTULO JUDICIAL. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO EM FASE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DOS JUROS DE MORA.

1. Trata-se de apelação interposta em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado nos embargos, com base no art. 487, I, do NCPC, determinando o prosseguimento da execução de acordo com os cálculos elaborados pela contadoria judicial, às fls. 1181/1183, no valor de R$ 140.744,39 (cento e quarenta mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos), atualizado até junho de 2015. O título judicial que se pretende executar foi constituído nos autos da ação de rito ordinário autuada sob o nº 0079866-93.1997.4.02.5101, ajuizada pelo SINTRASEF- Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, restando a CNEN condenada a pagar aos demandantes as diferenças devidas a título de complementação dos reajustes já recebidos até o limite de 28,86%, pelo período de janeiro/93 a junho/98, ¿acrescidas de correção monetária pelos índices dos Precatórios da Justiça Federal, a partir da data em que cada parcela era devida, acrescentando-se, após, juros de mora de 1% ao mês, contados desde a data da propositura da ação¿.

2. Afastadas as alegações de inexigibilidade do título e prescrição. Conforme consta da fundamentação da sentença ¿a decisão exequenda transitou em julgado em 18/10/2002, conforme certidão acostada às fls. 467 dos presentes autos. A inicial da execução dos herdeiros do falecido autor SEBASTIÃO VASCONCELOS PUJOL FILHO foi protocolada em junho de 2015 (fls. 548/551). Nos termos dos arts. 313, I e 921, I, do NCPC, a morte de uma das partes importa na suspensão do processo. Tendo o óbito ocorrido antes de findo o quinquênio após o trânsito em julgado da sentença, não há que se falar em prescrição, diante da inexistência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, conforme precedentes do STJ. Na hipótese dos autos, o autor faleceu em 1998 (cf. fls. 552) e a habilitação foi requerida em junho de 2015 (fls. 548/551). Desse modo, não há que se falar em prescrição da pretensão executória, já que durante este período o curso do prazo prescricional estava suspenso. O seu fluxo só voltou a correr com a habilitação dos sucessores civis, ocorrida em julho de 2015, conforme fls. 61¿. O entendimento asseverado na sentença recorrida não dissentiu da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, ¿nos termos dos arts. 265, I, e 791, II, do CPC, a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente¿ (STJ, 2ª Turma, AgRg no

AREsp 286.713/CE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 1.4.2013). A morte da parte ou de seu representante processual provoca a suspensão do processo desde o evento fatídico, sendo irrelevante a data da comunicação ao juízo. Precedentes: STJ, 2ª Turma, AgRg no AREsp 282834, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.4.2014;STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp 387111, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 22.11.2013;STJ, 2ª Turma, REsp 861723, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 05.03.2009.

3. Coisa julgada. Ainda que se possa discutir sobre a constitucionalidade da aplicação da Lei 11.960/2009, é certo que o título judicial fixou os parâmetros para o cálculo dos juros de mora e da correção monetária, estando acobertado pela intangibilidade assegurada pela coisa julgada. Portanto, afigura-se inviável a alteração, na fase de execução, do que já se encontra imutável pelo trânsito em julgado, sob pena de ofensa à garantia constitucional da coisa julgada. O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento firme no sentido de que a execução do título executivo deve ser adstrita ao comando da decisão transitada em julgado, não sendo cabível, em embargos à execução, a discussão acerca de possíveis vícios imateriais que poderiam ter sido alegados no processo de conhecimento, sob pena de violação do princípio da coisa julgada (STJ, 2ª Turma, AgRg no RESP 1435.543-PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe: 15.05.2014).

4. Não se revela justo que o pagamento se dê sem os acréscimos pertinentes à compensação pela demora no cumprimento do julgado. Não restou demonstrado nos autos que os herdeiros detinham o conhecimento da existência do processo, o qual foi suspenso nos termos do art. 265, I, do CPC/73, não podendo se afirmar que houve inércia por parte deles. Ademais, a embargante, apesar de intimada, não se manifestou sobre os cálculos elaborados pela contadoria judicial (fls. 1185/1187 e 1190), caracterizando sua concordância tácita. Com efeito, devem prevalecer os cálculos homologados na sentença recorrida. Precedente: TRF5, 1ª Turma, AGA 00081527020144050000001, Rel. Des. Fed. José Maria Lucena, DJe 2.12.2014.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0126505-42.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.126505-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/01/2016 09:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ERONDINA PADILHA FLORENTINO
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0126505-42.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ANTERIOR AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO COLETIVA. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. FLUÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PARA A PRETENSÃO INDIVIDUAL. PRAZO PELA METADE. ARTS. 8º E 9º DO DECRETO Nº 20.910/32.

1. Título executivo decorrente de sentença proferida em ação coletiva proposta pela Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador - ANACONT, na qual a União Federal foi condenada a pagar aos substituídos as diferenças apuradas entre os valores devidos, no período de 1º de março de 1992 a 31 de dezembro de 1993, considerando o valor integral a que faria jus os respectivos ex-militares instituidores, e aqueles efetivamente pagos mensalmente. Sentença impugnada que julgou extinta a execução, pronunciando a prescrição da pretensão executória.

2. Além de a prescrição executiva ser contada no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do trânsito em julgado do decisum condenatório, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32, tal prazo é passível da incidência de uma causa interruptiva, conforme prevê o art. 8º do mesmo diploma legal. Configurada a interrupção do prazo da prescrição executiva, a qual pode decorrer do ajuizamento de ação de execução coletiva, o prazo prescricional terá sua contagem reiniciada, pela metade, consoante dispõe o art. 9º do referido decreto, a partir do ato que o interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

3. Embora a decisão proferida na ação coletiva tenha tido o condão de interromper o prazo prescricional, a execução individualizada foi proposta fora do prazo de dois anos e meio após a interrupção, razão pela qual se impõe o reconhecimento da prescrição da pretensão executória. Precedentes: STJ, 6ª Turma, AgRg no REsp 1133526, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 15.9.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201451011104219, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJF2R 03.12.2015.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0129001-44.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.129001-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/01/2017 16:41
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: SOLANGE NASCIMENT0 DA SILVA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0129001-44.2015.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. DESISTÊNCIA DO RECURSO. ARTIGOS 998 E 999 DO CPC/2015. PEDIDO HOMOLOGADO.

1. Trata-se de apelação interposta em face de sentença que, em execução de título judicial, extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485,VI, do CPC/2015. Após a interposição do recurso de apelação, a recorrente peticionou nos autos requerendo a desistência do recurso.

2. O atual Código de Processo Civil (CPC/2015), possibilita, nos artigos 998 e 999, reproduzindo o previsto no artigo 501 do CPC/73, ao recorrente o direito de desistir do recurso a qualquer momento, mesmo sem a anuência do recorrido, mantendo-se o que foi decidido na instância anterior.

3. Desistência homologada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, homologar a desistência do recurso, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0133316-18.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.133316-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/06/2016 14:54
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: RICARDO SANTOS
ADVOGADO: LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA
Originário: 0133316-18.2015.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. ANISTIADO POLÍTICO. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

1. Recurso de apelação interposto contra sentença que julgou improcedente pedido formulado em ação de cobrança, pronunciando a prescrição na forma do art. 487, II do CPC/2015.

2. Recorrido que foi declarado anistiado político através da Portaria 3.090, de 18 de outubro de 2004, passando a receber os proventos do posto de Segundo-Tenente, com reconhecimento expresso na referida portaria de efeito financeiro retroativo no valor de R$ 184.612,17. Em dezembro de 2006 firmou termo de adesão para receber tal montante administrativamente, renunciando a valores oriundos do cumprimento de decisão judicial embasada no mesmo título ou fundamento. Ocorre que, antes de firmar o termo de adesão, já se encontrava em curso a ação nº 000583-40.2005.4.02.5101, na qual o interessado pleiteava ¿a promoção à graduação de Capitão-de-Mar-e-Guerra com proventos de Contra-Almirante, e os devidos consectários legais, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.559/02¿. O pedido foi julgado improcedente em primeiro grau. A sentença foi confirmada pelo TRF2 e o acórdão respectivo foi mantido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ¿ Resp 1.235.415, estando pendente julgamento de Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal (STF) ¿ RE 6401174.

3. Pretensão de ressarcimento ao erário de valores recebidos administrativamente pelo interessado entre janeiro de 2007 e julho de 2008. Suposta violação do termo de adesão firmado, tendo em vista a existência da mencionada ação judicial.

4. O art. 37,§5º da Constituição determina ¿a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento¿. Todavia, em apreciação do RE 669.069, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese de que ¿é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil¿, fixando-se, para tanto, prazo quinquenal de prescrição, nos moldes do Decreto 20.910/32.

4. Inexistência no caso em apreço de infração praticada pelo recorrido que possa ser qualificada como ilícito penal ou de improbidade administrativa, sendo possível a aplicação da tese firmada pelo STF nos autos do RE 669.069. Suposto débito relacionado ao período de janeiro de 2007 a julho de 2008. Ação de cobrança ajuizada pela União Federal apenas em 28.10.2015, quando já transcorrido o prazo quinquenal que dispunha.

5. Além da prescrição apontada, convém ressaltar que, até o momento sequer houve pagamento em duplicidade de montante indenizatório, considerando que o interessado não percebeu efetivamente quaisquer valores em virtude da ação nº 000583-40.2005.4.02.5101, cujo objeto vem sendo reiteradamente denegado em diversas instâncias judiciais. Ônus da recorrente de diligenciar para que o termo de adesão firmado, com a sujeição do demandado às condições estabelecidas na Lei nº 11.354/06, seja efetivamente cumprido.

6. Remessa necessária e Recurso de apelação não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0144671-71.2015.4.02.5118 Número antigo: 2015.51.18.144671-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.118331-7
Distribuição-Sorteio Automático - 12/02/2016 12:02
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA ODETE ALVES CAVERNA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0144671-71.2015.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.
1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.
2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.
3. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0030406-73.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.030406-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.001586-0
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2016 12:17
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: FEDERICO BYRON TOASPERN CORDERO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030406-73.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS ENUMERADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.
1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.
2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nessa linha, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 200251100065497, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 5.3.2013.

3. A simples afirmação do recorrente de se tratar de aclaratórios com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário que se subsuma a inconformidade integrativa a um dos casos previstos (omissão, obscuridade, contradição e erro material), e não à mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos ou dispositivos legais outros. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 7.3.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200951010151097, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 10.4.2014.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0032579-70.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.032579-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/12/2016 16:28
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: THEREZA CHRISTINA RODOPIANO GONÇALVES DOS SANTOS
APELANTE: RAUL RODOPIANO GONÇALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: MAURO DANTAS PINTO GUIMARAES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0032579-70.2016.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. CÁLCULOS DA CONTADORIA QUE APURARAM CRÉDITOS INFERIORES ÀQUELES INDICADOS PELA EMBARGANTE. PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO AO PEDIDO. NÃO CABIMENTO. PREVALÊNCIA DOS CÁLCULOS DA CONTADORIA. SENTENÇA REFORMADA.

1. Trata-se de Apelações interpostas em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado nos embargos, determinando o prosseguimento da execução pelo valor de R$ 42.770,40 (quarenta e dois mil setecentos e setenta reais e quarenta centavos), atualizados até janeiro de 2016.

2. Com relação à correção monetária, devem ser observados os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal (Resolução nº 267, de 2.12.2013, do E.CJF) até o advento da Lei nº 11.960, de 29.06.2009, a partir de quando se aplicam os percentuais dos índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, em virtude da recente decisão do E. STF, no RE 870.947, Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 27.4.2015, que, ao reconhecer a existência de repercussão geral sobre o tema, embora pendente de julgamento final, consignou em seus fundamentos que, na parte em que rege a atualização monetária das condenações imposta à Fazenda Pública, o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, continua em pleno vigor. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201551010075459, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJF2R 07.01.2016.

3. Devem ser acolhidos os cálculos da contadoria judicial, no valor de R$ 36.547,94 (trinta e seis mil quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos), uma vez que elaborados com base no título executivo e em consonância com o que foi determinado pelo juízo a quo. Tendo em vista que o órgão auxiliar do juízo apurou valores menores daqueles apontados na inicial dos embargos como devidos aos exequentes, o caso é de acolhimento de seus cálculos, não importando tal medida em violação ao princípio da correlação entre o pedido e a sentença porque a existência de título executivo é matéria de ordem pública passível de conhecimento de ofício pelo juiz. Se o título judicial delimita o valor a executar, não é o fato de a União reconhecer como devido, na inicial dos embargos, valor maior, que vai legitimar execução de quantia superior àquela efetivamente devida. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201151010155231, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 3.12.2013.

4. Apelação dos embargados não provida. Apelação da União Federal provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, nego provimento à Apelação dos exequentes/embargados e dou provimento à Apelação da União Federal, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0141899-04.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.141899-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/12/2016 17:36
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: NILDA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0141899-04.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA APENAS AOS ASSOCIADOS LISTADOS NA INICIAL DO WRIT. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM CONFIGURADA.

1. Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que extinguiu a execução individual de sentença coletiva, nos termos do art. 485, IV e VI, c/c art. 771, ambos do CPC/15, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa da exequente para pleitear a execução do julgado proferido no Mandado de Segurança Coletivo nº 2005.51.1.016159-0.

2. Ilegitimidade ativa ad causam configurada. No RE nº 573.232, o STF entendeu que, nos termos do art. 5º, XXI, da CRFB/88, as entidades associativas dependeriam de autorização expressa, pelo associado, para o ajuizamento das ações coletivas, diferentemente do que ocorre em ações coletivas propostas por sindicato, tendo em vista a disciplina específica do art. 8º, III, da CRFB/88. Entretanto, esses princípios não valeriam para os mandados de segurança coletivos, já que a impetração coletiva está fundamentada no art. 5º, LXX, da CRFB/88, que não exige autorização prévia, individual ou coletiva, dos associados. Essa a dicção do art. 21 da Lei nº 12.016/20091, entendimento sedimentado no Enunciado nº 629 da súmula do STF2. Dessa forma, em princípio, em mandado de segurança coletivo a associação impetrante atuaria na qualidade de substituta processual de seus associados, independentemente de qualquer limitação temporal, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações. Assim, em fase de cumprimento de sentença, não haveria que se exigir do interessado a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da impetração, sendo descabida tal limitação temporal. Contudo, no caso concreto, o título judicial foi constituído no mandado de segurança coletivo no qual o impetrante delimitou o pedido aos associados, listados no writ. É sabido que a delimitação da lide é feita pelo demandante, quando da elaboração da inicial. Por conseguinte, por força do princípio da congruência, a sentença deve estar limitada aos termos precisos do pedido formulado. Desse modo, visando reverenciar os exatos contornos subjetivos do título executivo judicial, bem como o princípio da segurança jurídica consagrado no ordenamento pátrio, penso que o melhor entendimento a ser aplicado ao caso é no sentido de que apenas os associados, listados na inicial do mandamus, possuem legitimidade para requerer o cumprimento do referido título.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0001484-44.2011.4.02.5118 Número antigo: 2011.51.18.001484-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 09/01/2017 15:33
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ROSANGELA DOS SANTOS
ADVOGADO: ALEXANDRE RAVACHE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU - RJ
Originário: 0001484-44.2011.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (ART. 37, § 6º DA CRFB/88). DUPLICIDADE DE CPF CONFIGURADA. REGULARIZAÇÃO. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O DANO E A CONDUTA ILÍCITA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRECEDENTES.

1. Apelações cíveis interpostas contra decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito quanto ao pedido de regularização do CPF da demandante e condenou a União ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00.

2. Alegou a demandante, em síntese, que seu CPF fora expedido em duplicidade com pessoa homônima, residente em outro Município e com filiação diversa, e este fato lhe acarretou muitos problemas. Afirmou que, embora tenha procurado a Receita Federal para resolver a pendência, não obteve nenhum resultado.

3. Quanto à responsabilidade civil do Estado, importante ressaltar que encontra-se fundamentada no art. 37, § 6º da Constituição da República de 1988 (CRFB/88), a qual adotou a responsabilidade objetiva tendo por fundamento a teoria do risco administrativo.

4. À luz do conjunto probatório carreado aos autos, não pairam dúvidas acerca da existência da duplicidade nos CPF¿s em questão.

5. No que tange ao pedido de regularização do CPF da demandante, o inconformismo manifestado pela recorrente não merece prosperar, eis que, antes da sentença, a Receita Federal providenciou tal regularização.

6. Quanto ao pagamento de indenização por danos morais, comprovada a falha no cadastramento do CPF da demandante, consubstanciada na emissão de CPF em duplicidade, e o dano sofrido, diante dos prejuízos experimentados pela mesma, verifico presentes os elementos ensejadores da responsabilidade civil objetiva, justificando-se a reparação dos danos morais, conforme determinado na sentença. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0003149-49.2011.4.02.5101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJe 17.9.2015; TRF2, 6a Turma Especializada, AC 200551010176908, Rel. Juíza Fed. Conv. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, DJe 18.7.2011; TRF2, 6a Turma Especializada, AC 200202010289116, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DJe 29.5.2009.

7. No caso em apreço, considero adequada, proporcional e razoável a indenização por danos morais fixada em 5.000,00 pelo Juízo a quo. Valor este que efetivamente concilia a pretensão compensatória do dano moral com o princípio que veda o enriquecimento sem causa, além de estar de acordo com os precedentes acima elencados.

8. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001684-77.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.001684-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 14/01/2015 14:49
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA DAS GRACAS SOARES PATRICIO
ADVOGADO: LEONARDO PIZZOL VINHA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Originário: 0001684-77.2012.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. PAGAMENTO INDEVIDO. GDASST. GESST. VPI. DESNECESSIDADE DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO.

1. Recurso de apelação interposto contra sentença que julgou procedente pedido para obstar a Administração Pública de realizar descontos em proventos a título de reposição ao erário.

2. Pagamento a maior da Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho (GESST), da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social (GDASST) e de Vantagem Pecuniária Individual (VPI) a inativos. Não adequação do valor da gratificação aos proventos de inatividade em caráter proporcional. Manutenção no mesmo montante devido quando em serviço ativo.

3. Desnecessidade de restituição quanto aos valores incorretamente recebidos. Aplicabilidade dos pressupostos da proteção da confiança legítima. As atuações administrativas podem conter vícios de forma e de conteúdo, do ponto de vista fático ou jurídico. A margem de apreciação das autoridades, quando equivocadamente exercida, pode implicar diversos graus de invalidade: nulidade absoluta, nulidade relativa, anulabilidade, irregularidade. Seja qual for o grau de invalidade ou a natureza do vício - salvo para os atos inexistentes -, deve a Administração Pública responder pelos danos que causar aos que nela confiarem e merecerem proteção. A despeito da espécie de erro verificado na atuação administrativa, sendo meramente material ou de cunho interpretativo, deve a Administração arcar com equívocos por ela cometidos quando presentes os pressupostos da proteção da confiança.

4. Reconhecimento que, todavia, não se conduz unicamente por um critério objetivo, calcado na mera existência de ato administrativo viciado que venha produzindo efeitos e traga vantagens a certo particular. Constatação que exige sempre um juízo de apreciação individual acerca do grau de cogniscibilidade/capacidade de reconhecimento do erro pelo administrado, consideradas as circunstâncias específicas do caso concreto.

5. Caso no qual o pagamento a maior decorreu, segundo informações da autoridade administrativa, do ¿pagamento integral da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho ¿ GDASST, da Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho ¿ GESST e da Vantagem Pecuniária Individual da Lei nº 10.698/2003 ¿ VPI a aposentados ou pensionistas de instituidores de pensão com proventos proporcionais, contrariando a Orientação Normativa SRH/MP 06/2007 e reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 3.561/2006 ¿ 2ª Câmara, nº 3.562/2006 ¿ 2ª Câmara, nº 3.563/2006 ¿ 2ª Câmara, nº 3.138/2006 ¿ 1ª Câmara e nº 1.587/2007 ¿ 2ª Câmara.¿. Equívoco imputável exclusivamente à Administração, para o qual os interessados não concorreram, motivado por inobservância da legislação aplicável ao caso.

6. Ausência de valores patrimoniais significativos, uma vez que a diferença entre o efetivamente devido e o que foi pago os interessados não ultrapassa os R$50,00 mensais. Ausência de oscilação nos contracheques dos recorridos que pudesse evidenciar a existência de algum erro, tampouco existiu superveniente e abrupto incremento dos proventos.

7. Dispensa de reposição ao erário que, todavia, alcança apenas os valores recebidos até a data de notificação dos interessados acerca do pagamento indevido (maio de 2011), eis que, após esse momento, há ciência inequívoca do erro da Administração, descaracterizando a noção de confiança legítima.

8. Extinção do feito sem resolução de mérito quanto à demandante Maria das Graças Soares Patrício, tendo em vista o reconhecimento da existência de coisa julgada anterior na ação nº 0001931-76.2010.4.02.5050.

9. Remessa necessária e recurso de apelação não providos

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0042048-82.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.042048-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/12/2014 16:45
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: PEDRO AGUIRRE SERRADO
ADVOGADO: HELIO SABOYA RIBEIRO DOS SANTOS FILHO
REMETENTE: JUIZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0042048-82.2012.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. MILITAR. CRÉDITOS DE APÓS O ÓBITO DA BENEFICIÁRIA. SAQUES. NÃO COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

1. Remessa necessária e recurso de apelação interposto contra sentença que julgou improcedente pedido veiculado em ação de cobrança.

2. Suposto recebimento, pelo demandado, dos proventos de pensão a que sua genitora fazia jus, após seu óbito. Ausência de comunicação à Pagadoria de Inativos da Marinha a respeito do óbito, gerando créditos indevidos na conta corrente da pensionista já falecida.

3. Devolução pretendida que engloba especificamente os proventos depositados entre 01.07.2003 e 01.09.2003. Desnecessidade de restituição quanto aos proventos de julho de 2003. Considerando que o óbito de pensionista ocorreu em 27.07.2003, decerto faria jus aos valores depositados em 01.07.2003.

4. Fatos apurados em inquérito policial militar, no qual foram inquiridos três dos filhos da ex-pensionista. Confissão do recorrido quanto à realização de saques nos dias subsequentes ao óbito (27.03.2003), tendo por escopo o custeio de despesas emergenciais. Negativa de conhecimento quanto à origem dos demais saques.

5. O reconhecimento pelo demandado da utilização dos valores referentes ao exercício de julho de 2003 foi suficiente para que a Administração o responsabilizasse pela totalidade do débito. Contudo, em consulta às cópias do inquérito policial militar, não ha informações de que o demandado detivesse posse exclusiva sobre os cartões bancários da pensionista. Demais depoimentos que atestam que a ex-pensionista residia sozinha, e que seus documentos pessoais, incluídos os bancários, também foram acessados por seus outros filhos.

6. Embora não se olvide da irregularidade do pagamento no período de agosto a setembro de 2003, não há como se imputar exclusiva responsabilidade ao recorrido, eis que não há provas suficientes de que tenha se apropriado sozinho de tais valores. Repise-se, ademais, que a recorrente instruiu os autos apenas com cópias do inquérito policial militar, não solicitando quaisquer outras diligências probatórias.

7. Remessa necessária e Recurso de apelação não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Remessa Necessária ao Recurso de Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0105042-49.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.105042-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2015.6000.064869-4
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 16:17
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARTA MOREIRA NEVES
ADVOGADO: LEONARDO FERREIRA HEFFER
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
Originário: 0105042-49.2012.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Embargos de Declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Inexistência de omissão quanto à incidência da norma do art. 4º do Decreto 20.910/32 à espécie, que foi suficientemente debatida no voto condutor.

3. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0003931-94.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.003931-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/04/2016 12:58
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA DAS GRAÇAS GAMA GARDIOLI
ADVOGADO: LUCIANO AZEVEDO SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0003931-94.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE OCORRIDO EM RODOVIA FEDERAL. OMISSÃO DO ESTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. NÃO CABIMENTO. DANO MATERIAL. PENSÃO ALIMENTÍCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DANOS MORAIS. REDUÇÃO. SÚMULA 246 DO STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

1. Trata-se de remessa necessária e recurso de apelação interposto pelo DNIT, contra sentença, complementada pela decisão nos embargos de declaração, proferida em ação ordinária, que julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a autarquia ao pagamento de indenização por danos materiais, consistentes em lucros cessantes e pensão alimentícia, e morais, no valor de R$ 200.000,00.

2. Considerando o princípio da celeridade na prestação jurisdicional e a inexistência de prejuízo ao DNIT, que poderá pleitear seu direito posteriormente em ação autônoma, mostra-se acertada a decisão do Juízo a quo, não merecendo provimento o agravo retido. (STJ, 2ª Turma, REsp 1292728/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 2.10.2013; STJ, 4ª Turma, AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1289063, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 24.9.2012; STJ, 2ª Turma, REsp 955352, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 29.6.2009; TRF2, 7ª Turma Especializada, Processo n° 200651100050955, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DJ 1.9.2011).

3. A autarquia é parte legítima para figurar no polo passivo, eis que, com a extinção do antigo DNER (Lei nº.10.223/2001), foi criado o DNIT, que passou a ter responsabilidade pela manutenção, restauração e fiscalização das Rodovias Federais.

4. A questão versa sobre responsabilidade civil do Estado decorrente de omissão, seara na qual não se pode deixar de levar em conta que existe divergência doutrinária sobre a sua natureza, se esta seria objetiva ou subjetiva. Diante de tal indefinição, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem se orientando no sentido de que a responsabilidade civil do Estado por omissão também está fundamentada no artigo 37, § 6º, da Constituição da República (CRFB), ou seja, configurado o nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo particular e a omissão do Poder Público em impedir a sua ocorrência - quando tinha a obrigação legal específica de fazê-lo - surge a obrigação de indenizar, independentemente de prova da culpa na conduta administrativa, consoante os seguintes precedentes: STF, Tribunal Pleno, RE 841.526, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 1.8.2016; STF, 2ª Turma, RE 677.283 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 8.5.2012; STF, 1ª Turma, ARE 754.778 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 19.12.2013.

5. A demandante não trouxe aos autos nenhum elemento de prova da dependência econômica da vítima. Os danos materiais requerem demonstração fática de prejuízo mensurável. Assim, considerando que a demandante não demonstrou os fatos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 333, I do Código de Processo Civil/73 (atual artigo 373, I, do CPC/2015), quando ausentes quaisquer das hipóteses legais para sua inversão ou distribuição diversa, impõe-se a reforma da sentença para reconhecer a improcedência dos pedidos de danos materiais, consistentes nos lucros cessantes e pensão alimentícia.Precedente: STJ, 3ª Turma, REsp 1454505, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJE 9.11.2016.

6. A reparação civil do dano moral, entretanto, diversamente do que se verifica em relação ao dano patrimonial, não visa à recomposição da situação jurídico-patrimonial do lesado, mas sim reparar os danos compensando o indivíduo em razão de violações à sua dignidade tais como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a solidariedade, a isonomia e o crédito. A fim de afastar os critérios unicamente subjetivos na fixação do quantum da compensação por danos morais, o Superior Tribunal de Justiça vem consagrando o método bifásico, que conjuga dois momentos distintos de análise e adequação de valores. STJ, 3a Turma, RESP 1152541, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 21.9.2011.

7. No caso dos autos, sopesando o evento danoso ¿ o óbito da filha da demandante ¿ e a sua repercussão na esfera dos ofendidos, entendo que o quantum indenizatório deva ser reduzido para R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), eis que tal valor efetivamente concilia a pretensão compensatória, com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, além de estar em consonância com os precedentes jurisprudenciais em casos assemelhados. Precedentes: STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1288476, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES,DJe 17.4.2012; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC n.º 0000010-28.2007.4.02.5005, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM DJE 12.8.2015.

8. Na espécie, evidenciada a sucumbência recíproca, eis que os litigantes decaíram na mesma proporção, a verba honorária deve ser compensada, assim como as custas processuais, nos termos do art. 21, caput, do CPC/73 (cf. STJ, Primeira Turma, AgRg no AREsp 379.285, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 29.10.2013).

9. Agravo Retido não provido. Remessa Necessária parcialmente provida e Apelação do DNIT parcialmente provida para reconhecer a improcedência dos pedidos de danos materiais, consistentes nos lucros cessantes e pensão alimentícia, e reduzir a indenização fixada a título de danos morais para R$ 80.000,00.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo retido e dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0013672-52.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.013672-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/07/2014 17:17
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: JOSE CARLOS THOMAZ
ADVOGADO: CAROLINE MENDES CARVALHO ALVES
REMETENTE: JUIZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0013672-52.2013.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. PAGAMENTO INDEVIDO. GDPGPE. JULGAMENTO EXTRA PETITA

1. Recurso de apelação contra sentença que julgou procedente pedido para que a Administração Pública se abstivesse de excluir a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) dos proventos do interessado.

2. Verificação de julgamento extra petita. Ao propor a ação, o demandante formulou pedido "para que sejam cessados os descontos nos vencimentos do requerido, oriundos da Gratificação por desempenho (GDPGPE)¿. A sentença, todavia, determinou o que fosse ¿restabelecido o pagamento da GDPGE, com o pagamento dos atrasados desde a supressão, com correção monetária desde que devidos e juros de mora nos termos do art. 1-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, desde a citação.¿

3. A sentença ora impugnada concedeu prestação distinta da requerida na petição inicial, sendo cabível sua anulação por violar o princípio da congruência, insculpido no art. 460 do CPC/1973, correspondente ao art. 492 do CPC/2015.

4. No presente caso o Tribunal poderá decidir desde logo o mérito, pois trata-se de matéria de direito e o processo encontra-se em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 1.013, § 3º, do CPC/2015. O pedido do demandante cingia-se à não incidência de descontos em proventos quanto aos valores recebidos a título de GDPGE. Todavia, observa-se que a Administração não efetuou quaisquer descontos a título de ressarcimento ao erário em seus proventos. Evidencia-se, portanto, a ausência de interesse processual, sendo causa para extinção do feito sem resolução de mérito na forma do art. 485,VI do CPC/2015.

5. Provimento à remessa necessária e à apelação para reconhecer a nulidade da sentença por julgamento extra petita, e julgar o feito extinto, sem resolução de mérito, ante a ausência de interesse processual.

6. Remessa necessária e recurso de apelação providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001088-47.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.001088-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/09/2014 15:12
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
PARTE AUTORA: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: SERGIO MACHADO DE SOUZA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0001088-47.2013.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. CRÉDITOS DE PENSÃO APÓS O ÓBITO DA BENEFICIÁRIA. SAQUE INDEVIDO. NECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO.

1. Remessa necessária contra sentença que julgou parcialmente procedente pedido formulado em ação de cobrança ajuizada pela União Federal. Determinação de ressarcimento ao erário de R$ R$ 73.993,78 mediante descontos no benefício previdenciário recebido pelo demandando, no percentual mensal máximo de 30% até o integral ressarcimento.

2. Óbito da pensionista, ocorrido em 22.09.2004, não comunicado à Administração Pública. Manutenção do crédito das parcelas de pensão na conta corrente da beneficiária. Descoberta do óbito da pensionista pela Administração em 25/10/2005. Aferição de dados bancários que comprovou o saque, pelo filho e procurador da pensionista, de todas as parcelas do benefício depositadas após o óbito.

3. Confissão do débito pelo demandado. Além disso, a partir da morte da pensionista, qualquer familiar que tivesse acesso à sua conta corrente poderia aferir que a continuidade do pagamento da pensão constituiria erro da Administração. Confirmada a ocorrência do óbito em 22.09.2004, não subsiste, quanto aos valores depositados e sacados após tal período, aspecto de proteção da confiança legítima para impedir o ressarcimento ao erário, eis que notório às partes o erro da Administração. Remessa necessária diz respeito tão somente ao percentual de 30% fixado pela sentença quanto aos descontos no benefício previdenciário do interessado para ressarcimento do débito, o que obedece ao disposto no art. 154, §6º, VII do Decreto 3.048/99.

4. Remessa necessária não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Remessa Necessária, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0007015-03.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.007015-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/06/2015 17:59
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: FERNANDO DE OLIVEIRA XAVIER,
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
AGRAVADO: SERGIO ANTONIO SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO: JUAREZ RIBEIRO DE MATOS
AGRAVADO: ALCIDÉSIO DOS SANTOS RONFINI
ADVOGADO: MANOELITO DA SILVA PASSOS FILHO
Originário: 0044909-41.2012.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECURSO PREJUDICADO.

1. Agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão proferida em ação de improbidade administrativa, que determinou a suspensão da ação principal até o julgamento dos agravos de instrumento nºs 2014.02.01.003692-7; 0000605-26.2015.4.02.0000, 0035334720154020000.

2. Em consulta ao sistema processual do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, verifica-se que os recursos mencionados na decisão impugnada não foram providos e já se encontram em arquivo. Da mesma forma, a consulta ao feito originário permite aferir que, apesar de suspenso a partir de junho de 2015, retomou seu curso regular em abril de 2016, por não mais subsistir a causa que teria dado ensejo à sua suspensão.

3. Agravo de instrumento prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, julgar prejudicado o agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0002958-05.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002958-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.118328-7
Distribuição-Sorteio Automático - 17/03/2016 14:09
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: SIDNEA BARCELLOS DE MATTOS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
Originário: 0117130-17.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.

3. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0006126-15.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006126-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.118317-1
Distribuição por Prevenção - 13/06/2016 19:16
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: JANICE PINTO BENEVENTE
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
Originário: 0120380-58.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.
1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.
2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.
3. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000217

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0000851-91.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.000851-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/06/2015 10:48
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APELADO: SERRARIA LIDER DE IGUACU LTDA
APELADO: SOLANGE GILSON DOS REIS
APELADO: ADRIANA GILSON DOS REIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000851-91.2010.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

AÇÃO MONITÓRIA. AUSÊNCIA DE ENDEREÇO À CORRETA CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, VI, CPC/73. DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO PESSOAL PREVISTA NO §1º DO DISPOSITIVO. NÃO PROVIMENTO.
1. Apelação em face de sentença que julgou extinta a execução, sem solução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, por entender que a ora recorrente deixou de fornecer correto endereço para fins de citação apesar de intimada para tanto.

2. De acordo com o art. 282 do CPC/73, a petição inicial deve indicar o endereço do réu. O descumprimento desse requisito, por inviabilizar a diligência citatória, enseja o indeferimento da inicial, nos termos do disposto no art. 284, parágrafo único, do mesmo diploma legal.

3. No caso, o endereço informado na petição inicial está incorreto, de acordo com as certidões do oficial de justiça. Foi realizada busca através do INFOJUD, mas a diligência restou igualmente negativa. Intimada do resultado, a demandante não se manifestou.

4. A ausência do correto endereço da parte ré impede o aperfeiçoamento da relação processual e o regular prosseguimento do feito, e, ainda, a impossibilidade de integralização da relação jurídica processual, quando não é possível a citação da parte ré, ocasiona a extinção do feito.

5. A mera alegação genérica de ausência de inércia de sua parte para localizar o devedor, não é suficiente para fundamentar seu intento, sob pena de se eternizar a demanda, razão pela qual se mostra correta a sentença ora guerreada.

6. A exigência da prévia intimação pessoal prevista no § 1º, do art. 267, CPC/73 se faz necessária somente nas hipóteses dos incisos II e III do dispositivo em epígrafe. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 2008.51.10.001995-7, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 5.12.2016; TRF2, 6ª Turma Especializada, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, AC 2012.50.06.001363-0, E-DJF2R 6.12.2016.

7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0021650-85.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.021650-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 30/01/2015 14:48
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CLEBER ROCHA MOREIRA
ADVOGADO: PATRICIA REIS NEVES BEZERRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0021650-85.2010.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AÇÃO ORDINÁRIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, VI, CPC/73. BACEN. APOSENTADORIA DE SERVIDOR. UNIÃO NÃO É PARTE LEGÍTIMA. PROVIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação contra sentença que extinguiu o feito, sem solução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, por acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da União Federal.

2. O Banco Central, como entidade autárquica federal, dotado de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, detém legitimidade passiva não havendo que se falar em interesse da UNIÃO nas questões que envolvam a aposentadoria de servidores daquela entidade. Precedentes: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 2011.51.01.008630-0, Relª. Desª. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, E-DJF2R: 25.03.14; TRF1, 2ª Turma, AC 200134000281729, Des.Fed. NEUZA MARIA ALVES DA SILVA, e-DJF1 14.8.2008.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0000577-14.2011.4.02.5104 Número antigo: 2011.51.04.000577-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/05/2014 14:41
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ULISSES LOBO COIMBRA
ADVOGADO: BRUNO BOCK
APELADO: CREF1 - CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ADVOGADO: ELAINE BARBOSA CAMARGO
APELADO: UBM - CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRA MANSA
ADVOGADO: CELESTINO RAIMUNDO RESENDE
Originário: 0000577-14.2011.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

ADMINISTRATIVO. CREF1. PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. ALTERAÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL. LICENCIATURA E BACHARELADO. REGULAMENTAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação cível interposta contra decisão que extinguiu o processo sem resolução de mérito em face de UBM ¿ Centro Universitário de Barra Mansa e julgou improcedente o pedido em face do CREF1.

2. A demanda, ajuizada em 14.3.2011, objetivou, em sede tutela antecipada, a alteração do registro profissional do demandante para constar ¿licenciatura plena¿, a fim de que possa atuar de forma irrestrita como profissional de educação física; como pedido principal, requereu a confirmação da tutela e a condenação do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA ¿ UBM ao pagamento de indenização por danos morais e materiais e a condenação do e do CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 1ª REGIÃO ¿ao pagamento de indenização por danos morais.

3. Alegou o demandante, em síntese, que em 2005 iniciou o curso de graduação em educação física, no CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA ¿ UBM, e terminou em 2008. Afirmou que após a colação de grau apresentou os documentos necessários ao CREF1 para obter seu registro profissional e atuar no mercado de forma ampla e restrita, contudo, somente obteve registro para atuar no campo da educação básica.

4. Não prospera a irresignação do apelante. Não há qualquer ilegalidade na conduta do CREF1, que se pautou pela legislação pertinente: Lei nº 9.696/98; Resolução CNE nº 07/2004; Resolução CFE 03/1987; CNE/CES nº 04/2009.

5. Em 18.11.2014, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp. 1.361.900, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, concluiu que o profissional de Educação Física que pretende atuar de forma plena, nas áreas formais (atuação na Educação Básica) e não formais (clubes, academias, hotéis, spas, dentre outros), deve cursar, respectivamente, licenciatura ou graduação/bacharelado, com disciplinas específicas, objetivos diversos, e duração mínima diferenciada (STJ, 1ª Seção, REsp n.º 1.361.900, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJE 18.11.2014).

6. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001131-95.2011.4.02.5120 Número antigo: 2011.51.20.001131-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 11/01/2015 23:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ROSANGELA DOS SANTOS
ADVOGADO: ALEXANDRE RAVACHE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001131-95.2011.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

ADMINISTRATIVO. HOMÔNIMO COM MESMO NÚMERO DE CPF. DUPLICIDADE DE CPF. IDENTIDADE DE DEMANDAS. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. Apelação cível interposta contra decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito quanto ao pedido de regularização do CPF da demandante e julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais.

2. Alegou a demandante, em síntese, que o seu CPF fora expedido em duplicidade com pessoa homônima, residente em outro Município e com filiação diversa, e este fato lhe acarretou diversos transtornos. Afirmou que, embora tenha procurado a Receita Federal para resolver a pendência, não obteve nenhum resultado.

3. Verifico que houve a propositura de ação em comarca diversa (processo n.º 0001484.44.2011.4.02.5118), cujos fundamentos, causa de pedir e pedido são idênticos, configurando, inclusive, litispendência, que demandaria extinção do processo sem resolução do mérito. A cópia da sentença trasladada para estes autos às fls. 125/128 não deixa dúvidas.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0007974-36.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.007974-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/04/2014 16:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ERICO SOUZA ESTRELA
APELADO: MANOEL PEREIRA DA SILVA
APELADO: SEBASTIAO TRINDADE
ADVOGADO: ADRIANA MONTEIRO VINCLER
Originário: 0007974-36.2011.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE PELO PRAZO DE 5 ANOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 12 DA LEI Nº 1.060/50.

1. Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que, em embargos à execução, deu provimento aos aclaratórios, com efeitos modificativos, para isentar os embargados dos honorários advocatícios fixados, anteriormente, na sentença embargada de fls. 128/130, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em razão de serem beneficiários da gratuidade de justiça.

2. É possível condenar o vencido beneficiário de justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios. No entanto, a execução dos valores fica suspensa pelo prazo de 5 anos, ao fim do qual será

extinta, caso a parte ainda não tenha condições de adimplir a obrigação sem prejuízo de seu sustento ou de sua família. Precedentes: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 200751010222848, Rel. Juíza Fed. Conv. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, E-DJF2R 8.8.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201151010145717, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 03.10.14.

3. Sentença reformada. Manutenção dos honorários advocatícios fixados na sentença embargada de fls. 128/130, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, observando-se, todavia, o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0012852-04.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.012852-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 28/03/2014 13:24

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: RAMILDO DE SOUSA SILVA

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: SANTA CASA DE MISERICORDIA

ADVOGADO: FRANCINE SOARES ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

APELADO: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS OCULISTAS ASSOCIADOS

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0012852-04.2011.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ERRO MÉDICO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação cível interposta em face de sentença proferida em ação ordinária, ajuizada em face da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, da UNIÃO FEDERAL, do MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO e do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS OCULISTAS ASSOCIADOS, que reconheceu a prescrição com relação ao pedido de danos morais e julgo improcedentes os demais pedidos.

2. Narrou o demandante que teve sua retina descolada subitamente em 1990, e que, após exames clínicos, soube que lhe restavam 70% de visão no olho direito e 30% no olho esquerdo, sendo que, em 2004, ficou completamente cego.

3. O demandante reclama supostos danos que se originaram em 2004, com o diagnóstico de cegueira completa. Logo, tendo sido a ação ajuizada em 29.8.2011, forçoso reconhecer que ocorreu a prescrição quinquenal prevista no artigo 1º, do Decreto Lei n. 20.910/32.

4. Ainda que não tivesse ocorrido a prescrição, a irresignação do apelante não procede.

5. O ordenamento jurídico adotou, nesses casos, a Teoria Objetiva ou Teoria do Risco Administrativo, com previsão no art. 37, § 6 da CF/88, segundo a qual, o Estado é obrigado a indenizar desde que comprovada a lesão, e que esta foi por ele causada. Nessa teoria, embora se prescinda da demonstração de culpa, exige-se prova inequívoca do dano e do nexo causal entre aquele e a ação ou omissão dos agentes do ente prestador de serviços públicos.

6. No caso em tela, de acordo com as provas constantes nos autos, o apelante não se desincumbiu de provar que o procedimento cirúrgico e todo atendimento médico prestado foi a causa da perda da sua visão.

7. Não havendo elementos a caracterizar a responsabilidade civil dos recorridos, inexiste dano a ser indenizado.
8. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0016714-80.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.016714-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 16/01/2017 16:21
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA DE LOURDES XAVIER RAMALHO
ADVOGADO: LEANDRO ROSA AREAL
Originário: 0016714-80.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CRITÉRIOS DE CÁLCULO FIXADOS EM DECISÃO PROFERIDA NA EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.
1. Trata-se de Apelação em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado nos embargos à execução, fixando o quantum debeatur em R$ 181.313,13 (cento e oitenta e um mil trezentos e treze reais e treze centavos), atualizado até agosto de 2011, conforme cálculos da contadoria judicial.
2. Ainda que se possa discutir sobre a constitucionalidade da aplicação da TR a partir de junho de 2009, é certo que a decisão que fixou os parâmetros para a elaboração dos cálculos pela contadoria judicial foi alcançada pela preclusão, na medida em que não houve impugnação específica por meio do recurso apropriado. Precedentes: TRF2, 6ª Turma Especializada, AG 201600000078954, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DJF2R 5.10.2016; TRF2, 6ª Turma Especializada, AG 0020824-65.2012.4.02.0000, Rel. Juíza Fed. Conv. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, DJF2R 5.7.2013.
3. Os cálculos elaborados pela contadoria judicial, auxiliar do juízo, que goza de imparcialidade, idoneidade e expertise necessária para o bom desempenho da tarefa a qual foi incumbida, usufruem da presunção de veracidade e de legitimidade. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 2013.02.01.005649-1, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 9.5.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200351010089948, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 19.08.2014.
4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0000547-51.2012.4.02.5004 Número antigo: 2012.50.04.000547-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 30/01/2015 15:12
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: LAIANI AHNERT REP/P/ SIRLENE FALCAO AHNERT
APELANTE: SIRLENE FALCAO AHNERT
ADVOGADO: MARCOS JOSE MILAGRE
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0000547-51.2012.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE OCORRIDO EM RODOVIA FEDERAL. OMISSÃO DO ESTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. MÁ CONSERVAÇÃO DA RODOVIA. DANO MATERIAL E MORAL CARACTERIZADOS. MAJORAÇÃO QUANTUM. PENSÃO ALIMENTÍCIA. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de remessa necessária e recursos de apelação interpostos contra sentença proferida em ação de rito sumário, que julgou procedente em parte o pedido formulado para condenar o DNIT ao pagamento de indenização por danos materiais (R$ 3.150,24) e morais (R$ 15.000,00 para cada autora), e improcedente o pedido de pensão alimentícia.

2. No que tange à prescrição, as demandantes reclamam supostos danos que se originaram no acidente de trânsito ocorrido em 1.9.2007. Logo, tendo sido a ação ajuizada em 31.8.2012, não ocorreu a prescrição quinquenal prevista no artigo 1º, do Decreto Lei n. 20.910/32.

3. A demanda, ajuizada em, objetivou a condenação da Autarquia ao pagamento de indenização por danos morais e materiais em razão de acidente automobilístico, que vitimou fatalmente o marido da demandante e feriu as outras ocupantes do veículo, devido à má conservação da rodovia, cuja responsabilidade pertencia ao DNIT.

4. A questão versa sobre responsabilidade civil do Estado decorrente de omissão, seara na qual não se pode deixar de levar em conta que existe divergência doutrinária sobre a sua natureza, se esta seria objetiva ou subjetiva. Diante de tal indefinição, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem se orientando no sentido de que a responsabilidade civil do Estado por omissão também está fundamentada no artigo 37, § 6º, da Constituição da República (CRFB), ou seja, configurado o nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo particular e a omissão do Poder Público em impedir a sua ocorrência - quando tinha a obrigação legal específica de fazê-lo - surge a obrigação de indenizar, independentemente de prova da culpa na conduta administrativa, consoante os seguintes precedentes: STF, Tribunal Pleno, RE 841.526, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 1.8.2016; STF, 2ª Turma, RE 677.283 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 8.5.2012; STF, 1ª Turma, ARE 754.778 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 19.12.2013.

5. Trata-se de análise de eventual caso de omissão específica da Administração Pública, visto que o DNIT tem o dever de conservação da rodovia, consubstanciado nos arts. 80 e 82, I e IV, ambos da Lei 10.233/2001, de modo a atrair a responsabilidade objetiva do art. 37, §6º da CRFB.

6. Omissão da Autarquia, consistente na falha de manutenção da rodovia, comprovada no Boletim de Acidente de Trânsito.

7. Quanto à indenização pelos danos materiais e à pensão alimentícia, a sentença deve ser mantida. Inexiste nos autos elementos que comprovem que o falecido recebia mais que um salário mínimo mensal. Tanto que a demandante está recebendo benefício previdenciário de pensão por morte, gerado em razão do falecimento de seu esposo no acidente, que era contribuinte individual do INSS, no valor de um salário mínimo por mês. Além disso, a pensão vitalícia é cabível quando as lesões físicas resultarem incapacidade permanente para o trabalho, ainda que parcial, o que não ocorreu no caso.

8. A reparação civil do dano moral, entretanto, diversamente do que se verifica em relação ao dano patrimonial, não visa à recomposição da situação jurídico-patrimonial do lesado, mas sim reparar os danos compensando o indivíduo em razão de violações à sua dignidade tais como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a solidariedade, a isonomia e o crédito. A fim de afastar os critérios unicamente subjetivos na fixação do quantum da compensação por danos morais, o Superior Tribunal de Justiça vem consagrando o método bifásico, que conjuga dois momentos distintos de análise e adequação de valores. STJ, 3a Turma, RESP 1152541, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 21.9.2011.

9. No caso dos autos, sopesando o evento danoso ¿ o óbito do marido da 1ª demandante e pai da 2ª e 3ª demandantes, além dos ferimentos sofridos pela 2ª demandante, Laiani, que quebrou a clavícula precisou submeter-se a tratamento cirúrgico ¿ e a sua repercussão na esfera dos ofendidos, entendo

necessária a majoração do quantum indenizatório para R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada demandante, e mais R$ 15.000,00 para 2ª demandante, que quebrou a clavícula, eis que tal valor efetivamente concilia a pretensão compensatória, com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, além de estar em consonância com os precedentes jurisprudenciais em casos assemelhados. STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1288476, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES,DJe 17.4.2012; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC n.º 0000010-28.2007.4.02.5005, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM DJE 12.8.2015.

10. Apelação das demandantes parcialmente provida para majorar a indenização fixada a título de danos morais para R$ 50.000,00 para cada demandante, e mais R$ 15.000,00 para 2ª demandante; Apelação do DNIT não provida; Remessa Necessária não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação das demandantes e negar provimento à apelação do DNIT e à remessa necessária, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 fevereiro de 2017 (data do julgamento).
CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000640-11.2012.4.02.5005 Número antigo: 2012.50.05.000640-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.077534-2
Distribuição-Sorteio Automático - 07/08/2015 17:44
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELANTE: GILDA DE ALMEIDA BASTOS
ADVOGADO: PATRICIA VIEIRA SOARES
ADVOGADO: AGUIDA REIS MORAES STUR
APELANTE: ANGELA AMÉLIA CASELI
ADVOGADO: DANIEL JABOUR BAPTISTI
ADVOGADO: THIAGO DE MORAIS PEREIRA
ADVOGADO: MIGUEL PEREIRA NETO
APELANTE: MÁRIO LUIZ DA SILVA
ADVOGADO: ALEX VIEIRA SOARES
APELANTE: MÁRIO DE FREITAS
ADVOGADO: MIGUEL PEREIRA NETO
ADVOGADO: THIAGO DE MORAIS PEREIRA
ADVOGADO: DANIEL JABOUR BAPTISTI
APELANTE: ALDO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO CÔGO
ADVOGADO: JACYMAR DELFINNO DALCAMINI
ADVOGADO: ALCEU BERNARDO MARTINELLI
ADVOGADO: DANILO DE ARAUJO CARNEIRO
ADVOGADO: MILTRO JOSE DALCAMIN
ADVOGADO: BRUNO GOLDNER
ADVOGADO: Vania Maria Babilon
APELADO: OS MESMOS
PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES
ADVOGADO: ILSON JOSE TEIXEIRA DA SILVA
Originário: 0000640-11.2012.4.02.5005 - 1ª VF Colatina
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Embargos de Declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Inexistência de omissão quanto à apreciação das matérias impugnadas. Pretensão do embargante que cinge-se a suscitar a rediscussão de matérias de fato já apreciadas pelo acórdão, o que se mostra incompatível com o recurso em tela.

3. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000640-11.2012.4.02.5005 Número antigo: 2012.50.05.000640-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.078868-1
Distribuição-Sorteio Automático - 07/08/2015 17:44
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELANTE: GILDA DE ALMEIDA BASTOS
ADVOGADO: PATRICIA VIEIRA SOARES
ADVOGADO: AGUIDA REIS MORAES STUR
APELANTE: ANGELA AMÉLIA CASELI
ADVOGADO: DANIEL JABOUR BAPTISTI
ADVOGADO: THIAGO DE MORAIS PEREIRA
ADVOGADO: MIGUEL PEREIRA NETO
APELANTE: MÁRIO LUIZ DA SILVA
ADVOGADO: ALEX VIEIRA SOARES
APELANTE: MÁRIO DE FREITAS
ADVOGADO: MIGUEL PEREIRA NETO
ADVOGADO: THIAGO DE MORAIS PEREIRA
ADVOGADO: DANIEL JABOUR BAPTISTI
APELANTE: ALDO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO CÔGO
ADVOGADO: JACYMAR DELFINNO DALCAMINI
ADVOGADO: ALCEU BERNARDO MARTINELLI
ADVOGADO: DANILO DE ARAUJO CARNEIRO
ADVOGADO: MILTRO JOSE DALCAMIN
ADVOGADO: BRUNO GOLDNER
ADVOGADO: Vania Maria Babilon
APELADO: OS MESMOS
PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO - ES
ADVOGADO: ILSON JOSE TEIXEIRA DA SILVA
Originário: 0000640-11.2012.4.02.5005 - 1ª VF Colatina
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Embargos de Declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Inexistência de omissão quanto à apreciação das matérias impugnadas. Pretensão do embargante que cinge-se a suscitar a rediscussão de matérias de fato já apreciadas pelo acórdão, o que se mostra incompatível com o recurso em tela.

3. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0000644-45.2012.4.02.5006 Número antigo: 2012.50.06.000644-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2014 11:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
APELADO: ADRIANA PIMENTEL
ADVOGADO: NATHÁLIA CAFEZAKIS DOS SANTOS
Originário: 0000644-45.2012.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL CONSOLIDADA ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA NESSE SENTIDO. PRESCRIÇÃO ÂNUA APLICÁVEL À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). LEGITIMIDADE PASSIVA. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. COBERTURA SECURITÁRIA. QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO EM DECORRÊNCIA DE INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE.

1. Apelação em face de sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Serra/ES que, ao julgar procedente o pedido, declarou quitada a dívida relativa ao contrato de financiamento imobiliário, condenando a CEF a promover a cobertura securitária em razão da invalidez parcial permanente da demandante, bem como a proceder a baixa na hipoteca que grava o bem em questão.

2. Inexistindo nos autos documento que comprove ter ocorrido a adjudicação do imóvel objeto da lide antes do ajuizamento da presente demanda, não há como se acolher a preliminar de falta de interesse em agir.

3. "A prescrição ânua, prevista no Código Civil de 1916 bem como no Código Civil de 2002, para liquidação de seguro em razão da ocorrência de sinistro corre para a CEF na medida em que, no contrato de seguro habitacional, a posição de segurado é ocupada pelo agente financeiro e não pelo mutuário". "Diante da ocorrência do sinistro coberto pela apólice, é a CEF que passa a ter o direito de cobrar da empresa seguradora o valor ainda pendente da dívida imobiliária, cabendo ao mutuário a tão só obrigação formal de comunicar o sinistro, mas sem que seja ele o credor do valor a ser pago pela seguradora. Vale dizer, o mutuário é tão-somente beneficiário do seguro e, portanto, não se sujeita ao prazo prescricional insculpido no 206, § 1º, II, do CC/2002". (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00026749320114025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 29.2.2016). Caso em que a aposentadoria por invalidez permanente ocorreu em 25.4.2008 e o aviso de sinistro foi efetuado em 25.7.2008.

4. A CEF é parte legítima para figurar no polo passivo de demanda em que se pleiteia a declaração de quitação das obrigações do contrato de financiamento imobiliário, em razão de invalidez permanente do mutuário. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00440433320124025101, Rel. Juiz Fed. Conv. FIRLY NASCIMENTO FILHO, E-DJF2R 22.9.2016.

5. Mantida a sentença que consignou que "a limitação da autora é definitiva, isto é, não há possibilidade de reabilitação para a atividade de escriturário digitador ou qualquer outra que demande movimentos repetitivos, exigindo movimentos do membro superior acometido. Sendo assim, entendo que a autora encontra-se no estado de invalidez permanente e que tal situação amolda-se com perfeição à

hipótese estabelecida no contrato securitário, já que o mesmo não exigiu uma invalidez total, mas apenas permanente."

6. Além disso, observa-se a cláusula vigésima segunda do contrato não é explícita quanto à necessidade de que a invalidez permanente seja total.

7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0001648-20.2012.4.02.5006 Número antigo: 2012.50.06.001648-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/05/2014 12:34
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: SILVIA GOMES FERNANDES POLIDO LEMOS
ADVOGADO: FABIANO CARVALHO DE BRITO
ADVOGADO: BRUNO OLIVEIRA CARDOSO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: LEONARDO JUNHO GARCIA
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
Originário: 0001648-20.2012.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA EMBARGANTE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Os embargos à execução foram opostos em 18.5.2012, com valor atribuído à causa de R$ 137.969,62 (cento e trinta e sete mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), importância correspondente à totalidade da execução, e os honorários de sucumbência fixados em R$ 1.000,00 (mil reais) pela sentença proferida em 14.6.2013.

2. Em recurso especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do E. STJ consignou que, nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública, ¿a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo critério da equidade¿ (REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJE 6.4.2010). O mesmo entendimento também se aplica às hipóteses em que a Fazenda Pública for vencedora. Nessa linha, AgRg no REsp 1.370.135, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 17.9.2013 e TRF2, 2ª Seção Especializada, AR 2010.02.01.011112-9, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 8.1.2014.

3. Considerando tratar-se de causa de pouca complexidade e que não apresenta singularidade em relação aos fatos e direitos alegados, sopesando o tempo transcorrido (mais de 1 ano), a instrução dos autos e a existência de apelação, razoável a majoração dos honorários para R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem atualizados a partir da data do presente voto.

4. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0040463-92.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.040463-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2015.6000.055827-0

Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 12/01/2015 16:37

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: JORGE HENRIQUE DE SOUZA RIBEIRO

ADVOGADO: LEONARDO FERREIRA HEFFER

Originário: 0040463-92.2012.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Embargos de Declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Inexistência de omissão quanto à incidência da norma do art. 4º do Decreto 20.910/32 à espécie, que foi suficientemente debatida no voto condutor.

3. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0049945-64.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.049945-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 22/09/2014 13:31

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: PAULO HENRIQUE DE CARVALHO

APELANTE: ELISABETE MONTEIRO DE CARVALHO

ADVOGADO: PAULO CESAR MAIA PRZEWODOWSKI

APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY

ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA

Originário: 0049945-64.2012.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). QUITAÇÃO DE SALDO DEVEDOR REMANESCENTE COM COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). MULTIPLICIDADE DE

FINANCIAMENTOS. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL ANTERIOR A 5.12.90. POSSIBILIDADE. IRRETROATIVIDADE DA LEI Nº 8.100/90.

1. Apelação em face da sentença proferida pelo Juízo da 24ª Vara Federal que julgou improcedente o pedido de quitação do contrato de financiamento habitacional, mediante a utilização do fundo de compensação de variações salariais (FCVS). O magistrado a quo, em síntese, considerou que não há nos autos documento que comprove o pagamento regular de todas as prestações do financiamento.

2. O fundo de compensação de variações salariais - FCVS, criado por meio da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, tem por uma de suas finalidades garantir limite de prazo para amortização da dívida aos adquirentes de habitações financiadas pelo SFH, isto é, se ao final do financiamento ainda restar saldo residual a ser satisfeito, o FCVS o cobrirá, pagando-o ao agente financeiro.

3. Para que o mutuário tenha direito à cobertura do saldo devedor remanescente com a utilização do FCVS é necessário que haja previsão contratual para essa finalidade, que exista efetiva contribuição para o referido fundo e que todas as parcelas do contrato de financiamento tenham sido quitadas.

4. Na espécie, os demandantes e a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval (CHI-CN) celebraram, em 30.9.84, "contrato de compra e venda e de financiamento, com quitação de hipoteca e constituição de outra, e de caução de direitos creditórios". Embora não haja disposição que descreva de forma explícita a contribuição do FCVS, a cláusula décima terceira possui redação típica dos contratos com cobertura pelo mencionado fundo. Além disso, a Carta nº 78/01, de 18.12.212, da CHI-CN, é documento hábil para demonstrar que o contrato de financiamento objeto da lide foi adimplido pelo demandante. Desse documento emitido pelo agente financeiro ainda pode ser extraída a informações de que a cobertura do saldo devedor remanescente com recursos do FCVS foi negada pela CEF em virtude da multiplicidade de financiamento de imóveis localizados no mesmo município, o que também leva a concluir que o imóvel em questão conta com cobertura pelo FCVS.

5. A Lei nº 4.380/64, apesar de vedar expressamente o duplo financiamento (art. 9º, § 1º), nada dispunha sobre a perda da cobertura de eventual saldo devedor remanescente pelo FCVS como penalidade imposta ao mutuário pelo descumprimento dessa regra, o que só passou a existir a partir da Lei nº 8.100/90.

6. A proibição posterior, trazida pela redação originária do art. 3º da Lei nº 8.100/90, não pode alcançar os contratos celebrados em data anterior a sua vigência. O próprio legislador reconheceu o direito adquirido nessas situações, quando, por meio da Lei nº 10.150/2000, alterou o mencionado dispositivo para possibilitar a quitação do saldo residual do segundo financiamento pelo FCVS, aos contratos firmados até 05.12.90. A 1ª Seção do E. STJ consolidou a questão ao julgar o REsp 1.133.769 pela sistemática do art. 543-C do CPC/73 (recurso representativo de controvérsia), Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 18.12.2009. No mesmo sentido, são os seguintes precedentes deste Tribunal: TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelReex 01400981220134025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 2.9.2015 e 6ª Turma Especializada, AC 00034230820144025101, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 18.6.2015.

6. Considerando a singeleza da causa os honorários advocatícios são fixados em R$ 5.000,00.

7. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0001084-62.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.001084-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 02/12/2015 11:48
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARINA FERREIRA BARBOSA
ADVOGADO: AMAURILIO FERREIRA BARBOSA
APELADO: PETROS-FUNDACAO PETROS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE BARROS BERGQVIST

ADVOGADO: MAURICIO ALVAREZ CAMPOS
ADVOGADO: RODRIGO CARPINTEIRO PERES
ADVOGADO: LUCIA PORTO NORONHA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001084-62.2013.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUSPENSÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. DECRETO 20.910/32. ART. 1.013, § 4º, CPC/2015. DANOS MORAIS. CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que extinguiu o feito sem resolução do mérito, considerando o magistrado que houve falta de interesse de agir.

2. Alegou a demandante, em síntese, que, em função do término do convênio da Petros com o INSS, parou de receber o valor a que fazia jus por força de acordo judicial firmado com o ex-marido, sendo que nenhum dos apelados reconhece ser responsável pela suspensão dos pagamentos.

3. Não prospera a irresignação da recorrente contra os termos da sentença proferida, eis que, conforme esclarecimentos do INSS, a extinção do convênio entre o INSS e a Petrobrás em nada afetou a demandante:

4. A pensão alimentícia descontada do benefício previdenciário do ex-marido da demandante permanece ativa, sendo creditada diretamente em sua corrente.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0001112-21.2013.4.02.5120 Número antigo: 2013.51.20.001112-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/07/2014 15:39
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: CARLOS LEONIDIO BARBOSA
APELADO: ELISABETH FIGUEIROA DE MATOS
ADVOGADO: SILVIA DE BRAGA ARAO
Originário: 0001112-21.2013.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

ADMINISTRATIVO.CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO TARDIA. DANO MORAL DEVIDO. DANO MATERIAL. NÃO CABIMENTO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Apelação cível interposto contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido em ação ordinária que objetiva a condenação da ECT ao pagamento de indenização por dano moral e material decorrentes do atraso da nomeação e posse da autora no cargo de agente administrativo vinculado ao Ministério da Saúde, ocasionada por erro da ré quando da sua convocação para a fase de exames médicos do concurso público, o que a obrigou a ingressar com ação judicial para ser reintegrada ao certame.

2. A matéria em questão encontra-se pacificada pela jurisprudência do STJ no sentido de ser inviável o pagamento de salários atrasados ou gratificações por tempo de serviço em decorrência de nomeação e posse tardia em cargo público por erro da Administração Pública na condução do certame. De acordo com a Corte Superior, não se pode conceber ao candidato o recebimento de salários atrasados quando não houve a prestação do serviço. Admite-se, contudo, a reparação do dano moral sofrido, oriundo da lesão psíquica e dos transtornos causados pela demora na nomeação e posse.

3. Reformada a sentença quanto à condenação da ECT ao pagamento valor correspondente à diferença entre os vencimentos da autora na antiga função e àqueles correspondentes ao cargo que atualmente ocupa. Mantida a condenação ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$10.000,00.
4. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0060759-04.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.060759-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/10/2016 10:06
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
RÉU: ERICA ANTUNES MOREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0060759-04.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. ART. 267, VI, CPC. INOCORRÊNCIA. ABANDONO DE CAUSA. CONFIGURADO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO, ART. 485, III, §1º, DO CPC/2015. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL NÃO ATENDIDA.
1. A sentença está amparada no silêncio da parte em dar prosseguimento à demanda, baseado no abandono de causa, previsto no inciso III do art. 485 do CPC/2015, o que não configura ausência de interesse de agir. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 2011.51.01.018267-2, Rel. Des. Fed. FIRLY NASCIMENTO FILHO, E-DJF2R 25.8.2016.
2. A prévia intimação pessoal da demandante é imprescindível para a extinção do processo em razão do abandono de causa, conforme preceitua o art. 485, III, § 1º, do CPC/2015. Precedentes: STJ, 3ª Turma, REsp 1137125, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 27.10.2011.
3. No caso, não houve a intimação pessoal da parte para suprir a falta em 48 horas. Configurada a extinção prematura do feito, o que enseja a anulação da sentença e retorno dos autos à origem para prosseguimento.
4 Apelação provida.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do Julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0108860-72.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.108860-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2014 13:01
Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: SONIA MARIA DE CASTRO VERÇOZA
ADVOGADO: HELIACIRA ROSA COTTA MALHEIROS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0108860-72.2013.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. MILITAR. CRÉDITOS DE APÓS O ÓBITO DA BENEFICIÁRIA. SAQUE INDEVIDO. PRESCRIÇÃO.

1. Recurso de apelação interposto contra sentença proferida em ação de cobrança para condenar a demandada ao pagamento de R$ 114.070,56 (cento e quatorze mil, setenta reais e cinquenta e seis centavos), atualizados até abril de 2013.

2. Recebimento ilícito, pela demandada, dos proventos de pensão a que sua genitora fazia jus, após seu óbito. Ausência de comunicação à Pagadoria de Inativos da Marinha a respeito do óbito, gerando créditos indevidos na conta corrente da pensionista já falecida.

3. Fatos em apreço deram ensejo à ação penal militar nº 0000007-68.2011.7.01.0201, na qual a ora recorrente foi condenada pelo crime de Estelionato do art. 251 do Código Penal Militar, sendo-lhe aplicada pena de reclusão de 2 anos.

4. O art. 37,§5º da Constituição determina ¿a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento¿. Todavia, após reconhecimento da repercussão geral do tema nos autos do RE 669.069, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese de que ¿é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil¿, fixando-se, para tanto, prazo quinquenal de prescrição, nos moldes do Decreto 20.910/32.

5. Caso em apreço que versa sobre fraude no recebimento de pensão, com repercussões criminais concretas. Incidência da regra de imprescritibilidade prevista no art. 37,§5º da Constituição, uma vez que o débito em cobrança não tem por origem ilícito de natureza civil.

6. Todavia, ainda que se cogitasse de prescrição quinquenal para a cobrança, essa somente se iniciaria a partir da ciência da Administração acerca do pagamento indevido. Conhecimento da fraude praticada apenas em 2010, quando instaurado o inquérito policial militar que apurou o ato ilícito cometido pela recorrente e sua culpabilidade. Considerando que a ação de cobrança foi ajuizada em 2013, eventual prazo quinquenal de prescrição não teria se completado.

7. Recurso de apelação não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Recurso de Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0105669-31.2014.4.02.5118 Número antigo: 2014.51.18.105669-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/12/2016 12:33
Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0105669-31.2014.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PAGAMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO.

1. Apelação em face de sentença que, decidindo exceção de pré-executividade oposta nos autos de execução, reconheceu a ilegitimidade passiva do executado, extinguindo a execução, na forma do art. 485, VI, do CPC/2015.

2. Trata-se, na origem, de execução fiscal ajuizada pelo CRF-RJ, visando à satisfação de crédito inscrito na CDA nº 564/13, decorrente da notificação de multa nº 17529, emitida em 9.8.2010, e do processo administrativo nº F.3665/09.

3. O Inmetro anexou cópia da defesa ao auto de infração nº 18344 que originou o processo administrativo F.366509.

4. A exceção de pré-executividade consiste em um instrumento de impugnação à execução, normalmente utilizado quando a defesa é tão evidente que não se justifica a sujeição do executado aos requisitos formais dos embargos, sendo manifesta injustiça no prosseguimento da execução.

5. O apelado não apresentou quaisquer elementos capazes de impedir o prosseguimento da execução, uma vez que o alegado pagamento não se refere ao débito que originou a presente execução fiscal.

6. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0115942-87.2014.4.02.5112 Número antigo: 2014.51.12.115942-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.001591-6
Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2016 13:55
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: DALTON SERGIO TALARICO MESQUITA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0115942-87.2014.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS ENUMERADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nessa linha, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326,

Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 200251100065497, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 5.3.2013.

3. A simples afirmação do recorrente de se tratar de aclaratórios com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário que se subsuma a inconformidade integrativa a um dos casos previstos (omissão, obscuridade, contradição e erro material), e não à mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos ou dispositivos legais outros. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 7.3.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200951010151097, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 10.4.2014.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0164621-36.2014.4.02.5107 Número antigo: 2014.51.07.164621-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/12/2016 11:43
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: HYSER ITABORAÍ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE LTDA
APELANTE: ITUNA COM/ E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO: RODRIGO SILVA LIMA
ADVOGADO: PAULA BALBIO MACHADO
ADVOGADO: EDUARDO SERPA DA CRUZ NUNES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
APELADO: TANIA MARA FIGUEIREDO DE SOUZA BEZERRA
APELADO: ARILSON HENRIQUE DA FONSECA BEZERRA
ADVOGADO: JACKSON LUIS QUINTANILHA DA SILVA
ADVOGADO: JHONATAN QUINTANILHA DA SILVA
Originário: 0164621-36.2014.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DA CEF DO POLO PASSIVO. ANULAÇÃO SENTENÇA. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA.

1. Apelação cível interposta contra sentença proferida em ação ordinária, que, no que diz respeito à CEF, julgou extinto o processo sem resolução do mérito por considerá-la parte ilegítima para responder aos termos da demanda.

2. Diante da incompetência absoluta da Justiça Federal para o presente feito, impõe-se a anulação, de ofício, da sentença proferida em relação aos particulares, devendo ser os autos remetidos à Justiça estadual.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, anular a sentença proferida e declinar da competência, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0012208-85.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.012208-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/01/2017 17:35
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: PALMIRA OLIVEIRA DA MOTTA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0012208-85.2016.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA APENAS AOS ASSOCIADOS LISTADOS NA INICIAL DO WRIT. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM CONFIGURADA.

1. Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que julgou improcedente o pedido, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC/2015, para extinguir a execução, em virtude do reconhecimento da ilegitimidade ativa ad causam da embargada para executar o título executivo formado no Mandado de Segurança coletivo nº 0016159-73.2005.4.02.5101.

2. No RE nº 573.232, o STF entendeu que, nos termos do art. 5º, XXI, da CRFB/88, as entidades associativas dependeriam de autorização expressa, pelo associado, para o ajuizamento das ações coletivas, diferentemente do que ocorre em ações coletivas propostas por sindicato, tendo em vista a disciplina específica do art. 8º, III, da CRFB/88. Entretanto, esses princípios não valeriam para os mandados de segurança coletivos, já que a impetração coletiva está fundamentada no art. 5º, LXX, da CRFB/88, que não exige autorização prévia, individual ou coletiva, dos associados. Essa a dicção do art. 21 da Lei nº 12.016/20091, entendimento sedimentado no Enunciado nº 629 da súmula do STF2. Dessa forma, em princípio, em mandado de segurança coletivo a associação impetrante atuaria na qualidade de substituta processual de seus associados, independentemente de qualquer limitação temporal, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações. Assim, em fase de cumprimento de sentença, não haveria que se exigir do interessado a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da impetração, sendo descabida tal limitação temporal. Contudo, no caso concreto, o título judicial foi constituído no mandado de segurança coletivo no qual o impetrante delimitou o pedido aos associados, listados no writ. É sabido que a delimitação da lide é feita pelo demandante, quando da elaboração da inicial. Por conseguinte, por força do princípio da congruência, a sentença deve estar limitada aos termos precisos do pedido formulado. Desse modo, visando reverenciar os exatos contornos subjetivos do título executivo judicial, bem como o princípio da segurança jurídica consagrado no ordenamento pátrio, penso que o melhor entendimento a ser aplicado ao caso é no sentido de que apenas os associados, listados na inicial do mandamus, possuem legitimidade para requerer o cumprimento do referido título.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0029871-02.2016.4.02.5116 Número antigo: 2016.51.16.029871-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/12/2016 18:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: GIOVANI ANDRADE MIGLHORANCE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0029871-02.2016.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. VALOR MÍNIMO PARA PROPOSITURA DE EXECUÇÕES FISCAIS. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART.150, I, CF/88). CDA. VÍCIO INSANÁVEL.

1. Trata-se de apelação em face de sentença que julgou extinto o processo, sem solução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/2015.

2. O STF assentou a impossibilidade de instituição ou majoração da contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica mediante resolução dos conselhos profissionais. Tratando-se de uma espécie de tributo, a cobrança deve respeitar o princípio da legalidade tributária estrita, inserto no art. 150, I, da CF/88 (ARE 640937 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 05.09.2011).

3. Da interpretação conjugada dos arts. 149 e 150, I, da CF/88, infere-se que o art. 31, da Lei nº 5.517/68, no ponto que prevê a instituição contribuição em exame por resolução, não foi recepcionado pela CF/88.

4. A Lei nº 6.994/82 - regra geral e posterior à Lei nº 5.194/66, que fixava o valor das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no Maior Valor de Referência (MRV) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/94. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, 1ª Turma, RESP 1.032.814, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 6.11.2009; STJ, 2ª Turma, RESP 1.120.193, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.2.2010).

5. As Leis nº 9.649/98 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos Conselhos Profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIN nº 1.717, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.3.2003; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 9.6.2011). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "são inconstitucionais a expressão ¿fixar¿, constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/2004¿.

6. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, que fixou os valores máximos e os parâmetros de atualização monetária das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral (art. 6º, §§1º e 2º), restou finalmente atendido o princípio da legalidade tributária estrita para a cobrança das anuidades. Entretanto, em razão da irretroatividade e da anterioridade tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c", da CF/88) é inviável a exigência de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até o ano de até 2012, haja vista os princípios da irretroatividade e da anterioridade de exercício e nonagesimal tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CF/88). Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, AC 0000122-20.2014.4.02.5112, EDJF2R 8.6.2016.

7. A falta de previsão legal para a cobrança da exação é fundamento suficiente para o não prosseguimento da execução fiscal, independentemente da aplicação ou não do art. 8º da Lei nº 12.514/2011, que estabelece o valor mínimo para propositura de execuções pelos Conselhos Profissionais (TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 2012.51.01.061752-8, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 5.11.2013).

8. Os dispositivos legais mencionados pelo recorrente (art. 5º, II, 6º, 22, XVI, 146, III, 149; 150, I e III, 196 e 197, da CF) não restaram ofendidos pela sentença.

9. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0037466-97.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.037466-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/12/2016 15:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARCOS TULIO GOMES DE SOUA
APELANTE: FABIA RIBEIRO BENEVIDES
ADVOGADO: MARIA VIRGINIA SOUSA DE OLIVEIRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
Originário: 0037466-97.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. COMPRA DE IMÓVEL. REGISTRO. RGI. ÔNUA DO ADQUIRENTE. SENTENÇA MANTIDA.
1. Apelação cível interposta contra decisão que julgou improcedentes os pedidos formulados em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ¿ CEF.
2. Na origem, os demandantes ingressaram com ação ordinária objetivando a condenação da CEF a promover a efetivação do registro do imóvel objeto da lide junto ao RGI, lhes fornecendo cópia da guia do ITBI quitada, e ao pagamento de indenização por danos morais.
3. Da análise dos autos, verifica-se que não prospera a irresignação dos apelantes.
4. O ônus de promover o registro da compra e venda no RGI não compete ao agente financeiro, no caso a CEF, e sim ao comprador. Por outro lado, o recolhimento do imposto de transmissão (ITBI) é de responsabilidade do adquirente, que tem a qualidade de contribuinte, conforme Lei Municipal n.º 1.364/88, que dispõe: ¿Art. 9º - Contribuinte do imposto é o adquirente do bem ou do direito sobre imóvel, assim entendida a pessoa em favor da qual se opera a transmissão inter vivos¿.
5. Com relação à indenização por danos morais, não se verifica no caso em análise nenhuma lesão de natureza extrapatrimonial aos demandantes, inexistindo, portanto, dano moral a ser indenizado.
6. Honorários advocatícios fixados em 5% sobre o valor da causa, nos termos do § 11 do art. 85 do CPC/2015, cuja exigibilidade resta suspensa ante o teor do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.
7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0038638-47.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.038638-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/11/2016 12:17
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: RUTH DA SILVA SOUZA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0038638-47.2016.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA APENAS AOS ASSOCIADOS LISTADOS NA INICIAL DO WRIT. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM CONFIGURADA.

1. Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que extinguiu a execução individual de sentença coletiva, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa da exequente para pleitear a execução do julgado proferido no Mandado de Segurança Coletivo nº 2005.51.1.016159-0.

2. No RE nº 573.232, o STF entendeu que, nos termos do art. 5º, XXI, da CRFB/88, as entidades associativas dependeriam de autorização expressa, pelo associado, para o ajuizamento das ações coletivas, diferentemente do que ocorre em ações coletivas propostas por sindicato, tendo em vista a disciplina específica do art. 8º, III, da CRFB/88. Entretanto, esses princípios não valeriam para os mandados de segurança coletivos, já que a impetração coletiva está fundamentada no art. 5º, LXX, da CRFB/88, que não exige autorização prévia, individual ou coletiva, dos associados. Essa a dicção do art. 21 da Lei nº 12.016/20091, entendimento sedimentado no Enunciado nº 629 da súmula do STF2. Dessa forma, em princípio, em mandado de segurança coletivo a associação impetrante atuaria na qualidade de substituta processual de seus associados, independentemente de qualquer limitação temporal, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações. Assim, em fase de cumprimento de sentença, não haveria que se exigir do interessado a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da impetração, sendo descabida tal limitação temporal. Contudo, no caso concreto, o título judicial foi constituído no mandado de segurança coletivo no qual o impetrante delimitou o pedido aos associados, listados no writ. É sabido que a delimitação da lide é feita pelo demandante, quando da elaboração da inicial. Por conseguinte, por força do princípio da congruência, a sentença deve estar limitada aos termos precisos do pedido formulado. Desse modo, visando reverenciar os exatos contornos subjetivos do título executivo judicial, bem como o princípio da segurança jurídica consagrado no ordenamento pátrio, penso que o melhor entendimento a ser aplicado ao caso é no sentido de que apenas os associados, listados na inicial do mandamus, possuem legitimidade para requerer o cumprimento do referido título.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0129839-96.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.129839-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/01/2017 15:10
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ELISIA DA SILVA IZAIAS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0129839-96.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA APENAS AOS ASSOCIADOS LISTADOS NA INICIAL DO WRIT. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM CONFIGURADA.

1. Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que extinguiu a execução individual de sentença coletiva, nos termos do art. 485, IV e VI, c/c art. 771, ambos do CPC/15, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa da exequente para pleitear a execução do julgado proferido no Mandado de Segurança Coletivo nº 2005.51.1.016159-0.

2. No RE nº 573.232, o STF entendeu que, nos termos do art. 5º, XXI, da CRFB/88, as entidades associativas dependeriam de autorização expressa, pelo associado, para o ajuizamento das ações coletivas, diferentemente do que ocorre em ações coletivas propostas por sindicato, tendo em vista a disciplina específica do art. 8º, III, da CRFB/88. Entretanto, esses princípios não valeriam para os mandados de segurança coletivos, já que a impetração coletiva está fundamentada no art. 5º, LXX, da CRFB/88, que não exige autorização prévia, individual ou coletiva, dos associados. Essa a dicção do art. 21 da Lei nº 12.016/20091, entendimento sedimentado no Enunciado nº 629 da súmula do STF2. Dessa forma, em princípio, em mandado de segurança coletivo a associação impetrante atuaria na qualidade de substituta processual de seus associados, independentemente de qualquer limitação temporal, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações.Assim, em fase de cumprimento de sentença, não haveria que se exigir do interessado a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da impetração, sendo descabida tal limitação temporal. Contudo, no caso concreto, o título judicial foi constituído no mandado de segurança coletivo no qual o impetrante delimitou o pedido aos associados, listados no writ. É sabido que a delimitação da lide é feita pelo demandante, quando da elaboração da inicial. Por conseguinte, por força do princípio da congruência, a sentença deve estar limitada aos termos precisos do pedido formulado. Desse modo, visando reverenciar os exatos contornos subjetivos do título executivo judicial, bem como o princípio da segurança jurídica consagrado no ordenamento pátrio, penso que o melhor entendimento a ser aplicado ao caso é no sentido de que apenas os associados, listados na inicial do mandamus, possuem legitimidade para requerer o cumprimento do referido título.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0140669-24.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.140669-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/12/2016 17:37
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: NANCI MARIA DE LIMA PEREIRA
APELANTE: NELIA SANDRA DE LIMA
APELANTE: NORMA SUELI DE LIMA
APELANTE: MAGDA MARIA DE LIMA
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0140669-24.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA APENAS AOS ASSOCIADOS LISTADOS NA INICIAL DO WRIT. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM CONFIGURADA.

1. Trata-se de Apelação interposta em face de sentença que extinguiu a execução individual de sentença coletiva, nos termos do art. 485, IV e VI, c/c art. 771, ambos do CPC/15, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa da exequente para pleitear a execução do julgado proferido no Mandado de Segurança Coletivo nº 2005.51.1.016159-0.

2. Ilegitimidade ativa ad causam configurada. No RE nº 573.232, o STF entendeu que, nos termos do art. 5º, XXI, da CRFB/88, as entidades associativas dependeriam de autorização expressa, pelo associado, para o ajuizamento das ações coletivas, diferentemente do que ocorre em ações coletivas propostas por sindicato, tendo em vista a disciplina específica do art. 8º, III, da CRFB/88. Entretanto, esses princípios não valeriam para os mandados de segurança coletivos, já que a impetração coletiva está fundamentada no art. 5º, LXX, da CRFB/88, que não exige autorização prévia, individual ou coletiva, dos associados. Essa a dicção do art. 21 da Lei nº 12.016/20091, entendimento sedimentado no Enunciado nº 629 da súmula do STF2. Dessa forma, em princípio, em mandado de segurança coletivo a associação impetrante atuaria na qualidade de substituta processual de seus associados, independentemente de qualquer limitação temporal, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações. Assim, em fase de cumprimento de sentença, não haveria que se exigir do interessado a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da impetração, sendo descabida tal limitação temporal. Contudo, no caso concreto, o título judicial foi constituído no mandado de segurança coletivo no qual o impetrante delimitou o pedido aos associados, listados no writ. É sabido que a delimitação da lide é feita pelo demandante, quando da elaboração da inicial. Por conseguinte, por força do princípio da congruência, a sentença deve estar limitada aos termos precisos do pedido formulado. Desse modo, visando reverenciar os exatos contornos subjetivos do título executivo judicial, bem como o princípio da segurança jurídica consagrado no ordenamento pátrio, penso que o melhor entendimento a ser aplicado ao caso é no sentido de que apenas os associados, listados na inicial do mandamus, possuem legitimidade para requerer o cumprimento do referido título.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0040836-26.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.040836-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 11:18
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: HELIO RIBEIRO DE CARVALHO
ADVOGADO: JOSE BEZERRA DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0040836-26.2012.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. ANISTIADO POLÍTICO. INDENIZAÇÃO. PAGAMENTO A MAIOR. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONFIANÇA LEGÍTIMA. DESNECESSIDADE DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO.

1. Recurso de apelação interposto contra sentença que julgou procedente pedido para obstar a Administração Pública de realizar descontos em contracheque a título de reposição ao erário, bem como determinar a devolução de parcelas já descontadas.

2. Impetrante reconhecido como anistiado político em Dezembro de 2002 pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Em conseguinte, passou a fazer jus a indenização paga pela Administração Pública, relacionada ao pagamento retroativo da diferença de proventos do posto de Brigadeiro da Aeronáutica e Suboficial.

3. Assinatura de termo de adesão para o recebimento parcelado da indenização em apreço, cujo valor total era de R$ 246.415,95. Todavia, a partir de junho de 2012, em virtude de suposto pagamento a maior das referidas parcelas indenizatórias, passou a sofrer descontos mensais em seus proventos no valor de R$ 8.221,40.

4. Efetivação de descontos em proventos realizada sem a notificação prévia do interessado. Na esteira do entendimento do STF, ¿ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já decorreram efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo. Ordem de revisão de contagem de tempo de serviço, de cancelamento de quinquênios e de devolução de valores tidos por indevidamente recebidos apenas pode ser imposta ao servidor depois de submetida a questão ao devido processo administrativo, em que se mostra de obrigatória observância o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa. (RE 594.296, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 10.02.2012).

5. Aplicabilidade dos pressupostos da proteção da confiança legítima para obstar o ressarcimento ao erário. As atuações administrativas podem conter vícios de forma e de conteúdo, do ponto de vista fático ou jurídico. A margem de apreciação das autoridades, quando equivocadamente exercida, pode implicar diversos graus de invalidade: nulidade absoluta, nulidade relativa, anulabilidade, irregularidade. Seja qual for o grau de invalidade ou a natureza do vício - salvo para os atos inexistentes -, deve a Administração Pública responder pelos danos que causar aos que nela confiarem e merecerem proteção.

6. Reconhecimento que, todavia, não se conduz unicamente por um critério objetivo, calcado na mera existência de ato administrativo viciado que venha produzindo efeitos e traga vantagens a certo particular. Constatação que exige sempre um juízo de apreciação individual acerca do grau de cogniscibilidade/capacidade de reconhecimento do erro pelo administrado, consideradas suas características pessoais e as circunstâncias específicas do caso concreto.

5. Caso no qual o embora o pagamento a maior tenha se dado entre os anos de 2008 e 2011, somente em 2012 a Administração se atentou quanto ao equívoco cometido. Interessado maior de 80 anos, que vinha percebendo regularmente seus proventos e as respectivas parcelas de indenização.

6. Presunção de que não estaria ordinariamente ao seu alcance conhecer profundamente os critérios legais de cálculo de cada rubrica que integra seus proventos, considerando-se, inclusive, que a própria Administração se equivocou quanto à aplicação de tais critérios.

7. Legítima expectativa gerada ao interessado, não lhe sendo possível duvidar, diante do comportamento da Administração Pública, da regularidade dos valores recebidos a título de indenização. Impossibilidade, em conseguinte, de incidência de descontos em folha de pagamento a título de restituição ao erário. Devolução dos valores já descontados.

9. Remessa necessária e recurso de apelação não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, negar provimento ao reexame necessário e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000218

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0007826-59.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.007826-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 30/05/2015 14:52
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: UBALDINO JOSE DE ASSIS
ADVOGADO: DEBORA FANTESIA DOS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0007826-59.2010.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO E CÍVEL. DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. GOVERNO COLLOR. ANISTIA. LEI N.º 8.878/94. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. VEDAÇÃO LEGAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação cível interposta contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedentes os pedidos para condenar a UNIÃO FEDERAL.

2. Na demanda, ajuizada em 24.5.2010, pretendeu o apelante, na condição de anistiado (Lei 8.878/94), a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 325.012,80, com juros e correção monetária, além de indenização por danos materiais de R$ 395.750,88. Alegou que possuía vínculo empregatício com a EMPRESA DE ENGENHARIA FERROVIÁRIA S/A ¿ ENGEFER, e, em 25.2.91, durante o Governo Collor, teve seu contrato de trabalho rescindido sem motivação, tendo sido reintegrado somente em 17.7.2008.

3. O cerne da controvérsia cinge-se ao direito do demandante de ser indenizado por danos morais e materiais em razão da demissão ocorrida em 1991, por ocasião da reforma administrativa implementada pelo Governo Collor.

4. Em razão das demissões e exonerações ocorridas na administração pública entre março/1990 e setembro/1992, foi editada a Lei da Anistia em 1994 (Lei 8.878/94).

5. Vedação legal aos efeitos financeiros retroativos. Art. 6.º da Lei 8.878/94. A anistia só gera efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, sendo vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo. Essa é a orientação jurisprudencial: STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1380999, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, , DJe 16.9/2013; TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 0004045-55.2012.4.02.5102, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DJE 13.6.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0022083-89.2010.4.02.5101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJE 18.2.2014.

6. A pretendida indenização por dano moral em função do longo período de afastamento, também não encontra amparo legal, eis que na sua essência tal indenização configuraria pagamento de remuneração pretérita, expressamente vedado pelo art. 6º da Lei 8.878/94.

7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0009415-86.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009415-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/08/2016 16:42
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: RONALDO SERGIO DA SILVEIRA - ESPOLIO
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
ADVOGADO: MARCOS VINICIUS DE PELCIANO CARNEIRO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
Originário: 0009415-86.2010.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INTERESSE EM AGIR. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. LEI Nº 11.922/2009. ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL CONSOLIDADA ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Apelação em face da sentença em face da sentença proferida pelo Juízo da 28ª Vara Federal que julgou extinto o processo, sem solução de mérito, com base no art. 485, VI, do CPC/2015, por falta de interesse em agir, em razão de o imóvel objeto da lide ter sido adjudicado por meio de procedimento de execução extrajudicial.

2. A parte autora não obteve êxito com relação à pretensão de anulação da execução extrajudicial, pedido deduzido nos autos do processo 2001.51.01.013404-0. Assim sendo, e considerando que no momento do ajuizamento da presente demanda já havia ocorrido a adjudicação do imóvel, que extingue o vínculo contratual até então existente, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0013563-38.2013.4.02.5101, Rel. Juiz Fed. Conv. FIRLY NASCIMENTO FILHO, E-DJF2R 26.7.2016.

3. No contrato de mútuo hipotecário, a CEF, na qualidade de agente financeiro, empresta dinheiro para aquisição do imóvel, porém não é a vendedora propriamente dita. Por sua vez, o mutuário tem por obrigação restituir o valor mutuado (dinheiro) na forma como contratado, motivo pelo qual não se aplica, na espécie, o disposto no art. 53 do CDC que trata de contrato de compra e venda de móveis e imóveis. Precedentes: TRF2, 8ª Turma Especializada, 01340382320134025101, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, E-DJF2R 15.2.2016 e TRF2, 5ª Turma Especializada, 00052684619984025001, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 30.4.2013.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0002115-39.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.002115-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 09/01/2015 17:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JOSE LUIS ARAUJO RAMOS
ADVOGADO: GABRIELA MENDES DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002115-39.2011.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO ATO EMANADO DE AUTORIDADE SUPERIOR QUE ALTEROU A ESCALA DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. HIERARQUIA E DISCIPLINA. NÃO PROVIMENTO.

1. Mandado de segurança. Alegação de ilegalidade do ato que alterou a escala dos militares. Segurança denegada. Apelação.

2. As escalas de serviço militar denotam ato discricionário da Administração Pública, não cabendo ao Judiciário determinar a rotina castrense. O militar, ao ingressar nas Forças Armadas, está ciente das peculiaridades inerentes à carreira, sujeitando-se a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia. O ato administrativo que determinou a escala dos 1º sargentos para o serviço de Auxiliar de Segurança e a retirada dos 3º sargentos foi proferido por autoridade superior e atendendo aos interesses da unidade, devendo ser cumprido em decorrência da disciplina e da hierarquia ínsitas ao serviço militar, exceto se manifestamente ilegal. Inexistência de prova de ofensa a direito líquido e certo. Legalidade e obediência aos interesses da administração militar.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0004560-27.2011.4.02.5102 Número antigo: 2011.51.02.004560-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/03/2015 16:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: BANCO SANTANDER - CREDITO IMOBILIARIO
ADVOGADO: PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR
APELANTE: CARLOS ALBERTO ALVES FERREIRA
APELANTE: DULCINEA AMELIA DE SOUZA FERREIRA
APELADO: OS MESMOS
ADVOGADO: CLOVIS DE OLIVEIRA LANZELLOTTI BALDEZ
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
Originário: 0004560-27.2011.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONHECIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO DO BANCO SANTANDER. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). QUITAÇÃO DE SALDO DEVEDOR REMANESCENTE COM COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). MULTIPLICIDADE DE FINANCIAMENTOS. POSSIBILIDADE.

1 - Demanda em que se pleiteia o reconhecimento do direito de quitação do contrato de financiamento habitacional, mediante a utilização do fundo de compensação de variações salariais (FCVS), o cancelamento da hipoteca que grava o imóvel e indenização por danos morais.

2. A apelação do Banco Santander (Brasil) S/A apresenta argumentos acerca de questões que não são objeto da presente lide, devendo ser parcialmente conhecida apenas quanto as questões atinentes à cobertura do saldo residual remanescente do imóvel financiado pelo SFH com recursos do FCVS. Nesse ponto, o argumento utilizado nas razões de recurso limitam-se a existência de duplicidade de financiamento.

3. O fundo de compensação de variações salariais - FCVS, criado por meio da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, tem por uma de suas finalidades garantir limite de prazo para amortização da dívida aos adquirentes de habitações financiadas pelo SFH, isto é, se ao final do financiamento ainda restar saldo residual a ser satisfeito, o FCVS o cobrirá, pagando-o ao agente financeiro.

4. Na espécie, o contrato de financiamento habitacional possui cláusula que prevê a cobertura do saldo devedor remanescente pelo FCVS. Além disso, o extrato da consulta ao cadastro nacional de mutuários (CADMUT) e os comprovantes de pagamento das prestação com parcela cobradas a título de FCVS também são documento hábeis para comprovar que o contrato de financiamento possui cobertura pelo referido fundo.

5. A CEF apontou a existência de dois contratos com cobertura pelo FCVS. No entanto, ambos os contratos foram celebrados quando vigia a Lei nº 4.380/64. A Lei nº 4.380/64, apesar de vedar expressamente o duplo financiamento (art. 9º, § 1º), nada dispunha sobre a perda da cobertura de eventual saldo devedor remanescente pelo FCVS como penalidade imposta ao mutuário pelo descumprimento dessa regra, o que só passou a existir a partir da Lei nº 8.100/90.

6. A proibição posterior, trazida pela redação originária do art. 3º da Lei nº 8.100/90, não pode alcançar os contratos celebrados em data anterior a sua vigência. O próprio legislador reconheceu o direito adquirido nessas situações, quando, por meio da Lei nº 10.150/2000, alterou o mencionado dispositivo para possibilitar a quitação do saldo residual do segundo financiamento pelo FCVS, aos contratos firmados até 05.12.90. A 1ª Seção do E. STJ consolidou a questão ao julgar o REsp 1.133.769 pela sistemática do art. 543-C do CPC/73 (recurso representativo de controvérsia), Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 18.12.2009. No mesmo sentido, são os seguintes precedentes deste Tribunal: TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelReex

01400981220134025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 2.9.2015 e 6ª Turma Especializada, AC 00034230820144025101, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 18.6.2015.

7. Quanto ao pedido de indenização por danos morais, conforme consignado na sentença recorrida, "meros dissabores decorrentes do descumprimento contratual, não são hábeis a gerar dano moral indenizável. Por outro lado, a parte Autora não trouxe aos autos qualquer prova de que tenha efetivamente pago qualquer valor além das prestações originariamente avençadas, inviabilizando o acolhimento do pedido de indenização de danos materiais."

8. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0012057-95.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.012057-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/07/2015 17:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LUIZ CARLOS DE ALMEIDA ROSESTOLATO
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE ALMEIDA ROSESTOLATO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0012057-95.2011.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. LEI 10.826/2003. ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONARIO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de mandado de segurança, indeferiu a inicial, à míngua dos pressupostos legais para o uso da via mandamental, decretando a extinção do processo sem o exame do mérito, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/09 c/c art. 267, I do Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73).

2. Nos termos do inciso 9.10.5, alínea ¿c¿, da Portaria nº 2/2007 da Diretoria Geral do Material da Marinha, a autorização para porte de arma de fogo depende, dentre outros requisitos, da demonstração por parte do requerente de ¿efetiva necessidade por exercício de atividade profissional ou de ameaça à sua integridade física¿, sendo certo que a renovação de porte de arma de fogo particular deverá seguir o mesmo procedimento da solicitação, nos termos do item 9.10.7 da Portaria nº 2/2007. Precedentes: STJ, 1ª Turma, RMS 23.971, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 16.4.2008; TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 201551015025446, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, e-DJF2R 7.12.2016; TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 201650010004066, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, e-DJF2R 6.9.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201451200005579, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 11.11.2014.

3. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0013112-90.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.013112-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 16:43
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ABNER FERREIRA ALVES
APELANTE: ADHEMAR LUDGERO
APELANTE: AIRTON SILVA
APELANTE: ALBERTO DE CASTRO ROCHA
APELANTE: ALDOMARIO PARADIZZO
ADVOGADO: ANDRÉIA DADALTO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
Originário: 0013112-90.2011.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS REMUNERATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEVANTAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. DEDUÇÃO DOS SAQUES OCORRIDOS NO PERÍODO.

1. Apelação em face de sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal de Vitória/ES que julgou improcedente o pedido de a aplicação dos juros remuneratórios e correção monetária em conta vinculada ao FGTS sobre os valores levantados para adimplemento de contrato de financiamento habitacional.

2. ¿Consoante inteligência dos artigos 3º, da Lei n. 5.107/66, 19, do Decreto n. 58.820/66 e, 10, da Lei n. 6.765/95, a correção monetária das contas fundiárias seguiriam critérios adotados pelo Sistema Financeiro da Habitação, bem como o uso do saldo do FGTS para fins de aquisição de moradia própria respeitaria instruções expedidas pelo BNH, a exemplo da Ordem de Serviço nº 02/78, que estipulou que a correção trimestral seria computada após a dedução dos saques feitos no período.¿ (cf. TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 0000900-85.2012.4.02.5006, Rel Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 14.9.2015). No mesmo sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0013757-18.2011.4.02.5001, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 4.3.2013. A sentença encontra-se em consonância com esse entendimento, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0015575-05.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.015575-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 14/01/2015 12:16
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ALCIDES MATTOS FERREIRA
APELANTE: ANANIAS FREIRE
APELANTE: VANIA FATIMA NOBRE E SILVA
APELANTE: VALDECI TAVARES
APELANTE: ZENON RIBEIRO DA SILVA FILHO
ADVOGADO: ANDRÉIA DADALTO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
Originário: 0015575-05.2011.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS REMUNERATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEVANTAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. DEDUÇÃO DOS SAQUES OCORRIDOS NO PERÍODO.

1. Apelação em face de sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal de Vitória/ES que julgou improcedente o pedido de a aplicação dos juros remuneratórios e correção monetária em conta vinculada ao FGTS sobre os valores levantados para adimplemento de contrato de financiamento habitacional.

2. ¿Consoante inteligência dos artigos 3º, da Lei n. 5.107/66, 19, do Decreto n. 58.820/66 e, 10, da Lei n. 6.765/95, a correção monetária das contas fundiárias seguiriam critérios adotados pelo Sistema Financeiro da Habitação, bem como o uso do saldo do FGTS para fins de aquisição de moradia própria respeitaria instruções expedidas pelo BNH, a exemplo da Ordem de Serviço nº 02/78, que estipulou que a correção trimestral seria computada após a dedução dos saques feitos no período.¿ (cf. TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 0000900-85.2012.4.02.5006, Rel Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 14.9.2015). No mesmo sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0013757-18.2011.4.02.5001, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 4.3.2013. A sentença encontra-se em consonância com esse entendimento, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0002019-87.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.002019-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 11/05/2015 16:07
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA IVANILDE DE OLIVEIRA ALVES
ADVOGADO: PATRICIA ALVES CAMACHO
APELADO: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO: LUCIANA CARDOZO MADUREIRA PIRES
APELADO: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: ELAINE KER MARRARA
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: JOSE ANTONIO MARTINS
Originário: 0002019-87.2012.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ECT. CARTA COM REGISTRO EXTRAVIADA. DANO MORAL IN RE IPSA.

1. Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face da ECT.

2. Narrou a demandante, em síntese, que utilizava com regularidade o serviço de postagem prestado pela ECT para encaminhamento de mercadorias e cheques em branco, e que foi surpreendida com o extravio de sua mercadoria quando seus cheques começaram a ser debitados em sua conta, após serem preenchidos por terceiros.

3. A Constituição Federal de 1988 acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.No caso, para se aferir o dever de indenizar, não é necessário perquirir sobre culpa, bastando verificar a existência de fato, dano e nexo de causalidade.

4. Comprovação nos autos acerca da falha do procedimento adotado pela ECT, já que a mercadoria não chegou ao seu destino, fato que, por si só, caracteriza o dano moral.

5. O dano moral é presumido (in re ipsa), bastando apenas a demonstração do ato ilícito. Precedente: STJ, 4ª Turma, REsp 1.097.266, Rel. p/acórdão Min. RAUL ARAÚJO, DJE: 23.8.2013.

6. Quantum indenizatório que se fixa em R$ 5.000,00, valor efetivamente concilia a pretensão compensatória, com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, devendo ser aplicado os critérios de juros e correção monetária previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, a contar da data de seu arbitramento em segunda instância (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0102693-52.2014.4.02.5053, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016), bem como para fixar os honorários advocatícios a serem pagos pela ECT em 10% sobre o valor da condenação.

7. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0048486-27.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.048486-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2016 14:53
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LUCICLEIDE CAVALCANTI SILVA
ADVOGADO: MARIA THEREZA MENGE E SILVA
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: JOSE ANTONIO MARTINS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
Originário: 0048486-27.2012.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO ÂNUA AFASTADA. JULGAMENTO DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. ART. 1.013, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (CPC/2015). CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). COBERTURA SECURITÁRIA. INVALIDEZ PERMANENTE. REVISÃO DO CONTRATO. ANATOCISMO. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS.

1. Demanda em que se pleiteia: (a) a revisão contratual do financiamento imobiliário; (b) a cobertura securitária para quitação do contrato em decorrência de grave doença (câncer de mama) e (c) a indenização por danos morais.

2. "Não se aplica ao mutuário-beneficiário, mas sim à Caixa, contratante do seguro habitacional obrigatório, a prescrição anual prevista no art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916 e no art. 206, § 1º, II, do Código Civil de 2002. Precedentes deste Tribunal." (TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 00031418920114025160, Rel. Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, E-DJF2R 25.8.2016). No mesmo sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00026749320114025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 29.2.2016.

3. Conforme o disposto na Súmula 299 do E. STJ: "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão". No caso em apreço, a negativa do pedido de cobertura, datada de 16.11.2012, foi encaminhada à demandante em 12.12.2011. Considerando que a presente demanda foi ajuizada em 30.11.2012, deve ser afastada o reconhecimento da prescrição ânua quanto ao pedido de cobertura securitária para quitação do financiamento em decorrência da alegação de invalidez permanente.

4. Segundo a regra contida no § 4º do art. 1.013 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015): "Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau."

5. Caso em que a perícia médica, na especialidade de oncologia, não reconheceu a invalidez permanente da demandante, motivo pelo qual o pedido de cobertura securitária é improcedente.

6. Por configurar inovação recursal, não se conhece da alegação de necessidade de realização de perícia médica na área de psiquiatria, já que, no momento oportuno, a demandante requereu apenas a produção de prova documental e pericial contábil, sendo a prova pericial médica deferida ex officio pelo Juízo.

7. Inexistindo ilegalidade na negativa de cobertura securitária pela CEF, não há que se falar em indenização por dano moral.

8. No caso concreto, conforme apurado em perícia contábil, ocorreram amortizações negativas, configurando a prática de anatocismo. Manutenção da sentença, nesse ponto, que determina a revisão do contrato.

9. Não se aplica, ao caso, a regra do art. 55 da Lei nº 9.099/95, por não se tratar de demanda processada e julgada pelo Juizado Especial. Mantida a condenação de honorários que, reconhecendo a sucumbência recíproca, nos termos do art. 85, § 14 do NCPC, condenou a demandante e o Banco BERJ S/A em honorários advocatícios, ambos, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

10. Apelação do Banco Bradesco não provida. Apelação da demandante, parcialmente provida para afastar o reconhecimento da prescrição quanto à pretensão de cobertura securitária, porém, no mérito, julgar improcedente esse pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação do Banco Bradesco e dar parcial provimento à apelação da demandante, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000187-37.2013.4.02.5116 Número antigo: 2013.51.16.000187-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2016 18:21
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GISLAINE MARIA VIANA
ADVOGADO: DALTON ALEXANDRE TAVARES PACHECO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
Originário: 0000187-37.2013.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
EMENTA

CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. COBERTURA SECURITÁRIA. ÓBITO DO MUTUÁRIO.

1. Apelação em face da sentença proferida pelo Juízo da Vara Federal de Macaé/RJ que julgou improcedente o pedido de cobertura securitária para quitação de financiamento imobiliário, em razão do óbito do mutuário.

2. No caso em apreço, a decisão administrativa da CEF acerca da cobertura securitária, negou o pedido basicamente por duas razões: (1) o mutuário possuía antes da assinatura do contrato habitacional um imóvel na mesma cidade daquele adquirido por meio do financiamento, o que é vedado pelo Estatuto do FGHab e (2) o contrato habitacional foi assinado somente pelo companheiro da ora demandante, embora existisse união estável entre eles com declaração expressa de dependência econômica e financeira recíproca, caracterizando falsidade de declaração na ficha de cadastro do processo de financiamento e, consequentemente, acarretando acréscimo na responsabilidade do fundo com relação a qualificação civil e renda familiar.

3. Os documentos dos autos esclarecem que o imóvel citado na escritura declaratória de união estável, localizado em Macaé, é o mesmo bem que constitui objeto do contrato de financiamento imobiliário. Dessa

forma, inexistindo duplicidade de financiamento, não haveria porque ser negada a cobertura securitária sob esse argumento .

4. Ainda que o imóvel em questão tenha sido financiado com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o contrato firmado pelas partes é de adesão, regido pelas cláusulas inerentes aos contratos de consumo (CDC). Havendo controvérsias, as cláusulas restritivas devem ser interpretadas em benefício do consumidor. Diante disso, as hipóteses de agravamento do risco e de exclusão e/ou redução da cobertura securitária não podem ser objeto de interpretação extensiva e, por conseguinte, não podem ser presumidas.

5. No caso, a pretensão da CEF de tentar afastar a responsabilidade pela cobertura securitária ao argumento de que o contratante teria omitido a união estável contraria preceitos básicos insculpidos do diploma consumerista, como a transparência e a presunção de vulnerabilidade do consumidor. Da leitura do instrumento contratual e da apólice não vislumbro qualquer cláusula, tampouco qualquer interpretação, a ensejar a conclusão de que a ¿omissão¿ acerca da união estável excluiria a cobertura securitária, sobretudo considerando que o art. 54, §4º, dispõe que as ¿as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão¿.

6. Afastadas as alegações da CEF, a sentença deve ser reformada para julgar procedente o pedido para condená-la a proceder a cobertura securitária pretendida em razão do evento morte do mutuário, na forma e modo contratados. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa atualizado, considerando a natureza da obrigação de fazer a que está condenada a CEF.

7. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0007254-10.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.007254-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/10/2015 20:45
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPIRITO SANTO - UVV/ES
ADVOGADO: FERNANDO DA FONSECA RESENDE RIBEIRO
APELADO: GYOVANNA CRYSTINA TABOZA
ADVOGADO: Ramon Henrique Santos Fávero
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
Originário: 0007254-10.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

APELAÇÕES. CIVIL E ADMINISTRATIVO. FIES. FNDE. UNIVERSIDADE. TRANSFERÊNCIA. FALHA NA OPERACIONALIZAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. RESTITUIÇÃO. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Ação ordinária. Sentença que julga parcialmente procedentes os pedidos para impor à UVV a restituição de todos os valores cobrados a título de matrícula, rematrícula e mensalidades, além de condenar a UVV e o FNDE ao pagamento, pro rata, de indenização por danos morais, fixados em R$ 10.000,00. Apelações da UVV e do FNDE.

2. Comprovação das falhas operacionais. As mensagens enviadas à estudante não excluem a responsabilidade do ente público, que deveria ter disponibilizado outro meio de efetuar as ações relacionadas ao programa de financiamento enquanto indisponíveis as ferramentas necessárias. A estudante não pode ser prejudicada por problemas operacionais do sistema, erro ou desconhecimento dos responsáveis pela condução do procedimento de FIES. Inserção dos nomes da estudante e de seus fiadores no Sistema de Proteção ao Crédito por solicitação da UVV. Dano moral configurado. Como já decidido por esta Corte Regional, "o valor do dano moral deve considerar as condições socioeconômica da parte, as

circunstâncias do caso e a conduta ilícita, sob o enfoque dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade [...]" (TRF2, Vice Presidência, AC 01381751420144025101, Rel. Des. Fed. ANTONIO HENRIQUE CORREA DA SILVA, E-DJF2R 17.5.2016).

3. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0015735-50.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.015735-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/08/2015 08:49
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA ALICE MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DENISE DAS NEVES DE SOUZA TEIXEIRA
APELADO: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S/A
ADVOGADO: CLAUDIO DA SILVA LIMA JUNIOR
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE GUIMARAES PESSOA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA
Originário: 0015735-50.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. OBRIGATORIEDADE. CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE CONTÉM CLÁUSULA COM PREVISÃO DE LIVRE ESCOLHA DA EMPRESA SEGURADORA PELO MUTUÁRIO. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA.

1. Apelação em face da sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro que julgou: (a) extinto o processo, sem solução de mérito, com base no art. 267, VI, do CPC/73, em razão da ausência de interesse processual, em relação ao pedido de declaração do direito de livre escolha de outra seguradora e (b) improcedentes os pedidos de restituição dos valores pagos a título de seguro e indenização por danos morais.

2. O E. STJ, ao apreciar o Resp 969.129 pela sistemática do art. 543-C do CPC/73, consignou que a despeito da obrigatoriedade de contratação de seguro habitacional no âmbito do sistema financeiro de habitação, é inválida a cláusula que exige a aquisição de tal seguro junto à própria instituição financeira ou a seguradora por essa indicada. Entendimento posteriormente consolidado na Súmula 473 STJ, a qual determina que o mutuário do SFH não pode ser compelido a contratar o seguro habitacional obrigatório com a instituição financeira mutuante ou com a seguradora por ela indicada.

3. Caso em que o contrato de financiamento contém cláusula que possibilita a escolha da seguradora de conveniência da mutuária/devedora. Dessa forma, a alegação de abusividade deveria ter vindo acompanhada de prova que pudesse revelar que não lhe foi oportunizado o direito de escolha da seguradora ou que os valores cobrados a título de seguro encontravam-se em desacordo com os preços de mercado cobrados por outras empresas, o que não ocorreu, no presente caso. Em suma, o demandante, não se desincumbiu de comprovar o fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 333, I, do CPC/73, correspondente ao art. 373, I, do CPC/2015. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00048530520084025101, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0020400-56.2013.4.02.5151 Número antigo: 2013.51.51.020400-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/11/2014 15:44
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: RICARDO BOZI LIRA
ADVOGADO: JUCIARA DELFIM PENNA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0020400-56.2013.4.02.5151 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. SELEÇÃO PÚBLICA. CURSO PREPARATÓRIO. AERONÁUTICA. CONTROLADOR DE TRÁFEGO AÉREO. INSPEÇÃO DE SAÚDE. DISTÚRBIO OFTALMOLÓGICO COMPROVADO. EXCLUSÃO DO CANDIDATO. SEGURANÇA DA AERONAVEGAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. Ação ordinária. Relata-se que, durante o Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica, o candidato foi considerado inapto pela Junta Superior de Saúde ao argumento de que não detinha acuidade visual mínima para a especialidade de Controlador de Tráfego Aéreo. Pugna pela condenação da União ao pagamento de danos materiais e morais, além do reconhecimento do direito à conclusão do curso. Sentença que julga improcedentes os pedidos. Apelação.

2. Comprovação da inaptidão para o exercício das atividades inerentes ao cargo. Diagnóstico de ametropia elevada. Expressa previsão normativa do desligamento de alunos por motivo de saúde.

3. As funções inerentes ao controle do tráfego aéreo estão descritas na Portaria DEPENS 377/DE-1, de 20.12.2012. Necessidade de inspeções de saúde periódicas. Esta Corte Regional já se manifestou no sentido de que os exames oftalmológicos são de extrema importância para a segurança da aeronavegação, sendo "obrigação da Administração Pública garantir condições de igualdade a todos os candidatos, eleger as condições e requisitos que conduzirão o processo de seleção, com o objetivo de identificar os candidatos com mais aptidão para o desenvolvimento de uma determinada função" (TRF2, 6ª Turma Especializada, 00265479320094025101, Rel. Des. Fed. FREDERICO GUEIROS, E-DJF2R 7.10.2011).

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0031893-83.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.031893-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/11/2014 18:44
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GEORGE WILLIAM ROCHA MARQUES
ADVOGADO: GEORGE WILLIAM ROCHA MARQUES
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0031893-83.2013.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. DISPOSIÇÃO EDITALÍCIA QUE EXIGE A COMPROVAÇÃO DE PRÁTICA JURÍDICA ALÉM DA APROVAÇÃO NA PROVA SELETIVA. LEGALIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1. Mandado de segurança. Impetrante alega que, embora aprovado na prova objetiva de processo seletivo simplificado, teve sua contratação obstaculizada pelo não cumprimento do requisito previsto no edital referente à comprovação de experiência profissional prática. Segurança denegada em 1º grau. Apelação.

2. O edital que divulgou o processo seletivo simplificado para o preenchimento de vagas que possuem atribuições e requisitos nele previstos vincula tanto o Poder Público quanto os administrados. Da sua leitura, conclui-se que a aprovação na prova objetiva não gera direito líquido e certo à nomeação, e sim mera expectativa, uma vez que a contratação está condicionada ao cumprimento das demais exigências previstas no edital e, dentre elas, a comprovação de 3 anos de prática jurídica. O art. 4º do Decreto 4.748/2008, que regulamenta a Lei 8.745/93, faculta à Administração Pública estabelecer etapas de seleção além da prova escrita e da análise de currículo, a critério do órgão ou entidade contratante, ex vi da comprovação da prática jurídica. Ausência de ilegalidade, tampouco de desproporcionalidade, ao se exigir a comprovação da prática jurídica para o exercício das funções que abrangem o"desenvolvimento de atividade relacionada à análise e instrução do passivo de processos administrativos sancionadores e de processos de autorização de funcionamento e de cancelamento de registro de operadoras".

3. Segundo o STJ, "inexiste previsão legal que impeça se estabelecer, quando da realização de concurso com vistas à seleção de candidatos capacitados ao preenchimento de vaga oferecida, determinados requisitos compatíveis com a natureza e complexidade das atividades inerentes ao cargo a ser ocupado. Definir o perfil do candidato para ingresso em quadro funcional, de acordo com as atividades que serão exercidas pelo profissional, constitui prática rotineira adotada por qualquer pessoa jurídica que vá realizar uma contratação nos moldes da legislação trabalhista. [...] É absolutamente razoável estabelecer-se um prazo mínimo de experiência no exercício das atividades a serem desenvolvidas pelo candidato aprovado, conquanto que não se fixem critérios relativos a aspectos pessoais que dificultem o acesso ao emprego público, como discriminação de condições estritamente pessoais como raça, cor, credo religioso ou político. O empregador tem o direito de estipular condições e requisitos que entender necessários, por se referirem diretamente à natureza e à complexidade das atividades inerentes ao cargo" (STJ, 1ª Turma, REsp 801.982, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 14.6.2007).

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0100311-73.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.100311-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 12:50
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JOSE ROUSSO
ADVOGADO: PÉRISSON LOPES DE ANDRADE
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
Originário: 0100311-73.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS. MUDANÇA DE EMPRESA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRETENSÃO PREJUDICADA.

1. Apelação em face de sentença proferida pelo Juízo da 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro que pronunciou a prescrição da pretensão de revisão do saldo da conta de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com a aplicação da taxa progressiva de juros, na forma da Lei nº 5.107/66, bem como dos expurgos inflacionários.

2. A aplicação da taxa progressiva de juros sobre os depósitos do FGTS ocorre em duas situações: 1ª) quando a opção pelo regime de FGTS tenha ocorrido na vigência da Lei n° 5.107/66 em data anterior a 22.9.71 (entrada em vigor da Lei 5.705/71), pois, para os novos contratos, a partir desta data, a capitalização dos juros é feita à taxa única de 3% ao ano; ou 2ª) quando a opção pelo regime de FGTS tenha ocorrido com efeito retroativo, desde que houvesse concordância do empregador (Lei nº 5.958/73).

3. Caso em que o contrato de trabalho com a empresa Esso Brasileira de Petróleo S.A, único emprego do demandante iniciado em data anterior à entrada em vigor da Lei nº 5.705/71, encerrou-se em 31.10.74, sendo atingidos pela prescrição todos os créditos deste contrato, pois anteriores a 30 anos da data do ajuizamento da presente demanda em 9.1.83 (Súmula nº 210/STJ, Súmula nº 398/STJ e Súmula nº 28/TRF2).

4. Não existindo diferenças a serem pagas a título de taxa progressiva de juros, fica prejudicada a pretensão de aplicação de expurgos inflacionários reflexos.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000638-70.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.000638-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/06/2015 17:44
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DANIELLE ABRANTES NOGUEIRA ALVES
ADVOGADO: SERGIO SOLLE DE FIGUEIREDO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLA BORBA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Originário: 0000638-70.2014.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). REVISÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (SAC). ANATOCISMO. INEXISTÊNCIA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC). INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

1. Apelação em face da sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Niterói/RJ que julgou improcedente o pedido de revisão do contrato de financiamento de imóvel adquirido pelo sistema financeiro da habitação (SFH).

2. A apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, princípio refletido na expressão tantum devolutum quantum appellatum. No caso, em observância a esse preceito, são analisadas apenas as questões suscitadas em razões de recurso que envolvem a pretensão de revisão do contrato de financiamento imobiliário.

3. Para o reajustamento das parcelas do financiamento, o contrato fixou o sistema de amortização constante (SAC), o qual, conforme reiterada jurisprudência, não causa prejuízos ao mutuário, pois consiste em um método em que as parcelas tendem a decrescer a cada prestação ou, no mínimo, se manterem estáveis, inclusive, com a redução do saldo devedor ao longo do prazo de financiamento. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 01515984120144025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 4.3.2016. Apesar desse entendimento, no caso em apreço, foi realizada perícia técnica que não apurou a ocorrência de anatocismo

4. Embora haja incidência do CDC nos contratos do SFH, em decorrência da relação de consumo existente entre o mutuário e o agente financeiro, a aplicação pura e simples dessa norma não elide a manifestação de vontade das partes. O simples fato de tratar-se de regramento contratual pela forma adesiva, o que não é vedado pelo CDC, não restringe a garantia à liberdade de aderir ou não às estipulações padronizadas.

5. Na espécie, não se verificando nenhuma prática abusiva por parte do agente financeiro, assim como não demonstrado eventual ônus excessivo, desvantagem exagerada, enriquecimento ilícito por parte do fornecedor, ofensa aos princípios da transparência e da boa-fé, não há que se falar em nulidade das cláusulas sub judice. Precedentes: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 00023233020104025110, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON, E-DJF2R 8.1.2016 e TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 01399413920134025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 11.12.2014.

6. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0002696-46.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.002696-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/05/2015 15:25
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: ALBERTO HARTTALIAN FOGATO
ADVOGADO: JORGE SILVA CARVALHO
Originário: 0002696-46.2014.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

apelação. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. CONSELHO PROFISSIONAL. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO. INDEFERIMENTO. ATIVIDADE NÃO SUJEITA À FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Ação anulatória de débito. Sentença que julga parcialmente procedentes os pedidos para declarar a nulidade do débito referente às anuidades de 2007 a 2013, além de deferir a antecipação de tutela para que o CRA/RJ se abstenha de proceder à inscrição em dívida ativa. Apelação do Conselho Profissional.

2. Ausência de exercício da profissão de administrador. Comprovação de atuação como servidor público federal, lotado no cargo de analista de sistemas no Centro de Hidrografia da Marinha, desde 1.4.75 até a aposentadoria. Comprovação do pedido de cancelamento do registro em 1982, indeferido ao fundamento de que os profissionais de informática deveriam ter registro obrigatório no CRA.

3. O STJ reconheceu a ilegalidade da Resolução Normativa CFA 125/92, a qual estabelecia o registro dos profissionais de informática perante o CRA, entendendo que "o art. 2º da Lei 4.769/65, ao enumerar as atividades privativas do administrador, não faz qualquer referência às atividades desenvolvidas pelo pessoal da área de informática, tendo a Resolução Normativa CFA 125/92 exorbitado da previsão legislativa" (STJ, 1ª Turma, REsp 488.441, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 20.9.2004). Ainda segundo o STJ, "o contribuinte que pretende se exonerar da cobrança deverá pleitear o cancelamento e comprovar com eficácia ex tunc que não exercia efetivamente a profissão" (STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1.365.711, Rel. Min ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 25.2.2014).

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0010389-84.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.010389-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/05/2015 14:43
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: CARTEIRA HIPOTECARIA E IMOBILIARIA DO CLUBE NAVAL
ADVOGADO: HELIO AUGUSTO DE SOUZA
APELADO: MARCIO MENEZES MENDONÇA
APELADO: REGINA LUCIA FERREIRA MENDONÇA
ADVOGADO: PAULO CESAR MAIA PRZEWODOWSKI
ADVOGADO: RICARDO MENEZES AMARAL DE BARROS
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
Originário: 0010389-84.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DO AGENTE FINANCEIRO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVA DA DEMANDA. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). QUITAÇÃO DE SALDO DEVEDOR REMANESCENTE COM COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). MULTIPLICIDADE DE FINANCIAMENTOS. POSSIBILIDADE.

1. Demanda em que se pleiteia o reconhecimento do direito de quitação do contrato de financiamento habitacional, mediante a utilização do fundo de compensação de variações salariais (FCVS), e o cancelamento da hipoteca que grava o imóvel.

2. A apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, princípio refletido na expressão tantum devolutum quantum appellatum. No caso em apreço, a CEF não se opõe quanto ao reconhecimento do direito da demandante de ter o contrato habitacional quitado com os recursos do FCVS, motivo pelo qual o presente voto enfrentará somente as razões retratadas em seu recurso que dizem respeito à prescrição, à natureza da obrigação e aos honorários.

3. Esta Corte já deliberou que em demandas em que se pretende a quitação do contrato de financiamento com recursos do FCVS não há a obrigatoriedade da presença do agente financeiro no polo passivo da lide. Todavia, isso não significa dizer que o agente financeiro, a quem cabe dar a quitação definitiva ao mútuo e promover o cancelamento da hipoteca que grava o imóvel, não possua legitimidade para figurar no polo passivo da ação. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00468797120154025101, Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, E-DJF2R 20.10.2016 e TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 00112567720144025101, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, E-DJF2R 19.10.2016.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0130044-25.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.130044-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/12/2016 17:38
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: ROBSON MOTA ALONSO
ADVOGADO: ES999999
Originário: 0130044-25.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. DUPLO GRAU. CONSELHO PROFISSIONAL. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART.150, I, CF/88). EMENDA OU SUBSTITUIÇÃO DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIO INSANÁVEL. LEI 12.514/2011.

1. Trata-se de apelação em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73.

2. Não incide o duplo grau de jurisdição quando o valor do direito controvertido é inferior ao contido no art. 475, §2º do CPC/73.

3. O STF assentou a impossibilidade de instituição ou majoração da contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica mediante resolução dos Conselhos Profissionais. Tratando-se de uma espécie de tributo, a cobrança deve respeitar o princípio da legalidade tributária estrita, inserto no art. 150, I, da CF/88 (STF, ARE 640937 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 05.09.2011).

4. Da interpretação dos arts. 149 e 150, I, da CF/88, infere-se que o art. 12, "a", da Lei nº 4.769/1965, na parte que prevê a instituição da contribuição em exame por resolução, não foi recepcionado pela CF/1988.

5. A Lei nº 6.994/1982 - regra geral que fixava o valor das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no Maior Valor de Referência (MRV) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/1994. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, 1ª Turma, RESP 1.032.814, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 6.11.2009; STJ, 2ª Turma, RESP 1.120.193, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.2.2010).

6. As Leis nº 9.649/1998 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos Conselhos Profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIn nº 1.771, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.3.2003; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 9.6.2011). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "São inconstitucionais a expressão ¿fixar¿, constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/2004¿.

7. Com o advento da Lei nº 12.514/2011 (publicada em 31.10.2011), que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, restou atendido o princípio da legalidade tributária estrita. Entretanto, é inviável a cobrança de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até 2012, haja vista os princípios da irretroatividade e da anterioridade de exercício e nonagesimal tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CF/88). Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especialidade, AC 0000122-20.2014.4.02.5112, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 8.6.2016.

8. Ausência de lei em sentido estrito para cobrança da exação prevista no art. 149 da CF/88 referente aos anos de 2011 e 2012. Título executivo dotado de vício essencial e insanável.

9. Nulidade da CDA por ausência de indicação do art. 6º, caput e §1º, da Lei nº 12.514/2011, fundamento legal para a cobrança das anuidades de 2013 e 2014. Inobservância dos requisitos previstos no art. 2º, §5º, III e § 6º, da Lei nº 6.830/80. Impossibilidade de substituição da CDA, pois tal operação importaria em modificação substancial do próprio lançamento (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0001843-54.2002.4.02.5103, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 7.5.2015).

10. Os dispositivos legais mencionados pelo recorrente (art. 5º, XIII, XXXV da CR; arts. 78, 97 e 144 do CTN; arts. 284 e 475, I do CPC/73) não restaram ofendidos pela sentença.

11. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0133756-23.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.133756-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/01/2017 17:50
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: VALESKA DIAS DE MENDONÇA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0133756-23.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. DUPLO GRAU. CONSELHO PROFISSIONAL. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART.150, I, CF/88). EMENDA OU SUBSTITUIÇÃO DA CDA. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIO INSANÁVEL. LEI 12.514/2011. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Trata-se de apelação em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, sem solução do mérito, nos termos do art. 267, IV e VI, do CPC/73.

2. O STF assentou a impossibilidade de instituição ou majoração da contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica mediante resolução dos Conselhos Profissionais. Tratando-se de uma espécie de tributo, a cobrança deve respeitar o princípio da legalidade tributária estrita, inserto no art. 150, I, da CF/88 (STF, ARE 640937 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 05.09.2011).

4. Da interpretação dos arts. 149 e 150, I, da CF/88, infere-se que o art. 12, "a", da Lei nº 4.769/65, na parte que prevê a instituição da contribuição em exame por resolução, não foi recepcionado pela CF/88.

5. A Lei nº 6.994/82 - regra geral que fixava o valor das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no Maior Valor de Referência (MRV) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/1994. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, 1ª Turma, RESP 1.032.814, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 6.11.2009; STJ, 2ª Turma, RESP 1.120.193, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.2.2010).

6. As Leis nº 9.649/98 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos Conselhos Profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIn nº 1.771, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.3.2003; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 9.6.2011). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "São inconstitucionais a expressão ¿fixar¿, constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/2004¿.

7. Com o advento da Lei nº 12.514/2011 (publicada em 31.10.2011), que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, restou atendido o princípio da legalidade tributária estrita. Entretanto, é inviável a cobrança de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até 2012, haja vista os princípios da irretroatividade e da anterioridade de exercício e nonagesimal tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CF/88). Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especialidade, AC 0000122-20.2014.4.02.5112, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 8.6.2016.

8. Ausência de lei em sentido estrito para cobrança da exação prevista no art. 149 da CF/88 referente aos anos de 2010 a 2012. Título executivo dotado de vício essencial e insanável.

9. Nulidade da CDA por ausência de indicação do art. 6º, caput e §1º, da Lei nº 12.514/2011, fundamento legal para a cobrança das anuidades de 2013 e 2014. Inobservância dos requisitos previstos no art. 2º, §5º, III e § 6º, da Lei nº 6.830/80. Impossibilidade de substituição da CDA, pois tal operação importaria em modificação substancial do próprio lançamento (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0001843-54.2002.4.02.5103, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 7.5.2015). Além disso, a cobrança de tais anuidades encontraria óbice no disposto no art. 8º da Lei nº 12.514/2011, uma vez que o seu somatório é inferior ao montante correspondente ao valor de quatro anuidades.

10. Os dispositivos legais mencionados pelo recorrente (art. 5º, XIII, XXXV da CR; arts. 78, 97 e 144 do CTN; arts. 321 e 496, I do CPC/2015) não restaram ofendidos pela sentença.

11. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0158776-07.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.158776-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2016 16:26
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: MARGARETH GILNEIDE MACHADO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0158776-07.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE ENDEREÇO À CORRETA CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM SOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, I, CPC/2015. DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO PESSOAL PREVISTA NO §1º DO DISPOSITIVO. NÃO PROVIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação contra sentença que extinguiu o feito, sem solução do mérito, nos termos do art. 485, I, e 918, II, do CPC/2015, por entender que o prazo fixado para que a inépcia da petição inicial fosse sanada transcorreu sem o atendimento pela parte.

2. De acordo com o art. 282 do CPC/73, a petição inicial deve indicar o endereço do réu. O descumprimento desse requisito, por inviabilizar a diligência citatória, enseja o indeferimento da inicial, nos termos do disposto no art. 284, parágrafo único, do mesmo diploma legal.

3. No caso, o endereço informado na petição inicial está incorreto, de acordo com a certidão do oficial de justiça, Instada a informar a correta localização do devedor, a ora apelante informou novo endereço. A diligência citatória restou igualmente negativa. Diante disso, requereu a expedição de ofícios à Secretaria da Receita Federal, CEG, AMPLA e o Banco Central do Brasil, o que foi indeferido pelo juízo a quo, que concedeu prazo de 10 dias para providências. Decorrido o prazo sem manifestação, extinguiu-se o feito sem julgamento do mérito.

4. Deve ser extinto o feito quando a parte autora intimada a fornecer o correto endereço do réu deixa de se manifestar, pois diante da falta de citação resta impossibilitada a integralização da relação jurídica processual.

5. A mera alegação genérica de ausência de inércia de sua parte para localizar o devedor, não é suficiente para fundamentar seu intento, sob pena de se eternizar a demanda, razão pela qual se mostra correta a sentença ora guerreada.

6. A exigência da prévia intimação pessoal prevista no § 1º, do art. 267, CPC/73 se faz necessária somente nas hipóteses dos incisos II e III do dispositivo em epígrafe. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 2008.51.10.001995-7, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 5.12.2016; TRF2, 6ª Turma Especializada, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, AC 2012.50.06.001363-0, E-DJF2R 6.12.2016.

7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0032440-21.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.032440-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/12/2016 12:32
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: COALA PET SHOP LTDA- ME
ADVOGADO: EDINO DOS SANTOS CHAIBEN
Originário: 0032440-21.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. VALOR MÍNIMO PARA PROPOSITURA DE EXECUÇÕES FISCAIS. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART.150, I, CF/88). CDA. VÍCIO INSANÁVEL.

1. Trata-se de apelação em face de sentença que julgou extinto o processo, sem solução do mérito, nos termos do art. 485, IV do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) c/c art. 8° da Lei n° 12.514/2011.

2. O STF assentou a impossibilidade de instituição ou majoração da contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica mediante resolução dos conselhos profissionais. Tratando-se de uma espécie de tributo, a cobrança deve respeitar o princípio da legalidade tributária estrita, inserto no art. 150, I, da CF/88 (ARE 640937 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 05.09.2011).

3. Da interpretação conjugada dos arts. 149 e 150, I, da CF/88, infere-se que o art. 31, da Lei nº 5.517/68, no ponto que prevê a instituição contribuição em exame por resolução, não foi recepcionado pela CF/88.

4. A Lei nº 6.994/82 - regra geral e posterior à Lei nº 5.194/66, que fixava o valor das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no Maior Valor de Referência (MRV) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/94. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, 1ª Turma, RESP 1.032.814, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 6.11.2009; STJ, 2ª Turma, RESP 1.120.193, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.2.2010).

5. As Leis nº 9.649/98 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos Conselhos Profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIN nº 1.717, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.3.2003; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 9.6.2011). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "são inconstitucionais a expressão ¿fixar¿, constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/2004¿.

6. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, que fixou os valores máximos e os parâmetros de atualização monetária das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral (art. 6º, §§1º e 2º), restou finalmente atendido o princípio da legalidade tributária estrita para a cobrança das anuidades. Entretanto, em razão da irretroatividade e da anterioridade tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c", da CF/88) é inviável a exigência de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até o ano de até 2012, haja vista os princípios da irretroatividade e da anterioridade de exercício e nonagesimal tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CF/88). Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, AC 0000122-20.2014.4.02.5112, EDJF2R 8.6.2016.

7. A falta de previsão legal para a cobrança da exação é fundamento suficiente para o não prosseguimento da execução fiscal, independentemente da aplicação ou não do art. 8º da Lei nº 12.514/2011, que estabelece o valor mínimo para propositura de execuções pelos Conselhos Profissionais (TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 2012.51.01.061752-8, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 5.11.2013).

8. Os dispositivos legais mencionados pelo recorrente (art. 5º, II, 6º, 22, XVI, 146, III, 149; 150, I e III, 196 e 197, da CF) não restaram ofendidos pela sentença.

9. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0069684-78.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.069684-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2016 17:27
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE FIAUX RAMOS
ADVOGADO: KATIA CHRISTINA OLIVEIRA E SILVA
ADVOGADO: MARCONDE ALENCAR DE LIMA
ADVOGADO: RENATA MATOS DA COSTA
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
APELADO: LABORATORIO SANTA RITA DE CASSIA MILLENIUM LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0069684-78.2016.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART.150, I, CF/88). CDA. VÍCIO INSANÁVEL.

1. Trata-se de apelação interposta pelo CREMERJ em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal nos termos do art. 485, IV c/c art. 803, I, ambos do CPC/2015.

2. O STF assentou a impossibilidade de instituição ou majoração da contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica mediante resolução dos conselhos profissionais. Tratando-se de uma espécie de tributo, a cobrança deve respeitar o princípio da legalidade tributária estrita, inserto no art. 150, I, da CF/88 (ARE 640937 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 05.09.2011).

3. Da interpretação conjugada dos arts. 149 e 150, I, da CF/88, infere-se que o art. 5º, "j", da Lei nº 3.268/57, no ponto que prevê a instituição das anuidades por resolução, não foi recepcionado pela CF/88.

4. A Lei nº 6.994/82 - regra geral que fixava o valor das anuidades devidas aos conselhos profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no Maior Valor de Referência (MVR) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/94. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, 1ª Turma, RESP 1.032.814, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 6.11.2009; STJ, 2ª Turma, RESP 1.120.193, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.2.2010).

5. As Leis nº 9.649/98 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos conselhos profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIn nº 1.717, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.3.2003; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 9.6.2011). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "são inconstitucionais a expressão ¿fixar¿, constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/04¿.

6. Com o advento da Lei nº 12.514/2011 (publicada em 31.10.2011), que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, restou atendido o princípio da legalidade tributária estrita. Entretanto, é inviável a cobrança de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até 2012, haja vista os princípios da irretroatividade e da anterioridade de exercício e nonagesimal tributárias (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CF/88). Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especialidade, AC 0000122-20.2014.4.02.5112, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 8.6.2016.

7. Ausência de lei em sentido estrito para cobrança da exação prevista no art. 149 da CF/88 referente aos anos de 2010 a 2012. CDA baseada em resolução. Título executivo dotado de vício insanável.

8. Nulidade da CDA por ausência de indicação do art. 6º, caput e §1º, da Lei nº 12.514/2011, fundamento legal para a cobrança das anuidades de 2013 e 2014. Inobservância dos requisitos previstos no art. 2º, §5º, III e § 6º, da Lei nº 6.830/80. Impossibilidade de substituição da CDA, pois tal operação importaria em modificação substancial do próprio lançamento (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0001843-54.2002.4.02.5103, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 7.5.2015).

9. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do Julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0023322-31.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.023322-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/05/2015 18:14
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GENIR MARINS DA SILVA
ADVOGADO: BRUNO MORENO CARNEIRO FREITAS
APELANTE: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0023322-31.2010.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

remessa necessária e apelaçÕES. INDENIZAÇÃO por danos materiais e morais. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO ADMINISTRATIVA DE TEMPO DE SERVIÇO E POSTERIOR RECONHECIMENTO POR SENTENÇA TRABALHISTA. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA APOSENTADORIA EM 2001 E EFETIVAÇÃO APENAS EM 2008. reforma parcial da sentença.

1. A exordial narra que o demandante trabalhou no Colégio Pedro II desde abril de 1963. Aduz que em fevereiro de 2002 requereu a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, ocasião em que apenas foi computado o período a partir novembro de 1973. Alega que a Justiça do Trabalho, com decisão transitada em julgado, reconheceu o vínculo a partir de abril de 1963, averbando-se o tempo de serviço. Em decorrência da concessão da aposentadoria apenas em 2008, embora cumpridos os requisitos desde 2001, requer o pagamento de indenização por danos materiais e morais. Sentença de parcial procedência. Apelações.

2. Comprovação de que o demandante completou 60 anos de idade em 2001, mesmo ano em que integralizou 35 anos de serviço. Como se aposentou somente em 2008, trabalhou sete anos além do exigido pela legislação. Devido o pagamento de indenização por danos materiais referentes aos valores que deveriam ter sido pagos a título de abono de permanência a partir da vigência da EC 41/03 até a efetiva data da aposentadoria. Em se tratando de relação jurídica de trato sucessivo, aplica-se a prescrição das parcelas vencidas e não exigidas no prazo de cinco anos antes do ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85 do STJ.

3. A atualização monetária deve ser calculada com base na Tabela de Cálculos do Conselho da Justiça Federal e os juros de mora devem incidir, desde a citação, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês por força do que determinava o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, na redação que lhe era dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001; a partir de 30/06/2009, data da entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009, os juros de mora e a atualização monetária devem observar os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados aos depósitos em caderneta de poupança na forma do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com base na redação dada pela Lei nº 11.960/2009.

4. Reforma da sentença. Exclusão do pagamento indenização por danos morais, eis que não restou evidenciada a afronta aos direitos da personalidade. Não caracterizado o transtorno psicológico ou a perturbação imaterial, não há se falar em dano extrapatrimonial, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito de uma das partes em detrimento de outra.

5. Remessa necessária e apelação do Colégio Pedro II parcialmente providas. Apelação do demandante não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação do Colégio Pedro II e negar provimento à apelação do demandante, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0009930-87.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.009930-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/05/2014 16:27
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: PAULO MURILO OLIVEIRA DA FONSECA
APELADO: SONIA REGINA MESQUITA DA SILVA
APELADO: SILVIO CESAR KONIG
APELADO: PETRONILHA MARIA DE FIGUEIREDO SILVA
APELADO: AERCIO TEIXEIRA DE CARVALHO
APELADO: MARIA AUGUSTA VIGARIO DE MOURA
APELADO: JORGE BOURGUIGNON MORAIS
APELADO: JACYRA ONDINA MIRANDA FOLCO
APELADO: INES CASAROTI SILVA
APELADO: CRISTINA PALMA DOS ANJOS
ADVOGADO: GUARINO VILHENA DA SILVA
REMETENTE: JUIZO DA 4ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0009930-87.2011.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO CELETISTA. ANUÊNIOS. LICENÇA-PRÊMIO. SÚMULA 678 DO STF. CABIMENTO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Remessa necessária e apelação cível. Sentença que julga extinto o feito, sem exame do mérito, em relação aos demandantes Cristina Palma dos Anjos, Ines Cesaroti Silva, Jacyra Ondina Miranda Folco, Paulo Murilo Fontoura e Silvio Cesar Konig, com fulcro no art. 267, VI do CPC/73, pois atendida a pretensão na esfera administrativa; julga procedente o pedido em referência aos demandantes Aercio Teixeira de Carvalho, Jorge Bourguignon Morais, Maria Augusta Fontoura e Petronilha Maria de Figueiredo Silva, para que seja computado para efeito de anuênio o período de tempo de serviço prestado sob regime celetista anterior ao advento do RJU, condenando a União ao pagamento das diferenças devidas, observada a prescrição quinquenal; quanto à conversão em pecúnia das licenças-prêmio, declara a prescrição no que tange a Aercio Teixeira de Carvalho, Jacyra Ondina Miranda Folco, Jorge Bourguignon Morais, Maria Augusta de Moura e Petronilha Maria de Figueiredo Silva; julga improcedente o pedido quanto aos demandantes Cristina Palma dos Anjos e Paulo Murilo Fontoura, em relação aos quais o período relativo à licença-prêmio já foi gozado ou contabilizado em dobro para fins da aposentadoria; e julga parcialmente procedente o

pedido em relação a Ines Cesaroti Silva, Silvio Cesar Konig e Sônia Mesquita de Souza, com fulcro no art. 269, I, do CPC, compensando-se eventuais valores pagos ao mesmo título na esfera administrativa, a se apurar oportunamente. Apelação da União.

2. O tempo de serviço público federal prestado sob o pálio do extinto regime celetista deve ser computado para todos os efeitos, inclusive para anuênios e licença-prêmio, nos termos dos arts. 67 e 100, da Lei 8.112/90. Precedente TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelReex 00111094220004025101, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 20.6.2014.

3. Os incisos I e III do art. 7º, da Lei 8.162/91 que afastam, para efeito de anuênio e licença-prêmio, a contagem de tempo do serviço regido pela CLT dos servidores que passaram a se submeter ao regime Jurídico Único, foram declarados inconstitucionais pelo STF (Súmula 678).

4. Com relação à correção monetária, a partir de 30.6.2009, aplicam-se os percentuais dos índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, em virtude da recente decisão do E. STF, no RE 870.947, Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 27.4.2015, que, ao reconhecer a existência de repercussão geral sobre o tema, embora pendente de julgamento final, consignou em seus fundamentos que, na parte em que rege a atualização monetária das condenações imposta à Fazenda Pública, o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, continua em pleno vigor. Quanto aos juros de mora referentes à condenação imposta à União para pagamento de verbas remuneratórias devidas aos servidores públicos, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte consagrou o entendimento de que devem incidir a partir da data da citação, da seguinte forma: (a) 1% ao mês, nos termos do art. 3º do Decreto nº 2.322/87, no período anterior à 27.8.2001, data da publicação da Medida Provisória nº 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97; (b) 0,5% ao mês, a partir da Medida Provisória 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da lei nº 9.494/97 e (c) no mesmo percentual dos juros aplicados à caderneta de poupança, a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009, que alterou o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (STJ, Corte Especial, REsp Representativo de Controvérsia 1.205.946, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJE 1 2.2.2012; AgRg no REsp 1.086.740/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJE 10.2.2014; AgRg no REsp 1.382.625, rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 7.3.2014; TRF2, ApelReex 200051010111096, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 26.6.2014; AC 200551010246662, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 24.6.2014), com a ressalva da Súmula 56 do TRF2.

5. Remessa necessária e apelação parcialmente providas

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0012001-97.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012001-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2015 11:33

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

AGRAVANTE: EUNICE LEAL RAMOS SOUZA

ADVOGADO: IVALDO PACHECO ARAUJO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0123487-13.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE PARA FILHA MAIOR. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA ANTECIPADA.

1. Agravo de instrumento interposto em face da decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela requerida nos autos de ação ordinária na qual se pretende a concessão de pensão de ex-combatente.

2. A concessão de tutela antecipada requer a existência de probabilidade do direito, que convença o magistrado da verossimilhança das alegações, e de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, desde que não haja perigo de irreversibilidade do comando emergencial postulado, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil de 1973, correspondente ao art. 300 do CPC/2015.

3. O juiz indeferiu medida requerida sob o fundamento de que o direito pleiteado demanda dilação probatória, pois os documentos colacionados aos autos não demonstram que o pai da autora foi ex-combatente. Consignou, também, a ausência de urgência para a concessão da medida, pois o óbito do instituidor ocorreu em 07.11.1972 e a presente ação foi ajuizada em 2015.

4. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, fora da razoabilidade jurídica, ou quando o ato se apresenta flagrantemente ilegal, ilegítimo e abusivo, justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento. E, nesse contexto, a ilegalidade da decisão deve ficar clara e inequívoca, pois, do contrário, tudo deve ser resolvido ao final, no bojo da sentença e pode ser examinado pelo Tribunal competente, em grau de recurso.

5. A decisão agravada apreciou a questão com razoabilidade suficiente, não podendo ser caracterizada como teratológica, ilegal ou abusiva, pelo que não resta cabível sua reforma.

6. Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

20 - 0003146-95.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003146-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 21/03/2016 17:26

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

AUTOR: MANOEL FIGUEIREDO

ADVOGADO: ALEXANDRE OTAVIO FERNANDES GOMES

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO DOS SANTOS

RÉU: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

SUSCITANTE: JUÍZO DO 3º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

SUSCITADO: JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0015530-21.2013.4.02.5101 - 03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. JUÍZO FEDERAL COMUM. POSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. INCIDÊNCIA DA EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, §1º, III, DA LEI N°10.259/2001.

1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo do 3º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro em face do Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro objetivando a anulação do ato administrativo que levou à alteração da classificação do benefício que recebia o demandante na condição de filho inválido de militar, modificando sua natureza de pensão militar para pensão comum.

2. Na espécie, a questão a ser dirimida no processo originário incide de forma direta sobre a anulação de ato administrativo, pois uma eventual procedência do pedido resultará na anulação de ato que alterou a classificação do benefício recebido pelo demandante de pensão de militar para comum, fato que afasta a competência do Juizado Especial Federal na forma do disposto no art. 3º, §1º, III, da Lei 10.259/2001. Precedentes da 5ª Turma Especializada deste Tribunal: CC 00078863320154020000, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 24.11.2015; CC 00150900220134020000, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 30.9.2015; CC 201302010192088, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 1.4.2014.

3. Competência do Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5a Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito de competência para declarar competente o Juízo da 14ª Vara Federal de Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0006216-23.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006216-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/06/2016 19:00

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

AUTOR: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

RÉU: VALDEIR RAMOS MALAFAIA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

SUSCITANTE: JUIZO DA 09ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

SUSCITADO: JUIZO DA 14ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0033749-14.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. MATÉRIA NÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA CÍVEL.

1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro em face do Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos de ação de ressarcimento ao erário.

2. As ações de ressarcimento ao erário por valores recebidos indevidamente a título de benefício previdenciário não se subsumem a competência das Varas Especializadas em matéria Previdenciária, uma vez que ostentam natureza cível. (STJ, 6ª Turma, AGRESP 931.438, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJE 04.05.2009; TRF2, 5ª Turma Especializada, CC 00066882420164020000, Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, DJE 11.10.2016; TRF2, 8ª Turma Especializada, APELRE 0813484-65.2009.4.02.5101, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, DJE 30.09.2015)

3. Competência do Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros da 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, declarar competente o Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000219

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0107659-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.107659-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/12/2016 11:37
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: TENSOR EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0107659-74.2015.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. HABEAS DATA. PEDIDO DE FORNECIMENTO DE EXTRATOS E ANOTAÇÕES RELACIONADAS AO IMPETRANTE PERANTE A RECEITA FEDERAL. SENTENÇA QUE CONCEDE A ORDEM. NECESSIDADE DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO.

1. Habeas data. Concessão da ordem para que a Receita Federal forneça as informações referentes ao impetrante. Razões de apelação que requerem a reforma parcial da sentença apenas que haja condenação do impetrado ao pagamento de honorários advocatícios.

2. O art. 21, da Lei 9.507/97, ao dispor que "são gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificação, bem como a ação de habeas data", reconhece a gratuidade desta ação constitucional em seu momento inicial, pois visa garantir o acesso à jurisdição daqueles que pleiteiam a tutela do direito fundamental à informação. A gratuidade, portanto, refere-se a custas e a taxas, não se confundindo com os ônus da sucumbência decorrentes da condenação, como já reconhecido pelo STJ (1ª Turma, AgRg no REsp 1.084.695, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 2.3.2009).

3. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0000645-49.2009.4.02.5163 Número antigo: 2009.51.63.000645-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/01/2015 14:52
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: SEBASTIAO JORGE GERALDO DA COSTA
ADVOGADO: ORLANDO ANTONIO CERQUEIRA LEITE DANTAS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SILVERIO NEGRI DA CRUZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000645-49.2009.4.02.5163 - 01ª Vara Federal de Três Rios
EMENTA

ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. PERDA DE OBJETO. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação cível interposta em face da sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito com relação ao pedido de anulação do auto de infração de trânsito objeto da ação, e julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais.

2. A demanda objetivou o cancelamento do auto de infração (multa de trânsito) que fora expedido no nome do demandante, e ainda a condenação da União Federal por alegados danos morais supostamente suportados. Narrou, o demandante, em síntese, que a penalidade administrativa fora aplicada em momento posterior à venda do veículo automotor a terceiro.

3. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal informou que o Auto de Infração foi cancelado administrativamente após a propositura da ação.

4. Logo, correta a sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito em relação ao pedido de cancelamento da infração, em virtude da perda superveniente do objeto.

5. Quanto à indenização por danos morais pretendida, também não prospera a irresignação do recorrente.

6. Para configuração do dano moral é imprescindível que a pessoa seja ofendida em sua dignidade, afetando valores como honra, intimidade, privacidade e imagem. Embora a situação vivenciada pelo demandante seja adversa, inexiste ofensa aos direitos da personalidade, de modo que não há direito ao pagamento de indenização por danos extrapatrimoniais.

7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000362-39.2010.4.02.5115 Número antigo: 2010.51.15.000362-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/06/2016 14:24
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JUDAS TADEUS FLORENCIO DA CRUZ
APELANTE: GERALDA MOREIRA PEDRA DA CRUZ
ADVOGADO: RICARDO PEREIRA DE SOUSA LOBATO
ADVOGADO: ANGELO DE MIRANDA FERNANDEZ
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000362-39.2010.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis
EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO DEMOLITÓRIA. PROVA TÉCNICA. ÁREA NÃO-EDIFICANTE. PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO. INCLUSÃO. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação demolitória, julgou procedente o pedido, para condenar os demandados e/ou quem se encontre utilizando o espaço discutido à demolição integral da construção feita sobre a área não edificante.

2. Sentença fundamentada em prova técnica que comprova que aproximadamente 66% da construção está dentro da área não-edificante, impondo-se a demolição. Precedente: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 201351130002219, Rel. Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 10.1.2017.

3. Constatada a ilegalidade da construção, erigida em faixa de domínio da União e em área non aedificandi, é de rigor a sua demolição.

4. Não é cabível condicionar a execução do julgado à inclusão dos apelantes em programa social de habitação. A tutela do direito à moradia há de ser solucionada através de políticas públicas, a cargo do Poder Executivo, não fazendo parte do objeto da ação demolitória.

5. Recurso parcialmente provido para conceder a gratuidade de justiça requerida pelos apelantes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0021510-51.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.021510-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2014 13:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0021510-51.2010.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RETIFICAÇÃO DE CADASTRO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação cível interposta em face da sentença que reconheceu a falta de interesse processual da demandante quanto ao pedido de retificação de cadastro, e julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais formulado em face da União Federal.

2. A demanda objetivou que a União fosse compelida a retificar o cadastro de Distribuição de Feitos Cíveis e Criminais da Justiça Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, bem como indenização por danos morais em valor não inferior a 100 salários mínimos.

3. Não se verifica nenhum ato ilícito por parte da Administração, tampouco algum erro de cadastro na expedição de certidão com advertência da existência de processo com réu homônimo, uma vez que, após análise mais minuciosa com outros dados além do nome, foram expedidas certidões de homonímia para afastar do requerente qualquer vinculação aos processos ressalvados.

4. Logo, não se vislumbra, no caso, nenhuma lesão de natureza extrapatrimonial aos direitos da apelante, eis que ausente a conduta ilícita do agente público para ensejar a responsabilização do ente estatal.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0000942-68.2011.4.02.5104 Número antigo: 2011.51.04.000942-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 14/01/2015 15:27
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: VALDIR AUGUSTO DA SILVA

ADVOGADO: ROSANA LOPES ALMEIDA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ELIZABETE PEREIRA GOMES
ADVOGADO: THIAGO CUNHA DE ALMEIDA
Originário: 0000942-68.2011.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que reconheceu a ilegitimidade da médica perita do INSS para figurar no polo passivo da demanda, e julgou improcedente o pedido formulado em face do INSS, que objetivava o pagamento de indenização por danos morais, em virtude do indeferimento do pedido de auxílio-doença do demandante.

2. No que tange à ilegitimidade da médica perita, a sentença foi corretamente lançada, eis que a servidora, ao indeferir o pedido de benefício feito pelo demandante, praticou ato revestida da qualidade de agente público. Nesse, caso, a eventual responsabilidade direta é do Estado, nos termos do artigo 37, § 6º, CRFB/88, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.

3. Quanto à análise da responsabilidade do INSS, a sua configuração depende da conduta, da existência do dano, do nexo de causalidade entre o agir/deixar de agir da Administração e o dano causado, e do não rompimento do nexo causal por causas excludentes.

4. Não se verifica, no caso, nenhuma conduta ilícita do agente público para ensejar a responsabilização do ente estatal. O fato de o benefício previdenciário do apelante ter sido indeferido administrativamente e, posteriormente, deferido, não induz à presunção de ocorrência de dano moral, havendo a necessidade de sua demonstração. Precedente: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 0001332-83.2012.4.02.5110, Rel. Des. Fed. VIGDOR TEITEL, DJE 19.12.2016

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0001172-16.2011.4.02.5103 Número antigo: 2011.51.03.001172-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/01/2015 15:57
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PINHEIRO PAES PETROLEO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001172-16.2011.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
EMENTA

APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DECRETO-LEI Nº 1025/69. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, decidindo embargos à execução fiscal o, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos artigos 267, IV c/c art. 36, do Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73).

2. Os honorários de sucumbência estão englobados no encargo legal de 20% previsto no Decreto-Lei nº 1025/69, o qual substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios. Precedente: STJ, 1ª Seção, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 21.5.2010.

3. Recurso não provido

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0002715-12.2011.4.02.5117 Número antigo: 2011.51.17.002715-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 12/01/2015 17:34
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CILEA MARQUES EBOLI
ADVOGADO: CASSIA MARIA MENDES DA SILVA
APELANTE: LUIZ ORLANDO MARQUES EBOLI
APELANTE: ERIC DOUGLAS MARQUES EBOLI
APELANTE: CRISTIANE GRACIELE MARQUES EBOLI
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002715-12.2011.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR. IMPRESCRITIBILIDADE. ANISTIADO POLÍTICO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO.

1. Cuida-se de remessa necessária e recursos de apelação contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou procedente em parte o pedido para condenar a UNIÃO ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 100.000,00, em virtude da perseguição política sofrida pelo marido da primeira demandante e pai dos demais.

2. Na demanda, ajuizada em 3.11.2011, alegaram os demandantes, em síntese, que esposo e pai dos mesmos, foi preso, torturado e demitido do seu emprego arbitrariamente na época da ditadura militar. Por essa razão, pleitearam reparação a título de danos morais, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil) para cada demandante.

3. No que tange à prescrição, é pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual é imprescritível a ação em que se pleiteia indenização por danos ocorridos durante o Regime Militar. (STJ, AgRg no REsp 1479984/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 11/05/2016). Deve também ser rejeitada a alegação de falta de interesse processual dos demandantes, eis que houve o deferimento parcial do pedido para conceder a ratificação da condição de anistiado político post mortem ao marido da demandante.

4. Quanto à indenização pleiteada, a sentença julgou procedente o pedido somente em favor da primeira demandante. Nesse passo, não prospera a irresignação dos apelantes, devendo a sentença ser mantida por ter aplicado o melhor direito ao caso. Não cabimento em relação aos demais, eis que não eram nascidos na época dos fatos.

5. Com efeito, restou comprovado nos autos a prisão do marido e pai dos demandantes por motivação política. Assim como, comprova-se, através dos documentos, a demissão sumária do mesmo pelo AI-1 de

1964. Nesse contexto, a perseguição política, independentemente de qualquer tortura, por si só, já caracteriza evidente conduta ilícita da União, que violou os direitos fundamentais do perseguido, que teve sua liberdade de expressão e de ir e vir restringidas à época do regime militar.

6. Apesar de não ter sido deferida a reparação econômica aos demandantes pela Lei 10.559/2002, há possibilidade de coexistência dos direitos nela expressos com outros conferidos por distintas normas legais ou constitucionais, vedando, tão somente, a acumulação de pagamentos, benefícios ou indenização com o mesmo fundamento. Precedentes: STJ, 1ª Turma, AgInt no AREsp 680900, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJE 21.6.2016; STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1563216, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 14.12.2015.

7. Remessa necessária e apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e às apelações, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0006743-71.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.006743-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 18/06/2015 12:12
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GERALDA MARIA DE FATIMA SANTOS
ADVOGADO: JULIO CESAR DO MONTE
ADVOGADO: LETICIA MARIA CUNHA MOREIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0006743-71.2011.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. APOSENTADORIA ESPECIAL. INDEFERIMENTO. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face do INSS, que objetivava o pagamento do suposto dano moral causado pela autarquia, pelo ¿erro na concessão do benefício¿ e demora no deferimento da aposentadoria, no valor de R$100.000,00, corresponde aproximadamente ao que a demandante deixou de receber caso seu benefício tivesse sido deferido.

2. A indenização por danos morais, diversamente do que se verifica em relação ao dano patrimonial, não visa à recomposição da situação jurídico-patrimonial do lesado, mas sim reparar os danos compensando o indivíduo em razão de violações à sua dignidade tais como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a solidariedade, a isonomia e o crédito.

3. No caso dos autos, verifica-se que a demandante, em 17.5.2006, requereu aposentadoria por tempo de contribuição e teve seu pedido indeferido pela autarquia. Em 27.4.2010, o INSS, entendendo que demandante não fazia jus à aposentadoria especial por não possuir o tempo mínimo de serviço em exposição habitual e permanente aos agentes nocivos contemplados na legislação, concedeu aposentadoria por tempo de contribuição integral à requerente.

4. Logo, não se vislumbra, no caso, nenhuma lesão de natureza extrapatrimonial aos direitos da apelante, eis que ausente a conduta ilícita do agente público para ensejar a responsabilização do ente estatal, que pautou a sua decisão conforme a norma vigente.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à

apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0008808-48.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.008808-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 16:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JOSE VANDERLI RAMOS COELHO
ADVOGADO: HERON LOPES FERREIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0008808-48.2011.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face do INSS, que objetivava o pagamento de indenização por danos morais no valor não inferior a R$ 40.000,00, em virtude do cancelamento do benefício de auxílio-doença.

2. Quanto à análise da responsabilidade do INSS, a sua configuração depende da conduta, da existência do dano, do nexo de causalidade entre o agir/deixar de agir da Administração e o dano causado, e do não rompimento do nexo causal por causas excludentes.

3. O cancelamento do benefício decorreu de ato lícito, qual seja um procedimento administrativo legalmente motivado no qual se respeitou o direito que o segurado tem de se defender e produzir provas em seu favor. Não houve negligência, abuso ou ilegalidade nas condutas dos agentes do INSS, ao contrário, houve o exercício regular de direito por parte da autarquia, a quem cabia aferir as condições para a manutenção do beneficio concedido ao apelante. A autoridade administrativa atuou de forma correta, porquanto adstrita aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da prevalência do interesse público.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000118-93.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.000118-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 12:48
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: NILZA PEREIRA SANTANA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0000118-93.2012.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA DEVEDOR QUE FALECE ANTES DA CITAÇÃO. EXTIÇÃO DO PROCESSO.

1. Trata-se de apelação interposta pelo DNIT contra a sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV e VI, do CPC/73, a execução fiscal, tendo em vista o falecimento da executada antes do ajuizamento da demanda.

2. A demanda foi proposta em 9.1.2012. O óbito da devedora ocorreu em 29.11.2010, portanto, em data anterior à propositura da ação.

3. A controvérsia instaurada nos presentes autos gira em torno da possibilidade de regularização do pólo passivo, mediante habilitação do espólio ou dos herdeiros, quando o falecimento do devedor ocorreu antes do ajuizamento da execução fiscal.

4. No caso, não prospera a irresignação do recorrente, eis que ausente o pressuposto processual subjetivo indispensável à existência da relação processual, pois, a época da propositura da ação, a parte executada era falecida, ou seja, não tinha capacidade para integrar a lide, razão que justifica a extinção do feito. Precedentes: STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp nº 1345801, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 15.4.2013; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0002479-85.2016.4.02.9999, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJe 9.2.2017; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC nº 0519319-39.2011.4.02.5101, Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, e-DJe 6.10.2015.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0000443-62.2012.4.02.5003 Número antigo: 2012.50.03.000443-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/04/2016 13:07
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO NA ÁREA FLORESTAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SIND-EMPRESAS.
ADVOGADO: CEDRIC DAHER MATHIAS
ADVOGADO: ALEXANDRE DAHER MATHIAS
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000443-62.2012.4.02.5003 - 1ª VF Sao Mateus
EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA. DESISÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação anulatória, julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, ante a comprovação de que o auto de infração em testilha foi anulado administrativamente.

2. Em Recurso Especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do E. STJ consignou que nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública "a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade." (REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 6.4.2010). O mesmo entendimento também se aplica às hipóteses em que a Fazenda Pública for vencedora. Nessa linha, AgRg no REsp 1.370.135, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 17.9.2013 e TRF2, 2ª Seção Especializada, AR 201002010111129, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 8.1.2014.

3. Na espécie, observa-se que a demanda foi proposta em 22.6.2012, com o valor atribuído à causa de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e os honorários de sucumbência fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais) pela sentença de 29.5.2015.

4. sopesando o tempo transcorrido (03 anos); o trâmite processual que restringiu-se ao âmbito da Justiça Federal e a instrução dos autos, convém majorar a condenação em honorários fixada na sentença, fixando-os em R$ 5.000,00, atualizados a partir da data do presente voto.

5. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000004-08.2013.4.02.5103 Número antigo: 2013.51.03.000004-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/10/2014 16:24
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: TRILHA DO PETRÓLEO COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000004-08.2013.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
EMENTA

APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DECRETO-LEI Nº 1025/69. NÃO CABIMENTO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, decidindo embargos à execução, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que o embargante não constituiu novo procurado após a renúncia do que o representava.

2. Os honorários de sucumbência estão englobados no encargo legal de 20% previsto no Decreto-Lei nº 1025/69, o qual substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios. Precedente: STJ, 1ª Seção, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 21.5.2010.

3. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0000467-23.2013.4.02.5111 Número antigo: 2013.51.11.000467-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.007384-3
Distribuição-Sorteio Automático - 28/06/2016 16:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇAO DA BIODIVERSIDADE - ICM-BIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ARLETE DE SOUZA MONTEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000467-23.2013.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO PROVIMENTO. PRECEDENTES.
1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.
2. O reexame dos fatos e argumentos já analisados ou implicitamente afastados é vedado em sede de embargos de declaração. Conforme já decidido pelo STJ, "os embargos declaratórios não constituem instrumento adequado para rediscussão da matéria de mérito" (STJ, 2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.3.2014).
3. A simples afirmação de se tratar de recurso com o propósito de prequestionamento não é suficiente para embasá-lo, sendo necessária a subsunção da inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art. 1022, CPC/2015, e não à mera pretensão de obter um pronunciamento sobre outros argumentos e/ou dispositivos legais. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016.
4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0110934-02.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.110934-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 16:19
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: TALITA DA SILVA CORDEIRO RIOS
APELADO: ROBERTO CHAGAS JUNIOR
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0110934-02.2013.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO.
1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação de obrigação de entrega de coisa, indeferiu a inicial e julgando extinto o processo, sem exame do mérito, em razão da existência de liame com o mandado de segurança nº 200951010020392.

2. O Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73) define a litispendência e a coisa julgada nos §§1º a 3º do art. 301 (correspondentes aos §§1º a 4º do artigo 337 do CPC/15).

3. Observa-se que entre as duas ações não há identidade das causas de pedir, como também dos pedidos, motivo pelo qual inexiste a litispendência reconhecida pelo Juízo a quo.

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0167613-82.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.167613-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 05/04/2016 17:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
APELANTE: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO - CNPQ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GABRIELA CAVALCANTE VASCONCELOS
ADVOGADO: ALESSANDRO VALENZUELA ESCANDARANE
Originário: 0167613-82.2014.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

APELAÇÃO. CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. LEGITIMIDADE. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO. LIMITAÇÃO. HONORÁRIOS.

1. Apelações interpostas em face de sentença que julgou procedente o pedido para afastar o óbice imposto no sentido de que o curso de Comunicação Visual ¿ Design da UFRJ não seria elegível para o Programa Ciência Sem Fronteiras (PCSF).

2. O CNPq possui legitimidade passiva para figurar no pólo passivo da demanda, pois é órgão integrante da estrutura do Programa Ciência Sem Fronteiras, a teor do que dispõe o parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 7.642/2011, que instituiu o programa.

3. Desnecessária a citação dos demais concorrente, posto que, à época, possuíam mera expectativa de direito.

4. Não é defeso ao Poder Judiciário, diante do caso concreto, apreciar o seu mérito no que concerne aos limites impostos pela Constituição e pelas Leis na verificação da regularidade dos procedimentos e no atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

5. O curso de Comunicação Visual Design da Escola de Belas Artes da UFRJ é um curso que se insere dentro das áreas prioritárias do Programa Ciência Sem Fronteiras, na espécie de indústria criativa. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 201400001074613, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 13.5.2015.

6. ¿Existe discricionariedade da Administração Pública apenas no que concerne à escolha das áreas que integram o programa ¿Ciência Sem Fronteiras¿. Entretanto, a partir do momento em que o curso se enquadra nos parâmetros delimitados no edital, o ato, a rigor, passa a ser vinculado¿. (TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 201400001088041, Rel. Des. JOSÉ ANTONIO NEIVA, e-DJF2R 19.3.2015).

7. A demanda foi proposta em 21.11.2014 com valor atribuído à causa de R$ 53.704,86.

8. Em Recurso Especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do E. STJ consignou que nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública ¿a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à

condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo critério da equidade¿ (REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJE 6.4.2010). O mesmo entendimento também se aplica às hipóteses em que a Fazenda Pública for vencedora. Nessa linha, AgRg no REsp 1.370.135, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 17.9.2013 e TRF2, 2ª Seção Especializada, AR 201002010111129, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 8.1.2014.

9. Honorários advocatícios arbitrados em valor fixo (R$ 5.000,00) por se tratar de causa de pouca complexidade e não apresentar singularidade em relação aos fatos e direitos alegados, atualizados a partir da data do presente voto.

10. Recurso de Gabriela Cavalcante Vasconcelos provido e recurso da CAPES e do CNPQ não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação de Gabriela Cavalcante Vasconcelos provido e negar provimento à apelação da CAPES e do CNPQ, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0060332-36.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.060332-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/08/2016 12:34
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARCIA DO AMARAL ESTEVÃO DOS SANTOS
ADVOGADO: AQUIDABAN FIALHO DI IULIO
ADVOGADO: NICOLAS DANTE DI IULIO
ADVOGADO: FABRICIO SANTOS GUIMARAES
ADVOGADO: ARNALDO ARAUJO SANTOS
Originário: 0060332-36.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. FORO. INALTERABILIDADE DO VALOR ANUAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. HONORÁRIOS.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária, julgou procedente, em parte, o pedido, determinando à apelante que, a partir do foro de 2011, recalculasse os valores, corrigindo-os com base na TR até 31.12.2013, e, após, com base no IPCA.

2. Por se tratar de lesão que se renova mensalmente, a prescrição atinge somente as parcelas vencidas antes do quinquenio anterior ao ajuizamento da demanda, o que configura uma relação jurídica de trato sucessivo.

3. O foro tem como característica a inalterabilidade do valor anual devido pelo enfiteuta, sendo permitida apenas a atualização monetária para manter o equilíbrio original das bases do contrato. Nesse sentido: TRF2, AC 201451010082794, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 30.11.2015.

4. conforme o entendimento exarado pelo STF, deve ser feito o cálculo do valor devido pela União com a correção monetária estipulada na Tabela de Precatórios da Justiça Federal, ou seja, o IPCA-E, uma vez que inconstitucional o uso da TR nesse contexto. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelReex 201351010221157, Rel. Juiz Fed. Conv. FIRLY NASCIMENTO FILHO, e-DJF2R 29.7.2015.

5. Trata-se de demanda proposta em 9.6.2015, com o valor atribuído à causa de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), na qual a demandante formulou os seguintes pedidos: a) suspensão da cobrança dos foros e taxas de ocupação com base na atualização do valor de marcado do domínio pleno; b)

condenação ao pagamento de danos morais no valor de 40 salários mínimos; c) excluir, do cadastro dos bens de marinha e acrescidos, a área da apelada.

6. Em Recurso Especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do E. STJ consignou que nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública "a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade." (REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 06.4.2010). O mesmo entendimento também se aplica às hipóteses em que a Fazenda Pública for vencedora. Nessa linha, AgRg no REsp 1.370.135, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 17.9.2013 e TRF2, 2ª Seção Especializada, AR 2010.02.01.011112-9, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 08.1.2014.

7. Sopesando o tempo transcorrido (02 anos); o trâmite processual que se restringiu ao âmbito da Justiça Federal e a instrução dos autos, convém fixar os honorários em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizados a partir da data do presente voto.

8. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0084748-68.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.084748-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/10/2015 20:06
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: NELLY JOIAS E CURIOSIDADES LTDA.
ADVOGADO: PAULA LEITE FRANCO SALOMAO
ADVOGADO: CLAUDIA CUNHA FRAGOSO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0084748-68.2015.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. HABEAS DATA. PEDIDO DE FORNECIMENTO DE EXTRATOS E ANOTAÇÕES RELACIONADAS À IMPETRANTE PERANTE A RECEITA FEDERAL. SENTENÇA TERMINATIVA. PROVIMENTO.

1. Habeas data. Impetrante pugna pela concessão da ordem a fim de determinar ao impetrado que, no prazo de 10 dias, forneça os extratos com as anotações mantidas no "Sistema de Conta-Corrente de Pessoa Jurídica - SINCOR" e "Sistema Conta-Corrente de Pessoa Jurídica - CONTACORPJ" ou, ainda, em qualquer dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação federal, acerca de pagamentos de tributos e contribuições federais efetuados em seu nome e das empresas por ela incorporadas, indicando eventuais créditos sem vinculação porventura constantes nesse sistema, relativamente ao período de 1995 a 2015. Proferida sentença terminativa, nos termos do art. 284, parágrafo único, c/c art. 267, I, do CPC/73. Apelação da impetrante.

2. Comprovação do requerimento administrativo de acesso às informações fiscais, formulado em 23.6.2015, e do seu posterior indeferimento, datado de 10.7.2015. Presença dos pressupostos legais necessários ao manejo do habeas data. Demonstração da recusa. Configuração de interesse processual. Adequação da via eleita.

3. Em 2012, o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional no Recurso Extraordinário 673.707, relatado pelo Ministro Luiz Fux e, em 2015, o referido recurso foi decidido no

sentido de que "o Sistema de Conta Corrente da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecido também como SINCOR, registra os dados de apoio à arrecadação federal ao armazenar os débitos e créditos tributários existentes acerca dos contribuintes. [...] Aos contribuintes foi assegurado constitucionalmente o direito de conhecer as informações que lhes digam respeito em bancos de dados públicos ou de caráter público, em razão da necessidade de preservar o status de seu nome, planejamento empresarial, estratégia de investimento e, em especial, a recuperação de tributos pagos indevidamente. [...] As informações fiscais conexas ao próprio contribuinte, se forem sigilosas, não importa em que grau, devem ser protegidas da sociedade em geral, segundo os termos da lei ou da constituição, mas não de quem a elas se referem" (STF, Plenário, RE 673.707, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 30.9.2015).

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0117175-21.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.117175-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/12/2015 09:29
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CAROLINE OLIVEIRA MONTEIRO
ADVOGADO: JULIA DE SOUZA RODRIGUES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0117175-21.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. LITISPENDÊNCIA RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de mandado de segurança visando a sua convocação em concurso público, indeferiu a inicial e julgou extinto o processo, sem exame de mérito, com fulcro no art. 267, I e V, do CPC/73, ante a existência de litispendência.

2. Nos autos do mandado de segurança nº 20155101075448, a apelante sustentava que o Edital nº 001/2014 previa 10 vagas e que até 06 de abril de 2015 já havia sido realizada a convocação de 11 candidatos, com 02 desistências. Nos presentes autos, a apelante sustenta que, de acordo com edital de acompanhamento de convocações publicado em 13.8.2015, já havia sido realizada a convocação dos mesmos 11 candidatos.

3. A propositura de ações diversas objetivando o mesmo resultado caracteriza a litispendência.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0133750-16.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.133750-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/09/2016 15:54
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: EDUARDO ARMANDO ALTOE
ADVOGADO: JOSE ROBERTO RANGEL DE ALMEIDA
ADVOGADO: REGINALDO LUIZ DIAS
Originário: 0133750-16.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

APELAÇÃO. TERRENO DE MARINHA. MULTA DE TRANSFERÊNCIA. TERMO INICIAL. CONHECIMENTO PELA UNIÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação, julgou parcialmente procedente a pretensão, cancelando a cobrança da multa de transferência do imóvel inscrito no Registro Imobiliário Patrimonial.

2. No que tange aos prazos prescricionais e decadenciais, quanto a receitas patrimoniais, aplica-se o entendimento fixado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 200901311091, em sede de recurso repetitivo (art. 543-C, CPC), para a cobrança de taxa de ocupação e aplicável ao laudêmio e à multa de transferência.

3. Tem-se que o termo inicial do prazo para a constituição dos créditos devidos em razão de multa de transferência tem como data base o momento em que a União tomou conhecimento da alienação, e não a data na qual foi consolidado o ato entre os particulares, aplicando-se a lei vigente ao tempo em que ocorreu o conhecimento, pela União, da transferência de propriedade. Precedentes: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 201550011013915, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, e-DJF2R 10.3.2016; TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 201350010108510, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, e-DJF2R 15.6.2015.

4. Em Recurso Especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do E. STJ consignou que, nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública, ¿a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo critério da equidade¿ (REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJE 6.4.2010). O mesmo entendimento também se aplica às hipóteses em que a Fazenda Pública for vencedora. Nessa linha, AgRg no REsp 1.370.135, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 17.9.2013 e TRF2, 2ª Seção Especializada, AR 201002010111129, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 8.1.2014.

5. Na espécie, observa-se que a demanda foi proposta em 18.11.2015, com o valor atribuído à causa de R$ 5.000,00. Sendo assim, razoável a fixação dos honorários em R$ 1.000,00 (mil reais), atualizados a partir da data do presente voto.

6. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0015634-28.2011.4.02.5151 Número antigo: 2011.51.51.015634-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/08/2016 12:35
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CLAUDIA GOMES DE PAIVA
ADVOGADO: ALEXANDRE LONGO DE SOUZA
REMETENTE: JUÍZO DA 08ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0015634-28.2011.4.02.5151 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. TERRENO DE MARINHA. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. COBRANÇA EM TRIPLICIDADE. DANO MORAL.

1. Configura-se o prejuízo moral à interessada, caracterizado não só pela inscrição em dívida ativa, mas também pela incessante cobrança equivocada de taxas de ocupação em triplicidade.

2. A inscrição indevida em dívida ativa, com posterior ajuizamento de Execução Fiscal, é um dos casos excepcionais em que o dano moral é pressuposto, pois presumidamente afeta a dignidade da pessoa humana. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201151010143071, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 11.12.2014.

3. Considerando o evento danoso e as peculiaridades do caso concreto, têm-se como apropriado o valor fixado de R$ 8.000,00 (oito mil reais), uma vez que de acordo com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa e com as pretensões compensatória, pedagógica e punitiva da indenização do dano moral.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0018742-21.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.018742-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/11/2016 18:03
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: LIVIA MARIA MESQUITA LONGO
APELADO: FELIPE GOMES DE SANTANA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
Originário: 0018742-21.2011.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DESTINADAS AO EMPREGO DE AGENTE DOS CORREIOS - CARTEIRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. INAPTIDÃO NO EXAME PRÉ-ADMISSIONAL. PERÍCIA MÉDICA ATESTANDO A CAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Ação ordinária que pretende a declaração de nulidade do exame pré-admissional que considerou o candidato inapto para o exercício das funções inerentes ao emprego público de carteiro, por ser portador de hálux valgus/"joanete". Sentença que julga parcialmente procedentes os pedidos. Apelação da ECT.

2. Realização de prova pericial judicial, por médico especializado, que conclui pela ausência de enfermidade incapacitante e pela aptidão para o exercício das funções de carteiro. Esta E. Turma entende pela possibilidade de revisão do ato de exclusão do certame quando a perícia judicial constata que o candidato não é portador da patologia que embasou sua eliminação, sendo "possível a revisão do ato de exclusão do certame quando a perícia judicial constata que o candidato não é portador da patologia que justificara sua eliminação (hálux valgo)" (TRF2, 5ª Turma Especializada, APELREEX 00060591520124025101, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 1.12.2016) . E ainda, "ante a comprovação de que a parte autora não possui qualquer circunstância incapacitante ao exercício do emprego público de carteiro, impõe-se a manutenção sentença, com a decretação da nulidade do ato que a eliminou do certame" (TRF2, 5ª Turma Especializada, APELREEX 00336017120134025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 30.11.2015).

3. Remessa necessária e apelação não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0002633-33.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002633-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/06/2015 12:00
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANDRÉ DE LEMOS COELHO
ADVOGADO: HILTON DE OLIVEIRA FILHO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0002633-33.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

RESPONSABILIDADE CIVIL. LISTA APROVADOS NO VESTIBULAR INCORRETA. RETIFICAÇÃO. DANO MORAL. DESCABIMENTO.

1. Remessa necessária e apelação cível interposta em face de sentença proferida em ação ordinária, que julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a Universidade ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00.

2. Alegou o demandante, em síntese, que participou do SISU, e, após prestar os exames escritos para a seleção do curso escolhido, seu nome constou no rol dos aprovados no site da UFES. Com isso, alegou que divulgou a notícia da aprovação para parentes e amigos, contudo, horas depois, o resultado sofreu alteração, passando o mesmo da condição de aprovado para a condição de sexto suplente.

3. Os elementos constantes dos autos dão conta de que o caso não superou o mero aborrecimento e dissabor, que não gera dano moral.

4. A indenização por danos morais, diversamente do que se verifica em relação ao dano patrimonial, não visa à recomposição da situação jurídico-patrimonial do lesado, mas sim reparar os danos compensando o indivíduo em razão de violações à sua dignidade tais como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a

solidariedade, a isonomia e o crédito. Assim, o mero aborrecimento, dissabor, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada, está fora da órbita do dano moral.

5. Por outro lado, a Administração tem o poder/dever de anular seus próprios atos quando eivados de vícios, não sendo necessário recorrer ao Judiciário para tanto.

6. Remessa necessária e apelação providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa necessária, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0010394-18.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.010394-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2016 11:23
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CONSTRUTORA VILA REAL LTDA
ADVOGADO: RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI
REMETENTE: JUÍZO DA 05 ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0010394-18.2014.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
EMENTA

APELAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. CONVOCAÇÃO POR EDITAL. INTERESSADOS CERTOS. CONTRADITÓRIO.

1. Reexame necessário e apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária de anulação de inscrição de imóvel, julgou procedente a pretensão autoral para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes que legitime o enquadramento do imóvel como área de marinha.

2. A falta de informações, nos registros públicos, de que a área seria caracterizada como terreno de marinha quando da aquisição do imóvel, tem como efeito que, somente a partir da notificação para o pagamento da taxa de ocupação, pode-se começar a contar o prazo para impugnar o débito lançado e a relação jurídica que o respalda. No caso, a averbação na matricula do imóvel de que o mesmo seria parte foreiro ao domínio da União se deu em 28.2.2007. Precedente: TRF2, ApelReex 201150010126654, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 5.2.2014.

3. A convocação dos interessados certos para se manifestarem acerca da demarcação da Linha Preamar feita por editais, de forma genérica, fere o princípio constitucional do devido processo legal, uma vez que não assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa. Precedente vinculativo: STF, Tribunal Pleno, ADI 4.264, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 30.5.2011.

4. Interpretação sistemática dos referidos preceitos constitucionais em cotejo com o Decreto-lei 9.760/46. Desta feita, o objetivo do legislador constituinte foi excluir do patrimônio federal os imóveis situados no interior de ilha costeira sede de município, ou seja, aqueles não classificados como terreno de marinha, mas sim como terreno interior de ilha, e, por conseguinte, colocar na mesma situação jurídica os ocupantes de imóveis situados nas ilhas costeiras e na parte continental. Precedentes do TRF2: 6ª Turma Especializada, ACP 200650010001126, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 15.3.2010; 5º Turma Especializada, AC 00102499820104025001, Rel. Des. Fed. Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, E-DJF2R 9.5.2014.

5. Recurso e reexame necessário parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação e ao reexame necessário, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0146790-90.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.146790-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/05/2015 17:13
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
PARTE AUTORA: VINÍCIUS PAULO DE MOURA
PARTE AUTORA: PRISCILLA DA CRUZ SOUZA
ADVOGADO: SILVANA FRANCO DANTAS
ADVOGADO: JULIANE DE BRITO LEMOS DURAN FERNANDEZ
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0146790-90.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. CÍVEL. ACOMPANHAMENTO DE PARTO EM HOSPITAL PÚBLICO. DANOS MATERIAIS. NÃO CABIMENTO. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS.

1. Remessa necessária contra a sentença proferida em ação ordinária, que julgou procedente em parte o pedido e condenou a UNIÃO FEDERAL ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 8.000,00.

2. O 1º demandante foi impedido de acompanhar o parto e o pós-parto de sua esposa, 2ª demandante, no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, e, ao ser obrigado a voltar para, depois de negada sua entrada na maternidade, acabou assaltado e perdeu a quantia de R$420,00.

3. No que tange à reparação por danos materiais, não há como atribuir ao Estado a responsabilidade pelo dano sofrido pelo demandante em razão do assalto, diante da evidente inexistência de nexo causal a ensejar a responsabilização do ente estatal. Nesse ponto, incensurável a sentença que afastou a indenização por danos materiais.

4. De acordo com as provas carreadas aos autos, não restam dúvidas que os demandantes sofreram frustrações que ultrapassaram o mero dissabor regular, devendo o Estado indenizar danos extrapatrimoniais em razão do ato ilícito praticado.

5. Remessa necessária não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0003468-18.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003468-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.106996-4
Distribuição-Sorteio Automático - 31/03/2016 13:54

Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
ADVOGADO: Monica Duran Inglez Campello
AGRAVADO: GUARACY DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0029016-68.2016.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade. A partir da leitura do inteiro teor do acórdão infere-se que inexiste omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, uma vez que apreciou fundamentadamente as razões recursais.

2. Somente em hipóteses excepcionais é possível atribuir efeitos infringentes aos embargos de declaração, até porque a divergência subjetiva da parte, ora externada, resulta da sua própria interpretação jurídica e não justifica o manejo deste recurso. Na esteira do já decidido pelo STF, "os restritos limites desse recurso não permitem o rejulgamento da causa"(STF, 1ª Turma, ACO 2.477, Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 15.4.2016).

3.A simples afirmação de se tratar de aclaratórios com propósito de prequestionamento não é suficiente para embasar o recurso, sendo necessário que se subsuma a inconformidade integrativa a um dos casos previstos no art. 1.022, do CPC/2015, e não à mera pretensão de se obter um pronunciamento jurisdicional sobre outros argumentos ou dispositivos legais. Precedentes: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016; STJ, 2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.3.2014.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0004068-39.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.004068-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.122342-4
Distribuição-Sorteio Automático - 20/04/2016 14:57
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: ANA BEATRIZ LAURINDO ALBUQUERQUE
REPRESENTANTE: LUCIANA LAURINDO DAS CHAGAS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0026006-16.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO PROVIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. O reexame dos fatos e argumentos já analisados ou implicitamente afastados é vedado em sede de embargos de declaração, como já decidido pelo STJ (2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.3.2014). Segue-se o entendimento de que as decisões devem ser fundamentadas suficientemente à elucidação da controvérsia, o que não é sinônimo de obrigatoriedade de manifestação expressa sobre todos os argumentos e dispositivos legais elencados, mas somente acerca daqueles considerados relevantes para o adequado julgamento (STJ, 5ª Turma, EDcl no AgRg no AREsp 354.596, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, DJe 25.11.2013).

3. A simples afirmação de se tratar de recurso com o propósito de prequestionamento não é suficiente para embasá-lo, sendo necessária a subsunção da inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art. 1022, CPC/2015, e não à mera pretensão de obter um pronunciamento sobre outros argumentos e/ou dispositivos legais. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0010486-90.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010486-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 13/10/2016 11:41
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UBIRAJARA DA MOTTA ARAUJO
AGRAVANTE: MARIA CANDIDA FERREIRA VILELA
AGRAVANTE: MARIA DO CARMO MACHADO DA SILVA CASTRO
AGRAVANTE: MARIA HERMINIA DE AZEVEDO NOVELLO
AGRAVANTE: SERGIO MURILO BOTELHO MARTINS
AGRAVANTE: LUIZ HENRIQUE MAINENTI PAGNEZ
AGRAVANTE: VERA LUCIA TAVARES CARDOSO
AGRAVANTE: WALTER ARAGÃO COSTA
AGRAVANTE: AIDE AZEVEDO NOGUEIRA
AGRAVANTE: GILBERTO GONÇALVES MOREIRA
AGRAVANTE: ALBERTO JORGE FERNANDES DE FREITAS
AGRAVANTE: ALDO PEDRO DA SILVA LEAL
AGRAVANTE: ANTONIO CARLOS GOMES PEREIRA
AGRAVANTE: ANTONIO LUIZ PASTRO CASAGRANDE
AGRAVANTE: LUIZ FERNANDO NASCIMENTO DE ARAÚJO
AGRAVANTE: JOSÉ CARLOS MENDES SARMENTO
AGRAVANTE: JOSÉ DOS SANTOS
AGRAVANTE: JOSÉ SANTANA DA SILVA
AGRAVANTE: JOSÉ VENTURA MARIANO
AGRAVANTE: LUIZ CARLOS DE ARAUJO
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: ALEX SANDRO DA SILVEIRA GONCALVES
AGRAVADO: CAIXA ECONOMIA FEDERAL - CEF
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
Originário: 0008996-91.1995.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO.

1. Agravo de instrumento interposto em face de que indeferiu a fixação de honorários advocatícios e determinou o rearquivamento dos autos.

2. ¿O recurso cabível contra ato judicial em primeira instância que determina a baixa e o arquivamento dos autos de execução é a apelação, tendo em vista que a referida prestação jurisdicional encerra o processo, põe fim à execução, do que decorre sua natureza de sentença¿. (TRF2, 6ª Turma Especializada, AI 00097561620154020000, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, e-DJF2R 24.11.2015).

3. Nesse sentido: STJ, 4ª Turma, AgRg no AG 1.160.413. Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 27.6.2012; TRF2, 5ª Turma Especializada, AI 201102010106850, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, e-DJF2R 6.3.2014.

4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000220

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0005870-56.2006.4.02.5001 Número antigo: 2006.50.01.005870-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/08/2014 17:17
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
APELADO: TERRA AGRICOLA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005870-56.2006.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. JUÍZO INDUZIDO EM ERRO PELA EXEQUENTE. AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO COMPROVADA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO.

1. Trata-se de apelação interposta pela apelação interposta pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF contra a sentença que julgou extinta a execução fiscal pelo pagamento, nos termos do art. 794, I, do CPC/73.

2. No caso, prospera a irresignação da recorrente, eis que, de fato, o pedido de desistência da execução foi formulado com suporte equivocado, induzindo o julgador em erro.

3. Assim, deve ser anulada a sentença, com a consequente determinação do prosseguimento da execução. Precedentes: TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 0000331-82.2006.4.02.5107, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, DJE 16.5.2016; TRF2, 4ª Turma Especializada, AC 0531841-45.2004.4.02.5101, Rel. Des. Fed. FERREIRA NEVES, DJE 9.6.2014.

4. Apelação provida para anular a sentença de extinção e determinar o prosseguimento da execução fiscal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0527085-17.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.527085-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 15:06
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: MARCELO GIUBERTI DAVID
APELADO: CLAUDIA MARIA CASSERES DA SILVA
ADVOGADO: SONIA MIRANDA
Originário: 0527085-17.2009.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de execução por título extrajudicial, julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, c/c art. 598, ambos do Código do Processo Civil de 1973 (CPC/73), ante a existência de acordo administrativo pactuado pelas partes.

2. O pedido de suspensão da execução por convenção das partes não está sujeito ao prazo de 6 (seis) meses previsto no §3º do artigo 265 do Código de Processo Civil de 1973(CPC/73), correspondente ao §4º do artigo 313 do CPC/2015. Nesse sentido: STJ, 3ª Turma, REsp 826.860, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJe 5.2.2009; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200951010184261, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 22.2.2016.

3. Ante a noticia da paralisação dos pagamentos acordados, possível a retomada da presente execução.

4. Recurso provido para anular a sentença recorrida, devolvendo-se os autos à instância de origem para o prosseguimento da execução na forma da fundamentação supra.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000621-82.2010.4.02.5002 Número antigo: 2010.50.02.000621-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/11/2015 20:12
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: DELIZETE MOULIN SADER
ADVOGADO: CARMEN LEONARDO DO VALE POUBEL
Originário: 0000621-82.2010.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANO MORAL SOFRIDO EM VIDA PELO DE CUJUS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO ESPÓLIO E DOS HERDEIROS. ART. 943 DO CC/2002. ENUNCIADO 454 DO CJF. INDENIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Apelação cível interposta pela UNIÃO FEDERAL, em face da sentença proferida em ação ordinária, que julgou procedente em parte o pedido e condenou a União ao pagamento de indenização por danos morais no valor de 15.000,00.
2. Narrou a demandante, em síntese, que seu falecido marido teve a prisão civil decretada no dia 2.10.2006, sendo a mesma revogada em 15.12.2006. Alegou que no dia 16.4.2007, mesmo depois de revogada a ordem de prisão, seu falecido marido fora preso, sendo posto em liberdade no dia 17.4.2007.
3. No que tange à ilegitimidade da demandante alegada pela recorrente, a arguição deve ser rejeitada.
4. A demandante ajuizou ação postulando indenização por suposto dano moral sofrido em vida por seu marido.
5. O STJ e a doutrina majoritária consideram que o direito de ação por dano moral é de natureza patrimonial e, como tal, transmite-se aos sucessores da vítima, possuindo o espólio e os herdeiros legitimidade ativa ad causam para ajuizar ação indenizatória por danos morais, em virtude da ofensa moral suportada pelo de cujus. Nesse sentido é o art. 943 do CC e o Enunciado 454 do CJF. Precedentes:AgRg no EREsp 978.651/SP, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 10.02.2011; AgRg no Ag 1.122.498/AM, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 23.10.2009; AgRg no REsp 1.072.296/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 23.03.2009; e REsp 1.028.187/AL, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 06.05.2008.
6. No que tange à responsabilidade civil do Estado, a Constituição da República de 1988 (CRFB) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.
7. Presentes, pois, os elementos caracterizadores da responsabilidade civil do Estado, quais sejam: o dano, a conduta do agente e o nexo de causalidade, correta a sentença que condenou a União ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00, em razão do ilícito praticado.
8. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0017219-08.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.017219-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/04/2014 15:36
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
APELADO: NATANAEL GALVAO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0017219-08.2010.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. SUSPENSÃO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação monitória, julgou extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, VI, do CPC/73.

2. Na ausência de bens penhoráveis do devedor, a execução deveria ser suspensa, na forma do artigo. 921, III, do CPC/2015 (correspondente ao art. 791, III, do CPC/73), não sendo razoável para com o credor, a extinção do processo, por resguardar a inadimplência do devedor. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201151100051979, Rel. Des. FEd. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 1.7.2015.

3. ¿A inexistência de bens penhoráveis não pode ser caracterizada como falta de interesse a ensejar a extinção do feito, uma vez que independe da vontade exclusiva do credor, que é o maior interessado em obter bens para responder pelo débito executado¿. (TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 205551010248129, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, e-DJF2R 11.1.2017).

4. Para se extinguir o feito sob esse fundamento, era imprescindível a prévia intimação da demandante para, em 48 horas, impulsioná-lo, como preconizado pelo §1º do dispositivo legal supracitado. Precedente: 3ª Turma, REsp 1.137.125, Rel. Min SIDNEI BENETI, DJe 27.10.2011.

5. Recurso provido para anular a sentença recorrida e determinar o retorno dos autos à origem para seu regular prosseguimento, na forma da fundamentação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0018699-21.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.018699-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 31/05/2015 08:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: SILVANIA DE OLIVEIRA FONSECA
ADVOGADO: MARCOS KNOPP
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0018699-21.2010.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NOVA AÇÃO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação anulatória, julgou extinto o processo sem resolução de mérito, sob o fundamento de que a alegação de descumprimento de decisão judicial proferida em outro processo deveria ser arguida naqueles autos.

2. ¿O interesse processual traduz-se, a um só tempo, em uma relação de adequação e, também, de necessidade do provimento postulado diante do conflito de direito material trazido à solução judicial¿ (TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 200151150031065, Rel. Des. Fed. PAULO BARATA, 30.6.2009).

3. Não existe interesse processual, eis que, constatado o descumprimento da decisão judicial, deverá ser requerido o seu devido cumprimento no próprio juízo que prolatou a decisão, inexistindo a necessidade da proposição de uma nova ação apenas para tal fim.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000112-16.2011.4.02.5165 Número antigo: 2011.51.65.000112-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 12/01/2015 20:26
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SUELY CARDINOT DE CARVALHO
ADVOGADO: LUCIANA MENEZES DE PAULA LAUAND
Originário: 0000112-16.2011.4.02.5165 - 01ª Vara Federal de Teresópolis
EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. AFORAMENTO. ATUALIZAÇÃO ANUAL. APENAS CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária visando à atualização do foro devido conforme a atualização monetária do período, julgou procedente o pedido formulado.

2. Não há que se falar em interesse da Fazenda Nacional no presente feito, uma vez que a apelante não apresentou elementos que demonstrem a existência de execução fiscal que tenha como objeto os valores discutidos na presente ação.

3. O foro tem como característica a inalterabilidade do valor anual devido pelo enfiteuta, sendo permitida apenas a atualização monetária para manter o equilíbrio original das bases do contrato. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201451010082794, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 30.11.2015.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001169-76.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.001169-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2015 15:42
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CONSTRUTORA SA CAVALCANTE LTDA
ADVOGADO: RODRIGO CAMPANA TRISTAO
ADVOGADO: ALOIZIO FARIA DE SOUZA FILHO
Originário: 0001169-76.2011.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

APELAÇÃO. EMBARGOS EXECUÇÃO FISCAL. SUCESSÃO EMPRESARIAL. NULIDADE PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. HONORÁRIOS. CAUSALIDADE. CABIMENTO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, decidindo embargos à execução opostos, julgou procedentes os mesmos para reconhecer a nulidade integral da inscrição em dívida ativa.

2. Em caso de sucessão empresarial, admite-se o redirecionamento de execução de crédito de natureza não tributária, o que torna desnecessária a substituição da CDA. Precedente: TRF2, Vice-Presidência, AC 201351020013302, Rel. Des. Fed. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, e-DJF2R 11.5.2016.

3. O reconhecimento da nulidade do título que fundamenta a execução fiscal não seria decorrência necessária da comunicação tardia da alienação de imóvel a terceiro, uma vez que a responsabilidade pelo pagamento dos preços públicos devidos, no caso, taxas de marinha, seria do sucessor do devedor originário.

4. Indicação errônea do devedor não foi o único fundamento da sentença, que também acolheu a tese esposada pelo embargante de nulidade do procedimento demarcatório da Linha de Preamar Média para o imóvel em questão.

5. ¿A intenção do art. 26 da Lei 6.830/80 pressupõe que a própria União, espontaneamente, requeira a extinção da execução, o que não se verifica quando oferecida a exceção de pré-executividade¿ (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200850010108902, e-DJF2R 23.3.2012). Nesse sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1.222.874, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 31.8.2016

6. Recuso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0006528-95.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.006528-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.004842-3
Distribuição por Prevenção - 25/03/2014 18:10
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: ELSON RICARDO DE SOUZA TRINDADE
ADVOGADO: JOAO FLAVIO RIBEIRO DE ARRUDA GUERRA
ADVOGADO: ELSON RICARDO DE SOUZA TRINDADE
APELADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ERLAN DOS ANJOS OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: TALITA DA SILVA CORDEIRO RIOS
Originário: 0006528-95.2011.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade. A partir da leitura do inteiro teor do acórdão infere-se que inexiste omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, uma vez que apreciou fundamentadamente as razões recursais.

2. O reexame dos fatos e argumentos já analisados ou implicitamente afastados é vedado em sede de embargos de declaração, como já decidido pelo STJ (2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.3.2014).

3. A simples afirmação de se tratar de recurso com o propósito de prequestionamento não é suficiente para embasá-lo, sendo necessária a subsunção da inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art. 1022, CPC/2015, e não à mera pretensão de obter um pronunciamento sobre outros argumentos e/ou dispositivos legais. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000294-09.2012.4.02.5119 Número antigo: 2012.51.19.000294-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 14/01/2015 13:25
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
APELADO: ANGELA MARIA DE VASCONCELLOS COELHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000294-09.2012.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
EMENTA

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PRESENÇA DE LIQUIDEZ E CERTEZA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA NÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES.

1. O contrato de crédito fixo, que dispõe de elementos suficientes ao cálculo do valor devido, com as taxas de juros e atualização aplicadas, além de planilha de evolução do débito, não possui a mesma sistemática do "contrato de abertura de crédito convencional", não cabendo a aplicação da Súmula 233 do STJ, conforme os seguintes precedentes: STJ, 3ª Turma, REsp 1405105, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 23.5.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201251190005543, e-DJF2R 3.10.2014.

2. O contrato de crédito consignado goza de liquidez e certeza, configurando-se como título executivo, nos termos do art. 585, II, do Código de Processo Civil (CPC), sendo cabível o ajuizamento de execução de título extrajudicial para a cobrança dos valores não adimplidos.

3. Sentença de extinção anulada, com a devolução dos autos à origem para prosseguimento do feito.

4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0105749-17.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.105749-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 12:51
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CELSO ROQUE MATHIAS JUNIOR
APELANTE: BRUNO RICARDO PEREIRA MATHIAS
APELANTE: MARIA LUIZA MARQUES
APELANTE: MICHELLE DA SILVA MATHIAS
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APELANTE: PRISCILA BARBARA PEREIRA MATHIAS
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0105749-17.2012.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUALIZADA DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. LEGITIMIDADE E XTRAORDINÁRIA.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação autônima de cumprimento de sentença ajuizada, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, IV, do CPC/73.

2. ¿É desinfluente o trânsito em julgado da sentença que extinguiu a execução coletiva, pois os cinco substituídos a ela renunciaram e decidiram obter, individualmente, os créditos que lhe são devidos. Não há óbice à opção dos exequentes, pois aos litisconsortes é recomendada a execução individualizada, independente de determinação judicial¿. (TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 201251011056939, Rel. Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 14.4.2014).

3. a Constituição Federal atribuiu legitimidade extraordinária aos sindicatos, para a defesa de direitos e interesses, coletivos ou individuais, dos integrantes da categoria que representa, inclusive na fase de liquidação e execução dos créditos dos trabalhadores e o art. 4º, § 3º, da Resolução n.º 441 do Conselho da Justiça Federal, exige a juntada da cópia do CPF/CNPJ apenas em relação à parte autora que, no caso, em se tratando de substituição processual, é o sindicato. Nesse sentido: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 201251011056400, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, e-DJF2R 21.10.2015

4. Recurso provido para afastar a sentença extintiva e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para o prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000175-53.2013.4.02.5106 Número antigo: 2013.51.06.000175-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/03/2015 16:21
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: AURICELIO BELO VITERBO DE VASCONCELOS
ADVOGADO: LUCIANA LIMA FERRACO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000175-53.2013.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DIVULGAÇÃO DE PRISÃO NO SITE DA PF. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO. AÇÃO POR DANOS MORAIS.

1. Apelação cível interposta em face de sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face da União, que objetivava o pagamento de indenização por danos morais.

2. O recorrente pretende a responsabilização civil da União em razão de que, mesmo após a absolvição de seu filho em 28.7.2010, por conduta atípica, a notícia de sua prisão continuou sendo veiculada no site da Polícia Federal.

3. No que tange à responsabilidade civil do Estado, a Constituição da República de 1988 (CRFB) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.

4. A situação posta nos autos contrapõe a liberdade de manifestação e o direito de informação ao direito à imagem, todos constitucionalmente assegurados. Trata-se, pois, de colisão de direitos fundamentais, cuja solução não impõe o afastamento integral de um ou de outro, mas sim a adequação proporcional de ambos, com eventuais preponderâncias.

5. O fato de o filho do recorrente ter sido absolvido ao final da persecução não tornou inverídica a notícia veiculada no site da PF, eis que, de fato, na data informada, ocorreu a prisão de acordo com as investigações narradas pela polícia. Ademais, o fato de a notícia ter permanecido na página da PF após a absolvição do acusado, também não justifica a pretensão de indenização por danos morais, eis que, o que é divulgado retrata o dia da prisão efetuada e visou dar publicidade e transparência às ações do Estado.

6. Logo, a divulgação notícia verídica relativa à investigação da PF em sua página na internet não constituiu ofensa à vida privada, à honra, e a intimidade que legitime a restrição à liberdade de expressão e à indenização por danos morais.

7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0001209-21.2013.4.02.5120 Número antigo: 2013.51.20.001209-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/08/2014 22:22
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSTITUTO EDUCACIONAL EVANGELICO DE AUSTIN LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001209-21.2013.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

APELAÇÃO. EMBARGOS. EXECUÇÃO FISCAL. INSUFICIÊNCIA DA PENHORA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de embargos à execução fiscal, julgou extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC c/c art. 16, §1º, da lei nº 6.830/80.

2. A principal alteração promovida pela Lei nº 11.382/06 à execução fiscal consiste na exclusão do efeito suspensivo como regra (art. 739-A do CPC/73). O novo regime introduzido pelo aludido diploma legal não alterou a necessidade de garantia do juízo. A propósito, o art. 16 da Lei nº 6.830/80, em contraposição ao que consta do art. 736 do Código de Processo Civil anterior, é expresso no sentido de que os embargos à execução não são admitidos antes de garantida a execução fiscal por depósito, fiança bancária ou penhora, ou seja, a inexistência de prévia garantia do juízo, em sede de execução fiscal, importa na inadmissibilidade dos embargos do devedor.

3. Em casos excepcionais, entretanto, quando se verificar a insuficiência do patrimônio da parte executada, o Superior Tribunal de Justiça tem admitido os embargos de devedor, sem garantia integral, sujeitando-se a eventual reforço de penhora nos autos da execução, a teor dos arts. 15, II, da LEF e 685 do CPC/73.

4. ¿Admitem-se os embargos, sem garantia, quando se verificar a insuficiência do patrimônio da parte executada, sob o fundamento de que o acesso e a garantia do contraditório e ampla defesa não podem ser obstados em razão da ausência de seu patrimônio¿. (TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 201051015306929, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, e-DJF2R 3.10.2016). Nesse sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp 548.507, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 17.8.2015.

5. No caso, apesar das alegações no sentido de não ter condições de arcar com as despesas e custas processuais, não se logrou êxito em comprovar a hipossuficiência da embargante.

6. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0006564-78.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.006564-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/06/2015 12:53
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JOSE BITTENCOURT CERQUEIRA
ADVOGADO: LAURA MARIA DE SOUZA PESSOA
ADVOGADO: ANA PAULA WOLKERS MEINICKE
ADVOGADO: VINICIUS BROCCO SARCINELLI
Originário: 0006564-78.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA. EMBARGOS. CANCELAMENTO DA DÍVIDA. ART. 26 DA LEI Nº 6.830/80. HONORÁRIOS. CABIMENTO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de embargos à execução, julgou extinta a execução, sem análise do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, ante a informação de que a Certidão de Dívida Ativa combatida está extinta.

2. ¿A intenção do art. 26 da Lei 6.830/80 pressupõe que a própria União, espontaneamente, requeira a extinção da execução, o que não se verifica quando oferecida a exceção de pré-executividade¿ (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200850010108902, e-DJF2R 23.3.2012).

3. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0007113-88.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.007113-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 14:51
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JUSSARA MARTINS ALBERNAZ
ADVOGADO: ROGÉRIO WANDERLEY GUASTI
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0007113-88.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE GARANTIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de embargos à execução fiscal, rejeitou liminarmente os embargos, ante a ausência de garantia.

2. A hipótese dos autos trata da admissibilidade dos embargos à execução fiscal independente do oferecimento de garantia do juízo, para o embargante hipossuficiente.

3. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido a insuficiência de garantia para fins de admissibilidade dos embargos do devedor, sujeitando-se a eventual reforço de penhora nos autos da execução, mas não a

inexistência desta. Precedentes: STJ, 1ª Seção, REsp 1.272.827, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 22.5.2013; TRF2, 3ª Turma Especializada, AC 201451011387461, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, e-DJF2R 14.12.2016; TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 201451010225726, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, e-DJF2R 18.11.2016.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0013549-54.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.013549-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 12/01/2015 16:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: AFRANIO CARVALHO PEREIRA
ADVOGADO: GUSTAVO CANTINHO MARIZ
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0013549-54.2013.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. ILEGITIMIDADE. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. NÃO APLICABILIDADE.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de mandado de segurança contra o Chefe da Divisão de Controle de Atividade Correcional/Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil ¿DICAC/COGER, julgou extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC/73, ante o erro na indicação da autoridade impetrada.

2. A autoridade impetrada não possui legitimidade para conceder à aposentadoria pretendida, uma vez que compete à DICAC, conforme Portaria MF nº 2013, de 14.5.2012, apenas: a) controlar as informações referentes aos feitos administrativo-disciplinares; b) assessorar o Corregedor-Geral no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento da unidade; c) promover a articulação e a integração do planejamento da Corregedoria-Geral ao planejamento institucional; e d) coordenar o processo de levantamento, consolidação e análise dos indicadores de gestão relativos à área de competência da Corregedoria-Geral, para fins de avaliação institucional e de resultados.

3. A competência para praticar os atos relativos à aposentadoria dos servidores da Secretaria da Receita Federal do Brasil é do Ministério da Fazenda, órgão hierarquicamente superior àquele ora impetrado.

4. A teoria da encampação permite que se analise o mérito do Mandado de Segurança, ainda que o impetrante tenha erroneamente indicado a autoridade coatora. Entretanto, ¿faz-se necessário o preenchimento dos seguintes requisitos, cumulativamente: i) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação meritória; iii) ausência de modificação de competência¿. (STJ, 2ª Turma, AgRg no RMS 45.548, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 2.6.2016).

5. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0023653-08.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023653-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/08/2014 11:41
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA IZABEL GRANJA
ADVOGADO: JOSE ENRIQUE TEIXEIRA REINOSO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0023653-08.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. AFORAMENTO. ARTIGO 101 DO DL 9.760/46. ATUALIZAÇÃO ANUAL. APENAS CORREÇÃO MONETÁRIA. VARIAÇÃO INFLACIONÁRIA.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação declaratória, julgou improcedente o pedido autoral por não vislumbrar qualquer ilegalidade na revisão do valor pago pela apelante a título de foro.

2. O pagamento de foro anual não se confunde com a taxa devida pela ocupação precária de bem público, prevista nos arts. 127 e seguintes do Decreto-Lei nº 9.760/46 e no Decreto-Lei nº 2.398/87.

3. No regime jurídico da enfiteuse, sempre foi assinalada a inalterabilidade do valor anual devido pelo enfiteuta, ressalvando-se apenas a possibilidade de atualização monetária, como forma de evitar o enriquecimento sem causa. Nesse sentido: TRF2, AC 201451010082794, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 30.11.2015; TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 200751080009406, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO DE CASTRO, e-DJF2R 23.7.2013.

3. Inversão do ônus da sucumbência. Mantido o valor da condenação em honorários advocatícios fixados pelo Juízo originário (R$ 1.000,00).

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0127500-26.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.127500-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/03/2015 14:42
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: DENISE REBOUCAS BARBOSA
ADVOGADO: RODRIGO BOUERI FILGUEIRAS LIMA
Originário: 0127500-26.2013.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. DEFINIÇÃO DA NORMA JURÍDICA INDIVIDUALIZADA. DECISÃO COM CONTEÚDO PURAMENTE DECLARATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. Apelação interposta em face de sentença que, decidindo exceção de pré-executividade oposta em execução por título judicial, extinguiu o processo executivo, nos termos do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil de 1973.

2. A sentença a qual a União tenta conferir força executiva não traz a definição integral da norma jurídica individualizada, tal como exigido, limitando-se a afastar os descontos em vencimentos, sem autorização da ora recorrida, ou valer-se das vias judiciais de cobrança.

3. A decisão exarada tem conteúdo puramente declaratório, objetivando tão somente afastar as cobranças indevidas realizadas pela União, não constituindo título judicial suficiente para instruir processo executivo.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0002751-17.2014.4.02.5160 Número antigo: 2014.51.60.002751-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 27/07/2016 14:39
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ELIAS FRANCISCO RICARDO
ADVOGADO: FELIPE DA SILVA SIMAO
Originário: 0002751-17.2014.4.02.5160 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

APELAÇÃO. EMBARGOS. EXECUÇÃO. LIQUIDEZ DO TÍTULO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, decidindo embargos à execução opostos, julgou procedente o pedido para extinguir a execução em razão do reconhecimento de iliquidez do título executivo.

2. O contrato informa todos os seus elementos identifica todos os seus elementos identificadores, tal como o valor do financiamento, o prazo de pagamento e a taxa de juros. Ou seja, a obrigação e todos os parâmetros necessários à sua quantificação estão expressamente previstos no título apresentado. Precedente: TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 201451020009546, Rel. Des. Fed. JOSÉ ANTONIO NEIVA, e-DJF2R 4.10.2016.

3. Presume-se a vontade e a boa-fé dos contratantes, sendo que a inversão do ônus da prova não permite à parte se desincumbir do seu ônus probatório com alegações genéricas aos princípios e normas que regem as relações de consumo. Precedentes do TRF2: 5ª Turma Especializada, AC 201050040005526, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 11.2.2014; 6ª Turma Especializada, AC201451010015951, Rel Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 19.10.2016.

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0003480-70.2014.4.02.5151 Número antigo: 2014.51.51.003480-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/06/2014 15:23
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GABRIELLA FRAZAO BATISTA
REPRESENTANTE: DEUSARINA DO ROSÁRIO FRAZÃO BATISTA
ADVOGADO: JOSE LUIZ SALATIEL BRAGA
APELADO: COLEGIO PEDRO II - UNIDADE SAO CRISTOVAO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003480-70.2014.4.02.5151 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. SELEÇÃO PÚBLICA PARA CANDIDATOS A VAGAS NO ENSINO MÉDIO REGULAR DO COLÉGIO PEDRO II. APROVAÇÃO E MATRÍCULA. INSURGÊNCIA CONTRA CLÁUSULA EXPRESSA DO EDITAL. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. NÃO PROVIMENTO.

1. Ação ordinária. A exordial narra que a demandante se submeteu a processo de seleção e classificação para o Ensino Médio diurno do Colégio Pedro II, regulamentado pelo Edital 10/2013 e, aprovada para o Campus São Cristóvão III, período vespertino, formalizou a matrícula na unidade e turno indicados. Posteriormente, requereu a transferência para o período matutino visando conciliar os estudos com aulas profissionalizantes na Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, ministradas somente no turno da tarde. Sustenta que a negativa administrativa da mudança do turno escolar fere a razoabilidade e requer a disponibilização imediata de uma vaga no turno da manhã. Sentença que julga improcedente o pedido. Apelação.

2. O Edital 10/2013, em seu art. 1º, § 3º, dispõe que "não será concedida, em nenhuma hipótese, transferência de campus ou de turno em que o candidato venha a ser matriculado para o ano letivo de 2014". Ciência das cláusulas editalícias. Vinculação da Administração Pública e dos candidatos ao instrumento convocatório. Ausência de desrespeito aos princípios, valores e regras legais e constitucionais.

3. A flexibilização das regras do edital após a realização da seleção pública afronta o princípio da isonomia, pois candidatos em situação semelhante, à vista dos termos claros do edital, podem ter deixado de participar do certame. Esta E. Turma já se manifestou no sentido de que "permitir o acesso à instituição de ensino em condições diversas daquelas estabelecidas para seus concorrentes, que também desejam uma

vaga no referido curso, mas que, para tanto, têm que se submeter às normas previstas no Edital [...] seria conferir um tratamento privilegiado e, em última análise, anti-isonômico" (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00053530320104025101, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 28.4.2014).

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0025143-31.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.025143-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 23/07/2015 19:23

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: CARLOS CEZAR ALMEIDA DE ALBUQUERQUE

ADVOGADO: MARCIO SÖKELAND DORIA

Originário: 0025143-31.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS-GERENTES. DÍVIDAS NÃO TRIBUTÁRIAS.

1. Apelação interposta em face de sentença que, decidindo embargos à execução fiscal, julgou procedentes os pedidos veiculados, extinguindo o feito com fulcro no art. 269, I, do CPC/73.

2. A jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça é de que é inaplicável o art. 135, III do CTN às dívidas de natureza não-tributária. Precedente: STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1.354.675, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 2.9.2014.

3. No caso dos autos, a execução fiscal é promovida para cobrança de multa com base no art. 3 º, IX, da Lei nº 9.847/99, e Portaria nº 116/2000, da ANP.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0037543-43.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.037543-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/10/2015 18:59
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: MARCO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
APELADO: PRITCOM ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LTDA – ME
ADVOGADO: VINICIUS BAIOCCHI DE VASCONCELOS ELIAS
Originário: 0037543-43.2015.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ECT. SEDEX 10. DEMORA NA ENTREGA. DANO MATERIAL. DANO MORAL IN RE IPSA.

1. Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença proferida em ação de rito sumário, que julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a ECT ao pagamento de indenização por danos materiais, no valor de R$ 1.755,80, e danos morais, no valor de R$ 10.000,00, em virtude de atraso de encomenda postal relacionada à licitação da Petrobrás, contendo proposta.

2. Inicialmente, no que diz respeito ao pedido da ECT de equiparação à Fazenda Pública, o mesmo deve ser acolhido, eis que o art. 12 do Decreto-Lei nº 509/1969 estende à ECT os privilégios referentes a foro, prazos e custas processuais concedidos à Fazenda Pública. Importante ressaltar que esse dispositivo legal foi declarado recepcionado pela Constituição da República de 1988 (CRFB), conforme decidiu o STF no RE 220906/DF (Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ 14/11/2002). Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AI n.º 0008111-19.2016.4.02.0000, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DJE 8.11.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AI n.º0002396-64.2014.4.02.0000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJE 2.5.2014.

3. No mérito, a questão em debate no presente recurso cinge-se à suposta responsabilidade civil da ECT, por falha na prestação de serviço.

4. A Constituição Federal de 1988 acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.

5. O demandante postou seu envelope no dia 10.12.2014, às 10h21min, via Sedex 10(carta com registro), e o mesmo somente chegou ao seu destino no dia 15.12.2014, às 9h10min (fls. 77/79), o que terminou por inviabilizar a participação do interessado no Certame.

6. Logo, há prova nos autos acerca da falha do procedimento adotado pela ECT, já que a mercadoria não chegou ao seu destino no tempo esperado, fato que, por si só, caracteriza o dano moral, e gera o dever de indenizar pelos danos suportados.

7. O dano moral é presumido (in re ipsa), bastando apenas a demonstração do ato ilícito. Não se exige a comprovação de algo que se opera no plano psicológico do lesado. Prescinde de análise subjetiva, porquanto se configura com a simples violação de um direito (STJ, 4ª Turma, REsp 1.097.266, Rel. p/acórdão Min. RAUL ARAÚJO, DJE: 23.8.2013).

8. Apelação parcialmente provida, apenas para reconhecer que a ECT goza dos mesmos privilégios referentes a foro, prazos e custas processuais concedidos à Fazenda Pública, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 509/1969. Mantida a sentença nos demais termos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à Apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0071477-89.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.071477-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/08/2015 13:55
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ANTONIO CARLOS GOMES
ADVOGADO: MARIA CRISTINA DUMAS BEZERRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0071477-89.2015.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DE RESISTÊNCIA DO DEMANDADO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação de reversão de pensão por morte, julgou extinto o processo, sem exame do mérito, indeferindo a petição inicial, por ausência de interesse de agir, nos termos dos arts. 267, I e VI, e art. 295, III, todos do Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73).

2. ¿O Supremo Tribunal Federal tem salientado, em seu magistério jurisprudencial, a propósito da motivação ¿per relationem¿, que inocorre ausência de fundamentação quando o ato decisório ¿ o acórdão, inclusive ¿ reporta-se, expressamente, a manifestações ou a peças processuais outras, mesmo as produzidas pelo Ministério Público, desde que, nestas, se achem expostos os motivos, de fato ou de direito, justificadores da decisão judicial proferida. Precedentes. Doutrina. O acórdão, ao fazer remissão aos fundamentos fático-jurídicos expostos no parecer do Ministério Público ¿ e ao invocá-los como expressa razão de decidir ¿, ajusta-se, com plena fidelidade, à exigência jurídico-constitucional de motivação a que estão sujeitos os atos decisórios emanados do Poder Judiciário (CF, art. 93, IX)¿. (Tribunal Pleno, ADI 416, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 3.11.2014).

3. Diante da inexistência de comprovação de formal resistência da União ao pleito do autor, tanto em sede administrativa, quanto em sede judicial, a decisão vergastada se encontra em concordância com a orientação jurisprudencial desta Corte Regional, bem como do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: STJ, 2ª Turma, AgRg no AResp 152.247, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 8.2.2013; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201351011054017, Rel. Juiz Fed. Conv. ANTÔNIO HENRIQUE C. DA SILVA, e-DJF2R 17.1.2014; TRF2, 1ª Turma Especializada, AC 201102010041030, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 10.6.2011.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0073043-73.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.073043-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/05/2016 17:14
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: EDIR PAES DE JESUS
ADVOGADO: DANIEL RENOUT DA CUNHA
ADVOGADO: RICARDO MAGALHAES DE NOVAES
ADVOGADO: MARCOS GUTEMBERG CHAVES

ADVOGADO: TRAJANO RICARDO MONTEIRO RIBEIRO
APELADO: CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
ADVOGADO: GABRIELLA NERY BARROS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0073043-73.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO E CÍVEL. DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. GOVERNO COLLOR. ANISTIA. LEI N.º 8.878/94. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. VEDAÇÃO LEGAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Apelações cíveis interpostas contra sentença proferida em ação ordinária, que pronunciou a incompetência absoluta da Justiça Federal para processar e julgar o feito, no que se refere ao pedido danos materiais atinentes às diferenças salariais pleiteadas pelo demandante, e julgou improcedente o pedido de compensação por danos morais formulado em face da CASA DA MOEDA DO BRASIL e da UNIÃO FEDERAL.

2. Alegou o demandante que possuía vínculo empregatício com a Casa da Moeda do Brasil, e, durante o Governo Collor (1990/1992), teve seu contrato de trabalho rescindido de forma arbitrária, tendo sido reintegrado somente em 5.7.2010, em decorrência da Portaria 262 de 8.6.2010. Sustentou o demandante na ação que tem o direito de ser indenizado por danos morais e materiais, relativo a salários e benefícios no período entre 1.10.2009 e 4.7.2010, em razão de ter sido preterido na ordem de convocação para assumir cargo na Casa da Moeda, após a sua recontratação ter sido deferida nos termos da Lei de anistia 8.878/94, em 01.10.2009.

3. Inicialmente, deve ser anulada a sentença na parte em que declarou a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar e feito relativamente aos danos materiais pleiteados pelo demandante, tendo em vista que a pretensão autoral consiste na condenação da Casa da Moeda e da União Federal ao pagamento de indenização pela demora da reintegração do trabalhador, na forma da Lei 8.878/94. A ação, como se vê, possui natureza administrativa, e não trabalhista, razão pela qual revela-se clara a competência da Justiça Federal, nos termos do artigo 109, I, da CRFB. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0126621-82.2014.4.02.5101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJE. 30.9.2015; TRF5, 2ª Turma, AG 00072311920114050000, Rel. Des.Fed. MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO, DJE 3.10.2013.

4. Em razão das demissões e exonerações ocorridas na administração pública entre março/1990 e setembro/1992, foi editada a Lei da Anistia em 1994 (Lei 8.878/94).

5. Vedação legal aos efeitos financeiros retroativos. Art. 6.º da Lei 8.878/94. A anistia só gera efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, sendo vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo. Essa é a orientação jurisprudencial: STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1380999, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, , DJe 16.9/2013; TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 0004045-55.2012.4.02.5102, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DJE 13.6.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0022083-89.2010.4.02.5101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJE 18.2.2014.

6. A pretendida indenização por dano moral em função do longo período de afastamento, também não encontra amparo legal, eis que na sua essência tal indenização configuraria pagamento de remuneração pretérita, expressamente vedado pelo art. 6º da Lei 8.878/94.

7. Apelação da Casa da Moeda parcialmente provida para anular parte da sentença e reconhecer a competência da Justiça Federal para apreciação e julgamento de todos os pedidos formulados na inicial, e julgar improcedente o pedido de indenização por danos materiais; e apelação do demandante não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação da Casa da Moeda e negar provimento à apelação do demandante, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

23 - 0501779-36.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.501779-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/07/2015 19:12
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MANUEL LUIZ PEREIRA MARTINS
ADVOGADO: FERNANDO LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0501779-36.2015.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ. ÔNUS DA PROVA DO CONTRIBUINTE.

1. Apelação interposta em face de sentença que, julgou improcedentes os pedidos veiculados, extinguindo o feito com fulcro no art. 269, I, CPC/73.

2. ¿A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada dos documentos imprescindíveis à solução da controvérsia¿ (STJ, 2ª Turma, AgREsp 1.565.825, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 10.2.2016).

3. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0010036-83.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.010036-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/09/2014 13:52
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
RÉU: PAULA BEATRIZ SILVA PIRES DE SOUZA
ADVOGADO: ALDO GOMES DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0010036-83.2010.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. LEGITIMIDADE PASSIVA UNIÃO E ESTADO. DANO MATERIAL. RESSARCIMENTO. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO.

1. Remessa necessária e recursos de contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou procedente em parte o pedido para condenar a União e o Estado do Rio de Janeiro ao pagamento de R$1.933,69 gasto na compra da medicação, na proporção de 50% para cada um, sob o fundamento de que o art. 196 da CRFB/88 determina o fornecimento de medicação gratuitamente.

2. A demanda ajuizada objetivou a condenação da União Federal e do Estado do Rio de Janeiro ao pagamento de danos materiais no valor de R$60.000,00, e danos morais no valor de R$100.000,00, em função do não fornecimento de medicamento para tratamento de miomas uterinos, o que levou à necessidade de retirada do útero da demandante e impossibilidade definitiva de a mesma engravidar.

3. Quanto à alegação de ilegitimidade passiva da União e do Estado do Rio de Janeiro, em que pese a medicação prescrita à demandante tenha sido feita em hospital federal, a mesma não prospera. O parágrafo primeiro do artigo 198 da CRFB/88 determina que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, nos termos do artigo 195, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

4. O medicamento grosserrelina fora prescrito para a demandante, que, em algumas ocasiões, o comprou para tratar-se, devendo, portanto, ser restituída dos valores que arcou, conforme determinado na sentença, cujas razões me reporto:

5. Todavia, para caracterização da obrigação dos entes públicos repararem por danos morais, diversamente do que se verifica em relação à obrigação de fornecimento de medicamento, devem estar presentes os elementos da responsabilidade civil: dano e nexo causal entre a conduta do agente público e o prejuízo causado, independentemente da comprovação da culpa do agente executor.

6. No caso, segundo o laudo pericial, o tratamento clínico com a Gosserrelina dificilmente surtiria êxito e evitaria a retirada do útero da paciente, eis que os miomas que a mesma possuía tinham gravidade suficiente para inviabilizar gestação posterior à cirurgia. Conclui-se, pois, que mesmo que o Estado fornecesse o medicamento receitado pelo médico não surtiria o efeito desejado, como de fato não surtiu, eis que a demandante arcou com os custos do tratamento e não obteve êxito.

7. Inexistência de dano moral a ser arcado pelo Estado do RJ e pela União Federal, por ausência do nexo de causalidade, pois mesmo diante do fornecimento do medicamento em questão, o resultado seria o mesmo.

8. Remessa necessária e Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e às apelações, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0042277-42.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.042277-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.005753-8
Distribuição por Prevenção - 19/03/2014 13:00
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SIEGBERTO RODOLFO SCHENK JR
ADVOGADO: FLAVIO HOLANDA E SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0042277-42.2012.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Mera divergência subjetiva do embargante, que visa à rediscussão da matéria. Todavia, o reexame dos fatos e argumentos já analisados ou implicitamente afastados é vedado em sede de embargos de declaração, como já decidido pelo STJ (2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.3.2014).

3. A simples afirmação de se tratar de recurso com o propósito de prequestionamento não é suficiente para embasá-lo, sendo necessária a subsunção da inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art.

1022, CPC/2015, e não à mera pretensão de obter um pronunciamento sobre outros argumentos e/ou dispositivos legais. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0042277-42.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.042277-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.004536-0
Distribuição por Prevenção - 19/03/2014 13:00
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SIEGBERTO RODOLFO SCHENK JR
ADVOGADO: FLAVIO HOLANDA E SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0042277-42.2012.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Mera divergência subjetiva do embargante, que visa à rediscussão da matéria. Todavia, o reexame dos fatos e argumentos já analisados ou implicitamente afastados é vedado em sede de embargos de declaração, como já decidido pelo STJ (2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.3.2014).

3. A simples afirmação de se tratar de recurso com o propósito de prequestionamento não é suficiente para embasá-lo, sendo necessária a subsunção da inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art. 1022, CPC/2015, e não à mera pretensão de obter um pronunciamento sobre outros argumentos e/ou dispositivos legais. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

25 - 0002432-75.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.002432-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/01/2015 16:38
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LEONARDO LEAL SCHULTE
APELANTE: ELIANA VASCONCELOS ENRIQUES BITTENCOURT CASTRO
APELANTE: LUIZ ALBERTO CASER FILHO
APELANTE: THAIS TEBALDI CARVALHO CASER
APELANTE: ERICO JENZ SANTOS
APELANTE: TANIA MARIA BASSETTI DE ABREU
APELANTE: EDUARDO LEAL SCHULTE
APELANTE: ANTONIO ESTEVAO MOREIRA BITTENCOURT CASTRO
APELANTE: RICARDO LEAL SCHULTE
APELANTE: MARISE VALENTIM AQUINO
APELANTE: HAMILTON VALENTIM AQUINO
APELANTE: MARIO VALENTIM AQUINO
APELANTE: RODRIGO CALDAS GONÇALVES
APELANTE: EDUARDO ENRIQUE CENCI
APELANTE: LUCIANA CALDAS GONÇALVES
APELANTE: CARLOS EUGENIO ALVES
APELANTE: MARCO BENIAMINO SPANO
APELANTE: DENISE SIMÕES FREITAS
APELANTE: ARINO RUBIM DOS SANTOS
APELANTE: LUCIANA RONCHI DOS SANTOS
APELANTE: LUCIA DE FATIMA TEIXEIRA CAMPOS
APELANTE: NEIDE MARIA SAAVEDRA CENCI
APELANTE: PETER DE ANDRADE RODRIGUES
APELANTE: ROSANGELA LEMOS PESSANHA RODRIGUES
APELANTE: INDHIARA PESSANHA RODRIGUES
APELANTE: PAULO ROBERTO JUSSIM DE SOUZA JUNIOR
APELANTE: JULIANA MOREIRA MOULIN JUSSIM
ADVOGADO: RODRIGO ANTONIO GIACOMELLI
ADVOGADO: ARIANE MAIA GUIMARÃES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0002432-75.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
EMENTA

APELAÇÃO. DOMÍNIO PÚBLICO. TERRENO DE MARINHA. DECADÊNCIA. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. EC 46/2005. HONORÁRIOS.

1. Reexame necessário e apelações interpostas em face de sentença que, nos autos de ação ordinária visando à anulação de registro de imóvel como sendo terreno de marinha, declarou nulo o procedimento demarcatório realizado sobre os imóveis objetos da presente ação.

2. A falta de informações, nos registros públicos, de que a área seria caracterizada como terreno de marinha quando da aquisição do imóvel, tem como efeito que, somente a partir da notificação para o pagamento da taxa de ocupação, pode-se começar a contar o prazo para impugnar o débito lançado e a relação jurídica que o respalda. No caso, a averbação na matricula do imóvel de que o mesmo seria parte foreiro ao domínio da União se deu em 28.2.2007. Precedente: TRF2, ApelReex 201150010126654, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 5.2.2014.

3. A convocação dos interessados certos para se manifestarem acerca da demarcação da Linha Preamar feita por editais, de forma genérica, fere o princípio constitucional do devido processo legal, uma vez que não assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa. Precedente vinculativo: STF, Tribunal Pleno, ADI 4.264, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 30.5.2011.

4. A EC nº 46/2005, que alterou o inc. IV do art. 20 da Constituição Federal especificamente na parte relativa às ilhas costeiras, não operou qualquer modificação quanto aos terrenos de marinha e seus acrescidos, na medida em que ainda constituem patrimônio da União por força do comando do inc. VII do art. 20 supracitado.

5. Interpretação sistemática dos referidos preceitos constitucionais em cotejo com o Decreto-lei 9.760/46. Desta feita, o objetivo do legislador constituinte foi excluir do patrimônio federal os imóveis situados no interior de ilha costeira sede de município, ou seja, aqueles não classificados como terreno de

marinha, mas sim como terreno interior de ilha, e, por conseguinte, colocar na mesma situação jurídica os ocupantes de imóveis situados nas ilhas costeiras e na parte continental. Precedentes do TRF2: 6ª Turma Especializada, ACP 200650010001126, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 15.3.2010; 5º Turma Especializada, AC 00102499820104025001, Rel. Des. Fed. Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, E-DJF2R 9.5.2014.

6. No que tange aos honorários advocatícios, destaco inicialmente que a demanda foi proposta em 13.3.2013 com valor atribuído à causa de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

7. Em Recurso Especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do E. STJ consignou que nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública ¿a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo critério da equidade¿ (REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJE 6.4.2010). O mesmo entendimento também se aplica às hipóteses em que a Fazenda Pública for vencedora. Nessa linha, AgRg no REsp 1.370.135, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 17.9.2013 e TRF2, 2ª Seção Especializada, AR 201002010111129, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 8.1.2014.

8. Recursos não providos e reexame necessário parcialmente provido para fixar os honorários devidos pela União em R$ 5.000,00, atualizados a partir da data do presente voto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações e dar parcial provimento ao reexame necessário, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0011858-14.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.011858-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/03/2014 15:24
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: RENATA MONTARRÔYOS MOREIRA
ADVOGADO: ROGÉRIO PETRI
ADVOGADO: MARIANA MELEIPE PEIXOTO
ADVOGADO: JOSÉ ROGERIO PETRI
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0011858-14.2013.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO. COMPROVAÇÃO DE GRADUAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade vinculada à universidade pública federal que inadmitiu o diploma de bacharel em Nutrição. Edital de concurso público que exige, como escolaridade mínima, o"Curso Técnico de Nutrição". Sentença que concede a segurança. Apelação do impetrado.

2. O edital que regulamenta o concurso público em questão estabelece como requisito ao exercício do cargo de Técnico em Nutrição e Dietética a comprovação de conclusão do ensino "médio profissionalizante ou médio completo + curso técnico". Comprovação de escolaridade de nível superior (graduação superior em Nutrição). Ausência de razoabilidade no ato de preterição da posse.

3. Segundo o STF, "se o concurso visa o preenchimento de vaga para um cargo de nível médio, não é justo que o candidato com nível de escolaridade superior seja prejudicado, sob o fundamento de que deve haver cumprimento dos requisitos constantes do edital" (STF, AI-AgR 706187, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 18.9.2012). Na mesma esteira, o STJ já afirmou que "há direito líquido e certo na permanência no certame

se o candidato detém qualificação superior à exigida no edital do concurso público" (STJ, 1ª Turma, AAGARESP 201403295460, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 12.11.2015).

4. Remessa necessária e apelação não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0000642-07.2010.4.02.5116 Número antigo: 2010.51.16.000642-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 09/01/2015 15:14
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
PARTE AUTORA: RUIZ SERGIO RIBEIRO BARBOSA
ADVOGADO: RUIZ SERGIO RIBEIRO BARBOSA
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE MACAÉ/RJ
Originário: 0000642-07.2010.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. HABEAS DATA. FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. CONCESSÃO DA ORDEM. SENTENÇA MANTIDA.

1. Habeas data. A exordial narra que, em 12.8.2009, o impetrante requereu junto ao impetrado o fornecimento da Certidão de Tempo de Contribuição - CTC relativa ao período em que verteu contribuições para o Regime Geral da Previdência Social - RGPS, documento imprescindível para fins de concessão de aposentadoria. Aduz que, transcorridos mais de 11 meses do protocolo, não obteve resposta. Pugna pela concessão da Certidão de Tempo de Contribuição - CTC. Liminar deferida. Sentença que ratifica a liminar e concede a ordem. Remessa necessária.

2. O habeas data é o instrumento adequado para a tutela do direito fundamental às informações acerca da pessoa do impetrante, constantes no banco de dados da Autarquia Previdenciária. O STJ já reconheceu o dever do INSS de expedir certidão para fins de contagem recíproca de tempo de serviço. Precedente: STJ, 2ª Turma, AGRESP 201202714789, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 12.6.2013.

3. Remessa necessária não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0000123-72.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.000123-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição Livre - 15/06/2015 14:43
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
PARTE AUTORA: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: MOLEDO - MIN DE MARMORES E GRANITOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0000123-72.2013.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. EXECUÇÃO FISCAL. DECISÃO DESFAVORÁVEL NA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. Remessa necessária em face de sentença que, nos autos de execução fiscal, declarou prescrito o crédito exigido, julgando extinta a presente execução fiscal.

2. Mesmo quando determinada a remessa ex officio da sentença, há o exercício de reexame em duplo grau de jurisdição obrigatório apenas diante de decisum condenatório em desfavor da Fazenda Pública proferida em processo de conhecimento, nos termos do art. 475, caput, I, do Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73); ou, se fosse a hipótese, diante de sentença a ela desfavorável proferida em sede de embargos a execução, nos termos do art. 475, caput, II, do CPC/73 (aplicável a partir de autorização dada por meio do art. 1º da LEF); mas não como ocorre no presente caso, diante de sentença proferia em desfavor da Fazenda Pública no próprio processo de execução fiscal. Nesse sentido: TRF2, 7ª Turma Especializada, Reoac 201450010060322, Rel. Des. Fed. SÉRGIO SCHWAITZER, e-DJF2R 27.10.2016.

3. Remessa necessária não conhecida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer da remessa necessária, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0001970-21.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.001970-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/12/2014 17:16
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
PARTE AUTORA: CRBM - CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1a REGIAO
ADVOGADO: ADNAN SAAB
PARTE RÉ: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: MAIRA CAMPANA SOUTO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0001970-21.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. POLÍCIA CIVIL. PERITO TOXICOLOGISTA. REQUISITOS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PRIMADOS DE AMPLO ACESSO AOS CARGOS PÚBLICOS, ISONOMIA E IMPESSOALIDADE. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Narra-se que o impetrado divulgou, por meio do Edital 001 de 2013, a realização de concurso público para provimento de diversos cargos da Polícia Civil, e dentre eles, de 1 vaga para Perito Bioquímico Toxicologista, 5 vagas para Perito Criminal e 1 vaga para Perito Criminal Especial. Aduz que o instrumento convocatório exigiu, para o cargo de Perito Bioquímico Toxicologista, diploma de conclusão de curso superior em Bioquímica, Farmácia ou Fármaco-Química, afastando da concorrência os profissionais formados em Ciências Biológicas - modalidade Médica (Biomédico). Alega que, para os outros cargos de Perito (Criminal e Especial), estipulou os cursos de graduação em Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Farmácia, Física, Geologia, Matemática, Mineralogia, Química ou Odontologia, agregando todas as áreas de conhecimento, de modo que a não inclusão da Biomedicina no referido rol seria injustificada. Segurança parcialmente concedida. Remessa necessária.

2. O edital 001 de 2013 prevê que a inscrição para o cargo de Perito Bioquímico Toxicologista tem como requisito a conclusão do nível superior nos cursos de Bioquímica, Farmácia ou Fármaco-Química, além de experiência de 1 ano em laboratório de análise químico-toxicologista. Em seu Anexo IV, descreve as atividades do cargo de Perito Bioquímico Toxicologista, quais sejam, a "execução de trabalhos de perícia envolvendo análise e pesquisas laboratoriais no campo da bioquímica e físico-química, em peças anatômicas e líquidos retirados de cadáveres, em líquidos de origem biológicos, em matérias orgânicas, tóxicas, venenos e produtos químicos por solicitação de autoridade, visando esclarecimentos à prova das infrações penais". Resolução CFBM 78, de 29.4.2002, art. 1º, § 1º. Compatibilidade entre as atividades exercidas pelos Biomédicos e as inerentes ao cargo de Perito Bioquímico Toxicologista.

3. Perito Criminal e Perito Criminal Especial. Edital que exige a formação superior em Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Farmácia, Física, Geologia, Matemática, Mineralogia, Química ou Odontologia. A definição dos requisitos previstos no edital para tais cargos deriva da Lei Complementar Estadual 04/90, art. 22, que regulamenta a estrutura da Polícia Civil.

4. Remessa necessária não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000221

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001779-02.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001779-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:19
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JORGE VIEIRA LIMA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
Originário: 0166165-09.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Em um primeiro momento, para atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, postergo o exame do efeito suspensivo requerido para após a resposta ao recurso.

Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015. Após, sendo apresentadas ou não as contrarrazões, ao MPF.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.
RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001903-82.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001903-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 09/03/2017 11:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: TECDIGI INFORMATICA LTDA
ADVOGADO: ARNON VELMOVITSKY
ADVOGADO: ALEX VELMOVITSKY
ADVOGADO: JOAO LOYOLA MIRANDA
AGRAVADO: WELLBORN INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: CARLOS VALENCA TEIXEIRA
ADVOGADO: DENILTON FERREIRA RONDINELLI
ADVOGADO: ROBERTA SERAFIM MOLLEDO HERVAL
AGRAVADO: NILSON SERAFIM VIEIRA
AGRAVADO: SERGIO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002698-10.2000.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO
Em um primeiro momento, para atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, postergo o exame do efeito suspensivo requerido para após a resposta ao recurso.
Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015. Após, sendo apresentadas ou não as contrarrazões, ao MPF.
Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2017.
RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001923-73.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001923-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 13:51
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ANDERSON SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
Originário: 0163542-69.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO
Em um primeiro momento, para atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, postergo o exame do efeito suspensivo requerido para após a resposta ao recurso.
Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015. Após, sendo apresentadas ou não as contrarrazões, ao MPF.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0002034-57.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002034-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 18:26
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick

AGRAVADO: ADELINO SALOMAO
AGRAVADO: AMABILE MAGNAGO DE SOUZA
AGRAVADO: ARISTEU ANDREAO
AGRAVADO: DILCE PIRES MARTINS VIEIRA
AGRAVADO: ZELMIRO VAZZOLER
AGRAVADO: AGUILAR ALTOE
AGRAVADO: LUIZA DE MARILAQUE BATALHA
AGRAVADO: PEDRO AUGUSTO BILO
AGRAVADO: SERGIO FACCINI
AGRAVADO: MERCILIA MARTHA CARLETE KHEDE
ADVOGADO: PHILIPI CARLOS TESCH BUZAN
ADVOGADO: RENATO JUNQUEIRA CARVALHO
PARTE RÉ: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0500257-43.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
DECISÃO

Em um primeiro momento, para atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, postergo o exame do efeito suspensivo requerido para após a resposta ao recurso.

Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015. Após, sendo apresentadas ou não as contrarrazões, ao MPF.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0002041-49.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002041-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/03/2017 19:06
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
AGRAVADO: AGUINALDO IZIDRO DE SOUZA
AGRAVADO: ADAILTON LOPES VIEIRA
AGRAVADO: ANTONIO DA PENHA MARINHO
AGRAVADO: BELIRDE DAS GRACAS LOVO
AGRAVADO: DEUZELINA ALVES DOS SANTOS
AGRAVADO: EDMILSON MORAES RAMIRO
AGRAVADO: ELIAS DE ALMEIDA
AGRAVADO: FRANCISCO VITORIANO
AGRAVADO: JOAO FAUSTINO PINTO JUNIOR
AGRAVADO: LUCIO JOSE ROCON
AGRAVADO: MARIA DA PENHA CAMARGO DA SILVA
AGRAVADO: NATANAEL SOEIRO DE CASTRO
AGRAVADO: ODETE TEIXEIRA DA SILVA
AGRAVADO: PAULINO SOARES DA SILVA
AGRAVADO: ROMILDO BERTE
AGRAVADO: SAYONARA FERNANDES DE MELO
AGRAVADO: SILVANIR PEREIRA DO ROSARIO
AGRAVADO: ULTIMO TEIXEIRA SENA
AGRAVADO: ZULMIRA DE ASSIS LEITE
ADVOGADO: YARA CAMPOS CHAMBELA
PARTE RÉ: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500169-90.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
DECISÃO

Em um primeiro momento, para atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, postergo o exame do efeito suspensivo requerido para após a resposta ao recurso.

Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015. Após, sendo apresentadas ou não as contrarrazões, ao MPF.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
RICARDO PERLINGEIRO

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0002129-87.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002129-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/03/2017 14:46
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0053009-43.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES
AGRAVANTE
:
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO
:
ANA TEREZA BASILIO
ORIGEM
:
04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00530094320164025101)
DECISÃO
Reconheço a prevenção apontada.
Comunique-se, inicialmente, ao MM. Juízo que o processo deverá seguir o seu trâmite normal. Portanto, não deverá ser suspenso durante o processamento do presente agravo de instrumento.
À parte agravada, para que se manifeste, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil/2015.
Após, ao Ministério Público Federal, para parecer, nos termos do inciso III, do referido artigo.
Ao final, voltem-me conclusos, para julgamento.
Publique-se. Intimem-se. Comunique-se.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000222

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0104533-50.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.104533-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/07/2016 14:24
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: SANDRA APARECIDA DE FREITAS FERREIRA
ADVOGADO: WALDIR DA SILVA FONSECA
APELADO: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0104533-50.2014.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

I – Tendo em vista a informação exarada à fl. 111, indefiro o requerimento de restituição de prazo realizado à fl. 110.
II – Publique-se.
III – Intime-se.
Em 16–03–2017.
(assinado eletronicamente – artigo 205, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015)
ANDRÉ FONTES
Relator
Desembargador do TRF da 2.ª Região.

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0002328-88.2010.4.02.5001 Número antigo: 2010.50.01.002328-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 22:02
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ANTONIO CARLOS VAZ FIDALGO
ADVOGADO: GIOVANA DE AZEVEDO FIDALGO LEAL
REMETENTE: JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE VITORIA-ES
Originário: 0002328-88.2010.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0002328-88.2010.4.02.5001 (2010.50.01.002328-9)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0006944-38.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.006944-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/11/2015 19:18
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA ZILAH CARVALHO CASEIRA
ADVOGADO: EDUARDO CARVALHO CASEIRA ROCHA
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0006944-38.2012.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0006944-38.2012.4.02.5001 (2012.50.01.006944-4)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0131643-21.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.131643-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 05/09/2016 14:09
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: IVO LEWIN KUCHLER
ADVOGADO: ROBERTO SANTANA DE MENEZES
REMETENTE: Juízo da 01ª Vara Federal de Niterói - 01VF-NI/RJ
Originário: 0131643-21.2014.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0131643-21.2014.4.02.5102 (2014.51.02.131643-8)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0012014-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012014-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 17/11/2016 16:51
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: EULER DE MOURA SOARES FILHO
ADVOGADO: RITA ALCYONE SOARES NAVARRO
ADVOGADO: André Silva Araújo
AGRAVADO: ELIANA DA PENHA FRICKS WELLS
AGRAVADO: INÊS INÁCIA DE FREITAS BARBOSA
AGRAVADO: MARIA GLÓRIA BENDINELLE GUAITOLINI
AGRAVADO: JOSUÉ DA SILVA SAMPAIO
AGRAVADO: ANA MARIA DA PENHA FERREIRA
AGRAVADO: TEREZINHA GOMES DE JESUS
AGRAVADO: ADALBERTO CARLOS TONONI
AGRAVADO: RENECILDA PINUDO PRETTI
AGRAVADO: DERLI DE FREITAS E SOUZA
AGRAVADO: CARLOS FERNANDO DA CRUZ
ADVOGADO: RENATO JUNQUEIRA CARVALHO
ADVOGADO: PHILIPI CARLOS TESCH BUZAN
Originário: 0500149-02.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
DESPACHO
Retire-se de pauta.
Oficie-se ao Juízo de origem para que informe a qual processo o feito originário do presente agravo foi distribuído por dependência, a fim de possibilitar a análise de prevenção por este Tribunal.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000223

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0007654-61.2003.4.02.5102 Número antigo: 2003.51.02.007654-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 12:40
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ASSOCIACAO DE MUTUARIOS E PROPRIETARIOS DO CONDOMINIO SAO BOA VENTURA
ADVOGADO: JOSE ANTONIO GUIMARAES SENG DAS NEVES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APELADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
Originário: 0007654-61.2003.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0007654-61.2003.4.02.5102 (2003.51.02.007654-9)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0007207-10.2007.4.02.5110 Número antigo: 2007.51.10.007207-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/07/2016 06:27
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: CLÉIA MARIA GOMES RODRIGUES DE ALMEIDA
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS DA COSTA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
PARTE RÉ: IVANICE MARCOLINO DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULA REGINA DOS SANTOS CHAVES BARROS
ADVOGADO: MARIZA BARROS
Originário: 0007207-10.2007.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0007207-10.2007.4.02.5110 (2007.51.10.007207-4)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0010477-98.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.010477-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/06/2016 06:46
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
APELADO: ROSANGELA DAS GRACAS BARBOSA
ADVOGADO: GERARDIN DA SILVA RONDON JUNIOR
Originário: 0010477-98.2009.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0010477-98.2009.4.02.5101 (2009.51.01.010477-0)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0013847-85.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.013847-0 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição por Migração de Sistema - 23/04/2015 13:18
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: REGINA AUGUSTA NUNES DE FIGUEIREDO
ADVOGADO: MIGUEL COSTA MENDES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: WANDA MACHADO VIEIRA
ADVOGADO: LIDIA MARIA MACIEL DE SOUZA
APELADO: ANA CLAUDIA FIGUEIREDO VIEIRA
ADVOGADO: WESLEY DE SOUZA CABRAL
Originário: 0013847-85.2009.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0013847-85.2009.4.02.5101 (2009.51.01.013847-0)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0015795-62.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.015795-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 14/06/2016 13:34
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: WALTERIANO DA SILVA FARIA
ADVOGADO: MARCELO TRINDADE VELLOSO
Originário: 0015795-62.2009.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0015795-62.2009.4.02.5101 (2009.51.01.015795-6)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0019900-82.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.019900-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 25/05/2015 11:36
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ENEDINA MARTINS PEREIRA
APELANTE: DENISE MARTINS PEREIRA
ADVOGADO: ELIEL SANTOS JACINTHO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
APELADO: BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: NEI CALDERON
Originário: 0019900-82.2009.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0019900-82.2009.4.02.5101 (2009.51.01.019900-8)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)

MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0022854-67.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.022854-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/07/2015 07:56
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APELANTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
APELADO: CONDOMINIO DO EDIFICIO PARQUE RESIDENCIAL GOIAS
ADVOGADO: BRUNO PESSOA SANTOS
Originário: 0022854-67.2010.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0022854-67.2010.4.02.5101 (2010.51.01.022854-0)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0013042-35.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.013042-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 22/05/2015 15:48
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VICTOR HUGO NOGUEIRA MACHADO
APELADO: LUIZ CLAUDIO NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO: CAMILA FERNANDES DOS SANTOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
Originário: 0013042-35.2009.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0013042-35.2009.4.02.5101 (2009.51.01.013042-2)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0015670-94.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.015670-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/11/2016 08:28
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ANIZIO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0015670-94.2009.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0015670-94.2009.4.02.5101 (2009.51.01.015670-8)

ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0016700-96.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.016700-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 24/05/2015 15:59
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL - FBN
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARTA JUVINA DE MEDEIROS
ADVOGADO: FERNANDA JOANA DANTAS DA SILVA
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ
Originário: 0016700-96.2011.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0016700-96.2011.4.02.5101 (2011.51.01.016700-2)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0011102-89.1996.4.02.5101 Número antigo: 1996.51.01.011102-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 01/09/2015 13:41
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
PARTE AUTORA: GUILHERMINA GUEDES BARBOSA
ADVOGADO: RICARDO HENRIQUE CARVALHO ZENY
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
Originário: 0011102-89.1996.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0011102-89.1996.4.02.5101 (1996.51.01.011102-9)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0006904-87.2013.4.02.0000 Número antigo: 2013.00.00.006904-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 01/06/2015 17:19
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: EMILIA MARIA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ELIZABETH DE OLIVEIRA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELIANA COSTA GUTTMANN
Originário: 0009677-31.2013.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0006904-87.2013.4.02.0000 (2013.00.00.006904-6)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

BOLETIM: 2017000224

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0011297-34.2006.4.02.5001 Número antigo: 2006.50.01.011297-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 28/08/2015 16:22
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARCELO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO: SEDNO ALEXANDRE PELISSARI
Originário: 0011297-34.2006.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0011297-34.2006.4.02.5001 (2006.50.01.011297-0)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0006786-56.2007.4.02.5001 Número antigo: 2007.50.01.006786-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 01/09/2015 13:42
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MOACYR JOSE DE MENEZES
ADVOGADO: MOACYR JOSE DE MENEZES
Originário: 0006786-56.2007.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0006786-56.2007.4.02.5001 (2007.50.01.006786-5)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0004853-05.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.004853-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 14/09/2016 12:24
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APELANTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: AURIVAL JORGE PARDAUIL SILVA
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
APELANTE: NADIR SANTOS DA SILVA
APELANTE: NELMA MARIA DA SILVA MAURI
APELANTE: WAGNER MAURI
ADVOGADO: JOSE GUILHERME SOUTO PEREIRA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0004853-05.2008.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0004853-05.2008.4.02.5101 (2008.51.01.004853-1)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0025676-63.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.025676-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 07/08/2015 18:03
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ANDRE DE FREITAS CARVALHO
ADVOGADO: LINCOLN PAGANOTO RAMOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0025676-63.2009.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0025676-63.2009.4.02.5101 (2009.51.01.025676-4)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0502852-43.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.502852-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2016 09:22
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: VALDEGIR JOSÉ LEMOS SIQUEIRA
ADVOGADO: IGOR LEAO DE SOUZA LIMA

ADVOGADO: ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
PARTE RÉ: BANCO DAYCOVAL S/A
ADVOGADO: CYNTHIA DE TOLEDO SANCHEZ
PARTE RÉ: CCCPMM - CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: BANCO SAFRA S/A
ADVOGADO: MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI
Originário: 0502852-43.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0502852-43.2015.4.02.5101 (2015.51.01.502852-6)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0102120-07.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.102120-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 09/11/2015 13:20
Gabinete 13
Magistrado(a) ANDRÉ FONTES
AGRAVANTE: JOAO MANUEL MENDES GERALDES
AGRAVANTE: FAUSTA TARGINE VERAS GERALDES
ADVOGADO: JOAO MANUEL MENDES GERALDES
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: THIAGO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA
ADVOGADO: THIAGO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA
Originário: 0116587-14.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0102120-07.2015.4.02.0000 (2015.00.00.102120-0)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELLO ELIAS BARROS PINTO
Matrícula: 11015

SUBSECRETARIA DA 6a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000210

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0154225-81.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.154225-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/02/2017 12:19
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ

APELANTE: JOSE FELIZARDO DA SILVA - ESPOLIO
APELANTE: CLEONICE BASTOS BETTAMIO
APELANTE: JONAS DO ESPIRITO SANTO - ESPOLIO
APELANTE: GUSTAVO FERREIRA CANILHA
APELANTE: HENRIQUE DA CONCEICAO FREITAS SANTOS
ADVOGADO: GERALDO BEMFICA TEIXEIRA
ADVOGADO: HEBE BONAZZOLA RIBEIRO
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0154225-81.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

Tendo em vista a informação de fls. 201/203, retiro o processo e determino a suspensão do feito até o julgamento definitivo do conflito negativo de competência nº 150956, apresentado perante o Egrégio STJ suscitando os juízos da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro e o da 28ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0500192-73.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.500192-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 11/10/2016 13:28
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: VALDA VIANNA DA SILVEIRA
ADVOGADO: FERDINANDO RIBEIRO NOBRE
Originário: 0500192-73.2015.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
DESPACHO
Fls. 202/203 - Dê se vista a embargada para apresentar suas contrarrazões no prazo legal.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0004624-75.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.004624-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 08/11/2016 17:46
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
AGRAVADO: MARILENE MENEZES DA VEIGA
ADVOGADO: ANGELITA DE SOUZA BERNARDINO
Originário: 0010150-27.2007.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com pedido de efeito suspensivo, contra a decisão proferida no processo nº 00101502720074025101, que determinou, em sede de liquidação de sentença, a remessa dos autos à Contadoria Judicial para apurar o quantum debeatur, de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal.

Em suas razões, a agravante alega que a sentença originária determinou a aplicação dos expurgos decorrentes do plano econômico ao saldo da caderneta de poupança, sem se referir aos juros remuneratórios. Assim, aduz que os índices de correção se referem apenas à remuneração básica.

Às fls. 417/419, acórdão da 6ª Turma deste e. Tribunal negou provimento ao agravo de instrumento sob a fundamentação de que os juros remuneratórios constituem pedido acessório e, por isso, seguem a sorte do principal. A CEF, irresignada, interpôs Recurso Especial em face do referido acórdão.

Em juízo de admissibilidade, o ilustre Vice-Presidente desta Corte informa que a presente questão jurídica foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Resp nº 1.392.245/DF, pelo rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (Tema 887: "Na execução individual de sentença proferida em ação civil pública que reconhece o direito de poupadores aos expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão (janeiro de 1989): (i) descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de liquidação se inexistir condenação expressa, sem prejuízo de, quando cabível, o interessado ajuizar ação individual de conhecimento; (ii) incidem os expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial, que terá como base de cálculo o saldo existente ao tempo do referido plano econômico, e não os valores de eventuais depósitos da época de cada plano subsequente "(...).

Neste sentido, às fls. 450, consta despacho para que os autos sejam encaminhados ao órgão julgador, nos termos do art. 1.040, II, do CPC.

Contrarrazões da agravada, às fls. 393/394.

Parecer do Ministério Público, às fls. 409/413, pelo não provimento do agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Conforme relatado, os presentes autos retornaram da Vice-Presidência para eventual exercício do juízo de retratação.

Cuida-se, na origem, de ação de cobrança, cuja sentença julgou procedente o pedido da autora para condenar a Caixa Econômica Federal a corrigir a conta poupança com os índices dos planos econômicos reivindicados, descontados os percentuais já aplicados no mesmo período.

Na fase de liquidação do julgado, a CEF interpôs agravo de instrumento contra decisão interlocutória que determinou à Contadoria a inclusão dos juros remuneratórios nos cálculos dos expurgos inflacionários. O acórdão desta colenda turma negou provimento ao recurso sob o fundamento de que os juros remuneratórios constituem pedido acessório e, por isso, devem seguir a sorte do principal. Irresignada, a agravante apresenta Recurso Especial em face do acórdão.

Em juízo de admissibilidade, a Vice-Presidência determinou o retorno dos autos a este gabinete para eventual juízo de retratação, em observância ao Recurso Especial nº 1.392.245/DF, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO PREVISTOS NO TÍTULO EXEQUENDO. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA. 1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o cumprimento de sentença está limitado ao exato comando expresso no título executivo. 2. A inclusão de juros remuneratórios - sem expressa previsão no título executivo -, no cumprimento de sentença condenatória para pagamento de expurgos inflacionários de caderneta de poupança, é vedada por força do princípio da fidelidade do título (REsp n. 1.392.245/DF, julgado sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil). 3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 598.544/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 22/04/2015)"

Na hipótese, deve ser reconsiderado o julgado proferido, uma vez que a sentença não determinou expressamente a incidência de juros remuneratórios, conforme o dispositivo, que trago à colação:

"Do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Caixa Econômica Federal a proceder à incorporação da diferença dos percentuais inflacionários de 26,06% para junho/87 e 42,72% para janeiro/89, na caderneta de poupança n° 233-013.479321-7, de titularidade da Autora. O montante apurado ¿ descontados os valores efetivamente aplicados aos depósitos naqueles períodos ao mesmo título ¿ deverá ser atualizado pela correção monetária prevista na Lei 6.899/81, e ter a incidência de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação, tudo conforme se apurar na liquidação."

Assiste, pois, razão à agravante quando busca excluir os juros remuneratórios, uma vez que o Manual de Cálculos da Justiça Federal orienta a aplicação da tabela das ações condenatórias quando a sentença é omissa quanto ao critério de cálculos.

Por derradeiro, cumpre aduzir que se a sentença reconhece o direito à diferença devida, por conta dos expurgos inflacionários, em relação ao próprio crédito, julgando procedente o pedido, mas não consigna a incidência de juros remuneratórios, há de se resguardar o princípio de congruência com o título executivo e o da imutabilidade da coisa julgada, como ressaltam os arestos abaixo transcritos:

0000648-94.2014.4.02.0000 (TRF2 2014.00.00.000648-0) Ementa: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. EXPURGOS. POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. DESCABIMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO. RECURSO PARCIALMETE PROVIDO. 1- Cinge-se a controvérsia à incidência dos juros remuneratórios nos cálculos da execução, referente à aplicação do índice relativo ao Plano Verão sobre o saldo existente nas contas de caderneta de poupança do Autor/Agravado. 2-. O título judicial exeqüendo não contemplou expressamente a parcela correspondente aos juros remuneratórios, não havendo, portanto, como ampliar a condenação imposta à empresa pública em sede de execução. 3- Ressalto que "(...) os juros remuneratórios não são acessórios do principal, mas parte integrante da remuneração da caderneta de poupança. Assim, por serem juros contratuais, nas ações em que se pleiteiam diferenças de índices aplicados nas cadernetas de poupança a

inclusão dos juros remuneratórios só é possível se forem também objeto do pedido e constarem expressamente no título exequendo, em observância ao princípio da fidelidade do título". (STJ, AGARESP 201402558410, 3ª T., Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJE 22/04/2015) 4- A solução para o caso não se restringe ao simples acolhimento dos cálculos da Agravante, como por ela pretendido, ante as impugnações, impondo-se a utilização da Contadoria Judicial diante do atributo da sua imparcialidade, cabendo a confecção de novos cálculos sem a parcela dos juros remuneratórios. 5- Agravo de Instrumento parcialmente provido. Agravo de Instrumento - Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA - Data de decisão: 14/11/2016 - Data de disponibilização:24/11/2016. Relator: Guilherme Diefenthaeler."

0010537-08.2008.4.02.5101 (TRF2 2008.51.01.010537-0) - Ementa: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGRAVO DE PETIÇÃO. GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE APOIO. DECRETO-LEI Nº 2.211/84. PAGAMENTO RETROATIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. REQUISITOS. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. MODIFICAÇÃO EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. CRITÉRIOS NÃO COMBATIDOS NA FASE DE CONHECIMENTO. OFENSA À COISA JULGADA. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. A Magistrada houve por bem remeter os autos à Contadoria Judicial para a elaboração de novos cálculos, alterando os critérios fixados no julgado definitivo. 2. A jurisprudência do C. STJ é firme no sentido de que ofende a coisa julgada a aplicação, em embargos à execução, de nova regra que, existente no ordenamento jurídico quando do processo de conhecimento, não foi objeto de insurgência das partes em tempo e modo oportunos. De igual modo, é impossível promover uma execução que extrapola os limites do título executivo. 3. Transitada em julgado a sentença exequenda, em respeito à coisa julgada, a mesma torna-se imutável, ficando o Magistrado competente pela execução do julgado impedido de utilizar critérios diferentes daqueles determinados no título executivo. 4. Recursos providos parcialmente para determinar que se prossiga com a execução judicial, nos exatos termos da decisão transitada em julgado. Órgão julgador: 4ª TURMA ESPECIALIZADA - Data de decisão: 27/10/2015. Data de disponibilização: 06/11/2015. Relator: Ferreira Neves.

Sendo assim, há que se exercer o juízo de retratação previsto no art. 1040, II, do CPC.

Ante o exposto, em sede de retratação, nego provimento ao agravo de instrumento, na forma do art. 932, IV, "b", do CPC, para que o juízo de origem aplique o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em grau de recurso repetitivo, reconhecendo que não cabem juros remuneratórios na falta de previsão expressa no título exequendo.

Após o trânsito em julgado, retornem os autos à vara de origem.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO

Juiz Federal

Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0001962-70.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001962-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 10/03/2017 10:49

Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

Originário: 0161666-16.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

DESPACHO

Apensem-se ao agravo de instrumento nº 0000930-30.2017.4.02.0000. Certifique-se.

Intime-se a parte agravada em cumprimento ao art. 1.019, II, CPC.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000211

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0001242-06.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001242-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 16/02/2017 15:37
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0085382-30.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
AGRAVADA: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
D E S P A C H O

Admito a correlação (fls. 38), na forma do parágrafo único do art. 930, do CPC/2015_, e art. 77, caput, do RI_. Vincule-se este recurso ao Agravo de Instrumento nº 0011800-71.2016.4.02.0000 (2016.00.00.011800-9).

Após, ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001625-81.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001625-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:03
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: VINICIUS LOBO DA MOTTA
ADVOGADO: THIAGO MORAES FEREZIN
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO
ADVOGADO: GILBERTO DA GRACA COUTO FILHO
ADVOGADO: MARCOS VINICIUS MONTEIRO CALDAS
Originário: 0177160-30.2016.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
AGRAVANTE: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
AGRAVADO: VINICIUS LOBO DA MOTTA E OUTROS
D E S P A C H O

Agravo de instrumento interposto em 01/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.

Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001716-74.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001716-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 19:06
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

Originário: 0054330-16.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
D E S P A C H O
Admito a correlação (fls. 41), na forma do parágrafo único do art. 930, do CPC/2015_, e art. 77, caput, do RI_.
Vinculem-se estes autos ao Agravo de Instrumento nº 2017.00.00.000901-8 (0000901-77.2017.4.02.0000).
Após, à Agravada para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0002090-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002090-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/03/2017 13:51
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
AGRAVADO: VINICIUS LOBO DA MOTTA
ADVOGADO: THIAGO MORAES FEREZIN
PARTE RÉ: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO
ADVOGADO: GILBERTO DA GRACA COUTO FILHO
Originário: 0177160-30.2016.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGRAVADO: VINICIUS LOBO DA MOTTA E OUTROS
D E S P A C H O
Admito a correlação (fls. 18), na forma do parágrafo único do art. 930, do CPC/2015_, e art. 77, caput, do RI_. Vinculem-se este recurso ao Agravo de Instrumento nº 2017.00.00.001625-4 (0001625-81.2017.4.02.0000).
Após, ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

BOLETIM: 2017000212

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0012243-16.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.012243-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/03/2016 17:08
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: DILMA LUCIA DA SILVA NOBRE
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0012243-16.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CPC/1973. MILITAR. FUSMA. DEPENDENTE. PERDA DA QUALIDADE.

1. Reforma-se a sentença que condenou a União a reincluir a autora nos cadastros de usuários do FUSMA - Fundo de Saúde da Marinha, e a pagar-lhe R$ 4 mil como indenização por danos morais.

2. A autora, solteira, era dependente do pai, ex-Cabo da Marinha; todavia, a partir do óbito deste, passou a receber pensão militar, deixando de preencher, em consequência, requisito essencial para fazer jus à assistência médico-hospitalar do FUSMA, qual seja, não receber remuneração, Lei 6.880/80, art. 50, § 2º, III.

3. A condição de beneficiário da assistência médico-hospitalar não se confunde com a de pensionista. Os direitos de cada um derivam de diplomas legais distintos, estando a dependência prevista na Lei nº 6.880/80 e a pensão militar na Lei nº 3.765/60.

4. A Administração deve observar o princípio da legalidade, força do art. 37, caput, da Constituição, descabendo ao Judiciário, sem função legislativa, atuar como legislador positivo para afastar comando expresso de lei.

5. Não há dano moral indenizável, à ausência de ilicitude no ato administrativo que excluiu a autora do FUSMA.

6. Remessa necessária e Apelação providas. Recurso adesivo prejudicado.

ACÓRDÃO

Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar provimento à remessa necessária e à apelação, e julgar prejudicado o recurso adesivo, nos termos do voto da Desembargadora Federal Nizete Lobato Carmo.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

[1] A mãe da autora também é falecida, não constando nos autos, entretanto, a data do óbito.

BOLETIM: 2017000214

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0040214-44.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.040214-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/12/2016 13:00
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: RACHEL LEVY
ADVOGADO: CARLOS EMANUEL DO NASCIMENTO VIANA
APELADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0040214-44.2012.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, (disp. e-DJF2R de 06/06/2013), ficam disponibilizados os presentes autos pelo prazo de 15 dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial / Extraordinário(s) interposto(s). Intime-se.
Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
Subsecretaria da 6ª Turma Especializada
\\ 10303

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0512290-93.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.512290-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/10/2016 16:26
Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: GLOBAL CAPITAL 2000 ADMINISTRADORA DE RECURSOS FINANCEI
ADVOGADO: RENATO CICERO FREIRE DE BRITO NETO
Originário: 0512290-93.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO

Nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, (disp. e-DJF2R de 06/06/2013), ficam disponibilizados os presentes autos pelo prazo de 15 dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial / Extraordinário(s) interposto(s). Intime-se.

Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
Subsecretaria da 6ª Turma Especializada
\\ 10303

BOLETIM: 2017000215

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000361-48.2005.4.02.5109 Número antigo: 2005.51.09.000361-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/11/2016 17:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: JAQUELINE MOREIRA DA COSTA
ADVOGADO: DIEGO DA COSTA FERREIRA
ADVOGADO: LEONARDO DA COSTA FERREIRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY
APELADO: UNINTER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO: GISELA ZAMBRANO FERREIRA
APELADO: GIPOIA FUNDACOES E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO: GISELA ZAMBRANO FERREIRA
Originário: 0000361-48.2005.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
EMENTA

APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. CITAÇÃO NEGATIVA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. CEF. FALTA DE RESPONSABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. . O cerne da controvérsia cinge-se em verificar possível responsabilidade da CEF quanto aos vícios de imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação de forma a gerar o pagamento de reparação por danos morais.

2. O comparecimento espontâneo das rés Gipóia e Uninter aos autos supriu a citação infrutífera e não conduz aos efeitos da revelia.

3. A contestação apresentada pela CEF se estende aos demais réus, quando a defesa apresentada lhes é útil, na forma do art. 320 do CPC/73.

4. Não há como imputar à CEF, quando atua meramente como agente financiador, limitando-se a emprestar uma parte do dinheiro para a construção do imóvel, qualquer responsabilidade, mesmo que de forma solidária, pois ela só age como agente financiador e na qualidade de credora hipotecária.

5. Apelação conhecida e improvida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do voto do relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0510427-54.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.510427-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/02/2017 18:43
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: P R L TELEFONIA CELULAR LTDA
APELADO: VITAL GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0510427-54.2005.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO VERIFICADA. PROVIMENTO.

1. Trata-se de apelação cível interposta pela União Federal contra a sentença que julgou extinto o processo, com resolução do mérito, decretando a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos dos arts. 269, IV do CPC/73, vigente à época, ao fundamento de que "após o decurso do prazo prescricional, foi dada vista à Exequente, na forma do artigo 40, §4º da LEF, sem que fosse trazida aos autos qualquer notícia da ocorrência de causa suspensiva ou interruptiva (artigos 151 e 174 do CTN)".

2. O débito foi inscrito em dívida ativa em 02/08/2004, sendo a execução fiscal proposta em 03/11/2005. Determinada a citação da devedora, a mesma não foi encontrada em razão de não estar estabelecida no local da diligência, tendo o juízo de 1º grau proferido despacho, em 05/04/2006 determinando a suspensão do feito, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80. Intimada, a exequente requereu a inclusão do sócio gerente no polo passivo, em 17/04/2007, deferida pelo juízo em 21/06/2007, restando, contudo, a diligência negativa.

3. Despacho determinando nova suspensão da execução, na forma do art. 40 da LEF, em 21/01/2009. Manifestação da exequente requerendo a citação por edital, deferida em 10/03/2010. Posteriormente, foi determinada a realização de penhora on line, via bacenjud, em 15/06/2014, sendo bloqueados os valores existentes na conta do banco Bradesco e banco Santander.

4. Manifestação do executado, alegando que o valor bloqueado é de origem de sua rescisão contratual, juntando documentos, seguindo-se decisão proferida em 28/07/2014, determinando o desbloqueio dos numerários, bem como intimação da exequente para manifestação acerca de eventual causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional, nos termos do art. 40, § 4º da Lei de Execuções Fiscais, tendo a exequente requerido concessão do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo proferida sentença extintiva da execução, em 28/07/2014.

5. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que "apenas a reconhece se estiverem presentes os seguintes pressupostos: transcurso do quinquídeo legal e a comprovação de que o feito teria ficado paralisado por esse período por desídia do exequente".

6. No presente caso, depreende-se do que foi analisado que, após a diligência frustrada de realização da citação da empresa devedora, foi requerida e deferida a inclusão do sócio no polo passivo, sendo realizada a citação por edital e, posteriormente, bloqueio de numerário nas contas localizadas de titularidade do sócio, porém, foram desbloqueadas em razão de se tratar de verba rescisória.

7. Portanto, a despeito do entendimento adotado pelo juízo monocrático, é imperioso reconhecer que a exequente manteve-se diligente, buscando obter bens passíveis de constrição, não tendo transcorrido o prazo de cinco anos da data da suspensão da execução. Desse modo, verifica-se que não houve o transcurso do prazo prescricional, razão pela qual deve a execução prosseguir.

8. Apelação conhecida e provida. Sentença reformada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001939-96.2007.4.02.5102 Número antigo: 2007.51.02.001939-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 06/02/2017 15:03
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EMPRESA DE REPAROS NAVAIS COSTEIRA S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001939-96.2007.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. AFORAMENTO. DÉBITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. SUBSTITUIÇÃO DA CDA. ERRO MATERIAL. POSSSIBILIDADE. ENUNCIADO N.º 396 DA SÚMULA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O cerne da controvérsia ora posta a deslinde cinge-se em analisar a possibilidade, ou não, de substituição da Certidão de Dívida Ativa (CDA), em sede de execução fiscal, antes da prolação da sentença de primeiro grau, em face da ilegitimidade passiva da pessoa indicada no título executivo.

2. Nos termos do art. 2.º, §8.º, da Lei n.º 6.830/1980, bem assim do Enunciado n.º 396 da Súmula do STJ, somente se admite a substituição da CDA para corrigir eventuais defeitos de forma, por iniciativa do próprio exequente, até o julgamento da demanda.

3. O STJ, ao analisar recurso submetido ao regime previsto no art. 543-C do CPC/73 (art. 1.036 do CPC/15), assentou o entendimento de que não é possível a correção do polo passivo da execução fiscal para a cobrança de débito inscrito em dívida ativa, impondo-se a realização de novo lançamento, a fim de impedir que pessoa estranha ao processo administrativo de lançamento do crédito seja judicialmente executada, sem que lhe tenham sido oportunizados a ampla defesa e o contraditório, bem assim prazo para o pagamento do débito.

4. Na espécie, a exequente pugnou pela substituição da CDA, a fim de corrigir o nome da executada, que constava grafado como "Empresa de Reparos Navais Costeira S/A", quando, na verdade, o correto, segundo o CNPJ constante da CDA originária, é "Empresa de Reparos Navais RENAV LTDA." Com efeito, o caso em tela consiste em mera correção do nome do sujeito passivo, e não a sua efetiva modificação. Assim, nenhum prejuízo há de ocorrer por força dessa alteração, porquanto o CNPJ é o mesmo do que consta do processo administrativo que deu origem ao crédito. Nesse passo, não restará caracterizado qualquer cerceamento de defesa, ou prejuízo à parte, que pode exercer seu direito de defesa mediante a oposição de embargos.

5. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0526245-75.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.526245-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.100018-2
Distribuição-Sorteio Automático - 29/08/2016 13:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: P OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0526245-75.2007.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO PROFISSIONAL. ANUIDADE. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA. ART. 150, I, CRFB/1988. CDA. VÍCIO INSANÁVEL. VÍCIOS INEXISTENTES. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.
1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por unanimidade, conheceu e negou provimento à apelação interposta pelo ora embargante, mantendo a sentença de primeiro grau. A lide trata de cobrança de dívida ativa de natureza tributária, alusiva a anuidades.
2. Forçoso reconhecer a pretensão do embargante em rediscutir a matéria, uma vez que a contradição, em matéria de embargos declaratórios, é aquela existente dentro do próprio acórdão embargado, entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, o que não se deu no presente caso
3. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, eis que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.
4. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a parte embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.
5. Impende salientar que, conforme o artigo 1.025 do CPC/2015, para fins de prequestionamento, é prescindível a indicação ostensiva da matéria que se pretende seja prequestionada, sendo suficiente que esta tenha sido apenas suscitada nos embargos de declaração, mesmo que estes sejam inadmitidos ou rejeitados.
6. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0504776-31.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.504776-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/05/2015 13:36
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MAURO LEIVAS DE ASSUMPCAO

ADVOGADO: NEWTON FERNANDES DE FARIAS
ADVOGADO: JORGE NIEMEYER DE FARIAS
Originário: 0504776-31.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA AMBIENTAL. DÉBITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NULIDADE DA CDA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O cerne da controvérsia ora posta a deslinde cinge-se em analisar a possibilidade, ou não, de manejo de execeção de pré-executividade, visando à desconstituição de Certidão de Dívida Ativa (CDA), por suposta desproporcionalidade da multa cominada.

2. Em relação aos vícios formais da CDA, constata-se que o título executivo especifica a origem e a natureza do débito exigido, bem como a sua fundamentação legal e a forma de cálculo e dos juros de mora, de modo que preenchidos os requisitos do art. 2.º, §§ 5.º e 6.º, da Lei n.º 6.830/80.

3. No que toca aos fundamentos adotados na sentença guererada de que não restou demonstrado nos autos o efetivo dano ambiental decorrente da conduta imputada ao executado, constituem matéria que dependem de dilação probatória, até porque presumem-se legítimos e verdadeiros os atos administrativos, bem como liquída e certa a CDA, não tendo o executado juntado prova pré-constituída em sentido contrário. Esses pontos controvertidos, portanto, não podem ser analisados em sede de exceção.

4. A exceção apresentada tem escopo meramente protelatório e revela apenas o intuito da parte executada de se esquivar de eventual penhora e da necessidade de ajuizar embargos à execução. Sob a roupagem de uma exceção de pré-executividade, discutiu-se para a validade do título executivo matéria que deveria ser tratada através da via adequada, qual seja, os embargos. Enunciado n.º 393 da Súmula do STJ,

5. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000886-59.2012.4.02.5117 Número antigo: 2012.51.17.000886-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.078005-2
Distribuição-Sorteio Automático - 31/05/2016 16:49
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
APELADO: LIZAURA HONORATO BALBINO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0000886-59.2012.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EXECUÇÃO. DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS INFRUTÍFERAS. SUSPENSÃO DO PROCESSO PRORROGADA POR TRÊS VEZES. PRAZO SUFICIENTE PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. FALTA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS IMPROVIDOS.

1. Embargos de declaração contra acórdão que, por unanimidade, negou provimento à apelação, mantendo integralmente a sentença que julgara extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, IV, do Código de Processo de Civil, haja vista que, apesar das tentativas de localização de bens do executado, não foram encontrados bens ou valores passíveis de constrição, bem como deixou a exequente de promover o prosseguimento do feito ao não indicar outros bens do executado passíveis de penhora.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão ou contradição, no seu entendimento de que, em nome dos princípios da economia processual, efetividade da jurisdição e da razoável duração do processo, não faz sentido a manutenção do processo, tendo em vista que, mesmo após o deferimento do pedido de suspensão e posterior renovação da mesma, as tentativas de localização de bens e penhora realizadas através do RENAJUD e BACENJUD restaram infrutíferas.

3. Diz-se prequestionada a matéria quando a decisão impugnada haja emitido juízo explícito a respeito do tema, bastando, assim, que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão. Não é o caso.

4. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a embargante, na verdade, pretende a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, ficando patente tal intenção na etérea invocação de determinados princípios, quando é cediço que esses princípios foram e estão sendo respeitados.

5. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/ 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0004617-11.2012.4.02.5102 Número antigo: 2012.51.02.004617-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/01/2016 17:21
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: S MARTINS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
APELANTE: SILVANA PIMENTEL TURON
APELANTE: ANTONIO ADOLFO MARTINS TURON
ADVOGADO: ALEIR BAPTISTA DE AMORIM
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRO CORDEIRO LOPES
Originário: 0004617-11.2012.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS E CÁLCULOS - ÔNUS DA PROVA - CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - CDI E TAXA DE RENTABILIDADE - CUMULAÇÃO INDEVIDA DE ENCARGOS - PARCIAL PROVIMENTO

1. Trata-se de apelação cível interposta contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados nos embargos à execução extrajudicial, acolhendo os cálculos elaborados pelo Perito Judicial.

2. A autora/exequente apresentou documentos e planilhas demonstrando os dados do contrato, a evolução do crédito, os pagamentos efetuados e a evolução da dívida a partir do início do inadimplemento, indicando expressamente todos os encargos remuneratórios e moratórios cobrados.

3. Os embargantes não apresentaram qualquer documento ou cálculo, não se manifestaram sobre a impugnação apresentada pela CEF, não formularam quesitos, e ainda, deixaram transcorrer in albis o prazo fixado pelo Juízo para se manifestarem sobre o laudo elaborado pelo Perito. Afastada, assim, a alegação de cerceamento de defesa.

4. A existência de relação de consumo entre as partes envolvidas não desonera o consumidor-mutuário do ônus de comprovar suas alegações, especialmente quando são trazidas alegações genéricas sem a devida comprovação da existência de cláusulas abusivas, ou da onerosidade excessiva do contrato, bem como da violação do princípio da boa-fé e da vontade do contratante.

5. Nesse sentido, o pacto deve ser analisado à luz da própria convenção estabelecida entre os litigantes, que possui força de lei, ressalvada a hipótese de restar configurada a violação dos requisitos essenciais a sua validade ou a existência de vícios que comprometam a geração dos efeitos jurídicos pretendidos. Assim, somente as irregularidades existentes no contrato que forem especificamente questionadas e fundamentadas pela parte ré devem ser analisadas à luz da legislação consumerista, sob pena de julgamento extra petita e violação da Súmula 381 do STJ, no sentido de que ¿nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.¿

6. As instituições financeiras têm liberdade de pactuar taxas de juros acima do limite legal, independente de autorização do CMN (art. 4º, IX, da Lei nº 4.595/64), não havendo a aplicação do limite de 12% ao ano estabelecido na Lei de Usura, incidindo, ainda, a Súmula 596/STF, segundo a qual ¿as disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional¿.

7. O art. 5º da MP 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-35, de 23/08/2001, autoriza a capitalização praticada pelas instituições financeiras com periodicidade inferior a um ano. Precedentes STJ e TRF2R.

8. A comissão de permanência, a título de encargo de mora, é legal, desde que esteja contratualmente prevista e que não seja cobrada, cumulativamente, com outros fatores de correção monetária ou com qualquer outro encargo derivado da mora do devedor.

9. In casu, analisando a planilha de evolução da dívida apresentada pela CEF, cujos critérios de cálculo foram mantidos pelo Perito Judicial, depreende-se que a comissão de permanência está sendo imputada aos apelantes em cumulação com a taxa de rentabilidade.

10. Apelação conhecida e parcialmente provida

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017. (data do julgamento)

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0048347-75.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.048347-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/11/2016 12:09
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: PEDRO PAULO ALVES DE FARIA
APELANTE: LIVIA LUCIENE ANJOS DE FARIA
ADVOGADO: MARIA APARECIDA RIBEIRO DE ALMEIDA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
Originário: 0048347-75.2012.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. INADIMPLÊNCIA. EXECUÇÃO. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE DE AGIR. RECURSO IMPROVIDO.

1. O cerne da controvérsia gira em torno da possibilidade de revisão de cláusulas contratuais relacionadas ao Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI, de imóvel cuja propriedade foi consolidada em nome do agente fiduciário.

2. Não tendo sido cumprida a obrigação assumida contratualmente, ou seja, o pagamento das prestações mensais e tendo havido a retomada do imóvel pelo agente fiduciário, não é mais possível a análise dos termos contratuais, eis que o vínculo contratual deixou de existir.

3. Uma vez extinto o contrato, há a perda de objeto da demanda ante a superveniente perda do interesse processual para o presente feito, eis que se torna impertinente a discussão da dívida.

4. Apelação conhecida e improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao apelo, na forma do relatório e voto do Relator constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08/03/ 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001249-57.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.001249-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/12/2015 15:41
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: LIDIANE PEIXOTO DE ALMEIDA
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
APELANTE: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001249-57.2013.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. CUMULAÇÃO DE CARGOS. SERVIDOR PÚBLICO. TÉCNICO EM ENFERMAGEM. CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO NÃO DEMONSTRADO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. CABIMENTO.

1. Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou improcedente a pretensão autoral, dirigida à anulação do "pedido de exoneração da Autora da UERJ, determinando a manutenção da Autora no exercício regular dos cargos públicos em análise, quais sejam, de Técnica de Enfermagem na UERJ e na UFF, reconhecendo a ilegalidade e arbitrariedade da estipulação do limite de carga horária de 60 (sessenta) horas semanais imposto para a acumulação dos cargos públicos em análise", bem como de condenação da Universidade Federal Fluminense a ressarcir à autora danos morais em valor equivalente a 50 (cinqüenta) salários mínimos.

2- A Autora logrou ser aprovada em concurso para enfermeira do Hospital Antônio Pedro da UFF, com carga horária de 40 horas semanais, e pretendia tomar posse no referido cargo mesmo ocupando o cargo de enfermeira do Hospital Pedro Ernesto da UERJ, no qual labora 32,30 horas por semana. Todavia, ao ser alertada pela UFF acerca das hipóteses de acumulação ilegal de cargos públicos, optou por requerer exoneração do cargo que ocupa na UERJ e agora questiona a exigência compatibilidade de horários imposta pela Universidade Federal Fluminense.

3- É improcedente o pleito dirigido ao reconhecimento da possibilidade de cumulação de cargos de técnico em enfermagem, exercido sob o regime de 40 e 32,30 horas semanais quando a parte autora deixa de demonstrar o cumprimento da jornada laboral exigida nos dois cargos, apresentando como única prova declaração da qual se infere que teria trabalhado em determinado mês, em um dos cargos, menos horas do que as legalmente exigidas.

4- A Gratuidade de Justiça não a isenta a parte beneficiada da condenação em honorários advocatícios, cuja cobrança apenas fica suspensa a teor do §3º do art. 98 do Novo Código de Processo Civil que, revogando os artigos 11 e 12 da Lei nº 1.060/1650, estabelece que "3o Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

5- Apelação da parte autora desprovida e recurso adesivo da UERJ provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, acordam os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em dar provimento ao recurso adesivo da UERJ e negar provimento ao apelo da parte autora, nos termos do voto do Des. Fed. Marcelo Pereira da Silva, vencida Relatora, que negou provimento ao recurso adesivo e deu provimento ao apelo, e o Des. Fed. Marcello de Souza Granado, que a acompanhou.

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2017
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0015880-09.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.015880-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 03/12/2015 11:37
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APELADO: ANTONIO CARLOS DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015880-09.2013.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CONTRATO. BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. REQUISITOS LEGAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MORA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O cerne da controvérsia gira em torno de ação de busca e apreensão de veículo proposta pela CEF, em razão de inadimplemento pelo réu da obrigação de pagamento assumida em Contrato de Financiamento de Veículo, cabendo avaliar se estão presentes os requisitos autorizadores do pedido, nos termos do Decreto-Lei nº 911/1969.

2. A fim de obter a busca e apreensão do bem, na forma do Decreto Lei nº 911/60, há necessidade da comprovação da mora do devedor, por carta registrada expedida por Cartório de Títulos e Documentos ou através de protesto do título, a critério do credor.

3. Caso em que não restou comprovada a efetiva intimação, não estando cumpridos os requisitos necessários para a comprovação da mora.

4. A sentença proferida reconheceu a improcedência do pedido do autor, quando, pela ausência de condição específica e procedibilidade da ação de busca e apreensão, seria devida a extinção do processo, sem apreciação do mérito, merecendo acolhimento da alegação nesse aspecto.

5. Apelação conhecida e parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0013187-18.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013187-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2016 16:52
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: MARIA DO CARVALHO DOS SANTOS
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AUTOR: ALTAMIRO FREITAS DOS SANTOS
AUTOR: CACILDA FREITAS DOS SANTOS
AUTOR: CACILDA FREITAS DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
Originário: 0013187-18.2014.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO NA DEFESA DE SERVIDORES EXPRESSAMENTE NOMINADOS. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA NÃO COMPROVADA.ILEGITIMIDADE.

1. Trata-se de apelação cível interposta contra sentença proferida na execução individual de sentença coletiva proposta em face da União Federal objetivando o pagamento de verbas atrasadas de março de 1992 até dezembro de 1993, referentes ao benefício de pensão militar.

2. É incontroverso que a parte apelante não autorizou expressamente a associação a ingressar com a ação coletiva, não constando em rol de associados representados.

3. A representação dos filiados pelas associações tem previsão no art. 5º, inciso XXI, da Constituição Federal, que confere a elas legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente seus filiados. O legislador foi explícito ao exigir mais do que a previsão de defesa dos interesses dos filiados no estatuto, sendo necessária a autorização expressa para representar os integrantes da categoria profissional (STF, RE nº 573.232/SC, julg. em 14/05/2014).

4. O reconhecimento da falta da legitimidade para a causa implica a extinção do processo sem exame de mérito, conforme artigo 485, VI, do NCPC/15. A exequente ora apelante não possui legitimidade para a execução do julgado, uma vez que não comprova autorização expressa da pensionista para a propositura da ação coletiva pela associação.

5. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0103154-74.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.103154-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/08/2015 09:31
Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: NOEMY PADILHA DE MACEDO DAVID
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0103154-74.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. OPÇÃO PELA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA INSTITUÍDA PELA LEI N.º 12.277/10. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 4.º DO DECRETO N.º 20.910/32. CARGO DE QUÍMICO. EQUIPARAÇÃO COM ENGENHEIRO, ARQUITETO, ECONOMISTA, ESTATÍSTICO E GEÓLOGO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O cerne da controvérsia ora posta a deslinde cinge-se em verificar o termo inicial do prazo prescricional para a autora optar pela estrutura remuneratória especial dos cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, instituída pela Lei n.º 12.277/2010, em razão de alegada isonomia que, no seu entendimento, deve prevalecer, em razão de, não obstante ocupante do cargo de "Químico", ter formação acadêmica no curso de "Engenheira Química".

2. A apresentação de requerimento administrativo tem o condão de suspender a fluência do prazo prescricional enquanto a Administração estiver analisando o pedido, consoante preceitua o art. 4.° do Decreto n.º 20.910/1932.

3. A pretensão autoral não se encontra fulminada pela prescrição, haja vista que a demandante formulou requerimento na seara administrativa, tendo o lustro prescricional permanecido suspenso até 19.10.2011, data em a demandante tomou ciência da decisão denegatória do seu requerimento administrativo, ao passo que a presente demanda foi proposta em 30.01.2014, antes, portanto, de consumado o prazo prescricional estabelecido no art. 1.º do Decreto n.º 20.910/32.

4. A Lei n.º 11.357, de 19/10/2006, a qual dispôs sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, determinou que o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE seria composto por cargos efetivos de nível superior, intermediário e auxiliar não integrantes de Carreiras específicas, Planos Especiais de Cargos ou Planos de Carreiras instituídos por leis específicas e voltados ao exercício de atividades técnicas, técnico-administrativas e de suporte no âmbito dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional. (art. 1.º, com a redação dada pela Lei n.º 11.490, de 2007).

5. A estrutura especial remuneratória instituída pela Lei n.º 12.277/2010 abrange apenas os cargos de provimento efetivo expressamente elencados em seu Anexo XII, não abarcando os servidores que, embora possuam formação específica, não ocupem o cargo efetivo correspondente.

6. É perfeitamente possível ao legislador estabelecer leis específicas com diferenças de remuneração, sem que se verifique violação ao princípio da isonomia, ao art. 5.º e ao art. 7.º, XXXII, ambos da Constituição da República.

7. A Lei n.º 12.277/2010, ao estabelecer nova estrutura remuneratória para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto e Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes de diversas carreiras, vai ao encontro do estatuído no art. 39, § 1.º, da Constituição Federal e no art. 40, § 4.º, da Lei n.º 8.112/1990.

8. Apelação conhecida e parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0104593-23.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.104593-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095792-0
Distribuição por Prevenção - 04/07/2016 16:51
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: RAPHAEL DA LAPA CONCEIÇÃO
REPRESENTANTE: ZILDA DA LAPA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0104593-23.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATRÍCULA EM UNIVERSIDADE. AUSÊNCIA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. MENOR DE 18 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIOS INEXISTENTES. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por unanimidade, conheceu e negou provimento à apelação interposta pelo ora embargante, mantendo a sentença de primeiro grau. A lide trata da possibilidade de o autor se matricular no curso superior de Enfermagem, a despeito de ser menor de idade e não ter concluído o ensino médio.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão ou obscuridade, no seu entendimento de que, por não lograr comprovar já ter concluído o ensino médio e, ainda, por não ter 18 anos completos, o ora embargante, embora tenha obtido aprovação no ENEM 2013, não preencheu os requisitos para efetivação de matrícula no ensino superior.

3. Resta claro o inconformismo do embargante com o deslinde da demanda, eis que, da leitura do voto embargado, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese por ele sustentada. Logo, forçoso reconhecer sua pretensão em rediscutir a matéria.

4. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, eis que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

5. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a parte embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

6. Impende salientar que, conforme o artigo 1.025 do CPC/2015, para fins de prequestionamento, é prescindível a indicação ostensiva da matéria que se pretende seja prequestionada, sendo suficiente que esta tenha sido apenas suscitada nos embargos de declaração, mesmo que estes sejam inadmitidos ou rejeitados.

7. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0015633-57.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.015633-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.104440-6

Distribuição-Sorteio Automático - 13/11/2015 19:31
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: RODRIGO CRUZ MONTENEGRO
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0015633-57.2015.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. MULTA. NEGATIVA DE COBERTURA CONTRATUAL. ALEGAÇÃO DE CIRURGIA ELETIVA PARA FINS ESTÉTICOS. COMPROVAÇÃO. ÔNUS DA OPERADORA. EXCLUSÃO DA COBERTURA. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. OMISSÃO INEXISTENTE. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por unanimidade, negou provimento à apelação interposta pela ora embargante, confirmando a sentença de primeiro grau. A lide trata de controvérsia em torno da aplicação de penalidade pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a operadora de plano de saúde em razão de sua recusa em cobrir tratamento médico de consumidor.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão, no seu entendimento de que, da análise do processo administrativo, extrai-se que não houve paralisação de seu trâmite por lapso superior a três anos.

3. Resta claro o inconformismo da parte embargante com o deslinde da demanda, eis que, da leitura do voto embargado, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese por ela sustentada. Logo, forçoso reconhecer sua pretensão em rediscutir a matéria.

4. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, eis que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

5. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a parte embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

6. Impende salientar que, conforme o artigo 1.025 do CPC/2015, para fins de prequestionamento, é prescindível a indicação ostensiva da matéria que se pretende seja prequestionada, sendo suficiente que esta tenha sido apenas suscitada nos embargos de declaração, mesmo que estes sejam inadmitidos ou rejeitados.

7. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0037652-57.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.037652-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095859-5
Distribuição-Sorteio Automático - 16/06/2016 14:13
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: ELANE CRISTINA DA CONCEICAO SANTOS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0037652-57.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSIONISTA DE POLICIAL MILTAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EQUIPARAÇÃO AOS AUTUAIS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LIMITAÇÕES. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO INEXISTENTES. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA DEMANDA. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por maioria, negou provimento à apelação interposta pela ora embargante, mantendo integralmente a sentença de primeiro grau. A lide trata do pagamento, à pensionista de policial militar do antigo Distrito Federal, da Gratificação por Risco de Vida (GRV), concedida aos atuais policiais militares do Distrito Federal.

2. Verifica-se da leitura do voto condutor que a questão foi apreciada de maneira clara e coesa, sem sombra de omissão, restando consignado que, ¿da simples leitura do dispositivo legal acima mencionado, constata-se que a Lei n.º 10.486/02 não confere isonomia entre os militares do Distrito Federal e os do antigo Distrito Federal, haja vista que, de forma clara, estabeleceu que os Policiais Militares e Bombeiros do antigo Distrito Federal têm direito às vantagens nos termos nela instituídos. Contudo, isso não implica dizer que passaram a fazer parte do mesmo regime jurídico aplicável aos policiais e bombeiros militares do atual Distrito Federal, com direito eterno ao recebimento das mesmas gratificações destinadas a estes¿.

3. De forma alguma pretendeu o legislador estender toda e qualquer vantagem aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, mas somente aquelas expressamente previstas no aludido diploma legal, visto que, nos termos da Súmula n.º 339 do STF, por analogia, ¿Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia¿.

4. Em momento algum o voto embargado restou contraditório, tendo em vista que a contradição, em matéria de embargos declaratórios, é aquela existente dentro do próprio acórdão embargado, entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, o que não se deu no presente caso.

5. Resta claro o inconformismo da embargante com a confirmação da sentença recorrida, isto porque, da leitura do acórdão, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese por ela sustentada. No entanto, o entendimento utilizado para solução do litígio não torna a decisão eivada de quaisquer vícios que autorizariam a interposição dos embargos.

6. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, portanto, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

7. Embargos conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0045457-61.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.045457-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.083859-0
Distribuição-Sorteio Automático - 02/06/2016 17:03
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: DIOPRETE BENEDICTO PENNA
APELANTE: FLORIVAL ELIAS DE OLIVEIRA
APELANTE: NILSON BATISTA BEZERRA
APELANTE: JOSE MARIA DA SILVA
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0045457-61.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RETIFICAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EX-FERROVIÁRIO. VALEC. LEI N.º 8.186/1991. PARÂMETRO PARA A COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA. REMUNERAÇÃO DO CARGO CORRESPONDENTE AO DO PESSOAL EM ATIVIDADE NA RFFSA. PASSIVO TRABALHISTA. PAGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS EM CONTRÁRIO. ART. 373, INCISO I, DO CPC/15. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.

1. Cuida-se de embargos de declaração interpostos contra acórdão que, por unanimidade, conheceu, porém negou provimento à apelação interposta pelos mesmos, confirmando sentença ao estabelecer que ¿o valor da complementação deve ser igual para aposentados da própria RFFSA e de suas subsidiárias (CBTU, Trensurb, etc.) que se encontrem em situação idêntica (mesmo nível funcional)¿, independentemente de desdobramentos funcionais posteriores e que restou comprovado ¿que todos os índices fixados em dissídios coletivos foram implementados na tabela salarial da extinta RFFSA, em igualdade nominal com o índice de reajuste dos empregados ativos da empresa VALEC¿.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de contradição, no seu entendimento de que a Lei 11.483/2007 estabeleceu expressamente em seu artigo 118, §1.°, que a paridade de remuneração das aposentadorias complementadas pela Lei 8.186/91 tem como referência os valores previstos no plano de cargos de salários da extinta RFFSA e que todos os índices fixados em dissídios coletivos incidiriam sobre a tabela salarial da extinta RFFSA, em igualdade nominal com o índice de reajuste dos empregados ativos da empresa VALEC, como fora legalmente estabelecido, competindo aos embargantes demonstrar, de modo inequívoco, que seus proventos estão sendo pagos em desacordo com a legislação, o que não ocorreu.

3. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a parte embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

4. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, eis que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/15, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

5. Embargos de declaração conhecidos, porém improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0083679-95.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.083679-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.107450-0
Distribuição-Sorteio Automático - 05/04/2016 15:07
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: ROSANGELA SANTANA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0083679-95.2015.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSIONISTA DE POLICIAL MILTAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EQUIPARAÇÃO AOS ATUAIS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LIMITAÇÕES. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO INEXISTENTES. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA DEMANDA. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por maioria, negou provimento à apelação interposta pela ora embargante, mantendo integralmente a sentença de primeiro grau. A lide trata do pagamento, à pensionista de policial militar do antigo Distrito Federal, da Gratificação de Condição Especial de Função Militar (GCEF) e da Gratificação por Risco de Vida (GRV), concedidas aos atuais policiais militares do Distrito Federal.

2. Verifica-se da leitura do voto condutor que a questão foi apreciada de maneira clara e coesa, sem sombra de omissão, restando consignado que, ¿da simples leitura do dispositivo legal acima mencionado, constata-se que a Lei n.º 10.486/02 não confere isonomia entre os militares do Distrito Federal e os do antigo Distrito Federal, haja vista que, de forma clara, estabeleceu que os Policiais Militares e Bombeiros do antigo Distrito Federal têm direito às vantagens nos termos nela instituídos. Contudo, isso não implica dizer que passaram a fazer parte do mesmo regime jurídico aplicável aos policiais e bombeiros militares do atual Distrito Federal, com direito eterno ao recebimento das mesmas gratificações destinadas a estes¿.

3. De forma alguma pretendeu o legislador estender toda e qualquer vantagem aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, mas somente aquelas expressamente previstas no aludido diploma legal, visto que, nos termos da Súmula n.º 339 do STF, por analogia, ¿Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia¿.

4. Em momento algum o voto embargado restou contraditório, tendo em vista que a contradição, em matéria de embargos declaratórios, é aquela existente dentro do próprio acórdão embargado, entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, o que não se deu no presente caso.

5. Resta claro o inconformismo da embargante com a confirmação da sentença recorrida, isto porque, da leitura do acórdão, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese por ela sustentada. No entanto, o entendimento utilizado para solução do litígio não torna a decisão eivada de quaisquer vícios que autorizariam a interposição dos embargos.

6. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, portanto, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

7. Embargos conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0127329-98.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.127329-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095689-4
Distribuição-Sorteio Automático - 31/05/2016 18:14
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: CARLA CHRISTINA BARBI DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0127329-98.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENSIONISTA DE POLICIAL MILTAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EQUIPARAÇÃO AOS AUTUAIS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. LIMITAÇÕES. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO INEXISTENTES. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA DEMANDA. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por maioria, negou provimento à apelação interposta pela ora embargante, mantendo integralmente a sentença de primeiro grau. A lide trata do pagamento, à pensionista de policial militar do antigo Distrito Federal, da Gratificação de Condição Especial de Função Militar (GCEF) e da Gratificação por Risco de Vida (GRV), concedidas aos atuais policiais militares do Distrito Federal.

2. Verifica-se da leitura do voto condutor que a questão foi apreciada de maneira clara e coesa, restando consignado que, ¿da simples leitura do dispositivo legal acima mencionado, constata-se que a Lei n.º 10.486/02 não confere isonomia entre os militares do Distrito Federal e os do antigo Distrito Federal, haja vista que, de forma clara, estabeleceu que os Policiais Militares e Bombeiros do antigo Distrito Federal têm direito às vantagens nos termos nela instituídos. Contudo, isso não implica dizer que passaram a fazer parte do mesmo regime jurídico aplicável aos policiais e bombeiros militares do atual Distrito Federal, com direito eterno ao recebimento das mesmas gratificações destinadas a estes.¿

3. De forma alguma pretendeu o legislador estender toda e qualquer vantagem aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, mas somente aquelas expressamente previstas no aludido diploma legal, visto que, nos termos da Súmula n.º 339 do STF, por analogia, ¿Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia¿.

4. Em momento algum o voto embargado restou contraditório, tendo em vista que a contradição, em matéria de embargos declaratórios, é aquela existente dentro do próprio acórdão embargado, entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, o que não se deu no presente caso.

5. Resta claro o inconformismo da embargante com a confirmação da sentença recorrida, isto porque, da leitura do acórdão, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese por ela sustentada. No entanto, o entendimento utilizado para solução do litígio não torna a decisão eivada de quaisquer vícios que autorizariam a interposição dos embargos.

6. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, portanto, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

7. Embargos conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0158540-55.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.158540-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 16:52
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: SERGIO PINTO MANCANO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0158540-55.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADES. OAB. DILIGÊNCIA PARA CITAÇÃO DO DEVEDOR INEXITOSA. INÉRCIA DA AUTORA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Cuida-se de apelação cível impugnando sentença que, nos autos de ação de execução de título executivo extrajudicial, objetivando a cobrança da quantia de R$ 5.205,01 (cinco mil, duzentos e cinco reais

e um centavo), julgou extinto o processo, sem a resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC/15, eis que, não obstante devidamente intimada, a exequente deixou de fornecer novo endereço do executado para fins de citação. Não houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante a ausência de angularização da relação processual.

2. Incumbe à autora o ônus de diligenciar no sentido de obter informações sobre a localização do devedor e, no caso de estar em local incerto, pedir providência apta a tornar possível o andamento do feito. Diante disso, conferida chance, não aproveitada, correta a providência da magistrada a quo, ao proferir sentença, julgando extinto o processo. A hipótese é de falta de pressuposto ao prosseguimento do feito, uma vez que a qualificação do réu, com endereço correto, é requisito da peça inicial, a teor do estatuído nos arts. 771 e 319, inciso II, c/c 485, inciso I e 321, parágrafo único, todos do NCPC/15.

3. É desnecessária a intimação pessoal da parte em caso de imperativa emenda da petição inicial, como assinala o Superior Tribunal de Justiça (RESP 802.055/DF, 1ª Turma, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 213; AgRg nos Edcl na AC 3.196/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJU 29.06.05; RESP 204.759/RJ, rel. Min. Peçanha Martins, 2ª Turma, DJU 03.11.03; RESP 703.998/RJ, rel. Min. Luiz Fux, DJU 24.10.05; RESP 676.642/RS, rel. P/ac Min. Menezes Direito, 3ª Turma, DJU 20.06.06, p. 334).

4. Não basta o sujeito possuir a condição de titular de um direito para que o seu interesse de agir esteja plenamente caracterizado, pois de nada adianta ter a pretensão se o interessado não age no sentido de exercê-la. Logo, o interesse processual reside também na atuação da parte no processo, que deve promover os atos que lhe competem e que são necessários à comprovação do seu direito.

5. Destaque-se, outrossim, não haverá óbice para o ajuizamento de nova ação em caso de obtenção de informação sobre a localização de bens do devedor.

6. Apelação conhecida, porém improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0158594-21.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.158594-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 16:47
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: EDUARDO MARIZ CORREA DA COSTA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0158594-21.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADES. OAB. DILIGÊNCIA PARA CITAÇÃO DO DEVEDOR INEXITOSA. INÉRCIA DA AUTORA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Cuida-se de apelação cível impugnando sentença que, nos autos de ação de execução de título executivo extrajudicial, objetivando a cobrança da quantia de R$ 5.205,01 (cinco mil, duzentos e cinco reais e um centavo), julgou extinto o processo, sem a resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC/15, eis que, não obstante devidamente intimada, a exequente deixou de fornecer novo endereço do executado para fins de citação. Não houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante a ausência de angularização da relação processual.

2. Incumbe à autora o ônus de diligenciar no sentido de obter informações sobre a localização do devedor e, no caso de estar em local incerto, pedir providência apta a tornar possível o andamento do feito. Diante disso, conferida chance, não aproveitada, correta a providência da magistrada a quo, ao proferir sentença, julgando extinto o processo. A hipótese é de falta de pressuposto ao prosseguimento do feito, uma vez que a qualificação do réu, com endereço correto, é requisito da peça inicial, a teor do estatuído nos arts. 771 e 319, inciso II, c/c 485, inciso I e 321, parágrafo único, todos do NCPC/15.

3. É desnecessária a intimação pessoal da parte em caso de imperativa emenda da petição inicial, como assinala o Superior Tribunal de Justiça (RESP 802.055/DF, 1ª Turma, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 213; AgRg nos Edcl na AC 3.196/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJU 29.06.05; RESP 204.759/RJ, rel. Min. Peçanha Martins, 2ª Turma, DJU 03.11.03; RESP 703.998/RJ, rel. Min. Luiz Fux, DJU 24.10.05; RESP 676.642/RS, rel. P/ac Min. Menezes Direito, 3ª Turma, DJU 20.06.06, p. 334).

4. Não basta o sujeito possuir a condição de titular de um direito para que o seu interesse de agir esteja plenamente caracterizado, pois de nada adianta ter a pretensão se o interessado não age no sentido de exercê-la. Logo, o interesse processual reside também na atuação da parte no processo, que deve promover os atos que lhe competem e que são necessários à comprovação do seu direito.

5. Destaque-se, outrossim, não haverá óbice para o ajuizamento de nova ação em caso de obtenção de informação sobre a localização de bens do devedor.

6. Apelação conhecida, porém improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0159066-22.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.159066-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 16:46
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: JENIFER MOTA NATALINO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0159066-22.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADES. OAB. DILIGÊNCIA PARA CITAÇÃO DO DEVEDOR INEXITOSA. INÉRCIA DA AUTORA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Cuida-se de apelação cível impugnando sentença que, nos autos de ação de execução de título executivo extrajudicial, objetivando a cobrança da quantia de R$ 5.205,01 (cinco mil, duzentos e cinco reais e um centavo), julgou extinto o processo, sem a resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC/15, eis que, não obstante devidamente intimada, a exequente deixou de fornecer novo endereço da executada para fins de citação. Não houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante a ausência de angularização da relação processual.

2. Incumbe à autora o ônus de diligenciar no sentido de obter informações sobre a localização do devedor e, no caso de estar em local incerto, pedir providência apta a tornar possível o andamento do feito. Diante disso, conferida chance, não aproveitada, correta a providência da magistrada a quo, ao proferir sentença, julgando extinto o processo. A hipótese é de falta de pressuposto ao prosseguimento do feito, uma vez que a qualificação do réu, com endereço correto, é requisito da peça inicial, a teor do estatuído nos arts. 771 e 319, inciso II, c/c 485, inciso I e 321, parágrafo único, todos do NCPC/15.

3. É desnecessária a intimação pessoal da parte em caso de imperativa emenda da petição inicial, como assinala o Superior Tribunal de Justiça (RESP 802.055/DF, 1ª Turma, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 213; AgRg nos Edcl na AC 3.196/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJU 29.06.05; RESP 204.759/RJ, rel. Min. Peçanha Martins, 2ª Turma, DJU 03.11.03; RESP 703.998/RJ, rel. Min. Luiz Fux, DJU 24.10.05; RESP 676.642/RS, rel. P/ac Min. Menezes Direito, 3ª Turma, DJU 20.06.06, p. 334).

4. Não basta o sujeito possuir a condição de titular de um direito para que o seu interesse de agir esteja plenamente caracterizado, pois de nada adianta ter a pretensão se o interessado não age no sentido de exercê-la. Logo, o interesse processual reside também na atuação da parte no processo, que deve promover os atos que lhe competem e que são necessários à comprovação do seu direito.

5. Destaque-se, outrossim, não haverá óbice para o ajuizamento de nova ação em caso de obtenção de informação sobre a localização de bens do devedor.

6. Apelação conhecida, porém improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0160144-51.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.160144-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/02/2017 11:53
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: CLAUDIA RIBAS DE QUEIROZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0160144-51.2015.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADES. OAB. DILIGÊNCIA PARA CITAÇÃO DO DEVEDOR INEXITOSA. INÉRCIA DA AUTORA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Cuida-se de apelação cível impugnando sentença que, nos autos de ação de execução de título executivo extrajudicial, objetivando a cobrança da quantia de R$ 4.198,38 (quatro mil, cento e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), julgou extinto o processo, sem a resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso III, do NCPC/15, eis que, não obstante devidamente intimada, a exequente deixou de fornecer novo endereço da executada para fins de citação. Não houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante a ausência de angularização da relação processual.

2. Incumbe à autora o ônus de diligenciar no sentido de obter informações sobre a localização do devedor e, no caso de estar em local incerto, pedir providência apta a tornar possível o andamento do feito. Diante disso, conferida chance, não aproveitada, correta a providência da magistrada a quo, ao proferir sentença, julgando extinto o processo. A hipótese é de abandono da causa, pois a apelante não promoveu a diligência que lhe foi incumbida, a teor do estatuído no art. 485, inciso III, do NCPC/15.

3. É desnecessária a intimação pessoal da parte em caso de imperativa emenda da petição inicial, como assinala o Superior Tribunal de Justiça (RESP 802.055/DF, 1ª Turma, rel. Min. Teori Zavascki, DJU 20.03.06, p. 213; AgRg nos Edcl na AC 3.196/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, DJU 29.06.05; RESP 204.759/RJ, rel. Min. Peçanha Martins, 2ª Turma, DJU 03.11.03; RESP 703.998/RJ, rel. Min. Luiz Fux, DJU 24.10.05; RESP 676.642/RS, rel. P/ac Min. Menezes Direito, 3ª Turma, DJU 20.06.06, p. 334).

4. Não basta o sujeito possuir a condição de titular de um direito para que o seu interesse de agir esteja plenamente caracterizado, pois de nada adianta ter a pretensão se o interessado não age no sentido de exercê-la. Logo, o interesse processual reside também na atuação da parte no processo, que deve promover os atos que lhe competem e que são necessários à comprovação do seu direito.

5. Destaque-se, outrossim, não haverá óbice para o ajuizamento de nova ação em caso de obtenção de informação sobre a localização de bens do devedor.

6. Apelação conhecida, porém improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento à apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0027360-76.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.027360-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2016 12:38
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: ERICA LEMOS CAMPOS
ADVOGADO: ERIKA LUIZA ALMEIDA RIBEIRO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
Originário: 0027360-76.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. DESCUMPRIMENTO. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. RECURSO IMPROVIDO.

1. A questão em debate no presente feito cinge-se aferir se é devida a responsabilidade da CEF pelo pagamento de reparação por danos morais, decorente do descumprimento de rescisão contratual de financiamento de imóvel e seus desdobramentos.

2. Não se verifica da conduta da CEF ofensa moral alguma à parte autora, posto que não houve descrição de infortúnios que evidenciem o suposto dano moral sofrido.

3. A descrição fática do caso não é capaz de ensejar nenhum sentimento de angústia, de trauma, de abalo, de tormento, de sofrimento psíquico a ponto de poder-se falar em ¿dano moral¿. Improcedência do pedido de reparação por danos morais que se mantém.

4. Apelação conhecida e improvida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0061333-22.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.061333-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.103958-5
Distribuição-Sorteio Automático - 08/09/2016 14:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APELADO: JORGE ALBERTO SOARES NETO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0061333-22.2016.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE CRÉDITO DIRETO. INADIMPLÊNCIA. DILIGÊNCIA PARA CITAÇÃO DO DEVEDOR INEXITOSA. INÉRCIA DA AUTORA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, I, DO CPC/15. OMISSÃO INEXISTENTE. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos pela Caixa Econômica Federal - CEF contra o v. acórdão que, por unanimidade, conheceu, porém negou provimento à apelação por ela interposta, confirmando sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito, devido ao não cumprimento das diligências necessárias para localização do réu, por parte da autora, com vistas à satisfação de sua pretensão, qual seja, a cobrança da quantia de R$ 65.455,57 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), alusiva à inadimplência do Contrato de Crédito Direto Caixa (CDC).

2. O fato de o voto não fazer menção expressa ao dispositivo legal apontado não torna o acórdão omisso. Não é necessário ao julgador referir-se a todos os dispositivos legais citados pela parte, ou a obrigatória menção dos dispositivos legais em que fundamenta a decisão, desde que enfrente as questões jurídicas propostas e embase, devidamente, seu convencimento, como se deu na espécie.

3. Forçoso reconhecer a pretensão da parte embargante em rediscutir a matéria. Resta claro o seu inconformismo com o deslinde da demanda, eis que, da leitura do voto embargado, se depreende que toda a matéria questionada foi expressamente tratada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese sustentada pela parte embargante.

4. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a parte embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

5. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, eis que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/15, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

6. Embargos de declaração conhecidos, porém improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

14 - 0076189-88.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.076189-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/10/2016 16:25
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: RADAN CONSULTORIA - ME
ADVOGADO: RAFAEL LIMA PIRES
Originário: 0076189-88.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ASSESSORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL NAS ÁREAS ECONÔMICA E FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO DA EMPRESA À FISCALIZAÇÃO DO CRA - PROVIMENTO

1. Trata-se de apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedente o pleito autoral, objetivando que fosse declarada a inexistência de relação jurídica entre a sociedade e o referido conselho profissional, reconhecendo-se que a parte autora não tem obrigação ou necessidade de se registrar no CRA.

2. Em que pese o poder de polícia de que são dotados os conselhos regionais de fiscalização profissional, e ainda que as atividades secundárias descritas no CNPJ da empresa envolvam alguma atividade administrativa, não há que se considerar obrigatória sua submissão à fiscalização do CRA, visto que a atividade preponderante da referida sociedade não configura atividade privativa de Administração, mas de assessoria em gestão empresarial nas áreas econômica e financeira.

3. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0092261-53.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.092261-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2016 17:04
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CARTEIRA HIPOTECARIA E IMOBILIARIA DO CLUBE NAVAL
ADVOGADO: PAULO CESAR MAIA PRZEWODOWSKI
ADVOGADO: RICARDO MENEZES AMARAL DE BARROS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
Originário: 0092261-53.2016.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. FCVS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEI Nº 8.004/90. QUITAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1 O cerne da controvérsia gira em torno da quitação contratual referente a financiamento de imóvel pela cobertura do saldo devedor residual pelo FCVS, perquirindo se houve a prescrição do direito.

2 Em se tratando de ação pessoal deve ser aplicado o prazo prescricional de 10 (dez anos), previsto no art. 205 do CC, não estando caracterizada a prescrição do direito invocado nestes autos.

3. Quando editada a Lei n.º 8.004, de 14/03/90, não havia restrição para utilização do FCVS a um único financiamento (art. 5º, § 1º), o que somente ocorreu com as alterações promovidas pela Lei n.º 8.100, de 05/12/90.

4. Restando superado o único motivo pelo qual a CEF negou a cobertura do financiamento pelo FCVS, mister se faz a concessão da procedência do pedido inicial de modo a reconhecer a quitação do contrato de financiamento.

6. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao apelo da CEF, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0092625-71.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.092625-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/02/2017 12:27
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CARLOS ALBERTO DE LIMA
ADVOGADO: NARCIZA MARIA SANTOS RAMOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0092625-71.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REPOSICIONAMENTO EM ATÉ 12 (DOZE) REFERÊNCIAS. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA. MÉRITO DO PEDIDO. CAUSA QUE NÃO SE ENCONTRA MADURA PARA JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Cuida-se de apelação cível impugnando sentença que, nos autos de ação de conhecimento, sob o rito comum, em que o autor objetiva a condenação da ré a (i) proceder à sua inclusão no Plano de Classificação de Cargos disciplinado pelas Leis n.ºs 5.465/1970 e 6.550/78; (ii) pagar as progressões funcionais que não foram concedidas ao longo do tempo, bem assim as doze referências que foram atribuídas a servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC), com efeitos retroativos a 1.º.07.1991; e (iii) indenizá-lo pelo dano moral sofrido, julgou extinto o processo, sem o exame do mérito, com esteio no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), por reputar a ausência de interesse de agir, uma vez que o autor não comprovou o prévio requerimento administrativo.

2. Com espeque no princípio da inafastabilidade da jurisdição, a ausência de requerimento administrativo não constitui empecilho para se ajuizar a ação correspondente, não havendo, pois, que se falar em falta de interesse de agir na hipótese em testilha. A presença das condições da ação, dentre as quais o interesse de agir (em que enquadrada a pretensão resistida), deve ser apreciada não com aprofundamento na matéria de mérito e probatória, mas, simplesmente, à luz da narrativa feita na inicial, de acordo com a teoria da asserção, acolhida, no ordenamento brasileiro, em detrimento da teoria concretista da ação.

3. Não estando a causa madura para seu desfecho, descabida a submissão do feito a imediato julgamento, com fulcroo no art. 1.013, § 3.º, do CPC/15.

4. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0095418-74.2016.4.02.5120 Número antigo: 2016.51.20.095418-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/10/2016 12:13
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: JESSICA DE ABREU CONCEIÇÃO
ADVOGADO: ANA CRISTINA GONCALVES ADERALDO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO
APELADO: CRISTIANE HERMIDA ALVIM
APELADO: RODOLFO ALVIM FERREIRA
APELADO: BRUNO HERMIDA ALVIM FERREIRA
APELADO: LAERTE CARVALHO DOS SANTOS
APELADO: CATIA REGINA MELO DA COSTA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0095418-74.2016.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA
APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE VERSA SOBRE EXCLUSÃO DE LITISCONSORTE. INADEQUAÇÃO DO APELO. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015, VII, DO CPC-15. ERRO GROSSEIRO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Apelação cível interposta contra decisão interlocutória prolatada no bojo de "ação de obrigação de fazer c/c indenizatória", ajuizada em face da CEF e outros, na qual o juízo a quo indeferiu a petição inicial com relação à CEF, extinguindo o processo sem julgamento de mérito em relação à mesma, e declarou a incompetencia absoluta daquele Juízo Federal para processar e julgar o presente feito e declinou da competencia em favor de uma das Varas Estaduais da Comarca de Nova Iguaçu.

2. No caso em apreço, a decisão impugnada não pôs fim ao processo, limitando-se a indefirir a petição inicial e declarar extinto, sem resolução do mérito, o processo apenas relativamente à CEF, mas seguindo o curso do processo em face dos outros réus. A decisão vergastada não extinguiu a relação jurídico-processual em sua totalidade, somente pôs fim à relação jurídico-processual entre a autora, ora apelante, e a CEF, ora a ré excluída, guardando, portanto, natureza de decisão interlocutória.

3. A exclusão de litisconsorte foi prevista expressamente, na nova sistemática regente do recurso, como uma das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, conforme inciso o VII do artigo 1.015 do Código de Processo Civil de 2015. Resta evidenciada a incorrência da apelante em erro grosseiro, eis que, diante do claro comando legal, não haveria se falar em dúvida objetiva sobre qual seria o recurso cabível. Mesmo antes da vigência do CPC-15, não havia dissídio jurisprudencial ou doutrinário a lastrear eventual dúvida objetiva acerca do tema. Inaplicável o princípio da fungibilidade recursal. Precedentes do STJ e do TRF2, inclsuive desta Sexta Turma Especializada.

4. Apelação não conhecida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer a apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0103193-03.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.103193-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 16:47
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: NEUSA FRANCO PIRES OROFINO
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0103193-03.2016.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO - ILEGITIMIDADE ATIVA PARA A EXECUÇÃO - SENTENÇA DE ACORDO COM O NOVO ENTENDIMENTO DO STF - REPERCUSSÃO GERAL - IMPROVIMENTO

1. Trata-se de apelação cível interposta contra a sentença que julgou extinta a execução individual de sentença proferida nos autos de mandado de segurança impetrado pela Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro - AME/RJ, reconhecendo a ilegitimidade da autora para a execução do título judicial.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 573.232/SC, na forma do art. 543-C do CPC/73, firmou o entendimento de que "as balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial" (RE 573232, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Rel. p/ Acórdão Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, STF, REPERCUSSÃO GERAL, 19/09/2014).

3. O caso dos autos é semelhante àquele levado a julgamento perante a Corte Suprema, uma vez que a AME/RJ instruiu o mandado de segurança impetrado com a relação dos servidores e/ou pensionistas que seriam beneficiários do direito questionado.

4. A sentença e o acórdão proferidos nos autos do mandado de segurança reconheceram expressamente à legitimidade ativa da AME/RJ para a impetração do mandamus como substituto processual de seus afiliados relacionados na petição inicial, dentre os quais não consta o nome da autora.

5. A discussão retomada por força do recurso especial interposto pela União Federal limitou-se à questão de mérito, sendo reconhecido em sede de embargos infringentes, de forma genérica, o direito dos militares do antigo Distrito Federal ao recebimento da VPE, instituída pelo art. 1º da Lei nº 11.234/2005, o que não se mostra suficiente para afastadar, da hipótese dos autos, a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

6. Apelação conhecida e improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes os acima indicados, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

30 - 0014734-30.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.014734-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/01/2015 17:28

Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

APELANTE: RICARDO SEIDL DA FONSECA

ADVOGADO: JOSE ALBERTO KEDE

ADVOGADO: MARLUCIA DA SILVA LOURENCO DE MELO

APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0014734-30.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO POR ABANDONO DE CARGO. SERVIDOR PÚBLICO CEDIDO A INSTITUIÇÃO OUTRA. CONHECIMENTO E AUTORIZAÇÃO DA AUTARQUIA EMPREGADORA. NÃO COMPROVAÇÃO DO ANIMUS DE ABANDONAR O CARGO. DEMISSÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CIVIL. EXSURGÊNCIA DE DANOS MORAIS. IMPROVIMENTO.

1. Remessa necessária e apelação interposta contra sentença que reconheceu a não ocorrência de abandono de cargo, por parte do apelante, mas, no entanto, julgou improcedente o pedido de condenação da apelada à indenização por danos morais.

2. Havendo o conhecimento (pela publicação do ato no Diário Oficial) e anuência (na pessoa do reitor), por parte da UFRJ, da cessão do apelante a outro órgão, não poderia a instituição de ensino, anos depois, proceder à demissão do apelante, por abandono de cargo. Da mesma forma, não restou comprovado o animus do apelante em abandonar o cargo, ao que, conforme a jurisprudência, se desnatura a figura do abandono de cargo.

3. Diante da ilicitude do ato da autarquia federal e do abalo psicológico e social causado ao apelante, resta configurado o dano moral, sendo o mesmo passível de reparação pela ofensora. Tendo em vista as circunstâncias do caso e a extensão do dano, as condições sócio-econômicas do apelante e a capacidade econômica da apelada (ora universidade federal que conta com grande orçamento), precedentes deste Tribunal em casos semelhantes, e levando-se em especial conta o fato de que o apelante continuou recebendo seus vencimentos através das instituições às quais se encontrava cedido, considero razoável fixar-se o quantum indenizatório em R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4. Remessa conhecida e improvida. Apelação conhecida e provida. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à remessa necessária e conhecer e dar provimento apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Desembargador Federal Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0015905-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.015905-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.088546-6
Distribuição-Sorteio Automático - 07/07/2016 15:05
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: LINDALVA FERREIRA DA SILVA PESSANHA
REPRESENTANTE: KATIA FERREIRA DA SILVA PESSANHA
ADVOGADO: JOSE CARLOS PAIVA FERNANDES
ADVOGADO: MONICA LOJA DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0015905-85.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA AUSÊNCIA DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA E DA INVALIDEZ. IMPROVIMENTO.
1. O recurso de embargos de declaração é cabível quando verificada a ocorrência, na decisão impugnada, de qualquer dos vícios constantes dos incisos I e II, do artigo 535, do CPC/73 (obscuridade, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material), ou quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal, não sendo este recurso meio hábil ao reexame da causa.
2. In casu, a União Federal sustenta, em síntese, que a Turma Especializada deixou de abordar a constatação de comprovação da ausência de dependência econômica presumida da autora em relação ao ex-servidor e da invalidez capaz de ensejar a concessão da pensão estatutária, considerando que, à época do óbito, a autora era casada e economicamente ativa. Observa que a autora contribuiu por 14(quatorze) anos e que, somente em 1994, após o óbito do instituidor, se aposentou, sendo clara a ausência de qualquer relação de dependência entre a autora e o instituidor.
3. Considerando que a omissão, em matéria de embargos de declaração, é a falta de manifestação do julgador sobre pontos a respeito dos quais era fundamental o pronunciamento do julgador, a inconformidade dos Embargantes representa apenas contrariedade à orientação jurídica que se adotou no Acórdão, demonstrando, na verdade a intenção de reformar o julgado, sem se valer do recurso adequado para tanto.
4. Necessário se faz esclarecer que, para fins de prequestionamento, não é necessário ao julgador enfrentar os dispositivos legais citados pela parte, ou obrigatória a menção dos dispositivos legais em que fundamenta a decisão, desde que enfrente as questões jurídicas propostas e fundamente, devidamente, seu convencimento, como se deu na espécie.
5. Embargos declaratórios conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0024922-68.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.024922-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/02/2017 14:27
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: FLAVIO JULIO DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ FLAVIO RODRIGUES DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
Originário: 0024922-68.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INSS. PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO. INTERSTÍCIO DE 18 (DEZOITO) MESES. LEI N.º 11.501/2007. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. RECURSO E REEXAME OFICIAL CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1. O cerne da controvérsia ora posta a deslinde cinge-se em definir qual lei deve ser aplicada à progressão funcional do autor, servidor público federal do quadro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a fixação do interstício que deve ser considerado para o fim de promoção e progressão funcional, bem como a data do início dessa contagem.

2. A carreira dos servidores ocupantes de cargos públicos no INSS está regulamentada pela Lei n.º 10.855/2004, que, em sua redação original, prescrevia, no que toca à progressão e promoção da carreira aqui discutida, estabelecia o interstício de 12 (doze) meses para progressão e promoção.

3. Posteriormente, com a edição da Lei n.º 11.501/2007, toda a sistemática de promoção e progressão foi alterada, ampliando-se o interstício de 12 (doze) para 18 (dezoito) meses e estabelecendo-se novos requisitos, não contemplados pela redação anterior para promoção e progressão. Porém, o artigo 8.º condicionou a vigência dessas inovações à regulamentação pelo Poder Executivo, até então não realizada.

4. Não há como considerar correto o critério que vem sendo adotado pelo INSS para contagem do início do prazo para as promoções e progressões. A uma, porque padecem de regulamentação as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.501/2007. A duas, porque o Decreto n.º 84.669/80 não pode ser utilizado neste aspecto para o fim de estabelecer desigualdades, mediante utilização de data única para início da contagem desse prazo, até porque é contraditório com o próprio artigo 7.º da Lei n.º 10.855/2044. E, também, porque o artigo 9.º, na redação atribuída Lei n.º 12.969/2010, condiciona a aplicação da norma anterior, no que couber.

5. A ausência de edição do referido regulamento em tempo oportuno não gera a aplicação imediata da lei, de forma diversa daquela escolhida pelo legislador. Sendo certo que não há palavras inúteis na lei, não se pode desconsiderar o intento do legislador de condicionar a aplicação da norma à sua regulamentação. Trata-se de uma norma de eficácia limitada.

6. Não tendo havido a normatização regulamentar, quis o legislador, desta feita, por meio da Lei n.º 12.269/2010, estabelecer critérios a serem observados até o surgimento do ato regulamentar, alterando o artigo 9.º da Lei n.º 10.855/2004.

7. De todo o conjunto normativo e argumentos jurídicos aqui debatidos, é de se concluir pela não incidência imediata do artigo 8.º da Lei n.º 10.855/2004, com a redação dada pela Lei n.º 11.501/2007, por ser norma de eficácia limitada, e, em obediência ao estatuído no artigo 9.º da mesma Lei n.º 10.855/2004, com a redação atribuída pela Lei n.º 12.269/2010, harmonizando os institutos normativos entrelaçados para disciplinar a matéria, devem ser assim aplicados: (i) no tocante ao interstício considerado para fins de promoção e progressão, o período de 12 (doze) meses; (ii) início da contagem do prazo para cada promoção deve ter seu marco inicial a partir da data do efetivo exercício do servidor, sendo a contagem seguinte a partir do do término da contagem anterior e assim sucessivamente. Análise de forma individualizada.

8. Devem ser compensados eventuais valores pagos sob a mesma rubrica na seara administrativa.

9. Apelação e remessa necessária conhecidas e improvidas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer, porém negar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento)

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0029353-57.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.029353-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/12/2016 12:55
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ADEMIR PEREIRA DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
REMETENTE: Juízo da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 26VF/RJ
Originário: 0029353-57.2016.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPROVIMENTO.

I. Trata-se de remessa necessária e apelação cível interposta contra sentença proferida nos autos do mandado de segurança, com requerimento de liminar, objetivando o reconhecimento da legitimidade de acumulação dos cargos públicos privativos da área de saúde.

II. Inicialmente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do MS nº 15.415/DF (STJ ¿ 1ª Seção ¿ Rel. Min. Humberto Martins ¿ julgado em 13/04/2011 ¿ DJe de 04/05/2011), firmou o entendimento no sentido de que cumpre à Administração Pública comprovar a existência de incompatibilidade de horários em cada caso específico, não bastando tão somente cotejar o somatório de horas trabalhadas com o padrão derivado de um parecer ou mesmo de acórdão do Tribunal de Contas da União.

III. Seguindo esta orientação, a 3ª Seção Especializada deste Tribunal tem se manifestado no sentido de que não é razoável que a Administração Pública venha a cercear um direito garantido constitucionalmente à Autora sem qualquer apuração acerca da efetiva existência de incompatibilidade de horários dos cargos a serem exercidos.

IV. Neste mesmo sentido, o STF, em decisão proferida pelo Ministro Roberto Barroso, nos autos do ARE 782170/PE, em 28/11/2014, se manifestou no sentido de que o Executivo não pode, sob o pretexto de regulamentar dispositivo constitucional, criar regra não prevista em lei, de modo que, ainda que a carga horária semanal dos dois cargos seja superior ao limite previsto no parecer da AGU, deve ser assegurado o exercício cumulativo de ambos os cargos públicos.

V. Ocorre que, recentemente, o STJ, no julgamento do MS nº 19300/DF (STJ ¿ 1ª Seção ¿ Rel. Min. Mauro Campbell Marques ¿ DJe de 18/12/2014), contrariando o entendimentofirmado anteriormente, se manifestou no sentido de que é possível a limitação da carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, o que atende ao princípio da eficiência sem esvaziar o conteúdo do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

VI. Diante da ausência de consolidação de jurisprudência sobre o tema pelos Tribunais Superiores, mantenho meu entendimento até então firmado no sentido de que não se pode prejudicar o autor por mera presunção de que a realização de jornada de trabalho superior a sessenta horas compromete a qualidade do serviço prestado.

VII. Apelação conhecida e improvida. Remessa necessária conhecida e improvida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0002568-26.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.002568-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2015 17:20
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
PARTE AUTORA: BHS- BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO LTDA.
ADVOGADO: RENATO LOPES DA ROCHA
ADVOGADO: THIAGO GIGLIO ABRANTES DA SILVA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI - RJ
Originário: 0002568-26.2014.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRORROGAÇÃO DE REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE AERONAVE. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de remessa necessária determinada em sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança, com requerimento de liminar, objetivando a prorrogação do Regime de Admissão Temporária objeto do processo administrativo nº 10730.006159/2010-27.

2. Com efeito, os documentos carreados aos autos dão conta de que o Aditivo nº 05 do contrato de Regime de Admissão Temporária é um documento produzido em solo brasileiro. A verdade é que foi redigido em dois idiomas, o inglês e o português, mas o foi em duas versões juridicamente válidas, pois assinadas conjunta e concomitantemente pelas partes signatárias e testemunhas. O que não se tem certeza é do local, pois não constou do instrumento. Nada obstante, isso não autoriza concluir que se trata de um documento de origem estrangeira. O mais certo é que se trate de mero equívoco, ou seja, deve ter sido assinado no país, ante a exigência contida nos artigos 1.134 (§ 1º, V), 1.136 (§ 2º) e 1.138 do Código Civil, que obriga a sociedade estrangeira a manter representantes no país. De fato, pelos nomes, são todos brasileiros, com fichamento de firma depositados em cartórios Brasil, inclusive os que assinaram pela pessoa jurídica estrangeira.

3 O artigo 237 da Constituição Federal de 1988 determina que ¿a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda¿. Assim, com fulcro no referido permissivo consitucional, foi editada a Instrução Normativa da SRF nº 285/2003, posteriormente sucedida pela IN nº RFB 1.361/13 e nº 1.404/13, que estabelecem os requisitos para o deferimento da Prorrogação do Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária para utilização econômica.

4. Todavia, na hipótese dos autos, não se mostra admissível o indeferimento da prorrogação do Regime de Admissão temporária da aeronave da impetrante, sob o fundamento de que o Aditivo nº 05, fora celebrado no exterior, ante total ausência de comprovação de tal fato.

5. De certo que o Poder Judiciário não pode invadir a esfera do poder discricionário da Administração Pública quanto à conveniência ou oportunidade na ação administrativa, pois em caso contrário, estaria substituindo, nos critérios próprios, a opção legítima feita pela autoridade competente. Todavia, o controle judicial é possível para fins de apreciar aspectos da legalidade e verificar se a Administração não ultrapassou os limites da discricionariedade.

6. Remessa necessária conhecida e improvida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal

Relator

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0012346-23.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.012346-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/03/2016 14:53
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
PARTE AUTORA: JUREMA GOULART MARTINS DO NASCIMENTO
ADVOGADO: CRISTIANO PEREIRA DIAS
PARTE RÉ: EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN
ADVOGADO: MARCOS CARNEVALE IGNACIO DA SILVA
PARTE RÉ: IPMDC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
ADVOGADO: SERGIO HANDREY MARTINS CLEMENTE
PARTE RÉ: ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO
ADVOGADO: PAULO LOURENCO DIAZ
PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
PARTE RÉ: LUIZ PEDRO SAN GIL JUTUCA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ
Originário: 0012346-23.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. LEGITIMIDADE. ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS. INOCORRÊNCIA. IMPROVIMENTO.

1. O cerne da controvérsia reside, em sede de ação popular, em saber se houve acumulação irregular de cargos públicos de professora da Uni-Rio com cargo diretivo em autarquia municipal.

2. Afastadas as preliminares acerca ilegitimidade ativa e da inépcia da inicial, ambas arguidas pela ré, desde que, conforme o comando do artigo 1º da Lei 4.871/65, que regula a ação popular, qualquer cidadão é parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita ânua, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos. Também não se verificam as hipóteses de inépcia da petição inicial, já que esta preenche todos os requisitos legais para prosseguimento da ação.

3. Acolhidas preliminares de ilegitimidade passiva arguidas pela União Federal, Município de Duque de Caxias, IPMDC e Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro, uma vez que, diante da exoneração da ré dos cargos acumulados, restou pendente de apreciação apenas o pedido de restituição ao erário.

4. Do acervo probatório acostado aos autos e pelo disposto na Lei Municipal n. 1.548/00, que versa sobre o IPMDC, verifica-se que o cargo em comissão de presidente na autarquia que a ré cumulava com o cargo de professora da Uni-Rio exigia conhecimentos técnicos da área do Direito, o que atrai a incidência do disposto no art. 37, XVI, alínea "b" da Constituição da República.

5. O cargo de professora que a parte Ré desempenhava junto à Uni-Rio, regime de 40 horas semanais, não era de dedicação exclusiva, o que se enquadra no disposto no art. 20, inciso II, § 1°, da Lei 12.772/12, que dispõe sobre a estruturação de carreiras e cargos no Magistério Federal, restando possível, também sob este aspecto, a cumulação de cargos em questão, tendo restado comprovado que a Ré conseguia exercer as duas funções, sem quaisquer prejuízos para os órgãos envolvidos.

6. Remessa necessária improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da .2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0001072-68.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.001072-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 11/02/2016 14:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: NILTON CÉSAR DE AGUIAR
AGRAVANTE: LUCAS DE LIMA GOMES
AGRAVANTE: TATIANA DE LEMOS SOUZA RIBEIRO
AGRAVANTE: VIVIANE DE SOUZA PEREIRA
AGRAVANTE: EDUARDO SOUZA REIS
AGRAVANTE: MARCOS FERNANDES PEREIRA MATTA
AGRAVANTE: THIAGO FERNANDES MATTA
ADVOGADO: ROBERTA CRISTINA DOS SANTOS FAGUNDES
AGRAVADO: MARCÍLIO MACHADO LUCAS DA SILVA
AGRAVADO: ANA DA PAZ DE SOUZA
AGRAVADO: PEDRO RIBEIRO DE ANDRADE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: ROSANA ALVES DA SILVA RAMOS
ADVOGADO: MARCELO AUGUSTO GERALDES VAZ
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: RENATO DA CUNHA PEREIRA
ADVOGADO: JOSE DAVID LOPES
Originário: 0001719-74.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE. CONSTRUÇÕES IRREGULARES. TERRENO DA UNIÃO FEDERAL. ADQUIRENTES DOS LOTES. POSSÍVEL DEMOLIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES. DIREITO À MORADIA. GRAVE E DIRETA LESÃO DA ESFERA JURÍDICO-PATRIMONIAL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. PROVIMENTO.

1. Agravo de instrumento interposto contra a decisão interlocutória que reconsidera decisão interlocutória anterior, para não reconhecer a configuração de litisconsórcio passivo necessário, no processo principal, que versa sobre construções irregulares em terreno da União Federal sujeito a proteção ambiental.

2. Há possibilidade de prejuízo grave e direto da esfera de direitos, em especial do direito à moradia, dos adquirentes de lotes. As partes concordam com o reconhecimento do litisconsórcio passivo necessário. Reconhece-se o litisconsórcio.

3. Nulidade dos atos processuais subsequentes à decisão interlocutória que reconsidera a decisão interlocutória que, acolhendo o aditamento à petição inicial, reconhecia o litisconsórcio passivo necessário e ampliava o pólo passivo da demanda.

4. Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 /03 /2017 (data do julgamento).

Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0006258-72.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006258-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/06/2016 15:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: HANRIETTE CHRISTINA DA CONCEIÇÃO SANTOS
ADVOGADO: DEISE DE OLIVEIRA LIMA DO NASCIMENTO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0010093-91.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RENDIMENTOS. SUPERIORES A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS. CRITÉRIO OBJETIVO. ACIMA DO LIMITE DE ISENÇÃO DO IRPF. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA. MFDV - SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO.

1. A matéria em debate no presente refere-se à análise da presença dos pressupostos para a concessão de antecipação dos efeitos da tutela requerida objetivando a sua convocação para Concentração Final e Habilitação à Incorporação e Início dos Estágios (EAS) junto à Força Aérea Brasileira - FAB no posto de Aspirante à Oficial MFDV por ter sido classificada dentro do número de vagas previstas no Edital, além de aferir se a agravante faz jus ao benefício da gratuidade de justiça.

2. Com o advento do Novo CPC, a questão relativa à concessão do benefício da gratuidade de justiça foi disciplinada nos arts. 98 e 99.

3. A despeito dos argumentos expendidos no recurso quanto às despesas pessoais e profissionais, tem sido orientação desta E. Corte no sentido de adotar, como critério objetivo para aferir situação de hipossuficiência apta a garantir a concessão do benefício da gratuidade de justiça o percebimento de renda mensal inferior a três salários mínimos, valor esse adotado também, via de regra, pela Defensoria Pública para o atendimento dos seus assistidos, e igualmente próximo ao valor do limite de isenção do imposto de renda.

4. A própria autora declara que possui rendimentos mensais em torno de R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais), valor bem superior ao montante de três salários mínimos, que atualmente perfazem R$ 2.811,00 (Dois mil oitocentos e onze reais).

5. O valor do limite de isenção do imposto de renda, que também serve de referência para o limite da isenção pretendida, encontra-se no patamar, atualmente, de R$ 1.903,98 (hum mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos) mensais, o que confirma a impossibilidade de deferimento da medida pleiteada, ressalvando a possibilidade de nova apreciação, em virtude de fatos novos devidamente comprovados.

6. Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, fora da razoabilidade jurídica, ou quando o ato se apresenta flagrantemente ilegal, ilegítimo e abusivo, justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento. E, nesse contexto, a ilegalidade da decisão deve ficar clara e inequívoca, pois, do contrário, tudo deve ser resolvido ao final, no bojo da sentença e pode ser examinado pelo Tribunal competente, em grau de recurso.

7. A jurisprudência firmada neste E. Tribunal Regional Federal consagrou o entendimento que o certame para a prestação de serviço militar voluntário - MFDV constitui processo seletivo simplificado, sem realização de provas de conhecimentos gerais ou específicos, limitando-se à avaliação curricular dos candidatos, não se lhe podendo conferir a mesma disciplina dispensada aos concursos públicos promovidos

pela Administração para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, motivo pelo qual não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela pleiteada. (AC 0503242-76.2016.4.02.5101, TRF2, 7ª TESP, Desembargador Federal SÉRGIO SCHWAITZER, publicado em 14/12/2016; AC 0007670-61.2016.4.02.5101, TRF2, 6ª TESP, Desembargadors Federal SALETE MACCALÓZ, publicado em 14/12/2016)

8. Feitas tais considerações, concluo que a decisão combatida não pode ser caracterizada como teratológica, irrazoável, ilegal ou abusiva, de modo que não deve ser acolhido o pleito recursal.

9. Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

38 - 0006735-95.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006735-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 28/06/2016 15:28

Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

AGRAVANTE: CONCEIÇÃO APARECIDA DO CARMO NETTO

AGRAVANTE: MARIA HELENA DE AZEVEDO EVA

AGRAVANTE: ENIDE DE ALMEIDA SOUZA NESCI

ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO

AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0061495-17.2016.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO PROPOSTA POR SINDICATO. ARTIGO 8º, INCISO III DA CRFB/88. ARTIGO 3º DA LEI Nº 8.073/90. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. EXCECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO JUDICIAL. FILIAÇÃO À ENTIDADE SINDICAL. PRESCINCIBILIDADE DA COMPROVAÇÃO. LEGITIMIDADE DO INTEGRANTE DA CATEGORIA. JURISPRUDÊNCIA DOS E. STJ E STF.

I - A questão em debate refere-se à exigibilidade de prova de filiação ao tempo do ajuizamento da ação proposta por sindicato a fim de aferir a legitimidade dos autores para executar título judicial.

II - Nos casos em que atua na condição de substituto processual, segundo faculdade conferida pelo disposto no art. 8º, III, da CRFB/88 e no art. 3º da Lei nº 8.073/90, o sindicato defende os interesses de toda a categoria, e não somente dos associados, visando obter sentença condenatória de caráter genérico, nos termos do art. 95 do CDC.

III - O Supremo Tribunal Federal, em sede do RE 883642/AL, julgado pelo Tribunal Pleno em 18/06/2015, relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski e reconhecida a existência de repercussão geral sobre o tema, reafirmou a jurisprudência "no sentido da ampla legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representa, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos."

IV - Formou-se título judicial na ação de rito ordinário autuada sob o nº 2000.51.01.003299-8, proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geogafria e Estatística - ASSIBGE, que tramitou perante a 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro, restando o IBGE condenado "a implementar nos vencimentos/proventos da categoria representada pelo autor o índice residual de 3,17%, incidindo tal percentual sobre férias, gratificações natalinas e gratificações, pagando-lhe as diferenças daí decorrentes acrescidas de correção monetária, nos termos da Lei 6.899/81, e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, a partir da citação, descontadas as parcelas pagas a este título e respeitada a prescrição qüinqüenal reconhecida."

V - Consoante jurisprudência firmada no âmbito dos E. Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, o servidor público integrante da categoria beneficiada, desde que comprovada essa

condição, tem legitimidade para propor execução individual, independente de filiação à entidade sindical, a corroborar a necessidade de ser reformada a decisão agravada em que se exigia prova de filiação à época da propositura da ação.

VI ¿ Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0006971-47.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006971-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.106473-3
Distribuição para Órgão Julgador - 05/07/2016 14:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
ADVOGADO: JOSE GUILHERME BERMAN CORREA PINTO
ADVOGADO: LUIS MARCELO ABDALLA DE CARVALHO JAUED
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0142735-96.2014.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTROLE DE PREÇOS. CMED. LEI N. 10742/2003. ARTIGO 6º, INCISO IV. EXCLUSÃO OU INCLUSÃO DE MEDICAMENTO. TRATAMENTO IDÊNTICO AOS CONGÊNERES. PROVA PERICIAL. QUESTÃO DE DIREITO. OMISSÃO INEXISTENTE. REEXAME DE CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO.

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora embargante, mantendo a decisão proferida pelo Juiz da 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. A lide refere-se a requerimento de exclusão do produto farmacêutico Sal de Frutas Eno do rol de medicamentos com preço controlado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, nos termos da Lei nº 10.742/2003.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão, no seu entendimento de que i) cabe à CMED decidir pela exclusão ou eventual reinclusão de grupos, classes, subclasses de medicamentos e produtos farmacêuticos da incidência de critérios de estabelecimento ou ajuste de preços; ii) não é possível a exclusão de um único medicamento do controle de preços sem que seja dispensado idêntico tratamento aos seus congêneres; iii) por se tratar o pedido principal de questão de direito, despicienda a produção de prova pericial e iv) a inclusão ou exclusão dos grupos de produtos sujeitos à dinâmica do processo de regulação está dentro dos princípios constitucionais e legais atinentes ao direito regulatório.

3. O acolhimento do pleito da recorrente, tal qual foi formulado, implicaria, em última análise, em tratamento diverso do dispensado a todos os seus congêneres, consistindo, portanto, em violação ao princípio constitucional da isonomia.

4. Resta claro o inconformismo da parte embargante com o deslinde da demanda, eis que, da leitura do voto embargado, se depreende que a matéria questionada foi devidamente enfrentada, embora não tenha este órgão julgador adotado a tese por ela sustentada. Logo, forçoso reconhecer sua pretensão em rediscutir a matéria.

5. O prequestionamento da matéria, por si só, não viabiliza a oposição de embargos de declaração, eis que é necessária a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015, que ensejariam no seu acolhimento, o que não ocorreu.

6. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a parte embargante pretende, na verdade, a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência, devendo, desta feita, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

7. Impende salientar que, conforme o artigo 1.025 do CPC/2015, para fins de prequestionamento, é prescindível a indicação ostensiva da matéria que se pretende seja prequestionada, sendo suficiente que esta tenha sido apenas suscitada nos embargos de declaração, mesmo que estes sejam inadmitidos ou rejeitados.

8. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0007037-27.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007037-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.106179-3
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2016 12:42
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
AGRAVADO: JUAREZ ROCHA DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030992-18.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PESQUISA DE ENDEREÇO DO RÉU NOS CONVÊNIOS DA JUSTIÇA FEDERAL. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS POR PARTE DO AUTOR. FALTA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS IMPROVIDOS.

1. Embargos de declaração contra o acórdão que, por maioria, negou provimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão que determina à autora, ora embargante, que fornecesse o endereço correto da parte ré.

2. O acórdão embargado é claro, coerente e suficiente, sem sombra de omissão, no seu entendimento de que i) a consulta ao endereço já foi feita na Receita Federal e na CEG; ii) é incabível a consulta do CNIS, por ser restrito à matéria previdenciária, e do SIEL, inexistente; iii) quanto ao BACENJUD e aos demais convênios, há total necessidade de a embargante provar ter diligenciado, através de todos os meios de localização à sua disposição, o paradeiro para a devida citação, ou seja, para tal solicitação ser atendida, deve demonstrar que seus esforços tenham sido em vão.

3. Diz-se prequestionada a matéria quando a decisão impugnada haja emitido juízo explícito a respeito do tema, bastando, assim, que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão. Não é o caso.

4. Não houve qualquer uma das causas que ensejariam o acolhimento dos embargos de declaração opostos, sendo certo que a embargante, na verdade, pretende a reforma da decisão proferida em razão de sua sucumbência. A embargante deve, portanto, buscar a via adequada para sua efetiva satisfação.

5. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0007801-13.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007801-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/07/2016 13:30
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: GUILHERME RODRIGUES DE QUEIROZ
ADVOGADO: MARCELO SOUZA MENDES PATRIOTA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0019192-61.2011.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. INÉRCIA DO RÉU. TRÂNSITO EM JULGADO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CAUSA EXTINTIVA DA OBRIGAÇÃO. REJEIÇÃO MANTIDA.
1. A decisão agravada rejeitou a exceção de pré-executividade oposta pelo ora agravante, em fase de cumprimento de sentença que condenou o réu a ressarcir à União Federal valor certo por ter pedido demissão do serviço ativo da Força Aérea, com o propósito de que fosse extinto o processo por força da sua reinclusão nos quadros da Força Aérea Brasileira - FAB, determinada em sede de antecipação de tutela, ao argumento que configuraria causa extintiva da obrigação, como previsto no artigo 525 do Código de Processo Civil.
2. O agravante, deveria ter alegado as questões agora trazidas ao conhecimento do juízo como matéria de defesa, quedando-se inerte, não o fazendo, portanto, no momento oportuno, e ocasionando a decretação da revelia e o trânsito em julgado da ação que o condenou ao ressarcimento.
3. Com maior razão para que se conclua pela rejeição da exceção de pré-executividade, impende ressaltar que a reforma foi determinada por decisão em sede de tutela antecipada, e os autos encontram-se conclusos para sentença, ainda sem provimento judicial final de mérito.
4. Além de não se estar diante de alegação de fato novo, tampouco foi definitivamente julgada a causa em que se discute o direito à reintegração, tida pelo agravante como causa extintiva da obrigação, devendo ser mantida a decisão agravada, que rejeitou a exceção de pré-executividade.
5. Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0007937-10.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007937-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/07/2016 16:06
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: BRENO GABRIEL DE SOUZA MARTINS
REPRESENTANTE: LEONARDO DA SILVA MARTINS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0066641-83.2016.4.02.5151 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. DOENÇA GRAVE. TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO À SAÚDE. LEGITIMIDADE DA UNIÃO. IMPROVIMENTO.

I. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu o requerimento de antecipação de tutela para determinar aos réus que forneçam ao autor, por tempo indeterminado, enquanto persistirem as prescrições médicas do médico assistente do Instituto Fernandes Figueira, ou de outro, vinculado ao Sistema Único de Saúde, os insumos/medicamentos necessários ao tratamento de sua saúde.

II - O direito à saúde é previsto constitucionalmente, conforme disposto no artigo 196 da CF/88: ¿a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿.

III - Nos termos do artigo 198, § 1º, da CF/88, as ações e serviços públicos de saúde são da responsabilidade da União Federal, dos Estados e dos Municípios, aos quais confere, isoladamente ou não, a responsabilidade pela prestação do serviço de saúde, não havendo como apontar ou estabelecer um ente específico em detrimento de outro para efetivamente cumprir a obrigação prevista no artigo 196 da CF/88, porquanto o sistema é todo articulado, com ações coordenadas, ainda que a execução das ações e serviços de saúde seja de forma regionalizada e hierarquizada.

IV - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196), bem como traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular e implementar políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

V - A condenação da Administração Pública no fornecimento do tratamento médico de que o agravado necessita não representa um ônus imprevisto quando da elaboração do orçamento, vez que se procura apenas fazer valer o direito de um dos segurados, que é financiado por toda a sociedade, nos termos do referido artigo 195, da CF/88, sendo este apenas administrado por entes estatais.

VI - É verdade, por um lado, que, de fato, não cabe ao Poder Público atender ao interesse no fornecimento de medicamento/tratamento médico específico em favor de uns poucos em detrimento de outras pessoas que apresentam doenças graves e que, desse modo, poderiam ser prejudicadas caso acolhida a pretensão autoral. Todavia, há que se ter em mente que determinados tipos de doenças, especialmente aquelas já reconhecidas cientificamente quanto à sua existência e tratamento, devem ser incluídas no rol daquelas que merecem a implementação de políticas públicas, notadamente quando há sério e concreto risco de morte quanto aos doentes, como é o caso presente.

VII - Outrossim, não merece prosperar a alegação de exiguidade do prazo conferido para o cumprimento da referida decisão, considerando o princípio da eficiência, o qual deve pautar o serviço público, bem como tratar-se de questão relativa à saúde.

VIII. Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0010233-05.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010233-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/10/2016 13:30
Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: DIEGO BONILLA SOUZA
ADVOGADO: FABIO XIMENES CESAR
AGRAVADO: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO DE JANEIRO - CRFRJ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0061651-05.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO. CRF. CONCURSO. POSSE. MEDIDA DE URGÊNCIA. NECESSIDADE DE CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DO PERIGO DA DEMORA. INTENÇÃO DA AUTARQUIA DE DAR POSSE AO RECORRENTE. IMPROVIMENTO.

1 - Cuida-se de agravo de instrumento objetivando a reforma da decisão que, em sede de ação de rito ordinário proposta em face do CRFRJ, indeferiu o requerimento de tutela provisória de urgência.

2 - Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal, justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento.

3 - O magistrado de primeiro grau manifestou um certo comedimento na medida em que deixa claro a necessidade de, antes de analisar a medida de urgência, instauração do contraditório.

4 - É prudente que a matéria seja analisada no decorrer da instrução probatória, com a necessária formação da triade processual e nada impede, todavia, que a tutela de urgência seja deferida, em outro momento, caso o juiz se convença do preenchimento dos requisitos necessários.

5 - A autarquia possui a intenção de convocar o recorrente para tomar posse no cargo, conforme o que consta nos autos, sendo prudente, então, que se espere a manifestação do Conselho em contestação.

6 - O concurso público ainda está vigente, pois o Edital é de 04/09/2015, sendo certo que o prazo de validade é de dois anos, a partir da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

7 - A permanência de um funcionário, em caráter precário, no cargo almejado, não pode retirar o direito do autor, pois uma suposta aplicação da teoria do fato consumado não faz, por si só, existir o perigo da demora.

8 - Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0010666-09.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010666-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/10/2016 14:21
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JOÃO ANTONIO FERNANDES LADEIRA
REPRESENTANTE: JOAO LUIZ DO COUTO LADEIRA
ADVOGADO: JOAO LUIZ DO COUTO LADEIRA
Originário: 0130095-90.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. ARTIGO 273, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SORTEIO DE VAGA. COLÉGIO PEDRO II. EDITAL Nº 34/2015- PROEN. LIMITE DE IDADE. PROVIMENTO.

I. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida nos autos do mandado de segurança objetivando a inscrição do impetrante no processo seletivo para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental do ano letivo de 2017 do Colégio Pedro II.

II. Nos termos, Edital nº 29/2016 ¿ PROEN definiu que apenas poderiam se candidatar às vagas do 1.º ano do Ensino Fundamental (Alfabetização) os candidatos nascidos entre 1º de abril de 2010 e 31 de março de 2011 (incluindo ambas as datas). In casu, o impetrante nasceu em 07/04/2011, data que não se insere

no período exigido pelo Edital. Não obstante o fato de o autor ter nascido 7 (sete s) dias após a data prevista como limite mínimo para a seleção, tem-se que a Administração atuou dentro da esfera que lhe foi atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases.

III. Com efeito, em se ¿tratando de concurso público, doutrina e jurisprudência pátria consagraram o entendimento de que a Administração tem liberdade para a fixação dos critérios e normas previstas no edital, desde que sejam observados os preceitos da Carta Magna, mormente quanto à vedação da adoção de critérios discriminatórios.¿ (STJ - MS 5095, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 22.09.2003, p. 256).

IV. Dessarte, não restou configurada, na espécie, a ocorrência de qualquer ilegalidade cometida pela Administração na elaboração do Edital n.º 34/2015- PROEN relativo ao sorteio para ingresso no 1.º ano do ensino fundamental, sendo válido para todos os concorrentes os critérios adotados.

V. Decisão reformada para indeferir a antecipação dos efeitos da tutela requerida na ação mandamental.

VI. Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 /2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0011169-30.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011169-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/10/2016 12:17
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: AMAURI DE FARIAS
AGRAVANTE: FAUSTO VICENTE VERNER TELL
AGRAVANTE: HENRIQUE FERREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: JOAO CEZAR DI LAURO PEDREIRA
AGRAVANTE: RICARDO CELIO ARAUJO GIMENO NAVARRO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0107704-44.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. LEGITIMIDADE ATIVA. TÍTULO JUDICIAL. COISA JULGADA. ASSOCIADOS. COMPROVAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO.

1. O cerne da questão a ser enfrentada cinge-se em aferir se Aposentados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE devem ser considerados legitimados ativos para execução individual de título executivo transitado em julgado formado em Mandado de Segurança Coletivo impetrado

pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE - DAIBGE independente de comprovação da outorga de poderes à Associação que figurou como impetrante no título executado.

2. Firmou-se nos Tribunais Superiores a jurisprudência no sentido de que, em se tratando de Mandado de Segurança Coletivo impetrado por associação, por se estar diante do instituto da substituição processual, consoante dicção do artigo 5º, inciso LXX da Constituição Federal, prescinde-se da autorização dos associados. Tal entendimento é incontroverso e objeto da Súmula 629 do Supremo Tribunal Federal ("A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes").

3. No tocante à legitimidade ativa para promover a execução individual da coisa julgada no Mandado de Segurança Coletivo, será legitimado para promover a execução individual o interessado, desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituído pela parte impetrante, consoante já se manifestou o E. Supremo Tribunal Federal (RE 601914 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 06/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 22-02-2013 PUBLIC 25-02-2013).

4. Os Sindicatos e as Associações substituem o grupo ou coletividade que representam, de acordo com sua natureza. Enquanto os sindicatos substituem a categoria profissional representada, como um todo, conclusão que decorre da previsão contida no artigo 8º, inciso III da CF, a associação substitui, em regra, apenas os associados, assertiva que deflui inclusive do direito à livre associação constitucionalmente assegurado, previsto no artigo 5º, inciso XX da CF.

5. Em se tratando de Mandado de Segurança Coletivo impetrado por associação, portanto, "a abrangência subjetiva da coisa julgada fica limitada, em regra, ao grupo por ela substituído, que não é uma categoria profissional ou classe genérica de pessoas, mas sim o conjunto de seus associados, inscritos, até, ao menos, o trânsito em julgado da ação de conhecimento", como já se manifestou essa Turma Especializada (TRF-2, Sexta Turma Especializada, Relatora: Nizete Rodrigues Carmo, Agravo de Instrumento nº 0008195-20.2016.4.02.0000 (2016.00.00.008195-3), Julgado em 30/11/2016, Disponibilização no DJe em 14/12/2016).

7. No caso sub examen, o julgado restringiu claramente sua abrangência a aposentados e pensionistas filiados à Associação impetrante, sendo correta a exigência de comprovação de associação para reconhecimento de legitimidade ativa até, ao menos, o trânsito em julgado da ação de conhecimento.

8. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido, para reformar, em parte, a decisão recorrida, tão somente para que a comprovação da filiação dos exequentes à DAPIBGE seja até a data do trânsito em julgado do acórdão proferido na ação mandamental.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0011268-97.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011268-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2016 17:58
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: OI S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0128468-56.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA. EMPRESA EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTIVO. PODER DE CAUTELA DO JUIZ. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO LEGAL ENTRE EXECUÇÕES FISCAIS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E ADMINISTRATIVOS. IMPROVIMENTO.

1 - A controvérsia cinge-se em saber se é possível a aplicação da suspensão determinada nos autos da recurperação judicial, pelo Juízo Empresarial, de todas as ações e execuções ajuizadas em face da recorrente, à execução fiscal cujo crédito decorre de multa administrativa.

2 - Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

3 - Conforme legislação pátria, não há diferença entre ações executivas fiscais de débitos tributários e ações executivas fiscais de débitos administrativos, pois ambas são objeto de execução fiscal e, por isso, não se suspendem.

4 - A circunstância de a executada encontrar-se em recuperação judicial não se afigura, por si só, como impedimento ao prosseguimento da execução fiscal em que se exige multa administrativa.

5 - A agravante não irá sofrer prejuízo, pois o feito se encontra suspenso uma vez que a executada garantiu o juízo quando da oposição de embargos à execução.

6 - Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

47 - 0011539-09.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011539-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 07/11/2016 17:44

Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

AGRAVANTE: ADRIANO MÁRCIO MOREIRA DO NASCIMENTO

ADVOGADO: RODRIGO DADALTO

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS

AGRAVADO: PREMAX ENGENHARIA LTDA.

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0102075-60.2014.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNIDADE IMOBILIÁRIA EM CONSTRUÇÃO. ATRASO DA OBRA NA ENTREGA. FINANCIAMENTO DIRETO PELA CONSTRUTORA. CEF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DECISÃO REFORMADA.

1. Cinge-se a questão a ser apreciada à análise de responsabilidade da CEF pelo atraso e despesas adicionais nas obras de construção do apartamento comprado diretamente da Construtora Premax pelo autor no Condomínio "Residencial Villa Veneto". Situação distinta, portanto, dos apartamentos que foram financiados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

2. Afirma a CEF que a sua relação com a PREMAX consiste em operação "Imóvel na Planta", em modalidade que não prevê assinatura de contrato de mútuo entre a CEF e a Premax.

3. A Premax é a responsável exclusiva pela edificação do imóvel perante o adquirente e deve responder por eventuais danos causados ao autor, em função da demora na entrega do imóvel, não tendo o judiciário federal competência constitucional para a análise da questão, afeta à análise pelo judiciário estadual, uma vez que a CEF não participou do negócio jurídico celebrado entre o comprador e a construtora, inexistindo a responsabilidade solidária de que tratam os artigos 265 do Código Civil/2002 e o artigo 25, §1º do CPC.

4. Agravo de instrumento conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e voto do Relator constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0012083-94.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012083-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 18/11/2016 16:41
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0128401-91.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA. EMPRESA EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTIVO. PODER DE CAUTELA DO JUIZ. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO LEGAL ENTRE EXECUÇÕES FISCAIS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E ADMINISTRATIVOS. IMPROVIMENTO.

1 - A controvérsia cinge-se em saber se é possível a aplicação da suspensão determinada nos autos da recurperação judicial, pelo Juízo Empresarial, de todas as ações e execuções ajuizadas em face da recorrente, à execução fiscal cujo crédito decorre de multa administrativa.

2 - Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

3 - Conforme legislação pátria, não há diferença entre ações executivas fiscais de débitos tributários e ações executivas fiscais de débitos administrativos, pois ambas são objeto de execução fiscal e, por isso, não se suspendem.

4 - A circunstância de a executada encontrar-se em recuperação judicial não se afigura, por si só, como impedimento ao prosseguimento da execução fiscal em que se exige multa administrativa.

5 - A agravante não irá sofrer prejuízo decorrente da decisão objurgada, pois o feito já se encontra suspenso por determinação do E. STJ tendo em vista recurso especial a ser julgado naquela instância superior.

6 - Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0012615-68.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012615-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/12/2016 12:09

Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0053458-98.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ANATEL. MULTA ADMINISTRATIVA. EMPRESA EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DE ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PODER DE CAUTELA DO JUIZ. COMPETÊNCIA. IMPROVIMENTO.

1 - A controvérsia cinge-se em saber se é possível, apesar de não se suspender o prosseguimento da execução fiscal, indeferir a realização de qualquer tipo de ato de constrição junto ao patrimônio da executada.

2 - A lei, que prevê que a execução fiscal não se suspende em razão de deferimento de recuperação judicial, não faz diferença entre ações executivas fiscais de débitos tributários e ações executivas fiscais de débitos administrativos.

3 - A jurisprudência do STJ já se firmou no sentido de que, conquanto a execução fiscal não deva ser suspensa, devem ser submetidos ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação.

4 - A competência do juízo falimentar deve se limitar aos atos que impliquem restrição patrimonial, passíveis de afetar a empresa recuperanda, cabendo ao juízo da execução fiscal a devida verificação dos créditos.

5 - A execução fiscal deve prosseguir normalmente no Juízo em que foi proposta, devendo este Juízo abster-se tão somente da prática de atos de constrição dos bens abrangidos pelo plano de recuperação da empresa, sendo certo que esses atos, se forem necessários, deverão ser praticados pelo Juízo universal, a fim de não prejudicar o andamento do plano de recuperação judicial.

6 - Não se trata de a ANATEL estar sob o comando do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, pois, uma vez que a empresa encontra-se em recuperação judicial naquele Juízo, ainda que não se suspenda a execução fiscal por força de lei, não seria razoável, na esfera do Juízo de execução fiscal, praticar-se atos de penhora, inviabilizando-se assim as medidas eventualmente tomadas no Juízo universal.

7 - A hipótese pede, portanto, segurança jurídica e qualquer decisão tomada, que ande na contramão desse entendimento, poderá prejudicar o processo de recuperação da empresa, podendo atingir, inclusive, a atividade empresarial.

8 - Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

50 - 0012709-16.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012709-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/12/2016 14:39
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0053458-98.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA. EMPRESA EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTIVO. PODER DE CAUTELA DO JUIZ. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO LEGAL ENTRE EXECUÇÕES FISCAIS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E ADMINISTRATIVOS. IMPROVIMENTO.

1 - A controvérsia cinge-se em saber se é possível a aplicação da suspensão determinada nos autos da recurperação judicial, pelo Juízo Empresarial, de todas as ações e execuções ajuizadas em face da recorrente, à execução fiscal cujo crédito decorre de multa administrativa.

2 - Esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento, sendo certo que o pronunciamento judicial impugnado não se encontra inserido nessas exceções.

3 - Conforme legislação pátria, não há diferença entre ações executivas fiscais de débitos tributários e ações executivas fiscais de débitos administrativos, pois ambas são objeto de execução fiscal e, por isso, não se suspendem.

4 - A circunstância de a executada encontrar-se em recuperação judicial não se afigura, por si só, como impedimento ao prosseguimento da execução fiscal em que se exige multa administrativa.

5 - A agravante não irá sofrer prejuízo decorrente da decisão objurgada, pois a decisão combatida determinou que o feito executivo aguardasse o decurso do prazo da recuperação judicial.

6 - Agravo de instrumento conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0012443-29.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012443-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 13/02/2017 15:17
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AUTOR: CELIA GARCIA COSTA NEVES
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0053312-57.2016.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. LIVRE DISTRIBUIÇÃO. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1 - Trata-se de conflito de competência suscitado em sede de ação de execução, cujo objetivo é executar sentença proferida em mandado de segurança coletivo que versava sobre o recebimento de verbas relativas à extensão da VPE pelos servidores do antigo Distrito Federal.

2 - As peculiaridades das execuções individuais embasadas em sentença proferida em ação coletiva afastam a obrigatoriedade de tramitação perante o Juízo que decidiu a ação coletiva, ainda que o domicílio do credor seja na respectiva localidade.

3 - Se assim não fosse, o cumprimento da decisão judicial provocaria o congestionamento do Juízo perante o qual tramitou a ação coletiva causando prejuízo não somente aos substituídos, como aos demais jurisdicionados, violando, assim, os princípios da eficiência e da economia processual.

4 - A questão da competência para esse tipo de execução não se encontra regulado de forma expressa, sendo possível a aplicação analógica das regras insculpidas no CDC, ao invés das regras de competência do CPC de 2015.

5 - Conflito de competência conhecido, declarando-se competente o Juízo suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito de competência para declarar competente o Juízo suscitado, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

51 - 0001209-16.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001209-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/02/2017 20:04

Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

AUTOR: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA

RÉU: GUSTAVO BASTOS DE ALMEIDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU - RJ

SUSCITADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ

Originário: 0006941-69.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS FEDERAIS DA BAIXADA FLUMINENSE. LOCAL DE DOMICÍLIO DO RÉU. MUNICÍPIO DE JAPERI. ALTERAÇÃO DE JURISDIÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 21/2016. CRITÉRIO FUNCIONAL. INTERIORIZAÇÃO DA JUSTIÇA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. JUÍZO SUSCITANTE COMPETENTE.

1 - A questão gira em torno de se saber qual dos Juízos, Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu ou Juízo da 2ª Vara Federal de São João de Meriti, seria o competente para processar e julgar o feito, na medida em que o Município de Japeri, onde reside a parte ré, teria mudado de jurisdição.

2 - Com a mudança de jurisdição sobre o Município de Japeri, promovida pela Resolução nº 21/2016, o que se tem é uma reorganização das Subseções Judiciárias do Rio de Janeiro quanto à competência que abrange as respectivas Varas.

3 - A divisão da Seção Judiciária em várias localidades atende à exigência de se prestar jurisdição de maneira mais ágil e fácil, com base em imperativo de ordem pública, daí o critério ser o funcional.

4 - O Juízo da 2ª Vara Federal de São João de Meriti é incompetente para processar e julgar a ação monitória, vez que o domicílio da parte ré está atualmente abrangido pelas Varas Federais de Nova Iguaçu, as quais se afiguram como uma parcela do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, desmembrada para fins funcionais e originando, via de consequência, a competência absoluta.

5 - Não se trata de Seções Judiciárias distintas, concorrentes, mas de uma única Seção Judiciária subdividida em Subseções Judiciárias, daí porque não incide à espécie o princípio da perpetuação da jurisdição, instituto aplicado, via de regra, nos casos de competência relativa.

6 - Conflito de competência conhecido, declarando-se competente o Juizado suscitante.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do conflito para declarar competente o Juízo suscitante, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 08/03/2017 (data do julgamento).

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator

BOLETIM: 2017000216

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0010641-97.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.010641-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 12/06/2015 14:08
Gabinete 18
Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
APELANTE: CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: JULIANA PEREIRA FARO
ADVOGADO: SERGIO HENRIQUE SILVA AGUIAR
ADVOGADO: CLAUDIO RODRIGO GUEDES FERRO LAMEGO
APELANTE: MEDISE MEDICINA DIAGNÓSTICO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO
ADVOGADO: BIANCA MARIA DE SOUZA MACEDO PIRES
ADVOGADO: DAVI REIS MIRANDA FILHO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0010641-97.2008.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
(Ref. Petição 2017.7404.0015007 – CAARJ)
"De ordem: Junte-se, anote-se e dê-se a vista requerida."
Rio, 14/03/2017
ANDREA RAMINELLI MARQUES
Assessora de Juiz

SUBSECRETARIA DA 7a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000137

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

7a.TURMA ESPECIALIZADA

ADITAMENTO DE PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 05 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados no Aditamento a Pauta de Julgamentos Ordinária Eletrônica do dia 05 de ABRIL de 2017 (Quarta-Feira), os quais serão julgados a partir das 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

143 - Processo: 0134460-36.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo

RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
PAUTA: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: PATRÍCIA ÉRICA FERNANDES
ADVOGADO: DANILO BRAZ SILVA FRANÇA DEPOLLO
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
08/02/2017 13:00 Pedido de Vistas
22/02/2017 13:00 Pedido de Vistas
08/03/2017 13:00 Adiado
15/03/2017 13:00 Adiado

144 - Processo: 0012392-52.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
AGVDO: DENISE SEICE GIERKENS
ADVOGADO: MARCO AURELIO JUSTINO DE SOUZA
AGVDO: LUIZ FERNANDO KNAACK
ADVOGADO: ANTONIO SILVA FILHO
AGVDO: ERIKA ALESSANDRA ALVES FERREIRA
AGVDO: MARILENA ALVES FERREIRA
ADVOGADO: ODIR DE ARAUJO FILHO
AGVDO: SYLVIO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: SEBASTIAO DE CARVALHO MARTINS
AGVDO: OSCAR GOMES MACIEL
ADVOGADO: MARCIO LUIZ DONNICI
AGVDO: MARCOS BERLANDO
ADVOGADO: DARCI JOSE DE ALMEIDA FILHO
AGVDO: MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES
ADVOGADO: HELIO VILLELA DUPLAN
AGVDO: ALMIR AUGUSTO FERREIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: MARISE COELHO DE ATAÍDE
ADVOGADO: HERIBERTO PARRINI FROTA
Resultados de Julgamentos Anteriores
08/03/2017 13:00 Adiado
15/03/2017 13:00 Retirado de Pauta

145 - Processo: 0000916-80.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.08 - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES FEDERAIS – ANPAF
ADVOGADO: FERNANDA DEMARCHI MATIELO
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
P.RÉ: SILVANIA MEDEIROS GONSALVES
P.RÉ: ALEXANDRE COELHO NETO
P.RÉ: RICARDO PACHECO NAPOLEÃO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
T.INTER.: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LEMOS CAVALCANTI BEZERRA
ADVOGADO: RAPHAEL CAPELLETI VITAGLIANO
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO CUNHA MARTINS SILVA
ADVOGADO: TANIA APARECIDA PEREIRA CUSTODIO
Observação da DIDRA:

Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Retirado de Pauta

146 - Processo: 0121378-60.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo

01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIAO - CREFITO2
ADVOGADO: VALTER VILAS BOAS DE MEIRELES
ADVOGADO: JOAO HENRIQUE NASCIMENTO DE FREITAS
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
ASSTE: SINSAFISPRO - SINDICATO DOS SERVIDORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZACAO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
ADVOGADO: MARCIA MARINHO MURUCCI
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Retirado de Pauta

RIO DE JANEIRO, 17 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL SERGIO SCHWAITZER

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000138

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0040454-55.1997.4.02.5102 Número antigo: 1997.51.02.040454-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/09/2016 08:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MARIZE KLOPPER DA SILVA
ADVOGADO: DAVID ARMOND DE ALMEIDA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRO CORDEIRO LOPES
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
ADVOGADO: CARLA BORBA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Originário: 0040454-55.1997.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
DESPACHO

Intime-se, novamente, a apelante para que, no prazo de 5 dias, regularize sua representação processual, tendo em vista que a apelação foi subscrita pela advogada Karine Cyrico de Carvalho, que não está incluída nas procurações e nos substabelecimentos anexados aos autos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(GRC/T215620)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0040454-55.1997.4.02.5102 Número antigo: 1997.51.02.040454-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/09/2016 08:56

Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MARIZE KLOPPER DA SILVA
ADVOGADO: DAVID ARMOND DE ALMEIDA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRO CORDEIRO LOPES
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
ADVOGADO: CARLA BORBA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Originário: 0040454-55.1997.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
DESPACHO

Intime-se, novamente, a apelante para que, no prazo de 5 dias, regularize sua representação processual, tendo em vista que a apelação foi subscrita pela advogada Karine Cyrico de Carvalho, que não está incluída nas procurações e nos substabelecimentos anexados aos autos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(GRC/T215620)

BOLETIM: 2017000139

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0014901-13.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014901-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/04/2015 09:58
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MALENA CHACON MIRANDA NAVAS
ADVOGADO: ROSE FERREIRA DIAS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0014901-13.2014.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
SERGIO SCHWAITZER
PÓLO ATIVO
:
MALENA CHACON MIRANDA NAVAS
ADVOGADO(S)
:
ROSE FERREIRA DIAS
PÓLO PASSIVO
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO(S)
:
ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:
07ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00149011320144025101)
DESPACHO
I. Nos termos dos arts. 998, caput e 999, ambos do novo Codex, homologo a desistência do recurso de fls. 76/83, manifestada à fl. 122.
II. Dê-se baixa, remetendo-se os autos, incontinenti, à Vara de origem, com as cautelas de estilo.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0110555-27.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.110555-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/03/2015 10:29
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: DIONEE MORAES FIGUEIREDO
REPRESENTANTE: LOURDES FIGUEIREDO DE MENDONÇA
ADVOGADO: ALBERTINHO POSSAMAI
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0110555-27.2014.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

Considerando-se: (i) a petição de fls. 230/232, protocolada em 13/03/2017, mediante a qual as Srªs LOURDES FIGUEIREDO DE MENDONÇA e LEILA MORAES FIGUEIREDO, na condição de filhas, comunicam o falecimento da apelante, Srª DIONÉE MORAES FIGUEIREDO, ocorrido em 12/06/2014 (fl. 252), e requerem suas habilitações nos presentes autos, visando à interposição de embargos declaratórios, e (ii) as informações contidas na certidão de óbito de fl. 252, intime-se as requerentes para que tragam aos autos certidão de inventariança, a fim de regularizar a representação processual.
Após, retornem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(mrb/T211745)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0104978-45.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104978-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/09/2014 23:10
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: ODEBRECHT TRANSPORT AEROPORTOS S.A.
AGRAVANTE: CONCESSIONÁRIA AEROPORTO RIO DE JANEIRO S.A.
ADVOGADO: PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
ADVOGADO: LEONARDO GRECO
ADVOGADO: PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO FILHO
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO GUILHERMINO VEIGA
ADVOGADO: MARIANA FAINI PRZEWODOWSKI
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: ANAC - AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: EXCELENTE B.V.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0033925-61.2013.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
ODEBRECHT TRANSPORT AEROPORTOS S.A. E OUTRO
ADVOGADO
:

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO, LEONARDO GRECO, PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO FILHO, CARLOS AUGUSTO GUILHERMINO VEIGA, MARIANA FAINI PRZEWODOWSKI
AGRAVADO
:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL E OUTROS
ADVOGADO
:
Procurador Regional da República, PROCURADOR FEDERAL, SEM ADVOGADO, SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00339256120134025101)
Despacho
Considerando o julgamento de improcedência da ação civil pública nº 0033925-61.2013.4.02.5101 e a pendência da subida dos autos para reexame necessário, retiro o presente agravo de instrumento da pauta da Sessão do dia 15.03.2017 para julgamento quando oportuno.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal
(iba)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0005832-60.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005832-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/06/2016 16:06
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
AGRAVADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
PARTE AUTORA: DULCILINA DA SILVA
ADVOGADO: AILTON MARCELO THOMAZ DO NASCIMENTO
PARTE RÉ: ENGEPASSOS CONSTRUTORA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014785-82.2016.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL visando à reforma do decisum (fls. 28/31 dos autos originários) proferido pelo MM. Juiz da 01ª Vara Federal de Duque de Caxias, nos autos do processo nº 0014785-82.2016.4.02.5118, que extinguiu o feito sem exame de mérito em relação ao Município de Duque de Caxias e ao Estado do Rio de Janeiro.
Decisão às fls. 39/40 indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.
Contrarrazões do Município de Duque de Caxias às fls. 48/66.
Contrarrazões do Estado do Rio de Janeiro às fls. 84/95.
Parecer do MPF às fls. 110/120, opinando pelo provimento do agravo.
É o breve relatório. Decido.
Pela análise de fls. 171/176 dos autos originários, verifica-se que a ação, na qual foi proferida a decisão interlocutória que ensejou o presente agravo, já foi julgada em primeira instância.
Portanto, houve perda de objeto do agravo de instrumento, pois a superveniência da sentença proferida pelo Juízo a quo fez desaparecer o interesse processual no presente recurso, na medida em que o comando sentencial, autônomo e definitivo, oriundo de cognição exauriente, se sobrepõe e substitui a decisão interlocutória.
Sobre o tema, vale conferir:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO.
1. A jurisprudência desta Corte superior firmou entendimento no sentido de que resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento de

decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, quando se verifica a prolação da sentença de mérito. Precedentes.

2. Não pode ser conhecido o recurso especial contra decisão interlocutória na parte em que a ofensa a dispositivos legais refere-se ao mérito da causa principal. Precedentes

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(STJ, AgRg no REsp 640.128/RS, DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2013, DJe 29/04/2013)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR DEFERIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONFIRMAÇÃO POR SENTENÇA DE MÉRITO. RECURSO ESPECIAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. DECISÃO MANTIDA.

1. A prolação de sentença de mérito na ação originária conduz à superveniente perda de objeto do recurso interposto contra o deferimento do pedido de liminar. 2. O interesse em recorrer, tal como ocorre com o interesse de agir, deve ser mensurado à luz do benefício prático proporcionado à parte recorrente, sendo certo, ademais, que a sentença proferida com base em cognição exauriente confere tratamento definitivo à controvérsia, fazendo cessar a eficácia da liminar e da antecipação dos efeitos da tutela deferidas initio litis ou incidentalmente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(STJ, AgRg no AREsp 140.206/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 12/03/2013)

"SERVIÇO MILITAR. GRADUAÇÃO EM MEDICINA. LEIS 4.375/64 E 5.292/67. DECRETO 57.654/66. DISPENSA DE INCORPORAÇÃO POR EXCESSO DE CONTINGENTE. RECONVOCAÇÃO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. PERDA DE OBJETO.

1. Controvérsia acerca da possibilidade de nova convocação para o serviço militar obrigatório, adespeito de dispensa anterior por excesso de contingente.

2. Sentença proferida pelo Juízo a quo. Perda de objeto do recurso, eis que a superveniência da sentença proferida em Primeira Instância fez desaparecer o interesse processual neste recurso.

3.Precedentes (STJ, 5ª Turma, AgRg na MC 16500, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 21.11.2011; TRF2R, 6ª Turma Especializada, AG 200802010074655, Rel.Des.Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 10.5.2011, e 8ª Turma Especializada, AG 200602010121247, Rel.Des.Fed. RALDENIO BONIFACIO COSTA, E-DJF2R 29.4.2011).

4.Agravo Interno prejudicado."

(TRF2, AG 201202010012975, Juiz Federal Convocado RICARDO PERLINGEIRO, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 30/07/2012.).

Isto posto,

Julgo prejudicado o recurso, nos termos do art. 932, III do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à Vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T211992/rla)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0001687-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001687-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 15:12

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.

ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0135093-38.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S.A., visando a reforma do decisum de fl. 48/66, complementado às fls. 67/68, proferido pelo MM. Juiz da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0135093-38.2015.4.02.5101, que determinou:

"(...)

i) oficie-se ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com cópia desta e das r. decisões do M. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, para, conforme o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal e os artigos 66, inciso I, 951 e 953, inciso I, do Código de Processo Civil, dar solução ao conflito positivo de competência estabelecido, fixando ou rejeitando o entendimento de que, ainda que se trate de dívida não tributária e que não possam ser determinadas diretamente por este M. Juízo novas medidas constritivas sobre o patrimônio da Executada, consoante dispõe o artigo 6°, § 7°, da Lei nº 11.101/2005 em coerência sistêmica com os artigos 5° e 29 da Lei n° 6.830/80, compete exclusivamente a este M. Juízo decidir sobre o prosseguimento ou a suspensão desta execução fiscal; e,

ii) oficie-se ao M. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro para ciência desta, de que a presente execução permanece em curso e para solicitar que se digne determinar as necessárias providências para anotar penhora no rosto dos autos do processo de recuperação judicial da empresa executada, relativamente ao valor necessário para a integralização da garantia do crédito aqui em cobrança, rogando-se ainda seja prontamente informado a este M. Juízo a providência adotada.

(...)".

Sustenta, em síntese, que "a r. decisão proferida pelo MM. Juízo a quo, está em dissonância com a jurisprudência pacífica do e. Superior Tribunal de Justiça, a qual consigna que "é do juízo em que se processa a recuperação judicial a competência para promover os atos de execução do patrimônio da empresa, evitando-se, assim, que medidas expropriatórias possam prejudicar o cumprimento do plano de soerguimento"" (fl. 7).

Alega que, "ao não acolher a determinação de suspensão do feito oriunda do juízo empresarial, o referido órgão jurisdicional deliberou, na verdade, acerca da submissão ou não do crédito ali perseguido ao processo de recuperação judicial, o que compete, s.m.j., exclusivamente ao juízo especializado" (fl. 7).

Assevera que "salta aos olhos a necessidade de reforma da r. decisão agravada que, desconsiderando a existência de decisão judicial valida e eficaz, cujos efeitos estão em pleno vigor — a qual determina a suspensão de todas as execuções movidas pela ANATEL contra a executada que tenham por objeto a satisfação de multa administrativa — indeferiu o pedido de suspensão formulado pela ora agravante, em razão do deferimento do processamento da recuperação judicial" (fl. 15).

Sustenta que "há respaldo legal para não incluir na regra normativa restritiva do §7º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005 os créditos derivados de multas administrativas. Aliás, estender a incidência da aludida norma de exceção a todo e qualquer crédito fiscal é dar plenitude à interpretação literal, em detrimento da exegese sistemática e teleológica da norma. Dizer que o dispositivo da lei falimentar, por não fazer distinção em sua redação, abrange os créditos derivados de multas administrativas é retroceder anos de hermenêutica jurídica. Enfim, é fazer da letra fria da lei o único norte de sua aplicação" (fl. 20).

Afirma que "confia a agravante em que essa e. Turma conhecerá e dará provimento a este recurso, para reformar a r. decisão agravada, e determinar o sobrestamento da execução fiscal nº 0014221-57.2016.4.02.5101, tendo em vista os créditos oriundos de multas administrativas se submetem à recuperação judicial, e, portanto, estão sujeitos ao regime recuperacional, o que se extrai da própria conjugação entre o referido dispositivo e o art. 4º, §4º da LEF" (fl. 23).

Aduz que "a r. decisão agravada, d.m.v., deixou de considerar que o instituto da penhora no rosto dos autos não se aplica ao processo recuperacional em razão da inexistência de créditos passíveis de penhora. Além disso, o MM. Juízo a quo desconsiderou que o valor executado encontra-se devidamente incluído no plano de recuperação judicial, razão pela qual não há qualquer justificativa para a penhora no rosto dos autos" (fl. 25).

É o breve relatório. Decido.

Observo que o presente recurso foi interposto em duplicidade com o agravo de instrumento nº 0001679-47.2017.4.02.0000, sendo certo, portanto, que se encontra fulminado pela chamada preclusão consumativa.

Nesse sentido, vale conferir a lição de Luiz Rodrigues Wambier:

"A preclusão consumativa ocorre quando o ato que se deveria praticar o é, no prazo legal, não podendo ser, portanto, repetido. A interposição do recurso de agravo, no exemplo anteriormente dado, se ocorresse no 5º dia do prazo de 10 dias, determinaria que, imediatamente, ocorresse a preclusão consumativa. Não poderia a parte, por exemplo, recorrer novamente, ou mesmo acrescentar outros argumentos ao recurso já interposto, nos outros dias 'restantes' de seu prazo, assim como não poderia substituir seu recurso por um outro, melhor elaborado, no prazo final. Na verdade, consumado o ato para o qual havia prazo, a conseqüência prática da ocorrência da preclusão é que o prazo restante deixa de existir, não mais podendo a parte realizar novamente o mesmo ato processual" (WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Direito Processual Civil. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005. p. 205).

Isto posto,

Não conheço do agravo de instrumento, nos termos do disposto no art. 932, III, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à Vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211992/rla)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001800-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001800-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 11:02
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LORRAYNE KAROLINE MATTOS CORRÊA
ADVOGADO: ELIANE PEREIRA TOMAZ CRAVO
Originário: 0002174-26.2017.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES visando a reforma da decisão (fls. 33/38 dos autos originários) proferida pelo Juízo da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos da ação ordinária nº 002174-26.2017.4.02.5001, que deferiu o pedido liminar para determinar que o agravante matricule a agravada no Curso Técnico de Química – Noturno (campus Vila Velha) e permita que a mesma inicie o ano letivo de 2017, no próximo dia 13 de fevereiro.

Sustenta, em apertada síntese, que, segundo prevê o Edital PS 04/2017, não poderão concorrer às vagas de ação afirmativa (AA1 e AA2) os candidatos que tenham, em algum momento, cursado parte do ensino fundamental em escolas que não se enquadram na definição de escola pública no país, nos termos da Lei nº 9.394/96, art. 19, inciso I, destacando que tal regra decorre da Lei 12.711/2012 (art. 4º).

Assevera que a agravada cursou a 1ª série/1ºano do ensino fundamental em escola, cuja administração não é pública, sendo certo que o argumento de que se trata de instituição privada filantrópica, voltada justamente para alunos de baixa renda, implica numa interpretação extensiva de uma norma de exceção (participação em cotas), o que não se pode admitir, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.

É o breve relatório. Decido.

Com efeito, o Edital PS 04/2017 do IFES é claro ao mencionar que o sistema de reserva de vagas para estudantes de escola pública só será aplicado aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas - o que não ocorreu na hipótese em tela -, in verbis (fls. 60/97 dos autos principais):

"2. DA RESERVA DE VAGAS

2. 1. Em atendimento à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, ao Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e à Portaria Normativa do MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, do total das vagas ofertadas por curso e turno, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas para candidatos que tenham cursado INTEGRALMENTE o ensino fundamental (1º ao 9º ano) em escolas públicas no país, caracterizadas pela Lei nº 9.394/96, art. 19, inciso I, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino (inclusão social por sistema de cotas – vagas de Ação Afirmativa – AA).

(...)

2.5 Não poderão concorrer às vagas de ação afirmativa (AA1 e AA2) os candidatos(as) que tenham, em algum momento, cursado parte do ensino fundamental em escolas que não se enquadram na definição de escola pública no país, segundo a Lei nº 9.394/96, art. 19, inciso I:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam–se nas seguintes categorias administrativas:

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II – Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

2.6 Os(as) candidatos(as) que optarem pela reserva de vagas (AA1 ou AA2), passarão por análise documental para comprovação da condição, e, do direito à vaga a partir do requerimento de matrícula.". - g.n.

Como é cediço, em regra, de acordo com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o edital deve ser considerado como lei do concurso sobre o qual dispõe, vinculando tanto a Administração Pública como o candidato que pretende prestar tal concurso:

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSOEM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. INSTRUMENTOQUE VINCULA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS CANDIDATOS. VEDADA AMODIFICAÇÃO DAS REGRAS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. - A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o edital é a lei do concurso, cujas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos. - O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que é vedada, enquanto não concluído o certame, a alteração do edital do concurso, a não ser para adequá-lo ao princípio da legalidade, em razão de modificação normativa superveniente, o que não retrata o caso dos autos. - In casu, o Edital n. 101/95 expressamente previu que, após a fase de realização de exame de saúde, seriam posteriormente convocados os candidatos para escolha de vagas junto aos Núcleos Regionais da Educação. Os Editais n. 01/96 e n. 05/96, antes mesmo do término da fase de realização dos exames de saúde, convocaram a candidata para escolha de vaga e estipularam que o não comparecimento importaria em renúncia à nomeação e desistência do concurso, o que demonstra a clara modificação das normas do concurso público, estabelecidas no primeiro instrumento editalício. Agravo regimental desprovido."

(STJ, AROMS 199900372743, Rel. Min. MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), SEXTA TURMA, DJE 14/04/2014).

Cabe destacar, no entanto, que tal princípio não é absoluto, sendo certo que o edital não pode extravasar os limites do lógico e do razoável, ofendendo os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Mutatis Mutandis, vale conferir o seguinte aresto:

"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. COLÉGIO DEAPLICAÇÃO DA UFRJ. LIMITE DE IDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DARAZOABILIDADE E DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES DE ACESSO À EDUCAÇÃO.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de liminar para assegurar ao recorrente a inscrição preliminar no sorteio de vagas para admissão ao 1° ano do Ensino Fundamental (Classe de Alfabetização) para o ano letivo de 2011 do CAP da UFRJ,independentemente do contido no artigo 2° do Edital de Admissão.

2. O limite de idade contido no item 2.1. •a– do Edital de Admissão de Alunos ao Colégio de Aplicação da UFRJ -2011, que exige que os candidatos tenham nascido entre 1o de março de 2004 e 31 de março de 2005, não se mostra razoável, principalmente em relação ao impetrante, que completará 6anos de idade em 26 de abril de 2011, 26 dias após o limite estabelecido no edital, não sendo plausível que alguns dias, dentro do 1° semestre do mesmo ano civil de nascimento de uma criança, possam balizar a maturidade e o desenvolvimento necessários para cursar o 1º ano do Ensino Fundamental (Classe de Alfabetização).

3. Não obstante o edital ser tido como •a lei do certame–, tal ato normativo não pode extravasar os limites do lógico e do razoável, sob pena de violação ao art. 206, I, da CF,que, por sua vez, dentre outros, traz o princípio da igualdade de condições para o acesso à escola.

4. Ressalte-se que o art. 32 da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pela Lei nº 11.274/2006,dispõe que o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6(seis) anos de idade, não se justificando a restrição etária contida no edital para os candidatos que completarem 6 (seis) anos até 31 de março do ano da realização do 1º ano do Ensino Fundamental.

5. O Colendo Supremo Tribunal Federal vem decidindo reiteradamente, em hipóteses distintas, mas com a mesma essência jurídica, que o limite de idade para a inscrição em concurso público somente se legitima, quando a restrição etária possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. Na falta de justificação razoável, a lei, ou o edital, será inconstitucional. 6. Agravo de instrumento conhecido e provido." - g.n.

(TRF2, AG 201002010133538, acórdão de minha relatoria, SÉTIMA TURMAESPECIALIZADA, E-DJF2R 17/02/2011).

Ocorre que não vislumbro ausência de razoabilidade no referido edital ao estabelecer como requisito para participação no sistema de cotas que o estudante tenha cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública, uma vez que a educação oferecida pelas instituições públicas de ensino fundamental ainda precisa de evolução para alcançar os índices de aproveitamento obtidos pelas instituições privadas de ensino.

In casu, conquanto a agravada tenha estudado apenas uma série do ensino fundamental em escola particular, mantida pela Fundação Bradesco, cuja missão é, justamente, “promover a inclusão e o desenvolvimento social por meio da educação”, prestando serviços educacionais, por investimentos sociais do Banco Bradesco, à população de baixa renda", consoante fundamentação da decisão agravada (fl. 35), não se pode conceder interpretação extensiva aos alunos egressos de instituição de ensino sem fins lucrativos, mesmo com caráter filantrópico, para fins de concorrer à vaga de cotistas oriundos do ensino público.

Nesse sentido, é firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as normas que regulam o sistema de reserva de vagas e impõem como critério a realização do ensino fundamental e médio exclusivamente em escola pública não podem ser interpretadas extensivamente para abarcar instituições de ensino particulares, sob pena de inviabilizar o fim buscado por meio da ação afirmativa

Confira-se os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO. ENSINO MÉDIO. CONCURSO PARA CURSO TÉCNICO. SISTEMA DE COTAS. ADVENTO DA LEI 12.711/12. SUPOSTA VIOLAÇÃO DO ART. 2º DA LEI 9.784/1999. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, as normas que regulam o sistema de reserva de vagas e impõem como critério a realização do ensino fundamental e médio exclusivamente em escola pública não podem ser interpretadas extensivamente para abarcar instituições de ensino particulares, sob pena de inviabilizar o fim buscado por meio da ação afirmativa.

2. O Tribunal a quo não se pronunciou a respeito do art. 2º da Lei 9.784/1999. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

3. Ademais, ainda que superado tal óbice, o referido dispositivo legal apenas exara regramento genérico sobre os princípios a serem observados pela Administração Pública, não possuindo comando normativo capaz de sustentar a tese defendida no Recurso Especial. Aplica-se, por analogia, a Súmula 284/STF, ante a deficiência na fundamentação.

4. Agravo Regimental não provido." - g.n.

(AgRg no REsp 1558093/PB, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/02/2016).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA DE COTAS. ENSINO MÉDIO CONCLUÍDO EM COLÉGIO CENECISTA. SÚMULA 83/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o recorrente não pode concorrer às vagas reservadas por meio do sistema de cotas, em razão de ter cursado o ensino médio em escola filantrópica (cenecista).

2. Incidência do disposto na Súmula 83 do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." - g.n.

(AgRg no REsp. 1.553.545/AL, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 17.12.2015).

"ADMINISTRATIVO. AÇÕES AFIRMATIVAS. POLÍTICA DE COTAS. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS LEGAIS, PROPORCIONAIS E RAZOÁVEIS PARA CONCORRER A VAGAS RESERVADAS. IMPOSSIBILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO CRIAR EXCEÇÕES SUBJETIVAS. OBSERVÂNCIA COMPULSÓRIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

1. No caso em tela, conforme premissa de fato fixada pela origem, o estudante cursou quatro disciplinas no ensino médio, modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos, em instituição particular gratuitamente, com o auxílio de bolsa.

2. O Tribunal de origem concluiu não ser razoável enquadrar o recorrente como egresso da rede pública de ensino, uma vez que "se o candidato frequentou disciplinas do ensino médio em instituição particular, ainda que gratuitamente, não faz jus à matrícula dentro do sistema de cotas para egressos do ensino público"(fls. 660).

3. A matéria de fundo já foi objeto de análise por esta Corte Superior de Justiça, fixando entendimento de que a forma de implementação de ações afirmativas no seio de universidade, bem como as normas objetivas de acesso às vagas destinadas à política pública de reparação, fazem parte da autonomia específica prevista no art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e que a exigência de que os candidatos a vagas como discentes no regime de cotas 'tenham realizado o ensino fundamental e médio exclusivamente em escola pública no Brasil', constante no edital do processo seletivo vestibular, é critério objetivo que não comporta exceção, sob pena de inviabilizar o sistema de cotas proposto. Precedentes: REsp 1328192/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012; REsp 1254042/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 22/10/2012; REsp 1247728/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2011, DJe 14/06/2011; REsp 1132476/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009. 4. Agravo regimental não provido". - g.n.

(AgRg no REsp 1314005/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/05/2013).

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENSINO SUPERIOR. COTAS PARA EGRESSOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMA EDUCACIONAL ASSISTENCIAL.

1. Cuida-se de ação civil pública em que se busca afastar restrição de acesso ao sistema de cotas de inclusão social da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para ingresso nos cursos de graduação no

vestibular do ano de 2008, aos candidatos provenientes de escola particular e beneficiados com bolsa de estudos integral, bem como aos discentes de escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, ainda que mantidas por convênio com o Poder Público.

2. Conforme premissa fática fixada pela corte de origem, os alunos conveniados (beneficiários de programa educacional assistencial) desfrutaram das mesmas condições dos demais matriculados na escola particular (uso do mesmo espaço físico e comparecimento a aulas ministradas por professores contratados com remuneração correspondente ao vencimento do professor PA-1 ou PC-3 do Quadro Próprio do Magistério acrescido de 36% relativos aos encargos sociais e despesas administrativas, tudo ressarcido pelo Poder Público).

3. Esta Corte já consignou que não se pode interpretar extensivamente norma que impõe como critério a realização do ensino fundamental e médio exclusivamente em escola pública para abarcar instituições de ensino de outra espécie, sob pena de inviabilizar o fim buscado por meio da ação afirmativa.

4. Recurso especial não provido. - g.n.

(REsp 1.206.619/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 13.12.2011).

Isto posto,

Concedo o efeito suspensivo requerido. Comunique-se com urgência.

Intime-se a agravada, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T210233)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0001805-97.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001805-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 15:50

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: CARLOS ADALBERTO DE ARAUJO PINHEIRO

AGRAVANTE: HELVECIO LADEIRA PESSOA

ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA

PARTE AUTORA: ALMIR RUDIGERI PESSANHA

ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA

Originário: 0015961-36.2005.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por CARLOS ADALBERTO DE ARAUJO PINHEIRO e OUTROS, visando à reforma do decisum de fl. 70, complementado à fl. 74, proferido pelo MM. Juiz da 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0015961-36.2005.4.02.5101, que teve a seguinte fundamentação:

"Compulsando-se os autos, notadamente toda a documentação carreada, constata-se que houve a comprovação de que os autores CARLOS ALBERTO DE ARAUJO PINHEIRO E HELVÉCIO LADEIRA PESSOA fizeram a opção ao FGTS na época em que já era prevista a progressividade de juros, portanto, tiveram suas contas devida e corretamente remuneradas.

Assim, quanto aos autores supracitados, conclui-se inexistir valor exigível na execução em tela.

De outra sorte, quanto ao autor ALMIR RUDIGERI PESSANHA, uma vez que houve concordância expressa no tocante à proposta de acordo, intime-se a CEF para, em até 10 (dez) dias, proceder ao desbloqueio da conta vinculada ao FGTS do referido autor, comprovando nos autos.

Deverá, bem assim, a CEF, na oportunidade, comprovar o depósito à disposição deste Juízo dos valores de reembolso das custas, devidamente corrigidas, em conformidade com o título executivo judicial.

Intimem-se".

Sustentam os agravantes que "O artigo 29-A da Lei 8.036/90 determina que quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante depósito na conta vinculada ao FGTS do trabalhador. Desta forma, cabe à ré juntar os extratos das contas vinculadas ao FGTS dos autores de todo o período imprescrito [sic], ou seja, a partir de 1975. Entretanto, o MM. juízo de

primeiro grau proferiu a sentença de fl. 476 concluindo não existir valor exigível na execução para os referidos autores, por já terem supostamente suas contas "devida e corretamente remuneradas", o que não pode prosperar" (fl. 6).

Alegam que "a ré não juntou aos autos um extrato sequer das contas não optantes dos autores, pelo que ainda pendente de juntada. Isto porque, em que pese as contas não-optantes terem sido originalmente de titularidade do empregador, a partir do momento que o empregado opta pelo FGTS, a referida conta passa a ser de titularidade do empregado" (fl. 6).

Asseveram que "deverão ser JUNTADOS AOS AUTOS OS EXTRATOS DAS CONTAS NÃO OPTANTES DOS AUTORES" (fl. 9).

Aduzem que, "Considerando que o autor ALMIR RUDIGERI celebrou acordo com o réu no importe de R$ 14.694,89 (quatorze mil e seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos), devido o importe de R$ 1.469,48 (mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos) a título de honorários advocatícios sucumbenciais, o que deixou de ser apreciado pelo MM. Juízo de primeiro grau em que pese a interposição dos embargos de declaração de fls. 482/483" (fl. 9).

Certidão à fl. 77, informando que o presente recurso foi interposto em duplicidade com o de n.º 0001804-15.2017.4.02.0000.

É o breve relatório. Decido.

Observo que o presente recurso foi interposto em duplicidade com o agravo de instrumento nº 0001804-15.2017.4.02.0000, sendo certo, portanto, que se encontra fulminado pela chamada preclusão consumativa.

Nesse sentido, vale conferir a lição de Luiz Rodrigues Wambier:

"A preclusão consumativa ocorre quando o ato que se deveria praticar o é, no prazo legal, não podendo ser, portanto, repetido. A interposição do recurso de agravo, no exemplo anteriormente dado, se ocorresse no 5º dia do prazo de 10 dias, determinaria que, imediatamente, ocorresse a preclusão consumativa. Não poderia a parte, por exemplo, recorrer novamente, ou mesmo acrescentar outros argumentos ao recurso já interposto, nos outros dias 'restantes' de seu prazo, assim como não poderia substituir seu recurso por um outro, melhor elaborado, no prazo final. Na verdade, consumado o ato para o qual havia prazo, a conseqüência prática da ocorrência da preclusão é que o prazo restante deixa de existir, não mais podendo a parte realizar novamente o mesmo ato processual" (WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Direito Processual Civil. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005. p. 205).

Isto posto,

Não conheço do agravo de instrumento, nos termos do disposto no art. 932, III, do CPC.

Feitas as anotações de estilo, baixem os autos à Vara de origem para arquivamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T211992/rla)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0001942-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001942-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 16:28

Gabinete 21

Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER

AGRAVANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

AGRAVADO: MARIA DA SILVA PEREIRA

ADVOGADO: MONICA MARIA VIEIRA ADERALDO

ADVOGADO: DANIEL VIEIRA SORIANO ADERALDO

PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Originário: 0176472-22.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

SERGIO SCHWAITZER

PÓLO ATIVO

:

MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
PÓLO PASSIVO
:
MARIA DA SILVA PEREIRA,UNIAO FEDERAL,ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO(S)
:
MONICA MARIA VIEIRA ADERALDO, DANIEL VIEIRA SORIANO ADERALDO, ADVOGADO DA UNIÃO, Procurador do Estado do Rio de Janeiro
ORIGEM
:
01ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01764722220164025101)
DECISÃO
Cuida-se de Agravo de Instrumento no qual requer o Agravante, Município do Rio de Janeiro, inicialmente, a concessão do efeito suspensivo ativo da decisão proferida pelo MM. Juízo de primeiro grau, a qual deferiu medicamento de alto custo - REPLAGAL.
Registre-se que se encontram presentes os requisitos de admissibilidade.
Sinale-se que os autos principais tramitam de forma eletrônica (processo nº 01764722220164025101/SJRJ), sendo possível, portanto, sua análise no âmbito desta Corte.
Extraem-se dos autos principais:
a) Fls. 18: Declaração de hipossuficiência
b) Fls. 24: Relatório Médico sem indicação de clínica ou hospital
"Relatório Médico
Maria da Silva Pereira, 37 anos... é portadora de doença de Fabry, diagnosticada pelo laboratório Centogene...
A doença de Fabry é uma doença hereditária, progressiva e deteriorante... estende-se por toda a vida dos indivíduos... com as manifestações multissistêmicas, acarretando redução da qualidade de vida e risco iminente de morte precoce, especialmente devido à doença renal, cardiovascular ou cerebrovascular.
Maria da Silva Pereira apresenta... acroparestesias em mãos... sinal precoce de início de acometimento renal. Possui casos familiares que confirmam a Doença de Fabri...
A terapia de reposição enzimática com Algalsidade alfa (Replagal) possui eficácia clínica significativa no acometimento cardíaco, renal... com melhora importante na qualidade de vida e redução de risco de morte súbita.
...
Sendo assim, recomendo o início da terapia de reposição enzimática o mais breve possível, onde ela necessita de reposição de forma contínua, por tempo indeterminado, com risco de clínica e morte súbita em caso de não iniciação da terapêutica ou sua interrupção.
...
...20 de outubro de 2016
Dra. Denise Lydia de Castro Rocha
Nefrologista
..."
d) Fls. 25:
"Prescrição Médica
...
...Replagal) 1 mg/ml .....
...
Dose quinzenal ..... 4 frascos"
c) Fls. 31 – Lista de Preço de Medicamentos
"...
Replagal... 1 mg/ml sol inj fr amp..... ICMS 0% PF (Preço para laboratório e Distribuidores) = 3.754,03
..."
d) Fls. 52/55: Parecer Técnico do Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro
"...
Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2017.
...
III – CONCLUSÃO
1. Informa-se que o medicamento pleiteado Alfagalsidase (Replagal) está indicado para o tratamento da patologia que acomete a Autora – Doença de Fabry. Entretanto não se encontra padronizado em

nenhuma lista oficial de medicamentos... para dispensação no SUS, no âmbito do Município e do Estado do Rio de Janeiro.

2... A TRE é um tratamento a ser utilizado por toda a vida...

...

4. A doença de Fabry é uma doença rara, ou seja, afeta no máximo uma em cada duas mil pessoas...

5... o Ministério da Saúde... instituiu a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras...

...

7... até a presente data, não foi publicado pelo Ministério da Saúde Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas que verse sobre a Doença de Fabry, e, portanto, não há lista oficial de medicamentos disponibilizados pelo SUS, que possam configurar alternativas terapêuticas ao tratamento da Autora.

..."

b) Fls. 194/197: decisão agravada

"1ª Vara Federal do Rio de Janeiro

...

É o relatório do essencial. Decido.

...

Em face do exposto, DEFIRO, EM PARTE, O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que os réus forneçam à AUTORA, continuamente, o medicamento Algalsidase Alfa - Replagal, na quantidade de 08 (oito) frascos por mês, conforme prescrição médica de fls. 24/25.

...

Intime-se COM URGÊNCIA os réus para cumprimento em 48h (quarenta e oito horas), a contar da data da intimação.

...

Oportunamente, será apreciada a impugnação à

gratuidade de justiça suscitada pela União Federal, em preliminar de contestação, na forma do art. 100, do CPC/2015.

...

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017."

Verifica-se, ainda, nos documentos juntados aos autos principais que:

a) Os patronos da Autora apresentam apenas OAB e endereço do Ceará (fls. 17);

b) O laboratório citado no relatório médico que confirma o diagnóstico da Autora – CENTOGENE - não é nacional, e sim alemão (fls. 26/27);

c) a médica citada no laudo do laboratório indicado no relatório médico (fls. 26) é de João Pessoa, Paraíba, e não é a mesma médica que assina o relatório médico;

d) o relatório médico apresentado com a petição inicial não indica a que órgão pertence o médico (hospital, clínica...), embora a cópia do referido documento juntado com a réplica (fls. 175/176) apresente um carimbo "GAMEN - Convênio SUS", não há informação suficiente para indicar o referido consultório/hospital.

Observe-se que o Estado do Rio de Janeiro, também nos autos principais, juntou parecer, às fls. 126/130, no qual assinalou:

"...

O exame molecular... apresentado pela Autora com a confirmação diagnóstica da doença de Fabry foi realizado pela empresa alemã, Centogene The Rare Disease. O referido exame é realizado no Brasil e tem custo levado (aproximado R$ 5.000,00). Portanto, recomenda-se que a Autora esclareça o motivo de haver sido realizado por instituto no exterior, informando se foram feitos outros exames no Brasil, para que sejam juntados aos autos.

..."

Em sede de pedido de efeito suspensivo, deve-se arguir se a decisão recorrida cumpre os requisitos do art. 300 do NCPC, que prevê a concessão da tutela de urgência quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado útil do processo.

E, prima facie, afasta-se a alegação de probabilidade do direito.

Com efeito, veja-se acórdão do Eg. STF sobre o tema:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente.

(RE 855178 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 05/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-050 DIVULG 13-03-2015 PUBLIC 16-03-2015)"

Assim, sendo a hipossuficiência ("...necessitados...") um dos requisitos exigidos para o fornecimento do medicamento pelo poder público, deve estar suficientemente comprovada nos autos, o que não se

coaduna – sem uma análise mais criteriosa - com utilização de laboratório estrangeiro; médico e advogado de outros Estados da federação, e a não utilização de qualquer serviço médico público.

Na análise da probabilidade do direito também deve se considerar que o relatório médico juntado não tem indicação de clínica ou hospital a que pertença o médico da Autora.

E, na presente hipótese, afasta-se, ainda, o perigo de dano ao resultado útil do processo, eis que não restou comprovado o comprometimento da saúde da Autora no período necessário a completa instrução do processo, considerando que houve pedido de prova pericial nos autos principais (fls. 56/87, 112/125), ainda não apreciado.

Não se está aqui a decidir pela ausência de direito da parte Autora/Agravada ao pedido objeto da presente ação. Somente se afasta a decisão de primeiro grau num primeiro momento, porquanto ainda não suficientemente comprovada a probabilidade do direito.

Observe-se que os direitos alegados pela agravada importam em deveres do poder público, cuja análise deve obedecer aos parâmetros legais.

Ante o exposto, defiro o efeito suspensivo ativo requerido, para suspender os efeitos da antecipação da tutela deferida pelo MM. Juízo de primeiro grau.

Comunique-se ao MM. Juízo a quo e aos órgãos autuados como "parte ré".

Intime-se o Agravado, nos termos do art. 1.019, II do NCPC.

Decorridos os prazos legais, voltem conclusos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

[Assinado eletronicamente]

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0001967-92.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001967-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2017 14:14

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: PEDRO INIGUEZ SOLARES JUNIOR

ADVOGADO: AMAURY MENDES

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0006237-85.2017.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível - 0001967-92.2017.4.02.0000 (2017.00.00.001967-0)

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE

:

PEDRO INIGUEZ SOLARES JUNIOR

ADVOGADO

:

AMAURY MENDES

AGRAVADO

:

CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO

:

SEM ADVOGADO

ORIGEM

:

26ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00062378520174025101)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por PEDRO INIGUEZ SOLARES JUNIOR, objetivando a reforma da decisão proferida pela MM. Juíza Substituta da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que, em sede de ação pelo rito ordinário n.º 00062378520174025101 ajuizada em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, indeferiu "a antecipação dos efeitos da tutela e o pedido de inversão do ônus da prova", e deixou de "designar, neste momento, a audiência prevista no art. 334 do CPC." (fls. 20/25).

Alega o agravante que, "ante a ameaça de lesão grave e irreparável, tal como a Execução Extrajudicial que se aparelhou sobre o imóvel, objeto da lide, está caracterizada a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação." (fl. 02). Salienta que "a falta da concessão liminar, que suspenda ou anule os efeitos do leilão, pode gerar ao Agravante, e até mesmo a um terceiro comprador, danos irreparáveis ou de difícil reparação." (fl. 03).

Requer, assim, a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, "para determinar que a Agravada se abstenha de cometer qualquer ato executório contra o Agravante e para deferir a tutela almejada na exordial, inclusive determinando a exibição por parte da Agravada dos documentos requeridos na exordial, até ulterior decisão definitiva desta Egrégia Turma Julgadora, com fundamento no nosso Código de Processo Civil". Ao final, pugna pela "reforma in totum da decisão que denegou o pedido de tutela, com fundamento nas assertivas de fato e de direto amplamente abordadas, tornando como definitivo o entendimento adotado pela Egrégia Turma Julgadora." (fl. 06).

É o breve relato. DECIDO.

Deve ser indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

Objetiva o agravante na ação pelo rito ordinário n.º 00062378520174025101 "a manutenção possessória, até o trânsito em julgado da presente lide", bem como seja determinada "a não realização de qualquer ato expropriatório" relativo ao imóvel situado na Avenida Tim Maia, 7.585, Bloco 01, ap. 404, Recreio dos Bandeirantes. Requer, ainda, seja determinado à ré que se abstenha "de praticar qualquer ato executório contra o Autor com relação ao débito reclamado", pugnando, ainda, pela inversão do ônus da prova.

Relata, para tanto, que adquiriu o imóvel supramencionado mediante contrato de financiamento celebrado junto à ré, afirmando que, no decorrer do financiamento, "verificou que os encargos, a cada mês, estavam se tornando excessivamente onerosos, não guardando qualquer relação de proporcionalidade com o comprometimento inicial de renda", o que, no seu entender, configura enriquecimento ilícito da ré.

Invocando a incidência do Código de Defesa do Consumidor à hipótese, sustenta "a abusividade das cláusulas contratuais, a teor do que dispõem o inciso IV do artigo 51 e os incisos I, II e III, do parágrafo 1º, do Código de Defesa do Consumidor".

Inicialmente, cumpre esclarecer que os mutuários, ao firmarem contrato de financiamento pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), assumem o risco de, em se tornando inadimplentes, terem o contrato executado extrajudicialmente, pois o imóvel fica gravado com o direito real de garantia hipotecária.

O agente financeiro não deve ser privado de tomar as providências cabíveis com o intuito de executar a dívida se o devedor não se dispõe a pagar ou depositar judicialmente as prestações vencidas e vincendas. Uma vez em mora, não pode o mutuário, em tese, impedir a execução da obrigação pactuada, devendo o mesmo arcar com o ônus de sua inadimplência. Desse modo, não se afigura desarrazoada a inscrição do nome do devedor nos cadastros de restrição de crédito.

Conforme bem destacado pela MM. Juíza qua, " o autor foi notificado por edital para purgação da mora (fl. 16), o que leva a crer que a execução extrajudicial a ser levada a cabo está fulcrada em inadimplência. No ponto, não é demais salientar que não há qualquer afirmação do autor, ou indício de prova, no sentido de que tem efetuado o pagamento regular das prestações, ou de que vem adimplindo o valor que entende incontroverso. Assim sendo, não há como afastar a legitimidade de quaisquer atos tendentes a inscrever seu nome em cadastros de restrição ao crédito, bem como de execução extrajudicial do bem, que, em tese, poderá culminar, sim, na expropriação deste." (fl. 22).

O direito constitucional à moradia e a dignidade da pessoa, bem como a função social da posse, não podem ser interpretados de modo a chancelar a inadimplência do mutuário. Nesse ponto, é importante destacar que os financiamentos para aquisição de moradia atendem a um conjunto de cidadãos, sendo o retorno do crédito concedido indispensável para o seu equilíbrio e manutenção.

No tocante à alegação de que, diante da hipossuficiência do agravante em relação ao agente financeiro, seria aplicável ao caso o disposto no Código de Defesa do Consumidor (CDC), admitindo-se a inversão do ônus da prova (para que a CEF apresente o contrato e as planilhas), e a retirada do nome do mutuário do cadastro de inadimplentes, é preciso considerar que, apesar de o STJ já haver reconhecido a sua incidência às relações bancárias, tal entendimento, em princípio, não socorre alegações genéricas para o fim de subsidiar pedidos de revisão de cláusulas contratuais convencionadas, sem a devida demonstração da existência de abusividade de cláusula ou de onerosidade excessiva do contrato, bem como da violação do princípio da boa-fé. Nesse particular, conforme bem observado pela MM. Juíza a qua "o autor invoca a abusividade de cláusulas de um contrato que confessa sequer possuir e afirma excessivo o valor de prestações sem qualquer justificativa plausível. Apenas afirma, de forma genérica, que a ré pratica abusos." (fl. 33).

A inversão do ônus da prova não ocorre de forma automática, devendo atender, concretamente, às exigências do art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90, razão pela qual deve o mutuário demonstrar a verossimilhança de suas alegações (STJ, 4ª Turma, REsp 591.110, Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 1.7.2004), o que não ocorreu no caso concreto.

Nesse contexto, não vislumbro, em cognição sumária, a comprovação da probabilidade do direito e existência de perigo de dano ou risco ao resultado do processo (art. 300, caput, do Novo CPC), estando correta a decisão que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela e o pedido de inversão do ônus da prova.

Isto posto,

Indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Intime-se a parte agravada, nos termos do art. 1.019, II, do Novo CPC.

P. I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T215633)ccv

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0002077-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002077-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 13/03/2017 19:30

Gabinete 21

Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER

AGRAVANTE: CARLOS ALBERTO MALTA CARPI

ADVOGADO: RENATA ALFRADIQUE CARPI PAIVA

AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

PARTE RÉ: MARCOS TINOCO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ALESSANDRO LUCIO TELES

PARTE RÉ: CREBYLON NINO GONÇALVES LOPES SILVA

ADVOGADO: MATEUS HENRIQUES AMARAL

PARTE RÉ: ANTONIO CARLOS BOTELHO DA SILVA

ADVOGADO: LUIS FELIPPE FERREIRA KLEM DE MATTOS

ADVOGADO: ERIKA MONIQUE CHAVES CRESPO LOBO

Originário: 0500181-77.2016.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna

RELATOR

:

SERGIO SCHWAITZER

PÓLO ATIVO

:

CARLOS ALBERTO MALTA CARPI

ADVOGADO(S)

:

RENATA ALFRADIQUE CARPI PAIVA

PÓLO PASSIVO

:

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL,MARCOS TINOCO DE OLIVEIRA,CREBYLON NINO GONÇALVES LOPES SILVA,ANTONIO CARLOS BOTELHO DA SILVA

ADVOGADO(S)

:

Procurador Regional da República, ALESSANDRO LUCIO TELES, MATEUS HENRIQUES AMARAL, LUIS FELIPPE FERREIRA KLEM DE MATTOS, ERIKA MONIQUE CHAVES CRESPO LOBO

ORIGEM

:

01ª Vara Federal de Itaperuna (05001817720164025112)

DESPACHO

Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II, do novo CPC, permitindo-se-lhe a apresentação de contrarrazões, dando ciência igualmente às partes rés.

Decorridos os prazos legais, restituam-se-me os presentes autos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

[Assinado eletronicamente]

SERGIO SCHWAITZER

RELATOR

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0002091-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002091-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/03/2017 15:10
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: JULIO ZIMERMAN
ADVOGADO: SEBASTIAO ZIMERMAN
AGRAVADO: ARLINDO DE SOUZA LIRA
ADVOGADO: ROSYLENE DE BARROS PERUCHETTI
Originário: 0027730-70.2007.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação que possa ensejar a antecipação da tutela recursal inaudita altera parte. A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da parte agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.
Isto posto,
Indefiro o requerimento de antecipação da tutela recursal. Intime-se o agravado, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Petição - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0011009-05.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011009-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 24/10/2016 17:55
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
REQUERENTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: ADRIANA ASTUTO PEREIRA
REQUERIDO: MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ
PARTE RÉ: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000448-45.2012.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
Petição - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
- 0011009-05.2016.4.02.0000 (2016.00.00.011009-6)
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE
:
ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO
:
ADRIANA ASTUTO PEREIRA
APELADO
:
MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ E OUTRO

ADVOGADO
:
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ, PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Três Rios (00004484520124025113)
DESPACHO

Fls. 901/902: Intime-se a parte agravada para que se manifeste sobre o recurso de agravo interno interposto pelo MUNICÍPIO DE SAPUCAIA, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.021, §2º, do Novo CPC.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T215633) ccv

BOLETIM: 2017000140

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0013854-04.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013854-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/05/2015 16:57
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FRANCELINO GUARDA DA SILVA
APELANTE: JORGE LUIZ COELHO
APELANTE: JOEMIL DE SOUZA E CUNHA
APELANTE: DILÇA RIBEIRO GONÇALVES
APELANTE: GENY NASCIMENTO DA MOTA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0013854-04.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Com o presente, nos termos da Resolução n.º TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, disponibilizada no e-DFF2R de 06/06/2013, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s) no prazo legal.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0141091-21.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.141091-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 18/01/2016 13:33
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: LUIZ SERGIO LOPES DA COSTA
ADVOGADO: ADALBERTO LIBORIO BARROS FILHO
ADVOGADO: GIOVANA MARTINEZ BARROS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: PETROS-FUNDACAO PETROS DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO: JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO
ADVOGADO: EDUARDO BORGES DE OLIVEIRA
PARTE RÉ: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: JOSE ROQUE JUNIOR

ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
Originário: 0141091-21.2014.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0141091-21.2014.4.02.5101 (2014.51.01.141091-4) - Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
LUIZ SERGIO LOPES DA COSTA x UNIAO FEDERAL
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Certifico e dou fé que, nesta data, de ordem do Exmo. Sr. Relator, foram disponibilizados os presentes autos à(s) parte(s) intimada(s), para oferecer resposta aos embargos de declaração, nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.023, §2º do Código de Processo Civil.
Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0109703-12.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.109703-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/04/2015 11:53
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANSELMO JOSE PEREZ
ADVOGADO: JERIZE TERCIANO ALMEIDA
ADVOGADO: PATRÍCIA PEREIRA FRAGA
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0109703-12.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Com o presente, nos termos da Resolução n.º TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, disponibilizada no e-DFF2R de 06/06/2013, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s) no prazo legal.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0184327-23.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.184327-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/08/2015 13:27
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
PARTE AUTORA: HILTON DO NASCIMENTO APRÍGIO
ADVOGADO: BRUNO ABREU BASTOS
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RJ
Originário: 0184327-23.2014.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0184327-23.2014.4.02.5101 (2014.51.01.184327-2) - Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
HILTON DO NASCIMENTO APRÍGIO x UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Certifico e dou fé que, nesta data, de ordem do Exmo. Sr. Relator, foram disponibilizados os presentes autos à(s) parte(s) intimada(s), para oferecer resposta aos embargos de declaração, nos termos dos artigos 203, § 4º c/c 1.023, §2º do Código de Processo Civil.
Do que, para constar, lavro este termo.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0013701-11.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013701-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/12/2015 18:47
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: CHRISTINA HERZOG FRIENDICH
AGRAVADO: ELSON COSTA DE SOUZA
AGRAVADO: FERNANDO RODRIGUES
AGRAVADO: JOSÉ OLIMPIO DA SILVA
AGRAVADO: LEOCARDIA FERREIRA BAHIENSE
AGRAVADO: LUZIA LOPES DE BRITO
AGRAVADO: MARIA DA PENHA MOREIRA
AGRAVADO: MICHELE NUNES GERMANO
AGRAVADO: OLINDA FRANCISCO GERTUDES LEVIALVES
ADVOGADO: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
ADVOGADO: RODRIGO LOPES BRANDÃO
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: DALTON ALMEIDA RIBEIRO
Originário: 0000045-04.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Com o presente, nos termos da Resolução n.º TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, disponibilizada no e-DFF2R de 06/06/2013, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s) no prazo legal.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

SUBSECRETARIA DA 8a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

8a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 30 de MARÇO de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Extraordinária do dia 30 de MARÇO de 2017, QUINTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0038021-17.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02 - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.04.02.22 - Pós-Graduação - Gratuidade - Ensino Superior - Serviços - Administrativo

RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: HENRIQUE KELLER FRUTUOSO
ADVOGADO: ANDRE VIANA BONAN DE AGUIAR
APDO: FACULDADES CATOLICAS
ADVOGADO: ENZO OLIVERO DE SALLES PESSOA
ADVOGADO: LARISSA AZEREDO AZEVEDO
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

002 - Processo: 0106406-60.2015.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: BÓRIS FLÁVIO DE MATOS OLIVEIRA
ADVOGADO: LEONARDO PIZZOL VINHA
ADVOGADO: MARCELO MATEDI ALVES
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Resultados de Julgamentos Anteriores
05/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

003 - Processo: 0080182-76.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.04.05 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUIZ CARLOS CARDOSO TEIXEIRA
ADVOGADO: WILMA HELENA PIMENTA DA COSTA
P.RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

004 - Processo: 0007618-80.2007.4.02.5101 AC
02.09.08 - Imissão na Posse - Sistema Financeiro da Habitação - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDREA BANDEIRA DOS SANTOS
APDO: LUCIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA
ADVOGADO: VERA LUCIA MULINARI VIANNA
Observação da DIDRA:

Resultados de Julgamentos Anteriores
28/09/2016 13:00 Pedido de Vistas
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

005 - Processo: 0007771-79.2008.4.02.5101 AC
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO
APDO: JUCARA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIA DAS GRACAS CORREIA LIMA DE ANDRADE
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

006 - Processo: 0031513-60.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: S/A EDITORA TRIBUNA DA IMPRENSA
ADVOGADO: ALEXANDRE SIGMARINGA SEIXAS
APDO: OS MESMOS
Resultados de Julgamentos Anteriores
05/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
23/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

007 - Processo: 0811273-85.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: EUSEBIO TEJERA PESSOA
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
P.RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
23/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

008 - Processo: 0033943-82.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.08.08 - Seguro-desemprego - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ANDRE CARDOSO MATOS
ADVOGADO: DENISE DOS SANTOS PASSOS SILVA
P.RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
23/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

009 - Processo: 0005054-26.2010.4.02.5101 AC
01.12.02.02 - Adicionais - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS
APDO: EUQUECIO ALVES MOREIRA
APDO: SEBASTIAO IRIO LOPES
APDO: WALDEMAR BALARINO DE SOUZA
APDO: LUCIO DE MORAES
APDO: ANTONIO DE SOUZA
APDO: GODOFREDO SOUZA BARRETO
APDO: WILSON DE SOUZA
APDO: AGENOR SANTOS
ADVOGADO: GREICE FREDERICA DO NASCIMENTO LEAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
20/07/2016 13:00 Pedido de Vistas
23/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

010 - Processo: 0000562-91.2010.4.02.5003 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
05/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
30/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

011 - Processo: 0000584-52.2010.4.02.5003 APELREEX (Processo Eletrônico)
02.10.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
APDO: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SAO MATEUS/ES
Resultados de Julgamentos Anteriores
05/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
30/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

012 - Processo: 0000826-87.2005.4.02.5002 APELREEX
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: VERA LUCIA CLAUDIO MACHADO
APDO: DANIELA CLAUDIO MACHADO
APDO: GRACIELA CLAUDIO MACHADO
APDO: GABRIELA CLAUDIO MACHADO DO CARMO
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS CALEGARIO
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/10/2016 13:00 Pedido de Vistas
07/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

013 - Processo: 0000648-24.2008.4.02.5103 APELREEX
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: LAURECY BERRIEL PIRES, REPRESENTADO POR SONIA ECCARD RESENDE
ADVOGADO: WELLINGTON JOSE BERRIEL
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Pedido de Vistas
25/01/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

014 - Processo: 0004914-60.2008.4.02.5101 APELREEX
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: THIAGO NASCIMENTO MONTEZ
ADVOGADO: ANA MARIA CHAVES SILVA BATISTA
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ

Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Pedido de Vistas
25/01/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

015 - Processo: 0004403-62.2008.4.02.5101 APELREEX
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: PATRICIA REGINA DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO: SEBASTIAO LUIZ DE FREITAS FILHO
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 16A VARA-RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
30/11/2016 13:00 Pedido de Vistas
01/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

016 - Processo: 0024037-73.2010.4.02.5101 AC
01.12.03.01 - Reajuste de 28,86% - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ARY DA SILVA
APDO: IGNACIO JULIASSE
APDO: ODILIO FERREIRA DA SILVA
APDO: NELSON ALVES
APDO: PERACIO DA SILVA REIS
APDO: JOSE CORREA DA SILVA
ADVOGADO: ADRIANA MONTEIRO VINCLER
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/12/2016 13:00 Pedido de Vistas
08/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

017 - Processo: 0045019-40.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARLUCI SCUNZI DA SILVA
ADVOGADO: SANDRO DA SILVA PINHEIRO
Resultados de Julgamentos Anteriores
08/02/2017 13:00 Pedido de Vistas
08/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

018 - Processo: 0000009-22.2012.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
APTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ADELMO MENDONCA DE SOUZA
ADVOGADO: JORGE GONCALVES DUARTE
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/02/2017 13:00 Pedido de Vistas
08/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

019 - Processo: 0015405-29.2008.4.02.5101 APELREEX
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: BIANCA SARANDY DE OLIVEIRA
APTE: MARIA LUCIENE FLORENÇO DA SILVA
APTE: DIEGO DAVID FLORENÇO DA SILVA

APTE: BENEDITA FLORENÇO DA COSTA
APTE: ISIS ALMEIDA GUIMARÃES
ADVOGADO: JOAO TANCREDO
ADVOGADO: EDNEIA DE OLIVEIRA MATOS TANCREDO
ADVOGADO: MARIA CLAUDIA DA COSTA PRATA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
26/10/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)
24/11/2016 13:00 Adiado

020 - Processo: 0015408-81.2008.4.02.5101 APELREEX
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MARIA DE FÁTIMA BARBOSA
APTE: CRISTIANE BARBOSA DE OLIVEIRA
APTE: LUCIANA RIBEIRO FERREIRA
ADVOGADO: JOAO TANCREDO
ADVOGADO: MARIA CLAUDIA DA COSTA PRATA
ADVOGADO: MARTA BRANCO FONTES
APTE: DOUGLAS BARBOSA SILVA CORREA
ASSTE: MARIA DE FÁTIMA BARBOSA
ADVOGADO: JOAO TANCREDO
ADVOGADO: MARIA CLAUDIA DA COSTA PRATA
ADVOGADO: MARTA BRANCO FONTES
APTE: ALEXSANDRO BARBOZA
ADVOGADO: JOAO TANCREDO
ADVOGADO: MARIA CLAUDIA DA COSTA PRATA
ADVOGADO: MARTA BRANCO FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
26/10/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)
24/11/2016 13:00 Adiado

021 - Processo: 0028166-92.2008.4.02.5101 APELREEX
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: LILIAN GONZAGA DA COSTA DE SOUZA
APTE: WILLIAM ARAUJO FERREIRA
APTE: BARBARA GONZAGA DA COSTA FERREIRA
APTE: ERICA GONZAGA DE SOUZA
APTE: DEBORA CRISTINA GONZAGA COSTA
APTE: ANGELA GONZAGA COSTA
APTE: CAIO CONZAGA DA COSTA FERREIRA
APTE: EDUARDA GONZAGA REIS, RESP/ P/ ERICA GONZAGA DE SOUZA
APTE: LOHANA GONZAGA REIS, RESP/ P/ ERICA GONZAGA DE SOUZA
APTE: LARISSA GONZAGA REIS, RESP/ P/ ERICA GONZAGA DE SOUZA
ADVOGADO: JOAO TANCREDO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/09/2016 13:00 Retirado de Pauta
26/10/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)
24/11/2016 13:00 Adiado

022 - Processo: 0010931-10.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: SYLVIO CESAR MESQUITA DOS SANTOS
ADVOGADO: ANDRE MOREIRA RODRIGUES
ADVOGADO: RODOLFO DEROSSI CABREIRA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Observação da DIDRA: CF DEC FLS 279/280 - Declínio de competência p/ Varas Previdenciárias.
Desp.Fl.285 - Excluída do polo passivo CBTU.
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

023 - Processo: 0140006-63.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.21 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: HENRIQUE DORNELAS ABELHA FUTURO
ADVOGADO: FERNANDA FERNANDES SPINELLI
P.RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

024 - Processo: 0134766-36.2015.4.02.5120 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOSE ANTONIO DA SILVA AMORIM
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
REMETENTE: Juízo da 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu - 01VF-IG/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

025 - Processo: 0002217-47.2014.4.02.5104 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: HELIO DE OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADO: GABRIELA SANTANA FERREIRA
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
Observação da DIDRA: INICIAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

026 - Processo: 0004732-64.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.01.06 - Reintegração - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.05 - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

APDO: EVELINE ALENCAR PINTO PIRES VAZ
ADVOGADO: LORENNA OURIQUES SIMAO
REMETENTE: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

027 - Processo: 0137019-85.2014.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.01.19 - Estágio Probatório - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SUMARA CASTRO BARBOSA
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/09/2016 13:00 Retirado de Pauta
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

028 - Processo: 0013308-46.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO
ADVOGADO: ARMANDO MICELI FILHO
APDO: SINEA DOS SANTOS CORDEIRO
ADVOGADO: CRISTIANA DA SILVA
ADVOGADO: JOSE GERALDO MENDONCA JUNIOR
P.RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

029 - Processo: 0000096-45.2011.4.02.5106 AC (Processo Eletrônico)
02.10.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: NELSON GONÇALVES
ADVOGADO: FILIPE MIGUEL LOPES PIMPAREL
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

030 - Processo: 0005913-12.2014.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: LEONIS SPERANDIO
APTE: MARIA DAS GRACAS RAMOS SENA
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
APTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Prorrogado

031 - Processo: 0021386-05.2009.4.02.5101 APELREEX
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARCOS VINÍCIUS DA SILVA SANTOS

DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

032 - Processo: 0101052-38.2014.4.02.5050 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.37 - Isonomia/Equivalência Salarial - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: SIMEI VIEIRA RICÃO
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
REMETENTE: Juízo da 2ª Vara Federal Cível - 2VFCI-VIT/ES
Observação da DIDRA: Retificação valor da causa e classe p/ redistribuição-decisão fl. 215/217.
Resultados de Julgamentos Anteriores
30/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

033 - Processo: 0103142-23.2015.4.02.5005 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: FERNANDA DE CASTRO DALLA BERNARDINA
ADVOGADO: RENATA SPERANDIO NASCIMENTO
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

034 - Processo: 0060375-67.2015.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.12 - Jornada de Trabalho - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: GISELLY MACHUK FERNANDES
APTE: IRIS CHRISTINE BORGES BARROS
APTE: LUCIANA VELASCO BIZZO
APTE: THATIANA DA SILVA CAMPOS SABINO
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
Observação da DIDRA: 23/09/2015 DECISÃO DE FL. 219.
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

035 - Processo: 0006213-67.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MOEMA AMARO NAUMANN
ADVOGADO: GILBERTO SILVEIRA DO CARMO
Observação da DIDRA: DESP FLS 65
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

036 - Processo: 0149554-15.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APTE: ANA MARIA SILVEIRA DE AQUINO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL

APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Retirado de Pauta
25/01/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

037 - Processo: 0059353-74.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: INS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LIDIANE DA SILVA SILVEIRA
ADVOGADO: GILMAR RIBEIRO DE CARVALHO
P.RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
Resultados de Julgamentos Anteriores
01/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

038 - Processo: 0134694-77.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARLUCE PINTO DA SILVA
ADVOGADO: ANTONIO SALVADOR BORGES DOS REIS MONIZ DE ARAGAO
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
01/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

039 - Processo: 0006892-28.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL (MINISTERIO DA AERONAUTICA)
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CLAUDIA ARAÚJO SALDANHA
ADVOGADO: SHIRLEY MARY PEREIRA
Resultados de Julgamentos Anteriores
08/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

040 - Processo: 0012380-03.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ELEN GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIA JOSE GIL RIBEIRO
REMETENTE: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL - RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

041 - Processo: 0118092-49.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: IEDA STELA MOULIN DE ALENCAR
ADVOGADO: MARCELO MATEDI ALVES
ADVOGADO: LEONARDO PIZZOL VINHA
Resultados de Julgamentos Anteriores
22/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

042 - Processo: 0000041-08.2013.4.02.5112 AC (Processo Eletrônico)

01.14.02 - Serviços Técnicos Profissionais Especializados - Licitações e Contratos - Administrativo
01.14.05.06 - Tomada de Preços - Licitações - Licitações e Contratos - Administrativo
01.14.06.01 - Formalização - Contratos - Licitações e Contratos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
ASSTE: MUNICIPIO DE ITAPERUNA - RJ
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ
APDO: CARLOS ALBERTO MALTA CARPI
ADVOGADO: RENATA ALFRADIQUE CARPI PAIVA
APDO: MARCELO DAMASCENO GOMES
ADVOGADO: HAROLDO XAVIER DOS SANTOS
APDO: GLADYS ROCHA AJALA DE MELO
ADVOGADO: FLAVIO SILVA DIAS
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/02/2017 13:00 Pedido de Vistas
08/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

043 - Processo: 0147565-42.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: THEREZINHA MARIA DE PAULA BAPTISTA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

044 - Processo: 0147650-72.2013.4.02.5151 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MARLENE SANTOS DE SOUZA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

045 - Processo: 0152636-94.2015.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: MARLENE COSTA FERREIRA
ADVOGADO: CINTIA RIBEIRO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

046 - Processo: 0037850-60.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE: GUY EDUARDO BASTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO: ALEXANDRE FORTES DA COSTA

ADVOGADO: FERNANDO DUTRA DE SOUZA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

047 - Processo: 0002480-82.2014.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.04.10 - Defensoria Pública - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
Resultados de Julgamentos Anteriores
09/11/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

048 - Processo: 0000631-94.2013.4.02.5108 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
APTE: ROSANA OLIVEIRA DE JESUS
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Pedido de Vistas
14/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

049 - Processo: 0040523-65.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.09 - Compra e venda - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLA DE CASTRO AMORIM MAURIN KRSULOVIC
APDO: LUIZ RICARDO AMORIM DE OLIVEIRA
ADVOGADO: VALDIR RIBEIRO
P.RÉ: PERSONAL MOTORS COMERCIO DE VEICULOS PECAS E ACESSORIOS LTDA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

050 - Processo: 0044895-57.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.12.01.05 - Anistia Política - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
APTE: DIOGO BUSSINGER CARDINOT
APTE: GIVALDO NONATO DA SILVA
APTE: FERNANDO ANGOTTI
APTE: JOAO BERNARDO DE SOUZA
APTE: ELMO DA CRUZ MONDEGO ESPOLIO
APTE: LUIZ CARLOS RANGEL
ADVOGADO: FERNANDO LUIZ BORNEO RIBEIRO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
25/01/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

051 - Processo: 0107317-75.2013.4.02.5152 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
PAUTA: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA

APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LEONARDO SOARES BENSABAT
ADVOGADO: GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR
Resultados de Julgamentos Anteriores
28/09/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)
24/11/2016 13:00 Pedido de Vistas

052 - Processo: 0028341-86.2008.4.02.5101 AC
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
PAUTA: J.F. CONV. HELENA ELIAS PINTO
APTE: GILDO DO REGO CHAVES
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INCID: QUESTÃO DE ORDEM
Magistrados Impedidos
DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

RIO DE JANEIRO, 20 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

PRESIDENTE

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
8a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos EXTRAORDINARIA do dia 30 de MARÇO de 2017, QUINTA-FEIRA, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001	2000.51.01.030598-0 AC RJ 476247
CNJ	: 0030598-65.2000.4.02.5101
RELATOR	: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
APTE	: CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A
ADV	: GLAUCIA DE ALMEIDA SILVA E OUTROS
APDO	: UNIAO FEDERAL
APDO	: CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
ADV	: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS

RIO DE JANEIRO, 20 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

PRESIDENTE

BOLETIM: 175950

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2013.02.01.017704-0
Nº CNJ : 0017704-77.2013.4.02.0000
RELATORA : DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : JEHOVAH COELHO GUIMARAES
ADVOGADO : NOEL JOSE ORNELLAS
AGRAVADO : ALEXANDRE BOLELLI GUIMARAES
ADVOGADO : NOEL JOSE ORNELLAS
AGRAVADO : IRINEU GOMES COELHO NETO
ADVOGADO : NOEL JOSE ORNELLAS
ORIGEM : 1A. VARA ESTADUAL - ALEGRE/ES (00030574620088080002)

D E C I S Ã O
Diante da manifestação carreada pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, ora agravante, às fls. 81/85, no sentido de *"que não tem interesse no prosseguimento do feito, uma vez que, com o prosseguimento da ação executiva na Vara Estadual de Alegre/ES (consulta em anexo), o recurso perdeu o seu objeto"*, pode ser constatada, de fato, a perda do objeto do presente recurso, restando prejudicado o seu julgamento.
Assim sendo, JULGO PREJUDICADO o presente agravo de instrumento, por perda de objeto, com base nos artigos 932, inciso III e 1.018, §1º, do Novo CPC, c/c o art. 44, §1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.
Oportunamente, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos ao Juízo de origem.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000201

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0122839-33.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.122839-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2016 18:34
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SONIA REGINA DE FREITAS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
Originário: 0122839-33.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO : SONIA REGINA DE FREITAS
ADVOGADO : JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
Despacho

Ante a certidão de fl. 56, da Subsecretaria da Oitava Turma Especializada, à apelada para que regularize sua representação processual no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de desentranhamento das contrarrazões de fl. 51, na forma do inciso II, § 2º, do art. 76 do Novo Código de Processo Civil.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0005328-54.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005328-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição por Prevenção - 30/05/2016 13:23

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: ESTALEIRO RIO TIETÊ LTDA

ADVOGADO: EDUARDO MANEIRA

ADVOGADO: LUCAS MAYALL MORAIS DE ARAUJO

AGRAVADO: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

ADVOGADO: FABIO MEDINA OSORIO

AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

PARTE RÉ: RIO MAGUARI COM/ E PARTICIPACOES LTDA

PARTE RÉ: ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A

PARTE RÉ: PAULO ERICO MORAES GUEIROS

PARTE RÉ: ANDRE MORAES GUEIROS

PARTE RÉ: ESTRE PETROLEO GAS E ENERGIA LTDA

PARTE RÉ: ESTRE AMBIENTAL S/A

PARTE RÉ: ELIO CHERUBINI BERGEMANN

PARTE RÉ: WGD PARTICIPAÇÕES LTDA

PARTE RÉ: ERM OSV CONSTRUÇÃO NAVAL LTDA

PARTE RÉ: WILSON QUINTELLA FILHO

PARTE RÉ: GISELE MARA DE MORAES

PARTE RÉ: FÁBIO RIBEIRO DE AZEVEDO VASCONCELLOS

PARTE RÉ: RODRIGO PORRIO DE ANDRADE

PARTE RÉ: MARCOS MORAES GUEIROS

PARTE RÉ: ALBERTO FISSORE NETO

PARTE RÉ: JOSE SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO

PARTE RÉ: FERNANDO SEREDA

PARTE RÉ: APARECIDO SERIO DA SILVA

PARTE RÉ: COOPERHIDRO-COOPERATIVA DO POLO HIDROVIARIO DE ARACATUBA - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PARTE RÉ: CARLOS ANTONIO FARIAS DE SOUZA

PARTE RÉ: ÉDERSON DA SILVA

PARTE RÉ: ANTONIO ARNOT QUEIROZ CRESPO

PARTE RÉ: RINALDO TAKAHASHI

PARTE RÉ: EVANDRO DA SILVA

PARTE RÉ: AVELINO APARECIDO ROCHA

PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PARTE RÉ: DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE ARACATUBA

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0014890-81.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE : ESTALEIRO RIO TIETÊ LTDA

ADVOGADO : EDUARDO MANEIRA

ADVOGADO : LUCAS MAYALL MORAIS DE ARAUJO

AGRAVADO : PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

ADVOGADO : FABIO MEDINA OSORIO

AGRAVADO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ : RIO MAGUARI COM/ E PARTICIPACOES LTDA
PARTE RÉ : ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A
PARTE RÉ : PAULO ERICO MORAES GUEIROS
PARTE RÉ : ANDRE MORAES GUEIROS
PARTE RÉ : ESTRE PETROLEO GAS E ENERGIA LTDA
PARTE RÉ : ESTRE AMBIENTAL S/A
PARTE RÉ : ELIO CHERUBINI BERGEMANN
PARTE RÉ : WGD PARTICIPAÇÕES LTDA
PARTE RÉ : ERM OSV CONSTRUÇÃO NAVAL LTDA
PARTE RÉ : WILSON QUINTELLA FILHO
PARTE RÉ : GISELE MARA DE MORAES
PARTE RÉ : FÁBIO RIBEIRO DE AZEVEDO VASCONCELLOS
PARTE RÉ : RODRIGO PORRIO DE ANDRADE
PARTE RÉ : MARCOS MORAES GUEIROS
PARTE RÉ : ALBERTO FISSORE NETO
PARTE RÉ : JOSE SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO
PARTE RÉ : FERNANDO SEREDA
PARTE RÉ : APARECIDO SERIO DA SILVA
PARTE RÉ : COOPERHIDRO-COOPERATIVA DO POLO HIDROVIARIO DE ARACATUBA - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PARTE RÉ : CARLOS ANTONIO FARIAS DE SOUZA
PARTE RÉ : ÉDERSON DA SILVA
PARTE RÉ : ANTONIO ARNOT QUEIROZ CRESPO
PARTE RÉ : RINALDO TAKAHASHI
PARTE RÉ : EVANDRO DA SILVA
PARTE RÉ : AVELINO APARECIDO ROCHA
PARTE RÉ : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PARTE RÉ : DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE ARACATUBA
PARTE RÉ : MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
PARTE RÉ : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação de tutela recursal, interposto por ESTALEIRO RIO TIETÊ LTDA contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (cópia às fls. 17), nos autos da Ação Civil Pública n.º 0014890-81.2014.4.02.5101, com o seguinte teor:

"Fls. 1562/1566 e 1645/1654:

Considerando as alegações do MPF constantes de fls. 1645/1654, MANTENHO o depósito judicial, na forma da decisão de fls. 1557, INDEFERINDO, portanto, o pedido de levantamento do depósito formulado pelo Estaleiro Rio Tietê Ltda. às fls. 1562/1566, sem prejuízo de posterior reapreciação, quando da solução do Conflito de Competência nº 138.068/RJ (2015/0012841) pelo C. STJ.

Por outro lado, com relação ao pedido de indisponibilidade de bens formulado pelo MPF às fls. 1645/1654, entendo que o mesmo somente poderá ser apreciado pelo Juízo competente, após a solução do Conflito de Competência nº 138.068/RJ (2015/0012841) pelo C. STJ.

Sendo assim, nada mais sendo requerido, suspenda-se o feito até a decisão final do Conflito de Competência nº 138.068/RJ (2015/0012841), conforme já determinado às fls. 1557.

P. I."

Através da decisão proferida às fls. 209/212, este Relator não conheceu do recurso, por entender que a decisão agravada não estaria inserida dentre as hipóteses de decisões agraváveis arroladas pelo art. 1.015 do Novo Código de Processo Civil.

Na sessão de julgamentos de 26.10.2016, a 8ª Turma Especializada deste Tribunal negou provimento ao agravo interno interposto contra a mencionada decisão (fls. 563).

Opostos embargos de declaração pela parte agravante, foram eles incluídos na Pauta de Julgamentos de 08.03.2017 (fls. 598).

Em 07.03.2017, peticionou a parte agravante (fls. 599/600), informando a publicação de julgamento do Conflito de Competência n.º 138.068/RJ, no qual a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça declarou competente para processar e julgar a demanda originária deste recurso o Juízo Federal da 1ª Vara de Araçatuba - SP, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAIS VINCULADOS A TRIBUNAISREGIONAIS FEDERAIS DISTINTOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA SOB A IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CUMULADA COM PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATOS E

CONTRATOS FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO EM MAIS DE UM LUGAR E ATINGINDO ENTIDADES INTEGRADAS EM NÍVEIS DISTINTOS DE GOVERNO. RECONHECIMENTO DA PREVENÇÃO DO JUÍZO DE ARAÇATUBA/SP EM FACE DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, BASEADA EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INSTAURADO NAQUELA CIDADE. A COLHEITA DE PROVAS NA AÇÃO CÍVEL SERÁ MELHOR PRODUZIDA NO FORO DE DOMICÍLIOS DOS RÉUS. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA NO FORO ONDE A MAIORIA DAS CONDUTAS FOI PRATICADA E ONDE OCORRE O DANO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES, PARA FIXAR A

COMPETÊNCIA DO DO FORO FEDERAL DE ARAÇATUBA PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA AÇÃO.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto ao cabimento de propositura de Ação Civil Pública para apuração de improbidade administrativa, aplicando-se, para apuração da competência territorial, a regra prevista no art. 2o. da Lei 7.347/85, que dispõe que a ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano (AgRg no AgRg no REsp. 1.334.872/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 14.08.2013).

2. Trata-se de uma regra de competência territorial funcional, estabelecida pelo legislador, a par da excepcionalidade do direito tutelado, no intuito de facilitar o exercício da função jurisdicional, dado que é mais eficaz a avaliação das provas no Juízo em que se deram os fatos. Dest'arte, tem-se que a competência do local do dano é funcional e, portanto, de natureza absoluta. icação do efetivo local do dano, reside na perscrutação declinada no pedido e da causa de pedir posta na Ação Civil Pública; no presente caso, de acordo com a moldura fática decantada na exordial, o Parquet , fixa como local da fraude o Município de Araçatuba, ao argumento de que os Agentes Públicos Municipais permitiram o arrendamento de área pública que não era destinada a uma indústria naval, facilitando a ilicitude do processo licitatório, além disso, dos 8 atos ilegais descritos 5 foram realizados em Araçatuba.

4. Soma-se a tal constatação, o fato de que dos 32 réus apontados na ACP, 11 tem domicílio em Araçatuba e outros 6 residem no Estado de São Paulo.

5. Deve-se levar em conta, ainda, que a Ação de Improbidade Administrativa se baseou em Inquérito Civil Público instaurado na cidade de Araçatuba/SP, o que tornaria prevento o Juízo Federal daquele Município.

6. Como bem assinalou o eminente Ministro CASTRO MEIRA, a ratio legis da utilização do local do dano como critério definidor da competência nas ações coletivas é proporcionar maior celeridade no processamento, na instrução e, por conseguinte, no julgamento do feito, dado que é muito mais fácil apurar o dano e suas provas no juízo em que os fatos ocorreram (CC 97.351/SP, DJe 10.6.2009), fixando orientação da qual não se tem motivos para dissentir.

7. Ante o exposto, acolho os Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, para declarar competente para processar e julgar a demanda a que ele se refere o digno JUÍZO FEDERAL DA 1a. VARA DE ARAÇATUBA-SJ/SP, nos limites de sua competência funcional.

Em razão do noticiado, foi retirado o feito de pauta, por indicação deste Relator, vindo, a seguir, conclusos os autos.

Considerando o teor do referido acórdão da 1ª Seção do STJ, que fixou a competência da 1ª Vara Federal de Araçatuba, na Seção Judiciária de São Paulo, para processar e julgar a Ação Civil Pública originária, bem como a regra do §4º do art. 64 do Código de Processo Civil, segundo a qual caberá ao Juízo declarado competente ratificar ou não a decisão impugnada no presente recurso, DETERMINO a baixa na distribuição deste Agravo de Instrumento e a remessa de suas peças ao Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

P. I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0011943-60.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011943-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/11/2016 16:34

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: GABRIELA VALIANTE DE OLIVEIRA GILBERTO

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE BRISOLLA CAETANO

AGRAVADO: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0129572-69.2016.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : GABRIELA VALIANTE DE OLIVEIRA GILBERTO
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE BRISOLLA CAETANO
AGRAVADO : FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação de tutela recursal, interposto por GABRIELA VALIANTE DE OLIVEIRA GILBERTO contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 3ª Vara Federal de Volta Redonda, nos autos da Ação Ordinária n.º 2016.51.04.129572-3, que, por entender que sequer haveria informação nos autos das razões que teriam levado ao indeferimento do pleito autoral em sede administrativa, bem como a presunção de veracidade e legitimidade que gozam os atos administrativos, postergou a análise do pedido de tutela antecipada - pelo qual objetiva a parte autora a extensão da carência para pagamento das parcelas relativas ao FIES durante o período de sua residência médica - para posteriormente à formação do contraditório.

Às fls. 82/84 foi indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Após apresentadas contrarrazões (fls. 87/104) e parecer do Ministério Público Federal (fls. 106/107), foi juntado aos autos o Ofício nº JFRJ-OFI-2017/01407, oriundo do Juízo da 3ª Vara Federal de Volta Redonda/RJ, encaminhando cópia da decisão proferida nos autos originários (fls. 90/92), deferindo a tutela de urgência, cuja parte dispositiva tem o seguinte teor:

"(...)

Assim, em face do risco de dano decorrente da demora na prestação jurisdicional, e considerando-se a probabilidade do direito invocado DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, determinando que seja suspensa a obrigação de pagamento das parcelas do FIES, enquanto perdurar a residência médica da parte autora, já que, em análise perfunctória, percebe-se que ela faz jus à carência estendida prevista no parágrafo 3º do artigo 6-B da Lei 10.260/2001.

Intime-se para cumprimento.

Oficie-se ao relator do agravo noticiado a fls. 49, cientificando-o da presente decisão."

É o relatório. Passo a decidir.

A prolação de decisão nos autos principais, analisando o pedido de tutela antecipada, evidencia a inutilidade de qualquer discussão acerca da decisão agravada, tornando prejudicado o presente recurso.

Do exposto, na forma do art. 932, III, do NCPC, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento interposto por GABRIELA VALIANTE DE OLIVEIRA GILBERTO.

P. I. Preclusa a presente decisão, providencie a Subsecretaria da Turma a baixa do recurso no sistema processual eletrônico, comunicando-a à Vara de Origem.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000716-39.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000716-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 13:05
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0500044-94.2017.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Despacho

I - Intime-se a Agravada (UNIÃO) para que se manifeste sobre o agravo interno de fls. 246/254 no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.021, §2º do NCPC/2015.

II - Certificado o resultado da intimação, com ou sem contrarrazões colha-se a manifestação do Ministério Público Federal (art. 1.019, III, do NCPC/2015).

III – Após, voltem os autos conclusos para análise do agravo interno e do agravo de instrumento.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001311-38.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001311-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/02/2017 17:14
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: NAIR DE MATOS PEREIRA
AGRAVANTE: MARIA MARLENE VIEIRA
AGRAVANTE: MAURO KEIJI KANASHIMA
AGRAVANTE: JOSÉ DE GOUVEIA
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0061265-72.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : NAIR DE MATOS PEREIRA
AGRAVANTE : MARIA MARLENE VIEIRA
AGRAVANTE : MAURO KEIJI KANASHIMA
AGRAVANTE : JOSÉ DE GOUVEIA
ADVOGADO : PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Despacho

Trata-se de agravo de instrumento interposto em 17.02.2017, não tendo sido instruído com a cópia da procuração outorgada ao advogado pelo Agravante JOSÉ DE GOUVEIA, como exige o art. 1.017, I, do NCPC.

Ainda que os autos do processo originário sejam eletrônicos, não se trata de hipótese de dispensa da referida peça (art. 1.017, §5º, do NCPC), eis que, consoante consulta ao Sistema Gerenciador de Dados da Justiça Federal, inexiste tal procuração nos autos principais.

Dessa forma, à luz do disposto no §3º do art. 1.017 c/c art. 932, parágrafo único, ambos do NCPC, fixo o prazo de 5 (cinco) dias para que o Agravante JOSÉ DE GOUVEIA junte aos autos a cópia do referido documento, sob pena de não conhecimento do recurso em relação ao mesmo.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001701-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001701-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:27
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0055821-58.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO : ANA TEREZA BASILIO
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, nos autos da Execução Fiscal n.º 0055821-58.2016.4.02.5101, que, "tendo em vista notícia do deferimento do processamento de recuperação judicial da empresa executada e atento à impossibilidade de, nesta fase, ser realizado qualquer ato de constrição ou alienação de bens da executada", determinou a suspensão do andamento do feito por 180 (cento e oitenta) dias.

Insurgiu-se a ANATEL, ressaltando a presença dos requisitos necessários ao deferimento da antecipação da tutela recursal e aduzindo, em síntese, que o crédito público de natureza não-tributária não estaria sujeito à recuperação judicial, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Lei n. 6830/80, devendo a execução fiscal prosseguir, com a realização dos atos de constrição necessários à satisfação do crédito do credor, mesmo porque caberia ao devedor fazer a prova de que a realização da penhora pleiteada pelo Exequente iria inviabilizar a continuidade da empresa.

É o relatório. Passo a decidir.

Em que pesem as alegações da parte agravante, deve ser mantida a decisão impugnada, pois não se vislumbra, num juízo de cognição sumária, a presença de todos os elementos necessários à concessão da tutela de urgência, como exige o caput do art. 300, do NCPC.

Com efeito, embora de acordo com o art. 5º da Lei 6.830/80 a cobrança de créditos da Fazenda Pública não esteja sujeita a concurso de credores e, conforme o art. 6º, §7º, da Lei 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial não suspenda os feitos executivos de natureza fiscal, das razões da Agravante não se extraem indícios convincentes acerca do alegado risco de lesão ao erário, não justificando o mero decurso do tempo exigido para a solução da lide a adoção de tal medida, a qual poderia até mesmo prejudicar a tentativa de recuperação da empresa agravada.

Do exposto, por ora e sem prejuízo do exame mais detido da matéria quando do julgamento de mérito deste recurso, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0001842-27.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001842-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 18:11

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: MARCEA VASCONCELLOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO: JOSE CARLOS NUNES DOS SANTOS

ADVOGADO: MAURO ABDON GABRIEL

Originário: 0185688-07.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO : MARCEA VASCONCELLOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO : JOSE CARLOS NUNES DOS SANTOS

ADVOGADO : MAURO ABDON GABRIEL

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pela União Federal contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 19ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Ordinária n.º 0185688-07.2016.4.02.5101 (cópia às fls. 07/10), que deferiu o pedido de tutela provisória, "para suspender os efeitos do Processo Administrativo n.º 33433.014461/2013-51, do Hospital Federal dos Servidores do Estado, inclusive em relação ao pedido de redução de carga horária feito pela Autora, na via administrativa, até o trânsito em julgado da sentença, permitindo à Requerente retornar à carga horária de 40hs semanais (30hs efetivas) no referido Hospital".

Insurgiu-se a Agravante, aduzindo que, a parte agravada estaria pretendendo ver declarada a legalidade da acumulação de dois cargos de saúde (auxiliar de enfermagem), um dos quais com carga horária de 24 horas semanais e outro com carga horária oficial de 40 horas semanais, perfazendo o total de

64 horas semanais, sendo certo que, neste segundo cargo, "por autorização precária e à qual não tem direito subjetivo, a agravada vem exercendo 30 horas semanais", o que não desnaturaria a inacumulabilidade em questão. Frisou que a "norma constitucional que veda a acumulação face à incompatibilidade

de horários não deve ser interpretada de forma literal, de modo a ser averiguado apenas se os horários de trabalho não se sobrepõem, levando-se em conta um dia de 24 horas", mas "deve ser interpretada sistematicamente, especialmente levando-se em consideração o princípio da eficiência no serviço público, previsto expressamente no art. 37, caput, da Constituição da República", eis que, "mesmo se, na prática, os horários de trabalho não se sobrepuserem matematicamente, o ser humano necessita de intervalo de descanso suficiente para o devido repouso, a alimentação e a locomoção, sob pena de causar danos a ele próprio e ao serviço desempenhado, especialmente quando a sua função lida com a saúde alheia".

É o relatório. Passo a decidir.

De se ver que, ao analisar tão somente a "compatibilidade de horários em relação às funções desempenhadas pela Autora, tendo em vista as declarações juntadas às fls. 75/76, que apresentam a escala de trabalho e a carga horária total exercida em relação a cada cargo", desconsiderando que o vínculo da Autora, ora Agravada, com o Hospital dos Servidores do Estado seria de 40 (quarenta) horas semanais, a decisão agravada encontra-se em dissonância com o entendimento que prevalece no âmbito desta 8ª Turma Especializada, segundo o qual o fato de a Administração permitir excepcionalmente, a redução na carga horária não pode dar respaldo à imutabilidade da situação atual da servidora, consoante se observa do seguinte trecho do julgado respectivo:

"(...) o fato de a Administração permitir excepcionalmente, a redução na carga horária não pode dar respaldo à imutabilidade da situação atual, de sorte que deve ser considerada a carga horária contratual, correspondente a 40h (quarenta horas) semanais, para efeito de apreciação da acumulação pretendida pela requerente, restando evidenciado que a carga horária total nos dois cargos por ela exercidos importam em 80h (oitenta horas) semanais.

Não há deslembrar, ainda, que a doutrina especializada (Julio Cezar Lima Brandão, Comentários ao estatuto do servidor público federal atualizado - Lei 8.112/90: direitos, deveres, proibições, vantagens, processo disciplinar, seguridade social e aposentadoria. Curitiba: Juruá, 2010, p. 59) reputa lícito à Administração estabelecer jornada inferior a 40 horas semanais no que tange aos "serviços que exigem atividades contínuas de vinte e quatro horas, em que se faculta a adoção de regime de turno ininterrupto de revezamento, e aos que exigem atividades contínuas em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno", afirmando que, em tais hipóteses excepcionais, "se faculta ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprirem jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições", tal como dispõe o Decreto 4.836/2003, que modificou a redação do art. 3º do Decreto 1.590/95, regulamentando o art. 19 da Lei 8.112/90.

Entretanto, salienta essa mesma doutrina (op. cit., p. 59), que "o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico e, consequentemente, a determinada jornada de trabalho, tendo em vista que a fixação desta está adstrita ao interesse da Administração Pública, levando-se em conta critérios de conveniência e oportunidade em prol do interesse público."

Assim, afigura-se perfeitamente possível que em determinado momento sejam alteradas as disposições dos atos infralegais, determinando-se o cumprimento das 40 (quarenta) horas semanais exigidas no edital do concurso a que se submeteu a servidora para fazer jus ao cargo assumido no HUAP/UFF, em prejuízo de outros compromissos assumidos pela mesma, dentre os quais a assunção de outro cargo público com jornada de mais 40 (quarenta) horas semanais, no Posto de Assistência Médica PAM-Coelho.

Ademais, como bem pontuou o Magistrado de Primeiro Grau, "como se sabe, regularidade e pontualidade são requisitos necessários, mas estão longe de serem suficientes, por si sós, para configurar eficiência. É intuitivo que um profissional extenuado por longas jornadas de trabalho, ainda que firmemente imbuído de tal propósito, terá imensas dificuldades para atuar com atenção, diligência, disposição, cuidado, zelo, dedicação, enfim, de forma eficiente", ressaltando, igualmente, que "sessenta horas semanal - limite estabelecido para os profissionais de saúde por norma da Administração Federal - já representa jornada em muito superior a dos demais trabalhadores, que laboram 40 ou 44 horas por semana. Mais do que isso, a afronta ao princípio da eficiência seria gritante".

Nesse contexto, vale a pena mencionar o artigo "Jornada de 30 horas semanais: condição necessária para assistência de enfermagem segura e de qualidade", publicado em setembro de 2010 e disponível na internet (https://www.researchgate.net/publication/256534284_Jornada_de_30_horas_semanais_condicao_necessaria_para_assistencia_de_enfermagem_segura_e_de_qualidade). Segundo seus autores, professores de escolas superiores de enfermagem e presidentes de órgãos e conselhos profissionais de enfermagem, "trata-se de uma reflexão sobre condições de trabalho com o objetivo de resgatar e analisar as justificativas técnico-políticas do movimento da enfermagem brasileira pela regulamentação pela jornada de trabalho".

Àquela época se buscava convencer nossos representantes no legislativo federal sobre a importância da regulamentação da jornada de trabalho reduzida (no máximo 30 horas semanais e seis horas diárias) para o fortalecimento da enfermagem como profissão, conclamando a sociedade a reconhecer "que se trata de um trabalho que precisa de condições especiais para uma prática segura". E mais:

"O trabalho de enfermagem, de convívio com dor, sofrimento e doença, turnos ininterruptos, sábados, domingos e feriados, más condições de trabalho, muita responsabilidade e pouca valorização, tem levado à insatisfação, ao adoecimento e ao aumento da evasão profissional. A literatura é farta em registros dos índices alarmantes de absenteísmo no trabalho da enfermagem e de sua forte relação com o adoecimento desses profissionais.

A redução da jornada de trabalho da enfermagem contribuirá para diminuir o desgaste físico e emocional e os riscos decorrentes desse trabalho, que se agravam por sua condição feminina, que associa às atividades do espaço público o cuidado dos filhos e do ambiente doméstico.

Não se trata de defesa de privilégios, mas do direito de a população ser atendida por profissionais competentes e saudáveis. Assistência segura e de qualidade, além de moralmente requerida, é mais econômica, pois evita danos e reduz ações judiciais contra os serviços de saúde. Instituições públicas e privadas passarão a gastar menos com as faltas ao trabalho por adoecimento dos profissionais de enfermagem."

A respeito da questão específica do duplo emprego, merece transcrição o seguinte trecho do artigo acima mencionado, em defesa da tese de que o duplo emprego seria "um falso argumento para manter uma injustiça":

"Na história, a reivindicação de jornadas compatíveis com o trabalho sempre disse respeito à proteção dos trabalhadores, nunca foi motivada pela busca de um novo emprego. No caso da enfermagem, não é diferente.

As vozes contrárias ao projeto 2295/2000, de diversas matizes ideológicos, têm usado o argumento de que a jornada de 30 horas vai resultar no duplo emprego, como se os profissionais de enfermagem reivindicassem uma jornada menor para assumir um novo emprego e não para cuidar de si e dos outros com segurança.

Trata-se de um argumento claramente ideológico. Primeiramente, porque a existência de duplo emprego atingindo até 88 horas semanais (duas vezes as 44 horas semanais da CLT) não mobilizou nenhuma reação protetora por parte de gestores e legisladores). Com certeza, trabalhar 60 horas semanais seria muito. Mas, ironicamente, trabalhar 88 horas semanais para sobreviver às remunerações ínfimas não parece ser um problema.

Em segundo lugar, porque o direito a ter mais de um emprego é constitucional e não há reação nem críticas ao duplo emprego dos médicos, dentistas, fisioterapeutas, entre outros profissionais da saúde. Por que o questionamento é somente para a enfermagem?

Em terceiro, as lideranças de enfermagem têm defendido uma jornada máxima de 30 horas com salário digno, incluindo a possibilidade de o trabalhador optar por dedicação exclusiva, o que beneficiaria profissionais e usuários."

Na esteira desse entendimento, não há dúvida de que a jornada excessiva pretendida pela parte autora da demanda afigura-se totalmente desarrazoada."

Nestas circunstâncias, DEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão agravada até o julgamento final do presente agravo de instrumento.

Oficie-se ao juízo a quo, informando-o acerca do conteúdo da presente decisão.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0001871-77.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001871-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 08/03/2017 17:37

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE

AGRAVADO: ANIBAL JUNIOR VIEIRA VEIGA

AGRAVADO: ELZA DUARTE

AGRAVADO: LEOMAR EDILIO KLIPPEL

AGRAVADO: MARIA MADALENA FERREIRA RODRIGUES AMARAL
AGRAVADO: MARIZELMA DA PENHA FABRES
AGRAVADO: NOELSON CARLOS DA SILVA
AGRAVADO: SONIA TARASIUK DE BEIRAS
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500165-53.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO : ANIBAL JUNIOR VIEIRA VEIGA
AGRAVADO : ELZA DUARTE
AGRAVADO : LEOMAR EDILIO KLIPPEL
AGRAVADO : MARIA MADALENA FERREIRA RODRIGUES AMARAL
AGRAVADO : MARIZELMA DA PENHA FABRES
AGRAVADO : NOELSON CARLOS DA SILVA
AGRAVADO : SONIA TARASIUK DE BEIRAS
ADVOGADO : ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO : HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Serra/ES, nos autos da Ação Ordinária n.º 0500165-53.2016.4.02.5006, que, por considerar que o valor da causa relacionado a cada litisconsorte ativo facultativo seria menor que 60 (sessenta) salários mínimos, converteu o procedimento para o rito dos Juizados Especiais Federais e, com base na Súmula 150 do STJ, ante a impossibilidade processual da atuação da CEF como Assistente Simples em sede de Juizado Federal (art. 10 da Lei 9.099/95), declinou da competência para processar e julgar o feito, determinando a restituição dos autos ao Juízo Estadual.

Insurgiu-se a CEF, aduzindo, em síntese, que "a conversão do rito ordinário pelo qual tramitava o processo perante a Justiça Estadual para o rito especial dos Juizados Especiais Federais Cíveis acarretará em sérios prejuízos à resolução da lide", na medida em que a produção de provas se torna limitada; sendo certo que "eventual condenação da Requerida Sul América ao pagamento de indenização aos ora Agravados acarretará em prejuízo ao FCVS, porque os recursos despendidos para cobertura securitária serão deste retirados em razão da apólice em questão tratar-se de Ramo 66", restando, pois, "inequívoca a legitimidade da Caixa Econômica Federal para demandar o presente recurso, tendo em vista sua condição de gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que será lesado se não houver reforma da decisão recorrida", assim como "é inequívoca a competência da Justiça Federal para julgamento do feito, haja vista que os argumentos expedidos comprovam o risco do Fundo de Compensação por Variações Salariais na presente demanda e, por efeito, acarretam na necessidade de a Caixa Econômica Federal figurar na presente demanda".

O presente recurso veio distribuído a este Relator por prevenção ao Agravo de Instrumento nº. 0012670-19.2016.4.02.0000, interposto pela Ré SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra a mesma decisão ora impugnada.

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante já decidido por este Relator nos autos do Agravo de Instrumento n.º 0012670-19.2016.4.02.0000, merece acolhida o pedido de atribuição de efeito suspensivo da decisão ora agravada, com base nos mesmos fundamentos já lançados nos respectivos autos e que ora transcrevo:

"A demanda principal consiste em ação ajuizada por ANIBAL JUNIOR VIEIRA VEIGA, ELZA DUARTE, LEOMAR EDÍLIO KLIPPEL, MARIA MADALENA FERREIRA RODRIGUES AMARAL, MARIZELMA DA PENHA FABRES, NOELSON CARLOS DA SILVA e SÔNIA TARASIUK DE BEIRAS em face da Sul América Companhia Nacional de Seguros Gerais S/A, perante o Juízo de Direito da Comarca de Serra, visando o pagamento de importância necessária à recuperação do imóvel dos Autores em decorrência de sinistros, bem como multa e despesas com aluguel/mudança em caso de necessidade de desocupação do imóvel, tendo sido atribuído à causa o valor de R$100.000,00 (cem mil reais - fls. 70), "para efeitos meramente fiscais", posteriormente remetida à Justiça Federal, redistribuindo-se o feito para a Vara Federal de Serra/ES, sobrevindo a decisão ora agravada (fls. 618/621).

No caso em tela, embora o limite fixado pelo artigo 3º, da Lei nº 10.259/2001, em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, deva ser aferido individualmente - o que, por ter sido atribuído à causa o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), importaria em valor da causa equivalente a aproximadamente

R$14.286,00 por Autor - há que se perquirir se tal valor é, de fato, aquele que reflete o conteúdo econômico do pedido, razão pela qual entendo que, in casu, deveria o Juízo a quo ter procedido à intimação da parte autora para emendar a petição inicial, a fim de que promovesse a adequação do valor dado à causa.

Tal conduta revela-se a mais adequada nesta hipótese, considerando-se que, quando a parte autora propõe ação perante o Juizado Especial, está concordando em renunciar ao montante que exceder a 60 (sessenta) salários mínimos, em prol da celeridade da prestação jurisdicional, eis que a competência absoluta foi instituída em favor do interessado e não como forma de prejudicar os seus direitos, pelo que cabe optar pelo Juízo mais conveniente.

No caso em análise, ao revés, os Autores, ora Agravados, preferiram demandar no Juízo comum, cientes de que tal escolha implica a delonga desta prestação, mas que, contudo, ao final, farão jus ao montante total da condenação, que, prima facie, não se pode definir com absoluta precisão. Entretanto, caso queiram o prosseguimento do feito no Juízo acima descrito, podem e devem estimar corretamente o valor da causa, estando presente, pois, o fumus boni iuris.

Igualmente presente o periculum in mora, tendo em vista que o deslocamento da demanda para o Juizado Especial enseja prejuízo de ordem processual.

Sendo assim, revela-se adequada e razoável a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso."

Do exposto, DEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão agravada até o julgamento final do presente agravo de instrumento.

Oficie-se ao juízo a quo, informando-o acerca do conteúdo da presente decisão.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

7 - 0001975-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001975-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2017 15:50

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: LENILDE SEVERINO DA SILVA

ADVOGADO: NOEMI AMARAL DE SOUZA SANTOS

ADVOGADO: FLAVIO LUIS SOARES TEIXEIRA

AGRAVADO: CICERO CANDIDO MARINHO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

TERCEIRO INTERESSADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0500091-72.2016.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE : LENILDE SEVERINO DA SILVA

ADVOGADO : NOEMI AMARAL DE SOUZA SANTOS

ADVOGADO : FLAVIO LUIS SOARES TEIXEIRA

AGRAVADO : CICERO CANDIDO MARINHO

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

TERCEIRO INTERESSADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por LENILDE SEVERINO DA SILVA contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da Vara Federal Única de Angra dos Reis, nos autos da Ação de Nunciação de Obra Nova nº 0500091-72.2016.4.02.5111, que determinou a intimação da parte autora, ora agravante, para que, no prazo de 20 (vinte) dias juntasse aos autos os documentos requeridos pela União visando a manifestação sobre seu interesse no feito ("a apresentação do endereço completo do imóvel ou de planta de localização que contenha a localização do mesmo, nomeando logradouros do entorno e vinculando a pontos de referência. Sugere também a localização através de coordenadas UTM SAD 69 e a identificação do imóvel em cópia de planta geral do município").

Insurgiu-se a Agravante, aduzindo que "trata-se de AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA e não AÇÃO DE USUCAPIÃO, o que não compete à Agravante juntar todos os documentos exigidos pela Procuradoria Seccional, uma vez que não se trata de Ação de Usucapião, até porque não se trata de área pertencente à

União , Mas sim, ao que parece do outro processo em Curso por aquele juízo à Kallas Engenharia." e que "mesmo que se assim o fosse, ou seja, se o terreno pertencesse à União, não seria o fato de ter que juntar todos os documentos exigidos pela Douta Procuradoria, visto não se tratar de AÇÃO DE USUCAPIAO, E NEM MESMO DE POSSE, mas tão somente de uma AÇÃO CIVIL DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA".

É o relatório. Passo a decidir.

Leciona a doutrina acerca do Novo Código de Processo Civil, que a regra "é que as decisões interlocutórias de maneira geral sejam irrecorríveis em separado. Excepcionalmente, nos casos previstos em lei, admitir-se-á o recurso de agravo de instrumento" (Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado/Marcus Vinícius Rios Gonçalves; coordenador Pedro Lenza - 6ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016). Nesse sentido, "o Código de 2015 optou pela enumeração taxativa dessas decisões no art. 1.015, decorrente de uma avaliação do legislador a respeito da gravidade da decisão" (Greco, Leonardo. Instituições de Processo Civil: recursos e processos da competência originária dos tribunais, volume III. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2015).

Assim, dispõe o art. 1.015, do Novo Código de Processo Civil:

"Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1o;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário."

Verifica-se que a decisão ora impugnada, que versa sobre a necessidade de apresentação de documentos que identifiquem a exata localização do imóvel objeto da ação de nunciação de obra nova, para fins de a União verificar a existência de interesse ou não na demanda, não se insere em quaisquer das hipóteses legalmente enumeradas no mencionado dispositivo.

Revela-se, pois, incabível a interposição do presente agravo de instrumento, a ensejar o não conhecimento do recurso, conforme autoriza o inciso III do art. 932 do NCPC, não sendo, inclusive, o caso de se aplicar o parágrafo único do mesmo dispositivo ("Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível"), por não se estar diante de vício sanável.

Do exposto, com base nos artigos 932, III e 1.015, ambos do Novo Código de Processo Civil, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento, ante a sua manifesta inadmissibilidade.

Preclusa a presente decisão, providencie a Subsecretaria da Turma a baixa do recurso no sistema processual eletrônico, comunicando-a à Vara de Origem.

P. I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0001987-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001987-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 09:47

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI

AGRAVADO: LADJANE DA SILVA CAVALCANTI

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0155833-17.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : THIAGO GOMES MORANI
AGRAVADO : LADJANE DA SILVA CAVALCANTI
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (cópia às fls. 17/21), nos autos da Execução de Título Extrajudicial n.º 2015.51.01.155833-8, que, por ser a parte executada domiciliada em Recife, declarou a incompetência absoluta daquele Juízo, declinando da competência em favor de um dos Juízes Federais da Seção Judiciária de Pernambuco/PE.

Aduziu a Agravante, em síntese, que "a ação de execução de um título executivo extrajudicial deve ser ajuizada no local onde a obrigação deve ser cumprida", de forma que, por se tratar de "execução de anuidades vencidas profissionais da executada, que possui inscrição principal perante a Seccional do Rio de Janeiro, donde se conclui que tais pagamentos deveriam ter sido cumpridos neste Estado".

É o relatório. Passo a decidir.

Verifica-se que a demanda originária se trata de execução de título extrajudicial proposta pela OAB/RJ em face de LADJANE DA SILVA CAVALCANTE, objetivando o pagamento do montante de R$5.205,01 (cinco mil e duzentos e cinco reais e um centavo), relativo ao pagamento de anuidades devidas à Exequente.

O Juízo a quo, por considerar que a Executada se encontra domiciliada no Estado de Pernambuco declinou de sua competência em favor da Seção Judiciária da referida localidade.

Ocorre que constitui critério territorial para a fixação de competência jurisdicional a divisão existente no âmbito da Justiça Federal, em Seções Judiciárias, sendo vedado ao Magistrado declinar de ofício de sua competência.

À propósito, estabelece a Súmula 33 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

"Súmula 33. INCOMPETENCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFICIO." (STJ, CE, DJ 29.10.1991, p. 15312)

Resta caracterizado, portanto, o fumus boni iuris.

Igualmente presente o periculum in mora, tendo em vista que o deslocamento da demanda para outra Seção Judiciária, trará prejuízo de ordem processual.

Sendo assim, revela-se adequada e razoável a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

Do exposto, DEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão agravada até o julgamento final do presente agravo de instrumento.

Oficie-se ao juízo a quo, informando-o acerca do conteúdo da presente decisão.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0001993-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001993-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 10:07
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR: Procurador do Banco Central do Brasil
AGRAVADO: RILEY COM/ IMP/ EXP/ LTDA
AGRAVADO: MARCO GOMES DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000192-77.2008.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
BANCO CENTRAL DO BRASIL

ADVOGADO
:
Procurador do Banco Central do Brasil
AGRAVADO
:
RILEY COM/ IMP/ EXP/ LTDA E OUTRO
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
05ª Vara Federal de Niterói (00001927720084025102)
Despacho

I - Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC/2015.

II - Certificado o resultado da intimação, com ou sem contrarrazões, colha-se a manifestação do Ministério Público Federal (art. 1.019, III, do NCPC/2015).

III - A seguir, voltem os autos conclusos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0001994-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001994-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 10:09
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: GERONIMO COSME MACHADO
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0140924-33.2016.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : GERONIMO COSME MACHADO
ADVOGADO : SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por Gerônimo Cosme Machado contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 01ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da Execução n.º 0152290-06.2015.4.02.5101, que, por considerar que "a gratuidade de justiça há de ser deferida para quem comprove a condição de hipossuficiente financeiro, o que não é o caso da parte autora, tendo em vista a documentação juntada às fls. 20 e 245/259", indeferiu o pedido de concessão do benefício de gratuidade de justiça, determinando o recolhimento das custas judiciais devidas, no prazo de 05 (cinco) dias.

Insurgiu-se o Agravante, aduzindo, em síntese, que "a decisão merece ser reformada, haja vista que para a concessão do benefício de gratuidade de justiça não é necessário caráter de miserabilidade do requerente, pois em princípio, a simples aferição da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, é suficiente para o deferimento, conforme artigo 98 do NCPC, alem disso o valor de adiantamento de custas que monta a quantia de R$ 4.628,85, supera o valor percebido pelo autor".

É o relatório. Passo a decidir.

O benefício de gratuidade de justiça atualmente se encontra regulado no Novo Código de Processo Civil, que expressamente revogou os artigos 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 11, 12 e 17 da Lei no 1.060/50; em seu art. 1.072, inc. III, passando a estabelecer, no art. 98 que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei" (g. n.).

Em relação às pessoas naturais, manteve o novel diploma processual a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos, que somente será afastada se houver nos autos elementos que

evidenciem o contrário e desde que oportunizado à parte a prova da alegada necessidade (art. 99, §§2º e 3º).

Na hipótese, verifica-se que, para corroborar a alegada hipossuficiência, a parte autora, ora agravante, juntou aos autos principais, além do contracheque referente à competência de agosto de 2016, indicando o recebimento do valor líquido de R$4.388,88 (fls. 20 dos autos principais), os comprovantes de pagamento de fls. 245/249 dos autos principais, referentes a gastos com energia elétrica (R$198,15), fornecimento de água e esgoto (R$68,32), TV por assinatura (R$64,90), telefonia fixa (R$91,84) e despesas médicas (R$143,00), resultando em renda líquida no valor de R$3.822,67, razão pela qual, comprovadamente, aufere rendimentos em montante muito acima do atual limite de isenção para o imposto de renda (R$1.903,98 - Fonte: http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica), o que, na ausência de outros elementos de prova que demonstrem sua incapacidade econômica, não autoriza a concessão do benefício de gratuidade de justiça requerido, mormente diante da renda média auferida pelo trabalhador brasileiro, razão pela qual não deve ser suspensa a decisão agravada.

Diante destas circunstâncias, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0002006-89.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002006-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 14:25

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: PAULO LEONARDO SOARES TEIXEIRA JUNIOR

ADVOGADO: EDSON ANDRADE DE OLIVEIRA

ADVOGADO: JULIANA SANTA CRUZ DE OLIVEIRA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0018921-42.2017.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE : PAULO LEONARDO SOARES TEIXEIRA JUNIOR

ADVOGADO : EDSON ANDRADE DE OLIVEIRA

ADVOGADO : JULIANA SANTA CRUZ DE OLIVEIRA

AGRAVADO : UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto por Paulo Leonardo Soares Teixeira Junior, contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 07ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do Mandado de Segurança n.º 0018921-42.2017.4.02.5101, que indeferiu o pedido liminar pelo qual objetiva "a ordem para que a Autoridade Coatora (Comandante da ALA 11), anule o ato de LICENCIAMENTO do Impetrante, reintegrando-o ao serviço ativo da Força Aérea Brasileira, na mesma condição e posição hierárquica em que se encontrava anteriormente, sendo-lhe garantida a permanência nas fileira da Aeronáutica até o término do ENGAJAMENTO concedido, em 31 de janeiro de 2018".

Em suas razões, aduziu o Agravante que teria adquirido "o DIREITO LÍQUIDO E CERTO em permanecer nas fileiras da Força Aérea Brasileira, no momento em que cumprindo os requisitos estipulados no Art. 25, incisos e parágrafos, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, (RCPGAER), requereu em época oportuna o seu ENGAJAMENTO, e recebeu o DEFERIMENTO, sendo, em consequência, ENGAJADO ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2018, conforme publicação constante do BOL. INT. nº 018, de 01 de fevereiro de 2016" e que "o Licenciamento do serviço, ex ofício, por conveniência do serviço encontra-se disciplinado no Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009 (Regulamento da Reserva da Aeronáutica), no seu Art. 42, incisos de I a V e, o ato de licenciamento foi tratado, equivocadamente, como ATO DISCRICIONÁRIO quando deveria ser considerado ATO VINCULADO ao dispositivo legal (Decreto nº 6.854/2009, Art. 42, I a V) regulamentador da situação, restando evidente a atuação administrativa além dos limites legais, o que é denominado ARBÍTRIO pela doutrina pátria e, dessa forma, considerado ilegítimo

e inválido, constituindo-se no VÍCIO requerido, para uma eventual anulação do ato administrativo". Ressaltou que, "não se enquadrando o Agravante em nenhuma das situações elencadas no citado Decreto e, em nenhuma outra situação previstas nas outras legislações transcritas, não existindo outro motivo que justifique o Ato da Autoridade Coatora, este deve ser anulado".

É o relatório. Passo a decidir.

Em que pesem as alegações da parte agravante, deve ser mantida a decisão impugnada, pois não se vislumbra, num juízo de cognição sumária, a presença de todos os elementos necessários à concessão da tutela de urgência, como exige o caput do art. 300, do NCPC.

Com efeito, de acordo com o disposto no art. 50, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares), os militares só fazem jus à estabilidade após 10 (dez) anos de serviços prestados, pelo que, antes de completado o decênio, é possível seu licenciamento ex officio, na forma do art. 121, do mesmo diploma legal.

E, consoante informa em suas razões, o Agravante foi incorporado às fileiras da Força Aérea Brasileira a partir de 01.03.2015, não tendo, portanto, completado o prazo de 10 (dez) anos previsto na lei.

Note-se que o ato de licenciamento ex officio do militar na condição de temporário é discricionário, assim como o ato de reaproveitamento, conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública, não estando a mesma obrigada a manter em seus quadros militares não estabilizados, mormente porque a lei não os ampara a permanecerem em definitivo no serviço ativo militar.

Outrossim, já restou assentado o entendimento de que "ao Judiciário cabe apenas perquirir da legalidade e constitucionalidade dos atos praticados pela Administração, sem contudo, adentrar o juízo da oportunidade e conveniência, a fim de que seja preservada a autonomia administrativa de órgãos públicos, como no presente caso. Não se permite ao Poder Judiciário pronunciar-se sobre a eficiência ou justiça do ato administrativo, porque, se assim agisse, estaria a emitir pronunciamento de administração e não jurisdicional". (TRF-2ªRegião, Apelação Cível, Processo 2000.02.01.028969-7, Sexta Turma Especializada, Rel. Juiz Federal Fernando Marques, DJU 07/07/2005, pg. 100).

Do exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela recursal.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0002016-36.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002016-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 14:21

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: EMILIO SCHMITH

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MARQUES

Originário: 0033940-59.2015.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO : EMILIO SCHMITH

ADVOGADO : ANTONIO CARLOS MARQUES

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo INSS contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da ação 0033940-59.2015.4.02.5101, em fase de execução, que, por considerar "em obediência ao pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.270.439/PR, em sede de recurso repetitivo, já acima aludido (Tema 529), a correção monetária, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da referida Lei 11.960/09, deverá ser calculada com base no IPCA-E, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período, vigente no Manual de Cálculos e na Tabela de Precatórios da Justiça Federal, tal como utilizada nos cálculos do credor", rejeitou a impugnação do INSS, determinando o imediato prosseguimento da liquidação de sentença, com a expedição dos RPV's na forma requerida pela parte exequente.

Aduziu a Autarquia, em síntese, que, até a data do cálculo exequendo de requisição do precatório/RPV, deveria incidir a TR (índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança), uma vez que, no que tange a esta matéria, o art. 1º-F da Lei nº 9.494 não teria sido declarado inconstitucional pelo E. STF no julgamento das ADINs 4.357/DF e 4.425/DF, conforme já esclarecido pelo Exmo. Ministro Luiz Fux, Relator do RE 870.947/SE, evidenciando-se, assim, a inadequação do atual Manual de Cálculos da CJF (Resolução 267, de 02 de dezembro de 2013) para a liquidação das parcelas pretéritas devidas até o momento da requisição do precatório/RPV, eis que tal manual afastaria, ilícita e contrariamente à decisão do E. STF, a aplicação da redação dada pela Lei 11.960/09 ao art. 1º-F da Lei 9.494/97.

É o relatório. Passo a decidir.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto das ADIs 4.357 e 4.425, entendeu, pela maioria de seus membros, acolher em parte o pleito autoral para, dentre outras disposições, assentar a inconstitucionalidade das expressões "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança" e "independentemente de sua natureza", contidas no §12 do art. 100 da Constituição de República, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 62/2009 e, consequentemente, declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei n. 9494/1997, adotados os fundamentos sintetizados nos seguintes trechos do acórdão oriundo do referido julgamento:

"5. A atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança viola o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) na medida em que é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão. A inflação, fenômeno tipicamente econômico-monetário, mostra-se insuscetível de captação apriorística (ex ante), de modo que o meio escolhido pelo legislador constituinte (remuneração da caderneta de poupança) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período).

6. A quantificação dos juros moratórios relativos a débitos fazendários inscritos em precatórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança vulnera o princípio constitucional da isonomia (CF, art. 5º, caput) ao incidir sobre débitos estatais de natureza tributária, pela discriminação em detrimento da parte processual privada que, salvo expressa determinação em contrário, responde pelos juros da mora tributária à taxa de 1% ao mês em favor do Estado (ex vi do art. 161, §1º, CTN). Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução da expressão "independentemente de sua natureza", contida no art. 100, §12, da CF, incluído pela EC nº 62/09, para determinar que, quanto aos precatórios de natureza tributária, sejam aplicados os mesmos juros de mora incidentes sobre todo e qualquer crédito tributário.

7. O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, ao reproduzir as regras da EC nº 62/09 quanto à atualização monetária e à fixação de juros moratórios de créditos inscritos em precatórios incorre nos mesmos vícios de juridicidade que inquinam o art. 100, §12, da CF, razão pela qual se revela inconstitucional por arrastamento, na mesma extensão dos itens 5 e 6 supra."

Todavia, em razão da informação trazida pela Ordem dos Advogados do Brasil acerca da paralisação do pagamento de precatórios pela Presidência de alguns Tribunais, causada pela ausência de definição sobre os efeitos da mencionada declaração de inconstitucionalidade, manifestou-se o Ministro LUIZ FUX, deferindo medida cautelar em 11.04.2013 para "que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal dêem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida, sob pena de sequestro".

Tal posicionamento foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal até o julgamento plenário, realizado em 25.03.2015, da Questão de Ordem nas ADIs 4.357 e 4.425, no qual, por maioria de seus membros, a Suprema Corte resolveu modular os efeitos da referida declaração de inconstitucionalidade, "para que se dê sobrevida ao regime especial de pagamento de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de primeiro de janeiro de 2016", estabelecendo ainda o seguinte:

"(...)

2) - conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: 2.1.) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (i) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (ii) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e 2.2) ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/13 e Lei nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária."

Recentemente, e após identificar que diversos Tribunais estariam alargando os limites fixados nas referidas decisões em relação à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento, do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, o Ministro LUIZ FUX entendeu por bem suscitar

incidente de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 870.947, admitido em 10.04.2015 e ainda pendente de julgamento.

No referido incidente, além de frisar que a declaração de inconstitucionalidade com relação aos juros de mora apenas alcançou as condenações oriundas de relação jurídico-tributária, esclarecendo que, no caso de relação jurídico não-tributária "devem ser observados os critérios fixados pela legislação infraconstitucional, notadamente os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09", o Ministro LUIZ FUX pontuou, com relação à correção monetária, que a referida declaração "teve alcance limitado e abarcou apenas a parte em que o texto legal estava logicamente vinculado ao artigo 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09, o qual se refere tão somente à atualização de valores de requisitórios", explicando o seguinte:

"Diferente dos juros moratórios, que só incidem uma única vez até o efetivo pagamento, a atualização monetária da condenação imposta à Fazenda Pública ocorre em dois momentos distintos.

O primeiro se dá ao final da fase de conhecimento com o trânsito em julgado da decisão condenatória. Esta correção inicial compreende o período de tempo entre o dano efeito (ou o ajuizamento da demanda) e a imputação da responsabilidade à Administração Pública. A atualização é estabelecida pelo próprio juízo prolator da decisão condenatória no exercício de atividade jurisdicional.

O segundo momento ocorre já na fase executiva, quando o valor devido é efetivamente entregue ao credor. Esta última correção monetária cobre o lapso temporal entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Seu cálculo é realizado no exercício de função administrativa pela Presidência do Tribunal a que vinculado o juízo prolator da decisão condenatória.

Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao segundo período, isto é, quanto ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento. Isto porque a norma constitucional impugnada nas ADIS (art.100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/90) refere-se apenas à atualização do precatório e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento"

Diante de tais considerações, e verificando que, no caso dos autos, não se trata de atualização monetária correspondente a período posterior à expedição do precatório mas, sim, à liquidação do julgado condenatório, que se dá ao final da fase de conhecimento, resta demonstrada a probabilidade de provimento deste recurso o que, somado ao risco de dano decorrente do depósito de requisitório expedido com valor excessivo, enseja o deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo formulado pelo Agravante.

Do exposto, nos termos do art. 995, parágrafo único, c/c art. 1.019, I, ambos do NCPC, DEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão agravada até o julgamento definitivo do presente recurso.

Oficie-se ao juízo a quo, informando-o acerca do conteúdo da presente decisão.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0002023-28.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002023-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 14:43

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - 1a REGIAO

ADVOGADO: FELIPE BIANCARDI JUSTO

AGRAVADO: CARLOS ALBERTO HERNANDES LIMA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0184416-27.2016.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de São Gonçalo

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - 1a REGIAO

ADVOGADO : FELIPE BIANCARDI JUSTO

AGRAVADO : CARLOS ALBERTO HERNANDES LIMA

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI 1ª Região contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal de São Gonçalo, nos autos da Execução Fiscal n.º 0184416-27.2016.4.02.5117, que, por considerar ser inconstitucional a cobrança de anuidades cujos valores são fixados por Resolução do Conselho Federal e que apenas as anuidades de 2012 a 2015 já se encontrariam abarcadas pela Lei 12.514/2011, afastou a cobrança da anuidade de 2011, determinando a apresentação de nova CDA, no prazo de 20 dias.

Insurgiu-se o CRECI, aduzindo, em síntese, que "tanto a lei 11.000/04 como a lei 12.514/11 não se aplicam ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis, em razão do mesmo possuir lei específica disciplinando sobre os valores das anuidades de forma expressa, anterior às leis supracitadas", qual seja, a Lei 6.530/78, com as alterações promovidas pela Lei 10.795/2003, que teria fixado o valor das anuidades devidas ao CRECI/RJ, de forma que "AS ANUIDADES COBRADAS PELO CRECI/RJ SÃO BASEADAS EM ATO LEGAL e não ferem, portanto, o princípio expresso da legalidade".

É o relatório. Passo a decidir.

Assiste razão à irresignação da parte agravante.

Com efeito, em que pese não se desconheça a jurisprudência já pacificada quanto à inexistir amparo legal para a cobrança de anuidades fixadas com base em Resoluções editadas pelos Conselhos Profissionais, na hipótese, não se está diante de cobrança de anuidades fixadas por Resoluções do órgão fiscalizador; ao contrário, as anuidades cobradas pelo CRECI 1ª Região na execução principal (exercícios de 2011 a 2015) consideram as alterações promovidas pela Lei 10.795/2003 na redação do art. 16 da Lei 6.530/78, tratando-se de questão sedimentada no âmbito da 8ª Turma Especializada, conforme demonstra o seguinte aresto, desta Relatoria:

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS. ANUIDADES E MULTA DE TERMO DE REPRESENTAÇÃO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA. LEI 10.795/2003. PRESCRIÇÃO. I. As anuidades devidas aos conselhos profissionais, porconstituírem contribuição de interesse das categorias profissionais, detém natureza tributária, à luz do art. 149 da CRFB/88, de sorte que se sujeitam ao princípio da legalidade, conforme prescreve o art. 150, I, também da CRFB/88, inexistindo amparo legal para a cobrança de anuidades fixadas com base em Resoluções editadas pelos Conselhos Profissionais. II. No caso dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, não se verifica, na cobrança de anuidades a partir do exercício de 2004, violação ao princípio da legalidade, em razão das alterações promovidas pela Lei 10.795/2003 na redação do art. 16 da Lei 6.530/78, que passou a prever os limites máximos para a sua fixação e atualização. III. No que pertine à multa eleitoral, criada pelo Decreto nº 81.871/1978 a pretexto de regulamentar a Lei nº 6.530/1978, é inquestionável a sua imposição e cobrança a partir da edição da Lei nº 10.795/2003, que alterou a redação do artigo 11 da Lei nº 6.530/78, e estabeleceu uma penalidade pecuniária, no valor máximo equivalente ao da anuidade respectiva, ao profissional inscrito nos quadros dos Conselhos Regionais que deixasse de votar sem causa justificada, criando, assim, amparo legal válido para a cobrança. IV. Apelação conhecida e provida. Sentença extintiva reformada. (TRF - 2ª Reg., 8ª T. E., AC 0006878-87.2014.4.02.5001, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, e-DJF2R 29.07.2016)

Nestas circunstâncias, DEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo.

Oficie-se ao juízo a quo, informando-o acerca do conteúdo da presente decisão.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Petição - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Petição - Atos e expedientes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0011820-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011820-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição por Prevenção - 05/12/2016 16:28

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

REQUERENTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

REQUERIDO: ALL AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA OESTE S/A

ADVOGADO: PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO

Originário: 0018095-12.2000.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

REQUERENTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REQUERIDO : ALL AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA OESTE S/A
ADVOGADO : PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
Decisão

Trata-se de apreciar requerimento formulado pela UNIÃO objetivando a atribuição de efeito suspensivo à apelação por ela interposta nos autos da Ação Ordinária nº 0018095-12.2000.4.02.5101 (JF Wilney Magno de Azevedo Silva), o qual julgou procedente o pedido inicial para, confirmando a liminar deferida nos autos da ação cautelar em apenso (segundo a qual foi desobrigada a Autora a proceder aos pagamentos do contrato discutido neste feito enquanto perdurar o litígio), declarar a existência de desequilíbrio econômico-financeiro nas relações jurídicas materiais concernentes aos contratos administrativos de concessão e arrendamento de bens ferroviários, lavrados entre as partes em 27.06.1996, decorrentes do Edital licitatório PND/A-05/95/RFFSA, de 11.12.1995, acolhendo o pleito de revisão dos parâmetros econômicos dos referidos contratos, além de condenar a UNIÃO (sucessora da RFFSA) a prestar à Autora o ressarcimento econômico por danos emergentes e lucros cessantes, bem como os ônus da sucumbência. Com fundamento na norma do art. 807 do CPC, foi ainda revogada, no bojo da sentença, com efeitos prospectivos, a exigência cautelar determinada nos autos do processo nº 0011143-17.2000.4.02.5101, ficando mantida em vigor apenas a garantia fidejussória bancária já prestada naqueles autos, até eventual decisão em contrário.

Alegou a UNIÃO, ora Peticionária, que, em primeiro lugar, teria incorrido a sentença em error in procedendo ao confirmar liminar concedida em processo diverso. Sustentou, ainda, o risco de grave dano à própria UNIÃO e à coletividade, caso não concedido o pleiteado efeito suspensivo à apelação, eis que a desobrigação do pagamento das parcelas vincendas do contrato significa um injustificável inadimplemento de obrigação contratual no montante de mais de R$400 milhões de reais. Afirmou que a sentença se baseou em premissas equivocadas para reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro de ambos os contratos, pois não levou em consideração aspectos relacionados à má-gestão do empreendimento e à falta de investimentos adequados na manutenção, operação e ampliação da malha. Ademais, segundo a UNIÃO, ainda que se pudesse reconhecer a existência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, este somente teria ocorrido no contrato de concessão, e não no contrato de arrendamento, por se tratar de objetos distintos, como, aliás, já decidiu este Tribunal ao julgar o Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2005.02.01.001248-0. Isto porque a desregulamentação do setor de transporte de derivados de petróleo e álcool, objeto do Despacho DNC nº 99, somente teria gerado reflexos para o contrato de concessão, cujas parcelas devidas seriam 20 vezes inferiores às parcelas devidas no contrato de arrendamento.

De conseguinte, nos termos da previsão contida nos §§3º e 4º do art. 1.012 do NCPC/2015, pleiteou a UNIÃO "seja concedido efeito suspensivo à apelação interposta pela UNIÃO em face da sentença de fls. 1699/1720, integrada pelas sentenças de fls. 1761/1763 e 1772/1773, todas proferidas pelo MM. Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo nº 0018095-12.2000.4.02.5101".

Dispõe o dispositivo invocado pela UNIÃO que:

Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

§1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

(...)

V – confirma, concede ou revoga tutela provisória;

(...)

§3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do §1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao:

I – tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la;

(...)

§4º Nas hipóteses do §1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação."

De fato, o dispositivo apontado pela UNIÃO abre a possibilidade de concessão ope judicis do efeito suspensivo, em harmonia com a regra do parágrafo único do art. 995 do NCPC/2015. Confira-se:

"Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."

No caso dos autos, a sentença proferida em julho de 2016 nos autos da ação cautelar "confirmou" medida liminar concedida em parte pelo Magistrado a quo em janeiro de 2005 "para determinar a suspensão dos pagamentos das parcelas dos contratos de arrendamento e concessão até decisão posterior, mediante caução, nos termos do art. 56, §1º, da Lei 8.666/93, de 10% (dez por cento) do valor de cada parcela dos

contratos de concessão e arrendamento firmado entre as partes" (...), bem como para fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a prestação de caução das parcelas em atraso e, quanto às parcelas que iriam vencer no curso da ação, para determinar a prestação de caução "conforme as datas previstas nos respectivos contratos" (fl. 1945).

Importa salientar que, na verdade, não poderia haver "confirmação" da medida liminar de fls. 1936/1945, eis que a mesma deixou de produzir efeitos quando foi reformada por decisão deste Tribunal nos autos do Agravo de Instrumento nº 2005.02.01.001248-0, interposto pela RFFSA (sucedida pela UNIÃO), do qual foi relator este Desembargador Federal, que proferiu decisão monocrática julgando-o provido, suspendendo os efeitos da referida decisão agravada, conforme, aliás, já havia decidido o então Juiz Federal Convocado (hoje Desembargador Federal) Guilherme Calmon, ao apreciar a medida liminar nos autos do referido Agravo de Instrumento. Não por outro motivo colocou a FERROVIA NOVOESTE S/A (atual ALL AMERICA LATINA LOGÍSTICA – MALHA OESTE S/A) à disposição do MM. Juízo de primeiro grau garantia integral do débito indicado pela UNIÃO ao apresentar carta de fiança emitida pelo Banco do Brasil que, posteriormente, também mediante autorização do Magistrado a quo, veio a ser substituída por seguro-garantia.

Assim, embora o dispositivo da sentença que julgou procedente o pedido nos autos da ação cautelar tenha dito "confirmar" os efeitos da liminar de fls. 1936/1945, o que houve, na verdade, foi uma inédita "revigoração" dos efeitos de uma decisão que havia sido anteriormente cassada pelo órgão ad quem, em verdadeira subversão ao princípio da disciplina hierárquica. Veja-se que houve a restauração de decisão antecipatória da tutela em sentença sem que o Magistrado de primeiro grau tenha sequer feito menção ao fato de já haver sido decidida a questão em sentido contrário pelo Tribunal, praticamente ignorando as razões do órgão ad quem, sem tampouco se dar ao trabalho de rebatê-las.

Ora, ainda que tenham sido considerados pelo Magistrado de primeiro grau, no momento da prolação da sentença, elementos de prova que não foram apreciados por este Tribunal quando proferida decisão deferitória da liminar nos autos do Agravo de Instrumento nº 2005.02.01.001248-0, que suspendeu os efeitos da decisão monocrática de fls. 1936/1945, cumprir-lhe ia, no máximo, defender seu ponto de vista ao lançar os fundamentos da sentença, mas jamais restaurar decisão liminar já reformada pelo Tribunal, usurpando-lhe a competência, ainda que à luz dos novos elementos, para restabelecer a liminar antecipatória quando do julgamento da apelação. Mais do que isso, o Magistrado de primeiro grau não acrescentou à sua fundamentação qualquer linha esclarecedora dos motivos em que se baseou para superar os fundamentos da decisão da instância superior e conceder a tutela antecipada, ignorando os julgamentos realizados pelo Tribunal.

Trata-se, ao ver deste Relator, de razões suficientes para a concessão do efeito suspensivo requerido pela UNIÃO, não fosse a relevância dos argumentos do ente público quanto à gravidade dos prejuízos financeiros impostos ao erário acaso mantida a produção imediata dos efeitos da sentença, antes de ser reapreciada, em segundo grau de jurisdição, a correção ou não da sentença agora proferida, favorável à tese autoral.

Por sua vez, na sentença proferida em 19.12.2014 nos autos da ação ordinária principal (processo nº 0018095-12.2000.4.02.5101), integrada por decisões proferidas em sede de embargos declaratórios em 2016, o Magistrado Titular da 16ª VF/RJ "revogou", com efeitos prospectivos, a exigência cautelar, determinada no processo nº 0011143-17.2000.4.02.5101, mantendo em vigor apenas a garantia fidejussória bancária já prestada naqueles autos, até eventual decisão jurisdicional em contrário.

Ressalta a UNIÃO que a produção imediata dos efeitos da sentença de primeiro grau, segundo correspondências enviadas pela Autora à ANTT, implicaria a suspensão do pagamento de 40 (quarenta) parcelas, sendo de R$10.300.682,22 o valor de cada parcela atualizado em outubro de 2016, totalizando mais de quatrocentos milhões de reais o montante que deixaria de ser pago pela Autora à UNIÃO.

Num outro giro, a consulta à movimentação processual dos autos principais permite verificar que recentemente, em 09.03.2017, vieram eles encaminhados a este Tribunal, para julgamento das apelações interpostas, encontrando-se hoje localizados na 8ª Turma Especializada, que em breve deverá remetê-los para análise de prevenção. Diante da iminência de serem apreciadas e julgadas as apelações respectivamente interpostas nos autos da ação cautelar e da ordinária principal, afigura-se injustificável a urgência em se determinar a revogação dos efeitos prospectivos da exigência cautelar determinada liminarmente nos autos do Processo 0011143-17.2000.4.02.5101, não apenas pela afronta ao julgamento realizado na instância superior, mas também quando se constata que a Autora se encontra há vários anos efetuando regularmente os pagamentos das prestações contratuais periódicas mediante caução sem notícia de que tenha havido descontinuidade do serviço público concedido.

De todo o exposto, pelos motivos acima expostos, DEFIRO O REQUERIMENTO formulado pela UNIÃO objetivando a atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta nos autos da Ação Ordinária nº 0018095-12.2000.4.02.5101.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000202

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0300414-81.1999.4.02.5103 Número antigo: 1999.51.03.300414-0 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.006248-0
Distribuição-Sorteio Automático - 09/10/2015 08:33
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO: CAROLINA CAMARGOS TRAZZI
ADVOGADO: JULIA DA SILVA COELHO
APELADO: IRINEU DA S PINTO
APELADO: IRINEU DA SILVA PINTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0300414-81.1999.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2016.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0018309-90.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.018309-7 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.8052.000034-5
Distribuição para Órgão Julgador - 01/12/2015 10:40
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CLEIA MARQUES DA COSTA
ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO HERMAN POLDERMAN
ADVOGADO: PAULA BARBOSA DE CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0018309-90.2006.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.
II - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0015418-62.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.015418-1 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.007116-1
Distribuição por Migração de Sistema - 06/04/2015 15:38
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: PHILIP DANIEL TOLEDANO
ADVOGADO: FREDERICO DE MOURA LEITE ESTEFAN
APELADO: VARIG S/A - VIACAO AEREA RIO GRANDENSE - MASSA FALIDA
ADVOGADO: NATALIA DA COSTA CRIVELARO CARONE
ADVOGADO: CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR
ADVOGADO: JULIANA PINHAS COUTO
ADVOGADO: CELSO LUIS STEVANATTO
APELADO: INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL - SOB INTERVENÇÃO
ADVOGADO: SERGIO CASSANO JUNIOR
APELADO: SUPERINTENDENCIA NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR - PREVIC
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0015418-62.2007.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.
I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.
II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.
III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000034-68.2008.4.02.5119 Número antigo: 2008.51.19.000034-7 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2015.7404.000546-1
Distribuição por Migração de Sistema - 04/04/2015 13:03
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: GERALDO ADIR DE LIMA
ADVOGADO: JANAINA SIQUEIRA PAES
Originário: 0000034-68.2008.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DO DEVEDOR. VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC/73 NÃO VERIFICADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. INCONSISTÊNCIA NOS CÁLCULOS CONSTATADA E RETIFICADA DE OFÍCIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

I - Não há que se falar em irregularidade do acórdão que apontou ter havido inovação recursal nas alegações da parte embargante (UNIÃO), quando o seu representante judicial nada efetivamente falou nos autos a respeito de sua insurgência quanto aos honorários de sucumbência considerados nos cálculos, limitando-se a reportar-se a apontamentos de seu Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias. Como se sabe, incumbe aos advogados e procuradores ¿ profissionais habilitados para falar nos autos - apresentar manifestação especificada sobre os cálculos, esclarecendo os motivos de sua eventual discordância, sendo incabível a conduta de transferir para técnicos calculistas - que não possuem a prerrogativa do ius postulandi - , a responsabilidade por manifestar-se em seu lugar nos autos, como se o órgão judicial fosse obrigado a consultar tais apontamentos técnicos sem que os mesmos tenham sido antes traduzidos em linguagem jurídica pelo causídico.

II - Ante a possibilidade de ter havido irregularidades ou equívocos nos cálculos, pode e deve o Magistrado condutor do processo que deles conhecer saná-los a qualquer tempo, ainda que não haja sido alegada a erronia por qualquer das partes, eis que se trata de matéria de ordem pública, cognoscível de ofício.

III ¿ No caso dos autos, embora não tenha sido acolhido o valor pretendido a título de danos morais, que foi superestimado na petição inicial, impende reconhecer que o autor foi vitorioso na maior parte de sua pretensão, pois lhe foi reconhecido tanto o direito à pensão vitalícia como à indenização por danos morais e ao tratamento médico pleiteados na inicial, sendo certo, por outro lado, que o Superior Tribunal de Justiça, ao editar o Enunciado 326 de sua Súmula já consagrou o entendimento de que: ¿Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.¿ Neste sentido, afigura-se pertinente a condenação do ente público ao pagamento de honorários em favor do autor, na proporção de ¿10% sobre o valor da parte do pedido em que sucumbiu¿, conforme determinado no título executivo judicial. Em consequência, o único reparo que merece a sentença apelada diz respeito à inclusão de honorários de advogado no valor de R$1.100,86 no total devido, que, ao invés de R$198.111,66, atualizados até março de 2011, deveria ser R$197.010,80, quantia sobre a qual cabe ser calculada a verba honorária de 10% do valor da condenação, ou seja, R$19.701,08.

IV ¿ Embargos declaratórios conhecidos mas desprovidos. Dispositivo do acórdão embargado modificado de ofício, ficando estabelecido que a execução deverá prosseguir com base no valor total de R$197.010,80, atualizado até 22/03/2011, acrescido de honorários em desfavor da UNIÃO no valor de R$19.701,08.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios mas desprovê-los, na forma do voto do Relator, que, de ofício, alterou o dispositivo do acórdão embargado para, reformando em parte a sentença, determinar o prosseguimento da execução com base no valor total de R$197.010,80 atualizado até 22/03/2011, acrescido de honorários em desfavor da UNIÃO no valor de R$19.701,08.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA

DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000155-35.2008.4.02.5107 Número antigo: 2008.51.07.000155-5 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.005939-0
Distribuição-Sorteio Automático - 07/10/2015 07:00
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
APELADO: MERCADO SALUM LTDA ME
APELADO: NATANAIR SALUM RESENDE
APELADO: ELDA VERGINIA DA ROCHA PERRONE
ADVOGADO: AGOSTINHO FRANCISCO GONCALVES DE ANDRADE
Originário: 0000155-35.2008.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0007494-92.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.007494-9 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.002341-8
Distribuição por Prevenção - 16/07/2015 15:16
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: FRANCISCO LEITE RIBEIRO JUNIOR
ADVOGADO: FABIO RIBEIRO VELOZO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO
ADVOGADO: MARCIO ANDRE MENDES COSTA
ADVOGADO: RENATA DA SILVA BARBOSA SIMONI
ADVOGADO: BEATRIS JARDIM DE AZEVEDO
Originário: 0007494-92.2010.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontada omissão no julgado, não restar caracterizada verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a matérias que foram devidamente enfrentadas pelo acórdão embargado.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001663-98.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.001663-0 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.004594-2
Distribuição por Migração de Sistema - 26/04/2015 17:32
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: AMOS JOSE HORST
AGRAVADO: LUCIENE QUEIROZ HORST
ADVOGADO: AIRLE GOMES JUNIOR
Originário: 0000455-50.2010.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000203

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0012739-79.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.012739-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.113177-5
Distribuição-Sorteio Automático - 02/02/2016 18:20
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: RICARDO RODRIGUES MAGALHAES
ADVOGADO: JOSE ALBERTO KEDE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0012739-79.2013.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0044539-28.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.044539-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.084165-5
Distribuição-Sorteio Automático - 27/06/2016 13:32
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARIA DE LOURDES DIAS GARCIA
APELADO: MARIA ALICE GARCIA VIEIRA
ADVOGADO: SEBASTIAO LUIZ DE FREITAS FILHO
Originário: 0044539-28.2013.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. ERRO MATERIAL CARACTERIZADO. RETIFICAÇÃO DO JULGADO SEM ALTERAÇÃO DO JULGAMENTO DO JULGADO. DEMAIS IRREGULARIDADES APONTADAS NÃO CARACTERIZADAS.

I- Merece ser feita a retificação do julgado para fazer constar a aplicação do Enunciado da súmula 60 do TRF 2ª Região, que dispõe "A pensão de ex-combatente, por morte ocorrida na vigência das Lei 3.765/1960 e Lei 4.242/1963, será devida às filhas, ainda que maiores, desde que não possam prover os

meios de sua subsistência, inclusive por reversão, em valor correspondente ao soldo de 2º Sargento, vedada a percepção cumulativa com qualquer outra importância dos cofres públicos".

II- Inexiste nos autos comprovação que as Autoras, ora Embargantes, sejam incapacitadas e não possam prover o seu sustento, não importando, a retificação do erro material apontado, em modificação do resultado do julgado.

III- Alegações de obscuridade e contradição apenas evidenciam a nítida intenção da parte embargante de se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, o qual, pelo que se depreende de suas razões recursais, não teria se amoldado às teses jurídicas por ela defendida.

IV - Embargos Declaratórios parcialmente providos para retificar o erro material apontado sem, contudo, alterar o resultado do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento aos embargos declaratórios para retificar o erro material apontado sem, contudo, alterar o resultado do julgado, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0105335-76.2013.4.02.5103 Número antigo: 2013.51.03.105335-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/05/2015 12:39
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: DÉBORA PEIXOTO DE AZEVEDO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0105335-76.2013.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL. ASSISTENTE SOCIAL. JORNADA DE TRABALHO DE TRINTA HORAS SEMANAIS. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA LEI 12.317/2010 AOS VÍNCULOS ESTATUTÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. REGRAMENTO RESTRITO AOS EMPREGADOS SUBMETIDOS À CLT.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade de que seja mantida a jornada de trabalho de 30 horas semanais da demandante, ora apelante, sem prejuízo da sua remuneração.

- A relação jurídica estabelecida entre os entes públicos e os titulares de cargos públicos possui natureza estatutária, razão pela qual é plenamente cabível eventual modificação unilateral, por parte da Administração, do regime jurídico de seus servidores.

- O Eg. Superior Tribunal de Justiça, em, diversos precedentes, já se manifestou no sentido de que "a fixação da jornada de trabalho do servidor público está sujeita ao interesse da Administração Pública, tendo em conta critérios de conveniência e oportunidade no exercício de seu poder discricionário, voltado para o interesse público e o bem comum da coletividade" (cf. AgRg no REsp 1529146 / RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 14/09/2015).

- A Lei 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, foi alterada pela Lei 12.317/2010, passando a estabelecer que a duração da jornada de trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.

- Entretanto, evidencia-se que tal diploma legal disciplina tão somente a jornada de trabalho dos empregados celetistas, não se aplicando, destarte, à autora, ora apelante, regida que é pelo Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/90), sob pena de afronta à Constituição Federal, que atribui ao Presidente da República a competência privativa para os projetos de lei que disponham sobre o Regime Jurídico de Servidores Púbicos da União (art. 61, § 1º).

- Precedentes do Eg. STJ.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0144588-77.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.144588-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114672-1
Distribuição-Sorteio Automático - 08/05/2015 15:11
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: EDITH LOURDES RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: PATRICIA VAIRAO CARELLI VIEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0144588-77.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0003033-38.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.003033-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/09/2016 15:36
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: HELENA VIRGINIA JESUS DA SILVA DE ALMEIDA
REPRESENTANTE: AUGUSTO CESAR DE ALMEIDA

ADVOGADO: ALAIDE DE FATIMA DA SILVA PEREIRA
Originário: 0003033-38.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MILITAR. INDEFERIMENTO DE MATRÍCULA COLÉGIO MILITAR. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO POR DESPESAS EFETUADAS COM MATERIAL DIDÁTICO E UNIFORME. INDEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Não se cogita em ilegalidade do ato que indeferiu a matrícula no 3º ano do ensino médio no Colégio Militar, cuja missão ¿é ministrar a educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio¿, consoante artigo 3º da Portaria nº 42/2008 (R/69), comprovado que a requerente já havia concluído todo ensino médio, objetivando, em verdade, frequentar o PREVEST, curso preparatório para vestibular, cujo escopo é a revisão do conteúdo das séries anteriores e o aprofundamento dos conteúdos do 3º ano do ensino médio, ministrado à tarde, em complementação às aulas, consoante se verifica no documento intitulado ¿Exposição de Motivos¿, firmado pelo militar, genitor da Apelada, pugnando pela reconsideração do ato e conseguinte deferimento da matricula no 3º ano do ensino médio e no PREVEST.

2. Inexistindo ato ilícito perpetrado pela Administração Castrense, que se pautou, exclusivamente, no que preceitua os ditames normativos, aos quais está vinculada, para rejeitar a conclusão da matricula da postulante, não se sustenta a pleiteada reparação por danos morais.

3. Por igualdade de razões, inexiste fundamento jurídico a respaldar o pedido de pagamento de indenização correspondente aos valores dispendidos para aquisição de material didático e uniforme, evidenciado que a interessada, desde o momento em que requereu sua matrícula, estava ciente que não preenchia os requisitos necessários para frequentar a instituição de ensino, de sorte que o gasto efetuado ocorreu por absoluta responsabilidade da parte autora, dado que é vedado a parte se beneficiar da própria torpeza.

4. Reconhecida a sucumbência total quanto aos pedidos formulados na exordial, impõe-se, a teor do que determina o art. 85, §§ 2º, 3º e 4º, III, do NCPC, a condenação da parte autora em honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

5. Remessa necessária e apelação da União providas. Sentença parcialmente reformada para julgar integralmente improcedentes os pedidos autorais.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à remessa necessária e apelação da União, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0087285-77.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.087285-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120238-9
Distribuição-Sorteio Automático - 05/05/2016 17:44
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: JOSE ANTONIO DUQUE
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0087285-77.2015.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se

contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0092647-20.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.092647-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 14:26
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: HERCILIO GOMES LOUREIRO - ESPOLIO
ADVOGADO: ELIETE DA SILVA COSTA
ADVOGADO: ERIKA DANTAS PINA DOS REIS
ADVOGADO: RICARDO JOSE PEREIRA COSTA
ADVOGADO: GARIBALDE BRASIL
Originário: 0092647-20.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR CIVIL. RESÍDUOS DE 28,86%. SERVIDOR DO EXTINTO DEPARTAMENTE DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ¿ DCT. CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA ÀS CADERNETAS DE POUPANÇA. TR. INCIDÊNCIA. IPCA-E. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Cinge-se a controvérsia a determinar o índice de atualização monetária, após julho de 2009, que deverá incidir sobre a condenação ao pagamento de resíduos do reajuste de 28,86%, conforme título obtido nos autos do processo n. 0031472-50.2000.4.02.5101.

2. Após identificar que diversos Tribunais estariam alargando os limites fixados nas decisões das ADIs nº 4.357 e 4.425 em relação à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento, do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, o Ministro LUIZ FUX entendeu por bem suscitar incidente de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 870.947, admitido em 10.04.2015, e ainda pendente de julgamento. No referido incidente, além de frisar que a declaração de inconstitucionalidade com relação aos juros de mora apenas alcançou as condenações oriundas de relação jurídico-tributária, esclarecendo que, no caso de relação jurídico não-tributária "devem ser observados os critérios fixados pela legislação infraconstitucional, notadamente os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09", o Ministro LUIZ FUX pontuou, com relação à correção monetária, que a referida declaração "teve alcance limitado e abarcou apenas a parte em que o texto legal estava logicamente vinculado ao artigo 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09, o qual se refere tão somente à atualização de valores de requisitórios". Diante de tais considerações, e verificando que, no caso dos autos, não se trata de atualização monetária correspondente a período posterior à expedição do precatório mas, sim, de critérios de atualização da condenação, merece ser acolhida a apelação da União, pois, in casu, deve incidir a remuneração básica da poupança (TR) como critério de correção monetária, conforme redação dada pela Lei nº 11.960/2009 ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e não o IPCA-E que fora determinado na sentença ora recorrida.

3. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO ao recurso de apelação da União, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0117957-28.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.117957-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.102243-7
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2016 13:38
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: JULIO CESAR DE OLIVEIRA COUTO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0117957-28.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.
I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.
II - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0004196-82.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.004196-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/10/2016 16:25
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: MARCELO DE JESUS ARAUJO
ADVOGADO: UBIRANI DUARTE DOS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0004196-82.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. MILITAR TEMPORÁRIO. LICENCIAMENTO EX OFFICIO. ANULAÇÃO DO ATO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO.

1. Consoante pacífico entendimento jurisprudencial, encontra-se prescrito o direito da parte autora pleitear judicialmente a anulação do seu desligamento ex officio quando o lapso temporal entre a data de sua exclusão do serviço militar e da propositura da demanda superar 05 (cinco) anos, na forma do Decreto-lei 20.910, de 06.01.1932.

2. Inaplicabilidade do enunciado da Súmula nº 85, do Superior Tribunal de Justiça, evidenciado que a prescrição atingiu não apenas eventuais prestações devidas, acaso reconhecido o direito pleiteado, mas o próprio fundo de direito, após a fluência do lustro prescricional a contar da data do desligamento, ocorrido, in casu, em outubro de 1995, conforme Certificado de Reservista expedido pelo Ministério da Marinha, acostado aos autos.

3. Apelação do Autor desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação do Autor, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0122587-93.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.122587-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 19/12/2016 18:12
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ELY ROLAND DE SOUZA
ADVOGADO: ANTONIO SILVA FILHO
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0122587-93.2016.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. ÁREA DA SAÚDE. POSSIBILIDADE. CARGA HORÁRIA MÁXIMA SEMANAL. PARECER AGU GQ-145/1998. HIGIDEZ FÍSICA E MENTAL DO SERVIDOR. ORIENTAÇÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ.

-Cinge-se a controvérsia à verificação da possibilidade da impetrante acumular dois cargos na área da saúde.

-A Constituição Federal, em regra, veda a cumulação remunerada de cargos ou empregos públicos, permitindo, excepcionalmente, o exercício de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (art. 37, XVI, alínea ¿c¿, com redação dada pela EC 34/2001), bastando, tão somente, que o servidor comprove a compatibilidade entre os horários de trabalho.

-A Primeira Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos autos do MS 19.336/DF, DJe 14/10/2014, consolidou o entendimento no sentido da impossibilidade de cumulação de cargos de profissionais da área de saúde, quando a jornada de trabalho for superior a 60 (sessenta) horas semanais, na forma do Parecer GQ 145/1998, da AGU.

-No caso concreto, a impetrante exerce o cargo de Auxiliar de Enfermagem no Centro de Atenção Psicossocial Arthur Bispo do Rosário, vinculado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no horário de 07:00 às 19:00 h, em regime de plantões de 12 x 60 horas, cumprindo jornada semanal de 30 horas semanais (fls. 24/25), e exerce o mesmo cargo no Hospital Municipal Álvaro Ramos, onde se encontra cedida pelo Ministério da Saúde (fl. 76), no horário de 7:00 às 19 h, em regime de plantões de 12 x 60 horas, com complementações em outros dias e horários, cumprindo uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, conforme escalas dos meses de julho e agosto de 2016 (fls. 26), de modo que sua jornada laboral total é de 70 (setenta) horas semanais.

-Verifica-se que, na hipótese, não há compatibilidade de horários no exercício dos cargos em questão, na medida em que, embora não haja superposição de horários, a jornada de trabalho da impetrante ultrapassa o limite de 60 horas semanais, consideradas razoáveis para que não haja o comprometimento da

qualidade de serviço prestado, pois, como se sabe, o profissional da área de saúde necessita estar em boas condições físicas e mentais, para poder cumprir o seu mister de forma eficiente.

-Remessa e ao recurso da UNIÃO FEDERAL providos para, reformando a sentença, denegar a ordem.

-Sem honorários, conforme estabelecido na sentença (Súmulas 512/STF e 105/STJ e art. 25 da Lei 12.016/09). Custas nos termos da Lei 9.289/96.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à remessa necessária e ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001003-98.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.001003-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 19/10/2015 18:18

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

PARTE AUTORA: ERONIDES RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO: ROBERTO DOS SANTOS OHANA

PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RJ

Originário: 0001003-98.2012.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ AÇÃO CAUTELAR PREVISTA NO ART. 844 DO CPC. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- A medida cautelar, prevista nos artigos 844 e 845, do Código de Processo Civil, em que se fundou a pretensão do requerente, tem natureza preparatória de uma futura ação principal, sendo cabível apenas na hipótese de haver necessidade prévia dos dados que se pretende obter. Como medida cautelar, devem estar presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, como em qualquer ação cautelar.

- No caso, o requerente afirma que "em 29/06/2010, submeteu-se a uma cirurgia para corrigir um quadro de CATARATA, realizada no HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO¿; (ii) ¿como toda e qualquer cirurgia, o ato cirúrgico foi procedido de todos os exames clínicos necessários, objetivando logicamente determinar os procedimentos cirúrgicos que seriam realizados¿; (iii) ¿certo é que após a cirurgia, o Autor voltou ao mencionado hospital, com o propósito de dar continuidade aos atos pós operatórios¿; (iv) ¿entretanto, para a surpresa do Autor o médico que lhe atendeu, atestou documentalmente, que teria ocorrido um erro na execução dos mencionados exames pré operatórios, porém, o conteúdo do referido documentos não é suficientemente claro, e não traz todas as informações necessárias a apuração do evento lesivo e seus responsáveis, justificando assim o motivo do Autor não estar enxergando bem após a cirurgia¿.

- Diante de tal fato, o requerente ajuizou a presente medida cautelar, objetivando que a União Federal exiba "todos os documentos relativos aos procedimentos relacionados aos exames pré e pós operatórios, enfim toda a documentação médica relacionada a cirurgia de catarata realizada.

- De ver-se que a prova pretendida é imprescindível para viabilizar o ajuizamento de futura ação por parte do ora requerente, razão pela qual afigura-se necessário o processamento da medida cautelar de exibição de documentos.

- A propósito, o Eg. STJ, já se manifestou no sentido de que: ¿há interesse de agir para a ação cautelar de exibição de documentos quando o autor pretende avaliar ajuizamento de ação judicial relativa a documentos que não se encontram consigo¿ (REsp 940720/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2007, DJ 29/06/2007, p. 626).

- Remessa desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0003934-12.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003934-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/04/2016 12:38
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: REGINA MARIA FORTES GARCIA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0049343-34.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO. PERDA DE OBJETO.
1. Sobrevindo sentença nos autos principais, que, diante da informação fornecida pela Defensoria Pública da União no sentido de que a parte autora faleceu, julgou extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV e IX do NCPC, constata-se a perda do objeto do agravo de instrumento interposto contra decisão que deferiu a tutela antecipada para que seja fornecido "UMA BALÃO DE OXIGÊNIO COM CAPACIDADE PARA 20 (VINTE) LITROS E O ABASTECIMENTO MENSAL DE 400 LITROS DE OXIGÊNIO, durante o tempo que se fizer necessário ao tratamento da parte autora, no prazo de 72 (setenta e duas) horas".
2. Agravo de Instrumento não conhecido por perda de objeto.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em NÃO CONHECER o recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0005380-50.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005380-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.110969-9
Distribuição por Prevenção - 23/05/2016 13:57
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: L.C BONJARDIM - ME

ADVOGADO: LUCIANO CAETANO BONJARDIM
Originário: 0003300-36.2016.4.02.5005 - 1ª VF Colatina
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000204

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0101260-34.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.101260-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/11/2016 13:25
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ALEDIR ISABEL SANTANA
ADVOGADO: VICTOR AUGUSTO LOPES SOARES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0101260-34.2012.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. INSS. LEI Nº 10.677/2003. TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO. DESVIO DE FUNÇÃO. INOCORRÊNCIA. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESCABIMENTO.

1. Em matéria de desvio de função, a jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal já se encontra sedimentada no que tange à impossibilidade do mesmo acarretar o reenquadramento do servidor em cargo diverso da investidura, assim como à inexistência de direito adquirido à incorporação dos vencimentos nos moldes em que devidos durante o desvio, tendo em vista a vedação esculpida no art. 37, II, da Carta Magna.

2. ¿Ademais, ainda quando ocorra desvio de função, o direito do servidor desviado é o de retornar ao feixe de atribuições do seu cargo, e nada mais. Não é possível burlar a Constituição e o sistema legal, e deferir diferenças de vencimentos, à custa do saque contra o dinheiro do contribuinte e sem punição de quem quer que seja. Toda a doutrina clássica sempre se insurgiu contra essa porta aberta ao apadrinhamento e à possibilidade de melhorar a posição de escolhidos, à custa do erário, da isonomia e do acesso igualitário através do concurso.¿ (APELREEX 602125, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO DE CASTRO, E-DJF2R de 08.10.2013).

3. A comprovação do desvio de função exige prova robusta do exercício de atribuições inerentes a cargo público distinto daquele do servidor, bem como de que as atividades efetivamente desempenhadas correspondem às atribuições privativas do cargo com o qual se reclama a equiparação. Precedentes desta Corte.

4. As atribuições dos Analistas Previdenciários e dos Técnicos Previdenciários encontram-se definidas no artigo 6º, da Lei nº 10.667/2003, sendo certo que as atribuições do Técnico Previdenciário têm caráter muito mais amplo ("suporte e apoio técnico especializado às competências do INSS"), incluindo, por óbvio, e pela literalidade do texto legal, atividades de análise, avaliação e concessão de benefícios previdenciários -

ainda que em grau de complexidade menor do que as mesmas atividades designadas aos Analistas Previdenciários.

5. Conquanto a Autora, ocupante do cargo de nível médio, alegue estar em desvio de função por exercer atividades típicas de Analista Previdenciário, postulando o pagamento das diferenças salariais daí decorrentes, o conjunto probatório constante dos autos indicam ¿que as atribuições exercidas pela autora não eram de complexidade técnica ínsita ao cargo de Analista de Previdência Social, depois Analista do Seguro Social, mas, ao contrário, eram de suporte técnico de nível médio, de mera execução¿, como bem concluiu o Juízo de Primeiro Grau, enfatizando, ainda, o teor da prova testemunhal, com a qual restou evidenciado que ¿quando a questão mostrava-se de maior complexidade, o pessoal do Setor de Arrecadação buscava o subsídio da Auditoria do INSS¿, não logrando a interessada comprovar qualquer desvio de função.

6. Apelação da Autora desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação da Autora, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0015668-85.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.015668-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 11/06/2015 16:57
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: ANA TYSZMAN BIRMAN
APELANTE: LUCIA MARIA BEZERRA DE PAIVA RODRIGUES
APELANTE: ROSA TOSIN LOPES DE MEDEIROS
APELANTE: ROSA MARIA PORTELLA MOREIRA
APELANTE: REINALDO HASHIMOTO
APELANTE: MARCO ANTONIO SOARES RODRIGUES ALVES
APELANTE: HELIOMAR DE AZEVEDO VALLE
APELANTE: FRANCISCO JOSE DE FREITAS
APELANTE: ELAINE MERLY MASINI D AVILA
APELANTE: BERNARDO HENRIQUE FERRAZ MARANHAO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0015668-85.2013.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA. 3,17%. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO COLETIVO. INOCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL POR AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA GENÉRICA DE QUE TRATA O ART. 95 DO CDC.

1. Os presentes embargos à execução decorrem de execução individual de ação coletiva, cujo acórdão foi proferido na ação ordinária nº 2002.51.01.007217-8 ajuizada pelo ASSOCIACAO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO-ADUNIRIO-SSIND-SECAO SINDICAL DOS ANDES-SINDICATO NACIONAL E OUTROS, que tramitou perante o Juízo da 07ª Vara Federal/RJ, tendo o título judicial transitado em julgado assegurado o pagamento de diferenças decorrentes do reajuste de 3,17%.

2. Merece ser extinta a execução individual quando inexistir prévia liquidação da sentença condenatória genérica proferida nos autos da ação coletiva, conforme dispõem o art. 97 e seu parágrafo único e o §1º do art. 98, ambos do CDC.

3. Em sede de processo coletivo, em que a sentença condenatória é necessariamente genérica (art. 95 do CDC), não é possível prescindir, para que a execução possa se iniciar, da apuração de um valor líquido e exigível, realizada através de um processo de liquidação, com induvidoso respeito ao contraditório e ampla defesa, em que ao ente público executado seja permitido contribuir de forma efetiva, não sendo razoável

transferir para o âmbito dos embargos à execução a possibilidade de impugnação dos critérios de cálculo unilateralmente adotados pela parte exequente como forma de evitar esta liquidação em evidente subversão das normas que disciplinam o processo coletivo.

4. Apelos da UNIRIO e dos Embargados conhecidos para, de ofício, ser decretada a extinção da execução individual e dos correspondentes embargos à execução, restando prejudicada a apreciação do mérito dos recursos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para, de ofício, extinguir, sem resolução do mérito, os processos da execução individual e dos embargos à mesma opostos, julgando prejudicada a apreciação do mérito dos recursos de apelação da UNIRIO e dos Embargados, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0104466-22.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.104466-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/08/2016 20:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
Originário: 0104466-22.2013.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA. 3,17%. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO COLETIVO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL POR AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA GENÉRICA DE QUE TRATA O ART. 95 DO CDC.

1. Os presentes embargos à execução decorrem de execução individual de ação coletiva, cujo acórdão foi proferido na ação ordinária nº 99.0063635-0 ajuizada pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-SINTUFRJ, que tramitou perante o Juízo da 30ª Vara Federal/RJ, tendo o título judicial transitado em julgado assegurado o pagamento de diferenças decorrentes do reajuste de 3,17%.

2. Merece ser extinta a execução individual quando inexistir prévia liquidação da sentença condenatória genérica proferida nos autos da ação coletiva, conforme dispõem o art. 97 e seu parágrafo único e o §1º do art. 98, ambos do CDC.

3. Em sede de processo coletivo, em que a sentença condenatória é necessariamente genérica (art. 95 do CDC), não é possível prescindir, para que a execução possa se iniciar, da apuração de um valor líquido e exigível, realizada através de um processo de liquidação, com induvidoso respeito ao contraditório e ampla defesa, em que ao ente público executado seja permitido contribuir de forma efetiva, não sendo razoável transferir para o âmbito dos embargos à execução a possibilidade de impugnação dos critérios de cálculo unilateralmente adotados pela parte exequente como forma de evitar esta liquidação em evidente subversão das normas que disciplinam o processo coletivo.

4. Apelo da Embargante conhecido para, de ofício, ser decretada a extinção da execução individual e dos correspondentes embargos à execução, restando prejudicada a apreciação do mérito do recurso.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para, de ofício, extinguir, sem resolução do mérito, os processos

da execução individual e dos embargos à mesma opostos, julgando prejudicada a apreciação do mérito do apelo dos Embargantes, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0500251-55.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.500251-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/11/2016 18:45
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIMED VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: ROGER FELIPE DE ALMEIDA SLOSASKI
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0500251-55.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO CÍVEL. DÉBITO NÃO TRIBUTÁRIO. MULTA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGADOS VÍCIOS FORMAIS NA CDA EXECUDA. INEXISTÊNCIA. EXPRESSA INDICAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS CONTIDOS NO ARTIGO 2º, §5°, DA LEI N° 6.830/80. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I. Pretende a apelante a desconstituição de CDA executada pela ANS, suscitando a ocorrência de prescrição quinquenal e que o título não indicaria o termo inicial da dívida, o índice de correção monetária e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos, gerando cerceamento de defesa.

II. O processo administrativo fiscal foi deflagrado em 30/09/2008, para apuração de irregularidades em reajuste de mensalidades praticado pela UNIMED em setembro de 2008. Referido processo administrativo foi finalizado em 14/01/2013, com a imposição de sanção pecuniária no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), inscrita em dívida ativa e executada em 21/10/2014, através do Processo nº 0003130-29.2014.4.02.5104. Desse modo, considerando que a ANS observou o prazo prescricional de cinco anos previsto no art. 1º da Lei nº 9.873/1999 para exercer a ação punitiva no âmbito do processo administrativo nº 33902183480200896 e o outro prazo prescricional de cinco anos (art. 1º-A do mesmo estatuto legal) para ingressar em Juízo conclui-se que não se verificou o fenômeno prescricional que acarretasse a perda da sua pretensão de punir a embargante ou de executar a multa administrativa.

III. O termo inicial da dívida data foi fixado administrativamente com referência ao dia subsequente ao dia em que foi efetuada a intimação para o pagamento da dívida reconhecida na decisão proferida no processo administrativo 33902.183480/2008-96 ocorrida em 13/08/2009, considerando-se como início do prazo estipulado para pagamento, portanto, o dia 14/08/2009. Note-se que a aplicação da taxa SELIC dispensa a discriminação de correção monetária incidente sobre o débito, vez que inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real (STJ - 1ª Turma - Min. Teori Albino Zavascki ¿ Resp n. 442490/SC - 25/02/2004)

IV. Observa-se, ainda, que os juros, multas e demais encargos, bem como a respectiva metodologia de cálculo, foi expressamente consignada na CDA, inexistindo qualquer vício formal no título executivo.

V. Inexiste qualquer cerceamento de defesa, vez que o embargante teve a oportunidade de apresentar defesa no processo administrativo 33902.183480/2008-96, bem como nos correntes embargos à execução, tendo plena ciência sobre a formação da penalidade que lhe foi imposta.

VI. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0086839-97.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.086839-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/10/2016 13:52
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: NESTOR EVANGELISTA OLIVEIRA DE ATAIDE
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0086839-97.2016.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. SERVIDOR. REAJUSTE PELO ÍNDICE DE 28,86%. AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CONDIÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA NÃO OBSERVADA.

- Em que pese a irresignação do apelante, em relação a extinção do feito, ante o reconhecimento da incompetência do Juízo para a liquidação e a execução da sentença coletiva condenatória, merece ser extinta a presente execução individual, ante a ausência de uma condição específica, qual seja, a prévia liquidação da sentença condenatória proferida nos autos da ação coletiva, que reconheceu ser devido, aos substituídos, o reajuste de 28,86% em seus vencimentos, pois a condenação imposta ao ente público é genérica, necessitando, portanto, de liquidação.

-Dessa forma, afigura-se necessário que se proceda à liquidação da sentença de condenação genérica ou ilíquida, de modo que o título judicial, formado no bojo da ação coletiva, possua eficácia executiva.

- Reconhecida a ausência de condição da ação (liquidação do julgado coletivo), julgando-se extinto o processo de execução individual, sem resolução de mérito, restando prejudicada a apelação.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, julgar extinto o processo de execução individual, sem resolução de mérito, restando prejudicada a apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0010108-36.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.010108-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.109320-2
Distribuição-Sorteio Automático - 26/01/2015 17:01
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: MARIA DE FATIMA COUTADA
ADVOGADO: MIGUEL COSTA MENDES
ADVOGADO: WESLEY DE SOUZA CABRAL
APELADO: LEILA MOUSINHO FERNANDES
ADVOGADO: JOSEFA AMELIA DA SILVA LEITE
REMETENTE: JUÍZO DA 23ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRORJ
Originário: 0010108-36.2011.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRÊS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS CONTRA ACÕRDÃO QUE JULGOU APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO E RECONVENÇÃO. PENSÃO POR MORTE DEFERIDA PELA FIOCRUZ EM FAVOR DE COMPANHEIRA. ALEGAÇÕES DE OBSCURIDADE (CONTRADIÇÃO) E OMISSÃO.

I ¿ Merecem ser conhecidos e providos os embargos declaratórios opostos por LEILA MOUSINHO FERNANDES para sanar a contradição verificada entre afirmação contida na fundamentação do julgado e o dispositivo, ficando esclarecido que os pedidos reconvencionais foram julgados procedentes.

II ¿ Não devem ser conhecidos os embargos declaratórios opostos por MARIA DE FÁTIMA COUTADA, que não alegou quaisquer dos vícios do art. 1.023 do NCPC.

III ¿ Cumpre, por fim, desprover os embargos declaratórios da FIOCRUZ, que alegam omissão quanto à inversão dos ônus sucumbenciais, sem atentar para o fato de haver sido expressamente condenada a Autora da ação (LEILA MOUSINHO FERNANDES) ao pagamento de honorários, na forma do art. 85 do NCPC;

IV ¿ Embargos declaratórios opostos por LEILA MOUSINHO FERNANDES, MARIA DE FÁTIMA COUTADA e FUNDACAO OSWALDO CRUZ respectivamente providos, não conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento aos embargos declaratórios de LEILA MOUSINHO FERNANDES, deixar de conhecer dos embargos declaratórios de MARIA DE FÁTIMA COUTADA e desprover os embargos declaratórios da FIOCRUZ, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0000688-93.2014.4.02.5006 Número antigo: 2014.50.06.000688-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 04/10/2016 17:41

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: AMARILDO BERNARDES

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO ESPÍRITO SANTO-ES

Originário: 0000688-93.2014.4.02.5006 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MANUTENÇÃO EM PLANTEL DE PÁSSARO SEM ANILHA DE IDENTIFICAÇÃO. MULTA. REQUERIMENTO DE NULIDADE. ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE. OCORRÊNCIA. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES LEGAIS. APLICAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES. PEDIDO DE CONVERSÃO PARA PENALIDADE ALTERNATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. POSSIBILIDADE.

I. Pretende a parte autora o reconhecimento da nulidade da multa que lhe foi aplicada, no valor de R$ 390.000,00, pela manutenção de pássaro em risco de extinção sem anilha de identificação. Requer, subsidiariamente, a conversão da multa em penalidade alternativa de prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do art. 72, §4º, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 139 do Decreto nº 6.514/2008, em razão de alegada hipossuficiência financeira.

II. Verifica-se que a multa revela-se manifestamente desproporcional,vez que somente um de seus setenta e oito pássaros estava sem anilha de identificação, existindo fortes indícios de que esta tenha sido rompida pelo próprio animal, considerando os fragmentos de metal da anilha apresentados pelo autor ao IBAMA. Ademais, a imposição de multa no elevado valor de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) seria manifestamente inócua, vez que seria de impossível cumprimento pelo autor, considerada sua situação de precariedade econômica

III. No caso dos autos, os três fatores discriminados no art. 6º da Lei nº 9.605/98 atuam em favor da parte autora, destacando-se que não existe qualquer prova nos autos de que tenha causado maus tratos aos pássaros sob seus cuidados ou tivesse sido autuado anteriormente por infrações à legislação ambiental.

IV. Desse modo, considerando a necessidade de preservação da proporcionalidade, razoabilidade e efetividade das sanções ambientais, revela-se possível a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, conforme permitido pelo parágrafo 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, conversão esta que atende ao caráter punitivo e educativo da sanção.

V. Recurso e Remessa Necessária desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação do IBAMA e à Remessa Necessária, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0060012-83.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.060012-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.096394-7

Distribuição por Prevenção - 12/07/2016 12:54

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: DANIEL RAMALHO GRANDE DA LUZ

REPRESENTANTE: ANA MARIA PEREIRA RAMALHO

ADVOGADO: JOSE CARLOS RIBEIRO ALVES

REMETENTE: Juízo da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 18VF/RJ

Originário: 0060012-83.2015.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não há que se falar em omissão quando o acórdão embargado se refere a decisão de agravo de instrumento que posteriormente teve seu polo passivo alterado, uma vez que tal decisão é utilizada apenas para citações irrelevantes ao fundamento do acórdão.

II- Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0154637-52.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.154637-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114994-1

Distribuição-Sorteio Automático - 26/07/2016 14:25
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JULIANA PAES LEME DE MELLO SOUSA
ADVOGADO: DENISE LOPES DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0154637-52.2015.4.02.5120 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000205

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0002078-43.2010.4.02.5102 Número antigo: 2010.51.02.002078-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.108604-4
Distribuição-Sorteio Automático - 01/03/2016 13:17
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CARLOTA CARDOSO DE MELLO
ADVOGADO: JOSE GONCALO RODRIGUES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDREIA DA SILVA PICHONE
Originário: 0002078-43.2010.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001724-86.2013.4.02.5110 Número antigo: 2013.51.10.001724-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.119975-2
Distribuição-Sorteio Automático - 05/09/2016 16:21
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APELADO: SIRLEY FERREIRA
ADVOGADO: LEDJANE ALBUQUERQUE SILVA
Originário: 0001724-86.2013.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.
I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.
II - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000253-92.2014.4.02.5112 Número antigo: 2014.51.12.000253-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/12/2015 09:01
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: JORGE LUIZ REZENDE
ADVOGADO: FABRICIO SOARES POLI
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE SANTOS CARVALHO
Originário: 0000253-92.2014.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TEMPESTIVIDADE. EXORDIAL JUNTADA AOS AUTOS DA EXECUÇÃO POR EQUÍVOCO. DISTRIBUIÇÃO EXTEMPORÂNEA SOMENTE APÓS O DESENTRANHAMENTO. SENTENÇA REFORMADA.

I. Na hipótese dos autos, cinge-se a controvérsia em verificar a tempestividade, ou não da interposição dos presentes embargos à execução.

II. Muito embora a regra de competência aplicável à espécie deva ser aferida de acordo com o Código de Processo Civil de 1973, em razão de a demanda ter sido ajuizada ainda durante sua vigência (em 2014), insta registrar, por pertinente, que o Código de Processo Civil de 2015, no que tange à interposição dos embargos à execução, no artigo 915 (atual versão do artigo 738 do CPC/73), estabelece que "os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado, conforme o caso, na forma do art. 231", o qual, por sua vez, no que respeita aos presentes autos, dispõe em seu inciso II, que deve ser considerada "a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça".

III. Como não foi possível pesquisar no Sistema Gerenciador de Dados da Justiça Federal de Primeiro Grau as peças da execução em dependência à qual os presentes embargos à execução foram interpostos, por se tratarem de autos físicos, verifica-se que o Recorrente juntou aos presentes autos o seu comprovante de recebimento da petição inicial dos embargos, em que se observa que o protocolo ocorreu em 16-06-2014 às 16:10 h, assim como

constata-se que, de fato, foi determinado por despacho o desentranhamento da referida petição para autuação em apartado e distribuição por dependência à execução originária em 17 de junho de 2014, o que foi cumprido pelo cartório no dia 30 de junho de 2014, às 17:40 h, conforme cópia da certidão juntada aos autos.

IV. Assim, como o mandado foi juntado aos autos da execução originária em 02-06-14, levando-se em conta que o termo inicial do prazo se deu no dia 03 de junho de 2014 (terça-feira), resta evidente a tempestividade dos presentes embargos à execução, uma vez que o termo final para a sua oposição é o dia 18-06-2014 (quarta-feira), e como se vê na cópia do comprovante de recebimento da petição inicial dos embargos, o protocolo ocorreu em 16-06-2014 às 16:10 h.

V. Apelação provida, para determinar o retorno dos autos para regular processamento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação do embargante, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001581-90.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.001581-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2016 17:13
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: VITOR ROCHA GOMES
ADVOGADO: MARIO HENRIQUE GUIMARAES BITTENCOURT
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
Originário: 0001581-90.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. MONITÓRIA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONTRATO BANCÁRIO. EXCESSO DE EXCECUÇÃO CONFIGURADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

-Entre os requisitos processuais da ação monitória figura-se a prova escrita capaz de demonstrar a certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação cuja satisfação por ela se pretenda alcançar. Saliente-se que para efeitos de execução, há que se considerar o valor efetivamente devido e firmado no documento trazido aos autos como prova escrita, para que não importe em enriquecimento ilícito para uma das partes.

-O egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, cristalizado na Súmula 247, que "O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória¿.

-No caso, verifica-se que a inicial foi instruída com a cópia do contrato de empréstimo (fls. 23/29), bem como com o demonstrativo e evolução da dívida (fls. 08/22), restando, pois, comprovada a viabilidade da utilização do rito monitório.

-No que tange aos honorários advocatícios, considerando que a sentença acolheu parcialmente a tese dos embargos, reconhecendo excesso de execução, inferior ao alegado pelo embargante, restou configurada a hipótese de sucumbência recíproca, compensando-se a verba honorária, nos termos do art. 21, caput, do CPC/ 73, vigente à época da prolação da sentença, razão por que não merece reparos a sentença recorrida.

-Precedente desta egrégia Oitava Turma Especializada citado (0010425-44.2005.4.02.5101. Rel. Des. Fed. GUILHERME DIEFENTHAELER. Data da decisão: 01/02/2017. Disponibilizado em 08/02/2017).

-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0015487-50.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.015487-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/07/2016 19:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
APELADO: BIRUTA MIDIAS MIRABOLANTES S.A.
APELADO: MATHEUS MEIRELLES DAMASCENO FERREIRA
APELADO: RAFAEL LIPORACE DE SOUZA PEREIRA
APELADO: ROMULO VIANNA GROISMAN
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015487-50.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO. DILIGÊNCIA DE CITAÇÃO NEGATIVA. SENTENÇA EXTINTIVA IMEDIATAMENTE APÓS A JUNTADA DOS MANDADOS. SENTENÇA ANULADA.

1. Não se se justifica a extinção do feito sob o fundamento de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo (art. 267, IV, do CPC/1973), sem qualquer outra consideração, mormente porque em momento imediatamente anterior foi determinada a citação dos executados.

2. Não tendo sido sequer dada vista à exequente acerca do resultado negativo da única diligência de citação dos quatro executados, nem, tampouco, oportunizado prazo para a interessada diligenciar na obtenção dos endereços atualizados dos réus, faz-se mister reconhecer que o feito foi prematuramente extinto, sem observância dos princípios da razoabilidade e da efetividade da prestação jurisdicional.

3. Apelação da CEF provida. Sentença anulada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação da CEF, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0024161-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.024161-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/12/2015 11:45
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: FARMACIA TOMAZ COELHO LTDA -ME
APELANTE: GERLIER HERMOGENIO RODRIGUES ALMEIDA
APELANTE: RUITER RODRIGUES ALMEIDA
ADVOGADO: REINALDO CONIGLIO RAYOL JUNIOR
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
Originário: 0024161-80.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. CEF. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATOS FIRMADOS APÓS 31/03/2000. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

-Afastada a preliminar de cerceamento de defesa, na medida em que a presente ação tem por escopo a revisão de cláusulas contratuais tidas por abusivas, tratando-se a discussão em matéria eminentemente de direito, sendo desnecessária a perícia contábil, de modo que não há óbice ao julgamento antecipado da lide. Dessa forma, não há qualquer ilegalidade, tampouco cerceamento de defesa, na hipótese em que o Juiz, em harmonia com o disposto nos artigos 125 e 130 do CPC/73, vigente à época da sentença, indefere pedido de produção de prova pericial, reputada inútil diante do cenário dos autos.

-No que tange à capitalização de juros mensais, o egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 973.827/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, decidiu que nos contratos firmados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963/2000, em vigência atualmente como Medida Provisória 2.170-36/2001 (art. 5º), admite-se a capitalização dos juros em periodicidade inferior a um ano, desde que pactuada de forma clara e expressa, assim considerada quando prevista a taxa de juros anual em percentual pelo menos 12 (doze) vezes maior do que a mensal. Dessa forma, tendo sido o contrato firmado em 2013 (fl. 11), aplicam-se as disposições da MP 2.170-36/2001, sendo permitida a capitalização de juros.

-Em relação à cobrança de comissão de permanência, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.058.114/RS, submetido ao procedimento previsto no artigo 543-C do CPC, firmou o entendimento de que "a importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC" (REsp 1058114/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/2009, DJe 16/11/2010). Dessa forma, considerando que não restou comprovado que a apelante pagou valores, com incidência de comissão de permanência, que ultrapassem a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, afigura-se escorreita a sentença.

-Recurso de apelação desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2016 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0031919-13.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.031919-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 04/07/2016 19:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: FRINOXX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0031919-13.2015.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. DESNECESSÁRIA ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. CHEQUE EMPRESA CAIXA. LIMITE EXCEDIDO. VENCIMENTO ANTECIPADO. COBRANÇA. POSSIBILIDADE.

1. Trata-se de embargos à execução ajuizada pela Caixa Econômica Federal em face de FRINOXX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e OUTROS objetivando a satisfação de crédito no valor de R$ 338.563,93 (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos) originário de 03 (três) Cédulas de Crédito Bancário: GIROCAIXA FÁCIL, n. 734-0225.002.00001198-1 fls. 11 e seguintes; EMPRÉSTIMO À PESSOA JURÍDICA, n. 19.0225.606.0000183-20, fls. 21 e seguintes e CHEQUE EMPRESA CAIXA, n. 82250225, fls. 29 e seguintes e 02 (dois) Contratos de Renegociação de Dívida: n. 19.0225.691.0000010-58, acostado às fls. 39 e seguintes e n. 19.0225.691.0000012-10, acostado à fls. 46 e seguintes.

2. Ocorrendo o vencimento antecipado da dívida, conforme previsto na Cláusula Décima Quarta, alínea ¿d¿ do Contrato, decorrente de excesso sobre o limite contratado e comprovado mediante extrato é possível a execução da dívida.

3. Tanto as cédulas de crédito bancário, quanto os contratos de renegociação de dívida acompanhados das planilhas de evolução contratual e extratos revestem-se dos requisitos necessários para ter força executiva, pois há previsão do valor do débito assumido pelo mutuário, da data da liberação do valor, do prazo de duração do financiamento, do valor das prestações e/ou do limite de cheque especial contratado, bem como há previsão expressa acerca dos encargos incidentes tanto no período de normalidade contratual, quanto na hipótese de impontualidade dos pagamentos, restando indicada, igualmente, a data de início da inadimplência. Portanto, verifica-se que estão presentes nos autos todos os elementos necessários à defesa do devedor, não havendo que se falar em impossibilidade do exercício da ampla defesa, ao argumento de que os Apelantes ¿não sabem o que devem¿.

4. Por força do que dispõem o art. 585, VIII do CPC/1973, vigente à época, c/c art. 28 da Lei 10.931/2004, as 03 (três) cédulas de crédito bancário que embasaram a execução constituem título executivo extrajudicial, sendo desnecessária, in casu, a assinatura de duas testemunhas. Por seu turno, a força executiva dos 02 (dois) Contratos de Renegociação de Dívida que também embasaram a execução principal, decorre do disposto no art. 585, II do CPC/1973, vigente à época, sendo certo que, nesses dois instrumentos, foi cumprida a formalidade para eles exigida no que tange à assinatura de duas testemunhas.

5. Apelação dos Embargantes desprovida. Apelação da CEF/Embargada provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação dos Embargantes e DAR PROVIMENTO ao recurso de apelação da CEF/Embargada, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0085758-41.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.085758-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117969-7
Distribuição-Sorteio Automático - 06/09/2016 12:18
Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: IVAN FOGLI GERSTNER
ADVOGADO: JOAO GALDINO NETO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
Originário: 0085758-41.2015.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, prosseguindo o julgamento na forma do art. 942, CPC/2015, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0006122-75.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006122-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.104159-8
Distribuição por Prevenção - 14/06/2016 12:38
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MARIZA ROCHA NOVAES
ADVOGADO: BRUNA LYRA DUQUE
ADVOGADO: DANILO RIBEIRO SILVA DOS SANTOS
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA CHAGAS
Originário: 0011726-88.2012.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0100609-37.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100609-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/08/2016 17:19
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: WILLIAM FERREIRA CUMMINGS
ADVOGADO: SUELEN OLIVEIRA CUMMINGS
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE LUIZ VIVIANI DE ABREU
Originário: 0054404-70.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA DA CONTA VÍCULADA FGTS. SUBSTITUIÇÃO DA TR POR ÍNDICE MAIS VANTAJOSO. SUSPENSÃO. RESP. Nº 1.381.683/PE E RESP. Nº 1.614.874/SC.
1. Bem andou o Magistrado de Primeiro Grau ao determinar a suspensão do processo originário, em observância ao decidido pelo Colendo STJ, no Recurso Especial nº 1.381.683, representativo de controvérsia, versando sobre o afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas de FGTS, oportunidade em que determinada ¿a suspensão de tramitação das correlatas ações à todas as instâncias da Justiça comum, estadual e federal, inclusive Juizados Especiais Cíveis e as respectivas Turmas ou Colégios Recursais¿. Precedentes desta Corte.
2. Conquanto o Recurso Especial nº 1.381.683/PE, em recentíssima decisão publicada no DJe de 15.09.2016, não tenha sido conhecido por não reunir condições de admissibilidade, o MM. Ministro Relator do Recurso Especial nº 1.614.874 ¿ SC, decidiu que ¿Diante do não conhecimento do REsp 1.381.683/PE, que justamente versa sobre o tema aqui tratado, e a consequentente exclusão da chancela de recurso representativo de controvérsia, é mister afetar a presente insurgência ao rito disposto no art. 1.036, caput e § 1º, do novel Código de Processo Civil (...)¿, determinando a ¿suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes que versem sobre a questão ora afetada (art. 1.037, inciso II, do novel Código de Processo Civil)¿.
3. Agravo de instrumento do Autor desprovido. Decisão recorrida mantida, com a ressalva de que o processo deverá permaneça sobrestado até ulterior pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.614.874/SC.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

BOLETIM: 2017000206

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0517262-19.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.517262-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2016 16:26
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5a REGIAO
ADVOGADO: FLAVIA ALESSANDRA DE FREITAS
APELADO: MONICA D'AVILA MARREIROS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0517262-19.2009.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. EXECUÇÃO FISCAL. ANUIDADE. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. INÉRCIA DO EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL INTERCORRENTE. OBSERVÂNCIA DO ART. 40, DA LEI Nº 6.830-80 CONFIGURADA.

I. Na execução fiscal de crédito de natureza não tributária a interrupção da prescrição da pretensão executória é regulada pelo disposto no §2º do art. 8º da Lei de Execução Fiscal, operando-se com o despacho que determina a citação.

II. A extinção da execução fiscal em razão da prescrição intercorrente pressupõe a existência de inércia do exequente, devendo ser observado, ainda, o procedimento do art. 40, da Lei nº 6.830/80, circunstâncias tais que, no caso da presente execução fiscal, restaram configuradas.

III. Suspensa a execução fiscal nos termos do art. 40, da Lei nº 6.830/80, torna-se desnecessária a intimação da Fazenda pública acerca do arquivamento dos autos, tendo em vista o prazo da suspensão estar previsto em lei, após o que o arquivamento é automático..

IV. O art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80 tem aplicação imediata às execuções fiscais em curso.

V. No caso em exame, do despacho que ordenou a suspensão da execução, datado de 08-10-2009, até a prolação da sentença, que se deu em 12-07-2016, decorreram quase 07 (sete) anos, havendo o transcurso do prazo para a decretação, de ofício, da prescrição intercorrente.

VI. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000994-14.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.000994-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 21/11/2016 14:43
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: ARIADINE CRISTINE SOUZA DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Espírito Santo
Originário: 0000994-14.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO DISTRIBUÍDA POR DEPENDÊNCIA À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. SÚMULA 421 DO STJ. AUSÊNCIA DE CONFUSÃO.

I. O direito brasileiro adota o princípio da causalidade, que determina que aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes, sendo imperiosa a condenação do réu em honorários advocatícios, pois o que motivou a propositura da presente demanda foi a anulação do débito contido na certidão de dívida ativa n. 11.089/2010, referente à anuidade do exercício de 2009, sob a alegação de que é ilegal a cobrança de anuidade fixada por Conselho Fiscalizador de Profissão, que não exerce a função regulamentadora.

II. De acordo com a Súmula nº 421 do Superior Tribunal de Justiça, ¿os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença¿, entendimento que tem por escopo evitar que um mesmo ente ocupe ambos os pólos da relação obrigacional estabelecida na sentença.

III. No caso em exame, a Defensoria Pública da União atuou em favor da parte executada na presente ação ordinária, assim como na execução fiscal contra ela proposta pelo CRA/ES, que tem a natureza jurídica de autarquia federal, razão pela qual não se confunde com a União, possuindo personalidade jurídica e patrimônio próprios, não merecendo, dessa forma, reparo à sentença objurgada

IV. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000319-51.2014.4.02.5119 Número antigo: 2014.51.19.000319-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.009706-8

Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2016 13:51

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE

ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA

APELADO: MILENA A RIBEIRO AGRO PET ME

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0000319-51.2014.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 1.022, DO NOVO CPC.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade ou contradição (inciso I), omissão (inciso II), ou, ainda, para sanar erro material (inciso III).

-Todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado.

-A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, hipótese que não se verifica no caso vertente.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão e contradição, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

- Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0138800-48.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.138800-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2016 18:00
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: GINA LUCIA BARROSO PINTO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0138800-48.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. TRATAMENTO DE SAÚDE. MEDICAMENTO NECESSÁRIO. ESCLEROSE MÚLTIPLA. POLÍTICAS PÚBLICAS. MÍNIMO RAZOÁVEL. LAUDO PERICIAL. NECESSIDADE AFASTADA.

1- Quanto à obrigatoriedade de fornecimento gratuito de medicamentos,não incluídos na listagem oficial do SUS, para tratamento de ESCLEROSE MÚLTIPLA (CID 10 G 35), é relevante a argumentação no que diz respeito à necessidade de serem considerados, quando da análise de questões com a destes autos, os possíveis reflexos da decisão favorável à parte autora nas políticas públicas, já que não podem os recursos destinados aos programas de saúde serem distribuídos fora de um critério minimamente razoável, considerando-se o conjunto da população.

2- No presente caso, conforme laudo médico elaborado através de perícia judicial, diante da existência de medicamentos similares concedidos pelo SUS e do fato de que não ficou demonstrada a ineficiência dos mesmos no caso da autora, deve ser afastada a concessão de medicação não padronizada.

3- Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0140961-31.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.140961-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114561-0
Distribuição por Prevenção - 10/08/2016 15:14
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: DAPIBGE - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE
ADVOGADO: LEONARDO CAMANHO CAMARGO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
ADVOGADO: PAULO GUSTAVO LOUREIRO OURICURI
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0140961-31.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADE NÃO CARACTERIZADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Consoante já assentou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (vide 2ª T., EmbDeclaRExt n.º 160.381/SP, unânime, DJU de 04.08.95, p. 22.497) e a doutrina em uníssono, os embargos declaratórios não se prestam à reforma da decisão embargada, sendo absolutamente excepcionais as hipóteses em que cabível emprestar-lhes efeitos infringentes.

III - No caso dos autos, embora apontada contradição no julgado, apresenta-se indisfarçável a pretensão da parte embargante de, através dos presentes embargos, obter a reforma do decisum, finalidade para a qual a via eleita se mostra inadequada, devendo, se assim o desejar, manejar recurso próprio.

IV - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

V - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0127632-15.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.127632-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/04/2016 15:10
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: MICHEL ANGELO DE JESUS GOMES
ADVOGADO: Raphaela Dias Miguel
ADVOGADO: FRANCISCO CARLOS PIO DE OLIVEIRA
APELADO: MARCIA ADRIANA SPONFELDNER
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0127632-15.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADE. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. EXTINÇÃO. ART. 8º, DA LEI 12.514/2011. SENTENÇA REFORMADA.

I. Trata-se de execução por título extrajudicial ajuizada pela OAB/ES para fins de cobrança de anuidades, a qual foi extinta, à vista do limite disposto no art. 8º da Lei nº 12.514/2011.

II. O art. 8º da Lei 12.514/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução.

III. A Ordem dos Advogados do Brasil, e mais especificamente seu Conselho Federal e cada um de seus Conselhos Seccionais, possui natureza jurídica de entidade pública sui generis, conforme disposto nos artigos 44, caput, e 45, §§1º e 2º da Lei nº 8.906/1994, sendo, assim, completamente distinta de todo conselho (regional ou federal) de fiscalização do exercício de profissão liberal. Assim, o regime jurídico processual que é próprio àquela entidade acaba lhe sendo aplicável, em detrimento, especificamente, do art. 8º, caput, da Lei 12.514/2011, a qual a partir de uma interpretação literal e sistemática, se aplica, exclusivamente a conselho de fiscalização do exercício de profissão liberal, com o qual não se confunde a OAB.

IV. Apelação provida. Sentença reformada, determinando o retorno dos autos à Vara de origem para prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0150780-46.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.150780-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/06/2016 16:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EDIMETAL MERCANTIL DE ACO LTDA - ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0150780-46.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA NACIONAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, III, § 1º DO CPC. SEM INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA REFORMADA.

I. Cuida-se de apelação cível interposta pela Fazenda Nacional contra sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, III, § 1º, do NCPC, sob o fundamento de que a parte autora quedou-se inerte, embora regularmente intimada para dar prosseguimento ao feito.

II. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp nº 1.120.097/SP (DJe 26.10.2010), sob o rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento de que, "nas execuções fiscais não embargadas, a inércia do exequente, frente à sua intimação pessoal para promover o andamento do feito, configura abandono de causa, cabendo ao juiz determinar a extinção do processo ex officio, sem julgamento de mérito, afastando a incidência da Súmula 240/STJ" (AgRg no REsp 1436394/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 17/06/2014).

III. Para fins de extinção do feito com fulcro no art. 485, III, do NCPC (art. 267, III do CPC/73), não há como deixar de ser primeiramente configurado o abandono de causa por trinta dias após determinação judicial específica para a parte autora, após o que deve se aplicar o disposto no § 1º do referido artigo, intimando-se a parte pessoalmente para suprir a falta em 05 dias, na forma do referido dispositivo legal, o que não ocorreu no presente caso, em que, após ser certificado o decurso de prazo superior a trinta dias, sem manifestação para prosseguimento da execução, o magistrado monocrático determinou que se intimasse novamente a exequente para dar andamento no feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo, na forma do artigo 485, III c/c § 1º do CPC, e não houve intimação pessoal.

IV. Apelação provida, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, com vistas ao prosseguimento do feito.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0156072-21.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.156072-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/07/2016 14:41
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: PAULO CESAR DE ANDRADE DOS SANTOS PEREIRA FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0156072-21.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA. INTIMAÇÃO PELA PUBLICAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL.

I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos dos arts. 257 e 267, I, ambos do Código de Processo Civil, por verificar que decorreram trinta dias desde que a Exequente deu entrada em Juízo sem proceder ao recolhimento das custas judiciais.

II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.

III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.

IV. Assim, não merece guarida a construção realizada pela Recorrente, vez que já havia entendimento das Cortes Superiores de que não se fazia necessária a intimação pessoal da parte autora para o cancelamento da distribuição, além de a nova redação do Código de Processo Civil trazer expressamente que a intimação não será realizada na forma pessoal, mas na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial. Todavia, tal providência não ocorreu no caso concreto, em que o Juízo a quo optou por sentenciar direto, sem oportunizar à Recorrente prazo para o devido recolhimento de custas, sob pena de extinção, razão pela qual deve ser reformada a sentença recorrida. Precedentes do STJ e desta Corte.

V. Apelo provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0156221-17.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.156221-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/05/2016 14:01
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: MARCIA CRISTINA DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0156221-17.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA DA PARTE AUTORA APÓS INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 290 c/c art. 485, inciso X, e art. 925, todos do Novo Código de Processo Civil, sob o fundamento de que, embora regularmente intimada a proceder ao recolhimento das custas judiciais, a Exequente não deu cumprimento à determinação judicial.

II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.

III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.

IV. Impende frisar que a extinção de que trata o art. 290 do CPC/2015 (antigo art. 257 do CPC/73), independe da prévia intimação pessoal da parte autora para o recolhimento das custas processuais, uma vez que o Novo CPC previu expressamente a intimação da parte demandante, porém na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial, como ocorreu no caso concreto. Precedentes do STJ e desta Corte.

V. Apelo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0156356-29.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.156356-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/10/2016 18:28
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: MAGNA FIGUEIRA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0156356-29.2015.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA DA PARTE AUTORA APÓS INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 485, X do Novo Código de Processo Civil, sob o fundamento de que, embora regularmente intimada a proceder ao recolhimento das custas judiciais, a Exequente não deu cumprimento à determinação judicial.

II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.

III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.

IV. Impende frisar que a extinção de que trata o art. 290 do CPC/2015 (antigo art. 257 do CPC/73), independe da prévia intimação pessoal da parte autora para o recolhimento das custas processuais, uma vez que o Novo CPC previu expressamente a intimação da parte demandante, porém na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial, como ocorreu no caso concreto. Precedentes do STJ e desta Corte.

V. Apelo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0158348-25.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.158348-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/07/2016 19:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: ROSALIA BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0158348-25.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA DA PARTE AUTORA APÓS INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 290 do Novo Código de Processo Civil, sob o fundamento de que, embora regularmente intimada a proceder ao recolhimento das custas judiciais, a Exequente não deu cumprimento à determinação judicial.

II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a

complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.

III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.

IV. Impende frisar que a extinção de que trata o art. 290 do CPC/2015 (antigo art. 257 do CPC/73), independe da prévia intimação pessoal da parte autora para o recolhimento das custas processuais, uma vez que o Novo CPC previu expressamente a intimação da parte demandante, porém na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial, como ocorreu no caso concreto. Precedentes do STJ e desta Corte.

V. Apelo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0161181-16.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.161181-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/05/2016 14:00
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: FABIANE RABELLO DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0161181-16.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA DA PARTE AUTORA APÓS INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 290 do Novo Código de Processo Civil, sob o fundamento de que, embora regularmente intimada a proceder ao recolhimento das custas judiciais, a Exequente não deu cumprimento à determinação judicial.

II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.

III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.

IV. Impende frisar que a extinção de que trata o art. 290 do CPC/2015 (antigo art. 257 do CPC/73), independe da prévia intimação pessoal da parte autora para o recolhimento das custas processuais, uma

vez que o Novo CPC previu expressamente a intimação da parte demandante, porém na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial, como ocorreu no caso concreto. Precedentes do STJ e desta Corte.

V. Apelo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0161238-34.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.161238-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 20/05/2016 13:57

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI

APELADO: VANESSA CORTES ANNECHINI

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0161238-34.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA DA PARTE AUTORA APÓS INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 290 c/c art. 485, inciso X, e art. 925, todos do Novo Código de Processo Civil, sob o fundamento de que, embora regularmente intimada a proceder ao recolhimento das custas judiciais, a Exequente não deu cumprimento à determinação judicial.

II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.

III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.

IV. Impende frisar que a extinção de que trata o art. 290 do CPC/2015 (antigo art. 257 do CPC/73), independe da prévia intimação pessoal da parte autora para o recolhimento das custas processuais, uma vez que o Novo CPC previu expressamente a intimação da parte demandante, porém na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial, como ocorreu no caso concreto. Precedentes do STJ e desta Corte.

V. Apelo desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0161417-65.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.161417-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/05/2016 16:16
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: FLAVIO DA SILVA CAMPOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0161417-65.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. OAB/RJ. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. INÉRCIA DA PARTE AUTORA APÓS INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM 30 DIAS. EXTINÇÃO DO FEITO. ARTIGO 290 DO CPC/2015. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA.
I. Cuida-se de apelação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ¿ Seção do Estado do Rio de Janeiro contra a sentença que cancelou a distribuição e julgou extinta a presente Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 485, inciso IV do Novo Código de Processo Civil, sob o fundamento de que, embora regularmente intimada a proceder ao recolhimento das custas judiciais, a Exequente não deu cumprimento à determinação judicial.
II. O Código de Processo Civil de 2015 prevê em seu art. 321 que "o juiz ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.", assim como no parágrafo único que, "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.", dispondo, ainda, em seu art. 290, que ¿será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.¿.
III. Por outro lado, o parágrafo único do art. 4º da Lei n.º 9.289/96 expressamente excluiu as entidades fiscalizadoras do exercício profissional da isenção de custas estipulada no seu caput, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, que, a despeito de desempenhar serviço público (artigo 45, § 5.º, da Lei n.º 8.906/1994), é entidade fiscalizadora do exercício da profissão de advogado e não tem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração, a teor do artigo 44 da Lei n.º 8.906/1994.
IV. Impende frisar que a extinção de que trata o art. 290 do CPC/2015 (antigo art. 257 do CPC/73), independe da prévia intimação pessoal da parte autora para o recolhimento das custas processuais, uma vez que o Novo CPC previu expressamente a intimação da parte demandante, porém na pessoa de seu advogado, bastando sua ciência pela publicação oficial, como ocorreu no caso concreto. Precedentes do STJ e desta Corte.
V. Apelo desprovido.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0029631-58.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.029631-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/06/2016 16:15
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: CRC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
APELADO: RODRIGO DA SILVA ANUNCIACAO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0029631-58.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. ANUIDADE. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. TÉCNICO EM CONTABILIDADE. ART. 8º, DA LEI 12.541/2011. PATAMAR MÍNIMO OBSERVADO.

I. O art. 8º da Lei 12.541/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução fiscal.

II. De acordo com a jurisprudência do C. STJ, para se verificar a observância do limite estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011, o valor executado não poderá ser inferior ao montante equivalente ao somatório de quatro anuidades vigentes à época do ajuizamento da execução.

III. Na hipótese dos autos, em se tratando de execução fiscal interposta pelo CRC/RJ em 17.03.2016, quando o valor da anuidade devida por técnicos em contabilidade é de R$ 455,00, conforme a Resolução CFC nº 1.491/2015, resta claro ter sido cumprida a condição de procedibilidade em questão, na medida em que o valor cobrado na presente execução perfaz o total de R$ 2.105,00 (CDAs às fls. 02-04), superior, portanto, ao limite mínimo equivalente ao valor da soma de 4 (quatro) anuidades (4x R$455,00 = R$ 1.820,00), devendo, em razão disso, ser anulada a sentença recorrida, para determinar o prosseguimento da execução.

IV. Apelação provida, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0030387-67.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.030387-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/10/2016 13:01
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRC/RJ
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
APELADO: ATAIDE MACIEL ALHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030387-67.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. ANUIDADE. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. CONTADOR. ART. 8º, DA LEI 12.541/2011. PATAMAR MÍNIMO OBSERVADO.

I. O art. 8º da Lei 12.541/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução fiscal.

II. De acordo com a jurisprudência do C. STJ, para se verificar a observância do limite estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011, o valor executado não poderá ser inferior ao montante equivalente ao somatório de quatro anuidades vigentes à época do ajuizamento da execução.

III. Na hipótese dos autos, em se tratando de execução fiscal interposta pelo CRC/RJ em 18.03.2016 (fls. 10-11), quando o menor valor da anuidade devida por contadores em 2016, conforme a Resolução CFC nº 1.491/2015, resta claro ter sido cumprida a condição de procedibilidade em questão, na medida em que o valor cobrado na presente execução perfaz o total de R$ 2.341,38, superior, portanto, ao limite mínimo

equivalente ao valor da soma de 4 (quatro) anuidades (4x R$507,00 = R$ 2.028,00), devendo, em razão disso, ser anulada a sentença recorrida, para determinar o prosseguimento da execução.

IV. Apelação provida, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0032418-60.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.032418-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/06/2016 14:54
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CRC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
APELADO: JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0032418-60.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. ANUIDADE. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. TÉCNICO EM CONTABILIDADE. ART. 8º, DA LEI 12.541/2011. PATAMAR MÍNIMO OBSERVADO.

I. O art. 8º da Lei 12.541/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução fiscal.

II. De acordo com a jurisprudência do C. STJ, para se verificar a observância do limite estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011, o valor executado não poderá ser inferior ao montante equivalente ao somatório de quatro anuidades vigentes à época do ajuizamento da execução.

III. Na hipótese dos autos, em se tratando de execução fiscal interposta pelo CRC/RJ em 21.03.2016, quando o valor da anuidade devida por técnicos em contabilidade é de R$ 455,00, conforme a Resolução CFC nº 1.491/2015, resta claro ter sido cumprida a condição de procedibilidade em questão, na medida em que o valor cobrado na presente execução perfaz o total de R$ 2.105,05 (CDAs às fls. 02-03), superior, portanto, ao limite mínimo equivalente ao valor da soma de 4 (quatro) anuidades (4x R$455,00 = R$ 1.820,00), devendo, em razão disso, ser anulada a sentença recorrida, para determinar o prosseguimento da execução.

IV. Apelação provida, para determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem, para prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0060649-97.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.060649-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 14/09/2016 14:46
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: CARLOS FEGURI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0060649-97.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ/RJ. ANUIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO OU MAJORAÇÃO MEDIANTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. RECURSO DESPROVIDO

-Inicialmente, cumpre esclarecer que, nos casos em que ocorrem vícios insanáveis do título executivo, mostra-se incabível oportunizar ao exequente a emenda ou substituição da CDA, visto que será indispensável que o próprio lançamento seja revisado, a teor do entendimento firmado pelo STJ (REsp 1045472/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009).

- As contribuições devidas pelas categorias profissionais aos respectivos conselhos, à exceção da OAB, são espécies do gênero tributo, consoante a disciplina do caput do art. 149 da Constituição Federal de 1988, e devem obediência ao princípio da reserva legal, inscrito no art. 150, I, da Carta Magna.

-Hipótese em que é devido o reconhecimento da nulidade da CDA que tem amparo em simples Resolução Administrativa para a fixação/majoração do valor da anuidade cobrada pelo Conselho Regional De Medicina Do Estado Do Rio De Janeiro - CREMERJ/RJ.

-Em relação ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme enfatizado pelo Exmo Sr. Desembargador Federal Marcelo Pereira, nos autos da Apelação nº 05000124-75.2015.4.02.5118: "como a Lei nº 12.514/2011 foi publicada em 31/10/2011, a anterioridade do exercício fiscal é insuficiente à garantia do contribuinte de não ser surpreendido com o aumento da carga tributária, assegurada pela Emenda Constitucional nº 42/2003. A majoração do tributo só é possível noventa dias depois, pelo princípio da anterioridade nonagesimal. Por isso, o Conselho de Administração só pode cobrar os novos valores de anuidades para fatos geradores configurados após 28/1/2012. Note-se que o fato gerador da exação tributária é a inscrição, ainda que por tempo limitado, ao longo de um exercício. Deste modo, revela-se cabível a cobrança relativa ao ano de 2012, sendo indevida a cobrança referente aos exercícios de 2010 e 2011".

- Assim, em relação às anuidades vencidas até 2011, a CDA se ressente de vício insanável, uma vez que a cobrança foi respaldada com base em Resolução. Já em relação às anuidades de 2012 a 2014, deve ser observado a sistemática do art.8º da Lei nº 12.514.

-Tratando-se de executivo fiscal ajuizado em data posterior à vigência da Lei 12.514, publicada no DOU no dia 31/10/2011, deve ser observado o comando inserto no seu artigo 8º, que estabelece um quantum mínimo para a cobrança, por via judicial.

-Na hipótese, O valor mínimo da anuidade devida ao CREMERJ para pessoa física, no ano do ajuizamento da ação (2016), era de R$ 617,50 (seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Desse modo, o valor mínimo, a ser observado, como condição de procedibilidade para o ajuizamento da presente ação executiva, seria de R$ 2.470,00(R$ 617,50 x 4), sendo que a cobrança efetuada na presente execução, em relação às anuidades de 2012 à 2014, totaliza R$ 2.406,37, valor este que não ultrapassa o mínimo estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011.

-Apelo desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA

Relatora

7 - 0061148-81.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.061148-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/09/2016 14:20
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: CLAUBER SANTANA FLORES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0061148-81.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ/RJ. ANUIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO OU MAJORAÇÃO MEDIANTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. RECURSO DESPROVIDO

-Nos casos em que ocorrem vícios insanáveis do título executivo, mostra-se incabível oportunizar ao exequente a emenda ou substituição da CDA, visto que será indispensável que o próprio lançamento seja revisado, a teor do entendimento firmado pelo STJ (REsp 1045472/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009).

- As contribuições devidas pelas categorias profissionais aos respectivos conselhos, à exceção da OAB, são espécies do gênero tributo, consoante a disciplina do caput do art. 149 da Constituição Federal de 1988, e devem obediência ao princípio da reserva legal, inscrito no art. 150, I, da Carta Magna.

-Hipótese em que é devido o reconhecimento da nulidade da CDA que tem amparo em simples Resolução Administrativa para a fixação/majoração do valor da anuidade cobrada pelo Conselho Regional De Medicina Do Estado Do Rio De Janeiro - CREMERJ/RJ.

-Em relação ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme enfatizado pelo Exmo Sr. Desembargador Federal Marcelo Pereira, nos autos da Apelação nº 05000124-75.2015.4.02.5118: "como a Lei nº 12.514/2011 foi publicada em 31/10/2011, a anterioridade do exercício fiscal é insuficiente à garantia do contribuinte de não ser surpreendido com o aumento da carga tributária, assegurada pela Emenda Constitucional nº 42/2003. A majoração do tributo só é possível noventa dias depois, pelo princípio da anterioridade nonagesimal. Por isso, o Conselho de Administração só pode cobrar os novos valores de anuidades para fatos geradores configurados após 28/1/2012. Note-se que o fato gerador da exação tributária é a inscrição, ainda que por tempo limitado, ao longo de um exercício. Deste modo, revela-se cabível a cobrança relativa ao ano de 2012, sendo indevida a cobrança referente aos exercícios de 2010 e 2011".

- Assim, em relação às anuidades vencidas até 2011, a CDA se ressente de vício insanável, uma vez que a cobrança foi respaldada com base em Resolução. Já em relação às anuidades de 2012 a 2014, deve ser observado a sistemática do art.8º da Lei nº 12.514.

-Tratando-se de executivo fiscal ajuizado em data posterior à vigência da Lei 12.514, publicada no DOU no dia 31/10/2011, deve ser observado o comando inserto no seu artigo 8º, que estabelece um quantum mínimo para a cobrança, por via judicial.

-Na hipótese, O valor mínimo da anuidade devida ao CREMERJ para pessoa física, no ano do ajuizamento da ação (2016), era de R$ 617,50 (seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Desse modo, o valor mínimo, a ser observado, como condição de procedibilidade para o ajuizamento da presente ação executiva, seria de R$ 2.470,00(R$ 617,50 x 4), sendo que a cobrança efetuada na presente execução, em relação às anuidades de 2012 à 2014, totaliza R$ 2.406,37, valor este que não ultrapassa o mínimo estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011.

-Apelo desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA

Relatora

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0068840-34.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.068840-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 19:03
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: SERVIÇO RADIOLÓGICO DUQUE DE CAXIAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0068840-34.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ/RJ. ANUIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO OU MAJORAÇÃO MEDIANTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. RECURSO DESPROVIDO

- Inicialmente, cumpre esclarecer que, nos casos em que ocorrem vícios insanáveis do título executivo, mostra-se incabível oportunizar ao exequente a emenda ou substituição da CDA, visto que será indispensável que o próprio lançamento seja revisado, a teor do entendimento firmado pelo STJ (REsp 1045472/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009).

- As contribuições devidas pelas categorias profissionais aos respectivos conselhos, à exceção da OAB, são espécies do gênero tributo, consoante a disciplina do caput do art. 149 da Constituição Federal de 1988, e devem obediência ao princípio da reserva legal, inscrito no art. 150, I, da Carta Magna.

-Hipótese em que é devido o reconhecimento da nulidade da CDA que tem amparo em simples Resolução Administrativa para a fixação/majoração do valor da anuidade cobrada pelo Conselho Regional De Medicina Do Estado Do Rio De Janeiro - CREMERJ/RJ.

-Em relação ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme enfatizado pelo Exmo Sr. Desembargador Federal Marcelo Pereira, nos autos da Apelação nº 05000124-75.2015.4.02.5118: "como a Lei nº 12.514/2011 foi publicada em 31/10/2011, a anterioridade do exercício fiscal é insuficiente à garantia do contribuinte de não ser surpreendido com o aumento da carga tributária, assegurada pela Emenda Constitucional nº 42/2003. A majoração do tributo só é possível noventa dias depois, pelo princípio da anterioridade nonagesimal. Por isso, o Conselho de Administração só pode cobrar os novos valores de anuidades para fatos geradores configurados após 28/1/2012. Note-se que o fato gerador da exação tributária é a inscrição, ainda que por tempo limitado, ao longo de um exercício. Deste modo, revela-se cabível a cobrança relativa ao ano de 2012, sendo indevida a cobrança referente aos exercícios de 2010 e 2011".

- Assim, em relação às anuidades vencidas até 2011, a CDA se ressente de vício insanável, uma vez que a cobrança foi respaldada com base em Resolução. Já em relação às anuidades de 2012 a 2014, deve ser observado a sistemática do art.8º da Lei nº 12.514.

-Tratando-se de executivo fiscal ajuizado em data posterior à vigência da Lei 12.514, publicada no DOU no dia 31/10/2011, deve ser observado o comando inserto no seu artigo 8º, que estabelece um quantum mínimo para a cobrança, por via judicial.

-Na hipótese, O valor mínimo da anuidade devida ao CREMERJ para pessoa jurídica, no ano do ajuizamento da ação (2016), era de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Desse modo, o valor mínimo, a ser observado, como condição de procedibilidade para o ajuizamento da presente ação executiva, seria de R$ 2.600,00(R$ 650,00 x 4), sendo que a cobrança efetuada na presente execução, em relação às anuidades de 2012 à 2014, totaliza R$ 2.438,13, valor este que não ultrapassa o mínimo estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011.

-Apelo desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA

Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0069925-55.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.069925-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2016 14:06
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
APELADO: ELAINE CRISTINA PAIXAO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0069925-55.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ/RJ. ANUIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO OU MAJORAÇÃO MEDIANTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. RECURSO DESPROVIDO

- Inicialmente, cumpre esclarecer que, nos casos em que ocorrem vícios insanáveis do título executivo, mostra-se incabível oportunizar ao exequente a emenda ou substituição da CDA, visto que será indispensável que o próprio lançamento seja revisado, a teor do entendimento firmado pelo STJ (REsp 1045472/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009).

- As contribuições devidas pelas categorias profissionais aos respectivos conselhos, à exceção da OAB, são espécies do gênero tributo, consoante a disciplina do caput do art. 149 da Constituição Federal de 1988, e devem obediência ao princípio da reserva legal, inscrito no art. 150, I, da Carta Magna.

-Hipótese em que é devido o reconhecimento da nulidade da CDA que tem amparo em simples Resolução Administrativa para a fixação/majoração do valor da anuidade cobrada pelo Conselho Regional De Medicina Do Estado Do Rio De Janeiro - CREMERJ/RJ.

-Em relação ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme enfatizado pelo Exmo Sr. Desembargador Federal Marcelo Pereira, nos autos da Apelação nº 05000124-75.2015.4.02.5118: "como a Lei nº 12.514/2011 foi publicada em 31/10/2011, a anterioridade do exercício fiscal é insuficiente à garantia do contribuinte de não ser surpreendido com o aumento da carga tributária, assegurada pela Emenda Constitucional nº 42/2003. A majoração do tributo só é possível noventa dias depois, pelo princípio da anterioridade nonagesimal. Por isso, o Conselho de Administração só pode cobrar os novos valores de anuidades para fatos geradores configurados após 28/1/2012. Note-se que o fato gerador da exação tributária é a inscrição, ainda que por tempo limitado, ao longo de um exercício. Deste modo, revela-se cabível a cobrança relativa ao ano de 2012, sendo indevida a cobrança referente aos exercícios de 2010 e 2011".

- Assim, em relação às anuidades vencidas até 2011, a CDA se ressente de vício insanável, uma vez que a cobrança foi respaldada com base em Resolução. Já em relação às anuidades de 2012 a 2014, deve ser observado a sistemática do art.8º da Lei nº 12.514.

-Tratando-se de executivo fiscal ajuizado em data posterior à vigência da Lei 12.514, publicada no DOU no dia 31/10/2011, deve ser observado o comando inserto no seu artigo 8º, que estabelece um quantum mínimo para a cobrança, por via judicial.

-Na hipótese, O valor mínimo da anuidade devida ao CREMERJ para pessoa física, no ano do ajuizamento da ação (2016), era de R$ 617,50 (seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Desse modo, o valor mínimo, a ser observado, como condição de procedibilidade para o ajuizamento da presente ação executiva, seria de R$ 2.470,00(R$ 617,50 x 4), sendo que a cobrança efetuada na presente execução, em relação às anuidades de 2012 à 2014, totaliza R$ 2.406,37, valor este que não ultrapassa o mínimo estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011.

-Apelo desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA

Relatora

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0014330-47.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.014330-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/09/2016 15:39
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: NEIDE FIGUEIREDO DESIDERATI
PARTE AUTORA: NEY AMORIM DESIDERATI
PARTE AUTORA: JOAO LUIZ DESIDERATI FERNANDES
PARTE AUTORA: PLINIO JOSE MOREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: PATRICIA DESIDERATI FERNANDES DA SILVA
PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERNANDES
PARTE AUTORA: JOSENY PEREIRA DESIDERATI
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: LUIZ CARLOS DOS SANTOS
PARTE RÉ: CELSO LUIZ DOS SANTOS
PARTE RÉ: LOURDES DO CARMO DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: HERDEIROS DE NEUSA DESIDERATI DOS SANTOS (EXCETO CELSO LUIZ DOS SANTOS, LOURDES DO CARMO DOS SANTOS e LUIZ CARLOS DOS SANTOS)
CURADOR ESPECIAL: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0014330-47.2011.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO CIVIL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. IMÓVEL DO INSS. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. PAGAMENTO DO PREÇO.

1. A matéria sob julgamento consiste na possibilidade da adjudicação compulsória de imóvel, objeto de contrato de compromisso de compra e venda celebrado em 1956 entre o então IPASE e os herdeiros de promitente comprador.

2. Em se tratando de uma promessa de cessão, há de se perquirir se houve a quitação integral do débito, para que os herdeiros possam se sub-rogar nos direitos aquisitivos decorrentes da promessa de compra e venda e tenha legitimidade para adjudicar compulsoriamente o objeto da lide.

3. Comprovada a quitação das prestações da promessa de compra e venda, falecido o promitente comprador após o prazo do adimplemento do devido, não se justifica a recusa, pela Autarquia, da outorga da escritura definitiva do negócio principal, impondo-se a procedência da ação de adjudicação compulsória, devendo a transcrição no RGI observar a cadeia dominial sucessória do imóvel.

4. A adjudicação compulsória, nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis, é a ação pessoal pertinente ao promissário comprador, ajuizada em relação ao titular do domínio do imóvel, que, apesar de ter firmado o compromisso de compra e venda, se omite quanto à escritura definitiva, pelo que o adquirente postula o provimento jurisdicional (sentença), que possibilita a transcrição e transferência do imóvel objeto do contrato para o patrimônio do adquirente. Dessa maneira, deve ser afastada a condenação do INSS à promoção dos atos necessários ao registro do empreendimento, posterior desmembramento em unidades autônomas e registro imobiliário.

5. Remessa parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000207

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0107916-36.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.107916-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/05/2016 12:08
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JVI SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA ME
ADVOGADO: JOSE RENATO SOUSA NEVES DE ANDRADE
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0107916-36.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. APURAÇÃO DE POSSÍVEL CONLUIO ENTRE LICITANTES NA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA. IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. EFETIVA NOTIFICAÇÃO DA IMPETRANTE E APRESENTAÇÃO DE DEFESA.

I. Trata-se de mandado de segurança proposto com a finalidade de obter a nulidade de ato administrativo que impôs sanção de impedimento de contratar com o INSS pelo prazo de um ano, em virtude de inabilitação em licitação, decorrente de apuração de possível conluio entre os licitantes participantes.

II. Apurou-se em processo administrativo que a impetrante, ao obter a primeira colocação em licitação, apresentou proposta de preços com o nome da segunda colocada no certame público.

III. Embora a impetrante alegue mera irregularidade formal, verificou-se que as empresas que obtiveram a primeira e segunda posição em licitação estão situadas em local próximo, no município de Duque de Caxias. Ademais, a sócia da JVI SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA ME, é cônjuge/companheira do sócio dirigente da empresa que obteve segunda colocação em certame. Por fim, o funcionário da JVI SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA ME, indicado como responsável por equívoco na apresentação da proposta em licitação, encontrava-se afastado das atividades, desde 14/07/2011, recebendo benefício da previdência social, reforçando possível conluio entre as empresas na formulação de propostas para a licitação.

IV. Não se constata violação ao contraditório e ampla defesa, vez que a impetrante, já tendo apresentado defesa prévia, foi devidamente notificada da decisão que impôs penalidade, apresentando recurso administrativo, ao qual foi negado provimento, através do Despacho n° 43/2013, cujo teor foi informado pelo INSS à impetrante. Ressalte-se que o registro da penalidade poderia ser levado a efeito imediatamente após sua imposição, considerando que o recurso administrativo não possui, via de regra, efeito suspensivo, nos termos do art. 61 da Lei n.° 9.784/99.

V. Recurso e remessa necessária providos, julgando-se improcedentes os pedidos, com a denegação da segurança pretendida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação e à remessa necessária, para julgar improcedentes os pedidos, denegando a segurança pretendida, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0118862-42.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.118862-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.066780-9
Distribuição-Sorteio Automático - 18/02/2016 20:07
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARCELO DEPES VITAL BRASIL
ADVOGADO: THALYSON INACIO DE ARAUJO ROCHA
ADVOGADO: THIAGO STANZANI FONSECA
ADVOGADO: HIGNER MANSUR
ADVOGADO: LUCIANA VALVERDE MORETE
ADVOGADO: CLARISSA SANDRINI MANSUR
ADVOGADO: LOURENCO STANZANI
ADVOGADO: RODRIGO FIGUEIRA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0118862-42.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. IRREGULARIDADE CARACTERIZADAS. OMISSÃO QUANTO À PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. PROVIMENTO DOS EMBARGOS, MAS SEM ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGADO.

I - Merecem ser providos os embargos declaratórios quando se constatar que o apontado vício no julgado de fato ocorreu, maculando o acórdão embargado, hipótese em que deverá desde logo ser sanada a lacuna ou irregularidade.

II - No caso dos autos, verficando que, de fato, o voto condutor do acórdão embargado não se promunciou sobre a preliminar de inadmissibilidade do apelo, posta nas contrarrazões do apelado, impõe-se decidir a questão em sede de embargos declaratórios.

III - Não se verificam dissociadas as razões do recurso que defende a observância de regra do edital que, na sentença apelada foi considerada irrazoável e ilegal.

IV - Embargos declaratórios conhecidos e providos, mas sem alteração do resultado do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso, sanando a apontada omissão, nos termos do voto do Relator, mas sem alterar o resultado do julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0103457-65.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103457-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/08/2014 18:28
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: RENATO ARAUJO TRAVASSOS FARIA
ADVOGADO: IZABEL DILOHE PISKE SILVERIO
AGRAVADO: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR: Procurador do Banco Central do Brasil
Originário: 0009179-95.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por RENATO ARAUJO TRAVASSOS FARIA, com pedido de antecipação dos efeitos de tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicado na inicial.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu

in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0001175-75.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.001175-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.056033-8

Distribuição-Sorteio Automático - 12/02/2016 15:33

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CAARJ-CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: RAFAEL CAPAZ GOULART

AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0503162-88.2011.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÕES PUNITIVAS CUJO OBJETO CONSTITUA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. APLICABILIDADE DO ART. 2º DA LEI 9.873/99. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. FAZENDA PÚBLICA SUCUMBENTE. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. OMISSÕES EXISTENTES.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão que deu provimento a agravo de instrumento interposto pela CAARJ para acolher a exceção de pré-executividade por ela oposta e, reconhecendo a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva da exequente, ora Agravada, decretar a extinção da execução fiscal.

2. Omissão alegada pela ANS reconhecida uma vez que, de fato, o acórdão embargado não se manifestou sobre a aplicabilidade do artigo 2º da Lei 9.873/99 para os casos de ações punitivas cujo objeto constitua infração administrativa.

3. Com efeito, dispõe o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 9.873 que "quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal." Já o artigo 2º da referida Lei regula as hipóteses de interrupção da prescrição da ação punitiva, não havendo qualquer restrição de sua aplicabilidade somente para os casos de ações punitivas cujo objeto constitua crime, não cabendo ao intérprete distinguir onde o legislador não o fez.

4. Ademais, a prescrição intercorrente ocorre quando a paralisação do feito advém da inércia da parte em promover atos que lhe competia, inocorrendo se a paralisação do processo decorreu por motivo inerente ao mecanismo judicial, o que não significa haver "dois prazos extintivos incidam ao mesmo tempo para atingir situações diversas", como afirmou a ANS, razão pela qual os seus aclaratórios não merecem acolhida.

5. Omissão alegada pela CAARJ reconhecida uma vez que, de fato, o acórdão embargado não se manifestou sobre a fixação de honorários advocatícios de sucumbência.

6. Sobre a possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios em desfavor da autarquia exequente, quando acolhida a exceção de pré-executividade, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de sua possibilidade "tendo em vista a natureza contenciosa da medida e em respeito ao princípio da sucumbência, ainda que se trate de incidente processual." (Recurso Especial 642.644/RS, Rel. Min. Denise Arruda, 1ª Turma, j. em 2.8.2007)

7. Conforme disposto no Código de Processo Civil em vigor (Lei n. 13.105/2015), a fixação dos honorários, nas causas em que for parte a Fazenda Pública, dar-se-á com base no valor da condenação, do

proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, em percentual mínimo de 8 e máximo de 10%, nas hipóteses de valores compreendidos entre 200 e 2.000 salários mínimos (art. 85, § 2º e § 3º, II). Considerando as peculiaridades do caso concreto, o tempo despendido no processamento do feito e o trabalho dos advogados (art. 85, § 2º), adequada a fixação dos honorários advocatícios em 8% do valor da causa.

8. Embargos de declaração opostos pela CAARJ e pela ANS providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Decidem os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento aos embargos de declaração opostos pela Caixa de Assistência dos Advogados do estado do Rio de Janeiro e pela Sul Agência Nacional de Saúde Suplementar, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0011202-20.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011202-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Agravo interno) 2016.6000.108389-4
Distribuição-Sorteio Automático - 27/10/2016 17:56
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: THOMAZ ORSINI MIGUEZ
ADVOGADO: STEFANNY DO NASCIMENTO GONÇALVES DEL PIERO
Originário: 0025985-49.2016.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DE INDEFERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO. REMOÇÃO. ARTIGO 36, PARÁGRAFO ÚNICO, III, ALÍNEA A, DA LEI 8.112/90. PARTICULARIDADES DO CASO

1. Trata-se de agravo interno interposto pela União Federal contra decisão monocrática que indeferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo da decisão que concedeu a remoção provisória do autor. A ação principal foi proposta por Thomaz Orsini Miguez, que tomou posse no Cargo de Agente Federal em 11.01.2016 e foi lotado no Estado de Roraima, visando a sua remoção para a Superintendência da Polícia Federal do Estado do Espírito Santo, sob o argumento de que sua esposa, funcionária da CEF, teria sido transferida, em 01.04.2016, para a gerência de uma das agências de Vitória/ES.

2. Não obstante correta a ampliação do conceito de servidor público para fins de remoção, as particularidades do caso em concreto indicam a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento para uma análise mais apurada dos fatos; a uma, porque na data do requerimento da remoção o servidor havia tomado posse há apenas 03 (três) meses (em 11.01.2016), sendo certo que neste interregno sua esposa foi removida pela CEF da Serra/ES para Boa Vista/RR e, logo após sua chegada em Boa Vista/RR, transferida novamente a uma agência em Vitória/ES (em 01.04.2016); a duas, porque o contrato de locação em Boa Vista/RR firmado pelo demandante tinha duração de seis meses sucessivamente renováveis, o que pode sinalizar a previsão de uma nova transferência de sua esposa, em detrimento da previsão contida no edital do concurso que previa, em seu item 21.3, o período mínimo de trinta e seis meses de permanência na unidade da lotação.

3. Deste modo, deve ser concedido efeito suspensivo ao presente agravo para fins de constatar se, de fato, o demandante faz jus à antecipação de seu pleito, afastando-se qualquer tentativa de burla às regras editalícias em violação ao princípio da igualdade que rege os concursos públicos.

4. Agravo interno provido. Pedido de atribuição de efeito suspensivo concedido. Suspensão dos efeitos da decisão agravada até o julgamento definitivo do agravo de instrumento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Des. Fed. Marcelo Pereira da Silva. Vencida a Relatora que lhe negava provimento.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0013191-61.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013191-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/12/2016 17:25
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AUTOR: DULCINEA TERRA
ADVOGADO: JORGE DE ALMEIDA DIAS JUNIOR
ADVOGADO: JULIANA MENEZES COSTA
RÉU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU: SERTENGE S/A
RÉU: MUNICÍPIO DE MARICÁ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
RÉU: INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - IEMA
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
SUSCITANTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DO 1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0112724-57.2016.4.02.5152 - 04ª Vara Federal de Niterói
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUIZO FEDERAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROVEITO ECONÔMICO ALMEJADO SINALIZA PARA MONTANTE QUE ULTRAPASSA 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. VEDAÇÃO EXPRESSA. ART. 3º, CAPUT, DA LEI Nº 10.259/01. VALOR DA CAUSA. POSSIBILIDADE DE EMENDA À PETIÇÃO INICIAL.

- No presente caso, cuida-se de ação de rito ordinário ajuizada por Dulcinea Terra, em face da Caixa Econômica Federal - CEF, de Sertenge S/A, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA e do Município de Maricá, objetivando, em síntese, a recuperação do imóvel, "tanto na parte de alvenaria, quanto hidráulica, pinturas e esquadrias", a '"reposição dos móveis e utensílios perdidos", providenciando, também, "habitação humana enquanto o imóvel estiver sendo recuperado", a realocação "dos medidores de energia", e a realização de "obras emergenciais que garantam o escoamento de águas pluviais", além da condenação em danos materiais no valor de R$ 10.219,92, e na condenação a título de danos morais, na quantia correspondente a R$ 40.000,00.

- Infere-se que o valor da causa, inicialmente fixado, leva em consideração a soma do valor pleiteado a título de danos morais (R$ 40.000,00), com o montante pretendido por força da condenação em danos materiais (R$ 10.219,92), totalizando, assim a quantia de R$ 50.219,92.

-O pedido de indenização por danos materiais, que totaliza o valor equivalente a R$ 10.219,92, equivale aos valor dos bens listados na relação de "mobiliário perdido" apresentada pela demandante, englobando os seguintes itens: "um fogão, uma lavadora, uma TV 32", uma cama de casal, um colchão de casal, uma bicama solteiro, dois colchões solteiro, dois roupeiros, um conjunto de sofás, rack, mesa de centro, balcão cozinha e geladeira".

-Além dos pleitos de indenização por danos materiais e por danos morais, a demandante também formula pedido no sentido de que as rés sejam condenadas a "recuperar o imóvel, tanto na parte de alvenaria, quanto hidráulica, pinturas e esquadrias", a "providenciar habitação humana enquanto estiver sendo recuperado", referindo-se ao imóvel que alega ter sido danificado, além da "realocação do medidores de energia, que estão baixos", e da realização de "obras emergenciais que garantam o escoamento de águas pluviais".

-Assim sendo, ao que tudo indica, o valor atribuído à causa, que deve corresponder ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pela autora, poderá ser superior àquele atribuído inicialmente pela demandante, havendo a possibilidade real de que o valor da causa ultrapasse a alçada legal prevista para a competência do Juizado Especial Federal.

-Manifestação do Representante do Ministério Púbico Federal no mesmo sentido.

-Precedente deste Egrégio Tribunal Regional Federal da Segunda Região (Conflito de Competência n.º 0010195-90.2016.4.02.0000, Relator Juiz Federal Convocado ANTONIO HENRIQUE CORREA DA SILVA, Sexta Turma Especializada, à unanimidade de votos, disponibilizado no E-DJF2R de 09/02/2017).

- Conflito de Competência conhecido para declarar a competência do Juízo suscitante, qual seja, o Juízo da 4ª Vara Federal de Niterói/RJ, que deverá intimar a demandante para emendar a inicial, possibilitando a adequação do valor da causa aos pedidos formulados no processo principal.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer do Conflito de Competência, para declarar competente o Juízo suscitante, qual seja, o Juízo da 4ª Vara Federal de Niterói/RJ, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000208

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0009348-88.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009348-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/09/2016 13:49
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: DALIA MAIMON SCHIRAY
AGRAVANTE: MARIA JOSÉ PEREIRA
AGRAVANTE: ANTONIO GASPAR
AGRAVANTE: FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
ADVOGADO: LEONARDO CAMANHO CAMARGO
AGRAVADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0094551-41.2016.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR CIVIL. PAGAMENTO DE GDIBGE A APOSENTADOS E PENSIONISTAS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LITISCONSÓRCIO DE 05 EXEQUENTES. POSSIBILIDADE. RESSALVADA NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO COLETIVO.

1. A decisão agravada julgou extinto o processo sem resolução do mérito na forma do artigo 485, VI do Novo Código de Processo Civil em relação aos exequentes Dalia Maimon Schiray, Maria José Pereira, Antonio Gaspar e Fernando Rodrigues de Carvalho, ao fundamento de que o litisconsórcio de 05 exequentes prejudicaria a celeridade da prestação jurisdicional, contrariando ¿o objetivo manifestado pelo entendimento jurisprudencial que possibilita a livre distribuição de execuções individuais de sentenças proferidas em ação coletiva¿..

2. À luz do disposto no artigo 113 do NCPC, em se tratando de litisconsórcio facultativo ativo formado por cinco substituídos, com a finalidade de promover liquidação e execução individual de sentença coletiva, não se vislumbra comprometimento à rápida solução do litígio ou dificuldade para a defesa que justifique a extinção do processo com relação a alguns desses exequentes.

3. em sede de processo coletivo, em que a sentença condenatória é necessariamente genérica (art. 95 do CDC), não é possível prescindir, para que a execução possa se iniciar, da apuração de um valor líquido e exigível, sendo esta apuração feita através de um processo de liquidação, com induvidoso respeito ao contraditório e ampla defesa, em que o ente público executado deva contribuir de forma efetiva, não sendo razoável transferir para o âmbito da impugnação prevista no art. 535 do NCPC, a possibilidade de discussão dos critérios de cálculo unilateralmente adotados como forma de evitar esta liquidação em evidente subversão do processo coletivo, consoante entendimento já pacificado no âmbito desta E. Oitava Turma

Especializada (Confira-se: TRF - 2ª Reg., 8ª T. E., AV 2012.50.01.001980-5, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, E-DJF2R 07.12.2016).

4. Agravo de instrumento provido. Determinada a permanência dos exequentes Dalia Maimon Schiray, Maria José Pereira, Antonio Gaspar e Fernando Rodrigues de Carvalho no pólo ativo da demanda principal, ressalvada a necessidade de prévia liquidação, nos termos da fundamentação.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO ao recurso, na forma do voto do relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

BOLETIM: 2017000209

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0113780-89.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.113780-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/09/2014 12:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES APOSENTADOS DA CNEN E DO SETOR NUCLEAR - APOSEN
APELADO: WALDEMAR ALFREDO MONTEIRO
ADVOGADO: CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0113780-89.2013.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ANTERIOR MAJORAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA NA VIA ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE PERCEPÇÃO DAS RESPECTIVAS DIFERENTES NA VIA JUDICIAL. "TRATO SUCESSIVO". PRESCRIÇÃO. ART. 3º DO DECRETO Nº 20.910/1932. ENUNCIADO Nº 85 DA SÚMULA DO STJ.

- Tratando-se de pretensão com substrato em relação jurídica com "trato sucessivo", sem enfoque no próprio "fundo do direito", é aplicável, quanto a prescrição, o art. 3º do Decreto nº 20.910/1932, reiterado nos termos do Enunciado nº 85 da Súmula do STJ.
- Remessa necessária e recurso parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação, nos termos do voto do Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, vencidos, em parte, o Relator, que lhes deu parcial provimento, e o Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER, que o acompanhou, e a Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA, que lhes negou provimento.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
REDATOR DO ACÓRDÃO
DPP

BOLETIM: 2017000210

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0020856-63.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.020856-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2016 17:16
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OSMAR JOSE SIQUEIRA
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
Originário: 0020856-63.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITOSANTO - IFES. ADICIONAL DE RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIA. ARTIGO 18 DA LEI N° 12.772/12. REGULAMENTAÇÃO PELA RESOLUÇÃO N.° 01/2014 DO CONSELHO PERMANENTE PARA RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. EXIGÊNCIA DE EFETIVO DESEMPENHO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS PARA PERCEPÇÃO DO ADICIONAL. NÃO COMPROVAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO.

I. Pretende a parte autora, ora apelada, a condenação do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES ao pagamento de quantias em atraso, relativas ao adicional de ¿Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC¿, instituído pelo artigo 18 da Lei n° 12.772/2012. Alega que o mencionado Instituto reconheceu como devido o mencionado adicional a partir de 01 de abril de 2013, porém somente realizou o pagamento a partir de agosto de 2015. Assim, subsistira débito no valor de R$ 65.866,76, igualmente reconhecidos pela via administrativa.

II. O RSC será concedido ao professor que comprove a realização das atividades acadêmicas descritas pormenorizadamente na Resolução n.° 01, de 20 de fevereiro de 2014 do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, como forma de incentivo à melhoria dos serviços públicos por ele prestados.

III. No caso vertente, contudo, observa-se que petição inicial limita-se a afirmar que o pedido formulado pela parte autora foi reconhecido administrativamente, nada sendo incluído na causa de pedir quanto ao suposto direito ao adicional de Reconhecimento de Saberes e Competências, tal como a própria realização de atividades acadêmicas pela parte autora, que gerariam o direito à referida vantagem pecuniária.

IV. Desse modo, a inicial não contém causa de pedir que permita analisar o suposto direito ao adicional, sendo seu pagamento mero consectário dessa análise.

V. O simples fato de Administração Pública ter reconhecido a existência do citado crédito não é o bastante para garantir o pretenso direito, competindo à demandante demonstrar na exordial, em atenção aos requisitos elencados no Código de Processo Civil, de forma detalhada, a origem do referido crédito.

VI. Ressalte-se por fim, que a parte autora sequer poderia postular qualquer direito com base no reconhecimento administrativo, vez que firmou declaração, com base na alínea `g¿ do art. 4º, da Portaria Conjunta n. 2, de 30 de novembro de 2012, de que não ingressaria em juízo para pleitear a ¿concessão de reconhecimentos de saberes e competências ¿ RSC, no curso do processo administrativo de exercícios anteriores¿, vantagem esta, objeto do processo administrativo n. 23153.000296/2015-13, cujo valor recebido é de R$ 53.374,93 (cinquenta e três mil trezentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos). Assim, não padecendo a referida avença de nenhum vício formal, estando presentes os requisitos legais subjetivos e objetivos para sua validade, eis que as partes são capazes, o objeto é lícito e trata-se de direito disponível e tendo em vista que ¿a transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à

pessoa ou coisa controversa¿ (art. 849, do Código Civil), elementos não demonstrados nos autos, não prospera a pretensão de obter, em juízo, pagamento referente a exercícios anteriores, correspondente à vantagem reconhecida na via administrativa, pois o Autor renunciou expressamente à via judicial, no que concerne a esta matéria.

VII. Extinção do feito sem resolução de mérito, ex officio, restando prejudicada a análise do mérito do recurso do IFES e da Remessa Necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em adotar o entendimento sufragado pela 8ª Turma Especializada na Sessão de 24/11/2016, com quorum estendido, em questão de ordem, suscitada pelo Des. Fed. Sergio Schwaitzer nos autos do processo nº 0023854-29.2015.4.02.5101, considerando incabível, nesta hipótese, a técnica de julgamento não unânime do art.

942, do CPC/2015 e, por maioria, conhecer da Remessa Necessária e do apelo do IFES, para, de ofício, extinguir o feito sem apreciação do mérito, restando prejudicada a análise de mérito do recurso do IFES e da Remessa Necessária, nos termos do voto do Relator. Vencida a Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima, que dava parcial provimento ao Recurso e à Remessa Necessária.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000211

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0029389-46.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.029389-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 10:40
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: GILDETE DE OLIVEIRA PEIXINHO
APELANTE: GILKA OLIVEIRA PEIXINHO
APELANTE: GUTEMBERG OLIVEIRA PEIXINHO
ADVOGADO: GREICE FREDERICA DO NASCIMENTO LEAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0029389-46.2009.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
GILDETE DE OLIVEIRA PEIXINHO E OUTROS
ADVOGADO
:
GREICE FREDERICA DO NASCIMENTO LEAL
APELADO
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:
20ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00293894620094025101)
DESPACHO
Intimem-se as parte para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre os cálculos de fls. 349/350.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0029568-77.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.029568-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 28/07/2015 12:05
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: TATIANE ALVES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA
Originário: 0029568-77.2009.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: TATIANE ALVES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
JUÍZO ORIGEM: 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00295687720094025101)
D E S P A C H O

Fls. 267: Devolva-se o prazo recursal à Caixa Econômica Federal, pois, conforme certidão de fls. 270, a retificação da autuação de seu advogado se deu em momento posterior à publicação dos acórdãos de fls. 214/225 e 261/265.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.
GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal - Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/T215753

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0026392-90.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.026392-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 11:43
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: CARLOS ALBERTO MORAIS DA SILVA
APELANTE: CARLOS GUSTAVO OSWALD RIBEIRO
APELANTE: ROGERIO SILVA DA COSTA
APELANTE: MARCIA RITA SILVA DA COSTA
APELANTE: MARIA FERNANDA DE ANDRADE CARDOSO
APELANTE: APARECIDA MARIA DA SILVA BRANDÃO
ADVOGADO: GABRIELLA ANDRADE MAGALHAES CALDAS
ADVOGADO: MARCOS VINICIUS GOMES FEU
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ
Originário: 0026392-90.2009.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL E OUTROS
APELADO: OS MESMOS
JUÍZO ORIGEM: 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00263929020094025101)
D E S P A C H O

Considerando a informação de fls. 642 e que a publicação do acórdão de fls. 610 se deu apenas em nome do falecido advogado Dr. José Nicodemos Cavalcanti de Oliveira (fls. 595, 624 e 640), devolva-se o prazo recursal aos Autores.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.
GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal - Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/T215753

Subsecretaria das Seções - 1a Seção Especializada

BOLETIM: 175940

XXXVII - EMBARGOS INFRIGENTES E DE NUL. 11958 2008.51.01.815596-8
Nº CNJ : 0815596-41.2008.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES
EMBARGANTE : GILSON ALVES DA CUNHA

ADVOGADO : PAULO FERNANDO DA ROCHA CERQUEIRA (RJ094683) E OUTROS
EMBARGADO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200851018155968)

EMENTA
PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. ART. 312 DO CP. AGRAVANTE DO ART. 61, II, "G" DO CP. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.
I - Divergência adstrita a possibilidade de incidência da agravante do art. 61, II "g" do CP ao crime do art. 312 do CP.
II - É cabível a aplicação da agravante genérica prevista no art. 61, inciso II, alínea "g" do Código Penal, sem que isso acarrete bis in idem, mas sim a proporcional resposta à culpabilidade do agente. Violação ao dever maior próprio de quem recebe gratificação e exerce função pública ainda em condições de maior confiança. Diretriz de análise amparada no próprio Código Penal em seu art. 327, §2º.
III. Embargos infringentes não providos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os membros da Primeira Seção Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000045

Revisão Criminal - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Revisão Criminal - Recursos - Processo Criminal
1 - 0100432-73.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100432-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/05/2016 21:15
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
REQUERENTE: CRISTINA NUNES QUINTELA
ADVOGADO: TATIANA PONTES BASTOS GARCIA
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0035066-43.1998.4.02.5101 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PENAL E PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. PECULATO. QUADRILHA. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. REFORMA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO PELO ART. 621, CPP. PEDIDO INADMITIDO.

1. Da leitura da inicial, extrai-se que a real intenção da demandante seria obter a absolvição com fundamento no art. 386, II, ou seja, por não haver provas da existência do crime, e não por mera insuficiência das mesmas. Ocorre que a pretensão não pode ser objeto de revisão criminal, em vista de ausência de previsão no art. 621 do Código de Processo Penal.

2. Apenas sentenças penais condenatórias podem ser rescindidas por revisão criminal, não sendo cabível tal ação judicial para desconstituir sentença penal absolutória.

3. Revisão criminal inadmitida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em NEGAR SEGUIMENTO à revisão criminal, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017. (data do julgamento)

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA

Subsecretaria das Seções - 2a Seção Especializada

BOLETIM:

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS
SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS - SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA
DATA DO EXPEDIENTE:17/03/2017

ATOS ORDINATÓRIO

PROC.:2011.02.01.003094-8 AG
ORIG:200851060009375/RJ
REG:30.03.2011
AGRTE :PAULO DAUBER PORTELA DE OLIVEIRA e outro
ADV:MARCELO CUNHA DE ALMEIDA
AGRDO :COMPANHIA FABRICA DE PAPEL PETROPOLIS
ADV:CAETANO BERENGUER e outro
ADV:RAFAELA FUCCI
RELATOR :DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO - 3a.TURMA ESPECIALIZADA

Os presentes autos encontram-se na Subsecretaria do Tribunal Pleno e das Sessões Especializadas, 3º andar, com vista ao (s) Recorrido(s)
Para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Recurso Especial (fls.402/411) impetrado pela UNIÃO FEDERAL pelo prazo de 15 (quinze) dias. (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31-05-2013- e-DJF2R de 06-06-2013).

Subsecretaria das Seções - 3a Seção Especializada

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL PAG 0001
*** SEGUNDA REGIÃO ***
ATA DE JULGAMENTOS

*** 3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA ***

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

Presidente : Exmo. Sr. Dr. DES.FED. GUILHERME COUTO DE CASTRO
Representante do MPF: Dr(a). DR. LUIS CLÁUDIO PEREIRA LEIVAS
Secretário(a): DELY BARBOSA DERZE

Às 13:00 horas, presentes, além do Presidente-Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO, os Desembargadores Federais VERA LÚCIA LIMA, ANDRÉ FONTES, GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, JOSÉ ANTONIO NEIVA, NIZETE LOBATO CARMO, LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, GUILHERME DIEFENTHAELER e MARCELO PEREIRA DA SILVA e os(as) Juízes(as) Convocados(as) ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO e PAULO ANDRE RODRIGUES DE LIMA ESPIRITO SANTO, foi aberta a sessão.

MOÇÃO DE PESAR - Decidem os membros da 3ª Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, consignar votos de profundo pesar, em virtude do falecimento da Exma. Sra. Desembargadora Federal Salete Maria Polita Maccalóz, registrando-se, ainda, a manifestação de pesar do representante do Ministério Público Federal, Dr. Luis Cláudio Pereira Leivas, Procurador Regional da República na 2ª Região.

Não havendo impugnação, foi aprovada a ata da sessão anterior.

0001 EINF-RJ 506730 2009.51.02.002031-5(200951020020315)
CNJ : 0002031-06.2009.4.02.5102
RELATORA: DES.FED. SALETE MACCALÓZ
EMBGTE : SANDRA DE FATIMA GORETKIN e outro
ADV : JOSE MARINHO DOS SANTOS e outros
EMBGDO : UNIAO FEDERAL

INCID. : 2016023113 - Embargos de Declaracao
EMBTE : SANDRA DE FATIMA GORETKIN
EMBDO : V. ACÓRDÃO DE FLS.1102/1104

Certifico que a Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Acordam os membros da Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mentes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

RELATOR DO ACÓRDÃO : J.F.CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Votaram na ocasião os DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO
DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
J.F.CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
J.F. CONV. PAULO ANDRE RODRIGUES DE LIMA ESPIRITO
DES.FED. VERA LÚCIA LIMA

PAG 0002

DES.FED. ANDRÉ FONTES
DES. FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

0002 EINF-ES 624484 2010.50.01.015708-7(201050010157087)
CNJ : 0015708-81.2010.4.02.5001
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
EMBGTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
PROC : MARISA CASSIA BATISTA DE SÁ
EMBGDO : ELOI BENTO
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Certifico que a Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Acordam os membros da Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por maioria, dar provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado pelos Desembargadores Federais Vera Lúcia Lima, André Fontes, Guilherme Calmon, José Antonio Neiva, Nizete Lobato Carmo e pelos Juízes Federais Convocados Alcides Martins, Carmem Silvia Arruda e Paulo André Espirito Santo. Vencidos, os Desembargadores Federais Guilherme Diefenthaeler e Marcelo Pereira da Silva, que negavam provimento ao recurso. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mentes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram na ocasião os DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
J.F.CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
J.F.CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
J.F. CONV. PAULO ANDRE RODRIGUES DE LIMA ESPIRITO
DES.FED. VERA LÚCIA LIMA
DES.FED. ANDRÉ FONTES
DES. FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO

0014 IVC-RJ 0016139-78.2013.4.02.0000(0002860-68.2001.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. ANDRÉ FONTES
RELATOR(A) DA PAUTA:DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: LEONARDO BRANDAO MAGALHAES
: DI GREGORIO NAVEGACAO LTDA
ADVOGADO: FLAVIO LUIZ YARSHELL
Retirado de pauta para atribuição ao novo Relator, Desembargador Federal André

Fontes.

Votaram: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA e DES.FED. ANDRÉ FONTES.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0015 AR-RJ 0008774-70.2013.4.02.0000(0002860-68.2001.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. ANDRÉ FONTES
RELATOR(A) DA PAUTA:DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AUTOR: DI GREGORIO NAVEGACAO LTDA
ADVOGADO: FLAVIO LUIZ YARSHELL
RÉU: BNDES-BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ADVOGADO: MARCELO LIPCOVITCH QUADROS DA SILVA
Retirado de pauta para atribuição ao novo Relator, Desembargador Federal André Fontes.

0016 EI-RJ 0015631-05.2006.4.02.5101(0015631-05.2006.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. ANDRÉ FONTES
RELATOR(A) DA PAUTA:DES.FED. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
EMBTE: SEBASTIÃO MANOEL
ADVOGADO: LEANDRO GUEDES BURLAMAQUI e outros
EMBDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Retirado de pauta para atribuição ao novo Relator, Desembargador Federal André Fontes.

0007 AR-RJ 0014076-12.2015.4.02.0000(0007627-08.2008.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AUTOR: MARISTELA DUARTE CRUZ RODRIGUES
ADVOGADO: MOISES RODRIGUES
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
por unanimidade, julgar improcedente a ação rescisória e prejudicado o incidente de assunção de competência, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, DES.FED. GUILHERME
DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS
RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE
ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA, DES.FED. ANDRÉ FONTES,
DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA e
DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.
SUSTENTAÇÃO ORAL: Dr. MOISES RODRIGUES, OAB/RJ058800 pelo MARISTELA DUARTE CRUZ RODRIGUES.

0001 AR-RJ 0102253-49.2015.4.02.0000(0015179-29.2005.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
AUTOR: ARTUR SCHECHTMAN

ADVOGADO: PAULO MALTZ e outro

RÉU: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

por unanimidade, julgar improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes.
Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO
NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO
FILHO, DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA,
J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE
ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA
LIMA e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Dr. PAULO MALTZ, OAB/RJ032854 pelo ARTUR SCHECHTMAN.

0002 EI-RJ 0077078-04.2007.4.02.5151(0077078-04.2007.4.02.5151)

RELATOR(A):DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

EMBTE: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

EMBDO: MAURICIO ANTERO DE CARVALHO

ADVOGADO: JOAO CARLOS MIRANDA GARCIA DE SOUSA

Após o voto do Relator, negando provimento aos embargos infringentes, no que foi acompanhado pelos Desembargadores Federais José Antonio Neiva, Vera Lúcia Lima e pelo Juiz Federal Convocado Paulo André Espirito Santo, e dos votos dos Desembargadores Federais Nizete Lobato Carmo, Luiz Paulo Araújo Filho, Guilherme Diefenthaeler, Marcelo Pereira da Silva, André Fontes e Juiz Federal Convocado Alcides Martins, dando provimento ao recurso, pediu vista a Juíza Federal Convocada Carmen SIlvia Arruda. A Desembargadora Federal Nizete Lobato Carmo apresentará declaração de voto. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer.
Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO
NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO
FILHO, DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA,
J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO
BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Pediu Vista o(a) J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0003 TUTCAUTANTEC-RJ 0009381-78.2016.4.02.0000(0005495-07.2010.4.02.5101)

RELATOR(A):DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

REQUERENTE: JEFFERSON PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE VARGAS MARCAL

REQUERIDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

por unanimidade, conhecer do pedido como agravo interno e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0004 EI-RJ 0009178-96.2003.4.02.5101(0009178-96.2003.4.02.5101)

RELATOR(A):DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

EMBTE: VALNEI COSTA DA SILVA

ADVOGADO: ANDREU WILSON PEREIRA LEANDRO

EMBDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

INCID.: 2017.1300.000001-6-Embargos de declaração

EMBTE: VALNEI COSTA DA SILVA

EMBDO: V. ACÓRDÃO DE FLS. 502/503

por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração. nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0005 EI-ES 0005980-97.2009.4.02.5050(0005980-97.2009.4.02.5050)

RELATOR(A):DES.FED. SALETE MACCALÓZ

RELATOR(A) DA PAUTA:DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

EMBTE: YOLANDA BRANDÃO FONSECA

ADVOGADO: ALEXANDRE SEVERIANO DUARTE

EMBDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Desembargador Federal Guilherme Calmon, dando provimento ao recurso, no que foi acompanhado pelo Desembargador Federal José Antonio Neiva e do voto dos Desembargadores Federais Luiz Paulo Araújo e André Fontes, negando provimento ao recurso, pediu vista a Juíza Federal Convocada Carmen Sílvia Arruda. Aguarda, o Juiz Federal Convocado Paulo André Espirito Santo. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. LUIZ PAULO DA

SILVA ARAUJO FILHO e DES.FED. ANDRÉ FONTES.
Pediu Vista o(a) J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA.
Aguardando Vista o(a) J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0018 AR-RJ 0004713-06.2012.4.02.0000(0024962-79.2004.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. ANDRÉ FONTES
RELATOR(A) DA PAUTA:J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
AUTOR: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: OCTACILIO FRANCISCO FARIA
ADVOGADO: FATIMA MARIA ARAUJO DA SILVA

Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista da Juíza Federal Convocada Carmen Silvia Arruda, julgando extinta a ação rescisória, no que foi acompanhada pelos Desembargadores Federais Vera Lúcia Lima, José Antonio Neiva, Nizete Lobato Carmo, Luiz Paulo Araújo Filho, Guilherme Diefenthaeler, pediu vista o Desembargador Federal André Fontes, retificando o voto do Relator originário, Desembargador Federal Marcello Granado. Aguardam, os Desembargadores Federais Guilherme Calmon, Marcelo Pereira da Silva e os Juízes Federais Convocados Alcides
Martins e Paulo André Espirito Santo. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer.
Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA,
DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO
DA SILVA ARAUJO FILHO e DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER.
Pediu Vista o(a) DES.FED. ANDRÉ FONTES.
Aguardando Vista os(as) J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. PAULO
ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
e DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. ALUISIO
GONÇALVES DE CASTRO MENDES e DES.FED. SERGIO SCHWAITZER.

0006 EI-RJ 0019657-07.2010.4.02.5101(0019657-07.2010.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO
EMBTE: FREDERICO LOPEZ
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DE SOUZA SANCHES e outro
EMBDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Adiado o julgamento para a próxima sessão, por indicação da Exma. Sra. Relatora.

0008 AR-RJ 0009991-46.2016.4.02.0000(0027684-13.2009.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AUTOR: MARA RAQUEL DA SILVA BARBOSA e outros
ADVOGADO: FABIO MARCAL COUTINHO
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

por unanimidade, julgar extinta a ação rescisória, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes.
Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0009 AR-RJ 0002821-23.2016.4.02.0000(0005139-18.1987.4.02.5101)

RELATOR(A):DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AUTOR: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

RÉU: ELZA APPARECIDA DA SILVA MARTINS

ADVOGADO: LUCIANA MALLET TEIXEIRA LYRA DE MATTOS

INCID.: 2017.6000.000038-2-Embargos de declaração

EMBTE: UNIÃO FEDERAL

EMBDO: V. ACÓRDÃO DE FL. 457

por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0011 AR-RJ 0103988-54.2014.4.02.0000(0015949-56.2004.4.02.5101)

RELATOR(A):DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA

AUTOR: Carlos Guimarães Leite

ADVOGADO: FELIZUMIR DIAS RIBEIRO

RÉU: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

por unanimidade, julgar extinta a ação rescisória, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes.
Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, DES.FED. GUILHERME

DIEFENTHAELER e
DES.FED. ANDRÉ FONTES.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0010 AR-RJ 0006126-49.2015.4.02.0000(0000798-03.2011.4.02.5102)
RELATOR(A):DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER
AUTOR: MANUEL EDUARDO GARCIA MESTRE
ADVOGADO: MARCOS ALEXANDRE GOUVEIA DO REGO
RÉU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO

por unanimidade, declinar da competência em favor de uma das Turmas Especializadas em matéria administrativa, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer.
Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER, DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA,
J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE
ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA
LIMA, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO
NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO
FILHO e DES.FED. ANDRÉ FONTES.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0012 EI-RJ 0142577-41.2014.4.02.5101(0142577-41.2014.4.02.5101)
RELATOR(A):DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
EMBTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF e outro
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ e outros
EMBDO: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

por unanimidade, negar provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido, o Juiz Federal Convocado Paulo André Espirito Santo. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO
FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA,
DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA,
DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO,
DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER e DES.FED. ANDRÉ FONTES.
Impedido(a) o(a) J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI.
Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO
SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

0013 EI-RJ 0040226-26.2015.4.02.5110(0040226-26.2015.4.02.5110)
RELATOR(A):DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA
EMBTE: MARILENE SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
EMBDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

INCID.: 2016.6000.094402-0-Embargos de declaração

EMBTE: MARILENE SANTOS DE SOUZA

EMBDO: V. ACÓRDÃO DE FL. 377

por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Votaram: DES.FED. MARCELO PEREIRA DA SILVA, J.F. CONV. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, J.F. CONV. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, DES.FED. VERA LÚCIA LIMA, DES.FED. ANDRÉ FONTES, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA, DES.FED. NIZETE LOBATO CARMO, DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO e DES.FED. GUILHERME DIEFENTHAELER.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES e DES.FED. SERGIO SCHWAITZER.

0017 EI-RJ 0812377-83.2009.4.02.5101(0812377-83.2009.4.02.5101)

RELATOR(A):DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

RELATOR(A) DA PAUTA:J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

EMBTE: SHAYENNE MARTINS DE CARVALHO MALAFAIA

ADVOGADO: VERA VIANNA MACHADO DOS PRAZERES SANTOS

EMBDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

Prosseguindo no julgamento, acordam os membros da Terceira Seção Especializada da 2ª Região, por maioria, negar provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto do Desembargador Federal Sergio Schwaitzer, que lavrará o acórdão, tendo sido acompanhado pelos Desembargadores Federais Luiz Paulo Araújo, Marcelo Pereira da Silva, Nizete Lobato Carmo, Guilherme Diefenthaeler, Salete Maccalóz e pela Juíza Federal Convocada Carmen Silvia Arruda. Vencidos, o Relator e os Desembargadores Federais Vera Lúcia Lima, Marcello Granado e o Juiz Federal Convocado Theóphilo Miguel, que davam provimento ao recurso. Absteve-se de votar o Desembargador Federal Guilherme Calmon.Ausente, por motivo de férias, o Desembargador Federal Sergio Schwaitzer. Ausente, justificadamente, nesta sessão, o Desembargador Federal Aluisio Mendes. Licenciado, o Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro.

Lavrará o Acórdão o(a) DES.FED. SERGIO SCHWAITZER.

Votaram: J.F. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, DES.FED. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA e DES.FED. ANDRÉ FONTES.

Ausentes, justificadamente, os(as) DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO, DES.FED. SERGIO SCHWAITZER e DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

Voto Vencido o(a) DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES.

Encerrou-se a sessão às 15:10 horas, tendo sido julgados 13 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão ou subsequentes.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME COUTO DE CASTRO
Presidente do(a) 3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA

DELY BARBOSA DERZE

Secretário(a) do(a) 3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000064

Ação Rescisória - Seção Espec. III - Administrativo e Cível
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0012414-57.2008.4.02.0000 Número antigo: 2008.00.00.012414-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 20/08/2015 14:02
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AUTOR: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: CARLOS EDUARDO MORAES DE MACEDO SOARES - ESPÓLIO
ADVOGADO: JOSE OLEGARIO DE LIMA
ADVOGADO: MARIA DE LOURDES DE CARVALHO SILVA CASTRO
Originário: 0022807-16.1998.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
AUTOR
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
REU
:
CARLOS EDUARDO MORAES DE MACEDO SOARES - ESPÓLIO
ADVOGADO
:
JOSE OLEGARIO DE LIMA, MARIA DE LOURDES DE CARVALHO SILVA CASTRO
ORIGEM
:
17ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00228071619984025101)
DESPACHO
Às partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem provas, justificando-as.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000065

Ação Rescisória - Seção Espec. III - Administrativo e Cível
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0016788-48.2010.4.02.0000 Número antigo: 2010.00.00.016788-2 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição por Prevenção - 07/03/2017 17:06
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AUTOR: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: PEDRO PAULO ROCHA
ADVOGADO: CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO
Originário: 0040325-68.1988.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO
:
PEDRO PAULO ROCHA
ADVOGADO
:
CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO
ORIGEM
:
07ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00403256819884025101)
DESPACHO

Diante da certidão de trânsito em julgado de fl. 1718,verso, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, requererem o que entenderem de direito.

Nada sendo requerido, dê-se baixa na distribuição e encaminhem-se os autos à Seção de Arquivo, com as cautelas de praxe.

Publique-se e intime-se.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Subsecretaria do Órgão Especial

BOLETIM: 175942

IV - APELACAO CIVEL 2009.51.01.003417-2

Nº CNJ	:	0003417-74.2009.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	MARIA DE FATIMA CADETE
ADVOGADO	:	JULIO CESAR DE OLIVEIRA COUTO E OUTRO
APELADO	:	ERINE TELLES ROSA DOS SANTOS
ADVOGADO	:	ALAIDES TOSTES PINTO RIBEIRO E OUTRO
APELADO	:	UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:	6 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO JOAO DE MERITI/RJ (200951010034172)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL.

INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Aclaratórios opostos em face de v. acórdão proferido pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que não admitira os Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Parte Embargante.

2. A ausência de condenação em honorários advocatícios no Agravo Interno não caracteriza os vícios de omissão ou contradição, uma vez que o STJ propugna que, em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. Entende aquela Egrégia Corte que a sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo Código de Processo Civil de 2015
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175943

IV - APELACAO CIVEL 2009.51.10.008220-9

Nº CNJ	:	0008220-73.2009.4.02.5110
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	MARLENE FAUSTINO LIMA RODRIGUES
ADVOGADO	:	MIRIAN ARMINDO DOS SANTOS
APELADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	CINTHYA DE CAMPOS MANGIA
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200951100082209)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.114.938) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.50.01.006050-0

Nº CNJ	:	0006050-33.2010.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:	VIGSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	:	ANA LUIZA BOGHI SERRAO E OUTROS
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201050010060500)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) - às fls. 429/446, em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.

2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.269.570) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.

3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.

5. Embargos de Declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.50.01.005985-5

Nº CNJ	:	0005985-38.2010.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	EDSON LUIZ PIFFER
ADVOGADO	:	GERALDO BENICIO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JOAO CARLOS DE GOUVEOA FERREIRA DOS SANTOS
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201050010059855)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS) - às fl. 99, em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Extraordinário anteriormente interposto.

2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário interposto (ARE 664.335) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.

3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica

jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2010.50.01.005147-9

Nº CNJ	: 0005147-95.2010.4.02.5001
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	: JOAO BATISTA DA SILVA
ADVOGADO	: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: FLAVIO TELES FILOGONIO
ORIGEM	: 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201050010051479)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. NEGADO SEGUIMENTO. RECURSO REPETITIVO. REsp nº 1.310.034/PR. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA APÓS A EDIÇÃO DA LEI nº 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial.
2. Alegação de que a matéria do referido recurso é diversa daquela analisada no REsp nº 1.310.034/PR, sob o rito dos recursos repetitivos.
3. *In casu,* o paradigma apontado no *decisum*, REsp nº 1.310.034/PR, afetado à sistemática dos recursos repetitivos, se amolda perfeitamente à hipótese dos autos.
4. A insurgência não merece prosperar, pois, não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente recurso não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.
5. Agravo Regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175947

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.51.01.006933-4

Nº CNJ	: 0006933-68.2010.4.02.5101
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	: LEAO JUNIOR S/A
ADVOGADO	: GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADO	: YAN DUTRA MOLINA
APELANTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	: OS MESMOS

REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051010069334)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. VICE-PRESIDÊNCIA. SOBRESTAMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM BASE EM RECURSOS PARADIGMAS DA REPERCUSSÃO GERAL QUE TRATAM DA MESMA MATÉRIA DEBATIDA NOS AUTOS. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.
I - Trata-se de Agravo interposto, tendo por objeto a decisão que determinou o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto, até pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal nos RE 565.160/SC (tema 020), RE 593.068/SC (tema 163), representativos da controvérsia versada nos presentes autos.
II- Os paradigmas apontados na decisão recorrida se subsumes adequadamente à hipótese destes autos.
III- A hipótese dos autos concerne ao debate relativo ao alcance da expressão "folha de salários", para determinação da natureza jurídica da verba paga para efeito de definição da base de cálculo da contribuição previdenciária.
IV- Agravo desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.51.01.006933-4
Nº CNJ : 0006933-68.2010.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE : LEAO JUNIOR S/A
ADVOGADO : GERSON STOCCO DE SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADO : YAN DUTRA MOLINA
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-RJ
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051010069334)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. VICE-PRESIDÊNCIA. SOBRESTAMENTO DE RECURSO ESPECIAL COM BASE EM RECURSO PARADIGMA DA REPERCUSSÃO GERAL QUE TRATA DA MESMA MATÉRIA DEBATIDA NOS AUTOS. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.
I - Trata-se de Agravo interposto, tendo por objeto a decisão que determinou o sobrestamento do Recurso Especial interposto, até pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal nos RE 565.160/SC (tema 020), representativo da controvérsia versada nos presentes autos.
II- o paradigma apontado na decisão recorrida se subsume adequadamente à hipótese destes autos, havendo determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do paradigma citado.
III- A hipótese dos autos concerne ao debate relativo ao alcance da expressão "folha de salários", para determinação da natureza jurídica da verba paga para efeito de definição da base de cálculo da contribuição previdenciária.
IV- Agravo desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175948

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.01.030051-0

Nº CNJ	:	0030051-93.1998.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	BANCO INVESTOR DE INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO	:	LUIZ ALFREDO TAUNAY E OUTROS
APELADO	:	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES
ADVOGADO	:	AMARO DE OLIVEIRA FILHO E OUTROS
ORIGEM	:	DÉCIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9800300511)

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REDISCUSSÃO DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão que negou provimento ao Agravo Regimental.
2. Ausência de quaisquer vícios enumerados no artigo 1.022 do CPC/2015.
3. A Parte Embargante, inconformada com o Acórdão que não conheceu do Agravo Regimental interposto, pretende a rediscussão do julgado de modo a modificar a análise do juízo de admissibilidade realizada por esta Vice-Presidência.
4. Embargos de Declaração rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175949

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2006.51.01.531175-2

Nº CNJ	:	0531175-73.2006.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR	:	GUSTAVO VIANNA DE SIQUEIRA
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	AURIVAL PARDAUIL E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 7A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015311752)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.111.234) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.
3. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.

4. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2009.51.01.024739-8

Nº CNJ	:	0024739-53.2009.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	ROSANA ESTRUC GIL BRITO
ADVOGADO	:	RUDI MEIRA CASSEL E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010247398)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que determinara o sobrestamento do Recurso Extraordinário anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário interposto (RE 638.115) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2009.51.01.024739-8

Nº CNJ	:	0024739-53.2009.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	ROSANA ESTRUC GIL BRITO
ADVOGADO	:	RUDI MEIRA CASSEL E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010247398)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que determinara o sobrestamento do Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.261.020/CE) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.01.028669-0

Nº CNJ	:	0028669-79.2009.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
APELADO	:	SERGIO MURILO NEVES DA SILVA
ADVOGADO	:	RUDI MEIRA CASSEL E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA-RJ
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200951010286690)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face do v. acórdão, prolatado pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra o sobrestamento do Recurso Especial da ora Embargante.
2. O exame das razões recursais revela que a parte embargante não pretende provocar o esclarecimento de qualquer ponto obscuro, omisso ou contraditório, mas tão somente modificar o conteúdo do julgado, para fazer prevalecer sua tese.
3. Como cediço, os Embargos de Declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos ditames do artigo 1.022 do CPC/2015, vícios inexistentes na espécie.
4. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.01.028669-0

Nº CNJ	:	0028669-79.2009.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL

APELADO : SERGIO MURILO NEVES DA SILVA
ADVOGADO : RUDI MEIRA CASSEL E OUTROS
REMETENTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA-RJ
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (200951010286690)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face do v. acórdão, prolatado pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra o sobrestamento do Recurso Extraordinário da ora Embargante.
2. O exame das razões recursais revela que a parte embargante não pretende provocar o esclarecimento de qualquer ponto obscuro, omisso ou contraditório, mas tão somente modificar o conteúdo do julgado, para fazer prevalecer sua tese.
3. Como cediço, os Embargos de Declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos ditames do artigo 1.022 do CPC/2015, vícios inexistentes na espécie.
4. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175951

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2009.51.01.028260-0
Nº CNJ : 0028260-06.2009.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : CONFEDEREACAO NACIONAL DE SERVICOS-CNS
ADVOGADO : RICARDO OLIVEIRA GODOI E OUTROS
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
ORIGEM : VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010282600)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE SOBRESTAMENTO DO RE. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Interno interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que determinou o sobrestamento do RE interposto pela União.
2. O *decisum* embargado foi claro no sentido de ter a decisão agravada aplicado corretamente o recurso paradigma nela mencionado, tendo em vista que a hipótese dos autos concerne ao debate relativo ao alcance da expressão "folha de salários" para determinação da natureza jurídica da verba paga para efeito de definição da base de cálculo da contribuição previdenciária.
3. Embargos de Declaração desprovidos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, .

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

RELATOR

IV - APELACAO CIVEL 2009.51.01.021194-0

Nº CNJ	:	0021194-72.2009.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S/A
ADVOGADO	:	ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200951010211940)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A - às fls. 431/442, em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.338.695) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.
3. O rito do regime de repercussão geral não exige o trânsito em julgado do acórdão paradigma para sua aplicação, consoante entendimento pacificado pelo STF.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - REMESSA EX OFFICIO EM AÇÃO CÍVEL 2010.51.01.808439-7

Nº CNJ	:	0808439-46.2010.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
PARTE AUTORA	:	HANRI GOMES DE MOURA
ADVOGADO	:	ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO
PARTE RÉ	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ERIK CALAZANS CARVALHO
REMETENTE	:	JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE NOVA IGUACU-RJ
ORIGEM	:	1 VARA JUSTIÇA FEDERAL NOVA IGUACU/RJ (201051018084397)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. NEGADO SEGUIMENTO. RECURSO REPETITIVO. REsp nº 1.306.113/SC. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial.
2. Alegação de que a matéria do referido recurso é diversa daquela analisada no REsp nº 1.306.113/SC, sob o rito dos recursos repetitivos.
3. *In casu,* o paradigma apontado no *decisum*, REsp nº 1.306.113/SC, afetado à sistemática dos recursos repetitivos, se amolda perfeitamente à hipótese dos autos.
4. A insurgência não merece prosperar, pois, não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente recurso não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.
5. Agravo Regimental desprovido.

A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2010.51.01.801354-8

Nº CNJ	:	0801354-09.2010.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	FLAVIA CAZEREDO DE FREITAS
APELADO	:	JOAO LUIZ FERREIRA
ADVOGADO	:	ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO E OUTRO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
ORIGEM	:	NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201051018013548)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EXCELSO STF. *LEADING CASE* RE 664.335/SC.
1. TRATA-SE DE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 543-B, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
2. EXTRAI-SE DA LEITURA DOS AUTOS, QUE A PRETENSÃO RECURSAL DO ORA AGRAVANTE ENCONTRA-SE EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RE Nº 664.335/SC, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, TRANSITADO EM JULGADO EM 04/03/2015.
3. ASSIM SENDO, NÃO HÁ QUALQUER REPARO À DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, VEZ QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O PARADIGMA ACIMA REFERIDO.
4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.006193-9

Nº CNJ	:	0006193-37.2001.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
APELADO	:	DEODATO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO	:	EUSTACHIO DOMICIO LUCCHESI RAMACCIOTTI E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200150010061939)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. VICE-PRESIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO COM BASE EM RECURSO PARADIGMA SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. DETERMINAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO IMPROVIDO.
I. Trata-se de Agravo Interno interposto pela UNIÃO FEDERAL em face da decisão que, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal, negou seguimento ao Recurso Extraordinário interposto, em razão de o acórdão recorrido encontrar-se de acordo com a decisão proferida no julgamento do RE nº 563.708, submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

II. Verifica-se que o C. Supremo Tribunal Federal, às fl. 654, determinou a aplicação da sistemática dos recursos repetitivos, de modo que fosse observada a tese firmada no julgamento do RE nº 563.708
III. importa consignar que a decisão ora agravada tão somente aplicou o entendimento consolidado no julgamento do Recurso Extraordinário paradigma proferido pela Corte Superior.
IV. Cumpre registrar que a matéria em discussão já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do paradigma supracitado.
VI. Agravo Interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE